

Flávia Alcântara

DESCOBRINDO *MINAS* DE “CAUSOS”:
Narrativas orais e culturas do escrito em Belo Horizonte
(1930 a 1960)



Belo Horizonte
Universidade Federal de Minas Gerais
Faculdade de Educação
2014

Flávia Alcântara

Descobrimo *minas* de “causos”:
narrativas orais e culturas do escrito em Belo Horizonte (1930 a 1960)

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação: Conhecimento e Inclusão Social – nível doutorado, da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais.

Linha de Pesquisa: História da Educação.

Orientadora: Ana Maria de Oliveira Galvão

Coorientador: Daniel Melo

FACULDADE DE EDUCAÇÃO DA UFMG

Belo Horizonte

Junho de 2014



Universidade Federal de Minas Gerais

Faculdade de Educação

Programa de Pós-Graduação em Educação: Conhecimento e Inclusão Social

Tese intitulada: **Descobrimo *minas* de “causos”:** narrativas orais e culturas do escrito em **Belo Horizonte (1930 a 1960)**, apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação: Conhecimento e Inclusão Social, da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais.

BANCA EXAMINADORA:

Profa. Dra. Ana Maria de Oliveira Galvão
(Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais)
Orientadora

Prof. Dr. Daniel Melo
(Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa)
Coorientador

Profa. Dra. Eliane Teresinha Peres
(Faculdade de Educação da Universidade Federal de Pelotas)

Profa. Dra. Maria José Francisco de Souza
(Universidade do Estado de Minas Gerais)

Profa. Dra. Isabel Cristina Alves da Silva Frade
(Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais)

Profa. Dra. Sônia Queiroz
(Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais)

Belo Horizonte, 30 de julho de 2014.

Dedico este trabalho àqueles que generosamente cedem suas memórias e as organizam em narrativas, permitindo que a história seja revisitada de forma afetiva.

Aos entrevistados deste estudo que, por meio de suas lembranças e de sua voz, imprimiram cor, sabor e contornos à vida em Belo Horizonte de décadas atrás.

AGRADECIMENTOS

À Ana Galvão, minha orientadora, que desde o processo de seleção tem sido presente em cada uma das etapas deste trabalho, acreditando e confiando em mim e nesta proposta de pesquisa. Pela compreensão nos momentos de dificuldade, pela sensibilidade em perceber e ajudar em cada dúvida, pela amizade, competência e profissionalismo que me deram todo suporte ao longo dessa trajetória, minha sincera gratidão.

Ao Daniel Melo, orientador no doutorado sanduíche, que me acolheu com grande generosidade e não mediu esforços para que a estadia em Lisboa fosse produtiva, tanto em termos acadêmicos quanto pessoais. Pelos aprendizados, trocas constantes e por ajudar a me sentir em casa, com a certeza de que tudo daria certo.

À Izabel Frade pelas valiosas contribuições como parecerista do projeto e por aceitar compor a banca de qualificação deste trabalho, juntamente com as professoras Sônia Queiroz e Marcelina Almeida, que com gentileza e perspicácia acadêmica muito contribuíram para a elaboração deste trabalho.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação da UFMG pelos ensinamentos que me ajudaram a amadurecer ideias e teorias, muito contribuindo com o processo de elaboração desta tese.

Aos bibliotecários da Biblioteca Alaíde Lisboa, da Faculdade de Educação da UFMG, pela atenção e disponibilidade. À Marli pelo apoio, carinho e conversas constantes.

Aos funcionários do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFMG, sempre solícitos e prontos a sanar dúvidas e a resolver problemas.

Aos funcionários do Museu Abílio Barreto e da Biblioteca Luís de Bessa que de forma atenciosa e prestativa me permitiram o acesso a documentos e obras utilizados na pesquisa.

Aos entrevistados neste estudo, Dorotéia, Joana, Maria José, Norma, Teresa, Ernesto, Neide, Odair, Otávio, Vanda, Alberto, Marilene, Rogério e Úrsula, que me acolheram com carinho e paciência, abrindo suas portas e corações, dispostos a compartilhar partes importantes de suas vidas. Sem cada um de vocês essa realização não seria possível.

À Carla, Leonor e Violeta, que se tornaram minha família em Lisboa. Por me confortarem com todo carinho e dedicação tornando uma etapa, inicialmente difícil, em algo profundamente produtivo e prazeroso. Serei sempre grata pelo cuidado, pela acolhida incondicional e, sobretudo, pela amizade sincera.

À avó Lisa e ao avô Pedro, pelas conversas, sopas e vinhos que tanto aqueceram meu coração. Lisboa não teria o mesmo encanto sem vocês.

À Carol, Helder, Ju Melo, Leide e Wal, queridos colegas de orientação pelas constantes trocas, pelo apoio mútuo, por partilharem anseios e expectativas que extrapolavam as discussões acadêmicas. Vocês são parte integrante e fundamental deste trabalho.

Aos amigos do Grupo de Cultura Escrita pelas discussões sempre instigantes e elucidativas que guiaram meus primeiros passos no estudo das Culturas do Escrito e Oralidade, aguçando minha crescente paixão.

Aos colegas da Estácio pela compreensão e apoio ao longo desta trajetória. Por me incentivarem a prosseguir, dividindo trabalhos, responsabilidades e encargos institucionais.

Ao Ruy pelo profissionalismo e presteza com que cuidou da revisão de minha tese.

A todos meus amigos, sempre presentes e interessados em cada nova descoberta da pesquisa. Sinto-me privilegiada por poder contar com o apoio e carinho de cada um de vocês.

À minha amada família, pai, mãe, irmã e sobrinhos, pela torcida, orações, apoio e pela compreensão dos inúmeros momentos de ausência.

Ao Henrique, de maneira muito especial, pelo amor incondicional, cuidado, paciência e incentivos constantes, por acreditar em cada um dos meus projetos e fazer parte deles. Seu apoio e encorajamento tornaram possíveis o desenvolvimento e a conclusão deste trabalho.

À CAPES que, através do financiamento do Doutorado com Estágio no Exterior, possibilitou minha estadia em Lisboa, muito contribuindo para o andamento e aprofundamento das discussões presentes neste estudo.

O narrador conta o que ele extrai da experiência – sua própria ou aquela contada por outros. E, de volta, ele a torna experiência daqueles que ouvem a sua história.

(W. Benjamin)

RESUMO

A presente pesquisa objetivou investigar as narrativas orais – compreendidas como processo educativo – que circulavam em Belo Horizonte, entre as décadas de 1930 e 1960, em um contexto de crescente legitimação das culturas do escrito. A pesquisa adotou uma concepção não dicotômica das relações entre o oral e escrito, mostrando interdependências entre essas duas dimensões da linguagem. Como fontes para o estudo, utilizamos depoimentos orais de indivíduos que viveram em Belo Horizonte, no período apontado, além de documentos escritos, como dados estatísticos contendo indicadores da presença do escrito na capital nesse período; coletâneas literárias de contos populares e periódicos da época (jornais e revistas). Do ponto de vista teórico e metodológico, fundamentamos a investigação nos estudos da História Oral, Culturas do Escrito, Análise do Conteúdo e Análise do Discurso. Para a realização da pesquisa, foi traçado, inicialmente, o perfil dos entrevistados, considerando aspectos como subjetividade e experiência de vida dos sujeitos, uma vez que se considera a linguagem uma prática discursiva variável de acordo com contextos sociais determinados. Por meio de tais considerações estabeleceram-se três segmentos de sujeitos relativos ao nível de proximidade com culturas do escrito, que orientaram parte das discussões e análises. Foram, então, levantadas e analisadas as narrativas orais que mais circulavam no período, os contextos de enunciação e as motivações para se contar e ouvir histórias. Os resultados da pesquisa apontam que há variações entre as práticas de contar e ouvir narrativas orais em função dos segmentos de aproximação com as culturas do escrito. Assim, a análise do nosso *corpus* evidenciou que quanto mais elevado o nível de proximidade com a escrita, mais intensas eram as práticas de oralidade vividas ao longo da vida dos sujeitos, ou seja, mais se ouviam e se contavam narrativas orais. Familiares, empregadas, tropeiros, pessoas idosas, professoras e o rádio eram os principais agentes de difusão das narrativas. Histórias de assombração, lendas, narrativas folclóricas, histórias sobre tipos populares e episódios políticos da cidade, contos maravilhosos e escolares, histórias sobre si e sobre a vida alheia, destacam-se entre os tipos de narrativas que mais circulavam. As histórias eram vistas como um modo de educar as crianças, de socialização e divertimento entre os adultos e de preservar memórias e histórias pessoais. O estudo ajudou a compreender que a circulação de narrativas orais assumiu configurações específicas que se afastam da imagem do narrador tradicional, dos contos de fadas, do fogão a lenha ou do serão noturno, ao conjugar esses elementos a veículos da época, como a escola e o rádio. De modo geral, a pesquisa mostrou que, mesmo com a crescente presença de culturas do escrito em uma sociedade urbana, como a estudada, as narrativas orais circulavam de maneira intensa no cotidiano da capital.

Palavras-chave: Narrativas orais. Culturas do Escrito. Belo Horizonte. História Oral.

ABSTRACT

The present research aimed at investigating oral narratives – understood as educative processes – that circulate in the city of Belo Horizonte, Minas Gerais, Brazil, between the 1930's and the 1960's, in a context of increasingly legitimating of written cultures. The study adopted a non-dichotomous conception of the relationships between oral and written languages, revealing the interdependencies between the two dimensions of language. As sources for the study, we have used oral testimonies of subjects that lived in the city of Belo Horizonte, in the period studied, besides written documents, such as statistical data containing indicators of the presence of writ in the capital at that time; literary collections of popular short stories and periodical of that period (journals and magazines). From a theoretical and methodological point of view, we have grounded the investigation on Oral History Studies, Written Cultures, Content Analysis and Discourse Analysis. For carrying out the research, we initially traced the interviewees' profile, taking into consideration features such as subjectivity and the life experience of the subjects, since we consider language as a discursive practice that varies according to determined social contexts. Such considerations set up three segments of subjects related to the level proximity to written cultures, which guided part of the discussions and analyses. Then, we raised and analyzed the most circulating oral narratives of the period, the enunciation contexts and the motivation for telling and listening to stories. The results of the research pointed that there are variations between the practices of telling and listening to oral narratives in function of the segments of proximity to written cultures. Therefore, the corpus analysis evinced that the higher the level of proximity with written language, the more intense were the practices of orality lived along the subjects' lifespan, i.e., the more they listened to and told oral narratives. Relatives, employees, drivers, aged people, teachers and the radio were the main agents for disseminating those narratives. Horror stories, legends, folkloric narratives, stories about popular types and the city's political episodes, wonderful and school tales, stories about the self and about others highlighted as the most circulating ones. The stories we considered a means for educating children, for socialization and entertainment for adults and for preserving personal memories and stories. The study helped us to understand that the circulation of oral narratives assumed specific configurations that move away from the image of the traditional story teller, of faire tales, of stories by the wood stove or the night shift, by associating those elements to vehicles of that time, such as the school and the radio. Altogether, the study revealed that, despite the increasing presence of written cultures in a urban society, as the one studied here, the oral narratives circulated in a intense way in the daily life of the capital.

Key-words: Oral narratives. Written Cultures. Belo Horizonte. Oral History.

RÉSUMÉ

Cette recherche a eu comme intention explorer les narratives orales – conçues comme une procédure éducative – qui circulaient à Belo Horizonte entre les décennies de 1930 et 1960, où il y avait un contexte de légitimation croissante des cultures de l'écrit. La recherche n'a pas adopté une conception dichotomique des relations entre l'oral et l'écrit, indiquant ainsi les interdépendances entre ces deux dimensions de langage. Les sources utilisées pour l'étude furent des témoignages oraux des personnes qui ont vécu à Belo Horizonte à la période démarquée, des documents écrits, comme des données statistiques contenant des indicateurs de la présence de l'écrit dans la capitale à cette époque; des recueils littéraires des contes populaires et des quotidiens et périodiques de l'époque (journaux et magazines). Du point de vue théorique et méthodologique, l'investigation a été fondée sur les études de l'Histoire Oral, des Cultures de l'Écrit, de l'Analyse du Contenu et l'Analyse du Discours. Pour la réalisation de la recherche, on a d'abord trié les profils des interviewés, prenant en compte les aspects des subjectivités et d'expérience de vie des sujets, une fois qu'on considère le langage une pratique discursive variée selon les contextes sociaux déterminés. Parmi les considérations, on a établi trois volets de sujets relatifs au niveau de proximité avec les cultures de l'écrit, lesquels ont orienté une partie des discussions et analyses. De cette manière ont été enquêtées et analysées les narratives orales qui plus circulait dans la période, les contextes d'énonciation et les motivations pour raconter et écouter les histoires. Les résultats de la recherche montrent l'existence des variations entre la pratique de raconter et d'entendre des narratives orales en fonction des volets de rapprochement avec les cultures de l'écrit. Ainsi, l'analyse de notre *corpus* a mis en évidence la relation directe entre le niveau de contact avec l'écriture et le niveau de pratique d'oralité vécu au long de la vie du sujet, c'est-à-dire, celui qui lisait plus, écoutait et racontait plus les narratives orales. La famille, les employés de la maison, les voyageurs, les personnes âgées, les professeurs et la radio étaient les principaux agents de diffusion des narratives. Histoires de fantômes, légendes, folklores, histoires sur des types populaires, des épisodes politiques de la ville, contes merveilleux et écoliers, histoires sur la vie des autres sont les plus récurrentes. Les histoires étaient vues comme une façon d'éduquer les enfants, de socialiser et de divertissement des adultes et de préserver la mémoire et les histoires personnelles. L'étude a aidé à comprendre la spécificité de la configuration des narratives orales, dont l'image du narrateur traditionnel, des contes de fées, de la cheminée, des soirées en conjoint à des véhicules de l'époque, tel que l'école et la radio. En général, la recherche a montré que, malgré la présence croissante de la culture de l'écrit dans une société urbaine, comme celle étudiée, les narratives orales circulaient intensivement et fréquemment dans la capitale.

Mots clés: Narratives orales. Cultures de l'Écrit. Belo Horizonte. Histoire Oral.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 –	Anúncio da década de 1930.....	88
Figura 2 –	Cabeçalho da coluna da <i>Revista Bello Horizonte</i> dedicada aos comentários sobre os <i>footings</i> que ocorriam na capital.....	112
Figura 3 –	Moças fazendo <i>footing</i>	114
Figura 4 –	Anúncios publicitários da Casa Sloper.....	115
Figura 5 –	Senhoras seguindo para as compras em lojas próximas à Avenida Afonso Pena, locais onde se realizavam os <i>footings</i>	116
Figura 6 –	A saída da missa da Igreja de Lourdes	118
Figura 7 –	Senhoras fotografadas à saída da missa da Igreja São José, no centro de Belo Horizonte.....	121
Figura 8 –	Publicidade Pilot, 1937.....	170
Figura 9 –	Publicidade General Eletric, 1941	171
Figura 10 –	Publicidade RCA Victor, 1942.....	172
Figura 11 –	Publicidade Philips, 1945.	173
Figura 12 –	Excerto da <i>Revista Bello Horizonte</i> sobre a <i>Rádio-Revista</i>	175
Figura 13 –	Chamada da <i>Rádio Inconfidência</i>	176
Figura 14 –	Publicidade da <i>Rádio Inconfidência</i>	177
Figura 15 –	Livretos das radionovelas	182
Figura 16 –	Charge sobre Luciano e outros tipos populares da época.....	242
Figura 17 –	Conto <i>João Giló</i> , de Lúcia Casasanta – Parte I.	273
Figura 18 –	Conto <i>João Giló</i> , de Lúcia Casasanta – Parte II.....	274
Figura 19 –	Recorte da <i>Revista Bello Horizonte</i> sobre a Praça Sete.....	292
Fotografia 1 –	Avenida Afonso Pena, 1930. Detalhe das fileiras de ficus que ornavam a avenida.....	108
Fotografia 2 –	Avenida Afonso Pena, 1963. Corte dos ficus na Praça Sete	108
Fotografia 3 –	Praça Sete de Setembro, vendo-se ao fundo o Cine-Theatro Brasil e, à direita, o Obelisco da Independência.....	121
Fotografia 4 –	Parque Municipal.....	126
Fotografia 5 –	Outro recanto do Parque Municipal.....	126
Fotografia 6 –	Getúlio Vargas anunciando a implantação do Estado Novo	186
Fotografia 7 –	Casa destruída por projéteis da Revolução de 1930.....	254

Fotografia 8 –	Ataque ao 12º RI (Regimento de Infantaria)	254
Fotografia 9 –	Foto de animais mortos durante a Revolução de 1930.....	255
Fotografia 10 –	Detalhe de animais (equinos) mortos durante a Revolução de 1930.....	255
Mapa 1 –	Planta geral da Cidade de Minas – 1895	83
Mapa 2 –	Planta geral da Cidade de Minas com detalhe do zoneamento.....	83
Mapa 3 –	Evolução das manchas de ocupação urbana de Belo Horizonte – 1918-1977	91
Mapa 4 –	Locais de moradia dos sujeitos da pesquisa na década de 1950.....	95
Quadro 1 –	Categorias e subcategorias de análise.....	24
Quadro 2 –	Distribuição dos entrevistados por segmento de relações com as culturas do escrito	48

LISTA DE TABELAS

1 – Expansão demográfica de Belo Horizonte: 1900 - 1960	46
2 – Distribuição da infraestrutura presente nas Zonas Urbana e Suburbana.....	86
3 – Tabela segundo a situação de domicílio.....	86
4 – Estimativa populacional de Belo Horizonte.....	89
5 – Analfabetismo no Brasil – 1930-1960	100
6 – Horas de irradiação segundo o tempo empregado nas principais programações em Belo Horizonte – 1958	179

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO – CONTADORES E OUVINTES DE NARRATIVAS ORAIS: ONDE, COMO, QUANDO E POR QUE CONTAR E OUVIR CAUSOS		16
1	A construção do objeto de pesquisa	16
2	Algumas questões norteadoras	17
3	Oralidade e culturas do escrito: refletindo sobre os porquês da escolha	18
4	Orientações teórico-metodológicas: discussão sobre os passos da coleta e análise de fontes.....	22
4.1	Fontes orais: memórias e histórias na História.....	30
5	Conceitos norteadores da pesquisa	32
5.1	Oralidade e culturas do escrito	32
5.2	Narrativas orais: causos e histórias contados e ouvidos	36
5.3	Performance: a especificidade das narrativas orais	39
6	Quanto à organização da tese	42
 1 OS SUJEITOS PARTICIPANTES DA PESQUISA: QUEM FALA E EM QUE CONDIÇÕES FALA		44
1.1	Sobre o perfil dos entrevistados e um pouco de suas histórias.....	49
1.1.1	Primeiro segmento: nível reduzido de proximidade com a escrita.....	49
1.1.2	Segundo segmento: nível médio de proximidade com a escrita.....	58
1.1.3	Terceiro segmento: nível elevado de proximidade com a escrita.....	70
 2 BELO HORIZONTE: CENÁRIO E CENAS DA CAPITAL (1930-1960)		81
2.1	Indicadores da presença do escrito em Belo Horizonte.....	97
2.2	Sociabilidades urbanas	102
 3 QUEM CONTAVA E QUEM OUVIA NARRATIVAS ORAIS.....		143
3.1	Narrativas orais: considerações sobre contadores e ouvintes	144
3.2	Contar e ouvir narrativas orais em família	151
3.3	Contadores tradicionais: o velho, o tropeiro, a empregada e o coveiro.....	157
3.4	Contar e ouvir em situações escolares: o papel da professora como contadora	164
3.5	O rádio e a arte de transmitir narrativas orais.....	167

4 O QUE SE CONTA NA CAPITAL MINEIRA	193
4.1	Narrativas de assombração 195
4.2	Narrativas do folclore 214
4.3	Narrativas sobre tipos populares..... 225
4.4	Narrativas de <i>fait divers</i> 245
4.5	Narrativas sobre episódios políticos 251
4.6	Narrativas do maravilhoso..... 257
4.7	Narrativas baseadas em clássicos da literatura escrita..... 263
4.8	Narrativas baseadas em impressos de circulação escolar 265
4.8.1	Literatura 266
4.8.2	Cartilhas e manuais escolares 267
4.8.3	Obras de natureza religiosa..... 268
4.9	Outras narrativas..... 269
5 CONTEXTOS DE ENUNCIÇÃO E PAPÉIS ATRIBUÍDOS ÀS NARRATIVAS ORAIS	275
5.1	Contextos de enunciação: tempos e espaços de circulação das narrativas orais ... 275
5.1.1	Tempo de contar 276
5.1.2	Espaços de circulação das narrativas orais 283
5.1.2.1	Espaços públicos 284
5.1.2.2	Espaços privados 293
5.2	Por que contar e ouvir causos: papéis atribuídos às narrativas..... 298
5.2.1	Uma estratégia disciplinar e educativa: contos de temor, mistério e moralidade..... 299
5.2.2	Contar e ouvir narrativas como forma de entretenimento e socialização 306
5.2.3	Preservação de histórias e memórias íntimas 309
CONSIDERAÇÕES FINAIS	316
REFERÊNCIAS	322
APÊNDICES	341

INTRODUÇÃO

CONTADORES E OUVINTES DE NARRATIVAS ORAIS: ONDE, COMO, QUANDO E POR QUE CONTAR E OUVIR CAUSOS

1 A CONSTRUÇÃO DO OBJETO DE PESQUISA

“Palavras vão ao vento”... vão? Essa expressão que confere tom de efemeridade à palavra dita¹ é um ponto de partida para refletir se a palavra oralizada, contraposta à escrita, seria algo passageiro e condenado ao esquecimento.

O desejo de aproximação das palavras “ditas” em um período já marcado por culturas do escrito², na capital mineira, foi o grande motivador desta pesquisa. Somou-se a esse interesse o trabalho desenvolvido durante o mestrado (ALCÂNTARA, 2009) intitulado *Um clássico in versões: representações de infância em textos verbais e imagens de Chapeuzinho Vermelho*³, no qual trabalhamos, a partir de uma abordagem transdisciplinar entre a Educação, a História e a Literatura, diferentes representações de infância e o lugar a ela atribuído, historicamente, pelo discurso literário. Durante esse estudo, focado em narrativas escritas, ficou clara a necessidade de um aprofundamento investigativo que abordasse a produção oral como fonte basilar para um entendimento ampliado da criação e circulação de narrativas, tanto as fantásticas – como as

¹ Utilizaremos em recorrentes momentos a expressão “palavra dita” entendendo-a, neste estudo, como palavra oralizada, ou, mais especificamente, narrativa(s) oral(is), o que prevê o envolvimento de elementos linguísticos e corporais, tais como sons, gestos e expressões.

² Com relação às culturas do escrito, destacamos os trabalhos que, desde 2003, vêm sendo desenvolvidos pelo Grupo de Estudos sobre Cultura Escrita, vinculado ao Grupo de Estudos e Pesquisa em História da Educação da Faculdade de Educação da UFMG, cujo enfoque pousa sobre a relação entre oralidade e cultura escrita, sobretudo em situações de educação informal e não formal, dimensões pouco exploradas pela historiografia, ainda voltada, especialmente, aos estudos concernentes a processos de escolarização. Maiores considerações em Galvão (2007).

³ Ao realizar um estudo baseado em versões de um clássico consagrado da literatura infantil, partimos da hipótese de que uma gama de *inversões* na estrutura linguística, semântica, lexical e material das narrativas permeou todo seu processo de produção, distribuição e consumo, influenciada pelo leitor/ouvinte infantil que dela fazia uso. No estudo, buscou-se abordar a infância como objeto de pesquisa, a literatura como fonte e a análise do discurso como ferramenta investigativa, tendo a educação como espaço de interlocução e articulação entre tais formações discursivas.

tratadas na dissertação – quanto aquelas ditas e ouvidas cotidianamente, em períodos históricos distintos.

Portanto, em nosso trabalho de pesquisa, acredita-se que as narrativas orais ofereçam uma possibilidade iminente de investigação e análise histórica de práticas de oralidade entendidas como processo educativo, junto às crescentes manifestações de culturas do escrito. Considerando-se tais aspectos e seguindo à ampliação dos estudos desenvolvidos no mestrado, procuramos lançar o olhar para a compreensão de particularidades da linguagem oral, sobretudo, através da circulação de narrativas orais em Belo Horizonte nas décadas de 1930 a 1960.

2 ALGUMAS QUESTÕES NORTEADORAS

Após analisar narrativas escritas dirigidas ao público infantil, como fontes históricas de investigação, o interesse pelas variadas formas de circulação de narrativas ampliou-se e deu início a questionamentos sobre as potencialidades de narrativas orais e seus possíveis representantes: quem contava o quê para quem?; em que situações as histórias – reais e/ou ficcionais – circulavam entre contadores e ouvintes? E mais: como se dava a convivência entre narrativas orais e escritas em um período já marcado por culturas do escrito e pela progressiva urbanização? Questionamentos como esses passaram a integrar nossos pensamentos e a alimentar a crescente curiosidade e desejo de saber, de conhecer, enfim, de investigar.

Causos, contos populares, lendas urbanas, narrativas orais diversificadas, como um todo, ainda hoje povoam o imaginário coletivo. Dessa forma, nos interessou pesquisar estratégias de circulação de narrativas orais, a partir das quais ainda é possível indagar: que lugar essas narrativas ocupavam no cotidiano das pessoas – contadores e ouvintes?; quem contava, onde contava, em que/quem se baseava para contar?; quem eram seus ouvintes?; quais estratégias e/ou rituais marcaram a exploração da linguagem oral circulante em forma de narrativas?; que tipo de narrativas era contado?; por que eram contadas?; por que eram ouvidas?

Tomando por base tais indagações, este estudo procurou investigar as narrativas orais e suas estratégias de circulação e disseminação em espaço urbano, compreendidas como processo

educativo, em um contexto de progressiva legitimação de culturas do escrito. A pesquisa surgiu, igualmente, como esforço analítico à identificação e compreensão de práticas, rituais e/ou circunstâncias que marcam a exploração da linguagem oral transposta em narrativas, bem como as possíveis dissonâncias entre as estratégias de circulação, segundo espaços privados e públicos. As motivações de contar e ouvir narrativas orais no período investigado também são exploradas neste estudo, buscando compreender diferentes significados atribuídos a essas práticas.

Pensando acerca da progressiva disseminação de culturas do escrito, em Belo Horizonte entre 1930 e 1960, tornou-se possível refletir, ainda, sobre os fatores que poderiam ter influenciado, mais diretamente, a manutenção de narrativas orais, como prática cultural, em uma sociedade de cultura marcadamente escrita. Assim, as ações – discursivas, sociais e culturais – que têm mantido vivas, ainda hoje, práticas de contação de histórias formam o ‘pano de fundo’ desta investigação.

3 ORALIDADE E CULTURAS DO ESCRITO: REFLETINDO SOBRE OS PORQUÊS DA ESCOLHA

Ao longo da existência humana, relatos diversos foram responsáveis pela construção da história, narrativas orais e escritas organizadas em uma “trama compreensível⁴” capaz de criar e armazenar memórias, lembranças, culturas e tradições.

Em um estudo sobre as maneiras de pensar na França do século XVII, para citar um exemplo, Robert Darnton (1986) analisa ocorrências que permitem entender como pessoas comuns percebiam o mundo, como o organizavam em suas mentes e como o expressavam em seu comportamento. Das fontes utilizadas por Darnton destacam-se registros de histórias que circulavam oralmente nesse período histórico “em torno às lareiras, nas cabanas dos camponeses, durante as longas noites de inverno (...)” (*Ibid.*, p. 21).

A linguagem humana, seja oral ou escrita, é integrante de campos discursivos⁵ que trazem consigo todo um processo de construção de sentidos. Entrando no terreno da discursividade⁶,

⁴ Termo empregado por Veyne (1971, p. 67), em *Como se escreve a história*.

percebe-se que nenhuma manifestação discursiva é neutra; existe uma intenção que atua na produção do discurso. Além disso, é importante considerar que os sentidos daquilo que se fala, e do que se ouve, são histórica e socialmente construídos⁷.

No Brasil, grande parte das pesquisas que tomaram como objeto de estudo narrativas orais e culturas do escrito⁸ aborda, preponderantemente, a linguagem oral como objeto de manifestações específicas de organizações socioculturais. A esse respeito pode-se citar trabalhos como os de Martins (1997), que aborda a tradição ágrafa africana na produção literária afrodescendente nas Américas e sua linguagem e expressão oral; sob perspectiva semelhante, Neves (2009) trata da construção de representações indígenas a partir de narrativas orais tupis; seguindo nessa direção, Geraldi (2000) apresenta diferentes relações entre oralidade e escrita a partir de narrativas de ribeirinhos do rio Madeira (utilizando o mito amazônico Cobra Norato) e do uso específico da escrita do povo indígena Jarawara. Narrativas orais que circulam entre as fronteiras de Argentina, Brasil e Uruguai formam o *corpus* de investigação de Hartmann (2005), que enfoca identidades, tradições e sentimentos dos sujeitos que vivem interfronteiras; Tfouni e Rodrigues (2006), outrossim, abordam o discurso de adolescentes em situação de rua a partir de narrativas orais; tais propostas de investigação, baseadas em fontes memorialísticas, se aproximam dos estudos de Bosi (2005) sobre a cidade de São Paulo vista pela ótica de lembranças e relatos de moradores e de Piscitelli (2003), que trabalha construções de gênero a partir de tradições orais e histórias de vida.

⁵ Maingueneau (1984/2005, p. 35) define campo discursivo como “um conjunto de formações discursivas que se encontram em concorrência, delimitam-se reciprocamente em uma região determinada do universo discursivo”. Para o autor, é no interior dos campos discursivos que os discursos se constituem, e cada um desses campos define seu regime de autoria, cujas regras variam de acordo às condições sócio-histórico-ideológicas de produção dos discursos. Nesse sentido, Foucault (1996, p. 9) ressalta que o discurso não é livre, pois sofre um processo de interdição social que o limita, ao considerar que nem todos têm o direito de dizer tudo, onde e quando desejarem. Para o autor, “(...) em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade”.

⁶ Sobre o conceito de discursividade, ver Possenti (1984); Maingueneau (2001); Bakhtin (2003); Maingueneau (2005).

⁷ Estudo mais aprofundado sobre a constituição sociocultural e histórica do discurso foi desenvolvido durante o mestrado e pode ser acessado em <http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/handle/1843/FAEC-83VRSE>.

⁸ As buscas por trabalhos sobre narrativas orais e culturas do escrito foram realizadas na Revista Brasileira de Educação (disponível em: <<http://www.anped.org.br/rbe/rbe/rbe.htm>>. Acesso: 23 maio 2011), na Revista Brasileira de História (disponível em: <<http://www.scielo.br/cgi-bin/wxis.exe/iah/>>. Acesso: 24 maio 2011), no Scielo Brasil (disponível em: <<http://www.scielo.br/>>. Acesso: 25 maio 2011), e no Google Acadêmico (disponível em: <<http://scholar.google.com.br/>>. Acesso: 26 maio 2011).

Muitos estudos que abordam práticas de oralidade, como os anteriormente apontados, utilizam depoimentos orais e entrevistas como recurso metodológico, a fim de (re)construir histórias e trajetórias de grupos e organizações sociais específicos por meio da evocação de memórias individuais transpostas em relatos e depoimentos⁹.

Na produção atual sobre o tema¹⁰, há ainda recorrências de pesquisas voltadas ao estudo de práticas de oralidade como instrumento didático ou conteúdo a ser trabalhado na escola. Dentre elas, destacamos os trabalhos de Marcuschi (1997, 2001, 2007), cujas abordagens gerais incidem sobre o código linguístico – da língua falada e da língua escrita – como prática discursiva, que engloba os processos de produção e uso social da língua e que são passíveis de serem ensinados na escola. O autor analisa contextos de produção, usos e formas de transmissão da oralidade e da escrita no cotidiano, apontando para a necessidade de um ensino escolar capaz de promover uma compreensão de língua que comporte suas variantes sócio-cognitivas e históricas.

Segundo Marcuschi, a oralidade é a prática social com intenção comunicativa realizada pela fala, esta, tida como uma modalidade de uso da língua, considerando-se que há outras formas de usar a língua, como através da escrita, por exemplo. O autor reforça a ideia de que a oralidade é um componente imprescindível da linguagem humana e que a gênese da escrita funciona como elemento somativo às práticas de comunicação, negando a preponderância de uma sobre a outra. Em suas palavras:

A oralidade jamais desaparecerá e sempre será, ao lado da escrita, o grande meio de expressão e de atividade comunicativa. A oralidade enquanto prática social é inerente ao ser humano e não será substituída por nenhuma outra tecnologia. Ela será sempre a porta de nossa iniciação à racionalidade e fator de identidade social, regional, grupal de indivíduos (MARCUSCHI, 2005, p. 36).

Em direção semelhante, Goulart (2006) e Souza e Mota (2007), tomando por base estudos sociolinguísticos, abordam a relação entre oralidade e escrita como componente propiciador de

⁹ Sob tal especificidade, citam-se ainda os trabalhos sobre memórias de Bosi (1987; 2003); Novato e Costa (1997); Devos (2002); Thomson (2002); Gloria (2003); Knauss (2007).

¹⁰ Foi realizado um levantamento bibliográfico por meio de uma busca em indexadores de periódicos científicos (Scielo Brasil <<http://www.scielo.br/>> e Google Acadêmico <<http://scholar.google.com.br/>>), e no Portal de Periódicos da Capes (disponível em: <<http://www.periodicos.capes.gov.br/>>. Acesso em> 15 maio 2011), utilizando-se as seguintes palavras-chave: narrativas orais, história oral, culturas do escrito, memória, oralidade, performance, contos populares, folclore e tradição popular. Muitos trabalhos correlacionados às palavras-chave foram localizados, contudo, selecionamos para estudo aqueles cujo desenvolvimento mais se aproximava de nossa proposta de investigação. O levantamento data de maio de 2011.

um favorecimento de processos de aprendizagem escolar. De acordo com Goulart (2006, p. 454), a oralidade pode ser entendida como um “canal capaz de garantir a identidade e a memória dos sujeitos sociais” e, sua relação com a escrita pode ser pensada de forma que “uma não se sobreponha à outra, mas que uma contribua com a outra para que os conhecimentos e sentidos historicamente confrontados sejam entendidos criticamente”. Souza e Mota (2007), em direção semelhante, ao tratar da educação de jovens e adultos, reforçam a noção de interdependência entre oralidade e escrita, afirmando que “a escola deveria reconhecer e acolher as tradições de oralidade trazidas pelas culturas de origem e integrá-las às práticas de letramento propostas pela escola” (*Ibid.*, p. 507).

Wanderer e Knijnik (2008), por sua vez, apresentam um estudo histórico que analisa discursos de grupos de colonos, sobre a escola e a matemática escolar, a fim de verificar métodos e técnicas empregadas no ensino da matemática, dentre os quais se inserem práticas de oralidade.

Em se tratando de narrativas orais, encontram-se também pesquisas voltadas à análise das influências da linguagem oral na expressão escrita de textos literários, como os de autorias nacionais como Guimarães Rosa e Patativa do Assaré, por exemplo. Seguindo nessa direção, pode-se citar Fantini (2003), Bedran (2010), Nascimento (2010). Em direção semelhante, destacamos o trabalho de Galvão (2000) que trata da relação de oralidade e escrita por meio do estudo do cordel, impresso que comporta um gênero literário marcadamente oralizado, objetivando (re)construir o público leitor/ouvinte e os modos de ler/ouvir literatura de cordel, entre 1930 e 1950, em Pernambuco.

Destacamos, ainda, os trabalhos sobre narrativas orais e relações entre a oralidade e o impresso de Queiroz (2000, 2004, 2006), que tratam de edições do conto oral no Brasil, abordando, sobretudo, o processo de transcrição e “transcrição” de narrativas orais. Também integram seus estudos abordagens relativas ao processo de tradução intersemiótica e questões voltadas para a passagem da performance oral ao impresso, livros e produtos multimidiáticos.

Embora tratemos de uma temática comum – oralidade e cultura escrita – o que mais distancia os estudos ora apresentados de nossa proposta de investigação é o objeto de análise, ou seja, as narrativas orais percebidas como processo privilegiado de educação, que se encontra histórica, geográfica e socialmente situado. Sendo assim, o escopo desta pesquisa não incide sobre práticas

de educação formal, mas na proposta de um olhar sobre as narrativas orais como importantes elementos de processos educativos que vão além do universo escolar. Dessa forma, não partimos de um objeto “palpável” de observação, resguardado, em sua totalidade, por suportes gráficos, mas de um possível acervo que, originalmente, não foi escrito nem impresso e, portanto, apresenta-se sujeito à intermediação dos contadores e ouvintes.

Além disso, ainda que um número considerável de estudos sobre narrativas orais e culturas do escrito tenha sido desenvolvido nos últimos anos, conforme referenciado, apontamos a incipiência de abordagens voltadas ao estudo de estratégias de circulação de narrativas orais concomitantes a culturas do escrito, que tenham em vista não apenas o enunciado, mas também seus interlocutores – quem narra e quem ouvia – assim como seu contexto de produção/circulação, sob uma perspectiva histórica.

De toda forma, esse conjunto de estudos que tratam de narrativas orais e culturas do escrito se apresenta como uma base teórica para orientar nossa pesquisa e explorar um enfoque diferenciado daqueles propostos até então. Assim, a pesquisa proposta oferece a oportunidade de vislumbrar processos de circulação de narrativas orais na Belo Horizonte de crescente investimento em culturas do escrito, apreendendo não apenas os discursos em si, mas também seu contexto de produção e movimento.

4 ORIENTAÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS: DISCUSSÃO SOBRE OS PASSOS DA COLETA E ANÁLISE DE FONTES

O trabalho com narrativas orais orientou, desde o início da definição do objeto, o emprego de uma metodologia que contemplasse a voz, o relato, o contar e o ouvir. Dessa maneira, a história oral sobressaiu como opção metodológica privilegiada, sobretudo por permitir acesso aos sujeitos que vivenciaram práticas de oralidade na capital mineira em um período histórico relativamente recente, décadas de 1930 a 1960. A fim de estabelecer um cruzamento de fontes, documentos escritos também passaram a integrar o *corpus* investigativo deste estudo, conforme salientaremos adiante.

As fontes orais e escritas serviram de base para a definição do período de estudo, para a análise de estratégias de circulação e disseminação de narrativas orais, bem como para a investigação de práticas de oralidade como instâncias educativas de produção, circulação e transmissão de conhecimentos, destacando suas dimensões constitutivas de saberes não legitimados, ou, mais especificamente, saberes não escolares. Há que se ponderar que o objeto de nosso interesse possui singular fluidez, em especial, se considerado, como aqui proposto, sob uma perspectiva histórica. Tratar a oralidade como instância educativa e como elemento para se pensar a própria história da educação, acarreta alguns riscos, sobretudo ao chamar para o centro do cenário investigativo práticas ancoradas na memória e nas lembranças individuais de um passado entrecortado pela percepção do presente.

Como, então, ouvir esse passado? Como recuperar práticas de oralidade vividas em outro período histórico? Por se tratar de uma abordagem teórico-metodológica que permite o acesso a sujeitos e suas percepções das experiências vividas no passado, a História Oral orientou a coleta de depoimentos de contadores e ouvintes de narrativas orais. Todos os participantes desta etapa da pesquisa vivenciaram o espaço urbano de Belo Horizonte durante períodos situados entre as décadas de 1930 a 1960, época de grande efervescência de práticas de leitura e escrita.

Considerando que os eventos de contar e ouvir histórias ocorriam (e ainda ocorrem) em espaços diversificados, o roteiro de entrevistas (APÊNDICE A) visou alcançar experiências e práticas de oralidade em âmbito público e privado, de forma a repensá-las como eventos de educação não escolar, de produção de conhecimentos forjados pela participação de sujeitos em espaços sociais como a família, o comércio, a vizinhança, a igreja etc.

A coleta desses dados orais foi orientada pelos objetivos iniciais apresentados nesta pesquisa e os instrumentos utilizados para isso possibilitaram análises posteriores, como, anotações em caderno de campo e gravações de áudio das entrevistas. Após audição atenta das gravações, as entrevistas foram transcritas e organizadas em categorias de análise. A construção de tais categorias¹¹ baseou-se em elementos de maior destaque nas falas dos entrevistados. Assim sendo, chegou-se à seguinte organização (Quadro 1):

¹¹ A construção das categorias buscou atender aos critérios apresentados por Bardin (2009).

Quadro 1 – Categorias e subcategorias de análise

(Continua)

Categorias de Análise	Subcategorias
1) <i>O que se contava</i>	<ul style="list-style-type: none"> a) Fatos históricos b) Lendas c) Contos clássicos d) Narrativas escolares e) Tradições f) Outros
2) <i>Sujeitos</i>	<ul style="list-style-type: none"> a) Contadores b) Ouvintes c) Dados pessoais do entrevistado d) Relatos pessoais do entrevistado
3) <i>Por que se contava</i>	<ul style="list-style-type: none"> a) Função disciplinar b) Função socializante/entretenimento c) Função de preservação da memória
4) <i>Onde se contava</i>	<ul style="list-style-type: none"> a) Espaços públicos b) Espaços privados
5) <i>Presença do escrito</i>	<ul style="list-style-type: none"> a) Presença do escrito na trajetória dos sujeitos b) Experiências de escolarização dos sujeitos
6) <i>Memória</i>	<ul style="list-style-type: none"> a) Estratégias de rememoração b) Contrapontos entre presente e passado: Comparações feitas pelos entrevistados sobre o período de estudo em relação ao momento atual
7) <i>BH: a cidade</i>	<ul style="list-style-type: none"> a) Aspectos geográfico-espaciais b) Aspectos sociais c) Culturas do escrito
8) <i>Tempo de contar</i>	<ul style="list-style-type: none"> a) Período do dia b) Período da vida
9) <i>Circulação das narrativas</i>	<ul style="list-style-type: none"> a) Veículos orais b) Veículos escritos

Fonte: Elaborado pela autora, 2014.

Como é possível perceber pelas categorias construídas para a análise, o foco da investigação são as narrativas de circulação oral. A estratégia inicial de coleta foi a formulação de questionamentos semidiretivos sobre o conhecimento do participante acerca das narrativas e suas formas de apropriação e estratégias de circulação das mesmas.

Tendo em vista que a proposta desta pesquisa é analisar a oralidade como uma manifestação linguística que acontece concomitantemente a processos de instituição e ampliação de culturas do escrito, foram coletados para análise triangular das fontes orais documentos impressos, tais como: jornais, censos, anuários estatísticos, correspondências e diários pessoais.

A maior parte desse material foi coletada no Museu Histórico Abílio Barreto e na Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa, ambos localizados na capital mineira. Do Museu Abílio Barreto, foram extraídas fotografias, bem como fichas de anotação e cartas do próprio Abílio Barreto¹² sobre o período em estudo. Também compuseram o conjunto de fontes jornais de época, romances que tratam da vida em Belo Horizonte entre 1930 e 1960, obras memorialísticas, além de registros censitários e anuários estatísticos, nos quais se destacam, sobretudo, informações relativas a culturas do escrito no período, como índices de alfabetização, editoras, escolaridade da população, quantidade de periódicos (como jornais e revistas) circulantes na época, número de livrarias, bibliotecas, correios, telégrafos, quantidade de escolas e matrículas, entre outros¹³. É importante considerar que parte desses documentos foi previamente analisada neste estudo como instrumento de definição inicial do período de investigação proposto, indicando nas décadas de 1930 a 1960 relevantes índices da progressiva presença de culturas do escrito em Belo Horizonte.

Quanto à Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa, foram investigados os setores de hemeroteca, de onde foram extraídos sobretudo noticiários locais de época. Outra contribuição foi igualmente dada pelo setor de coleções especiais Mineiriana, que conta com um acervo formado por obras de autores mineiros, além de obras sobre o estado de Minas Gerais. Da coleção Mineiriana, foram recolhidas coletâneas literárias que tratam da Belo Horizonte passada,

¹² Jornalista, escritor e historiador, Abílio Barreto foi o idealizador e diretor do Museu Histórico Abílio Barreto, entre 1941 e 1946, convidado pelo então prefeito Juscelino Kubitschek. Atuou, ainda, como tipógrafo, revisor e redator interino do jornal *Minas Gerais*.

¹³ Uma considerável complementação desses dados foi recolhida do site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE <<http://biblioteca.ibge.gov.br>>.

bem como obras dedicadas à recolha de contos e cantos de tradição oral, atendendo ao período proposto para estudo e permitindo maior incursão no imaginário de época.

Como exemplos dessas obras, destacamos, inicialmente, a produção de Saul Alves Martins¹⁴, antropólogo e folclorista mineiro, com formação em Ciências Sociais e estudioso da “cultura popular”. Parte de seu acervo bibliográfico, o que inclui muitas de suas pesquisas nessa área, encontra-se, atualmente, no Museu do Artesanato Saul Alves Martins, em Vespasiano, Minas Gerais. A produção de Deolinda Alice dos Santos¹⁵, pesquisadora do folclore mineiro, também se apresenta como fonte de análise. Em nível nacional, destacam-se os inúmeros estudos e a extensa obra de Luís da Câmara Cascudo¹⁶, grande folclorista, historiador, antropólogo e estudioso da cultura e do conto popular¹⁷ brasileiros.

Tendo em vista a análise da circulação de narrativas de tradição oral, foi possível, durante o período de estágio doutoral em Lisboa, investigar e analisar contos portugueses, bem como a sistemática da leitura e de narrativas predominantemente orais em Portugal. Tomo como referência, em um primeiro momento, as obras de Melo (2010, 2011) sobre a leitura pública na primeira república e no Portugal contemporâneo, respectivamente. Obras disponíveis na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, tanto na base de dados da Biblioteca Digital, quando no acervo físico, forneceram subsídios teóricos relevantes na construção do objeto de pesquisa. Também foi possível investir na exploração de contos populares/tradicionais portugueses disponíveis no Centro de Estudos Ataíde Oliveira, bem como acessar coletâneas de renomados folcloristas portugueses, como Adolfo Coelho, Teófilo Braga,

¹⁴ Dentre as publicações de Saul Alves Martins, encontram-se: *Arte e artesanato folclóricos* (1976); *Arte popular figurativa* (1977); *Folclore em Minas Gerais* (1982); *Folclore: teoria e método* (1986) e *Enciclopédia de literatura brasileira* (1990), disponíveis no Museu do Artesanato Saul Alves Martins.

¹⁵ Destacamos, na produção de Deolinda Alice dos Santos, as obras: *Brinquedos e brincadeiras populares no Brasil* (1984) e *Festejos tradicionais mineiros: registro da fé e do folclore* (2011). Parte de sua produção encontra-se disponível no site da Secretaria de Turismo, do Estado de Minas Gerais. Disponível em: <<http://www.descubraminas.com.br>>. Acesso em: 27 jun. 2014.

¹⁶ Das obras publicadas por Cascudo, foram utilizadas como fontes para este estudo: *Antologia do Folclore Brasileiro* (1944), *Os melhores contos populares de Portugal – Dois Mundos* (1944), *Lendas brasileiras* (1945), *Superstições e Costumes* (1958), *Coisas que o povo diz* (1968), *Dicionário do Folclore Brasileiro* (1972), *Contos tradicionais do Brasil* (1946), *Geografia dos mitos brasileiros* (1976), *Literatura oral no Brasil* (1978), *Folclore no Brasil* (1980) e *Superstição no Brasil* (1985).

¹⁷ Na sétima edição de seu *Dicionário do Folclore Brasileiro* (1988, p. 246-250), Cascudo define conto popular como “[...] conto de Fadas, da Carochinha, etc. É de importância capital como expressão de psicologia coletiva no quadro da literatura oral de um país. [...] O conto ainda documenta a sobrevivência, o registro de usos, costumes, fórmulas jurídicas, esquecidas, mortas no tempo [...]”.

Consiglieri Pedroso, José Leite de Vasconcelos, Francisco de Ataíde Oliveira e António Tomás Pires, as quais propiciaram relevantes reflexões sobre as narrativas orais e sua circulação.

A proposta desta metodologia teve em vista o emprego de fontes e métodos suscetíveis à condução de outras percepções da oralidade, reforçando as complexas relações entre as linguagens oral e escrita que se manifestam não apenas nos sujeitos – enfoque metodológico via história oral –, mas também em instâncias e objetos diversificados, de forma que se articulem à história oral, à pesquisa documental, à análise do conteúdo e à análise do discurso.

Considerando-se que a história oral trabalha diretamente com a memória, e esta, por sua vez, é uma reconstrução atualizada e renovada do passado, no tempo presente, busca-se nas fontes impressas uma possibilidade de apreensão das narrativas orais com o olhar do momento em que foram produzidas. Esse seria o caso mais específico da utilização de periódicos, como jornais e revistas mineiras do período investigado, em que foi possível localizar comentários sobre as narrativas orais.

Antes, porém, será necessário investigar qual a natureza desses impressos. Possuíam caráter sensacionalista? Humorístico? Que tipo de enfoque informativo era dado por esses veículos? Os possíveis “causos” registrados nesses impressos coincidem com as narrativas coletadas dos sujeitos da pesquisa? Em que se aproximam ou se distanciam? Qual a relevância de narrativas de circulação oral integrarem o acervo de impressos dessa natureza?

Luca (2010) chama a atenção para a resistência, ainda na década de 1970, em se utilizar esse tipo de fonte impressa nas pesquisas em História, o que seria justificado, em certa medida pela até então resistente tradição de emprego de documentos distanciados do tempo presente, marcados pela objetividade, neutralidade e credibilidade em busca de um ideal de verdade dos fatos. Tal concepção, dominante durante o século XIX e ainda presente no início do XX, não poderia incluir jornais e outros impressos do cotidiano, como revistas, em suas possibilidades de fontes para a “recuperação” do passado, pois esbarrariam em versões fragmentadas e enviesadas dos fatos, distorcidas pela subjetividade do historiador.

Muito embora, na década de 1930, críticas a essa perspectiva tenham sido feitas pela Escola dos *Annales*, uma mudança de concepções tardou a integrar as pesquisas históricas, fazendo com que

as fontes da imprensa continuassem rejeitadas. Contudo, a exploração de objetos “marginais”, focalizados em sistemas culturais, fez com que ocorresse um “desvio” (CERTEAU, 2006) nas formas de se fazer história, provocando um fenômeno na historiografia contemporânea, que se vê diante do esmaecer do projeto de uma história “macro”, e de um crescente alargamento do interesse por áreas pouco exploradas nesse território. O historiador Michel de Certeau aponta aspectos dessa mudança de foco investigativo, afirmando que,

O historiador não é mais o homem capaz de construir um império. Não visa mais o paraíso de uma história global. Circula *em torno* das racionalizações adquiridas. Trabalha nas margens. [...] “Faz um desvio” para a feitiçaria, a loucura, a festa, a literatura popular, o mundo esquecido dos camponeses, a Ocitânia, etc., todas elas zonas silenciosas (CERTEAU, 2006, p. 87).

Além das modificações nos escopos investigativos da área, mudanças foram observadas na própria concepção de fontes históricas como documentos de investigação, culminando na ampliação de suas formulações e possibilidades teórico-metodológicas.

No decorrer desta pesquisa, buscamos observar o que gera e conserva valores arraigados no discurso dos sujeitos participantes da investigação, por meio da percepção de dispositivos de ativação da memória e de aspectos recorrentes de retomada de lembranças, considerando as práticas de oralidade inerentes aos diferentes eventos narrados, incluindo aqueles que, por ventura, extrapolem o roteiro de entrevistas da investigação.

A proposta de análise das fontes coletadas consistiu, inicialmente, no processo de análise das fontes orais categorizadas. O processo de construção das categorias foi guiado, predominantemente, pela Análise de Conteúdo (BARDIN, 2009). No entanto, o apoio das teorizações da Análise do Discurso (PÊCHEUX, 1969; BAKHTIN, 1988, 1995) também foi fundamental para análise, particularmente, da fala dos participantes.

A Análise do Discurso aparece como estratégia de interpretação das narrativas orais, em seu sentido mais amplo, ou, nas palavras de Maingueneau (2005, p. 28), nos permitindo refletir sobre “de onde pode, legitimamente, vir a palavra, a quem ela pretende se endereçar, sob qual modalidade, em que momento, em que lugar”. Essa inserção foi especialmente válida durante a elaboração do capítulo 5, no qual buscamos analisar as motivações de se contar e ouvir narrativas orais.

As narrativas orais coletadas durante o processo de entrevista, na perspectiva bakhtiniana (BAKHTIN, 1995), podem ser vistas como um enunciado que constitui um elo na cadeia de “comunicação verbal” estabelecida pelos participantes investigados. A análise dos diálogos mostrou-se fecunda para a compreensão dos processos de interação entre práticas de oralidade e a crescente estruturação de culturas do escrito, conforme buscamos explicitar nos capítulos que se seguem.

4.1 FONTES ORAIS: MEMÓRIAS E HISTÓRIAS NA HISTÓRIA

O artista não dispõe de meios para fazer escutar a voz; [...], confiando ao olho a tarefa de sugerir ao ouvido a realidade sonora. Essa transferência de um sentido a outro perde aqui a pura abstração que teria na leitura muda e solitária.

(Paul Zumthor)

A oralidade, desde os primórdios da existência humana, apresenta fundamental importância para a reconstituição histórica. Segundo Thompson (1998), as fontes orais foram basilares no fazer história, tanto no passado, como no presente, e a história oral pode ser considerada “a primeira espécie de história”. O autor afirma que desde o século XIX entrevistas eram utilizadas como ferramentas de análise social por diversas áreas do conhecimento, prática que se alargou a partir do século seguinte com a utilização de recursos de gravação das falas, passando a ser largamente explorada em pesquisas de abordagem qualitativa.

Contudo, durante tempos, em especial durante o século XIX, sob uma perspectiva positivista, privilegiou-se o escrito em detrimento do oral na História, da mesma forma que o passado remoto em detrimento de abordagens contemporâneas (ALBERTI, 2008).

Dentre os argumentos usados neste posicionamento, destaca-se o fato de que as fontes orais, por se utilizarem da memória e das identidades dos sujeitos envolvidos em seu processo de estruturação, nem sempre são dotados de autossustentação no fazer história, sendo defendida, por alguns historiadores, a necessidade de incorporação de fontes documentais na elaboração do discurso histórico. Joan Garrido (1993), por exemplo, ao destacar que a memória é essencialmente seletiva e, portanto, parcial e interessada, pondera:

Um dos aspectos mais interessantes do uso das fontes orais é que não apenas se chega a um conhecimento dos fatos, mas também à forma como o grupo os vivenciou e percebeu. É de importância capital resgatar a subjetividade, mas é um grave erro passar a confundi-la com os fatos objetivos (GARRIDO,1993, p.39).

Dessa forma, segundo o autor, “não se evidencia uma discussão mais aprofundada sobre as implicações do uso da noção de memória. Em muitos casos a noção de memória é apresentada como algo estável e congelado no passado a ser resgatado pelo pesquisador”. (GARRIDO,1993, p.389).

O que se percebe, contudo, é que a crença na objetividade das fontes, aliada à fixação nos documentos escritos, associadas à concentração de interesses em períodos históricos remotos, acabaram por restringir as discussões sobre a história oral e a utilização de fontes orais nos debates teórico-metodológicos dos historiadores. Apesar disso, autores como Portelli (1997) apontam nas fontes orais elementos únicos para a pesquisa histórica, como a capacidade de trazer à tona a subjetividade de seus depoentes e a possibilidade de olhares individualizados sobre o conhecimento dos fatos. Em suas palavras:

[...] o único e precioso elemento que as fontes orais têm sobre o historiador, e que nenhuma outra fonte possui em medida igual, é a subjetividade do expositor. Se a aproximação para a busca é suficientemente ampla e articulada, uma secção contrária da subjetividade de um grupo ou classe pode emergir. Fontes orais contam-nos não apenas o que o povo fez, mas o que queria fazer, o que acreditava estar fazendo e o que agora pensa que fez (PORTELLI, 1997, p.31).

Portelli afirma ainda que a utilização de fontes orais requer do pesquisador atenção às peculiaridades que esse tipo de fonte apresenta, uma vez que, por contarem com a memória dos entrevistados, deve levar em conta que a memória é seletiva e constantemente reelaborada por meio de um processo contínuo de criação de significados. Ainda assim, o autor afirma:

A importância do testemunho oral pode se situar não em sua aderência ao fato, mas de preferência em seu afastamento dele, como imaginação, simbolismo e desejo de emergir. Por isso, não há ‘falsas’ fontes orais. Uma vez que tenhamos chegado sua credibilidade factual com todos os critérios estabelecidos do criticismo filológico e verificação factual, que são requeridos por todos os tipos de fontes em qualquer circunstância, a diversidade da história oral consiste no fato de que afirmativas ‘erradas’ são ainda psicologicamente ‘corretas’, e que esta verdade pode ser igualmente tão importante quanto registros factuais confiáveis (PORTELLI, 1997, p.32).

Na busca de se alcançar os contadores e ouvintes de narrativas orais em Belo Horizonte, nas décadas de 1930 a 1960, incluídos os processos de produção e circulação desses discursos orais,

foram realizadas entrevistas. Assim, os depoimentos e relatos pessoais dos sujeitos participantes de práticas de narrativas orais, no período sobre o qual nos debruçamos, podem ser considerados como uma das principais fontes desta investigação.

Ao apontar as fontes orais como instrumento basilar desta pesquisa, salientamos a utilização da História Oral como metodologia de investigação, abarcando procedimentos próprios, conforme orienta Lucília Delgado (2006), como: preparação de roteiros e realização de entrevistas, seguida de processamento e análise¹⁸. O emprego dessa metodologia, por sua vez, requer uma reflexão mais específica acerca de peculiaridade de fontes orais, tais como as relações entre a memória e a história e as peculiaridades dos relatos orais coletados a partir das entrevistas, tais como depoimentos de história de vida (reconstrução da trajetória de sujeitos históricos) e entrevistas temáticas (que se referem a experiências ou processos específicos vividos ou testemunhados).

5 CONCEITOS NORTEADORES DA PESQUISA

5.1 ORALIDADE E CULTURAS DO ESCRITO

Na palavra escrita, o registro atua como suporte dos enunciados a serem lidos, entoados, compartilhados, ao passo que, em produções orais, há, invariavelmente, a necessidade de elementos que produzam sentido no ato da criação verbal, ou subsídios que acionem a memória, lembranças do passado ressignificadas no presente. Cada indivíduo, no processo de contar uma narrativa qualquer, cria representações de si e do outro, ou de personagens que integrarão a trama narrativa, variando no tempo e no espaço, em consonância com o ouvinte. O que o espectador espera de minha fala? O que eu mesmo espero demonstrar? Como validar expectativas subentendidas, as minhas e as de outrem? O mesmo ocorreria no processo de criação verbal escrita? Quem seria o ‘outro’ ao qual se reporta o locutor?

¹⁸ A autora divide o processamento e análise das entrevistas em três etapas: 1) transcrição das entrevistas – primeira versão escrita dos depoimentos e relatos; 2) conferência de fidelidade – momento de escuta das entrevistas simultaneamente à leitura do registro escrito a fim de verificar omissões ou acréscimos indevidos; 3) análise das entrevistas – fase de estabelecer correlações e análises comparativas que contribuam para alcançar, da melhor forma possível, os objetivos propostos para a pesquisa (DELGADO, 2006, p. 28-30). A terceira fase foi realizada por meio da Análise do Discurso, conforme discutiremos a seguir.

No início dos anos 1960 emergiram, sistematicamente, estudos que buscaram investigar culturas orais e escritas. Galvão e Batista (2006) citam alguns exemplos: em 1962, foram publicados *The Gutenberg Galaxy*, de McLuhan, no Canadá, e *La pensée sauvage*, de Lévi-Strauss, na França; em 1963, Jack Goody e Ian Watt publicaram o artigo *The consequences of literacy* na Inglaterra, e Eric Havelock publicou *Preface to Plato* nos Estados Unidos. Na mesma direção, Ong (1998) situa nas décadas de 1960 e 1970 esse movimento acadêmico de análise das relações entre culturas orais e escritas.

Os trabalhos realizados nesse período, em diversas áreas de conhecimento, como a Antropologia, a Sociologia e a Psicologia, enfatizaram o caráter oral da linguagem e as profundas implicações, em todos os níveis, da introdução da escrita em culturas tradicionais. Galvão e Batista (2006) afirmam ainda que:

Muitas dessas pesquisas debruçaram-se, por meio de trabalhos de campo, sobre sociedades ainda orais, buscando vestígios daquilo que se convencionou denominar oralidade primária: “melodias, cantos, epopéias, danças, exibições e músicas, ainda preservados oralmente e transmitidos de geração a geração entre as sociedades tribais...” (GALVÃO, 2006. p. 404).

Ao traçar uma proposta de estudo ancorada em narrativas orais e culturas do escrito, gostaríamos de destacar os elos existentes entre essas duas modalidades de linguagem. Segundo Magda Soares,

a busca dos elos entre língua escrita, sociedade e cultura volta-se para os momentos históricos e aspectos antropológicos da emergência e progressiva socialização da língua escrita em sociedades e culturas, analisando as características da oralidade anterior à escrita, os processos de transição da oralidade à escrita, os processos de mudanças sociais, cognitivas e comunicativas resultantes da introdução da língua escrita em sociedades de “oralidade primária”, as práticas de leitura e de escrita em diferentes épocas e diferentes grupos sociais, os processos históricos de acumulação, difusão e distribuição do material escrito, o surgimento da imprensa e seus efeitos etc. (SOARES, 1995. p. 6).

Sob uma perspectiva “evolutiva”, Ong (1998) aponta algumas hipóteses sobre a dicotomia entre oralidade e escrita, apresentando aspectos relativos a culturas de oralidade primária, nas quais se manifestariam pensamentos tipicamente orais. De acordo com o autor, o pensamento oral estaria diretamente vinculado à vivência imediata, fato que o tornaria pouco analítico e redundante, dada sua natureza concreta, prática. Isso implicaria em dificuldades de abstração e desenvolvimento intelectual dos indivíduos, ou sociedades, sem domínio da escrita, os quais estariam sujeitos a

uma forma de aprendizagem baseada na imitação, ou seja, observação e reprodução da prática, com poucos espaços para o desenvolvimento verbal e de conceitos abstratos. Essas culturas se utilizariam, por conseguinte, de apelos memorialísticos e repetições na transmissão de seus conhecimentos, deflagrando sua inaptidão para os estudos e produções intelectuais.

Na avaliação de Ong (1998), uma modificação de tais aspectos do modo de pensar oral, somente seria possível a partir da introdução da escrita. Com ela, a mente seria capaz de reorganizar a linguagem e os processos de construção e assimilação do conhecimento, mudando inclusive a maneira de as pessoas se relacionarem com o mundo. Esta introdução da escrita é tratada pelo autor como “separação”, distinguindo, por meio dos registros escritos, o conhecido do conhecedor; a interpretação do dado; a palavra do som; o comunicador (escritor) do recipiente (leitor), a lógica da retórica.

A relação entre oralidade e escrita, para autores como Ong (1998) e Havelock (1995), descrita em sentido de oposição, acabaram por provocar um novo interesse pela palavra escrita e seus suportes, sobretudo, o livro. Segundo Havelock (1995, p. 37), “o livro como instituição cativou a imaginação com tanta intensidade que veio a ser aceito como instrumento necessário da existência civilizada, a despeito das evidências históricas.” Para o autor, a dicotomia entre oralidade e escrita é algo tão evidente que a história da mente e a da linguagem humanas poderiam ser divididas em dois grandes marcos: a época pré-alfabética e a pós-alfabética.

Com relação ao suporte, que materializa a palavra, Ong (1998) chama a atenção para as culturas de oralidade primária nas quais as palavras são sons e, portanto, fazem parte de eventos, acontecimentos de ordem imediata, já que não possuem suporte visual. Sob essa perspectiva, tal como afirma Havelock (*apud* GALVÃO e BATISTA, 2006) o “meio” seria a mensagem, e esta estaria sujeita a sofrer alterações em função dos sujeitos que a transmite/recebe. A partir desse pressuposto, torna-se possível pensar que o grande diferencial entre a oralidade e a cultura escrita fundamenta-se nos modos de transmissão e apropriação da linguagem.

Goody e Watt (2006), em direção semelhante, apontam a escrita como um divisor de águas na estruturação do pensamento humano, separando-o entre “selvagem” e “civilizado”. Nota-se ainda o interesse em descrever as diferenças entre cultura oral e cultura escrita, tal qual tratado posteriormente por Ong (1998), em uma perspectiva evolucionista, ao afirmar que as culturas

orais irão, aos poucos, ceder espaço à penetração da escrita, ocasionando uma situação que coloca em níveis diferenciados e hierárquicos, pessoas que fazem uso da cultura escrita, ou letrada, e aquelas que não o fazem.

Há, por outro lado, autores como Graff (1994) que procuram evidenciar a construção do mito que envolve a cultura escrita e cria uma intrínseca associação entre ela e o crescimento econômico e tecnológico, à modernização, à urbanização, à realização pessoal e ao desenvolvimento da democracia. Graff (1994) critica as grandes divisões tradicionalmente apontadas entre oralidade e escrita, em estudos realizados nessa área, as quais supervalorizam a cultura escrita em detrimento da oral. Para o autor, a entrada do escrito em sociedades de cultura oral tende a causar transformações em suas estruturas ideológicas, políticas, econômicas e culturais, mas tal efeito não pode ser visto sob uma perspectiva evolutiva (passagem da oralidade para a escrita), mas como um processo que varia de acordo com os sentidos a esses escritos atribuídos e aos usos sociais que dele são feitos.

Em direção semelhante, destacamos os estudos de Brian Street (2010), que abordam o letramento sob a perspectiva etnográfica. O autor utiliza-se de experiências de pesquisa vividas em outros países de diferentes culturas, para perceber e analisar “eventos de letramento”, entendidos como situações de uso social da linguagem, em diferentes aspectos, escritos e falados. Assim considerando, Street analisa as manifestações da linguagem (oralidade e escrita) como práticas que coexistem incessantemente e proporcionam um trânsito contínuo entre esses dois modos de expressão. Para o autor, a escrita não deve ser considerada um divisor de águas entre dois tipos completamente diferentes de culturas, mas como eventos produtores de sentido e de práticas sociais.

Segundo a perspectiva de Street sobre as relações entre escrita e letramento, Galvão (2010b) destaca a heterogeneidade que a cultura escrita assume em sociedades complexas, o que tornaria mais apropriado o emprego do termo *culturas do escrito* para expressar que não há uma única cultura escrita, ou mesmo uma maneira exclusiva de significação e emprego social da escrita. Deve-se considerar, dessa forma, não apenas o escrito em si, mas as relações diferenciadas que os sujeitos sociais, em diversos contextos, estabelecem com a escrita e suas derivações (como os materiais manuscritos e impressos, por exemplo). Além disso, há ainda relações simbólicas que

se formam por meio dos usos que as pessoas fazem da escrita, como suas práticas, o lugar e o valor que a escrita pode ocupar na vida dos indivíduos.

Ao apresentarmos uma proposta de investigação de narrativas orais entendidas como processo educativo nas culturas do escrito, assumimos uma definição de “escrito”, adjetivando o termo “culturas”, como representante de um significado mais amplo que “escrita”, o qual se refere a todo e qualquer evento mediado por registros escritos; além disso, a palavra no gênero feminino corre o risco de uma simplificação inadequada, podendo ser associada ao produto do ato de escrever, de registrar a linguagem em suportes diversos, manuscritos ou impressos.

Portanto, neste estudo, adotamos o termo *culturas do escrito* por acreditarmos ser mais apropriado à nossa pesquisa que, em certa medida, buscará investigar relações mais amplas entre a oralidade e a escrita, em um contexto de educação informal, sob a perspectiva histórica.

A discussão sobre as relações entre oralidade e culturas do escrito aqui realizada é fundamental para a nossa pesquisa, na medida em que, mesmo focalizando especificamente as narrativas orais, buscaremos, permanentemente, relacioná-las à produção, circulação e apropriação de materiais escritos, nos processos de educação informais investigados.

5.2 NARRATIVAS ORAIS: CAUSOS E HISTÓRIAS CONTADOS E OUVIDOS

Durante as entrevistas, ao serem interrogados sobre o que se ouvia e se contava no passado, foi recorrente o emprego dos termos *causos* e *histórias* antecedendo as narrativas contadas pelos sujeitos. Diante disso, as expressões *narrativas*, *causos* e *histórias* serão tratadas, neste trabalho, como textos (sobretudo orais) envolvidos em práticas de contar e ouvir. Os termos assumem, dessa forma, condição de sinônimos buscando representar os conteúdos de audições e contações realizadas pelos sujeitos entrevistados, bem como de outras fontes escritas. Assim, será comum encontrar ao longo deste estudo expressões como *histórias contadas*, *narrativas ouvidas* ou, ainda, *causos relatados* (dentre outras possíveis variações), mas mantendo-se o sentido de conteúdo das enunciações. Esses termos dizem respeito a sequências de fatos ou ações e à construção de sentenças relativas a acontecimentos diversos do passado e que foram retomados, mais especificamente, por meio de memórias organizadas em textos. De toda forma,

apresentaremos adiante definições mais específicas de cada um desses conceitos, bem como alguns de seus empregos mais recorrentes.

Um dos empregos do termo *narrativa* é sua possibilidade de classificar atos de comunicação humana. Hanke (2003, p. 2), por exemplo, descreve a narrativa como um “ato de linguagem que faz referência a uma série de ações ou acontecimentos situados no passado, sejam esses reais ou ficcionais.” A narrativa se vale da possibilidade de representação simbólica da linguagem, ela “transcende tempo e espaço, como uma referência a algo que não está presente no momento ou como representação de algo imaginado.” Hanke (2003) cita, ainda, Wittgenstein, para quem a narrativa se trata de um “jogo de linguagem”, e Aristóteles, que considerava a narrativa um tipo, ou uma forma específica de linguagem.

Benjamin (2012) e Barthes (1971), por sua vez, tratam a narrativa como uma ação linguística que necessita da cooperação de um narrador e de um ouvinte, uma vez que sua construção é dialógica e formulada em um discurso.

Segundo Hanke (2003), as narrativas seguem uma estrutura básica, sendo compostas por início, meio e fim. Dessa forma, sua constituição prevê a definição de um momento e um local onde se desencadeiam os acontecimentos, bem como de personagens e uma situação de fundo. O autor chama a atenção para a problemática de se caracterizar narrativas do cotidiano a partir de elementos obrigatórios, mas retoma a noção de narrativa como constituinte de um discurso e sua natureza dialógica.

Há, ainda, emprego recorrente do termo *narrativas orais*, que é aqui compreendido em função de sua natureza enunciativa, ou seja, pela circulação oral. Hanke (2003) analisa as narrativas orais como formas de comunicação cotidiana que podem ser abordadas sob duas perspectivas complementares: formas e funções. As narrativas, configurações básicas da expressão da linguagem humana, são apresentadas pelo autor como meio de percepção da realidade, contribuindo para a estruturação da memória humana. Quanto às formas das narrativas, Hanke as caracteriza como atos de linguagem referentes a uma série de episódios reais ou ficcionais situados no passado. Em relação a seu aspecto funcional, o autor destaca que, para que uma narrativa seja construída, é necessário que haja uma função, um motivo ou interesse de ordem pessoal para que seja elaborada e transmitida.

As narrativas orais são analisadas, ainda, sob dois níveis: o ato de fala e a referência aos acontecimentos, aos objetos e às circunstâncias. Nesse tipo específico de narrativa, está posta a interdependência entre narrador e ouvinte. O ato de narrar fica condicionado à disposição de contar do narrador e ao interesse do ouvinte em manter o ato enunciativo.

Além disso, as narrativas demandam a criação de um tempo e de um espaço para que possam circular. No caso deste estudo, a demarcação geográfica é apontada com clareza – cidade de Belo Horizonte – e o tempo possui como demarcação o ‘passado’, especificamente as décadas de 1930 a 1960.

Quanto ao termo “causo”, em Belo Horizonte e, em especial, em cidades do interior do Estado de Minas Gerais, seu emprego é bastante típico. O causo é uma maneira específica de contar histórias oralmente, de narrar acontecimentos – nem sempre verídicos – que ocorrem na vida cotidiana das pessoas. Trata-se da contação de fatos ocorridos e consagrados pelo próprio indivíduo por meio de um estoque íntimo de experiências, cujo acabamento e performance narrativa peculiar busca o interesse do ouvinte, por vezes com toques de ironia e humor. Para Matos e Sorsy (2009), os causos refletem a experiência dos povos em suas comunidades e, normalmente, o narrador integra o enredo daquilo que é contado como personagem.

Pode-se também pensar em uma acepção de causo como contos populares, o que na definição de Câmara Cascudo (1988, p. 246) inclui “modalidades do conto, os processos de transmissão, adaptação, narração, os auxílios da mímica, entonação, o nível intelectual do auditório, sua recepção, reação e projeção (...)”.

Há ainda uma associação a cenários específicos, locais próprios de reunião e que, por se tratar de narrativas orais, pressupõe a presença de contadores e ouvintes concomitantemente, gerando certa situação de sociabilidade, até mesmo afetiva, na qual histórias são contadas oralmente e poderão ser repetidas e recriadas na medida em que circulam, indeterminadamente. Essa definição estaria associada a uma espécie de “faculdade de intercambiar experiências” (BENJAMIN, 2012, p. 213), própria da natureza do narrar, do contar histórias, independentemente de seu gênero. São exemplos os causos de pescadores, causos mineiros, causos de assombração, causos folclóricos, lendários etc.

A definição de *história* é mais fluida do que a dos termos *narrativa* e *causo*. Normalmente, o conceito é empregado para definir fatos do passado, com marcações específicas de tempo e, em alguns casos, de espaço. Contudo, a história tratada aqui é tomada como sinônimo de narrativa e causo, de forma mais ampla, tratando-se de relatos sobre acontecimentos diversos. Le Goff ao apresentar a etimologia da palavra história oferece outra maneira de refletir sobre seu conceito:

A palavra 'história' (em todas as línguas românicas e em inglês) vem do grego antigo *historie* [...] Esta forma deriva da raiz indoeuropéia *wid-*, *weid* 'ver'. Daí o sânscrito *vettas* 'testemunha' e o grego *histor* 'testemunha' no sentido de 'aquele que vê'. Esta concepção da visão como fonte essencial de conhecimento leva-nos à ideia que *histor* 'aquele que vê' é também aquele que sabe; *historein* em grego antigo é 'procurar saber', 'informar-se'. *Historie* significa pois "procurar". [...]. Mas nas línguas românicas (e noutras), 'história' exprime dois, senão três, conceitos diferentes. Significa: 1) esta "procura das ações realizadas pelos homens" (Heródoto) que se esforça por se constituir em ciência, a ciência histórica; 2) o objeto de procura é o que os homens realizaram. [...] Mas a história pode ter ainda um terceiro sentido, o de narração. Uma história é uma narração, verdadeira ou falsa, com base na "realidade histórica" ou puramente imaginária – pode ser uma narração histórica ou uma fábula. (LE GOFF, 2003, p. 17). [Grifos nossos].

Ainda sobre o conceito de *história* associado a práticas narrativas, Veyne afirma que "a história é quer uma série de acontecimentos, quer a narração desta série de acontecimentos" (VEYNE, 1998, p. 423).

Diversas narrativas, causos ou histórias vêm de uma base oral que lhes conferiu sustentação e longevidade. Caso nos propuséssemos a refletir sobre a origem desses textos (orais e escritos), recorreríamos a um círculo sem fim, já que muito pouco se sabe a esse respeito. A flexibilidade de recriação de enredos oferecida pela oralidade permite que a cada nova enunciação, elementos diversos sejam inseridos e/ou retirados dos enredos.

Seja por vaidade, pelo prazer de comunicar-se, pelo desejo incontido de repartir uma informação de natureza obscura, de passar adiante uma notícia ouvida ou presenciada, seja por qual motivo for, as enunciações orais circulam incessantemente nas sociedades humanas, constituindo-se em uma estratégia de comunicação por excelência. Por mais que passem por alterações de formatos e estruturas narrativas, essas enunciações permanecem alimentando os repertórios populares e ocupando a memória dos indivíduos, que acabam por narrá-las de uma geração a outra ao longo de décadas.

Cabe considerar, tomando por base os estudos de Goody (2012) acerca da literatura oral, que essas são apenas possíveis definições para os conceitos, uma vez que na própria literatura sobre o tema não há consenso estabelecido.

5.3 PERFORMANCE: A ESPECIFICIDADE DAS NARRATIVAS ORAIS

Em pesquisa recente, Melo (2008a) apresenta a trajetória de vida do médico e escritor mineiro Pedro Nava, buscando compreender seus modos e condições de participação na cultura escrita, por meio de suas obras memorialísticas. Dentre as diversas memórias narradas por Nava, Melo apresenta as de Rosa, uma negra criada pela avó materna do escritor, após a escravidão, e que embalava sua imaginação, na infância, contando histórias. Assim recordou Pedro Nava:

Mas o melhor é que Rosa, além de ser um canhenho vivo, sabia, ouvidas não sei onde nem de quem, todas as histórias de Andersen, Perrault e dos Irmãos Grimm. Devo a ela as da Sereia Menina, do Rouxinol, do Patinho Feio e dos Cisnes Bravos... Do Gato de Botas, do Barba Azul e do Chapeuzinho Vermelho... Da Borracheira, do Pequeno Polegar e da Branca de Neve... Todas as noites, na hora de deitar... Rosa! Agora a Pele de Burro. Agora a Bela e a Fera. E vinham as histórias. [...] (NAVA *apud* MELO, 2009).

Nava ouvia histórias contadas por Rosa, contos que ficaram marcados em sua memória, enredos que o maravilharam na infância a ponto de torná-lo capaz de recontá-los anos depois, já na velhice. O ato de contar e de ouvir narrativas traz consigo especificidades do momento em que é feito e, da mesma forma, da intenção que os orienta em determinado tempo e espaço.

Caso tivéssemos a possibilidade de voltar ao passado e, como pesquisadores, pudéssemos nos assentar diante de Rosa para pedir-lhe, de frente a um gravador, que contasse suas histórias correlacionando-as às situações em que o fazia para o pequeno Nava, teríamos, antes, que nos indagar: como seria essa conversa? De que maneira Rosa nos apresentaria essas narrativas? Ora, devemos considerar que Rosa não estaria, em tal circunstância, embalando a imaginação de uma criança, mas atendendo à solicitação de um indivíduo, até então, desconhecido; e se encontraria em uma situação de interlocução forjada, diferente do contexto de contação espontânea vivido na casa da família de Nava.

Ponderemos, ainda, o que aconteceria se lhe oferecêssemos um roteiro de questões a serem pensadas e respondidas, como, por exemplo: “Rosa, como aconteciam os momentos de contação de histórias na casa de Nava? de quem você ouviu essas narrativas para que pudesse recontá-las?

em que circunstâncias você as ouvia e as contava?” etc. E mais, ao voltarmos ao passado, a máquina do tempo não nos deixaria em meados da década de 1910, período da meninice de Nava, mas anos depois, fazendo com que Rosa precisasse lançar mão de memórias distantes sobre suas experiências como contadora e, ainda, como ouvinte de efabulações.

Essa “invenção cenográfica” busca nos aproximar de reflexões acerca de aspectos fundamentais a serem pensados ao se trabalhar a história oral, como um recurso metodológico que se vale da memória, atravessada pelo presente, e que se consolida por meio de diferentes elos de formação de sentido. Os sujeitos da pesquisa não falarão para seus pares, mas para uma pesquisadora ávida por ouvir trechos que alimentem suas expectativas em relação ao objeto de estudo, do qual o entrevistado faz parte. O cenário de produção de sentidos desta fala torna-se, invariavelmente, artificializado, produzido para um fim específico, distinto daquele em que as cenas lembradas de fato ocorreram. Não se trata de contar espontaneamente um “causo” em voga no momento, mas de vasculhar seu baú de memórias em busca de lembranças orientadas por um roteiro de entrevista, sob o olhar atento de um especialista – e de um gravador – a registrar cada uma de suas ações e experiências íntimas. Há expectativas em jogo, tanto por parte de quem relata, quanto de quem ouve (e elabora suas conclusões).

Tais modificações e ajustes causados pela recepção¹⁹ da palavra, compreendendo os atos de falar e de ouvir, podem ser pensados por meio da ideia de *performance*, uma noção desenvolvida pelo historiador e linguista Paul Zumthor para analisar a ação oral-auditiva responsável pela transmissão e percepção simultâneas de uma mensagem²⁰, no tempo presente, em que o locutor assume voz, expressão e presença corporal, ao passo que o destinatário, que não é passivo, também se inclui como presença física dentro da performance. Mais do que isto, a noção de performance clarifica o uso da palavra (seja esta produzida espontaneamente ou organizada pela escrita), que é impregnada de significações decorrentes do momento em que é emitida, que chama a atenção para as variações que se processam de acordo com as intenções, as circunstâncias e os cenários de transmissão. Nas palavras de Zumthor:

¹⁹ De acordo com Zumthor (2007, p. 50), “Recepção é um termo de compreensão histórica, que designa um processo, implicando, pois, a consideração de uma duração. Essa duração, de extensão imprevisível, pode ser bastante longa. Em todo caso, ela se identifica com a existência real de um texto no corpo da comunidade de leitores e ouvintes. Ela mede a extensão corporal, espacial e social onde o texto é conhecido e em que produziu efeitos”.

²⁰ Zumthor trata mais especificamente da mensagem poética e de sua relação com a teatralidade no momento em que as palavras são emitidas e recebidas. Segundo o autor, tal circunstância cria uma situação de percepção sensorial, na qual o próprio corpo encontra-se engajado e participa das ações (ZUMTHOR, 2007, p. 18).

[...] As regras da performance – com efeito, regendo simultaneamente o tempo, o lugar, a finalidade da transmissão, a ação do locutor e, em ampla medida, a resposta do público – importam para comunicação tanto ou ainda mais do que as regras textuais postas na obra na sequência das frases: destas, elas engendram o contexto real e determinam finalmente o alcance (ZUMTHOR, 2007, p. 30).

Tal qual Rosa, os sujeitos desta pesquisa não mais se encontram no momento passado no qual as narrativas orais eram contadas e ouvidas espontaneamente. O ato de pesquisar e de reconstruir elementos da história, por si só, provoca uma nova e específica situação de transmissão e recepção de enunciados. É preciso ter o cuidado e a sensibilidade de considerar a performance envolvida neste ato de contar e ouvir depoimentos orais como uma situação absolutamente diferenciada do momento em que faz isso para um ou mais interlocutores que ouvem as narrativas e constroem sentido para elas por meio de suas percepções sensoriais. Há, contudo, em ambos os casos, um “engajamento do corpo” (p. 18) de quem conta histórias e quem as ouve. Da mesma maneira que o narrador, o ouvinte não se restringe a escutar as histórias, mas também percebe as reações do corpo de seu interlocutor à medida que ele narra oralmente essas histórias.

Para Zumthor (2007, p. 50), “[...] *performance* designa um ato de comunicação como tal; refere-se a um momento tomado como presente. A palavra significa a presença concreta de participantes implicados nesse ato de maneira *imediata*” (grifos do autor). A noção de performance de Zumthor nos permite, assim, analisar a ‘recriação’ do passado por meio das memórias evocadas na história oral como um momento privilegiado de recepção, no qual o enunciado é concebido e transmitido ao seu interlocutor, em um cenário e contexto reconfirmado pelo ato da pesquisa.

Por mais que não tenhamos como lançar mão de uma “máquina do tempo” para voltar ao passado (neste caso, a um passado não tão distante), ferramentas metodológicas como a História Oral, corroborada pela noção de performance²¹ e do cruzamento de outras fontes gráficas, permitem um retorno ao período desejado pelo estudo. O ofício do pesquisador em história, mais precisamente, história da educação, é repensar práticas educativas se valendo, como dito por Certeau (2006, p. 65), de uma enigmática relação estabelecida entre a sociedade presente e o passado, por meio da mediação de atividades técnicas.

²¹ Percebida na entonação dos relatos e nas expressões faciais e corporais presentes nas ações dos sujeitos durante as entrevistas.

6 QUANTO À ORGANIZAÇÃO DA TESE

Este trabalho encontra-se organizado em cinco capítulos distribuídos de acordo com a seguinte ordem:

Capítulo 1 – Os sujeitos participantes da pesquisa: quem fala e em que condições fala – Procura traçar o perfil dos sujeitos entrevistados para a pesquisa. Buscou-se explorar e compreender suas práticas de oralidade em diferentes contextos e sua relação com culturas do escrito. Aspectos como subjetividade e experiência de vida dos sujeitos foram levados em consideração durante o desenvolvimento deste capítulo, uma vez que se considera a linguagem uma prática discursiva variável de acordo com contextos sociais determinados. Por meio de tais considerações estabeleceram-se três agrupamento de sujeitos (segmentos) relativos ao nível de proximidade com culturas do escrito, os quais orientam parte das discussões e análises desenvolvidas ao longo da tese.

Capítulo 2 – Belo Horizonte: cenário e cenas da capital (1930-1960) – Apresenta informações sobre a capital mineira, local onde incidem as investigações sobre a produção e circulação das narrativas orais. Aborda elementos relacionados à história de sua fundação e à apropriação de seus espaços, bem como aspectos relativos ao crescimento urbano e aos índices de elevação de indicadores da presença do escrito. Tais apontamentos são explorados como forma de compreender a localidade como cenário propício para o desenvolvimento das propostas desta pesquisa.

Capítulo 3 – Quem contava e quem ouvia narrativas orais – Volta-se à análise dos sujeitos que contavam e ouviam narrativas orais em Belo Horizonte, entre as décadas de 1930 e 1960. Considerações mais gerais sobre o que é o contador (ou narrador) e o ouvinte, bem como sobre papéis a eles atribuídos, também são feitas neste capítulo. Ao tratar dos sujeitos envolvidos em práticas de oralidade, percebe-se uma variação nas possibilidades de contar e ouvir histórias, as quais incidem, preferencialmente, sob quatro representações enunciativas específicas: a família, contadores tradicionais, a escola e o rádio.

Capítulo 4 – O que se contava na capital mineira – Com ênfase nas narrativas propriamente ditas, este capítulo de natureza predominantemente descritiva se subdivide em nove tópicos

orientados, sobretudo, pelos relatos colhidos nas entrevistas. Integram esta parte do trabalho considerações acerca das seguintes narrativas de circulação oral: a) narrativas de assombração; b) narrativas do folclore; c) narrativas sobre tipos populares; d) narrativas de *fait divers*; e) narrativas sobre episódios políticos; f) narrativas do maravilhoso; g) narrativas baseadas em clássicos da literatura escrita; h) narrativas baseadas em livros didáticos; i) outras narrativas.

Capítulo 5 – Contextos de enunciação e papéis atribuídos às narrativas orais – Voltado à compreensão e análise dos tempos, espaços e motivações para se contar e ouvir narrativas orais. Buscou-se, em um primeiro momento, explorar os espaços físico-geográficos recorrentes em práticas de oralidade, bem como períodos do dia e fases específicas da vida, mais propícias ou marcadas pela circulação de narrativas orais. Em um segundo momento, foi dada ênfase aos papéis atribuídos às narrativas orais, explorando as motivações para se contar e ouvir, dentre os quais foi possível destacar: a) o intuito moralizante, disciplinar e educativo; b) o enfoque socializante proporcionado pelas práticas de oralidade; c) o intuito de preservação de histórias e memórias íntimas.

Após o desenvolvimento dos capítulos são expostas as considerações finais deste estudo, seguidas pela apresentação das referências e de um apêndice contendo o roteiro de entrevistas.

CAPÍTULO 1

OS SUJEITOS PARTICIPANTES DA PESQUISA: QUEM FALA E EM QUE CONDIÇÕES FALA

O que buscamos ao traçar o perfil dos sujeitos participantes da pesquisa foi captar elementos que permitissem compreender as ações dos entrevistados em diferentes contextos, sobretudo de suas práticas de oralidade sob forma de narrativas orais, na Belo Horizonte compreendida entre as décadas de 1930 a 1960, e sua relação com culturas do escrito.

Dessa maneira, além das questões que orientaram as categorias analíticas deste estudo, compreendemos ser importante conhecer aspectos relativos à subjetividade desses sujeitos, uma vez que, norteados pela Análise do Discurso, consideramos a linguagem uma manifestação socialmente constitutiva, uma prática discursiva que expressa pensamentos e representações de mundo, como objeto cultural inscrito no interior de um contexto social determinado.

Neste caso, a configuração de linguagem, ou seja, “quem diz o quê, para quem” condicionou-se a uma situação de entrevistas dirigidas a um objetivo específico: o desenvolvimento de um trabalho acadêmico. Assim sendo, não podemos perder de vista que esse é um evento discursivo induzido por um roteiro de questões; ao narrarem episódios trazidos pela memória, devemos considerar que os sujeitos entrevistados dirigiram suas falas a um indivíduo até então desconhecido e com grande expectativa em relação aos seus depoimentos.

Antes da realização das entrevistas, informamos que os depoimentos, apesar de anônimos, se prestariam como fontes para um trabalho acadêmico, e que poderia ser acessado por outros leitores/estudantes interessados na temática da oralidade e culturas do escrito. Ao tomarem conhecimento do que se tratava a pesquisa e seu papel fundamental para a construção das ideias mais centrais da pesquisa, colocamos no sujeito, embora de forma inconsciente, uma responsabilidade pelos ditos, bem como pelos não ditos, que dariam corpo ao trabalho.

Ao trabalhar com a História Oral como metodologia e com entrevistas como ferramentas de coleta de dados, perdemos o lugar da fala informal e desinteressada. As entrevistas se dariam mediante um roteiro orientador de temáticas e questionamentos, além do estranho que pergunta informações de foro íntimo, acompanha todo o processo um gravador, uma forma a mais de registrar as informações. A efemeridade do oral passa a solidificar-se gradativamente por meio desse processo, que registra a voz e transforma o relato oral em um registro escrito, por meio das transcrição das entrevistas. As particularidades são entregues ao entrevistador, as intimidades são tomadas de seu dono original para passarem por um processo de exploração e possível publicação.

Ainda assim é importante considerar que o que é partilhado nas entrevistas é apenas uma das possíveis versões de uma mesma história. O que se diz e como se diz pode sofrer alterações decorrentes da abordagem do entrevistador, da disposição em contar do entrevistado e das expectativas que são o tempo todo criadas e recriadas durante uma audição dessa natureza.

O momento de revelar histórias pessoais diante de um pesquisador e de seu equipamento de gravação prevê, por parte do entrevistado, uma seleção íntima do que se deseja, se deve, ou se pode narrar. As lembranças são condicionadas por um roteiro que direciona as memórias do passado, que sofrerão, mais tarde, um processo de seleção de trechos dos relatos orais destrinchados em categorias de análise que renderam a elaboração de um trabalho que se constituiu de objetivos muito antes delimitados. Assim, a voz é transformada em texto, e este, por sua vez, em alimento para a exploração de uma investigação acadêmica. Ao traçar o perfil dos sujeitos participantes deste estudo, bem como ao analisar seus depoimentos convertidos em fontes orais, buscamos refletir sobre todos esses elementos na tentativa de nos aproximarmos ao máximo das perspectivas e informações que nos foram transmitidas no momento de cada uma das entrevistas.

Durante este estudo foram realizadas entrevistas com 14 indivíduos, contadores e ouvintes de narrativas orais. Entre os entrevistados, dois são nascidos em outros estados, sendo um do Rio de Janeiro e outra da Bahia, um deles é natural de Belo Horizonte, ao passo que os demais são oriundos de outras cidades do interior de Minas Gerais. Com exceção do entrevistado que é nascido na capital mineira, os demais possuem como característica comum a migração para Belo Horizonte, junto à família, no geral, em busca de melhores condições de vida. A promessa de

prosperidade na nova capital, desde sua fundação em 1897, atraiu muitos ideais de uma vida nova, sobretudo a partir da década de 1950 com a expansão do setor industrial. Nos dados estatísticos que se seguem é possível perceber a gradativa expansão demográfica pela qual passou Belo Horizonte, desde a década de 1930 (Tabela 1):

Tabela 1 – Expansão demográfica de Belo Horizonte: 1900 - 1960

Estimativa da população – Crescimento populacional de Belo Horizonte							
Anos	1900	1910	1920	1930	1940	1950	1960
População	13.472	33.245	56.914	116.981	158.442	352.724	693.328

Fonte: a) Serviço de estatística geral – *Anuário Estatístico de Belo Horizonte* (1937). b) Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística: Departamento Estadual de Estatística – *Aspectos estatísticos de Minas Gerais* (documentos disponíveis no Museu de História Abílio Barreto – MHAB). c) Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística: *Anuário Estatístico do Brasil – Recenseamento geral de 1950*. d) Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística: *Anuário Estatístico do Brasil – Recenseamento geral de 1960*.

O perfil dos participantes da pesquisa foi delineado, sobretudo, a partir da intenção de analisar possíveis relações entre oralidade e escrita. Dessa forma, seria necessário selecionar sujeitos que se relacionassem de maneiras diversificadas com as culturas do escrito no período de 1930 a 1960, em Belo Horizonte, buscando compreender se essas relações influenciaram, e de que maneira, a circulação de narrativas orais no período. Também constituiu critério de seleção a participação de sujeitos, homens e mulheres, de diferentes raças/etnias e pertencimentos socioeconômicos, que viveram na capital em algum momento do período apontado, experimentando ações de contar e/ou ouvir histórias. Além disso, era desejável que os entrevistados apresentassem interações públicas e privadas com as narrativas orais, ou seja, que as vivenciassem dentro e fora do âmbito doméstico, considerando-se como locais públicos a rua, igrejas, comércios, clubes, praças, vizinhança, escola etc. Não se constituiu como critério de nossa seleção de sujeitos a busca do “contador”, ou seja, daquele sujeito reconhecido pela comunidade, no período de estudo, como referência em contar quaisquer tipos de narrativas orais.

Essa seleção visou apreender de que maneira os diferentes sujeitos atribuem sentido às narrativas que eram contadas e ouvidas oralmente, tendo em vista as diferentes relações que estabeleciam com as culturas do escrito. Os sujeitos que participaram de nossa pesquisa, concedendo-nos

entrevistas, foram, portanto, participantes de interações discursivas oralizadas, sendo eles crianças ou jovens na época.

A localização dos indivíduos ocorreu de maneira informal, por meio de conversas casuais em que o objeto da pesquisa foi mencionado, com pedidos de indicação de possíveis participantes que se adequassem às descrições apontadas anteriormente. Outra estratégia de constituição do corpo de sujeitos da pesquisa foi a utilização da técnica "bola de neve" (FLICK, 2009), em que se pedia a cada sujeito localizado a indicação de um ou mais voluntários com o perfil desejado para integrar o estudo.

Orientamo-nos, ainda, pela constituição de três segmentos com diferentes relações estabelecidas com culturas do escrito²²:

- A. Primeiro segmento: reduzido nível de proximidade com a escrita – Localizam-se neste agrupamento indivíduos analfabetos; com baixa escolaridade (que chegaram a frequentar o ensino escolar por até um ano); e também aqueles que relatam ter pouca ou nenhuma familiaridade com elementos próprios da comunicação escrita.
- B. Segundo segmento: médio nível de proximidade com a escrita – Agrupamento caracterizado por indivíduos com relativa participação nas culturas do escrito; compreende sujeitos que sabem ler e escrever com alguma facilidade e fazem uso moderado de instrumentos da escrita. Neste segmento encontram-se participantes que estudaram por no mínimo dois anos no antigo ensino primário, alcançando como limite a formação ginásial²³.
- C. Terceiro segmento: elevado nível de proximidade com a escrita – Reúnem-se neste agrupamento indivíduos que utilizam cotidianamente instrumentos da cultura escrita em

²² A seleção guiada por critérios de aproximação com culturas do escrito revelou também aglutinações de caráter social e econômico presentes em cada um dos três segmentos. Dessa forma, foi possível perceber uma associação entre os segmentos mais altos de proximidade com a cultura escrita e os níveis socioeconômicos mais elevados. A relevância de tais condicionantes deve ser considerada tendo em vista sua potencialidade de favorecer ou não, o acesso e/ou aproximação dos sujeitos a culturas do escrito. Entretanto, embora reconheçamos a importância de correlacionar os condicionantes socioeconômicos aos níveis de proximidade dos sujeitos com culturas do escrito, não foi possível explorar esse aspecto durante o estudo em questão.

²³ Até 1971 (Lei 5.692), o ensino primário era composto por 4 anos de escolarização (1ª a 4ª série), o que corresponderia hoje aos três primeiros anos do 1º ciclo somado aos dois primeiros anos do 2º ciclo. O ensino ginásial era composto por mais quatro anos de escolarização (5ª a 8ª série), que correspondem aos atuais 3º ano do 2º ciclo, somados aos três anos finais do 3º ciclo.

suas práticas sociais; engloba sujeitos que frequentaram a educação formal até o final do ensino ginasial e os que concluíram os níveis de graduação ou pós-graduação. Além disso, foi definido como critério que esses sujeitos desenvolvessem práticas de leitura e escrita com grande regularidade e boa desenvoltura.

Tal distribuição de habilidades e participação em culturas do escrito toma por base a situação dos entrevistados no período atual, ou seja, no momento em que as entrevistas foram realizadas. Em relação aos segmentos apresentados, temos o seguinte quadro de distribuição de entrevistados (Quadro 2):

Quadro 2 – Distribuição dos entrevistados por segmento de relações com as culturas do escrito

Primeiro segmento	Segundo segmento	Terceiro segmento
Dorotéia	Ernesto	Alberto
Joana	Neide	Marilene
Maria José	Odair	Rogério
Norma	Otávio	Úrsula
Teresa	Vanda	

Fonte: Elaborado pela autora, 2014.

Além dos critérios apresentados, os indivíduos selecionados possuem em comum a idade superior a setenta anos e a vivência no espaço social urbano de Belo Horizonte entre 1930 a 1960. O número de entrevistados não seguiu uma lógica quantitativa, baseada em amostragem, mas se orientou pelo aprofundamento de dados, no intuito de permitir comparações entre a vida, o pensamento e os hábitos relacionados ao contar e ouvir histórias em função das relações estabelecidas com culturas do escrito.

Ao trabalhar com memórias individuais, esta pesquisa se coloca na fronteira do particular e do social, vivenciando tentativas de equilibrar o resgate de informações coletadas, no presente, de um passado evocado.

Adiante, apresentaremos uma breve descrição dos sujeitos participantes da pesquisa²⁴ tomando como base seus depoimentos.

1.1 SOBRE O PERFIL DOS ENTREVISTADOS E UM POUCO DE SUAS HISTÓRIAS

Traçaremos um breve perfil dos sujeitos que participaram deste estudo nos concedendo entrevistas. O conhecimento de parte de suas vivências, desde a infância, passando pelas experiências vividas em Belo Horizonte, ajuda a compreender seu olhar sobre práticas diversas de sociabilidade que envolvem a circulação de narrativas orais e de culturas do escrito.

1.1.1 PRIMEIRO SEGMENTO: NÍVEL REDUZIDO DE PROXIMIDADE COM A ESCRITA

Dorotéia

A entrevista realizada com Dorotéia ocorreu na casa de uma de suas amigas no bairro Alto Vera Cruz²⁵ e a gravação durou menos de uma hora. Antes de nos dirigirmos para o local onde ocorreria a entrevista, conversamos de maneira informal, em uma praça pública próxima, na qual Dorotéia costuma fazer atividades físicas orientadas por instrutores da prefeitura de Belo Horizonte. A ideia de realizar a entrevista nessa casa partiu da própria amiga, a dona da casa, por se tratar de um local calmo e constantemente frequentado por Dorotéia, que se mostrou bastante à vontade para conversar nesse ambiente.

Nascida em 1941, na zona rural de Dom Joaquim²⁶, região do Vale do Rio Doce, Minas Gerais, Dorotéia perdeu o pai ainda muito pequena e, desde cedo, precisou ajudar a cuidar da família

²⁴ Foram utilizados pseudônimos a fim de assegurar o sigilo, anonimato e privacidade dos entrevistados. Marilene, entretanto, é exceção a essa postura tendo em vista sua autorização para emprego de seu nome verdadeiro e a utilização de uma publicação memorialística de sua autoria, que tem fornecido dados relevantes à pesquisa.

²⁵ Trata-se de um bairro localizado na região leste de Belo Horizonte, de ocupação recente, ocorrida a partir da década de 1950. No período, os moradores ainda não gozavam de serviços básicos na região, como saneamento básico, transporte público e fornecimento de água e luz, situação que persistiu durante muitos anos. Trata-se de uma região de topografia acidentada e de difícil acesso.

²⁶ A Vila de São Domingos do Rio do Peixe, como era conhecida Dom Joaquim, pertencia ao município de Conceição do Mato Dentro. A exploração de ouro e pedras preciosas foi a principal motivadora do povoamento da região. Outro atrativo era a grande quantidade de peixes do Rio do Peixe, que corta a cidade. Em 1950, o município tinha uma população de 17.768 habitantes, dos quais 80% eram moradores da zona rural, sendo a agricultura a principal atividade econômica da região. Quanto à instrução, 32% da população sabia ler e escrever. O município contava com três estabelecimentos comerciais atacadistas e uma agência bancária. Em 1956, havia 13 escolas primárias, 37 professores e 1.342 alunos matriculados que correspondiam a 48% da população em idade escolar (GALVÃO *et al.*, 2010c).

composta por nove irmãos. Teve uma vida bastante dura na infância, trabalhando em duas fazendas, onde lidava com o plantio e colheita de alimentos, pajeava crianças menores e fazia serviços domésticos de variadas ordens. Os pais de Dorotéia também trabalhavam em fazendas exercendo diversas funções braçais. Durante a entrevista, narrou um pouco de sua rotina na infância: “Trabalhava em uma [fazenda] até uma hora, arrumava as coisas da fazenda cedo, de sete até uma hora, uma hora da tarde terminava, saía dessa fazenda, pegava e ia pra outra. (...) Ia pra outra, tinha que trabalhar, minha filha.” (Dorotéia, entrevista, 2013).

Casou-se com dezessete anos e logo depois o marido se mudou para Belo Horizonte em busca de melhores condições de vida; uma vez empregado na capital, voltou para buscar a esposa. Assim que chegou a Belo Horizonte instalou-se no bairro Alto Vera Cruz, local onde reside atualmente. A vida em Belo Horizonte não foi menos difícil do que aquela que levava na roça. Também na capital precisou trabalhar em casas de família para ajudar no orçamento doméstico, além de ter que assumir os afazeres domésticos em sua própria casa. Quando perguntada sobre os filhos, respondeu com pesar que embora ainda tivesse três havia perdido uma filha aos sete anos de idade, um momento muito doloroso em sua história de vida.

Em meio a tantos afazeres, trabalhando o dia todo, Dorotéia não pôde frequentar escola, permanecendo analfabeta, assim como seus pais. Os irmãos mais velhos chegaram a estudar por algum tempo em Dom Joaquim, que embora não existissem escolas suficientes para a população, contava com um professor e uma professora voluntários que davam aula em uma fazenda vizinha. Dorotéia conta, entretanto, que anos mais tarde chegou a fazer tentativas de retomada dos estudos, já adulta, em Belo Horizonte, mas não obteve êxito: “Eu pelejei na escola um ano. Eu pelejei pra aprender um ano, eu entrei aqui, mas não consegui. (...) fiquei um ano na escola pra ver se eu aprendia pelo menos meu nome, mas não consegui. Não entrava nada na minha cabeça!” (Dorotéia, entrevista, 2013).

Não se lembra de ter tido contato com livros, revistas ou outros materiais próprios da cultura escrita, em especial durante o tempo em que viveu na roça, voltando a reforçar que o trabalho diário era árduo e não deixava intervalos para quaisquer outras atividades.

Embora estimulada pelo roteiro de entrevistas e por constantes perguntas sobre sua infância e a vivência com pais e amigos, apoiava seus relatos na afirmação de não ter tido infância em função

do trabalho excessivo. Dizia que os pais não eram de muita conversa e que os demais adultos não davam abertura para a aproximação das crianças. As crianças com quem conviveu eram filhas de trabalhadores, como ela, exercendo, por conseguinte, atividades relativas às suas, ou eram filhas dos donos da fazenda e, neste caso, tinham outros entretenimentos com os quais se preocupavam, como a frequência à escola, por exemplo. Além disso, dada a carga de atribuições delegadas aos filhos dos empregados das fazendas, esses, de toda forma, não dispunham de tempo para brincar com outras crianças. O contato maior com crianças se dava com as de pouca idade, que eram cuidadas por Doroteia.

Sua fala é marcada, sobretudo, por lembranças relativas à dureza do trabalho que lhe ocupou a vida toda, bem como pela falta de condições de estudar, brincar ou até mesmo conversar e interagir com outras pessoas. Dorotéia resume sua vida em uma conjugação de sacrifícios e dificuldades que começaram ainda na infância e perduraram por grande parte de sua vida. Atualmente, Dorotéia integra um grupo de ação cultural, no qual fez muitas amizades e, apesar das restrições vividas, hoje canta, dança e faz versos.

Joana

Chamou a atenção, desde o primeiro contato, a alegria e espontaneidade de Joana. De imediato aceitou o convite para participar da pesquisa, mesmo sob alegação de nada saber sobre “essas coisas de escola”. Ao ser informada do que se tratava o estudo, avisou que não sabia contar nenhuma história, mas que já havia ouvido muitas em sua vida, sobretudo do pai, que lia e também inventava narrativas diversas. Joana, que a princípio dizia não conhecer muitas histórias, não parecia saber de sua capacidade narrativa. Ao longo da entrevista, aquela senhora, que de quase nada sabia, nos forneceu muitas informações e revelou-se uma boa contadora de causos.

Também na casa da amiga que tem em comum com Dorotéia²⁷, demos início à gravação da entrevista, que teve duração média de uma hora. Joana nasceu em 1938, em uma comunidade

²⁷ A propósito do local de audições para o estudo, todas as entrevistas deste segmento foram realizadas no mesmo ambiente. A senhora que cedeu sua casa para a realização das gravações dos depoimentos é bastante conhecida no bairro (Alto Vera Cruz), além de atuar como líder comunitária. A escolha das integrantes deste segmento ocorreu por indicação delas próprias, uma vez todas se conhecem e atuam juntas em algumas atividades culturais.

rural de Ouro Preto chamada Canavial²⁸. Da família composta por vinte e um filhos, era uma das mais novas. Joana começou a trabalhar fora de casa muito cedo, ainda criança, com sete anos de idade. Na fazenda, junto da família, ajudava com plantio e colheita de alimentos, tratava dos animais e fazia serviços domésticos, conforme relata:

Aí a gente ficou muito tempo ainda nessa fazenda. Meu pai fez um caixotinho, eu subia no caixotinho pra fazer comida, por que eu não alcançava nas panelas. Eu torrava café na panela. (...) Aí eu chamava alguém pra despejar... Pegar a panela e despejar o café pra mim, numa gamela, pra mim levar pro pilão pra socar. Aquilo eu ia socando e peneirando numa peneirinha de arame fininha, e ia socando e peneirando até chegar o fiozinho do café. (...) Arroz eu socava lá no pilão. Eu saía aquele trenzinho pequenininho pro pasto afora... (...) Juntar as vacas... É. Trazer as vacas pra prender pra no outro dia tirar o leite. Separava os... Prender os bezerros, soltar as vacas no outro dia, pra tirar o leite. (...) Eu não tive infância, moça! (Joana, entrevista, 2013).

Joana trabalhou na roça por dezoito anos e não pôde estudar. Embora aprender a ler e escrever fosse um desejo que alimentava, a dura rotina de trabalho que ocupava todo o dia, somada à grande distância em que ficava a escola, afastou-a ainda mais dessa realização. Tal anseio fica ainda mais claro em suas palavras:

Às vezes a gente ficava com aquela vontade de estudar... Falava: “Nossa eu tô com uma vontade que o senhor arruma uma aula pra mim, meu pai!” Ele falava: “Ô minha filha não tem condições! Porque o grupo é longe... (...) Não tem como te levar! Só os filhos de fazendeiro que tem quem leva. Tem a condição pra levar!” Aí eu falava: “tá bom!”. Aí a gente foi trabalhando na fazenda, trabalhando na fazenda, aí eu fui crescendo, fui crescendo e sempre pensando. “Eu vou embora daqui, nem que seja sozinha!” (Joana, entrevista, 2013).

Mesmo com toda rigidez do serviço na roça, Joana relata que em certos momentos chega a sentir saudades, porque apesar do trabalho a que toda família era submetida, a fazenda também era um lugar de aconchego, de libertar a imaginação. Isso, porque era lá, em noite clara de lua, quando o cansaço do trabalho permitia, que o pai reunia os filhos em torno de si para contar ou para ler histórias: “E ele sabia cada história... Cada uma mais bonita do que a outra!” (Joana, entrevista, 2013).

De toda família, o pai de Joana era o único que sabia ler e escrever: “Ele era um homem estudado. (...) Eu via ele ler, e aquilo eu queria ler também, eu pedia... Eu vivia fuzilando ele pra

²⁸ Canavial é um povoado do distrito de Santa Rita de Ouro Preto, pertencente ao município de Ouro Preto. Informações de recenseamento realizado em 2010 indicam que o povoado contava com um único estabelecimento de ensino. Além disso, o rendimento médio estimado dos moradores do povoado era de R\$ 294,65. (IBGE, Censo, 2010).

arrumar escola pra mim, que eu queria aprender ler” (Joana, entrevista, 2013). Ouvi-lo contar histórias era uma das coisas que Joana mais gostava de fazer. Foi principalmente por influência do pai que Joana manteve, até a maturidade, a vontade de aprender a ler e escrever. Sonhava em também tirar dos livros as histórias tão belas que o pai contava baixinho aos filhos curiosos. A mãe, analfabeta, também contava histórias que guardava de cabeça, seu repertório era principalmente formado por contos de fadas.

A família de Joana, depois de deixar o trabalho na roça, chegou a morar em Pirapora e Várzea da Palma, ambas cidades do norte de Minas. Nessa última, trabalhou como cozinheira em um restaurante e também se casou. Logo depois veio com o marido para Belo Horizonte, onde morou em outros bairros até se mudarem para o Alto Vera Cruz, local em que permanece até hoje. Na capital, conta que a vida não foi menos dura, Joana trabalhou em empresas de limpeza para ajudar no sustento da casa e dos oito filhos que teve. Joana hoje é aposentada e há três anos tem realizado o sonho de estudar, frequentando uma escola noturna de Educação de Jovens e Adultos. Joana conta com muito orgulho que hoje sabe ler e escrever.

Maria José

Depois de breve conversa informal acompanhada de um café, começamos a entrevista que durou pouco mais de trinta minutos de gravação. Apesar de ter ficado um pouco tímida no começo da conversa e preocupada com o gravador, Maria José começou a contar alguns episódios de sua história marcada por muito trabalho e pouca diversão e brincadeiras: “Nunca brinquei. Nunca brinquei de nada. Brinquedo meu era lavar vasilha, estender a roupa... Não tinha nada de brincar não. Nunca brinquei com nada. Hoje eu vejo os meninos com tanto brinquedo...” (Maria José, entrevista, 2013).

Maria José nasceu em 1938, na zona rural de Peçanha²⁹, região do Vale do Rio Doce, em Minas Gerais. Filha mais velha, tinha mais dois irmãos e muitas responsabilidades em casa e no trabalho, que começou ainda na infância, uma vez que perdera os pais muito cedo. Maria José

²⁹ Peçanha situa-se na região leste do estado de Minas Gerais, próximo à cordilheira da Serra Negra, no Vale do Rio Doce. A base econômica do município é a agropecuária e o beneficiamento de produtos agrícolas. A cidade contava, em 2011, com três escolas urbanas estaduais e duas municipais, além de vinte e nove escolas municipais pertencentes à zona rural. Prefeitura Municipal de Peçanha. Disponível em: <<http://www.pecanha.mg.gov.br/>>. Acesso em: 10 jun. 2014.

trabalhava na roça com a família, na qual ajudava no plantio e colheita de milho, feijão, arroz e café, carregava lenha, fazia melado e rapadura, além de tratar da torrefação e moagem do café. Cuidava também de tarefas domésticas como cozinhar, lavar e limpar. As terras em que trabalhava eram de seu avô materno, quem a criou e aos seus irmãos também. O avô tinha ainda um alambique para fabricar cachaça, uma fonte de renda a mais para ajudar nas despesas.

A vida na roça foi, durante a entrevista com Maria José, o ponto de maior ênfase. Sem oportunidades de estudar, assim como os pais, avós e os irmãos, conta que naquela época não havia grandes preocupações com estudos e com a vida escolar, o mais importante era trabalhar bastante para manter a casa e a família: “Eu trabalhei demais, menina, capinando, roçando, é isso, plantando roça, milho, esses trem. A gente trabalhava muito.” (Maria José, entrevista, 2013).

Maria José nunca chegou a frequentar a escola, sobretudo em função de sua carga diária de trabalho. Não aprendeu a ler e a escrever e relata que, segundo se lembra, ninguém da família, como avós, tios e irmãos, teve contato com a escola, sempre engajados no trabalho rural. Quando perguntada sobre lembranças de algum contato com livros, revistas, cadernos ou mesmo leitores, durante a infância e juventude, afirma categoricamente que em sua vida “nunca teve dessas coisas não. (...) Tinha nada desse negócio de estudar não.” (Maria José, entrevista, 2013).

Depois de adulta, chegou a viver em Santa Maria do Suaçuí, Santa Luzia e Belo Horizonte, onde se casou com um militar e teve um casal de filhos. Na capital, além de cuidar da casa, também trabalhava como lavadeira. Desde que chegou a Belo Horizonte mora no bairro Alto Vera Cruz, onde estabeleceu vínculos e fez muitas amizades.

Norma

A entrevista com Norma ocorreu depois de breve conversa que antecedeu a gravação de seu depoimento, que durou pouco mais de meia hora. De início, Norma mostrou-se pouco falante e introspectiva, mas aos poucos permitiu que compartilhássemos de algumas passagens de sua vida, contadas desde a infância.

Nascida em 1941, em Diogo de Vasconcelos³⁰, uma comunidade rural que na época era distrito de Mariana, então região metalúrgica de Minas Gerais. Norma perdeu o pai ainda muito cedo e ficou morando por algum tempo com a mãe e seus irmãos em uma terra deixada pelo pai. Contudo, aos sete anos, após a mãe ter se casado novamente, por uma exigência do padrasto, que não aceitava os enteados, Norma saiu de casa e foi viver com uma tia em uma fazenda em São Domingos, outro distrito de Mariana. Em sua nova morada, além de trabalhos domésticos, Norma era responsável por buscar lenha e trabalhar na roça cuidando dos animais e da plantação, participando também do corte e moagem de cana.

Chegou a frequentar uma escola que ficava a uma hora de caminhada da fazenda na qual morava. Durante esse tempo de estudos aprendeu a escrever seu nome, mas quando estava aprendendo a ler, foi retirada da escola pela tia, que precisava de seus serviços na fazenda, segundo relata:

Eu só estudei um mês só, e depois eu não pude estudar mais porque aonde que eu morava eles não deixavam a gente estudar não, que tinha que trabalhar. Sabe? Aí eu só comecei a aprender fazer meu nome, e eles me tiraram da escola porque eu tinha que trabalhar. (...) Que eu comecei a estudar, quando eu aprendi assinar meu nome, a dona que eu morava com ela disse “não, já que a aprendeu a escrever o nome, você é muito inteligente, Norma. Vou tirar ocê da aula pra trabalhar, pra poder tirar o leite, e meus netos é que vai estudar.” Aí me tirou da aula, e os netos dela foi e eu fiquei pra poder tirar o leite das vacas, sabe? (Norma, entrevista, 2013).

Seus pais não chegaram a frequentar a escola, “ninguém nunca estudou”. Depois da curta experiência escolar na infância, Norma não se interessou mais pelos estudos, não chegando a aprender a ler e escrever.

Quando mais crescida, por volta dos dezesseis anos, casou-se com um primo, sob influência da tia, e com ele teve doze filhos, dos quais apenas seis sobreviveram. Em busca de melhores condições de vida, o marido migrou para Belo Horizonte, levando Norma e os filhos, em seguida. Norma mora no bairro Alto Vera Cruz desde que chegou à capital e conta que a vida na cidade não foi fácil. Mesmo longe da fazenda continuou exercendo trabalhos duros, como forma possível de zelar pela família. Em seus dizeres:

³⁰ O povoado de Diogo de Vasconcelos teve origem com a ida de paulistas, que estavam em Mariana, em busca de terras produtivas. Ainda na década de quarenta, 60% da população de Mariana vivia na zona rural, dedicada à agricultura, à pecuária e à silvicultura, principais bases econômicas da cidade. Uma década mais tarde, 30% da população urbana não era alfabetizada; índice que alcançava 66% na zona rural. O distrito de Diogo de Vasconcelos tornou-se município em 1962 (GALVÃO *et al.*, 2010c).

(...) quando eu mudei pra aqui [Belo Horizonte] era muito “sacrificoso”. A gente tinha que levantar cedo pra buscar água na cabeça, sair com uma trouxa de roupa pra lavar longe daqui do bairro. (...) A gente já levantava cedo pra buscar água. Sabe? Porque era muito sacrificoso aqui quando eu mudei pra aqui. Não tinha nem água. A gente tinha que buscar, esperar a água minar na mina pra poder encher as latas pra poder trazer. Era de mina (Norma, entrevista, 2013).

Norma já mora em Belo Horizonte há mais de quarenta anos e vive próximo dos filhos e netos. Apesar da vida difícil que levou desde criança, é conhecida no bairro onde mora por sua animação, tal qual pudemos vislumbrar durante a entrevista, ao ver o feitio inibido do início cedendo lugar a uma mulher extrovertida e disposta a partilhar sua história de vida.

Teresa

Tão logo soube dos objetivos e da proposta de nosso estudo, Teresa aceitou participar nos concedendo uma entrevista. Assim como as demais senhoras deste segmento, a conversa com Teresa começou antes de ter o gravador acionado, de maneira informal. Esse tipo de estratégia ajuda a romper algumas barreiras como timidez e introspecção, inicialmente observadas em Teresa. Contudo, durante a gravação da entrevista, que durou cerca de uma hora, foi perceptível como a entrevistada ficou mais à vontade para falar, respondendo às questões propostas por nosso roteiro.

Teresa nasceu em 1936, na zona rural de Alvorada de Minas³¹, também conhecida como Rio do Peixe, que na época era distrito de Serro, região do Alto Jequitinhonha, em Minas Gerais. O pai de Teresa era meeiro e a mãe, dona de casa; sua família era composta por mais onze irmãos. Assim, junto aos irmãos, ainda criança, ajudava o pai na roça, buscando lenha, auxiliando no plantio e colheita de cana, mandioca, banana, arroz, feijão e milho, além de dar suporte ao trato dos porcos e galinhas. Teresa também ajudava a mãe a cuidar dos irmãos menores e das demandas domésticas. Chegou, ainda, a ajudar o pai no garimpo de pedras e metais preciosos, e conta orgulhosa: “ajudava meu pai em tudo!” Sobre a infância, relembra das bonecas que fazia de

³¹ Alvorada de Minas foi emancipada em 1962, ano que se desmembrou do Serro. Até então, o município era conhecido como Rio do Peixe. Na época em que Teresa nasceu, final da década de 1930, a cidade do Serro tinha população composta por 26.660 habitantes, dos quais 29% sabiam ler e escrever. Ainda na década de 1950, grande parte da população (78%) morava na zona rural, ajudando a manter as principais atividades econômicas do município, que eram a agricultura e a pecuária. Nessa época, o município contava com quarenta e sete instituições educacionais (escolas primárias, secundárias e de ensino pedagógico). Contudo, apenas 33% do total da população sabia ler e escrever (GALVÃO *et al.*, 2010c).

barro e milho e conta que até os dias de hoje alimenta esse gosto: “E depois de velha, eu tenho boneca!” (Teresa, entrevista, 2013).

Embora fosse filha de pais analfabetos, Teresa, assim como alguns irmãos, chegou a frequentar a escola, estudou até o terceiro ano primário, buscando conciliar escola e trabalho: “Eu trabalhava até a hora do almoço, depois do almoço a gente largava, almoçava e ia pra aula” (Teresa, entrevista, 2013). Apesar de a escola ficar distante de casa, o que afastou Teresa e os irmãos dos estudos foi a crescente demanda de trabalho junto à família. Ainda assim, aprendeu a ler e escrever algumas palavras; Teresa não se recorda de ter tido acesso a livros, revistas ou outros materiais escritos em sua infância, mesmo na época em que frequentava a escola.

Sem informações sobre “as coisas da vida”, sempre muito voltada ao trabalho ajudando os pais em tarefas diversas, Teresa diz que foi ao longo da vida que começou a tomar conhecimento de fatos triviais, como, por exemplo, a transformação do próprio corpo: “Fui criada boba, minha filha. Eu fui criada muito boba. (...) Não sabia de nada, não explicava nada pra gente. Eu fiquei moça³², não fiquei sabendo de nada. (...) Quê que eu fiz? Eu fui lá pro fundo do quintal e fui tomar banho o dia inteiro” (Teresa, entrevista, 2013). Cita também como exemplo o desconhecimento sobre sexo:

Eu não sabia de nada não, menina. Eu não sabia quê que era se perder³³, nem nada. Não sabia de nada. Não explicavam nada pra gente não. (...) Eu tinha medo de homem. Eu não namorava de jeito nenhum. Tinha medo. Só me encostar pra mim já era... (...) Era um problemão. Às vezes eu falo pros outros, a pessoa nem acredita (Teresa, entrevista, 2013).

Quando migrou para Belo Horizonte, Teresa já era mais crescida. Foi motivada pela possibilidade de encontrar um trabalho que não fosse de roça. Trabalhou, inicialmente, como babá na casa do filho de um amigo do pai, em seguida, trabalhou e morou em outras casas de família. Algum tempo depois, casou-se e teve doze filhos, dos quais apenas sete sobreviveram. Antes de ir para o bairro Alto Vera Cruz, onde reside atualmente, morou na Barragem Santa Lúcia e no Jardim Guanabara, perto da região de Venda Nova.

³² “Ficar moça” é um termo comumente empregado em algumas cidades do interior do estado de Minas Gerais para se referir à primeira menstruação, o que definiria a passagem feminina de criança para mulher.

³³ “Se perder” é outra expressão empregada para designar a perda da virgindade. Em geral, o termo é apenas aplicado à mulher, que, segundo algumas tradições, deve se casar ainda virgem. O ato sexual antes do casamento seria a causa de sua “perdição”.

Teresa hoje mantém uma vida ativa, fez muitas amizades e participa de um grupo cultural voltado ao resgate de cantos e versos antigos, que, segundo relata, lhe dá inspiração para seguir seus dias com mais alegria e coragem.

As histórias apresentadas neste primeiro segmento são bastante semelhantes entre si, mostrando trajetórias marcadas pelo trabalho – rural e doméstico – iniciado ainda na infância, que somado ao desinteresse familiar, atuam como fatores de inibição ao acesso e frequência à escola. Nenhuma das entrevistadas aprendeu a ler e escrever em idade escolar e, com exceção de Joana, que frequentou o ensino formal já na maturidade, continuam com restrições à participação em culturas do escrito, por não conseguirem ler e escrever; duas das entrevistadas, sequer aprenderam a assinar o próprio nome.

O contato com materiais e práticas próprias das culturas do escrito é, em grande medida, ausente ou diminuto em suas trajetórias, sobretudo na infância e juventude. Em depoimento, afirmam não se lembrarem de ter tido contato com livros ou outros impressos e manuscritos. Joana novamente é exceção ao relatar momentos de audição de narrativas proporcionados pelo pai, que não apenas contava histórias de cabeça, mas que também as lia. Por meio dos relatos apresentados, é possível perceber que, de maneira geral, a escrita ocupou – e ainda ocupa – papel secundário na trajetória das integrantes deste segmento, cujas ações diárias eram mediadas, sobretudo pela oralidade.

1.1.2 SEGUNDO SEGMENTO: NÍVEL MÉDIO DE PROXIMIDADE COM A ESCRITA

Ernesto

A entrevista com Ernesto ocorreu em sua residência, com duração aproximada de duas horas de gravação. Antes de ter o gravador acionado, conversamos sobre acontecimentos do passado e a respeito de episódios significativos em sua vida. Uma vez acionado o gravador, o entrevistado retomou aspectos dessa conversa.

Ernesto nasceu em 1926, em Sete Cachoeiras, zona rural do distrito de Ferros³⁴, Minas Gerais. Aos quatro anos de idade foi para Belo Horizonte na companhia de um tio integrante de uma tropa policial. Era uma época em que a cidade estava a ser devastada pela revolução de 1930, sobretudo no bairro Barro Preto, onde se deram os principais conflitos, onde seu tio morava.

Sobre a família contou que o pai foi policial e, posteriormente, representante de vendas de calçados e tecidos, já a mãe era professora rural e atuava como parteira, atendendo toda região da Ressaca³⁵, onde moravam em meados da década de 1930 e, posteriormente, de Santo André³⁶, para onde se mudaram anos mais tarde.

Ernesto viveu, no início da infância, uma situação financeira pouco favorável, provavelmente um dos motivos que levou o pai a mudar de profissão, atitude que trouxe melhorias na qualidade de vida da família. Relata um dos episódios vividos com a mãe que lhe marcou na infância:

Mamãe pegou roupa do Rio de Janeiro, que a cunhada dela mandou, e ela transformava aquilo em roupinha pra nós. Então eu me lembro perfeitamente, era uma calça, né, era uma calça com um negócio que trançava, era uma cor bonita... Aí “eu só tenho uma calça, assim mesmo ela é de saia de mulher” (Ernesto, entrevista, 2012).

Aos oito anos de idade, Ernesto começou a estudar no Grupo Escolar Francisco Sales e, em seguida, passou para o Grupo Escolar Caetano Azeredo. Chegou a frequentar a escola por oito anos, concluindo o ginásial. Nesse período revezava estudos e trabalho a fim de auxiliar o pai no comércio de representação que mantinham no Mercado Central. Mais tarde, Ernesto tornou-se militar e trabalhou na corporação até sua aposentadoria.

Embora não pertencesse a uma família da elite belorizontina, relatou que quando jovem foi nadador do Minas Tênis Clube, espaço de entretenimento frequentado pela alta sociedade da capital: “Eu nadei no dia da inauguração da piscina do Minas. [...] eu acabei indo para o

³⁴ O município de Ferros, inicialmente denominado Santana dos Ferros, teve sua história atrelada ao município de Itabira, do qual foi distrito. Sua principal atividade econômica era a mineração, que cedeu espaço à pecuária. De acordo com o censo de 2010, mais da metade da população reside na zona rural do município. Ainda assim, das 2.626 matrículas realizadas na educação básica no período, 2.077 estão concentradas na área urbana (IBGE, Censo, 2010; INEP, Censo, 2010).

³⁵ Ressaca é uma localidade do município de Contagem, que integra atualmente a região metropolitana de Belo Horizonte. Na década de 1930, fazia parte da zona rural de Belo Horizonte.

³⁶ O bairro Santo André integra a atual região noroeste de Belo Horizonte. Foi um dos primeiros bairros constituídos fora da área da Avenida do Contorno, quando do progressivo crescimento geodemográfico da cidade.

campeonato brasileiro, eu nadava, modéstia a parte, bem.” (Entrevista, Ernesto, 2012). Ernesto apresentou algumas fotografias do período, ao passo em que narrava episódios a elas relativos.

Percebe-se na fala do entrevistado constante recorrência a episódios ligados à família, sobretudo envolvendo seus pais, e a revolução de 1930. Outros assuntos abordados por Ernesto se fizeram mediante incentivo do roteiro de entrevista. Atualmente Ernesto está aposentado e reside na região da Pampulha, em Belo Horizonte.

Neide

Com sessenta anos de casados, Neide e Odair³⁷ participaram juntos da entrevista que teve duração média de duas horas de gravação, realizada na residência do casal. Foi possível observar durante os relatos o emprego de estratégias conjuntas de rememoração dos episódios suscitados pelo roteiro de entrevista. Por se conhecerem desde a infância, diversos acontecimentos foram compartilhados pelo casal e as lembranças retomadas em parceria.

Participou também de alguns momentos da entrevista, Hélio, o filho do casal, historiador por formação e ouvinte atento, segundo relata, das histórias contadas pelos pais. Como ativador de algumas lembranças, o filho é chamado pelos pais a participar dos relatos.

Neide nasceu em um pequeno arraial chamado Aranhas, um distrito do município de Brumadinho³⁸, no interior do estado de Minas Gerais, em 1940. Relata que se mudou para Belo Horizonte em 1951, quando tinha 11 anos de idade. Sua vinda para a capital foi consequência da morte da mãe, fato que a deixou sob a guarda de uma irmã mais velha, que era doméstica na residência de um casal de italianos residentes no bairro Santo Antônio.

Assim como o marido, Neide, embora muito jovem, precisou trabalhar para garantir o próprio sustento e, em 1954, conseguiu um emprego de arrumadeira na casa de uma proeminente família

³⁷ Detalhes do perfil de Odair são apresentados no tópico a seguir.

³⁸ Brumadinho é um município localizado na região metropolitana de Belo Horizonte. O povoado inicial se desenvolveu em consequência da construção do canal de Paraopeba da Estrada de Ferro Central do Brasil, em 1917. Possuía como atividade econômica de base a mineração do ouro, que cedeu espaço à agricultura. Brumadinho foi emancipado em 1938, tornando-se município, período em que o distrito de Aranha lhe foi anexado, desmembrando-se do município de Itabirito. No ano de 2010, Brumadinho contava com uma população de 33.973 habitantes, da qual 84% vivia na zona urbana. Dados do mesmo período indicam que do total de matrículas realizadas na educação básica, mais de 80% integram a rede escolar urbana (Prefeitura Municipal de Brumadinho. Disponível em: <<http://www.brumadinho.mg.gov.br/>>. Acesso em: 10 jun. 14; IBGE, Censo, 2010; INEP, Censo, 2010).

belorizontina proprietária de uma empresa do ramo da construção civil, onde permaneceu até 1957, quando se casou com Odair. Essa família morava em uma casa construída em estilo *art nouveau*, arquitetura que ficou marcada na lembrança de Neide, que comenta detalhes como o chafariz na entrada e o caramanchão. Com essa família, além de Neide, trabalhava outra arrumadeira e uma cozinheira. Neide lembra-se, ainda, que já naquela época, meados da década de 1950, possuíam automóvel, fogão elétrico, geladeira, máquina de lavar roupas e outros eletrodomésticos importados. Os quatro filhos do casal estudavam no tradicional Colégio Sacré Coeur de Marie, educandário frequentado, basicamente, pela elite белорizontina. Filha de pais analfabetos, segundo relata, a irmã mais velha fazia questão que Neide frequentasse a escola, apesar de ela ser também pouco estudada:

Neide: Essa minha irmã, apesar de ser quase analfabeta, trabalhava na casa de um casal de italiano ali no Alto das Mangabeiras, mas ela tinha tanta vontade de estudar, que ela me pôs eu num grupo. (...) O grupo tá lá até hoje. O grupo... Hélio? (...). Aquele grupo que eu estudei no Santo Antônio é qual rua? Onde era o final do bonde?

Hélio: Barão de Macaúbas (Neide, entrevista, 2012).

Neide conta que apesar de ter começado a trabalhar bastante jovem, teve muitas oportunidades de continuar estudando. Após conclusão do ensino primário chegou, inclusive, por influência da irmã, a fazer o teste de admissão para continuar os estudos no ginásio, passou na admissão, mas não prosseguiu na escola. Em suas palavras:

Pois é, fazia admissão, depois da admissão é que ia fazer a quinta série, né? Aí eu entrei na admissão, na admissão. Aí o quê que acontece? Tinha que levantar muito cedo, era tempo de frio, aí minha irmã não tinha, como é que fala? Não tinha autoridade sobre mim (...) Então eu acabei nem estudando, sabe? Quer dizer, oportunidade eu tive. E eu sei que, assim, tive muitas oportunidades, muitas oportunidades. (...) Por exemplo, minha mãe morreu eu tinha oito anos. Depois meu pai adoeceu e morreu também. Aí eu tinha que ir assim pra casa de um e de outro. (...) Então o quê que acontece: eu fazia o que eu queria, quer dizer, nem ia na escola... Eu ainda fiz quarta série porque eu tinha uma madrinha, (...) que me fez levar as coisas mais a sério. Sabe, ela me ajudou demais, a minha madrinha. Se não fosse ela eu não tinha nem a quarta série (Neide, entrevista, 2012).

A propósito, as memórias da escola são bastante vivas para Neide, que narra passagens de sua época de estudante, dentre elas o ritual de formatura:

(...) Dava diploma na terceira e quarta série. Fazia aquela festa... Aí o pessoal cantava... Eu lembro das festas, gente! Como a gente dava valor! Cantava o hino nacional, cantava o hino da bandeira, né? Cantava aquela porção de coisa, né? Hoje a gente quase não vê isso, né? Mas na época era assim. Então depois que o Estado construiu um grupo lá, um grupo grande. Então passou a ter quarta série. Então eu voltei (...). Já tinha parado há

muito tempo; voltei e fiz quarta série. Aí tirei diploma de quarta série, aí tem dois diplomas, um de terceira e outro de quarta (Neide, entrevista, 2012).

Percebe-se, por meio dos relatos de Neide, que ao contrário do segmento anterior, há uma preocupação maior em inserir os sujeitos na educação formal, ou seja, escolar. Neide conta, por exemplo, que o avô, já incentivava os filhos a estudarem: “Eu acho que a minha família, o meu avô, pai da minha mãe, ele foi delegado lá no Aranhas (...) acho que ele tinha mais, como é que fala? Interesse né dos filhos estudar, o que oferecia lá, né? Que era igual eu tô te falando, só oferecia mais até a terceira série.” (Neide, entrevista, 2012).

Depois de casados, Neide e Odair foram morar no porão de um sobrado na rua Aquiles Lobo, no bairro Floresta, onde permaneceram até meados dos anos 1960, quando se instalaram no bairro Barreiro, onde residem atualmente.

Odair

Odair nasceu no mesmo arraial que Neide, Aranhas, em 1936. Atraídos pela ampla demanda de mão de obra para a crescente indústria belorizontina, Odair e seu pai deixaram o trabalho braçal no campo, em 1948, para tentarem a sorte na capital. Logo conseguiram se empregar, Odair como ajudante de balcão em um depósito de materiais, no Barro Preto, e seu pai na linha de produção de uma fábrica de pregos e telas localizada no bairro Santa Tereza, que ainda hoje se mantém em atividade.

Na época moravam em uma pequena vila, construída pelo dono da fábrica de pregos para os trabalhadores que nela trabalhassem, fossem eles solteiros ou casados, como o pai de Odair. Em meados da década de 1950, os pais de Odair retornaram à sua cidade natal, fato que o levou a morar no bairro Santa Tereza, onde permaneceu até se casar com Neide, em 1957.

Odair relata que sua rotina na capital mineira era dividida entre o trabalho e o estudo; filho de pais analfabetos, a relação com os estudos, dele próprio e dos filhos, aparece por diversas vezes durante a entrevista como algo valoroso. Dessa forma, desde muito jovem, aos doze anos de idade, começou a trabalhar em Belo Horizonte, mesmo em prejuízo da instrução escolar, em suas palavras:

Cheguei aqui, fui fazer serviço pesado, mas aí as coisas foram mudando, eu já pude trabalhar durante o dia e estudar à noite. (...) Eu estudava lá na José Bonifácio, lá na Floresta. Floresta não, Santa Tereza. E saía do serviço correndo à noite, chegava em casa, porque eu morava pertinho, e ia pra aula. Aí eu consegui aprender um pouco, ao menos pra minha despesa! (Odair, entrevista, 2012).

Odair não chegou a concluir o ensino primário, ainda que tivesse, segundo menciona, noção da importância dos estudos. Quanto à escola, recorda-se: “Eu fiz prova, fiz tudo, né? E sabia que eu ia passar de ano, aí não voltei na aula mais não. Não completei, parei no terceiro ano.” (Odair, entrevista, 2012). Assim como a esposa, Odair enfatiza que teve oportunidades de estudar, mas que por vontade própria não progrediu na escola:

(...) quando a gente não queria estudar, os pais já avisavam à professora: pode passar a vara nele aí. Manda um bilhete pra mim, que chegar em casa tem mais. E tinha mesmo. Então a gente tinha que levar a coisa a sério. Agora, eu como não levei a sério, ela mandava bilhete porque eu estava faltando, e tinha que explicar por que, ela queria saber, aí meu avô disse assim pra mim “cê não quer estudar não, né? então cê vai pra roça trabalhar comigo.” (...) Aí eu tinha que trabalhar o dia todo. Quer dizer, me deram... Oportunidade eu tive, né? Mas só que eu não soube aproveitar. Aí fiquei ralando lá na roça, e tal (Odair, entrevista, 2012).

Outra marca do casal é a resoluta crença religiosa; evangélicos, Odair e Neide embasam muitos de seus relatos em convicções vinculadas à igreja. É interessante observar ao longo da entrevista a construção de uma relação antagônica criada pelo casal frente às suas crenças religiosas e não religiosas. Embora afirmem temer a Deus e não acreditar em “fenômenos espirituais” de natureza desconhecida, o casal cita uma série de manifestações fantasmagóricas, como a Mãe de Ouro e a Mula sem cabeça³⁹, bem como elementos de outros segmentos religiosos, aceitando-os entre o conjunto de componentes de suas crenças. Os fenômenos são narrados como situações experimentadas, sobre as quais não se questiona a veracidade. Os trechos que se seguem procuram exemplificar o referido:

Neide: Hoje, por exemplo, que hoje graças a Deus, eu conheço Deus, mais que antes, né? Porque hoje eu sou evangélica. Aí o quê que acontece: eu conheço mais a bíblia, né, a verdade. Então eu não creio. Eu creio que essas coisas... Porque o povo é muito, como é que fala? Eles acreditavam muito em superstição...

Odair: Acreditavam nessas coisas, obra do diabo, que ele aparecesse...

Neide: [...] e o diabo quê que vai fazer? O diabo tem que aparecer mesmo. Tem poder de aparecer mesmo, de aparecer pras pessoas, até hoje. Só que eu hoje, hoje não acredito; não é que eu não acredito no diabo não, sabe? Acredito sim, acredito que ele existe, acredito que ele é poderoso, sabe? Só que ele não tem poder sobre a minha vida. Quem tem poder sobre a minha vida é só Deus. Entendeu? Mas naquele tempo eu tinha medo.

³⁹ Tais narrativas serão exploradas no capítulo 4.

[...]

Neide: Agora, seu pai [pai de Neide] foi um homem que viu de perto a mula sem cabeça. Então a gente ficava assim meio receosa naquela época, né? Assim, meu Deus, será que esse trem vai aparecer pra mim?

[...]

Neide: Sempre debaixo da árvore tinha despacho. Aí meu pai era muito abusado, minha tia que conta, a irmã dele que contava, mas também morreu. E meu pai passava lá e chutava aquele trem todo, pegava a pinga, e levava pra casa. E aí meu pai acabou doente mental. Meu pai teve problema mental, e foi até morrer. Aí quê que acontece: minha tia falava que meu pai que era muito abusado. Que aqueles trem, que meu pai ficou doente por causa daquelas coisas que ele abusava muito... (Neide e Odair, entrevista, 2012, grifos nossos).

As crenças em fenômenos de natureza metafísica oscilam na fala do casal tomando como base outro conjunto de convicções, as religiosas. Tal sistema de valores foram repassados aos filhos, tendo todos assumido a religião evangélica. Curioso observar que o mesmo antagonismo dos pais encontra-se presente na fala de Hélio, ao assumir que embora fosse religioso, tinha medo das histórias narradas pelos pais e daquelas que circulavam “boca a boca” pela cidade: “[...] nós éramos protestantes. Sempre fomos. Então mesmo assim era uma coisa que todos se submetiam a esse medo. Submetia a todos. Então ela [a Loira do Bonfim] aterrorizava a todos os cristãos de Belo Horizonte.” (Hélio, entrevista, 2012).

Entre posicionamentos divergentes, constituídos mediante crenças diversas, Odair e a esposa traçam uma relação idiossincrática com os variados episódios que compõem suas vidas. Marcas de valores morais e religiosos povoam suas falas e trazem consigo contribuições relevantes para pesarmos os sentidos diversos envolvidos na constituição subjetiva de cada indivíduo.

Otávio

A entrevista realizada com Otávio ocorreu em meu ambiente de trabalho, uma faculdade privada de Belo Horizonte, uma vez que o contato com ele se deu por intermédio de uma de minhas alunas, sua filha. Com duração aproximada de duas horas, a gravação das falas de Otávio sofreu algumas interrupções ao longo da entrevista, a seu pedido, mediante momentos de profunda emotividade. Relembrar o passado pareceu, em algumas ocasiões, um exercício pouco agradável ao entrevistado. Entretanto, ao término da atividade, ele se disponibilizou para novos contatos, caso a pesquisa assim demandasse.

Nascido em 1939, Otávio, carioca de Belford Roxo⁴⁰, cidade localizada na Baixada Fluminense, deixou o Rio de Janeiro ainda moço para tentar uma nova vida na capital mineira. O pai era gerente de um restaurante e a mãe cuidava dos afazeres domésticos. Com a família constituída por quatro irmãos, após sofrer a perda de dois deles, decidiu buscar algum lugar onde as lembranças não fossem sentidas de forma tão dolorosa e que os níveis de violência fossem menores. O pai, nascido em Minas Gerais, serviu como inspiração para a futura trajetória do filho. Além desses motivos, Otávio veio para Belo Horizonte em busca de melhores condições de vida.

Otávio começou a trabalhar aos quinze anos de idade, em Belford Roxo, já com sua Carteira Profissional do Menor. Essa lembrança fez com que ele estabelecesse comparações dessa época com o tempo presente, remetendo-o às facilidades encontradas pelos filhos, no tangente à instrução, e sua impossibilidade de estudar no período: “Meu pai era um bom pai, apesar de que eu passei um período que eu tinha vontade de estudar e meu pai falou: ‘não, daqui pra frente você vai tirar sua carteira e trabalhar’” (Otávio, entrevista, 2012). Devido à necessidade do trabalho precoce, não foi possível estudar mais do que a “quinta série”, atual terceiro ano do segundo ciclo, do Ensino Fundamental. Da época da escola, guarda boas lembranças, das quais selecionamos o trecho que se segue:

Eu estudei no Grupo Escolar Professor Paris. Em Belford Roxo. (...) eu entrei no jardim da infância. Fez um ano de jardim da infância, passei para o primeiro ano, com um livro que chamava “Meu Tesouro”. Esse livro tinha pro primeiro ano, pro segundo, pro terceiro, pro quarto e pra quinta série. Todos eram o “Meu Tesouro”. Só que um era diferente do outro. (...) Aí eu terminei a quinta série, o colégio fornecia (...) admissão. Chamava o curso Admissão no Ginásio. (...) Aí fui fazer admissão. Mais um ano de admissão. Quando passei na admissão fui pedir meu pai pra colocar no ginásio, que no ginásio já não tinha em Belford Roxo. Tinha que pegar o ônibus e ir para Nova Iguaçu, que (...) tinha dois ginásios. Era um de calça comprida e camisa branca com a gravatinha. (...) Aí foi que meu pai falou: não, você não vai para o colégio (...). Você vai é trabalhar pra me ajudar. Aí eu fui trabalhar pra ajudar meu pai. Foi um bom pai, ajudei muito, era daquele filho que tudo que ganhava e recebia primeiro meu pai pegava o envelope com dinheiro e tudo. Eu não abria. No dia de pagamento eu recebia o pagamento e colocava na mão dele (Otávio, entrevista, 2012).

⁴⁰ Belford Roxo é um município localizado na região metropolitana do estado do Rio de Janeiro, na Baixada Fluminense. Somente em 1990 Belford Roxo é elevado à categoria de município, desmembrando-se de Nova Iguaçu. Segundo dados censitários de 2010, a totalidade da população, estimada em quase quatrocentos e setenta mil habitantes, residia na zona urbana. O município contava no ano 2000 com escolas em toda sua região, sendo 23 no Pré-escolar; 93 no Ensino Fundamental e 33 no Ensino Médio (IBGE, Censo, 2010).

Em Belo Horizonte, morou no bairro Renascença, próximo ao Floresta, durante seu primeiro casamento. Em seguida se mudou para o bairro Barreiro, onde reside atualmente. Sobre sua motivação de mudança para a capital, comenta:

(...) nós começamos a namorar [refere-se à primeira esposa] (...) já arrumamos nossa primeira filha, (...) aí eu falei “vou pra Belo Horizonte e vou tomar uma atitude na minha vida”. Aí vim pra cá, entrei pra Polícia Militar, entendeu? Aí fui procurar um lugar pra morar, aí fui, voltei lá, busquei a mãe da Mônica e a minha outra filha mais velha. Aí eu comecei a criar a família aqui. Aí nisso fiquei viúvo, minhas filhas estudaram, fizeram as amizades delas, e eu continuei trabalhando, trabalhando, até que na década de noventa eu me aposentei. (...) Mas eu não tive coragem de deixar essa cidade (Otávio, entrevista, 2012).

Segundo Otávio, a vida em Belo Horizonte foi muito árdua desde sua chegada à capital. Conta que, em Minas Gerais, trabalhava muito e recebia pouco, chegando até mesmo a ficar sem salário durante a crise instaurada pelo golpe de 1964.⁴¹ Sem condições de manter a família, Otávio passou a trabalhar como guarda de um “trem pagador”. Este saía do Rio de Janeiro e circulava em algumas cidades mineiras. Segundo relata, não havia bancos disponíveis em pequenas cidades, apenas em grandes centros urbanos, aumentando o trajeto do “pagador”:

Conheci o Estado de Minas todo através do trem pagador. Nós todos de ponta a ponta aí, rodava pra tudo enquanto era lugar, só pra poder levar dinheiro pros outros. Aí foi indo a época que já começou a melhorar, eu já ganhava um pouquinho mais pra ajudar minha família melhor, entendeu? (Otávio, entrevista, 2012).

Após o encerramento da carreira militar, Otávio tornou-se taxista, passando a circular por diversos espaços públicos de Belo Horizonte, “lugar privilegiado para ouvir conversas de passageiros, assuntos de diversas ordens” (Otávio, entrevista, 2012).

Um fator de destaque na fala de Otávio é o “jeito mineiro” de ser e de se comportar⁴². Com um olhar, inicialmente, alheio a peculiaridades da cidade, visto que viera do Rio de Janeiro com mais de vinte anos de idade, Otávio comenta suas impressões e estranhamentos em relação aos mineiros e não apenas ao belo-orientino, uma vez que teve oportunidade de conhecer moradores de outras cidades do interior do estado.

⁴¹ Algum tempo após sua chegada a Belo Horizonte, Otávio ingressou na carreira militar durante a década de 1960, período marcado pela Ditadura Militar. Maiores informações sobre o Golpe Militar de 1964 podem ser consultadas em Martins Filho (2006).

⁴² Comentaremos com maiores detalhes a questão da “mineiridade” no capítulo 2.

Comentários acerca de práticas de leitura e escrita não são mencionados em relação à sua infância, apenas à fase adulta, enfatizando seu gosto pela leitura de jornais. Outro ponto de evidência em sua fala é o incentivo ao estudo dos filhos, quatro ao todo, sendo três mulheres do primeiro casamento e um homem do segundo. Vale notar que Otávio não se percebe como contador de histórias, embora tenha exposto diversas narrativas de natureza pessoal (sobretudo relativas à sua juventude), durante a entrevista. Assume, por fim, que esse tipo de histórias ele gostava de contar para as filhas, que sempre ouviam com interesse, mais de uma vez, inclusive.

Vanda

Vanda nasceu no oeste da Bahia, em uma cidade chamada Barra⁴³, no ano de 1940. Perdeu seus pais ainda muito pequena, vítimas de tuberculose, sendo cuidada, a partir de então, por um casal amigo da família. A mãe adotiva, mais tarde, tornou-se madrinha de crisma de Vanda. Ela era formada em contabilidade e trabalhava como costureira, seu marido atuava como contador. Ainda criança, com cinco anos de idade, Vanda mudou-se com a família adotiva para Pirapora, no norte de Minas, e alguns anos depois migraram para Belo Horizonte.

A infância de Vanda foi vivida na região central de Belo Horizonte, no bairro Funcionários, a três quarteirões da Avenida Afonso Pena. Embora não fizessem parte da elite da cidade, os pais de Vanda tinham uma boa situação financeira. Ainda assim, Vanda, junto às duas outras irmãs adotivas, era responsável pelas tarefas domésticas.

Em relação à escola, conta que não foi incentivada pelos pais adotivos a estudar, o que considera ter sido por sua condição de criança adotada. Relata que chegou a frequentar a escola por iniciativa própria, uma vez que alimentava o desejo de estudar e procurou informações sobre como matricular-se em uma escola:

Olha, acho que o povo antigamente não ligava muito pra educação, principalmente quando era menino criado assim. Pegava pra criar, é como se fosse uma caridade. O pai morreu, a mãe morreu, coitadinha. Deixa dar o que comer, o que vestir, mas educação, eles não se preocupavam com isso. Eu entrei pra escola por mim mesma. Eu conheci uma menina que morava numa favela que chamava “Pau Comeu”, era uma favela lá na Serra. (...) Aí eu perguntei aonde ela estudava, ela falou “eu estudo lá no Pedro II”. Eu

⁴³ O município era chamado Barra do Rio Grande até 1931, sendo alterado para Barra, desde então. Dados de 2010 informam que quase metade da população de Barra (46%) vivia na zona rural. Interessa observar que, apesar desse dado, a maior concentração de matrículas na rede pública de ensino ocorre, precisamente, em escolas rurais (59%). (IBGE, Censo, 2010; INEP, Censo, 2010).

falei “sou doida pra entrar pra escola”. Ela falou “entra, boba, mas cê só não pode falar que cê mora aqui”. Se você falar que mora aqui eles não vão te aceitar. Então cê tem que falar que cê mora numa favela, com sua avó, que sua avó é velhinha, e que cê é pobre, e que cê foi fazer a matrícula. E assim fui, ela me levou lá no Pedro II, eu fui e falei com a diretora. Eu lembro que a diretora se chamava Dona Silvia. Aí cheguei e falei com ela que eu morava lá no Pau Comeu (...), arrumei essa mentirada toda... Ela ainda olhou pra mim e falou “mas cê tá tão limpinha, tão arrumadinha, tá com um vestido tão bonitinho”, “ah, foi eu que ganhei”. Sabe que menino é danado, né? Aí ela fez minha matrícula e me deu de tudo: me deu uniforme, me deu caderno, me deu tudo já pra mim entrar pra escola. Aí eu entrei. (Vanda, entrevista, 2013).

Vanda tinha entre oito e nove anos quando entrou para Grupo Escolar Pedro II. Coursou até o segundo ano primário, apenas retomando os estudos na maturidade. Conta que, embora tivesse “muita facilidade para aprender as coisas da escola”, por um castigo da mãe, de não deixá-la ir à aula, Vanda perdeu uma das provas que lhe conduziriam ao ano seguinte e, envergonhada com a situação, não voltou mais à escola:

(...) um dia eu passando ali na Avenida Brasil, a minha professora tava no ponto do ônibus, chamava Maria Rosa. Uma gracinha de professora. Aí ela me chamou e falou “(...) logo você, minha melhor aluna, com as notas maravilhosas que cê tava, cê perder a prova? Pra quê que cê fez isto?” aí eu não falei nada, não respondi, saí chorando e fui embora. Nunca mais eu quis saber de escola. (Vanda, entrevista, 2013).

Ainda criança, Vanda inventou um sobrenome e uma data de nascimento para si, visto que não tinha documentos que lhe indicassem, por exemplo, o dia de seu aniversário. Escolheu uma data de festa na cidade, de cujas celebrações sempre gostou de participar, dia sete de setembro, Independência do Brasil.

Vanda relata que foi uma criança bastante levada e que costumava fugir de casa, uma vez que se sentia rejeitada pela família adotiva. Em uma dessas fugas, chegou a passar meses na casa de um casal cuidando da filha pequena deles. Como não se adaptava à casa onde vivia com os pais adotivos, foi por eles internada em um asilo feminino dirigido por freiras, situado em outro bairro. Em suas palavras:

Hoje eu entendo por quê. Mas quando eu era menina eu não gostava da minha casa. (...) Se eu chegasse na sua casa, tivesse uma criança, ali eu ficava, eu não tinha vontade de ir embora. Aí eu fugi pra brincar com uma menina ali na Avenida Brasil, (...). Fiquei lá parece que uns três ou quatro meses. Aí um dia eu falei com a dona “vou ficar aqui mais não porque ocê prometeu me dar as coisas e não deu nada até hoje. Eu vou me embora.” Aí imediatamente eles ligaram avisando que eu tava falando que ia embora. Aí eles falaram “não deixa ela sair não. segura ela aí que nós vamos internar ela”. Aí me pegaram de carro, me levaram pro – antigamente era Asilo Bom Pastor, que o bairro hoje... Não lembro o nome do bairro. (Vanda, entrevista, 2013).

Vanda conta que os pais nunca foram visitá-la e que passou o resto de sua infância e a adolescência nesse internato, até completar dezoito anos, idade limite para lá viver, tendo que deixar o lugar que, para ela, tornou-se referência de família. Voltou para a casa dos pais adotivos, mas não desejava permanecer lá. Esse foi o período em que decidiu trabalhar fora de casa, como empregada doméstica, mesmo a contragosto dos pais, que chegaram a dizer-lhe que “toda pessoa que trabalha em casa de família é prostituta” (Vanda, entrevista, 2013). Mas, além do desejo de sair de casa, Vanda sonhava em ter seu próprio ganho para, assim como as amigas, poder cuidar de si, ter maquiagem, comprar roupas e arrumar o cabelo. Chegou a trabalhar em duas casas ao mesmo tempo e permaneceu nessa atividade até se casar.

Depois de casada, Vanda chegou a morar nos bairros Sion, Santa Efigênia e Pompeia, em Belo Horizonte. Depois disso, para acompanhar o marido que havia se tornado jogador profissional de futebol, mudou-se para Formiga, cidade localizada no centro-oeste mineiro. Entretanto, essa carreira do marido durou pouco e tiveram que regressar para Belo Horizonte, indo morar no bairro Alto Vera Cruz, onde reside até o momento. Vanda conta que foi uma época difícil, período em que sua filha tinha apenas três meses de nascida e o bairro não apresentava condições básicas para se morar, como fornecimento de água, luz, esgoto, calçamento e transporte público.

Por experimentar o lado mais favorecido da cidade, contrastando com a realidade na qual se encontrava, Vanda passou a lutar pelos direitos dos moradores, tornando-se uma das principais responsáveis pelo processo de urbanização do bairro. Tal participação ativa na vida da comunidade fez de Vanda uma das lideranças comunitárias mais importantes do Alto Vera Cruz.

Os integrantes desse segmento, embora não tenham avançado tanto no processo de escolarização, como os do terceiro segmento, que possuem nível superior de instrução, tiveram maiores possibilidades de estabelecer contato mais frequente e duradouro com culturas do escrito, sobretudo em relação às entrevistadas do primeiro segmento. Como indicadores desse contato, consideramos o acesso a materiais e práticas que se valem da escrita em sua constituição e circulação.

Já se nota nesse segmento maior demanda e interesse por processos educativos, sobretudo formais, ou escolares. Em geral, tais demandas provêm das famílias, que sem ou com pouca escolarização, reconhecem a necessidade de instrução dos filhos como forma de promoção social.

A trajetória dos indivíduos deste segmento é marcada, mesmo que em escalas diferenciadas, por um contato estabelecido desde a infância com culturas do escrito e pelo emprego da escrita em atividades diversas de seu cotidiano. Todos os entrevistados sabem ler e escrever com relativa facilidade e foram inseridos na instrução formal durante idade escolar, chegando a cursar, por no mínimo dois anos, a educação primária. Em casos como o de Vanda, houve retorno à formação escolar já na maturidade, em outros, como o de Ernesto e Otávio, a progressão nos estudos se deu ainda na infância, embora intercalada com atividades de trabalho.

1.1.3 TERCEIRO SEGMENTO: NÍVEL ELEVADO DE PROXIMIDADE COM A ESCRITA

Alberto

Nascido em junho de 1917, na capital mineira, Alberto tem reunidas muitas lembranças da história de Belo Horizonte que se misturam com recordações de sua própria vida. Aos 96 anos de idade, Alberto era aluno de um centro de educação superior, local onde o conhecemos. As entrevistas foram realizadas na própria instituição de ensino, em duas sessões distintas, de forma a não cansá-lo em demasia, uma vez que havia muita história a ser contada, contendo detalhes de muito interesse para esta pesquisa. Houve muita conversa nos momentos que antecederam e sucederam as mais de três horas que somaram a gravação de sua fala.

Alberto é o terceiro dos dezoito filhos que constituíam sua família. Morava no bairro Barroca, próximo ao Barro Preto, na região central de Belo Horizonte. A mãe se dedicava aos cuidados com a casa e a família, ao passo que o pai trabalhou na construção de estradas de ferro, depois como condutor de veículos movidos à tração animal, até que o automóvel chegou em Belo Horizonte, e ele passou a trabalhar como motorista. Ambos eram analfabetos, embora a mãe tivesse frequentado uma escola rural, em Santa Quitéria, arraial de onde provinha, por seis meses. Alberto lembra que ela se interessava muito pelas lições que os filhos aprendiam na escola e lhes pedia que a ensinassem. Ainda assim, só aprendeu a assinar o próprio nome. Ele reforça, com sua fala, dados estatísticos do período – início do século XX – que “não era novidade o casal que era

analfabeto” (Alberto, entrevista, 2013). O pai, com semelhante instrução à da mãe, possuía carteira de motorista, mesmo sem saber ler e escrever, o que, segundo Alberto, era bastante comum no período inicial de consolidação da nova capital.

Embora tivesse precisado trabalhar desde cedo, por volta dos dez anos de idade, ele e os irmãos conseguiram estudar e fizeram, na época, o ensino primário no Grupo Escolar Francisco Sales. Alberto fala da precariedade da educação no período, da falta de escolas que atendessem às demandas da população e da dificuldade em continuar os estudos:

Bom, meus irmãos já tiveram tempo de ir na escola, né? Fazer pelo menos o curso primário. Mas por causa do meu pai e da minha mãe não terem vivência também, pobreza, vida muito difícil, não se pensava em pagar escola pra menino não, né? Primeiro que não tinha escola. Nós tínhamos aqui para estudar só o... Esqueci no nome da escola. A escola era do Estado. Só tinha uma. (...) E particular não tinha, porque se tivesse escola não tinha aluno! (...) Ela [a irmã] era muito estudiosa e era sempre a primeira da sala. Quando terminou o curso primário, ela “vamos estudar, vamos estudar”... Mamãe teve notícia que arranjava alguma vaga de graça pra estudante pobre, ela foi lá, mas eles nunca podiam nem receber mamãe! Nem recebida lá ela nunca foi. Ela voltava no caminho mesmo. (...) Estudar, fez curso primário, todo mundo fez, né? Mas o ginásio mesmo poucos fizeram. (Alberto, entrevista, 2013).

Alberto relata que já era casado e tinha seu filho quando deu sequência aos estudos, ingressando no ensino ginasial. Essa era uma exigência para progressão de carreira na Polícia Militar, que integrou aos dezoito anos de idade. Os cursos eram oferecidos gratuitamente pela própria corporação, como forma de incentivar a instrução escolar de seus integrantes; Alberto foi um dos primeiros alunos da escola.

Quando completou trinta anos de serviços prestados à corporação militar, Alberto fez vestibular para o curso de Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), compondo a primeira turma de formandos do curso. Passados cerca de dez anos dessa primeira formação, Alberto voltou à UFMG para fazer o curso de Direito, que concluiu na década de 1970.

Do tempo de criança, recorda-se das histórias e piadas que eram contadas pelo pai, bem como dos casos de assombração que lhe davam muito medo. Embora afirme lembrar-se bem das narrativas contadas, não se considera capaz de repeti-las, pelo menos não da mesma forma como o pai o

fazia. Para os filhos, Alberto preferia ler histórias, de gibis, d'*O Tico-Tico* e *X-9*⁴⁴ a contar narrativas “de cabeça”.

Seu depoimento é marcado pela vivência em períodos conturbados da história, não apenas de Belo Horizonte, mas de todo o país. Lembra-se com minudências da Revolução de 1930 que assolou a capital mineira e, mais drasticamente, o bairro Barro Preto, região onde morava, bem como da segunda guerra mundial, noticiada por meio dos rádios que traziam informações para famílias de parentes que partiram para o combate.

Alberto ainda vive na região do Barro Preto e continua a dar sequência aos seus estudos. É aluno de um curso dirigido a indivíduos da maturidade, em uma faculdade privada de Belo Horizonte. Tem uma memória admirável, recorda-se com detalhes de variados episódios de sua infância e juventude, que serão expostos ao longo deste estudo.

Marilene

Com duração aproximada de três horas de gravação, a entrevista com Marilene ocorreu em sua residência, localizada no bairro São Bento, região nobre de Belo Horizonte. Profunda conhecedora e estudiosa da história da cidade, antes de ter o gravador acionado, apresentou-me uma série de obras e periódicos que retratam a história da capital mineira, entre elas uma de sua autoria⁴⁵. Além de ter disponibilizado seu acervo para consulta, Marilene também ofereceu alguns manuscritos e trabalhos não publicados, de sua autoria, para estudo. Após conversa informal sobre a Belo Horizonte de décadas passadas, deu-se início à entrevista gravada.

Nascida em São Pedro dos Ferros⁴⁶, Zona da Mata do estado de Minas Gerais, em 1937, Marilene veio aos dez anos de idade para a capital estudar como interna em um colégio religioso. A família

⁴⁴ A revista *O Tico-Tico* foi a primeira a publicar histórias em quadrinhos no Brasil, cuja primeira edição data do ano de 1905. Possuía periodicidade semanal e era bastante popular, chegando a circular até o final da década de 1970. A revista *X-9* também possuía grande popularidade no Brasil, sobretudo na década de 1950; ao contrário de *O Tico-Tico*, era dirigida, sobretudo ao público adulto, oferecendo como principal atrativo contos policiais de leitura rápida. Tinha, além disso, novelas de terror e suspense, bem como quadrinhos. Como a *O Tico-Tico*, a *X-9* foi publicada até os anos 1970. Mais informações em Júnior (2004) e Sereza (2007). A revista *O Tico-Tico* e seu almanaque encontram-se disponíveis no endereço eletrônico da Biblioteca Nacional, em versão digital.

⁴⁵ Trata-se da obra *Colégio Sacré Couer de Marie*, pertencente à coleção *BH: a cidade de cada um*. Vol. 15. (LE MOS, 2009).

⁴⁶ São Pedro dos Ferros foi distrito de Rio Casca até 1943, quando alcançou emancipação político-administrativa. A agropecuária é uma das principais atividades econômicas do município, que, em 2010, conservava 54,5% da

era composta por mais uma irmã, nascida sete anos depois de Marilene. À mãe eram atribuídos os cuidados do lar e o pai era um médico que se tornou muito conhecido em Belo Horizonte, cujo trabalho chegou a ser publicado em uma obra memorialística, que descreve:

Doutor Luizinho era um médico que morava na esquina da Rua Rio Verde com a BR-3. Era o médico do bairro de todos nós para toda obra. Dor de garganta, mal-estar, cólicas, pé quebrado, espinhela caída, corte profundo, furúnculos, a primeira providência era correr para a casa do Doutor Luizinho. Ele era o retrato falado de um típico médico: cabelos curtos bem penteados, óculos diários, terno azul marinho, guarda-pó, um bloquinho de receitas na mão, e na outra uma caneta tinteiro parca 51. (VILLAS, 2008, p.77-78).

Segundo Marilene, internato e Belo Horizonte eram, em sua concepção, sinônimos. Iniciou os estudos no Sagrado Coração de Jesus e, posteriormente, foi para o Colégio Sacre Couer de Marie, educandário de elite, dirigido por freiras, do qual Marilene guardou a maior parte das lembranças narradas durante a entrevista. São contadas histórias de naturezas diversas, como, por exemplo, a tristeza sentida aos domingos no internato e tentativas de enganar as freiras:

Domingo à noite no internato era a coisa mais triste que você pode imaginar. Então, a gente ia pra benção do santíssimo à noite né, tinha aquelas ladainhas todas, e tal; rezava, rezava, rezava... E tinha uma música que era muito triste, chamava se *Tantun Ergo*, uma música cantada em latim. (Ela canta) Aí a gente usava véu não é! Aí começava assim (ela imita o choro das moças), aí parecia aquela epidemia, aí todo mundo começava a chorar, e o véu também servia também para enxugar as lágrimas não é. Então era uma tristeza que não acabava mais! (...) Domingo de noite, era a pior hora. Até hoje eu não gosto de domingo de noite! Por causa disso. (...).
O namorado de uma aluna interna para visitá-la, vestiu-se de padre. Ele se apresentou como amigo da família da moça obtendo assim autorização para vê-la e até percorrer as dependências da casa ciceroneado pela namorada. A moça acabou confidenciando o fato a amigas, a notícia transpirou, e a expulsão foi inevitável. (Marilene, entrevista, 2012).

São significativas as marcas do Sacré Couer na história pessoal da entrevistada, não apenas pela quantidade de menções em seu relato durante a entrevista, como também pela escrita de uma obra memorialística sobre o educandário (LE MOS, 2009). Assuntos como currículo, normas de comportamento e disciplina, impressões da vida em regime de internato são lembrados e narrados por Marilene na obra e retomados ao longo da entrevista.

Marilene relata alguns dos rituais que marcavam o cotidiano escolar no internato, ritos eminentemente católicos e dogmáticos, como a exigência de assistir à missa pela manhã para,

população vivendo em zona rural. Contudo, apesar de possuir menos da metade da população vivendo em área urbana, nesse mesmo período, a incidência de matrículas na rede pública urbana de ensino somava 90%. (IBGE, Censo, 2010; INEP, Censo, 2010).

somente em seguida, tomar o desjejum e dirigir-se à sala para as aulas. Havia também cerimônias precedidas por orações, cantos e ladainhas. Dentre outras atividades permitidas no educandário, relaciona os jogos de vôlei, rodas de conversa e audição de músicas, todas devidamente fiscalizadas por rigorosa censura da instituição, “afinal, eram músicas ‘lá de fora’ e cuidava-se que a cabecinha das meninas não ficasse muito entretida com caraminholas e coisas profanas.” (LEMOS, 2009, p. 56-57).

A censura aplicada às músicas se estendia à leitura dos livros disponíveis na própria biblioteca do Sacré Couer, na qual, salvos alguns exemplares no “estilo Júlio Verne”, predominavam leituras edificantes, como as narrativas de vida de santos católicos. Tais livros apenas podiam ser retirados da biblioteca pelas internas aos domingos. As leituras eram orientadas pelo *Index Librorum Prohibitorum*, um catálogo de publicações literárias que eram proibidas pela Igreja Católica Apostólica Romana. Além disso, Marilene relata que era proibida a formação de duplas conversando durante os momentos de lazer, os ‘grupinhos’ deveriam se formar de três ou mais integrantes, sob a fiscalização atenta das freiras. Além das missas e orações diárias, integrava a rotina do internato a disciplina “Etiqueta”, orientada por um manual de Carmem D’Ávila intitulado *Boas maneiras*, no qual eram relacionados normas e ritos comportamentais femininos.

A constituição de uma identidade forjada no cerne de uma educação religiosa fica evidenciada ao longo da fala de Marilene. São dados detalhes de rituais ligados à formação das alunas, como procissões e retiros espirituais, além, obviamente, das aulas específicas de religião. Diariamente oferecidas, essas aulas se voltavam ao ensino da doutrina religiosa, dogmas, sacramentos, Mandamentos de Deus e da Igreja, pecados capitais e liturgia das cerimônias religiosas. Em um dos capítulos finais de sua referida obra, Marilene observa: “Término de um ciclo, ingresso para outra etapa, para a vida real, a vida para a qual estivéramos nos preparando”.

Marilene estudou como interna no Sacré Couer até a quarta série ginásial, quando os pais se mudaram para Belo Horizonte, mas continuou os estudos no educandário, como externa. Como passou boa parte da infância e início da juventude como aluna do Sacré Couer, os relatos de Marilene incidem, especificamente, sobre a vida na instituição.

Depois de concluído o curso normal (atual Ensino Médio), Marilene casou-se e lecionou por 17 anos, atividade que, apesar do tempo em exercício, confidencia que detestava fazer. Após esse período, formou-se em Biblioteconomia, mas não chegou a atuar na área. Foi, ainda, comerciante de roupas, trabalhando com moda por vinte e cinco anos. Mais tarde, já na maturidade, motivada pela filha, após grave crise depressiva, tornou-se contadora profissional de histórias e escritora de livros.

Rogério

Rogério nasceu em 1932, em São João del-Rei⁴⁷, Minas Gerais. Veio para Belo Horizonte aos 18 anos de idade dar continuidade aos estudos. A entrevista realizada com Rogério ocorreu em sua residência e teve duração média de duas horas de gravação. Tivemos oportunidade de conversar por algum momento antes de ter o gravador acionado, momento em que expus os objetivos da pesquisa e que Rogério comentou sobre seus novos projetos de trabalho.

Segundo Rogério, seu pai era industrial e poeta, contador de casos de “família” e “imaginados”. Sua mãe era natural de uma cidade próxima a São João del-Rei, Prados, onde, segundo Rogério, grande parte da população é formada por músicos: “[...] é a cidade mais musical que existe. Como em São João del-Rei que tem fama de música, mas Prados é uma cidadezinha que tem seis mil habitantes hoje, três mil são músicos” (Rogério, entrevista, 2012). A questão da musicalidade é bastante presente nos relatos desse entrevistado, que ao tratar de narradores de histórias, em especial de sua infância, conta a história dos “sinos narradores” de São João del-Rei:

Uma das coisas mais curiosas que tinha na história da Santa Casa foi que o médico era chamado pelo sino. Determinado toque o médico sabia que era pra chamar o médico. Outro toque era pra chamar o capelão que alguém tava morrendo e precisava de extrema unção. E até hoje em São João del-Rei é assim, os sinos são narradores. (Rogério, entrevista, 2012).

Além dos sinos e do pai, Rogério recorda das histórias contadas por um tropeiro viajante, narrativas que marcaram sua infância. A casa da família era bastante movimentada, afora os sete

⁴⁷ São João del-Rei localiza-se no sudeste de Minas Gerais, na bacia do Alto Rio Grande, na região do Campo das Vertentes. Sua formação se deu em decorrência da exploração de ouro, sobretudo nas proximidades do Rio das Mortes. É hoje o maior município setecentista do estado de Minas Gerais, integrando o conjunto de cidades históricas do estado. Dados censitários de 2010 informam que 94,5% de sua população era urbana, dado que justifica 96,4% das matrículas na rede pública de ensino terem sido realizadas, nesse mesmo período, na área urbana. (IBGE, Censo, 2010; INEP, Censo, 2010).

irmãos, os primos maternos ali moravam para estudar, dada a baixa condição financeira das famílias de origem.

Quanto aos demais membros da família, menciona o avô, imigrante português, que veio aos 10 anos de idade para o Brasil. A família do avô era proprietária de uma fábrica de tecidos em Portugal, e teria sido motivada a deixar o país em decorrência de uma recessão econômica. A fábrica foi reaberta no Brasil e seu pai e tios, por orientação do avô, foram levados a estudar áreas afins ao desenvolvimento dessa fábrica. O pai, por exemplo, estudou pintura de tecido, em Juiz de Fora.

Em relação à mãe, conta que embora não existisse grupo escolar em Prados, ela aprendeu português, francês e música de forma independente, não escolar. Segundo Rogério, os maestros da cidade eram grandes mestres em outras áreas e “faziam um sistema de rodízio para ensinar” (Rogério, entrevista, 2012). Os tios, em situação semelhante, foram todos alfabetizados, também em instâncias não escolares.

Rogério comenta que todos, irmãos e primos, sempre foram motivados a seguir o ensino escolar. Conta que estudou latim, língua que integrava o currículo por influência da Igreja Católica, o que lhe teria facilitado a aprendizagem de outras línguas como o francês, língua encontrada nos currículos escolares das décadas de 1930 e de 1940. Sobre a instrução escolar em São João del-Rei, onde estudou até começar o curso superior em Belo Horizonte, comenta:

São João tinha escolas importantes como Santo Antônio, como o (1909), o Colégio dos Salesianos, o colégio do pai do Otto Lara Rezende. Os grupos escolares eram todos do governo, e todos de altíssima qualidade, porque as professoras, na minha opinião, são as rainhas, são inesquecíveis, a gente achava que elas eram velhas, a gente entrava pra escola com sete anos. Elas tinham dezesseis, dezessete, eram normalistas. Então a minha primeira professora me visitou até o ano que ela morreu. Ela fazia questão de vir cá pra conversar comigo, ler meus livros... (Rogério, entrevista, 2012).

Rogério formou-se em medicina com especialidade em psiquiatria. Mesmo atuando na área médica, tornou-se escritor de literatura infanto-juvenil. O trabalho de Rogério na literatura é reconhecido tanto no Brasil como no exterior, sendo, por exemplo, representante do país em feiras literárias internacionais. Rogério tem uma média de cinquenta livros publicados, muitos deles premiados dentro e fora do país.

Teve sete filhos, seis homens e uma mulher. Rogério comenta que a filha foi a grande motivadora de sua carreira como escritor, quando, ainda criança, fez o seguinte comentário: “‘pai, para de contar essa história’. Ela era pequenininha. Eu falei: ‘por que, não tá gostando não?’ ‘não, porque você vai esquecer, vai lá e escreve ela.’ Foi aí que eu comecei a publicar os livros.” (Rogério, entrevista, 2012).

Úrsula

Exímia contadora de casos, Úrsula relata seu envolvimento com narrativas, orais e escritas, como episódios marcantes de sua vida, desde a infância. Nascida em Araçuaí⁴⁸, cidade mineira localizada na região do Vale do Jequitinhonha, em 1934, veio aos três anos de idade para Belo Horizonte morar com uma tia.

Mesmo antes de ter o gravador acionado, Úrsula deu início a relatos sobre sua chegada e peripécias na capital mineira, ainda menina. Busquei retomar partes de sua fala ao dar início à gravação de suas lembranças. Com aproximadamente três horas de duração, a entrevista com Úrsula ocorreu em sua residência e foi acompanhada por seu esposo, que também respondeu a algumas questões suscitadas pelo roteiro de entrevista. Bastante falante, como ela mesma destaca em alguns momentos da gravação, Úrsula assumiu a direção dos relatos.

Quando perguntada sobre sua vinda para Belo Horizonte, Úrsula explica que conheceu a capital mineira quando veio, a passeio, visitar uma tia que morava na cidade e ficou, em suas palavras, “encantadíssima” com o que viu:

Belo Horizonte era muito diferente do que era hoje, né? Não tinha prédios, tinha... A gente ia à praça, ela [a tia] morava na Rua dos Inconfidentes e a gente ia à Praça da Liberdade todo dia, que era pertinho. E lá naqueles lagos que tem, não é naquele cumprido não, naquele redondo, ali tinha peixinho vermelho, e eu ia lá por pão pros peixinhos. Eu ia todo dia lá. [...] E eu fiquei encantada e resolvi ficar, papai deixou. Daí uns dois meses ele veio, aí eu já estava matriculada no jardim, e eu falei com ele que eu ia ficar, e fiquei. Aqui eu estudei, aqui eu casei, aqui eu vivi minha vida inteira, mas meus pais moravam em Araçuaí, né, eram fazendeiros, e eu tinha que ir duas vezes por ano pra não perder a cultura. (Úrsula, entrevista, 2012).

⁴⁸ Araçuaí está localizada no nordeste de Minas Gerais, integrando a mesorregião do Jequitinhonha e zona do Mucuri. Até a década de 1950, o município mantinha como principal atividade econômica a agropecuária e silvicultura. Quanto à instrução pública, nesse mesmo período, dos pouco mais de vinte mil habitantes da cidade, 78,02% não sabiam ler e escrever. Dados do censo de 2010 indicam que a maior parte da população da cidade, 65%, vivia na zona urbana, que contava com o total de 71,8% do total de matrículas na rede pública de ensino. (IBGE, Censo, 2010; INEP, Censo, 2010; IBGE, Enciclopédia dos Municípios Brasileiros, 1958).

Úrsula destaca, em algumas de suas falas, a necessidade de adaptação e manutenção das duas “culturas” com as quais mantinha contato, uma relativa aos hábitos e costumes de Araçuaí, interior do estado, e outra, da capital, Belo Horizonte:

[...] aquilo era um universo que me deixava deslumbrada, né? Porque era uma roça, nossa fazenda era literalmente casa no meio do mato, não tem nada de fazenda no sul de Minas nem de São Paulo. E aí aquelas pessoas chegavam lá cedinho pra resolver algum problema, dar parte, brigas, e conversar com papai, depois com mamãe, e eu menina, e era um vocabulário muito novo pra mim, né, o *lá em riba, a derradeira coisa...* E eu ficava prestando atenção naquilo, e ouvindo com muita atenção, não podia interferir. E depois quando as pessoas iam embora eu então falava com papai “quê que é isso, quê que é aquilo, quê que é aquilo outro?” porque não é um dialeto, mas era uma linguagem bem específica, muito característica do lugar. Com isso foi muito bom pra mim porque eu pude aproveitar o melhor de duas culturas diferentes, e lucrei muito. (Entrevista, Úrsula, 2012).

Comenta que, quando criança, estudou no Grupo Escolar Bueno Brandão, seguido do Barão do Rio Branco e, posteriormente, no Sagrado Coração de Maria. Úrsula relata que, ao contrário de seus pais, ela e os quatro irmãos tiveram acesso à educação escolar. A propósito, a vida escolar é algo que se destaca em sua fala, bem como o incentivo dado pelos pais para isso. Embora dê ênfase à educação escolar, frisa em diversos momentos durante a entrevista o quão cultos eram seus pais e avós, dotados de grande inteligência, apesar de não terem tido a oportunidade de frequentar o ensino escolar:

Úrsula: Mas voltando minha avó, ela era professora. Ela era culta...

[...]

Úrsula: Então meu pai nunca na vida dele foi à escola.

Flávia: Mas sabia ler e escrever?

Úrsula: Ó, muito bem! E aí eles [empresa para a qual o pai trabalhou quando criança] ensinaram escrever pra ele anotar os recados.

[...]

Úrsula: E uma letra muito bonita. E escrevia muito bem [o pai]. Ele era brilhante, todos dois. Eu tive pai e mãe de uma dotação intelectual superior sem sombra de dúvida. (Úrsula, entrevista, 2012).

O pai foi empreiteiro de ferrovia, comerciante, comprador oficial de ouro para o Banco do Brasil e depois fazendeiro. A mãe era filha caçula de uma família de fazendeiros. Mesmo sem terem frequentado escola, os pais sabiam ler e escrever. Úrsula destaca ao longo de sua fala a facilidade que ela, os irmãos e o pai sempre tiveram para escrever. Observa que em sua família havia muitos advogados, o que teria, de certa forma, influenciado a aptidão para as letras e a “cultura” familiar.

Quanto ao marido, pouco foi comentado sobre sua infância e a vida em Belo Horizonte, e boa parte de seus relatos aparecem subordinados às falas da esposa. Aliás, a própria Úrsula brinca com seu hábito de falar bastante: “Eu falo muito, eu gosto de contar história, eu gosto de falar. Isso tudo é estimulado oralmente, uai. A sorte é que eu não gosto de comer muito, que eu podia ser um glutão. Porque o problema é a boca, né? Não é?” (Úrsula, entrevista, 2012).

Quanto à sua formação, frequentou o ensino formal até o nível superior, graduando-se em pedagogia, em suas palavras, por motivação vocacional: “Eu não brinquei de boneca, eu brincava de dar aula” (Úrsula, entrevista, 2012). Úrsula tornou-se, com o passar dos anos, contadora profissional de histórias, a mãe de duas filhas e avó de três netos que faz, atualmente, uma série de apresentações públicas contando histórias e oferece consultorias e cursos na área.

Nesse terceiro segmento, percebe-se de forma mais marcada a presença de objetos e práticas próprias de culturas do escrito nas trajetórias dos entrevistados. Em relação à instrução formal, todos possuem formação em nível superior e aprenderam a ler e a escrever enquanto crianças, período em que também frequentaram a escola.

Durante os relatos, fica evidenciado o papel marcante dos estudos, e da escrita de forma mais geral, em suas atividades habituais, no decorrer de suas vidas. Relatos envolvendo práticas de leitura e escrita em seus cotidianos são comuns, bem como o interesse e a motivação de suas famílias de origem pelo ingresso e progressão nos estudos.

Muitos deles fizeram da leitura e da escrita os instrumentos principais de suas atuais atividades e lidam com culturas do escrito de forma recorrente e continuada. Interagem com maior intimidade com práticas que se valem da leitura e da escrita em seu exercício, demonstrando amplo contato e traquejo em tais operações.

Uma vez explorados os perfis dos entrevistados, daremos sequência à discussão apresentando aspectos espaço-geográficos, socioculturais e relativos a indicadores da presença do escrito, em Belo Horizonte, entre as décadas de 1930 e 1960. Nossa proposta é buscar elementos na história da capital que propiciem uma melhor compreensão dos fatores que tornam essa cidade cenário propício ao desenvolvimento das propostas desta pesquisa.

CAPÍTULO 2

BELO HORIZONTE: CENÁRIO E CENAS DA CAPITAL (1930-1960)

1897. Passadas ligeiras e rodas movidas a tração animal agitam o chão poeirento, sem calçamento e sem arborização. O comércio está amotinado, os poucos hotéis e hospedarias do local trabalhavam em sua capacidade limite. As ferrovias não têm descanso, dada a circulação constante de pessoas e mercadorias. Os festejos preveem a mobilização de diferentes camadas sociais, cada qual exibindo um roteiro diferente de atuação. É 12 de dezembro, data em que foi oficialmente fundada para ser a urbe capital de Minas Gerais, Belo Horizonte, originalmente chamada de “Cidade de Minas”.

A cidade, que nasceu planejada, mudou em curto espaço de tempo a antiga paisagem de Cural del Rey, sendo gradativamente transformada por planos cuidadosamente projetados, calculados e realizados. Depois de conflituosa escolha do local de construção da nova capital do estado mineiro, em substituição à colonial Ouro Preto, o lugarejo dá início a uma infinidade de tarefas seguindo um estreito cronograma de entrega de obras. Segundo relato de Abílio Barreto (1952), não havia para a Comissão Construtora finais de semana, datas santificadas ou feriados, o trabalho se dava dia após dia, sem pausas, sem descanso, tendo em vista alcançar a ambiciosa empreitada de transformar um arraial no centro administrativo do estado de Minas Gerais⁴⁹.

As atividades para implantação da nova capital tiveram início em 1894, devendo cumprir um prazo constitucional de quatro anos para término e entrega das obras. Na ocasião, o território desmembrou-se de Sabará, do qual era distrito, passando a seguir decretos estaduais⁵⁰. A planta original de construção seguia o traçado de uma cidade idealizada, com saneamento, iluminação e distribuição espacial planejada, um projeto que se incluía nos ideais da fase inicial da república

⁴⁹ Para mais informações sobre o processo de criação e desenvolvimento de Belo Horizonte como capital administrativa do estado de Minas Gerais podem ser consultados em: Veiga (1994), Bahia (2007), Barreto (1995), Barreto (1950), Dutra (1996), Guimarães (1991), Julião (1992), Lucena (1996), Miranda (1996), Monte-Mór E Ananias (1994), Novato E Costa (1997), PBH (1997), PBH (1996), Paiva (1997), Passos (1996), Pena (1997), Pimentel (1996), Reis (1994), Siqueira (1997), Silva (1998), Souza (2008), Teixeira (1999).

⁵⁰ Trata-se dos Decretos 716, de 5 de junho de 1894 e 776, de 30 de agosto de 1894.

brasileira e lograva se constituir como símbolo dessa fase de ruptura com o regime político anterior. Belo Horizonte seria uma oportunidade de conferir legitimidade à fase republicana recém-instaurada no país, expressando a ruptura com o passado colonial. Para tanto, a nova capital de Minas foi planejada de acordo com projetos urbanísticos firmados em decreto governamental, em 1895, prevendo os seguintes aspectos:

Art. 2º - A sua área será dividida em seções, quarteirões e lotes, com praças, avenidas e ruas necessárias para a rápida e fácil comunicação dos seus habitantes, boa ventilação e higiene [...].

Art. 3º - As praças e ruas receberão denominações que recordem as cidades, rios, montanhas e datas históricas mais importantes, quer do próprio Estado de Minas Gerais, quer da União, e bem assim, os cidadãos que, por serviços relevantes houverem merecido da Pátria Brasileira.

Art.4º - Na mesma planta serão designados os lugares destinados para os edifícios públicos, templos, hospitais, cemitérios, parques, jardins, matadouros, mercados, etc.; quarteirões que convenha deixar reservados; e, bem assim os lotes destinados a concessões aos funcionários públicos estaduais e aos proprietários de casas em Ouro Preto [...]. (MINAS GERAIS, 1895).

Deu-se início, a partir de então, a um processo de desapropriação, demolição e inutilização do velho arraial do Curral del Rey⁵¹. Antigos moradores do arraial foram deslocados, por meio de indenizações, para zonas periféricas da localidade, mais especificamente, zonas suburbana e rural. Segundo Bahia,

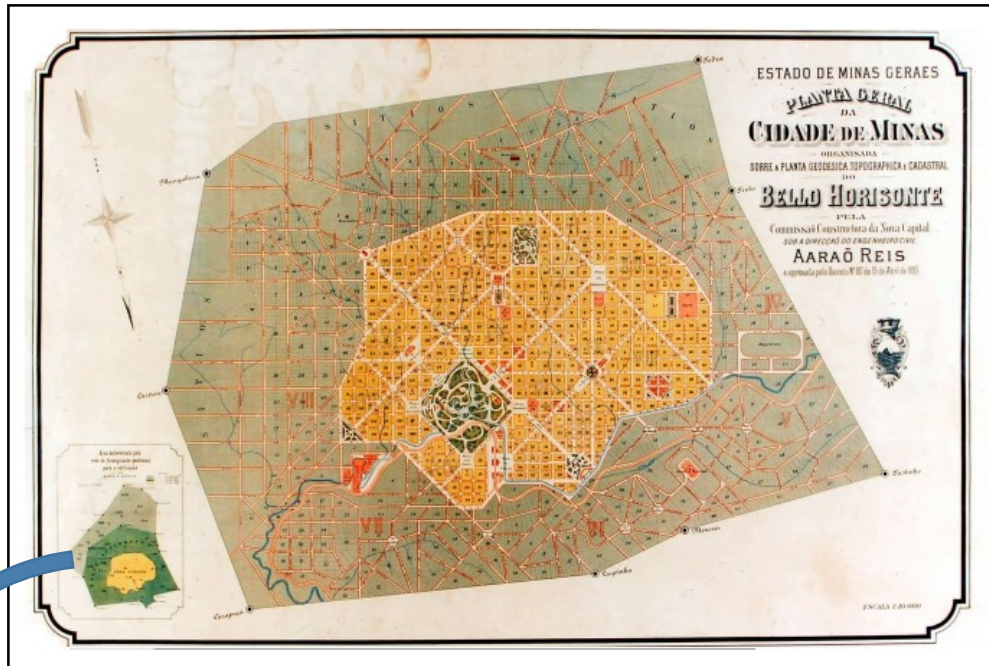
Abriu-se o espaço para uma cidade modelar, uma cidade capitalista-industrial, cuja nova ordenação urbana estabeleceu-se através da ordem econômica, sem a devida preocupação com a ordem social, uma vez que as terras desapropriadas tornaram-se mercadorias cujo valor monetário não tinha correspondência imobiliária na nova cidade. Essa questão imprevista, de valores imobiliários incongruentes, acarretou a expulsão dos habitantes do arraial, levando-os a ocuparem a periferia da nova cidade, anunciando os subúrbios miseráveis que caracterizariam as cidades brasileiras do século XX. (BAHIA, 2007, p. 65-66).

A planta geral da nova capital, criada por Aarão Leal de Carvalho Reis, engenheiro-chefe da Comissão Construtora, propôs, além dos aspectos relativos a circulação, higiene, beleza e conforto, a divisão da cidade em três zonas distintas: Urbana, Suburbana e Rural (ou área de sítios)⁵², conforme indicação dos Mapas 1 e 2 que se seguem:

⁵¹ Vale ressaltar que o processo de povoamento da localidade teve início em 1701, com a instalação da Fazenda do Cercado, pelo bandeirante João Leite Ortiz, que deu origem ao arraial de Curral del Rey, nas proximidades.

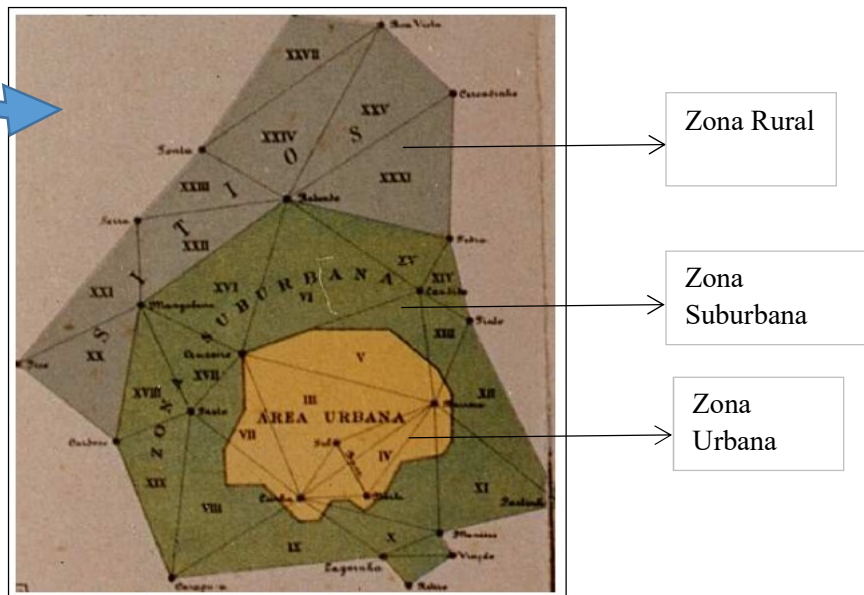
⁵² Definição firmada nos artigos do Decreto n. 53, de 23 de março de 1895.

Mapa 1– Planta geral da Cidade de Minas – 1895



Fonte: Arquivo Público Mineiro.

Mapa 2 – Planta geral da Cidade de Minas com detalhe do zoneamento



Fonte: Arquivo Público Mineiro.

A planta da cidade tinha um efeito segregacionista; ao dividir a cidade em zonas, delimitava com clareza uma hierarquia de ocupações de seus espaços. A região central da cidade, Zona Urbana – cujo eixo era a Avenida Afonso Pena – recebeu os maiores investimentos urbanos, como saneamento, distribuição de água, transporte público, iluminação de vias públicas e planejamento arquitetônico, tendo ruas traçadas geometricamente, formando uma estrutura quadriculada, perpassadas por largas avenidas posicionadas em diagonal. Também se concentravam nessa região as escolas, hospitais, rede comercial e alguns dos poucos locais de entretenimento. Os limites da Avenida do Contorno, antiga Avenida Dezesete de Dezembro, eram os definidores da Zona Urbana, traçando uma linha concreta de separação da Zona Suburbana. Segundo Teixeira,

Ela regularia a entrada e saída dos habitantes e foi pensada como um obstáculo simbólico da circulação de bens e de relações sociais; como a cidade ideal dominada por ideias positivistas e dominadora da desordem alheia. Dentro da Contorno, impostos são mais caros, serviços urbanos estão disponíveis, as pessoas aparecem, a cidade acontece. (TEIXEIRA, 1999, p. 78).

Tais aspectos físicos criaram uma nítida segregação entre as regiões da cidade e uma espécie de hierarquia social orientada pelo logradouro, o qual passa a representar uma marca tangível de distinção, de pertencimento – ou não – ao melhor que a cidade, àquela altura, poderia oferecer em níveis de infraestrutura. A Zona Suburbana, por sua vez, não gozava de grandes benefícios advindos do planejamento urbano da nova capital, ocupada de forma arbitrária e desordenada, constituindo-se de ruas e avenidas com traçado irregular. A região era pouco assistida por serviços básicos, como distribuição de água tratada, saneamento, iluminação e pavimentação de vias. As populações desprovidas de recursos financeiros viviam, em geral, fora dos limites da Avenida do Contorno, em áreas consideradas perigosas e insalubres, residindo, de forma mais geral, em barracões e cafuas humildes, que se contrapunham aos espaços centrais e planejados.

Em 1933 foi criada nova legislação de zoneamento da cidade, em função de seu crescente alargamento, delimitando as zonas de ocupação, o que de certa forma reforçou a segregação socioespacial já posta. As regiões de Belo Horizonte foram redivididas da seguinte maneira:

- I - Zona Central ou Commercial - É limitada a partir da Avenida do Contorno pelas Avenidas Bias Fortes, Paraopeba, Praça da Republica, Avenida Alvares Cabral, Affonso Penna, Rua da Bahia, Avenida Tocantins, (Viaducto) Rua Aarão Reis até á Avenida do Contorno e por esta até á Avenida Bias Fortes.
- II - Zona Urbana ou Residencial - É limitada pela Avenida 17 de Dezembro (Avenida do Contorno).

III - Zona Suburbana - Está compreendida entre a Avenida 17 de Dezembro (limite urbano) e o perímetro formado pelas ruas: Pitanguy, Ararybá, Serra Negra, Jaguary, Myosotis, Manhumirim, Ribeirão dos Arrudas, Avenida America, Avenida Progresso, Rua Tobias Barreto, Estrada de Ferro Central do Brasil, Ribeirão dos Arrudas, ruas Theodoro de Abreu, Javary, Junquillo, Campos Elyseos, Itaverava, Chanaan, Rio Negro, Pilar, Pedro Sigaud, Martim Francisco, Teixeira Mendes, Perdigão Maglheiros, Gentio, Abre Campo, Pitangueira, Mangabeira, S. João Evangelista, Campo Bello, Christina, Cassiporé, Itapema, Muzambinho, Triphana, Capellinha, Caraça, Pedra Branca, Ferro, Laguna, Monte São, Herval, Cabralia, Piranga, Rio das Velhas, Talco, Gregorio de Mattos, Dolomita, (prolongamento) Padre Manoel Rodrigues, Euclasio, Avenida Mem de Sá, ruas Couto de Magalhães e Fluorina até o seu encontro com a Rua Pitanguy. As ruas deste perímetro são consideradas suburbanas em ambas as faces.

IV - Zona Rural - Será constituída pela parte restante da cidade e villas approvadas, situadas além do perímetro suburbano. (MINAS GERAIS, 1933).

Essa segregação espacial, que nasce com a própria cidade, parece ter deixado suas marcas ao longo do século XX, a julgar pelo depoimento dos entrevistados. Otávio, por exemplo, faz menção a essa divisão criada em função do local de morada: “A única coisa que eu sempre notei da diferença é das classes sociais, né? Um médico ou coronel não queria ter como vizinho um operário. Ele queria morar ali na Santa Catarina ao lado de outro, de outro, entendeu?” (Otávio, entrevista, 2012).

A questão da ocupação desigual da área urbana, marcada pela assistência de bens e serviços oferecidos a uma zona, em detrimento das demais, faz do espaço físico um elemento definidor de relações estabelecidas socialmente. Segundo Bourdieu,

Efetivamente, o espaço social se retraduz no espaço físico, mas sempre de maneira mais ou menos confusa: o poder sobre o espaço que a posse do capital proporciona, sob as diferentes espécies, se manifesta no espaço físico apropriado sob a forma de uma certa relação entre a estrutura espacial da distribuição dos agentes e a estrutura especial da distribuição de bens ou de serviços, privados ou públicos. (BOURDIEU, 1997, p. 160).

O autor trabalha o conceito de “space consuming”, segundo o qual haveria um valor social e cultural por trás do espaço físico habitado, do espaço social que se traduz em símbolo de distinção social. Assim, para Bourdieu, “o consumo ostentatório do espaço físico é uma das formas por excelência de ostentação do poder” (BOURDIEU, 1997, p. 161). A Avenida do Contorno destacou-se como elemento materializador não apenas de diferenças físico-geográficas, mas também socioeconômicas e até mesmo culturais⁵³. Há mais implicações em referências como

⁵³ Empregamos aqui o termo “cultural” em referência ao conceito desenvolvido por Bourdieu, *capital cultural*, segundo o qual o envolvimento com bens culturais considerados superiores, goza de poder e prestígio social, distinguindo-se de grupos socialmente inferiorizados. Bourdieu (1998) aponta três modalidades nas quais o capital

urbano, suburbano e rural, do que propriamente a indicação de uma localidade. O pertencimento a uma determinada área da cidade funciona como indicativo de outros valores arraigados, como afirma Bourdieu (1997).

Ainda na década de 1930, é perceptível a manutenção da diversidade entre as diferentes áreas da cidade, ainda segregadas por zonas. Pela Tabela 2, que se segue, é possível observar a distinção de infraestrutura presente na constituição das zonas Urbana e Suburbana de Belo Horizonte:

Tabela 2 – Distribuição da infraestrutura presente nas Zonas Urbana e Suburbana

Logradouros públicos de Belo Horizonte – 1930					
Zona Urbana			Zona Suburbana		
Avenidas	Praças	Ruas	Avenidas	Praças	Ruas
22	112	77	15	11	987

Fonte: Anuário Estatístico de Belo Horizonte – 1937.

É nítido o maior investimento em praças e avenidas na região localizada no interior da Contorno. As numerosas ruas da Zona Suburbana refletem o processo de expurgo da crescente população que não mais poderia ser contida pela avenida limítrofe. A formação de vilas e favelas foi inevitável diante do quadro de constante expansão demográfica ocorrida de maneira desordenada no espaço urbano. Levando-se em consideração que a principal ordem de povoamento da cidade ocorreu de fora para dentro, já na década de 1950, era possível vislumbrar o seguinte cenário, segundo a situação do domicílio (TABELA 3):

Tabela 3 – Divisão segundo a situação de domicílio

Especificação	Total de habitantes	Homem	Mulher
Quadro urbano	70.529	30.984	39.545
Quadro suburbano	270.324	128.406	141.918
Quadro rural	11.871	6.046	5.825

Fonte: IBGE – *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros*: Separata. Volume XXIV.

Segundo tais apontamentos, evidencia-se que a ordem de povoamento da cidade não seguiu exatamente o plano urbano traçado pela Comissão Construtora da capital. Um de nossos

cultural pode apresentar-se: objetivado (propriedade de objetos culturais valorizados), incorporado (internalização da cultura legitimada) ou institucionalizado (aquisição de certificados escolares).

entrevistados, Otávio, faz menção ao processo de crescimento da cidade, que foi por ele vivenciado, já na década de 1950:

Por que Avenida do Contorno? (...) Era uma avenida que contornava a cidade (...) que cercava a cidade. A cidade foi projetada, foi, mas dentro da Avenida do Contorno. O que tem de fora ninguém projetou, foi acidente. Foi a explosão... Como é que a gente fala? Demográfica. Foi isso que houve.

(...)

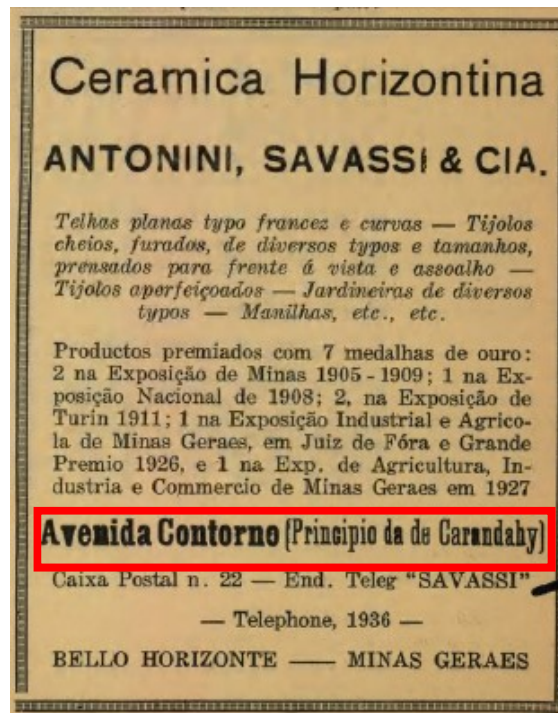
Tanta coisa se modificou dentro de Minas Gerais, dentro de Belo Horizonte. Uma cidade projetada pra trezentos mil habitantes, ela toda era dentro da Contorno, e ela começou a explodir, sair da Contorno. Aí ocasionou muitos problemas, falta de condução, falta de estrutura... (...) Faltou muita coisa em Belo Horizonte. Periferia sem água, entendeu? (...) Passamos muita coisa, muitas dificuldades em Belo Horizonte. Aí ela começou a crescer. Foi crescendo, foi expandindo, de repente você viu que Belo Horizonte já criou raízes pra todo lugar, entendeu? (Otávio, entrevista, 2012).

Otávio, assim como a maioria dos entrevistados deste estudo, acompanhou o crescimento de Belo Horizonte pelo “lado de fora” da Avenida do Contorno. A falta de recursos urbanísticos elementares marcou por bastante tempo a vida dos moradores das Zonas Suburbana e Rural da cidade. Por outro lado, Úrsula apresenta um olhar do “lado de dentro” da avenida e destaca como o traçado da Contorno foi emblemático para os moradores de Belo Horizonte:

Então quando eu era criança o quê que é que acontecia: Belo Horizonte era uma cidade pequena, Belo Horizonte tava contida dentro da Avenida do Contorno. Que é a parte planejada. O que tava do lado esquerdo da Avenida do Contorno era subúrbio. Quando eu tava no jardim vinha o bilheteinho – jardim ali na Savassi. E ainda tem até hoje na Avenida Nossa Senhora do Carmo, que não tinha naquela época, uma cerâmica, cê já viu? (...) Aquela cerâmica era na Contorno, do outro lado. Era do pai de uma colega nossa do jardim. Vinha um bilheteinho pedindo autorização: amanhã iremos ao subúrbio comprar argila. Era do outro lado da Avenida do Contorno. Era subúrbio. Só era Belo Horizonte o que tava dentro, dentro da Avenida do Contorno. (Úrsula, entrevista, 2012).

Chama a atenção o fato de que atravessar a Avenida do Contorno requeria procedimentos padrão por parte da escola. O grande problema não era a saída das crianças dos limites da instituição, mas, dos limites da zona urbana. Os pais precisavam ser avisados e, por conseguinte, darem permissão à escola de levarem as crianças ao subúrbio da cidade, mesmo tendo em conta que tal localidade pertencia a uma avenida segregatícia. Segue-se informe publicitário de 1933 da Cerâmica Horizontina (FIGURA 1):

Figura 1 – Anúncio da década de 1930



Fonte: REVISTA *Bello Horizonte*, número 8, 1933.

Observe-se que a informação dada no anúncio publicitário localiza a referida fábrica de cerâmica no limite da Avenida do Contorno, uma vez que o fato de atravessar tal logradouro poderia desprestigiar os artigos por ela oferecidos. Na marcação em vermelho, há destaque da localização na Avenida Contorno, ao passo que a referência “Carandahy” é impressa em tipografia menor e entre colchetes, uma vez que essa rua não integrava os limites da zona urbana.

Rogério também narra lembranças de Belo Horizonte, mais especificamente no fim da década de 1950. É interessante notar em seu depoimento que a distinção entre as zonas da cidade se mantinha bastante viva ainda neste período. Observe-se que seu olhar sobre a cidade também se dá pelo interior da Contorno, sobretudo, da região central. Fora desse traçado não havia mais cidade:

Todos os bondes se concentravam na Praça Sete [centro de Belo Horizonte]. Dali é que eles iam pra Santa Efigênia, pra Carlos Prates, e vinham, terminavam aqui, por exemplo, aqui na região da Savassi, na Praça Diogo de Vasconcelos terminava ali. Belo Horizonte não existia dali pra trás, era só a Avenida do Contorno. Pouquíssimo fora disso. Aqui em Belo Horizonte era uma cidade muito bonita, porque a Avenida Afonso Pena era toda arborizada, e Belo Horizonte nessa época tinha uma série de coisas fantásticas. (Rogério, entrevista, 2012).

Por meio de pontos de vista diferenciados, é possível perceber que na memória dos entrevistados há cidades distintas e não uma única cidade espacial, a depender de seus lugares de origem e também de suas condições socioeconômicas e culturais. Nas próprias referências que são feitas à Avenida do Contorno, sob os olhares de quem estava no interior e no exterior da Zona Urbana, é possível perceber múltiplas facetas da capital.

Ao longo do processo de crescimento da cidade, novas perspectivas sobre Belo Horizonte foram criadas/ressignificadas pelos sujeitos que integraram suas cenas cotidianas. Na medida em que expande seus limites geodemográficos, novas relações com o espaço urbano passam a ser constituídas.

Com relação ao processo de povoamento e ocupação demográfica da cidade, na época da inauguração, em 1897, não havia em Belo Horizonte mais que 10.000 habitantes. A cidade passou a viver, desde então, um acelerado processo de crescimento populacional, fator que, além dos já expostos, motivaram o alargamento da nova capital para além dos limites inicialmente traçados em seu plano de construção. A tabela que se segue (Tabela 4) indica a estimativa populacional de Belo Horizonte desde o início do século, até a década de 1970:

Tabela 4 – Estimativa populacional de Belo Horizonte

Ano	População Estimada (Habitantes)
1900	13.472
1905	17.619
1912	39.533
1920	55.563
1930	138.377
1940	217.218
1950	360.313
1960	583.019
1970	1.167.026

Fontes: Dados de 1900 a 1920: *Anuário de Belo Horizonte*, ano.1, n.1. (1952). Dados de 1930 a 1970: *Synópsis Estatística do Município de Belo Horizonte* (1920-1934); *Anuário Estatístico de 1939-40*; *Anuário Estatístico do Brasil de 1950*; *Anuário Estatístico de 1960*; *Anuário Estatístico de 1970*.

A partir desses dados é possível perceber que da década de 1920 para a de 1930, a população belorizontina mais que dobrou, fenômeno que se deve sobretudo a investimentos públicos para

ampliação do consumo, comércio e serviço na capital. Importante contribuição foi dada pelo crescimento do setor de siderurgia, a despeito da crise de 1929, nos Estados Unidos, e da Revolução de 1930, no Brasil. Indústrias em expansão alojaram-se no centro e ao longo do Ribeirão Arrudas, a ampliação de ofertas de trabalho atraía cada vez mais moradores para a cidade. Bairros como Calafate e Carlos Prates passaram a abrigar vilas operárias cada vez mais comuns em Belo Horizonte.

Os períodos apontados no mapa de ocupação urbana de Belo Horizonte, a seguir, foram marcantes em relação ao crescimento populacional da cidade. É interessante observar que embora a Zona Urbana da cidade, sinalizada pela Avenida do Contorno, ainda dispusesse de espaço para acomodações residenciais e comerciais, na primeira década que sucedeu à inauguração da nova capital, a distribuição demográfica se estendeu pela Zona Suburbana e pelas colônias agrícolas (Zona Rural)⁵⁴. Em 1918, surgiram bairros que não estavam previstos no plano urbano original da capital, que foram ocupados, em sua maioria, por operários que atuaram na construção civil da cidade. De acordo com dados da prefeitura de Belo Horizonte⁵⁵, em 1912, com uma população de aproximadamente 40.000 habitantes, a capital concentrava 70% de sua ocupação fora da Zona Urbana.

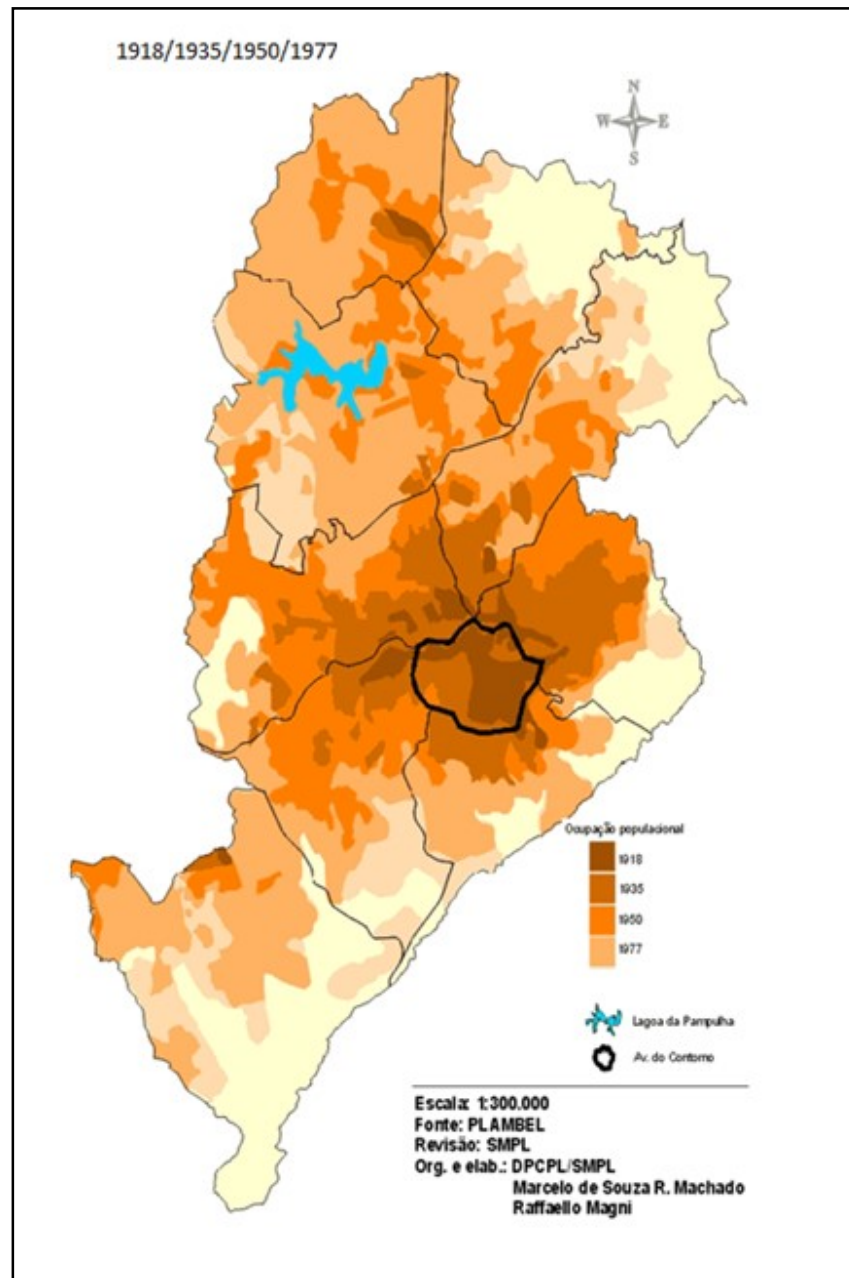
Apresentamos na sequência o mapa que indica como se deu o processo de ocupação territorial de Belo Horizonte desde 1918, passando pelos anos de 1935, 1950 e 1977⁵⁶ (Mapa 3):

⁵⁴ Para mais detalhes referentes a esse fenômeno recorrer à tese de Souza (2008).

⁵⁵ Dados disponíveis em: <<http://portalpbh.pbh.gov.br>>. Acesso em: 3 out. 2013.

⁵⁶ Embora nosso período de estudo se situe entre as décadas de 1930 a 1960, consideramos pertinente a apresentação deste mapa mantendo a evolução das manchas de ocupação urbana de Belo Horizonte desde a primeira década do século XX, cujas peculiaridades têm sido aqui apresentadas, até a década de 1970, o que permite uma margem aproximada da situação geodemográfica de Belo Horizonte mais próxima no decorrer da década de 1960, tratada neste estudo. A apresentação dessa progressiva marca de ocupação pode dizer das novas maneiras de vivenciar a capital e seus espaços físicos. Por esse traçado é possível compreender como, gradativamente, as ocupações populacionais das Zonas Urbana, Suburbana e Rural foram sendo ressignificadas na medida em que novas áreas territoriais passaram a ser exploradas na cidade. O mapa original traz ainda mancha de ocupação referente ao ano de 1995.

Mapa 3 – Evolução das manchas de ocupação urbana de Belo Horizonte – 1918-1977



Fonte: Prefeitura de Belo Horizonte – Estatísticas/Mapas e Gráficos (<http://portalpbh.pbh.gov.br>).
 Nota: Mapa modificado

No período de transição entre as décadas de 1920 a 1930, também foram construídas as ligações ferroviárias da Oeste de Minas e da Bitola Larga da Central do Brasil, que entroncavam com outras ferrovias colocando em contato com a capital várias regiões de Minas Gerais, contribuindo

para o aumento da taxa demográfica da cidade. Outro marco data de meados da década de 1930, com a implementação de diversas obras urbanas como calçamentos, canalização de córregos e do ribeirão Arrudas, criação de novas ruas, praças e avenidas, construção de novos bairros, inúmeras pontes, implementação de obras na região da Pampulha, entre outras. Segundo Abílio Barreto, no *Anuário de Belo Horizonte*, ano 1, n. 1 (1952), o orçamento municipal elevou-se vertiginosamente, sendo possível investir na melhoria do transporte público, dos meios de comunicação, dos serviços hospitalares e assistencialistas. Tais aspectos estariam diretamente associados ao volumoso crescimento da população belorizontina na passagem das décadas de 1920 para 1930.

A rotina das fábricas, que alude ao crescente processo de industrialização em Belo Horizonte, é também representado por Ciro dos Anjos, em *O amanuense Belmiro*, morador da rua Erê, no Prado:

Os apitos das duas fábricas próximas (a da frente, que é de toalhas, e a que se acha por trás do lote vago, que é a de calçados) sempre me despertam a tais horas. E a força do hábito faz com que, aos domingos ou dias santos, embora não haja trabalho, eu acorde assustado, ouvindo qualquer apito do outro mundo. (ANJOS, 1949, p. 104).

Ao referenciar sua rotina, Belmiro situa a localização de duas fábricas próximas à sua moradia, passagem que aponta para o cotidiano de uma cidade marcada pelo ritmo da industrialização que, a propósito, foi em grande medida responsável pelo alto crescimento demográfico do período. Não era incomum a convivência entre casas, fábricas e indústrias nesse período de ascensão industrial da cidade.

A mancha referente ao ano de 1935 deve-se sobretudo à referida ampliação industrial e comercial pela qual passou a capital, o que incentivou o aumento populacional e do consumo. O movimento de ocupação territorial ocorreu da periferia para o centro da cidade, o cenário de expansão demográfica que se observa ao longo da década de 1930 leva a uma redefinição dos espaços relativos às Zonas Urbanas, Suburbanas e Rural. Diversas áreas antes pertencentes à Zona Rural praticamente desapareceram dos limites da cidade, passando a integrar a Zona Suburbana, movimento gradativo e crescente que culminou, anos mais tarde, com a junção a outros municípios, dando origem à Região Metropolitana de Belo Horizonte.

Na década de 1940, sob o governo de Juscelino Kubitschek e criação do arquiteto Oscar Niemeyer, é construído o conjunto arquitetônico da Pampulha, marco da época e símbolo do modernismo brasileiro. O conjunto é formado pela igreja de São Francisco de Assis, o Iate Tênis Clube, a Casa do Baile e o Cassino – atual Museu de Arte da Pampulha – associados aos jardins de Burle Marx, às pinturas de Cândido Portinari e às esculturas de Ceschiatti, Zamoiski e José Pedrosa no entorno da lagoa. Nesse mesmo período, percebe-se a intensificação da vida cultural de Belo Horizonte, sobretudo com a proliferação de bares, cafés, teatros e imprensa local. Sobre essa época, afirma Rogério: “Então o cassino da Pampulha era um grande acontecimento, trazia gente do mundo inteiro pra jogar lá. E a Rosinda era uma das grandes atrações, que ela era uma cantora maravilhosa, cantora lírica, né? (...) A Pampulha foi a grande descoberta da época, de 40” (Rogério, entrevista, 2012).

Caracterizada por considerável êxodo rural, a década de 1950, marcada pelo pós-guerra que aqueceu ainda mais o processo de industrialização em todo o país, foi também um período de consolidação dos setores de comércio e de serviços em Belo Horizonte. É possível perceber, por meio da Tabela 1 e da Figura 4, o acentuado crescimento populacional da cidade durante o período que se estendeu até a década seguinte. A cidade intensificou o processo de verticalização urbana, já iniciado na década de 1930, que descaracterizou suas edificações originais e seu patrimônio arquitetônico. Belo Horizonte continuava em ritmo de crescimento desordenado. Segundo o prefeito na ocasião, Américo Renê Giannetti,

A área limitada pela avenida do Contorno, que traça o perímetro urbano, não pôde conter por muitos anos os impulsos de crescimento, inteiramente fora do plano urbanístico inicial. Resultaram essas dificuldades, principalmente, da dissolução da Comissão Construtora tão logo fôra inaugurada a Capital. Ficou Belo Horizonte sem um órgão técnico que orientasse o seu desenvolvimento além da avenida do Contorno, a fim de que o traçado das ruas e avenidas, a localização das praças obedecessem à técnica original. Surgiram, pois, aglomerados dispersos ao sabor menos dos interesses da urbes do que das conveniências de cada morador. (...). O perímetro urbano, limitado pela avenida do Contorno, é hoje o pequeno núcleo apenas de uma vasta zona povoada e que se desdobra em bairros, vilas e mesmo “favelas”, cujo aparecimento sob certos aspectos resultou da falta de um plano urbanístico sem obedecer a qualquer imposição de ordem técnica. (...). (BELO HORIZONTE, Anuário, ano 1, n. 1, 1952, p. 6-7).

Observa-se ainda, no período, um crescimento dirigido para oeste, após breve avanço ao norte. É formada a Cidade Industrial como uma das consequências do movimento de desocupação da área central pelas indústrias. Novos bairros, cada vez mais distantes da Zona Urbana, são formados na

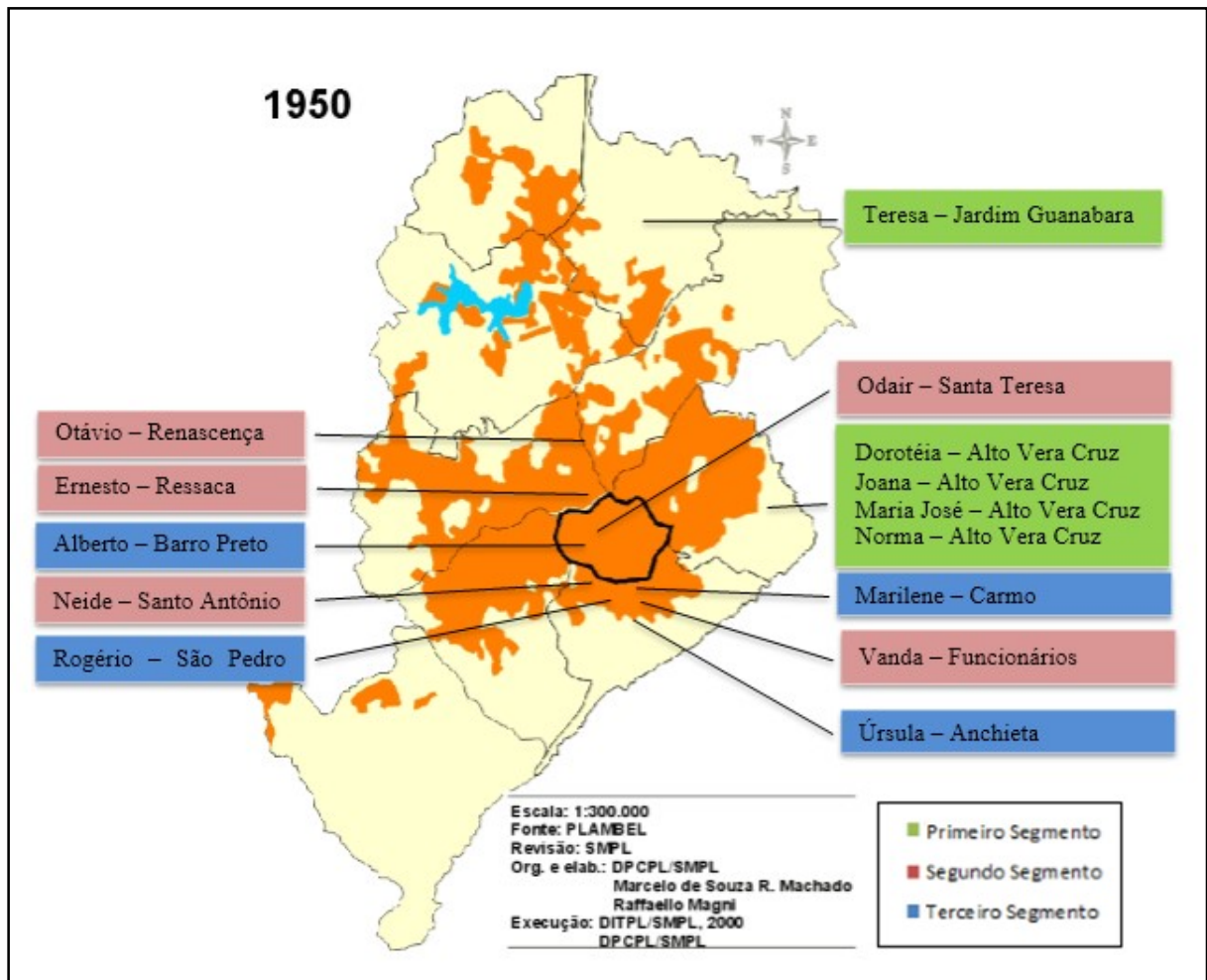
cidade, que agora já conta com avenidas como Antônio Carlos, Pedro II e Amazonas, facilitando os acessos viários.

O Mapa 3 não apresenta dados específicos da década de 1960, entretanto, a ocupação observada na mancha referente ao ano de 1977 mostra o avanço da população rumo aos espaços que constituíram a Região Metropolitana de Belo Horizonte. Além disso, são ocupadas áreas como o Barreiro, a Pampulha e Venda Nova, a zona sul cresce em direção à serra.

No caso mais específico deste estudo, tomando como base o processo de ocupação da cidade, buscamos situar os sujeitos participantes da pesquisa em um mapa que apresenta o antigo parâmetro de classificação das zonas da cidade, a Avenida do Contorno, embora, conforme já discutido, na medida em que a cidade se expande territorialmente, seus espaços começam a ser igualmente ressignificados.

A marcação realizada no Mapa 4, a seguir, foi feita tomando como parâmetro as regiões nas quais se localizavam os domicílios dos sujeitos durante a década de 1950, período em que todos os entrevistados já eram residentes na cidade.

Mapa 4 – Locais de moradia dos sujeitos da pesquisa na década de 1950



Fonte: Prefeitura de Belo Horizonte. Disponível em: <www.pbh.gov.br>. Acesso em: 4 out. 2013.

A localização das residências em que viviam os sujeitos, em relação à distribuição espacial da cidade, aponta uma tendência pouco surpreendente. De forma geral, a proximidade à antiga Zona Urbana é maior no terceiro segmento. Note-se que todos os integrantes do terceiro segmento viviam na própria avenida ou em seus arredores, ocupando regiões que, ainda hoje, mantêm certo prestígio na cidade. Em relação ao segundo segmento, já se nota maior distanciamento dessa área. Contudo, é interessante observar dois casos específicos, Neide e Vanda, que moravam em áreas de prestígio da cidade, nas proximidades da Contorno. Neide morava no bairro Santo Antônio, normalmente habitado por pessoas com alto poder aquisitivo. Entretanto, ela vivia junto à irmã mais velha, que era doméstica nessa residência. Algo semelhante pode ser percebido com Vanda,

que habitara o bairro Funcionários durante boa parte de sua vida, em consequência da adoção, e era responsabilizada pelo cumprimento das tarefas domésticas, o que seria quase uma condição estabelecida para viver junto aos pais adotivos. Quanto ao terceiro segmento, é notória a distância das localizações das residências em relação à área central da cidade, regiões periféricas que ainda hoje são habitadas por pessoas com baixo poder aquisitivo.

A análise das relações entre pobreza, baixa escolaridade e distribuição espacial na cidade levanta a questão da segregação e das diversas vias pelas quais isso pode ocorrer. No caso apresentado, observa-se que quanto maior o poder econômico das famílias, maior é o nível de instrução e melhor localizadas são as residências dos sujeitos. Percebe-se que o terceiro segmento, com maior apropriação das culturas do escrito, ocupa áreas mais centrais e prestigiadas da cidade, gozando, igualmente, de maior poder aquisitivo. Esse fato muda progressivamente na medida em que se observam os relatos e dados referentes aos segundo e primeiro segmentos.

Estudos como os de Valladares e Coelho (1987), Smolka (1987), Rolnik (1997), Fix (2001), Marques e Bichir (2001), Vetter (1981) indicam que as causas da concentração geográfica da população em determinadas regiões urbanas, em função da situação econômica, tende a seguir três causas diferentes. A primeira indica que a segregação urbana seria um traço estrutural da economia capitalista dos países em desenvolvimento, o que estaria refletido no mercado de trabalho e em suas formas de organização. Uma segunda causa estaria relacionada à dinâmica do mercado imobiliário, responsável pela especulação que ditaria a ocupação das melhores ou piores localizações da cidade. A terceira causa diz respeito a políticas estatais e seu poder sobre o zoneamento, que estabilizaria os benefícios da urbanização em partes da cidade habitadas por grupos com maior poder econômico. Essas políticas também seriam responsáveis pelo aumento do valor de terrenos em determinadas localidades, resultante de investimentos ou obras públicas, que podem banir alguns grupos sociais ou substituí-los por outros, além de ações diretas do Estado deslocando compulsoriamente populações de baixa renda.

Estudos como esses indicam a forte relação entre poder aquisitivo e ocupação urbana, fatores que também surgem atrelados aos níveis de escolaridade da população. Dados do IBGE (2010) indicam que as taxas de escolarização estão diretamente ligadas a faixas de pobreza, demonstrando que essas estão mais presentes em grupos com nível de instrução reduzido. Uma das explicações para esse dado é que, de modo geral, maiores níveis de escolaridade garantem

maiores oportunidades de inserção qualificada no mercado de trabalho, logo, de melhor remuneração.

2.1 INDICADORES DA PRESENÇA DO ESCRITO EM BELO HORIZONTE

Neste tópico, apresentaremos alguns indicadores que nos permitem afirmar que na Belo Horizonte do período estudado, o escrito estava profundamente em seu cotidiano. Esse movimento é necessário na medida em que uma das hipóteses deste trabalho é a de que, mesmo em locais com diversificadas práticas de leitura e escrita, há forte circulação de narrativas orais.

A palavra mediada pela escrita tem assumido, ao longo de diferentes épocas, variações relativas à sua inserção e apropriação por indivíduos socialmente localizados. No caso específico de Belo Horizonte, dados estatísticos⁵⁷ indicam constantes e crescentes formas de disponibilização e apreensão de culturas do escrito, às quais optamos por chamar “indicadores da presença do escrito”. Diversas são as formas e os veículos de difusão da palavra escrita que ganha cada vez mais espaço de circulação no cotidiano da cidade, seja por meio de notícias veiculadas em jornais e revistas, seja pela oferta de novas bibliotecas públicas, ou mesmo pelo investimento na instrução da população, fator que pode ser observado por meio de tabelas indicativas do gradativo crescimento do número de indivíduos que afirmam saber ler e escrever.

Em censos, sinopses e anuários estatísticos de Belo Horizonte e do estado de Minas Gerais é possível encontrar uma série de indicativos da presença da escrita no dia a dia da cidade. A propósito, tais dados serviram como referências fundamentais para definição do período aqui explorado, sobretudo por percebermos constante alargamento de práticas sustentadas por culturas do escrito na cidade durante as décadas apontadas.

Em 1930, por exemplo, Belo Horizonte contava com uma soma de 115 institutos de instrução de naturezas diversas⁵⁸ (público federal, público estadual e particulares – não apresenta dados de

⁵⁷ Dados retirados do *Anuário de Belo Horizonte*. Ano 1, Número 1 (MINAS GERAIS, 1952); *Anuário de Belo Horizonte*. Ano 2, Número 2 (MINAS GERAIS, 1953); *Anuário Estatístico de Belo Horizonte: ---- -1937* (MINAS GERAIS, 1937); *Anuário Estatístico de Belo Horizonte: 1928-1934* (MINAS GERAIS, 1935); *Anuário Estatístico de Minas Gerais* (IBGE, 1943); *Anuário Estatístico de Minas Gerais* (IBGE, 1950); *Anuário Estatístico de Minas Gerais* (IBGE, 1952) *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros: Separata*. Volume XXIV (IBGE, 1958) e *Synópsse Estatística do Município de Belo Horizonte: 1928-1934* (MINAS GERAIS, 1935).

⁵⁸ Definição dos institutos (instrução pública e particular em Belo Horizonte), segundo *Synópsse Estatística do Município de Belo Horizonte* (1920-1934): “Institutos federais: Ensino primário e Ensino profissional. Institutos

públicas municipais), com predominância de instituições públicas estaduais – 68 unidades⁵⁹ – seguido de particulares – 46 unidades – e 1 unidade pública federal. Já em meados da década de 1950⁶⁰, dedicadas ao ensino primário, a capital passou a contar com 431 unidades escolares (entre públicas estaduais, públicas municipais e particulares – não há dados de públicas federais), ainda mantendo a predominância de instituições públicas estaduais – 263 unidades – seguidas das particulares – 127 unidades – constando, ainda, 41 unidades municipais.

Outro indicativo da crescente ascensão de práticas relativas a culturas do escrito na capital pode ser medido por meio das matrículas em instituições escolares de ensino. Para se ter uma ideia de tal gradação, em 1930, tais matrículas somavam 25.916⁶¹, número que em finais da década seguinte, 1948, saltou para 72.937 matrículas⁶².

Em relação ao número de indivíduos que chegavam, de fato, à conclusão dos cursos nos quais foram matriculados, observa-se drástica alteração nos índices, que apontam significativa queda das conclusões em relação aos números iniciais de matrículas. Assim, em 1930, das 18.284 matrículas no ensino primário, notam-se apenas 1.700 conclusões, ou seja, 9,29% de finalizações. No início da década de 1950, a alarmante situação de evasão escolar continua presente na capital, observando-se, para o ensino primário, uma matrícula geral de 52.253 alunos, dos quais apenas 7.189 concluíram os estudos, o que corresponde a 13,75% de finalizações nesse nível de ensino.

estaduais: Ensino primário e secundário (Grupos escolares, Escolas reunidas, Escolas singulares, Escolas regimentadas, Escolas Infantis); Ensino profissional (Pedagógicos, Militar, De música, De artes e ofícios). Institutos particulares: Ensino primário; Ensino Secundário; Ensino profissional (Eclesiástico, Pedagógico, De música, De Pintura e desenho, De agricultura, De dactylographia, De trabalhos manuais, De eletricidade, De artes e officios, Doméstico, De tachygraphia, De radio-telegraphia, Commercial, De architectura); Ensino superior (Juridico, De medicina, De pharmácia, De odontologia, De veterinária, De topografia, De agrimensura, De engenharia civil, De engenharia industrial, De mechanica, De agronomia, De chimica industrial)”.
⁵⁹ Entre as instituições públicas estaduais encontravam-se, no período, 20 grupos escolares, 8 escolas reunidas, 20 escolas singulares, 4 escolas regimentais, 3 escolas infantis e 13 escolas de outras naturezas (não especificadas na sinopse). (MINAS GERAIS, 1935, p. 32).

⁶⁰ Dados extraídos do IBGE (1958, p. 38), referentes ao ano de 1956.

⁶¹ Sendo distribuídas 18.284 matrículas no ensino primário, 2.092 no ensino secundário, 4.253 no ensino profissional e 1.287 no ensino Superior. Quanto aos cursos ofertados em 1930, entre ensino primário, secundário, profissional e superior, a cidade contava com 2 institutos federais, 70 institutos estaduais e 71 institutos particulares, rendendo uma soma de 143 cursos em funcionamento.

⁶² Dessas matrículas, somam-se 44.809 no ensino primário, 11.308 no ensino secundário, 826 no ensino doméstico, 870 no ensino industrial, 2.038 no ensino comercial, 754 no ensino artístico, 685 no ensino pedagógico, 2.380 no ensino superior e 9.267 em outras modalidades de ensino. Quanto às unidades escolares, destinavam-se 243 para o ensino primário, 45 para o ensino secundário, 17 para o ensino doméstico, 30 para o ensino industrial, 9 para o ensino comercial, 19 para o ensino artístico, 12 para o ensino pedagógico, 30 para o ensino superior e 88 para outras modalidades de ensino.

Apesar dos baixos índices de conclusões de cursos, observa-se que houve um aumento da oferta de ensino na capital. No *Anuário de Belo Horizonte*, editado no início da década de 1950, é dada ênfase ao processo de ampliação da rede escolar da capital, bem como à melhoria “do nível pedagógico e cultural do professorado”. Segundo informações constantes nesse documento,

(...) a Secretaria da Educação⁶³ vai cumprindo função de excepcional relevância. Nos setores do ensino primário, supletivo, normal secundário, artístico, técnico-profissional e superior mantiveram-se as tarefas de rotina, tornando-se novas e numerosas iniciativas que repercutiram beneficentemente no conjunto das atividades educacionais. (...) No que se refere ao ensino primário, avultaram os resultados obtidos, quer quanto ao acréscimo do número das unidades, quer quanto à elevação do índice de matrículas. (...) concretizam-se agora os objetivos visados com o Plano de Ampliação da Rede Escolar de Belo Horizonte, que já conta treze grupos escolares e jardins de infância construídos e quatro em fase adiantada de edificação. O ensino técnico-profissional mereceu também o mais vivo interesse, verificando-se o aumento da matrícula nos institutos existentes, a instalação de novas escolas e a construção de várias outras, algumas em fase de acabamento. No que se refere ao ensino superior, muitas foram as providências tomadas para favorecer-lhe a expansão com a criação de conservatórios de música, escolas de Belas Artes, Faculdade de Medicina, etc. (MINAS GERAIS, 1953, p. 36).

O referido *Plano de Ampliação da Rede Escolar* foi uma medida criada pelo governo do Estado tendo em vista a melhoria e ampliação do ensino primário da capital. As primeiras medidas tomadas foram a realização de leilões para compra de terrenos e edificação de novas escolas, o que contribuiu para a construção de diversos grupos escolares⁶⁴, aumentando a oferta de ensino, sobretudo em nível primário. Contudo, ações que assegurassem a permanência no ensino não foram mencionadas no documento, tampouco se comentou o baixo nível de conclusões relativas às matrículas nas diversas modalidades de ensino.

Relativamente ao acesso e desempenho escolar, dos 55.563 habitantes de Belo Horizonte, na década de 1920⁶⁵, 60,6% declaravam saber ler e escrever. Tais índices sofrem leve alteração com o passar dos anos, chegando, por exemplo, à década de 1950, com 76,72% dos habitantes sabendo ler e escrever, em um total de 303.857, índice que na década de 1960 apresenta pequena

⁶³ Referente aqui ao Governo do Estado de Minas Gerais.

⁶⁴ Entre março de 1953 e março de 1954, para citar um exemplo, foram instalados em Belo Horizonte 6 grupos escolares e 2 escolas infantis.

⁶⁵ Não foram localizados dados referentes à década de 1930 (período inicial de investigação deste estudo), assim, optamos por indicar dados referentes à década anterior a fim de estabelecer parâmetros de comparação com as décadas seguintes.

elevação de 77,14% de declarações de saber ler e escrever, com uma população estimada em 583.019 habitantes⁶⁶.

O progressivo aumento de pessoas que declaravam saber ler e escrever, embora em escala diferenciada de intensidade, apresenta-se também como um fenômeno nacional. De acordo com índices de alfabetização da população brasileira, encontramos, no período em questão, o seguinte resultado (Tabela 5):

Tabela 5 – Analfabetismo no Brasil – 1920-1960

Ano	População de 15 anos ou mais		
	Total ⁽¹⁾	Analfabeta ⁽¹⁾	Taxa de analfabetismo
1920	17.564	11.409	65,0 %
1940	23.648	13.269	56,1 %
1950	30.188	15.272	50,6 %
1960	40.233	15.964	39,7 %

Fonte: Mapa do analfabetismo no Brasil (INEP, 2003).

Nota: ⁽¹⁾ Em milhares.

Pela tabela é possível observar que, embora discretamente, há uma diminuição ininterrupta da taxa de analfabetismo no Brasil ao longo das décadas de 1920 a 1960. Tal fenômeno também pode ser percebido na cidade de Belo Horizonte, chamando-se a atenção para o fato de que a taxa de analfabetismo (considerando-se pessoas que não sabem ler e escrever) diminui em maior intensidade.

O investimento em bibliotecas públicas e semipúblicas é outro indicativo da presença do escrito em Belo Horizonte. Em 1930, a cidade contava com apenas uma biblioteca pública municipal⁶⁷, na qual se mensurava a frequência de 5.093 usuários; no ano seguinte, 1931, o número de usuários saltou para 13.276, alcançando 411.098 usuários em 1958. Além da biblioteca pública municipal, a capital contava, em 1935, com 47 bibliotecas em instituições de ensino primário e

⁶⁶ Dados baseados nos censos de 1920, 1950 e 1960, relativos a pessoas com 5 anos ou mais que sabem ler e escrever.

⁶⁷ Segundo a *Synópsse Estatística do Município de Belo Horizonte: 1928-1934* (MINAS GERAIS, 1935, p. 37), além de jornais e revistas, eram consultadas obras das seguintes categorias: obras gerais, poligrafia, filosofia, religião, história, ciências auxiliares, geografia, antropologia, ciências sociais, sociologia, ciências políticas, direito, educação, música, belas artes, linguística, literatura, ciências, medicina, agricultura, tecnologia, ciência militar, ciência naval, bibliografia, obras mineiras.

secundário, 12 em instituições de ensino profissional e 9 em instituições superiores de ensino, totalizando 68 bibliotecas distribuídas entre instituições públicas e privadas de ensino.

A imprensa escrita também surge como considerável indicador da presença do escrito, visto que se trata de um veículo de informação acessível a diferentes esferas socioeconômicas e culturais. Em 1930 a capital contava com a circulação de 37 impressos de diferentes periodicidades e naturezas, sendo sua maioria de circulação mensal⁶⁸, com tiragem média de 121.100 exemplares. Já na década de 1950, a cidade possuía “cêrca de oito diários, além de inúmeras publicações semanais, quinzenais e mensais, Belo Horizonte pode se orgulhar de possuir uma das mais bem dotadas e prolíficas imprensas do país” (MINAS GERAIS, 1953, p. 46). Segundo o mesmo documento, o início da década de 1950 conheceu o auge da imprensa belorizontina, que enfrentou inúmeras dificuldades nos anos iniciais que se seguiram à inauguração da capital, vindo a se estabilizar ao longo das décadas seguintes, alcançando números periódicos e tiragens que viriam a aumentar progressivamente:

No início do século atual, (...) iniciou-se, com tremenda combatividade a difusão da imprensa na Capital. Assim, a partir de 1901, começara a surgir, e a desaparecer, com muito maior freqüência, as publicações em Belo Horizonte. Dezenas de jornais e revistas apareceram no período compreendido entre o início da difusão e o período áureo, ou seja, o atual, tendo, no entanto, o trágico e melancólico fim de quase todos os surgidos aqui. Assim é que, nada menos que 170 publicações foram lançadas a público, na Capital, quase nenhuma delas conseguindo êxito. (...) Hoje, como já foi frisado, a imprensa atingiu o píncaro de seu desenvolvimento. Possuindo Belo Horizonte, atualmente, diversas publicações, cêrca de dezessete impressos, entre revistas, jornais e informadores de algum relêvo, pode-se apreciar, baseando-se nos dados expostos, a grande evolução e alcance conseguidos pela imprensa na cidade (...). (...) Hoje com modernas oficinas, aparelhadas com o mais aperfeiçoado maquinário, a imprensa belorizontina colhe os frutos plantados em épocas ingratas. (MINAS GERAIS, 1953, p. 47).

Em 1955, para se ter uma noção da difusão do escrito, Belo Horizonte contava com 60 tipografias e 27 livrarias. Seus índices de circulação de impressos continuaram crescentes nos anos seguintes, fazendo com que a cidade chegasse ao final da década de 1960, para citar um exemplo, com 11 jornais de informação geral, estes com tiragem média de 34.748.614 exemplares, mais da

⁶⁸ Os periódicos circulantes na capital em 1930 seguiam a seguinte periodicidade: diários, bissetmanais, semanais, quinzenais, mensais, trimestrais, semestrais e anuais. Tais periódicos apresentavam também diferentes naturezas, sendo elas: de administração do Estado, político-noticiosos, artísticos e literários, de propaganda católica, de propaganda protestante, de jurisprudência e de propaganda social.

metade dos impressos que circulavam em todo o estado de Minas Gerais; além de outros periódicos⁶⁹ com tiragem média de 1.697.240 exemplares.

A *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros: Separata*, volume XXIV (IBGE, 1958) refere-se aos grandes investimentos feitos no setor cultural e educacional de Belo Horizonte, chegando a mencionar que a capital foi eleita “Cidade do Saber”. Grandes foram os esforços despendidos nos segmentos relativos à educação e cultura na cidade, sobretudo no que diz respeito ao sucessivo investimento em estabelecimentos de ensino de variados graus, que, segundo o documento, vão “do primário ao universitário que possui a cidade, e ainda pelos vários grêmios ao estudo de assuntos científicos e artísticos.” (IBGE, 1958, p. 152). Além disso, faz alusão às já instaladas universidades, a saber: Universidade Federal de Minas Gerais, Universidade Rural e a Universidade Católica. O mesmo documento oferece, ainda, os seguintes dados:

Entre as muitas associações destinadas ao aprimoramento literário, destaca-se a Academia Mineira de Letras, reunindo em seu seio altas expressões de cultura mineira. Quando a Capital completou seu primeiro cinquentenário, foi fundada a academia Belo-horizontina de Letras, congregadora de elementos dedicados ao culto das letras. (IBGE, 1958, 182).

Seja em observância a dados de investimento na instrução escolar (e à conseqüente queda nas taxas de analfabetismo, que por sua vez favorece uma participação mais autônoma no universo da escrita), seja no aumento do número de bibliotecas públicas e semipúblicas, ou na crescente circulação de periódicos impressos, é possível vislumbrar uma progressiva expansão de culturas do escrito em Belo Horizonte. Ao longo das décadas de 1930 a 1960, a capital de Minas apresentou crescentes índices de veículos e práticas de produção e circulação da cultura escrita, fator que nos levou a estabelecer esse período como ideal para nossa investigação.

⁶⁹ Entre esses, dos 54 impressos de diferentes periodicidades que circulavam em Minas Gerais, 25 eram de Belo Horizonte.

2.2 SOCIABILIDADES URBANAS

As pessoas daqui têm um brilho nos olhos mais bonito do que nas outras cidades. Elas têm uma maneira de ser. Aqui tem alguma coisa diferente que você não encontra em outro lugar.

(Otávio, entrevista, 2012).

A Belo Horizonte que serve como cenário deste estudo, além dos aspectos físicos, políticos e históricos, guardados pelos arquivos, anuários e censos estatísticos, possui outras dimensões constituídas por maneiras diferenciadas de ver e experimentar a cidade. Na memória de cada um dos entrevistados neste estudo, desenham-se formas peculiares de entender a vida em Belo Horizonte, entre as décadas de 1930 e 1960. Trata-se da organização de relatos ora saudosistas, ora denunciante, frutos de depoimentos que transitam entre declarações duras, generosas ou até mesmo idealizadas, da cidade.

O *footing* da Avenida Afonso Pena e da Praça da Liberdade, o Cine Brasil com suas sessões de filmes e também de espetáculos, os cafés e confeitarias como o Nice, o Pérola e a Elite, os passeios pelo Parque Municipal, os cheiros, cores e sabores do Mercado Central, os bondes, as divisões estruturais entre regiões da capital. Muitas são as referências que podem ser dadas sobre o cotidiano de uma cidade como Belo Horizonte. Muitas também são as perguntas de quem, não experimentando tais experiências, busca se aproximar desse passado relativamente recente: como era a capital mineira há algumas décadas atrás?; o que salta à sua memória quando pensa em episódios vividos em Belo Horizonte, durante a infância ou juventude?; que fatos, lugares ou costumes marcaram sua vida e suas lembranças na Belo Horizonte de 1930 a 1960?

Rogério, por exemplo, recorda-se do tempo em que Belo Horizonte não oferecia boas condições de acesso à cidade. Natural de São João del-Rei, faz menção aos tempos em que chegar à capital e dela sair causava transtornos e demandava bastante tempo. Segundo relata, isso se deu por volta da década de 1930:

(...) não tinha estrada em Belo Horizonte. Você podia vir de trem pela rede mineira de viação, passava por Divinópolis, sabe? Aí demorava 24 horas. Ou então você vinha pela Central do Brasil, tinha dois trens, o expresso e o rápido. O rápido sempre atrasava. E eram trens que você tinha que andar de guarda-pó por causa das fuligens que queimavam a

roupa toda. E era um problema seriíssimo, porque não tinha estrada. Depois apareceu o Vera Cruz, aquele trem de aço. Mas até por volta dos 40 era só trem Rio de Janeiro pelo trem rápido ou expresso. Ou então pela rede mineira de viação, que era na bitola estreita, que passava por Divinópolis. (Rogério, entrevista, 2012).

Nas lembranças de Alberto, a Belo Horizonte dos anos 1930 conservava características de uma cidade provinciana, com predominância de práticas rurais e ligadas à terra. Quando perguntado sobre suas recordações mais antigas sobre a cidade, não hesita em responder:

Aqui em Belo Horizonte nessa época, até 1930, que foi a Revolução, né? Qualquer pessoa que cê encontrasse na rua cê podia conversar que procedia da roça, só sabia capinar roça, montar cavalo, amansar cavalo, matar porco. A profissão dos mais velhos era essa aqui. (Alberto, entrevista, 2013).

Não causa estranheza pensar que Belo Horizonte tenha conservado alguns atributos rurais ao longo das primeiras décadas que se seguiram à sua inauguração, uma vez que muitos de seus habitantes procediam de outras cidades, sobretudo de localidades do interior do estado de Minas Gerais, cujas economias se fundamentavam em atividades ligadas à exploração da terra; além de outro grupo formado por imigrantes estrangeiros que foram atraídos à localidade, quando de sua construção, para atuarem sobretudo como trabalhadores agrícolas e da construção civil. Além disso, será somente a partir da década de 1950 que a cidade irá se consolidar como polo industrial, com maior diversificação e expansão de sua estrutura de bens e serviços.

A escassez de recursos verificada no passado também é elemento recorrente nas falas, sobretudo nas entrevistas daqueles que moravam mais afastados da zona urbana e experimentaram, na prática, a ausência de serviços básicos de cuidado urbano, como fornecimento de luz elétrica, distribuição de água encanada e tratamento de esgoto. Em depoimento, Vanda explicita sua experiência quando, ao sair da região central na qual morou por alguns anos, passou a residir no bairro Alto Vera Cruz, localizado em uma região mais afastada da área central da cidade:

Não tinha água, não tinha luz, não tinha rua, não tinha ônibus, não tinha nada. Aqui era um poeirão que cê pisava assim, a poeira levantava. Aí eu comecei a me preocupar, falei “meu Deus, como é que a gente vai viver sem água, sem luz, com fossa?” Abria um buraco ali no chão, e tal... aí eu comecei a comparar lá onde eu morava, no bairro Funcionários, nos lugares todos que eu morei, pra isso aqui. Eu comecei a falar “por que que nós não podemos ter o que tinha lá?”. (Vanda, entrevista, 2013).

Sob outra perspectiva, construída a partir da região central de Belo Horizonte, foi relembrada a admirável “cidade jardim”, orgulhosa possuidora de corredores verdes em meio às avenidas,

cortada pelo Ribeirão Arrudas, no qual se podia nadar e pescar de canoa: “O rio Arrudas era navegável; tanto era navegável quanto se podia pescar.” (Alberto, entrevista, 2013); “Eu me lembro de gente pescando no rio Arrudas de canoa.” (Úrsula, entrevista, 2012). Uma cidade que aparece poeticamente descrita no relato de Úrsula: “(...) as luzes de Belo Horizonte acendiam seis horas. Eu adorava sentar na porta pra ver a cidade toda iluminada. Era muito bonito. Tinha o pôr do sol mais lindo desse mundo, que hoje cê não vê mais (...) eu nunca vi nada mais bonito”. (Úrsula, entrevista, 2012).

Ainda sob o ponto de vista de quem viveu no interior da Contorno, Marilene fala de uma Belo Horizonte poetizada, uma cidade bela, sem percalços, que oferecia muitas opções de diversão e entretenimento. No relato que se segue há um trecho de um texto construído sob a coautoria de Marilene, que foi lido durante a entrevista – sinalizado por aspas – quando da apresentação de histórias de Belo Horizonte, no ano 2000, ao Museu Histórico Abílio Barreto:

Belo Horizonte teve a sua bela época no princípio dos anos 50, que começou em 45, logo depois da guerra, não é? E até 64, antes da revolução. Quer dizer, de 45 a 64, Belo Horizonte e o país inteiro viveu esses anos dourados, né? (...) “apresentamos uma Belo Horizonte romântica e até idealizada (...) falamos de Belo Horizonte através de uma ótica feminina e de certa forma elitista, pois demos destaque aos colégios, clubes e locais frequentados por uma classe mais favorecida. Moças que se casavam na Igreja de Lourdes, eram sócias do Minas Tênis Clube, assistiam às matinês do Cine Metrôpole, e tomavam sorvete na Confeitaria Elite.” Apresentamos uma Belo Horizonte romântica e até idealizada. E se alguém disser que houve alienação, não é para se discordar, sabe? (Marilene, entrevista, 2012).

Apesar de ter surgido como cidade planejada e a despeito da boa estrutura urbana aglutinada em sua área central, Belo Horizonte carecia de certas melhorias básicas, como o aumento da assistência médica e hospitalar, conforme recordado em algumas entrevistas. Interessante observar como práticas relacionadas à saúde são lembradas por alguns entrevistados, sobretudo no que tange a conhecimentos tradicionais, tais como o uso de chás, emplastos herbáceos, rezas, simpatias e benzeduras, práticas que foram descritas como recorrentes em Belo Horizonte, no período em estudo, sobretudo em suas décadas iniciais. Alberto, por exemplo, faz menção aos conhecimentos paternos – herdados dos avós – que valiam não apenas para a sua família, mas também para vizinhos e pessoas distantes que tomavam conhecimento dessas práticas. Relata que alguns sujeitos vinham de locais afastados à procura de orientações relativas a cuidados com a saúde que eram dadas pelos pais, em especial pela mãe. Em depoimento, observa:

Nessa época que eu já estava com mentalidade melhor pra reparar as coisas, eu estava aí com dez anos em diante, até 1928, 29, só tinha um hospital aqui, Santa Casa. Depois foi criado o Hospital São Vicente de Paula (...). Então mamãe adquiriu uma experiência muito grande nisso [cuidados com a saúde]. As pessoas vinham de longe procurar mamãe pra ensinar remédio. Remédio pra gripe, pra tosse, pra refluxo, uma porção de coisa. Mas antes o pai dela e a mãe também, e a sogra, eles entendiam muito de remédio caseiro. (...) Ofensa de animal venenoso... Meu pai também entendia muito, né? Era normal, parecia que eles sabiam muita coisa, mas era mais ou menos normal na época. Depois que começou a aparecer hospital. (...) Isso até 1930 ainda estava assim. De 1930 pra cá é que começou a mudar. (...) Tinha uma família de imigrantes que morava perto de nós, italianos, e a gente tinha até pena. Então quando adoecia criança lá eles ficavam sem saber “sem médico, sem hospital”, falando tudo italiano, embrulhava, a gente mal entendia. Aí falaram com uma italiana lá que mamãe sabia benzer, que tratava com remédio, coitada da italiana, chegou lá com a menina, mas com uma humildade! Pedindo que mamãe desse remédio. Eu não lembro mais o quê que a menina tinha. Mamãe foi lá “isso aí é assim e assim, eu dou pros meus filhos isso”. Fez o remédio, o menino melhorou quase na hora, sabe? A criança melhorou... “Dona Maria, a senhora é uma santa!” Eu lembro muito dela! Mas saía gente de longe pra procurar mamãe pra ensinar como que dava remédio. (...) Aquele negócio que chamavam de espinhela caída, né? (...) Era muito comum nascer criança com espinhela caída! (...) E eu tinha uma irmã com isso. (...) E ela [a mãe] via a menina doente, sentindo desconforto, levou no médico, o médico não sei se não trataram ela, não sei. Eu sei que ela vivia muito desgostosa com a minha irmã, achando que ela ia morrer. Um dia passou uma parteira, tal de Dona Assunta. A Dona Assunta passou lá, “faz simpatia, faz simpatia”. Ela era parteira. Ensinou como é que fazia a simpatia, né? (...) A menina melhorou logo, foi reagindo, então mamãe tratou de aprender também como é que fazia, né? Eles pegavam os pezinhos dos meninos, passava na janela, depois passava a mão, virava o menino de cabeça pra baixo... (...) A tal de espinhela caída era comum. Aquelas mães com criança sempre levavam pra ela. (...) Mas ela não recebia nada de ninguém. (Alberto, entrevista, 2013).

Neide e Odair, assim como Teresa, Maria José, Norma e Dorotéia também relataram o uso de chás, benzeduras, rezas e simpatias como artifícios para curas diversas durante a infância, algumas das quais são praticadas ainda nos tempos atuais. O mesmo pôde ser percebido na entrevista com Ernesto, cujas avó e mãe, além de conhecedoras de saberes tradicionais de saúde, eram também parteiras. Em seus dizeres:

(...) a minha avó Ricardina, que era mãe da mamãe, era a parteira e enfermeira do lugarejo. Então ela que cuidava.

(...)

(...) Quem acompanhava a Dona Hebe para os casos de parto era eu (...) a mamãe era parteira. E era chamada para isso, as mulheres da região ali, todas tiveram parto com ela. E teve uma vez que tava chovendo, eu me lembro perfeitamente, eu falei “mãe, segura aqui em mim que tá escorregando”. Aquela lama, a gente tava passando ali, como é que é? Pedreira Prado Lopes. (...) E era bom. E eu ia protegendo mamãe, quando ela saía às vezes de madrugada atender a parturiente, e todo mundo gostava muito dela, que ela era muito especial mesmo, viu? Eu ajudava minha mãezinha pra baixo e pra cima. (Ernesto, entrevista, 2012).

Relatos como esses chamam a atenção para o fato de que, apesar da penetração crescente do escrito no espaço social da cidade, muitos saberes continuavam a ser transmitidos pela oralidade, destacando-se, nesse caso, os saberes medicinais, mesmo considerando-se que com o passar dos anos um novo panorama relativo à assistência à saúde pôde ser observada em Belo Horizonte. Novos investimentos em redes de saúde, hospitais e médicos foram gradativamente realizados na capital, devendo-se considerar, também, sua crescente demanda populacional. Durante relato sobre a cidade, Otávio recorda a situação da capital, com relação à saúde, em meados da década de 1960:

Tinha um bom pronto-socorro em Belo Horizonte, o João XXIII funcionava na Rua dos Otoni, você não sabe disso. Hoje lá tem o Hospital Amélia Lins, mas lá era nosso pronto-socorro era lá. Entendeu? Sempre que se chegava, sempre tinha médico, sempre tinha medicamento. Isso aí foi uma época que ninguém pode reclamar disso. (Otávio, entrevista, 2012).

Como temos visto, as memórias revisitadas no momento de construir narrativas sobre uma cidade localizada no passado dependem absolutamente das experiências vividas, das marcas deixadas em cada lembrança, que são cautelosamente pinçadas durante seu processo de elaboração. Uma mesma cidade pode apresentar perspectivas totalmente diferentes a partir das vivências igualmente peculiares de quem se propõe a reconstruir seu cenário de época e suas cenas.

Otávio, por exemplo, recorda, com pesar, a poda dos ficus da Avenida Afonso Pena, que deram lugar ao alargamento da pista para automóveis. O período lembrado também se refere à extinção dos bondes, ambos, elementos marcantes da capital mineira:

A Avenida Afonso Pena era uma avenida que não tinha aquela largura que tem hoje, era toda arborizada, ela foi uma polêmica para cortar as árvores e fazer outras pistas de carro; isso foi feito mais ou menos em sessenta e cinco, tiraram os bondes de Belo Horizonte. (...) Nós tínhamos ônibus que vinham da Praça Sete até aqui ao Calafate, e da Praça Sete até o bairro Jacuí. E mais algumas pequenas linhas de ônibus – de bonde. Depois que acabou veio a época dos ônibus. Aí acabou a época dos bondes, pra quem gostava, acabou as árvores na Afonso Pena, e acabou essa fase. (Otávio, entrevista, 2012).

As mesmas árvores que marcaram a memória de Otávio são também referidas por Rogério, como uma característica emblemática da cidade: “Belo Horizonte era uma cidade muito bonita, porque a Avenida Afonso Pena era toda arborizada.” (Rogério, entrevista, 2012). Entretanto, apesar da beleza conferida pelo paisagismo de Belo Horizonte, mais precisamente em novembro de 1963,

durante a noite, a mando da prefeitura, teve início o corte de centenas de ficus antigos e frondosos que marcavam a paisagem de uma das maiores avenidas da “cidade vergel”, a Afonso Pena.

A população foi surpreendida por uma ação que se estendeu por outras áreas da cidade, tendo como propósito abrir espaço para o alargamento de ruas e avenidas, dado o grande crescimento da circulação de veículos no período, sobretudo carros particulares. Além disso, as árvores foram infestadas por uma praga que causava transtornos aos moradores e exigia uma tomada de decisão. Independente das motivações que levaram ao corte das árvores, Duarte (2007) afirma que a ação foi realizada sem quaisquer tipos de consulta pública, ou mesmo de anúncio da imprensa à população, o que gerou muita polêmica, e até revolta, entre os belorizontinos.

A seguir, na Fotografia 1, é possível visualizar os dois corredores de ficus que ornavam a Avenida Afonso Pena e ladeavam as linhas de bonde. Marcantes na paisagem da capital e na memória que quem viveu o período de sua permanência em Belo Horizonte, as áreas verdes integraram seu plano urbanístico desde a fundação, proposta que também se estendeu a parques e praças da cidade. A Figura 7, por sua vez, apresenta um dos momentos de corte dos ficus, destacando o acúmulo de pessoas reunidas para acompanhar o procedimento na Praça Sete.

Fotografia 1 – Avenida Afonso Pena, 1930. Detalhe das fileiras de ficus que ornavam a avenida



Fonte: Arquivo Público de Belo Horizonte, acervo José Góes.

Fotografia 2 – Avenida Afonso Pena, 1963. Corte dos ficus na Praça Sete



Fonte: Arquivo Público de Belo Horizonte, acervo José Góes.

Com relação aos bondes anteriormente mencionados, as entrevistas trazem muitas recordações do período em que transitaram pela cidade. De acordo com informações do Museu Virtual do Transporte Urbano⁷⁰, os primeiros bondes elétricos circularam na capital em 1902; as primeiras linhas interligavam pontos estratégicos da cidade como a entrada ao Mercado Central, ao bairro Funcionários e à região do quartel, cortando avenidas importantes, como a Afonso Pena. Mesmo com a inserção de ônibus como auxiliares do transporte público de Belo Horizonte, em 1923, os bondes continuaram a circular pela cidade. Mais adiante, na década de 1930, o serviço se expandiu para novas localidades passando a atender os seguintes bairros: Calafate, Gameleira, Pernambuco, Carlos Prates, Serra, Bonfim, Lagoinha, Floresta, Paraúna, Santa Tereza, Santa Efigênia, Cruzeiro, Arrudas e Santo Antônio. Odair se recorda com saudosismo dos bondes que circulavam pela capital e relata um dos trajetos que costumava fazer com maior frequência:

⁷⁰ As informações referentes ao Museu Virtual do Transporte Urbano podem ser acessadas no site eletrônico: <<http://www.museudantu.org.br/QMinasGerais.htm>>. Acesso em: 10 out. 2013.

Era gostoso [andar de bonde] sabe por quê? Porque a gente andava, tinha uns que eram fechados, né? Como se fosse um vagão, era fechadinho as janelas, e tinha o outro que era todo aberto. (...) Os fechados funcionavam muito na linha da Santa Efigênia. (...) Tinha o de Santa Efigênia que era fechado, e tinha aquele pequeno, que subia a Rua da Bahia. Ia lá no Funcionários. (...) Ele saía, descia ali na Afonso Pena, chegava lá embaixo, ele entrava na Paraná, não é isso? (...) Voltava ali, subia a Rua Tupis... Rua Tupis não, Goitacazes, saía na Rua Goitacazes ali, e saía lá na Augusto de Lima. (Odair, entrevista, 2012).

Na década de 1940 acontecem novos investimentos visando a melhorar o sistema de bondes e ocorre nova expansão de linhas. Como complemento do transporte público da cidade, em 1953, são inseridos os *trolleys*, ou trólebus, para atender à crescente demanda. Os bondes elétricos passam a ser gradativamente substituídos por outras formas de transporte público, os serviços prestados pelo sistema de bondes durou até meados da década de 1960 na capital, quando foi definitivamente extinto. Mesmo após a extinção dos bondes, Neide recorda dos passeios possibilitados por esse meio de transporte, bem como aqueles realizados via trólebus, seus sucessores:

Ah, eu me lembro demais dos bondes, né? (...) O bonde, o de Santa Tereza, o final dele era ali aonde é esquina Afonso Pena com Rua da Bahia. (...) Ali era o final do bonde de Santa Tereza. Então a gente andava só de bonde. Mas era bom... (...) Tinha os trólebus, que eram aqueles ônibus grandes, que era imenso, né? Era elétrico também, uai. (...) tinha o trólebus que ia na Santa Teresa (...) tinha um que subia a Bahia, ia no Santo Antônio. (...) Tinha os que ia pra Gameleira, e os que iam em Santa Teresa. (Neide, entrevista, 2012).

A experiência com tais transportes públicos gerou lembranças recorrentes em basicamente todos os entrevistados. De forma geral, quem experimentou a Belo Horizonte dos bondes cortando seus bairros e avenidas principais guardou na memória histórias de encontros e desencontros, de itinerários, de rotinas de trabalho e de lazer, e até mesmo de peripécias, como no caso de Vanda que, por não ter como pagar a passagem, criava artifícios para usufruir do transporte:

Eu pegava bonde ali na Avenida Brasil pra ir na Serra ou no Cruzeiro. (...) E eu ia de graça, eu enganava o cobrador, que era... Como é que chamava? O que dirigia era motorneiro, o outro eu acho que era cobrador mesmo, eu não sei. Eu sei que é assim, o bonde ia assim, pra voltar tinha que virar as cadeiras ao contrário pra ele poder vir pra cá, porque não tinha jeito de virar. Então eu tava desse lado, quando ele vinha eu dava a volta e passava pro outro lado, pra não pagar, porque eu não tinha dinheiro, eu era menina, então eu andava no estribo, igual os meninos pegando traseira hoje, era eu no estribo do bonde. E o cobrador chegava: menina, cê cai daí, menina! “não, senhor, pode deixar”. E ia no estribo do bonde. Nossa, eu era o cão! Depois que acabou o bonde veio o trólebus. Era um ônibus movido por eletricidade. Tinha um cabo assim e ia pelo fio. E aí acabou o bonde, veio o trólebus. (Vanda, entrevista, 2013).

Segundo reminiscências de Otávio, “o bonde foi até sessenta e cinco, que eles encerraram a vida dele. Nós tínhamos ônibus que vinham da Praça Sete até aqui ao Calafate, e da Praça Sete até o bairro Jacuí. E mais algumas pequenas linhas de ônibus – de bonde. Depois que acabou veio a época dos ônibus” (Otávio, entrevista, 2012). Após a fase dos bondes, de maneira menos marcante, há quem se lembre dos ônibus, que aos poucos foram tomando conta do cenário de transporte público da capital. Marilene recordou-se, inclusive, dos micro-ônibus que circularam pela cidade durante esse período de transição dos transportes oferecidos à população. Conta até mesmo uma situação curiosa, uma prática de gentilezas exercida entre alguns dos usuários desse meio de locomoção:

A da pessoa pagar, o lotação era um ônibus pequeno como o micro-ônibus, era um transporte ágil e serviu a cidade durante um bom tempo. Como os usuários de uma linha naturalmente se conheciam, principalmente os que utilizavam nos primeiros horários, aqueles que saltavam antes dos demais deixavam pagas as passagens de muitos os que permaneciam. Havia trocas de gentilezas: fulano, cicrano, sua passagem já está paga. (Marilene, entrevista, 2012).

Tão marcantes para o cenário da cidade como os bondes, foram alguns movimentos que tomaram conta de suas ruas e praças. A Avenida Afonso Pena, por exemplo, era o *footing*, uma prática comum em Belo Horizonte, na qual “(...) os rapazes ficavam parados aqui, e aqui. E as moças vinham passeando (...) e aí as moças flertavam com os rapazes, começavam a conhecê-los, né? Era uma forma. Se ele interessava, ele saía de lá onde tava...” (Úrsula, entrevista, 2012). Outro cenário de *footing*, segundo a mesma entrevistada, era a Praça da Liberdade, embora em menor escala. Os flertes aconteciam, geralmente, ao entardecer, “a partir das cinco horas que começavam” (Úrsula, entrevista, 2012). A juventude da época se acumulava nesses ambientes para trocas de olhares e até mesmo de palavras, em casos mais ousados.

Era *footing*, né? Então a minha turma, por exemplo, nós saíamos de bonde do Colégio Sacre Coeur, chegávamos em frente ao Colégio Arnaldo, a turma do Colégio Arnaldo entrava, e nós íamos pra Avenida Afonso Pena fazer *footing*. Ficava cheio de estudante, né? As meninas do Colégio Imaculada desciam, as do Instituto de Educação, do Colégio Sacre Coeur, Sagrado Coração... Então assim, vamos dizer, de onze e meia até uma hora era aquele *footing* na avenida. Começava na Rua da Bahia e ia até lá na esquina da Praça Sete. Mas o principal era aquele ali entre a Rua da Bahia e a Igreja São José, onde tinha a Sloper, uma loja ali, sabe, que vendia assim bijuterias, artigos assim, e tal. E ia todo mundo, porque os estudantes de engenharia subiam, os de medicina vinham também. Os de medicina novatos vinham pra avenida de avental pra mostrar que eram estudantes de medicina. Os de engenharia vinham carregando esquadros e réguas, etc., os de direito era só descer também um quarteirão, já tava na avenida. Então depois daquele *footing* pra lá e pra cá, cada um tomava seu rumo. Isso nos dias de semana. Agora, nos dias de semana a tarde tinha um *footing* também às cinco horas da tarde. Era a hora que as moçoilas

escolhiam pra fazer suas comprinhas na Sloper, na Sibéria, e tal. Dora Modas, né? E era a hora que acabava também o expediente das secretarias da Praça da Liberdade, então todo mundo descia pra avenida [Avenida Afonso Pena], então *footing* na avenida. Aos domingos, bom, às quintas-feiras tinha um *footing* na Praça Raul Soares. Mas esse não era muito frequentado não. (Marilene, entrevista, 2012).

Sobre a prática de *footing* na capital, a *Revista Bello Horizonte*, número 7, de 1933 (p. 9), dedica a seguinte nota:

Footing

As elegantes bellorizontinas adquiriram dois hábitos de bom-gosto. Fazer “sport” no Parque [Parque Municipal] e fazer “footing” na Avenida.

Pela manhã o Parque: o remo, o tennis, o exercício, o oxigênio, o sol – o sol, principalmente que dá à pelle o tom “retour de plage”, tão em voga. À tarde, na “hora azul”, a linda perspectiva da Avenida cheia de crepúsculo, como uma grande taça, de “cock-tail” côr de topázio.

Antigamente, dizia-me hontem um “conaisseur”, à porta do Paladio – antigamente as únicas criaturas elegantes e lindas que conhecíamos eram as estrellas da Metro: hoje é isto que você está vendo. (...)

Os cartazes iluminados na fachada encerravam o expediente... Vultos elegantíssimos, figuras lindas passavam... O velório cahiu sobre a tarde linda, movimentada, collorida, como um cenário de “ballet” assignado por Baskt... E dahi em diante, começaram os films, de amor, como todos aos films que prezam, films do “Brasil”, do “Glória”, da vida da cidade, dos portões, das ruas, dos bairros, na cumplicidade das penumbras, no silêncio das alamedas e das almas (REVISTA *Bello Horizonte*, 1933, p. 9).

A partir dos números seguintes, a revista criou um editorial (FIGURA 2) especialmente voltado a comentários sobre essa prática que se tornava cada vez mais comum e apreciada na cidade, sobretudo pela elite belorizontina. Sua nova logomarca atraía de imediato as atenções para os últimos acontecimentos do dito “evento” cotidiano da capital, servindo, inclusive, para informar as mais belas senhoritas presentes no *footing* de determinado dia, bem como tecer comentários sobre os modelitos de melhor bom gosto que perambulavam pela Afonso Pena:

Figura 2 – Cabeçalho da coluna da *Revista Bello Horizonte* dedicada aos comentários sobre os footings que ocorriam na capital



Fonte: REVISTA *Bello Horizonte*, n. 7, 1933.

Marilene refere-se também ao *footing* que ocorria após sessão matinê de cinema das quatro horas da tarde, que servia como pretexto para os desfiles que se seguiam depois pela Afonso Pena e Praça da Liberdade:

Aos domingos ia-se à matinê do Metrôpole, matinê das quatro, depois da matinê tinha o sorvete na Confeitaria Elite na Rua da Bahia, depois o *footing* na avenida. Depois tinha o *footing* na Praça da Liberdade. Começava de um lado, ficava muito cheio, passava pro outro, mas aí quando do outro lado ficava cheio também tava na hora de ir embora. (Marilene, entrevista, 2012).

O *footing* era frequentado não apenas por moças e rapazes da elite, conforme possa dar a entender a exposição de depoimentos aqui expostos, de indivíduos pertencentes a essa esfera social. Esse entretenimento juvenil do período também era bastante comum entre outras classes socioeconômicas, havendo considerável variação dos frequentadores que se reuniam nesses espaços públicos em busca de diversão e companhia. Odair e Neide, casal não pertencente à elite belorizontina do período, também se recorda dos momentos em que se dirigiam à Avenida para o *footing*:

Odair: Então aquele trecho ali da Afonso Pena, da Rua Espírito Santo até na Praça Sete ali, ela chamava, o pessoal todo gostava, chamava *footing*.

Neide: Vamos fazer *footing*. *Footing* era passear, ir lá e voltar...

Odair: As pessoas queriam arrumar um namorado, né...

Neide: Ficava pra lá e pra cá na Afonso Pena. (...) Era ponto de encontro. Ó, ali da... quer ver? Da Tamoios, né neném? Tamoios pra lá, indo pra Afonso Pena... (...) Era assim de gente andando pra lá e pra cá, batendo papo. Era lugar do pessoal passear. (Neide e Odair, entrevista, 2012).

Além das possibilidades de flertes e paqueras que motivavam tal prática, o *footing* também oferecia um espaço de descontração em via pública que propiciava encontros para conversas informais sobre os acontecimentos da vida particular, da alheia e da própria cidade. Note-se pela imagem do *footing* praticado na Avenida Afonso Pena que, embora a prática não fosse restrita a mulheres, nas revistas e jornais investigados para este estudo, apenas encontramos registros fotográficos (FIGURA 3) das jovens senhoras que o faziam (o termo é precisamente “fazer *footing*”):

Figura 3 – Moças fazendo *footing*

Fonte: REVISTA *Bello Horizonte*, ano 1, n. 17, 1933.

Sobre a Sloper, Marilene e Úrsula relatam que a casa de moda se constitui em um lugar a mais que caiu no gosto da elite feminina mineira, e não foi ao acaso. Além do *footing* que funcionava em frente a suas dependências, e era o principal motivador do movimento junto à loja, as moças ricas tinham uma seleta e bem guarnecida opção de sítios onde realizar compras, a saber, cosméticos, vestuário, acessórios e artefatos de moda em geral. Abaixo apresentamos um dos inúmeros anúncios publicitários da Casa Sloper (Figura 4), seguido de imagem das senhoritas de elite em direção às compras – conforme anúncio da revista (Figura 5). As práticas de *footing* seguidas de pequenas compras ocorriam, em geral, de forma frequente e concomitante:

Figura 4 – Anúncios publicitários da Casa Sloper

A

Casa Sloper

tem
o
maior
e
melhor
stock
de

Cintas.Luvas

por
preços
ao
alcance
de
todas
as bolças

Visite
e
convide
sua
amiga
para
visitar
a

CASA SLOPER

AVENIDA
AFF.
PENNA
960-966

O Encanto
e
a
Sedução
da
Mulher
nas
Vitrines
da

**CASA
SLOPER**

Fonte: REVISTA *Bello Horizonte*, n. 77, 1937.

Figura 5 – Senhoras seguindo para as compras em lojas próximas à Avenida Afonso Pena, locais onde se realizavam os *footings*



Fonte: REVISTA *Bello Horizonte*, n. 4, 1933.

O caminhar como prerrogativa para os flertes, que rendiam compras e entretenimentos em badaladas lojas, cafés e confeitarias da cidade – alguns com entrada restrita, como é possível perceber pelos próprios depoimentos – proporcionavam para determinados indivíduos possibilidades cotidianas de lazer e passatempo. Além do *footing* da Avenida Afonso Pena e arredores, funcionavam também como ponto de encontro da elite belorizontina, as missas católicas.

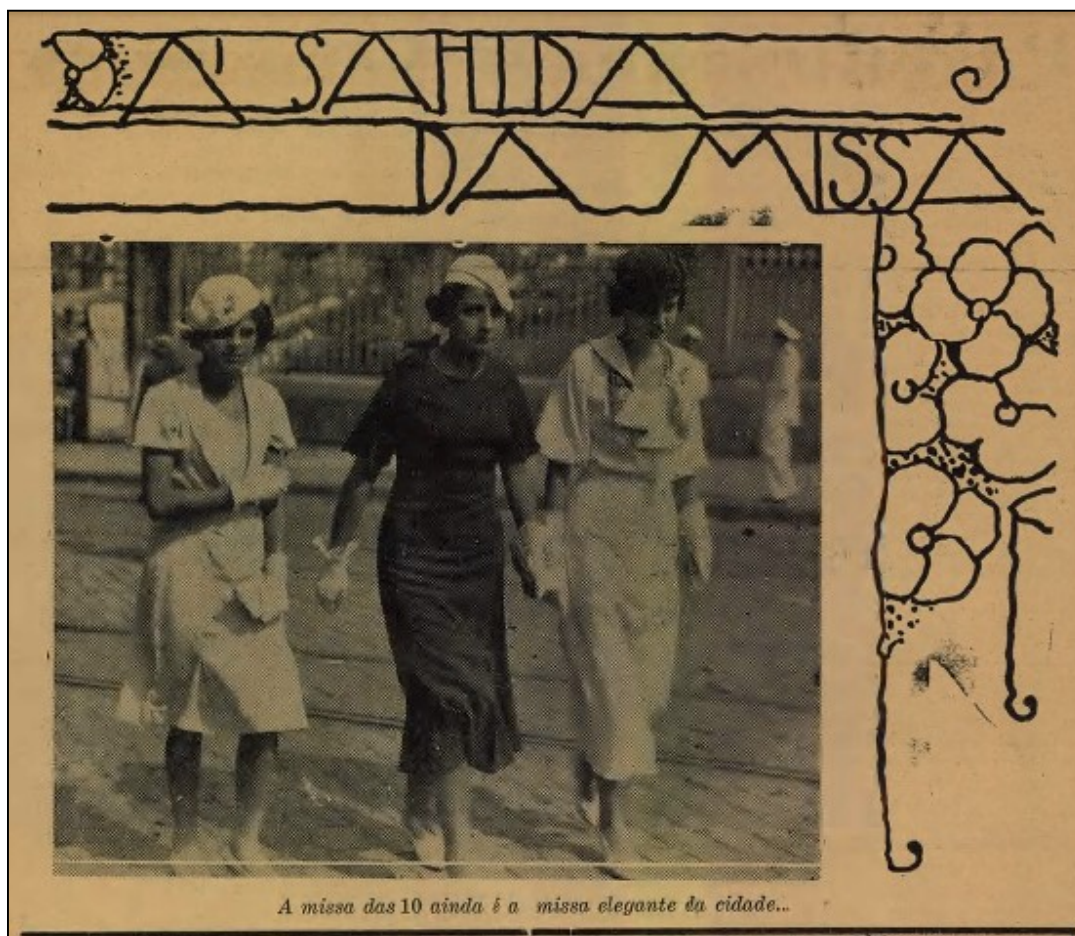
Bastante referidas em alguns relatos foram as missas que aconteciam às dez horas da manhã na Igreja de Lourdes. Local geralmente frequentado pelas classes mais abastadas da cidade, a igreja funcionava, para além de local de fé e orações, como bom pretexto para a posterior participação na *matinê* dançante oferecida pelo Minas Tênis Clube, situado em localidade próxima à igreja, conforme recorda Marilene:

No Minas tinha missa dançante. (...) Não havia missa à tarde. Missa era só de manhã, tá entendendo? Depois do Concílio Vaticano Segundo é que as missas passaram a ser celebradas a tarde também, mas era só de manhã. E a pessoa tinha que ter um jejum. Às vezes a pessoa ia escovar o dente achava que tinha engolido uma gota d'água e não comungava. Então tinha uma missa, que era a missa das dez na Igreja de Lourdes, era uma missa muito chique e tal, era um compromisso social, né; essa missa das dez da Igreja de Lourdes. Então, o pessoal saía da missa da Igreja de Lourdes e ia pro Minas, e tinha uma hora dançante. Então puseram o apelido nessa hora dançante de “missa dançante!”. Algumas pessoas iam pro Minas, na hora dançante do Minas (...). E as moças é que ficavam andando pra lá e pra cá. Os rapazes ficavam de pé de um lado e do outro. E aí aconteciam os flertes. Então depois que tinha um flerte de um certo tempo, o rapaz tomava coragem e perguntava pra moça se podia falar com ela. Ai os dois saíam e ficavam andando naqueles jardins centrais ali, entendeu? Na hora de ir embora ela encontrava com as amigas pra ir embora pra casa. Entendeu? Era assim. (Marilene, entrevista, 2012).

Acontecimento semelhante é lembrado por Úrsula: “Tinha a missa dançante no Minas, que era domingo dez horas da manhã. (...) Ia pra missa e ia pro Minas dançar!” (Úrsula, entrevista, 2012). A badalada missa da Igreja de Lourdes chegou a ganhar tamanha popularidade na cidade que até mesmo alguns jornais e revistas de época noticiavam o evento e davam informes de seus mais prestigiosos frequentadores. Tal evento fazia parte da “boa etiqueta” ou, como dito por Marilene, frequentar a missa pela manhã e o Minas Tênis Clube na sequência era “um compromisso social”, um evento que passou a integrar os costumes de um seletto grupo belorizontino que assumiu como convenção dominical cumprir os mandamentos católicos e seguir para momentos de lazer em um dos clubes mais prestigiados da cidade.

Muito mais que simples movimento de fé, tratava-se de uma prática de socialização notadamente estratificada por classe social. Oferecia, ainda, oportunidade de exibir os novos figurinos, colocar em ordem as últimas novidades da cidade e desfrutar da companhia de amigos, além, obviamente, de oportunizar os flertes que movimentavam a juventude do período. A propósito, conforme referido em entrevista por Rogério, “o Minas também era uma fonte não só do esporte, mas da congregação da elite mineira. A elite de Belo Horizonte era toda sócia do Minas.” (Rogério, entrevista, 2012). Abaixo apresentamos uma imagem (FIGURA 6) extraída da *Revista Bello Horizonte* de 1933 que mostra o momento da saída da missa, quando as moças se dirigiam para o momento dançante no Minas Tênis Clube:

Figura 6 – A saída da missa da Igreja de Lourdes



Fonte: REVISTA *Bello Horizonte*, n. 3, 1933.

A capital conservou-se como cidade majoritariamente católica durante seguidas décadas a contar de sua inauguração, o que pode ser observado em censos, anuários e sinopses estatísticas⁷¹. A propósito, certas igrejas e rituais católicos foram mencionados em algumas entrevistas, que foram realizadas com número de participantes majoritariamente católico (seguidos de evangélicos e agnósticos), embora esse não tenha se constituído em critério de seleção de sujeitos. Para citar um

⁷¹ Estudos realizados nos seguintes documentos estatísticos: *Anuário de Belo Horizonte*. Ano 1, Número 1 (MINAS GERAIS, 1952); *Anuário de Belo Horizonte*. Ano 2, Número 2 (MINAS GERAIS, 1953); *Anuário Estatístico de Belo Horizonte: ---- -1937* (MINAS GERAIS, 1937); *Anuário Estatístico de Belo Horizonte: 1928-1934* (MINAS GERAIS, 1935); *Anuário Estatístico de Minas Gerais* (IBGE, 1943); *Anuário Estatístico de Minas Gerais* (IBGE, 1950); *Anuário Estatístico de Minas Gerais* (IBGE, 1952); *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros: Separata*. Volume XXIV (IBGE, 1958); e *Synópse Estatística do Município de Belo Horizonte: 1928-1934* (MINAS GERAIS, 1935).

exemplo, uma das coisas de que Otávio se recorda com nitidez quando chegou a Belo Horizonte foi da admiração perante a grandiosidade de suas igrejas. Em relato comenta:

Quando eu cheguei em Belo Horizonte me deslumbrei porque eu não conhecia tanta igreja numa cidade. (...) A Igreja de Lourdes é fantástica aquela igreja. A Igreja de São José é fantástica aquela igreja. A igreja lá da Renascença, esqueci o nome dela, eu ia muito lá. Então são igrejas que você não pode deixar de conhecer. Você tem que conhecer.” (Otávio, entrevista, 2012).

Não menos marcantes foram as recordações de Marilene, que, no entanto, além de comentários sobre o requinte arquitetônico das edificações, fez menções a ações que julgava pouco adequadas ao espaço em questão: “Aqui a Igreja Santa Rita, quando nós mudamos aqui pro bairro, tinha uma placa enorme na igreja assim: homem sem paletó, criança que chora e cachorro nessa igreja, e um ‘não’ grande assim ocupando a placa.” (Marilene, entrevista, 2012).

Além dessa recordação, a entrevistada traçou um verdadeiro panorama acerca de ordens, congregações e costumes religiosos da capital. Não causa estranheza que os conhecimentos religiosos lhe tenham marcado de maneira tão intensa a memória, sobretudo por se ter em vista que fora interna em colégio religioso durante diversos anos. Relembra alguns costumes religiosos da época, em especial as procissões que contavam com grande adesão e respeito dos moradores da cidade:

As igrejas, apostolado da oração, cruzada eucarística, as procissões que existiam em Belo Horizonte naquela época. Belo Horizonte tinha várias procissões. A mais importante delas era a procissão de Corpus Christi da Igreja da Boa Viagem. Todos os colégios uniformizados, aquela coisa toda. (...) Era um evento! O trânsito era impedido em toda aquela área. Saía da Igreja da Boa Viagem ia pela Afonso Pena ali ao lado do parque, depois entrava na Rua da Bahia sabe, pegava a Avenida João Pinheiro, descia ali e voltava pra igreja. (...) A procissão mais importante era essa! Tinha outra! A procissão do enterro da Igreja São José! Ela saía da Igreja São José, ia pela Afonso Pena entrava na São Paulo, e chegava outra vez na São José. E tinha a procissão de Santo Antônio. Ainda tem uma capelinha ali esquina de São Paulo com Tamoios. (...) e tinha essa igrejinha e tinha a procissão famosa, que era a procissão de Santo Antônio. Então, todas as moças que queriam arranjar namorado, participavam dessa procissão né? Procissão de Santo Antônio. (Marilene, entrevista, 2012).

Participante ativa da Igreja Católica, até os dias atuais, Marilene muito relatou durante a entrevista sobre a importância dos movimentos religiosos como forma de congregação e socialização dos jovens da época. Alguns grupos de jovens, sobre os quais ela chega a mencionar durante o depoimento, atuavam não apenas na esfera religiosa, mas buscavam engajamentos

sociais e políticos. Narra, dessa forma, o episódio em que alguns desses grupos foram impedidos de atuar frente ao Golpe de 64, alegando-se risco de contravenção. Em suas palavras:

Elas [as irmandades religiosas] tinham um poder muito grande nas igrejas. Por exemplo, as senhoras pertenciam à irmandade do Sagrado Coração de Jesus. Elas eram zeladoras do Coração de Jesus. Usavam uma fita vermelha assim... (...) Tinham os congregados Marianos, que eram os rapazes, e os meninos eram da Cruzada Eucarística. E tinha esses movimentos. Marcaram presença durante um tempo os movimentos conhecidos como JEC, que era Juventude Estudantil Católica, JIC, Juventude Independente Católica, JOC, Juventude Operária Católica e JUC, Juventude Universitária Católica. Né? A Revolução de 64 acabou com essas últimas associações. Foram acusadas de reverterem a ordem estabelecida e de filosofia comunista. (Marilene, entrevista, 2012).

Não era apenas a Igreja de Lourdes que atraía a atenção de espectadores quanto aos desfiles de moda e requinte. Bem lembra Úrsula que a “estrela” de qualquer roupa nova deveria acontecer na igreja. Para além das missas, as igrejas se constituíam em espaços públicos de circulação e atividade social, sobretudo se considerarmos uma Belo Horizonte que vivia, desde sua fundação, um processo vertiginoso de crescimento populacional e pouquíssimas opções de lazer ofertadas em contrapartida. Missa também era lugar de passear, de ver e conhecer gente. Não obstante, era alvo dos *flashes* de folhetins das mais diversas ordens, preocupados em noticiar quem cumpria suas obrigações cristãs e, obviamente, em grande estilo e atenção às tendências da moda. A imagem que se segue (FIGURA 7), apresenta um flagrante da saída da Igreja São José, estrategicamente localizada à afamada Avenida Afonso Pena:

Figura 7 – Senhoras fotografadas à saída da missa da Igreja São José, no centro de Belo Horizonte



Fonte: REVISTA *Bello Horizonte*, n. 4, 1933.

Outro exemplo de entretenimento recordado nas entrevistas foram as quermesses da praça da Santa Casa. Segundo Úrsula, eram “famosíssimas, as barraquinhas da Santa Casa”. Essas barraquinhas, ou quermesses, aconteciam uma vez por ano, no quarteirão da Santa Casa; eram organizadas barracas com jogos e prendas e também funcionavam como recurso de sociabilidade urbana.

Alguns ambientes públicos de socialização na capital eram frequentados, conforme exposto, por grande variedade de indivíduos, sem marcações preestabelecidas e demarcadas no tangente ao acesso e permanência. O mesmo se podia observar em relação à segregação provocada pela Avenida do Contorno que, apesar de apartar Zona Urbana e Suburbana, era transitada por sujeitos de toda e qualquer situação financeira, social ou racial, não sendo impostos limites para a

circulação das pessoas. Pode-se dizer que além dos espaços, os sujeitos compartilhavam de normas e condutas morais no cotidiano da capital, estabelecendo práticas legitimadas de convivência na cidade.

Contudo, ao contrário do *footing* ou das quermesses, outros espaços como cinemas, clubes, confeitarias e cafés possuíam demarcação do público frequentador. Otávio relata que “os homens para entrarem em um cinema, ele tinha que estar em um passeio completo. Se não tivesse de gravata, não entrava”. (Otávio, entrevista, 2012). A seguir, a Fotografia 3 mostra uma imagem do Cine Brasil e da Praça Sete em perspectiva:

Fotografia 3 – Praça Sete de Setembro, vendo-se ao fundo o Cine-Theatro Brasil e, à direita, o Obelisco da Independência



Fonte: MINAS GERAIS – *Synópsse Estatística do Município de Bello Horizonte: 1928-1934*.

Segundo reportagem sobre o Cine Glória, na *Revista Bello Horizonte*, n. 7, de 1933, (p. 10), o cinema, constantemente lotado, teria como particularidade receber maior número de pessoas aos domingos, uma vez que “o público é feroz: gente dos bairros, que só vai ao cinema aos domingos”, formando, segundo a revista, uma massa de espectadores particularmente “exigentes”.

A reportagem indica que a frequência aos cinemas não era algo corriqueiro para uma parcela de habitantes de Belo Horizonte, além disso, uma vez mais é explicitada a diversidade de públicos que transitavam e faziam uso dos ainda restritos espaços de entretenimento na cidade. O exemplo do Cine Glória vem ratificar informações já levantadas em depoimentos e clarificar que tais efeitos segregacionistas fizeram parte do cotidiano da cidade, fosse em locais privados ou públicos de convivência social.

Em outra edição, n. 11, em 1933, a *Revista Bello Horizonte* denuncia a grande escassez de recursos de distração e passatempo na capital, destacando o fechamento de cinemas e altos preços cobrados no Cine Brasil:

Bello Horizonte é denominada, com razão, a cidade do Tédio. Pobre de diversões, a cidade, à noite, é um enorme amontoado de casas adormecidas, sobre ruas desertas e sombrias. Temos uma única diversão, o cinema, que não passa de um monopólio revoltante, onde tudo é levado em conta, menos o interesse do público, que é escorchado impiedosamente. Nos bons tempos dos antecessores da actual empresa, o público, além de cinemas, encontrava sempre no “Avenida” e no “Pathé”, uma companhia de variedades ou de theatros que, a preços populares, quebrava a monotonia do Tom Mix e dos beijos freudianos de Joan Crawford. (...) E os preços? Temos cinema em Belo Horizonte a preços de teatro. E mau cinema porque o commum dos programmas é constituído de fitas já há vários annos exhibidas, em reprises enfadonhas e soporíferas. (REVISTA *Bello Horizonte*, n. 11, 1933, s/p).

A reportagem da *Revista Bello Horizonte* reforça o argumento anterior, de que poucos eram os ambientes possíveis para o entretenimento do belorizontino. Contudo, apesar dos diversos problemas apontados, não se deve perder de vista a importância dos cinemas como alternativa de recreação na capital. Rogério frisa que “os cinemas eram importantíssimos, o Cine Brasil, principalmente, no Centro da cidade.” (Rogério, entrevista, 2012). Acerca do Cine Brasil, Otávio considera:

O Cine Brasil era um cinema e servia como casa de espetáculos. Mas esse espetáculo era só quando a primeira vez que o Roberto Carlos veio em Minas Gerais, ele cantou no Cine Brasil, e fora disso era o cinema que funcionava até as vinte e duas horas, que era a última sessão. Terminou a sessão das vinte e duas horas, você poderia atravessar a Afonso Pena despreocupado porque acabou o trânsito. A cidade acabava ali às vinte e duas horas e cada um ia pra sua casa e esperar o dia seguinte. (Otávio, entrevista, 2012).

Outra observação referente aos cinemas da capital é dada por Úrsula, que além de comentar a questão da censura nas seções cinematográficas, faz um apanhado geral dos cinemas existentes

na cidade, destacando aqueles localizados em regiões distanciadas do centro de Belo Horizonte e que pouco são mencionados em matérias de jornais e revistas de época:

O cinema era o seguinte: não tinha censura de filme não. (...) De idade eu era criança não tinha, podia ir. Então, por exemplo, a sessão, tinha a sessão das seis que acabava às oito. Tinha a sessão das oito que acabava às dez. e tinha a matinê de tarde, especialmente no domingo às duas horas. A gente ia. Tinha o Metrôpole na Rua da Bahia, o Cine Brasil, que foi o melhor cinema daqui, que de qualquer lugar que cê tiver cê escuta tudo; o Cine Glória, que era na Avenida Afonso Pena, do lado daquele banco, naquele quarteirão ali logo depois da Praça Sete. (...) Depois tinha o Cine Tupi. Tinha o Cine Tamoio. Tinham os cinemas nos bairros, tinha o Cine Floresta, na Floresta tinha o Cine Floresta, tinha o Odeon, tinha quando eu era ainda interna no colégio. (Úrsula, entrevista, 2012).

Além dos cinemas, alguns entrevistados mencionaram certos cafés e confeitarias da cidade como espaços públicos presentes em suas memórias. Neide, por exemplo, recorda-se do Café Pérola como uma localidade pública propícia para encontrar pessoas e distrair-se junto à Avenida Afonso Pena:

O Café Pérola também [era um ponto de encontro da juventude da época]. (...) Sabe onde era o Café Pérola? É na esquina de Carijós com Afonso Pena. Quer dizer, quase em frente ao pirulito. Ali. Então ali no Café Pérola pra você andar ali à noite, quase que cê ficava na rua. (...) De tão cheio que era. Ali era ponto de encontro, ali naquele trecho ali, na Praça Sete ali. Era ponto de encontro. (Neide, entrevista, 2012).

Ao falar de Belo Horizonte e de sua região central, Otávio logo se lembrou de um ponto bastante frequentado, em especial, pelos senhores belorizontinos. Sobre a prerrogativa de tomar um cafezinho fresco e inteirar-se dos últimos acontecimentos da cidade, sobretudo os de caráter político, o Café Nice recebia em seu balcão – os cafés eram, e ainda o são, servidos no balcão – personalidades das mais diversas estirpes:

No Café Nice você se encontrava ali, ia tomar um cafezinho, que era uns dos melhores de Belo Horizonte, sempre tinha um cafezinho quente e fresco. Ali você encontrava na época de Juscelino, você encontrava Tancredo Neves, você encontrava vários políticos importantes; na época eles não andavam de segurança, eles não andavam... Só com amigos, talvez um parente, eles tomavam um cafezinho e a gente ficava ouvindo as conversas deles, as promessas deles. (Otávio, entrevista, 2012).

Odair também guarda recordações do café que ficou famoso na capital por receber ilustres clientes, dentre eles, o próprio Juscelino Kubitschek, então governador do estado de Minas, e salienta: “Sabe por que o Café Nice era muito falado? Porque na época do governador Juscelino Kubitschek, ele descia muito do palácio, à tardinha, escurecendo, e ia bater papo com os amigos lá no Café Nice, tomar cafezinho” (Odair, entrevista, 2012).

Em visitas ao Café Nice, ainda existente na capital, em seu endereço original, pude perceber que algumas práticas de encontro para um café e uma conversa permanecem até os dias atuais. Fui informada por um dos responsáveis pelo estabelecimento de que a cafeteria continua a receber antigos frequentadores, que há anos cultivam a prática de encontrar amigos para saber das últimas novidades da vida pessoal, alheia e da cidade, nesse ambiente. O café, atualmente, é decorado com fotografias de seus referidos clientes famosos, como Juscelino Kubitschek.

Além dos referidos cafés, Úrsula guarda recordações da Confeitaria Elite, um lugar que além de servir chás e quitutes variados era igualmente ponto de encontro da elite belorizontina. Contudo, a Confeitaria Elite é um exemplo de ambiente destinado a classes mais abastadas, seja pelos trajes que se impunha aos frequentadores, seja pelos altos preços do cardápio. Sobre a Elite, rememora Úrsula: “Tinha a Confeitaria Elite, que era na Rua da Bahia, que as pessoas iam pra lá tomar chá. Iam os moços também. (...) Tinha sanduíches gostosos, as moças iam pra lá, sabe, era chique lá na Elite. Ficava na Rua da Bahia. No primeiro quarteirão depois da Afonso Pena” (Úrsula, entrevista, 2012).

Outros espaços, entretanto, embora pudessem ter ‘códigos’ de regulação dos frequentadores, eram abertos a todo tipo de público, sem exigências – pelo menos explícitas – de vestuário determinado ou taxas de entrada e visitação, em suma, elementos de segregação socioeconômica. São exemplos o Parque Municipal e o Mercado Central, dois espaços bastante comentados nas entrevistas.

O Parque Municipal, ou Parque Américo Renné Giannetti, localizado no centro de Belo Horizonte, funcionava como espaço de lazer e entretenimento, um ambiente que passou a ser frequentado por grande variedade de indivíduos. Fundado ainda no século XIX, o Parque Municipal, até o final da década de 1920, era frequentado, mais especificamente, pela elite belorizontina, cenário que sofreu modificações a partir desse período, abrindo-se para passeios e locomoção de público diverso. Tal diferenciação na apropriação desse espaço público é tratado em uma das entrevistas, por Úrsula:

Que eu ia no parque todo dia. De manhã tinha gente que ia fazer ginástica, tinha bar. O jardim zoológico era lá, Belo Horizonte tinha jardim zoológico. (...) Todo mundo ia. E depois o prefeito Gianetti, quando o Gianetti foi prefeito ele iluminou o parque todo, ele ficou mais bonito ainda, e aí ia-se de noite também. (...) Agora, no domingo de tarde, era

os pobres que iam. Que era tudo bem estratificado, né? Sem dúvida. Era bem estratificada a sociedade. (Úrsula, entrevista, 2012).

Observe-se que embora não houvesse códigos explícitos de regulação dos frequentadores do Parque Municipal, como no caso do Minas Tênis Clube, por exemplo, o ambiente não estava isento da segregação por classe econômica. O funcionamento do parque era demarcado com dias e horários distintos para a frequência de pessoas com condições socioeconômicas diferenciadas.

Ronaldo Guimarães (2012), ex-morador do parque⁷² e autor de obra memorialística sobre o Parque Municipal, também descreve lembranças relacionadas à segregação de horários praticada na visita ao parque. Em suas palavras:

Ah, as domésticas do Parque! Elas chegavam no domingo à tarde, com cheiro de pó de arroz. Domingo de manhã, o Parque cheirava a perfume francês; à tarde, pó de arroz. Roberto, meu irmão, deduzira bem: “Elas arrumam os apartamentos de manhã, fazem o almoço, limpam a cozinha e, depois, vêm paquerar a gente aqui no Parque”. Naquela época eram mais escravas do que hoje. Trabalhavam aos domingos. (GUIMARÃES, 2012, p. 32).

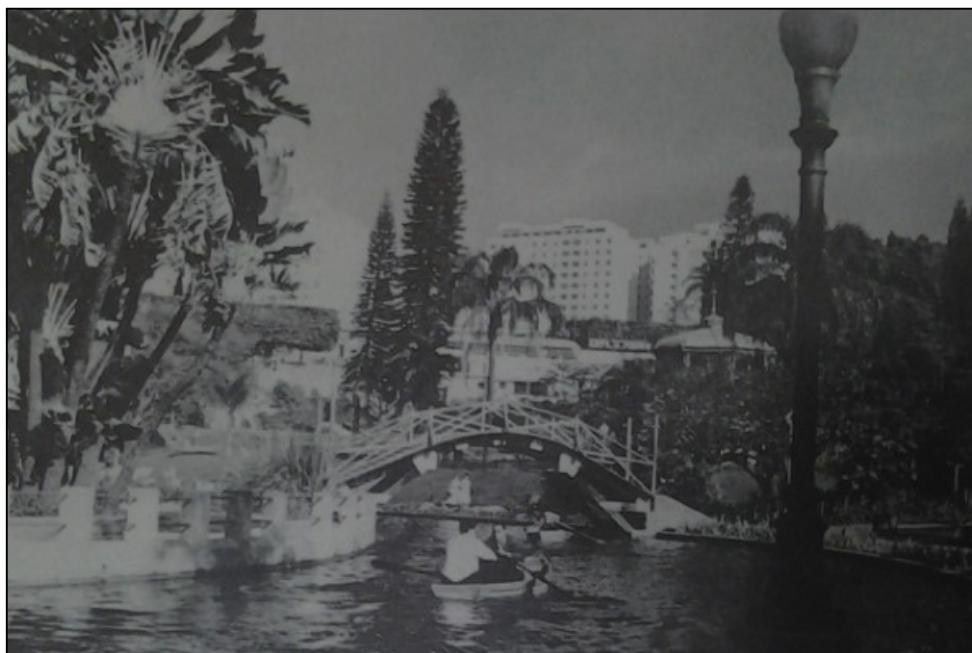
Além da questão segregacionista, também foram lembrados os processos de diminuição da área original do parque, ato que Guimarães (2012) chama de “mutilação”. Segundo o autor, no início do século XX, o parque media o dobro de seu tamanho atual. A primeira modificação em seu território ocorreu em 1920, seguida de novas alterações que duraram até a década de 1960. Memórias sobre esse período também estão presentes no depoimento de Úrsula:

O Parque Municipal, cê sabe que ele não era desse tamanho não, né? (...) Quando eu era criança, ele ia até onde é que é o Hospital João XXIII. Ali onde é o João XXIII era a garagem da prefeitura. Onde é que ficavam os caminhões da prefeitura que consertavam. Era ali. Ali era parque. Aquela parte toda que sobe, a Carandaí, depois pega a Alfredo Balena, aquilo era uma plantação de eucalipto. Aquilo era parque. Aquela lagoa dos patos, cê passa, cê tá vendo lá, de lá de casa eu correndo pra ir no parque ó, era uma distância e tanto. (Úrsula, entrevista, 2012).

Seguem-se imagens de perspectivas distintas do Parque Municipal (FOTOGRAFIAS 4 e 5):

⁷² Ronaldo Guimarães era filho de um zelador do Colégio Imaco, localizado no interior do parque. Morou por vinte e cinco anos no Parque, em uma casa que foi demolida no início dos anos 1980.

Fotografia 4 – Parque Municipal



Fonte: IBGE – Enciclopédia dos Municípios Brasileiros: Separata. Volume XXIV.

Fotografia 5 – Outro recanto do Parque Municipal



Fonte: IBGE – Enciclopédia dos Municípios Brasileiros: Separata. Volume XXIV.

Os passeios ao Parque Municipal também foram mencionados por outros entrevistados, sobretudo por aqueles que, sem muitas opções de entretenimento gratuito ou a baixo custo, utilizavam-se do Parque com certa regularidade. Exemplos de utilização do espaço do parque são dados por Vanda e Otávio:

Eu ia muito ao Parque Municipal, né? (...) era mais pra brincar mesmo. Chupar coquinho, que era aqueles coquinhos amarelinhos. Nossa, eu ia no Parque pra chupar coquinho! (...) Às vezes, eu saía pra comprar alguma coisa, mas eu ia primeiro no parque pegar coquinho pra depois eu comprar o que tinha que comprar. Isso era muito bom. (Vanda, entrevista, 2013).

O Parque Municipal eu já conheci, eu não conheci ele inteiro. Eu já conheci ele cortado pela Afonso Pena, e da Alameda Ezequiel Dias até aqui naquela Rua Bahia, esquina da Bahia. Mas ali sempre foi um lugar de música, cultura, muitos peixes, remar naquela lagoa eu já remei muito ali. Ali dava pra passar um domingo tranquilo ali. Cê não tinha dinheiro pra ir pra outros lugares, levava a família para ali, comia um sanduiche ali, uma farinha com arroz, e ficava por ali. Passava um dia bom. Muito bom ali. Muito bom. (Otávio, entrevista, 2012).

Mesmo caminhadas despreziosas faziam parte do movimento do Parque, que, mesmo após diminuição de seu tamanho inaugural, continuou a ligar algumas ruas de grande movimento na cidade, tornando-se atrativo aos transeuntes das imediações. O local também servia como espaço para apresentações de natureza cultural e esportiva, oferecia possibilidades de entretenimento para pessoas de diferentes idades, classes e gostos pessoais.

Outro espaço de sociabilidade comentado durante as entrevistas foi o Mercado Central⁷³. Com objetivo de centralizar o abastecimento de produtos perecíveis da cidade, a prefeitura de Belo Horizonte tomou a iniciativa de construção deste espaço que, mais tarde, viria a se constituir como um dos símbolos da cidade. Por quase quarenta décadas, o Mercado funcionou como referência de abastecimento e distribuição de alimentos para Belo Horizonte e arredores.

Contudo, dado o progressivo crescimento demográfico da cidade e consequente aumento de consumidores, o Mercado passou a enfrentar problemas relativos à saturação do ambiente, precariedade de instalações e falta de higiene. As maiores críticas se acirraram por volta da década de 1940, denúncias de insatisfação das mais diversas ordens que se sucederam ao longo da década seguinte. Em nota, o Anuário de Belo Horizonte, ano 2, número 2, de 1953, comenta a situação de descaso com o Mercado que, além dos problemas estruturais já enfrentados, passou a

⁷³ Mais informações sobre o Mercado Central de Belo Horizonte ver Filgueiras (2006).

abrigar um comércio ambulante, totalmente irregular, em suas laterais. De acordo com o anuário, os arredores do Mercado se tornaram um problema de ordem pública que preocupava a população que fazia uso do espaço:

Construído há tempos, quando a Capital Mineira estava muito aquém de seu desenvolvimento atual (...) o mercado é, hoje, um local inteiramente obsoleto que destoa grandemente de outros patrimônios municipais. Acanhados, sujos, seus prédios já não comportam as pessoas que para ali acorrem, a fim de fazer suas compras, e, ao mesmo tempo, estão a exigir uma profilaxia imediata. Não só seus edifícios, porém carecem de higiene: também os locais, ao lado das barracas, se transformam em autêntico depósito de lixo, tantas são as cascas de frutas e mercadorias em decomposição que nêles são atirados. (...) Queremos crer, no entanto, que em pior situação que o Mercado Municipal estão as mencionadas barracas, à avenida Amazonas. Não é possível que elas continuem ali por mais tempo, em chocante contraste com a limpeza e com a arquitetura da cidade e dando àquela parte da Capital um autêntico aspecto de favela. (...) Verdadeira mancha na beleza da cidade orgulho dos mineiros, tais barracas não podem positivamente continuar no lugar que se acham. (MINAS GERAIS, 1953, p. 86-87).

Assumido como um problema de ordem pública, o Mercado foi privatizado em meados da década de 1960, quando a Prefeitura alegou a inviabilidade de sua reestruturação e manutenção. O Mercado tornou-se, então, propriedade de uma cooperativa de comerciantes e procedeu a uma série de reformas e requalificação de espaços. Após o período de privatização, passou a operar com considerável variedade de serviços e artefatos comercializáveis, disponibilizando, além do comércio de alimentos, artesanatos, vestuário e demais produtos típicos do estado de Minas Gerais, com bares e restaurantes. São de meados da década de 1960, ou seja, após privatização e reforma, as recordações de Otávio acerca do Mercado Central. Segundo narra, tratava-se de um ambiente acolhedor, com público frequentador bastante diversificado, onde se podia passar horas agradáveis de lazer e entretenimento:

(...) Ali [Mercado Central] tem uma particularidade que eu adoro. Quando eu tomava uma cervejinha eu gostava de ir no Mercado Central. Porque você chegava no Mercado Central, aquele garçom lá de cima pegava aquela garrafa de cerveja e falava assim “oh doutor, aqui a cervejinha que o senhor encomendou ontem: tá no ponto. É só abrir pro senhor.” Aí você queria passar, não cê tinha que parar ali e tomar aquela cervejinha. Aí te servia mais um torresmo, mais uma coisinha, aí começavam os papos. Ali tinha coronel da polícia, tinha delegado, tinha médico, entendeu? O Mercado Central era muito bem frequentado. Você encontrava de tudo: jornalista, advogado, delegado, coronel, que eram na época as maiores autoridades de Belo Horizonte, cê achava tudo no Mercado Central. (...) Eles fechavam o mercado lá pras duas horas, botava todo mundo pra fora, cada um procurava o seu destino e ia pra casa (...) era muito bom o Mercado Central... (Otávio, entrevista, 2012).

Apesar dos exemplos de entretenimento e passatempo do belorizontino, o que não faltavam eram críticas às escassas opções de lazer da crescente capital do Estado de Minas Gerais. Em matéria publicada no Anuário de Belo Horizonte, na década de 1950, chama-se especial atenção para as restritas opções, sobretudo, de atividades recreativas noturnas oferecidas à cidade, uma capital sem grandes recursos de lazer após o expediente normal de trabalho:

Belo Horizonte, em cinqüenta e poucas primaveras, se espichou para cima e para os lados. Em suas casas e arranha-céus se acotovelam cêrca de quatrocentas mil pessoas. (...). Mas, Belo Horizonte é o funcionário público que se deita cedo porque às sete está de pé para o cotidiano. Por isso não tem vida noturna. Vida noturna para a sociedade, quero dizer. Quatrocentas mil figuras bem que mereciam mais de uma boite. Um canto em penumbra onde aquêles que gostam da madrugada pudessem sorver o seu uísque e falar coisas românticas ao ouvido dela, sem o riso da Rádio Patrulha ou dos “fafafás” constantes da parte boêmia da cidade. Se o belorizontino está sem sono e ensaia uma maratona pela noite a dentro, é atraído inapelavelmente pelo piston da madrugada, que reflete a tristeza das “mariposas do luxo”, vendendo o sorriso e o samba por furos de cartão. É o lado da cidade onde realmente não dorme. Mas não é esta vida noturna que possa interessar a uma cidade de quatrocentas mil almas. Nem todos dela podem participar, e a fisionomia pecaminosa que oferece subleva apenas o coração contaminado do boêmio que virou boêmio por um amor malsinado. – Que faz então o belorizontino que não é boêmio e gosta de se divertir. Vai buscar o equilíbrio para os seus dias de lazer nos clubes sociais: Iate, Minas Tênis Clube, Automóvel Clube, Country, Boite Acaiaca. Aos sábados e domingos, apenas. O resto é ele um indivíduo sonolento depois das dez. (MINAS GERAIS, 1953, p. 57).

A matéria noticiada no Anuário de Belo Horizonte, intitulada “Vida noturna: aspectos ilustrativos e pitorescos”, denuncia a falta de entretenimento noturno na crescente capital de Minas, informando que até o período em questão, década de 1950, o que se oferecia ao belorizontino ao acender das luzes do fim do dia eram atrações pouco adequadas às pessoas de boa reputação. Sobravam aos boêmios da vida noturna as “mariposas do luxo” e as casas de entretenimento que eram alvo de jornalismo sensacionalista, como a conhecida “Rádio Patrulha” do período, que sempre prestava informações sobre crimes, brigas e desavenças de forma geral.

A reportagem menciona alguns clubes – Iate, Minas Tênis Clube, Automóvel Clube, Country, Boite Acaiaca, que ofereciam entretenimento noturno como bailes e festejos, aos sábados e domingos; mas notemos que a apropriação de tais espaços não era extensiva a todos os habitantes da capital, uma vez que se destinavam, claramente, à elite. Apesar da denúncia trazida pelo anuário, Úrsula, durante a entrevista, quando perguntada sobre locais de entretenimento em Belo Horizonte, menciona um cabaré, o Chancecler, que “moças de família” podiam frequentar e se divertir com danças. Para cada dança, um furo era marcado no cartão do cliente que pagava, ao

fim, por música dançada. Contudo, a entrevistada não especifica o horário do dia em que se dava a “respeitosa” frequência ao Chancecler. Cita em seguida outros ambientes de dança e entretenimento que não eram frequentados sem recriminação pelos belorizontinos. Em suas palavras:

E lá [rua Guaicurus] tinha um local de dança... Era um cabaré que chamava Chancecler, mas lá era lugar de respeito, as pessoas iam pra dançar. Aí as moças ficavam dançando, furava o cartão (...). Você recebia o cartão, o homem, quando ele entrava. Aí ocê ia dançar, fazia um furo no cartão. Na hora do cê sair contava quantos furos tinha e quantas danças cê dançou, cê pagava. (...) Tinha o Montanhês Dança, que era outro cabaré (...) mas não era só de moça de família não. (...) Tinha um na Avenida Brasil, logo depois do São Lucas, mas eu esqueci como que ele chama, quando a gente era mocinha a gente ficava louca pra ver como é que era lá, né? Aquela fantasia, né? Era outro cabaré, mas eu esqueci. Era uma casa de tijolinho. (Úrsula, entrevista, 2012).

Otávio, por sua vez, recorda-se de uma casa de espetáculos conhecida na cidade – por volta da década de 1960 – por ser um bom clube de dança, especificamente de samba, mas chama atenção para o fato de ser um local pouco apropriado para alguns cidadãos, ou seja, nem todos poderiam se dar ao desfrute de sair à noite para dançar no Clube Elite, conforme detalha o entrevistado:

Nós tínhamos a Elite, que era um clube de dança, que já funcionava, era considerado clube de gafieira. Que não era todas as pessoas que frequentavam, que tinha medo de ir no Elite. (...) Porque nessa época os clubes não eram bem vistos pelas famílias mineiras, entendeu? Não era bem visto nem querido pelas famílias mineiras. (Otávio, entrevista, 2012).

Com relação a locais pouco adequados a “cidadãos de respeito”, é quase inevitável nos recordarmos da famosa zona boêmia da cidade, embora, na verdade, existisse mais de um local destinado ao meretrício e outras atrações voltadas ao apelo sexual. Segundo Úrsula, “A zona era na Rua Guaicurus (...) de baixo meretrício. Era lá.” (Úrsula, entrevista, 2012). Apesar da afirmação convicta, mais à frente na entrevista, quando perguntada por locais e pessoas polêmicas de que se lembrava na história da cidade, oferece novas informações sobre a zona boêmia, ou, zonas de prostituição da cidade:

A única coisa que eu sei é a Rua Bonfim, que depois se torna “bafom” mesmo, né? E ainda é hoje. (...) Mas aí nós não tínhamos acesso. Por exemplo, muitas colegas minhas quiseram estudar engenharia não puderam, os pais não deixaram. (...) A escola de engenharia era na zona, uai [a Escola de Engenharia da UFMG ficava localizada na rua Guaicurus, região central da cidade]. Como é que uma moça ia lá?

(...)

Agora, lá na zona boêmia lá no Bonfim, e aí era baixo meretrício mesmo, Rua Serpentina, que hoje é Nossa Senhora de Fátima, Rua Bonfim... Aquela ali era zonão mesmo, tinha o doutor Ulisses Escobar, um médico muito famoso que teve aqui. Doutor

Ulisses era casado, não tinha filhos, era muito rico, ele era médico da Santa Casa, era cirurgião, clínico geral. (...) Então doutor Ulisses era um médico muito famoso, muito bom médico, muito rico, não tinha filhos. Ele tinha um consultório na zona boêmia, na Rua Bonfim, e uma farmácia. Ele atendia aquele povo de lá, as prostitutas, os marginais, os homossexuais, atendia, consultava, tratava, e ainda dava o remédio de graça, era só pegar na farmácia. (...) Toda noite ele ia pra lá, abria o consultório e atendia todo mundo de graça. (...) E pouca gente sabia que ele tinha isso. Mas eu conheci uma prostituta que me contou. (Úrsula, entrevista, 2012).

A Rua Bonfim, localizada próxima ao cemitério do Bonfim, tinha fama declarada quanto às práticas de prostituição que ocorriam em seu entorno. Assim como Úrsula, Alberto recorda-se da localidade e de sua popularidade como zona de meretrício. Em seu depoimento, trata de outros locais igualmente conhecidos pelas práticas de prostituição, como a região da Lagoinha e, mais especificamente, a Rua Guaicurus; informa, além disso, o que motivou a vinda das prostitutas para a capital e como se deu sua chegada e instalação nas referidas zonas:

A Rua Bonfim, a rua do cemitério, né? (...) Era cheio de prostitutas. Quando a cidade começou, o pessoal que veio pra construção da cidade reclamou que não tinha mulher aqui. Então começou a vir mulher da França, da Itália, quem organizou prostíbulo aqui em Belo Horizonte foi elas, né? Tudo prostíbulo francês. A maioria francês. Então vieram muitas mulheres aqui. Eu conheci várias delas. Conheci como menino, né? Depois eu passei a morar perto delas, eu morei na Lagoinha também. Então a Rua Guaicurus era a rua só das prostitutas. Mas lá encheu de uma maneira, e foi logo ocupado, logo começou muito movimento, as mulheres começaram a ser distribuídas pra Lagoinha que era o ponto mais comercial e de mais movimento na cidade era a Lagoinha. (Alberto, entrevista, 2013).

Em sua obra “Hilda Furacão”, Roberto Drummond faz uma série de referências à zona boêmia da capital, citando inclusive um projeto de lei, pelo qual a protagonista lutaria contrariamente – que transferiria a zona boêmia do centro de Belo Horizonte para uma região de periferia da cidade, que, em evidente alusão à obra de Alexandre Dumas Filho, seria batizada de “A Cidade das Camélias”:

(...) a idéia era tirar a Zona Boêmia do coração de Belo Horizonte, ali, onde a Rua Guaicurus era o centro das atenções, e levar, prostitutas, hotéis, pensões, bares e até mesmo o mitológico Montanhês Dancing e o não menos mitológico Maravilhoso Hotel (o templo erótico onde Hilda Furacão enfeitava os homens) para a Cidade das Camélias, que seria construída longe, na periferia. (DRUMMOND, 1991, p. 35).

O texto literário reflete, em certa instância, o incômodo causado a certos moradores da cidade pela convivência com indivíduos envolvidos com práticas relacionadas ao sexo comercializado. Não era sem razão que frequentar clubes de dança ou locais congêneres à noite provocasse certo frenesi em alguns belorizontinos. Daí a denúncia feita no Anuário de Belo Horizonte sobre uma

cidade marcada pela rotina, comparando a capital ao funcionário público que se deita cedo para dar seguimento ao cotidiano marcado pelo dia seguinte de trabalho.

Outra questão recorrente nas entrevistas incidiu sobre comportamentos em função de relações de gênero⁷⁴. A distinção entre os sexos masculino e feminino sempre esteve presente nas organizações sociais, contudo, algumas marcas são mais características de determinados locais e períodos históricos. Se para um homem frequentar uma casa noturna já havia motivos de comentários e desaprovações, o que dizer para uma mulher? Uma “moça de família”?

Otávio comenta, por exemplo, que “as moças não tinham liberdade nenhuma, nem de pensar em vir no centro da cidade com uma calça esporte. Isso não tinha como. Era só um vestido, e tampando pelo menos quatro dedos abaixo do joelho”. (Otávio, entrevista, 2012). Alberto cita o exemplo da própria casa em relação aos comportamentos de gênero:

Pro cê ter uma ideia, cê tá querendo saber dos costumes, ele [o pai] não permitia que rapaz, homem de espécie nenhuma entrasse lá em casa e passasse da porta do quintal pra dentro da sala. E dali tinha que voltar, não entrava na cozinha, nos quartos, na sala, de jeito nenhum. (...) Fosse quem fosse. Moça lá em casa cortava um dobrado. (Alberto, entrevista, 2013).

Tais questões comportamentais relacionadas ao gênero não se configuram em fenômeno isolado, relacionado apenas à cidade de Belo Horizonte, mas em algo frequente em localidades e períodos diversos. Pelos depoimentos, é interessante observar como os indivíduos experimentaram posturas e condutas relacionadas ao feminino e ao masculino, e a forma como alguns episódios mantiveram-se resguardados por suas memórias ao longo de décadas.

Marilene recorda-se que há algumas décadas o estudo das mulheres não era bem visto pela sociedade, sobretudo se buscassem ocupar carreiras “tipicamente masculinas”, o ideal seria instruir-se para, caso precisassem trabalhar, poderem conjugar casa, marido e filhos, com uma carreira, de preferência, que lhes ocupasse meio horário fora da esfera doméstica. Note que se parte do princípio de que a mulher, necessariamente, deveria se casar e constituir família, o trabalho, se existisse em sua rotina, deveria assumir condição subalterna. Em depoimento, a

⁷⁴ Optamos pelo emprego do termo “gênero”, uma vez que, segundo Scott (1990), gênero tornou-se uma maneira de indicar “construções sociais” – a criação inteiramente social de ideias sobre as atuações mais adequadas aos homens e às mulheres. É uma maneira de refletir sobre as origens sociais das identidades subjetivas – e socialmente expostas – dos homens e das mulheres.

entrevistada narra acontecimentos comuns do período de sua mocidade, quanto aos estudos das mulheres:

E naquele tempo moça não fazia faculdade. O chique era namorar um rapaz fazendo faculdade, namorar um estudante de engenharia, um estudante de medicina, isso era muito chique. Mas a própria moça fazer um curso superior era complicado, sabe? Não era assim muito bem visto, muito bem aceito. Quer dizer, as que fizeram, elas tiveram que lutar com muito preconceito, entendeu? (Marilene, entrevista, 2012).

E continua:

(...) algumas colegas minhas, umas quatro, fizeram Direito e foram da turma do meu marido. Então ele me contava as coisas que os professores falavam: lugar de mulher é em casa, não sei mais o que, quê que cês tão fazendo aí? Sabe aquelas brincadeiras bobas, sabe? Mas era assim, então quer dizer, o que nos era apresentado como adequado era o curso de formação de professora normalista. Pra ser professora, porque o trabalho como professora é que era adequado para uma futura mãe de família, pra uma esposa, etc. etc. (Marilene, entrevista, 2012).

Na verdade, estruturam-se nestas práticas “sistemas simbólicos”, que, segundo Scott (1990), dizem sobre formas encontradas pela sociedade para representar o gênero, os comportamentos que seriam mais adequados a cada indivíduo em função do seu sexo, seriam formas de articular regras para relações sociais diversas.

Nas diversas ações regulamentadoras de comportamentos socialmente adequados para homens e mulheres, é possível perceber relações de gênero que interferem em atividades das mais sérias àquelas julgadas como simples e corriqueiras. Outro episódio envolvendo tais comportamentos é narrado por Marilene, sobre mulheres que se dispunham a dirigir automóveis: “Não era comum mulheres ao volante. Se alguma desafiava o costume, podia-se ver moleques vaiando ‘olha a Paraíba, olha a Paraíba’, uma alusão à música Paraíba masculina, mulher macho sim, senhor” (Marilene, entrevista, 2012).

Tal qual a questão de comportamentos orientados pelo gênero, alguns entrevistados fizeram apontamentos de práticas discriminatórias relacionadas à raça/etnia e à questão da intolerância racial vivenciada na Belo Horizonte do período em questão. Úrsula, por exemplo, relata momentos em que a capital tinha seus espaços públicos divididos entre brancos e negros, desde ruas até clubes, parques e cafés. Em suas palavras:

Úrsula: Até a Lei Afonso Arinos, isso eu me lembro muito bem, negros andavam de um lado do parque [Parque Municipal]. Brancos do outro lado, na Avenida Afonso Pena. Preto não andava do lado de lá.

Flávia: Isso década de 30, 40?

Úrsula: Uai, 40. Isso eu lembro perfeitamente. Isso só acabou com a Lei Afonso Arinos. [...] Foi depois da guerra. [...] Que passou a ser crime, né? Mas era assim. Preto não, minha filha. Preto era do lado de lá.”

Flávia: E geralmente os negros moravam de fora da Contorno. Ou não era uma regra...

Úrsula: De fora! (Úrsula, entrevista, 2012).

A Lei Afonso Arinos, referida por Úrsula, promulgada em 1951, previa a extinção da discriminação racial no Brasil. Primeira lei brasileira a criminalizar a discriminação e o preconceito racial no país, a Lei Afonso Arinos caracterizava como contravenção penal, qualquer prática de preconceito de raça, ou relativa à cor da pele.

Otávio, por sua vez, explicita sua percepção da situação de racismo desde muito cedo, antes mesmo de migrar para Belo Horizonte. Como é possível observar em outros relatos, práticas de discriminação por raça não eram privilégio da capital mineira. Traços da divisão por pertencimento étnico-racial ainda se sustentam de maneira velada na voz de alguns dos entrevistados. Na verdade, o que se percebe é que na lógica da “democracia racial”, racista é aquele que profere discursos preconceituosos, públicos e formais, independentemente de ser ou não racista. Ao afirmar que já havia namorado uma “pretinha”, Otávio se exime do rótulo de racista e preconceituoso citando, em seguida, outro exemplo de práticas discriminatórias por raça:

Otávio: [...] Eu já fui tirado de um clube dentro de Minas Gerais.

Flávia: Por quê?

Otávio: Porque eu era branco e ali só frequentava negro. Na cidade de Rio Novo, a cidade do meu pai. Eu fui passar umas férias lá com meu irmão [...]. Nós entramos no clube, estamos dançando, entramos, conversando, já papeando com as meninas; aí chegou dois caras e falou “você não acha que vocês tão no lugar errado não?” “não, não tô no lugar errado não. [...] Simplesmente isso. [...] ele falou “mas cês tão no lugar errado porque aqui não é lugar de branco dançar, aqui é lugar de preto”. Quer dizer, foi quando eu conheci a primeira discriminação, eu tava com quinze anos. [...] E aqui em Belo Horizonte tem muito também, preconceito. Sempre houve. Hoje quem falar que acabou, não acabou não, ainda perdura. Ou de um lado ou do outro alguém carrega essa dor, carrega essa mágoa. Eu não carrego, porque eu já tive uma namorada pretinha. Ia com ela pra todo lugar. Eu era observado, mas eu não ligava não. Sabe? [...]. Falei “tem um casamento de um amigão meu, vamos lá?” “vamos”. Mas quando a gente chegava na igreja pra assistir o casamento, a gente era observado. Ela é bem pretinha também, sabe? Mas eu não tenho preconceito. Posso falar que eu não tenho. Não tenho preconceito. Entendeu? (Otávio, entrevista, 2012).

É interessante observar que o entrevistado frisa sua condição de alheio ao preconceito, embora vivesse em uma cidade marcada por práticas discriminatórias. Ao que parece, o racismo é sempre

atribuído a uma ação de outrem, sobretudo em um país onde imperaria uma “democracia racial”, ou conforme Gilberto Freyre (1996), uma espécie de cordialidade inter-racial capaz de desmobilizar ou deslegitimar confrontos emancipatórios em prol de uma igualdade de condições sociais.

Mais do que perceber situações de preconceito e discriminação, é necessário refletir sobre como tais práticas eram percebidas pela sociedade no período. De forma geral, pode-se considerar que existia certa naturalização na vivência cotidiana com tais situações. *O Anuário de Belo Horizonte* publicado em 1952, por exemplo, apresenta uma anedota, descrita por Abílio Barreto, acerca de um episódio ocorrido na capital, antes de sua inauguração:

Assim foi que, em uma daquelas noites, ali chegando, como de costume, o Sr. Edgard Nascentes Coelho, notável arquiteto da Comissão Construtora, perguntou-lhe o Abreu (dono da Farmácia Abreu) como ia de plantas e desenhos lá pela sua secção, e êle respondeu:

– Muito bem. Tem-se trabalhado a valer, pois como sabe, o Dr. Bicalho é exigente e metucioso e o Adalberto Ferraz anda sempre naquele corre-corre, que é um Deus nos acuda. Agora, até aos domingos e dias feriados ou santificados se trabalha. Mas vai tudo bem. Só o que me tem desgostado ultimamente é a malandragem do pretinho, contínuo da minha secção, que deu agora para chegar tarde, deixando as mesas sem espanar, tudo sujo, atrapalhado, um inferno!... Hoje reclamei, como em outros dias, e êle desculpou-se dizendo que atrasara um pouco porque estivera cantando no côro da Boa Viagem.

– Ora essa! – comentou o Abreu. Então o Antônio agora deu para cantar no côro?

– Se deu! – Tornou o Sr. Edgard. Canta e ... entôa. Mas você, mestre Abreu, veja como está este mundo errado: antigamente o couro é que cantava no negro, ao passo que hoje em dia, o negro é que canta no côro...

Uma gargalhada gostosa dos componentes da roda⁷⁵ festejou aquêl trocadilho, talvez o primeiro perpetrado em Belo Horizonte. (BARRETO, 1952, p. 118-119).

Note-se que a publicação é do início da década de 1950, período que compartilhava do chiste discriminatório do final do século XIX. Tendo em vista os diversos depoimentos, torna-se evidente como as questões de discriminação racial integravam, de forma um tanto explícita, o cotidiano da capital mineira. Outros relatos dos entrevistados variaram entre experiências pessoais, relatos de práticas ocorridas com amigos/familiares, ou ainda informes de notícias que circularam pela cidade tendo como eixo central questões raciais⁷⁶.

⁷⁵ Grupo composto de engenheiros, médicos, altos funcionários, empreiteiros, industriais e comerciantes que se reunia ao fim do dia na Farmácia Abreu para conversar informalmente.

⁷⁶ Um caso que chamou a atenção de toda a cidade foi a história de Sônia, uma menina negra vítima de racismo no Sacre Coeur de Marie, que será tratado com maiores detalhes no capítulo 4, no tópico 4.4.

Para concluir as considerações sobre questões raciais na capital, registramos algumas passagens da história de Vanda, que marcaram sua infância e os demais anos de sua vida. Adotada por uma família branca ainda muito pequena, morou bastante tempo na região central da cidade. Em depoimento, relata:

É, eu morava ali. Quer dizer, da minha casa pro centro da cidade era três quarteirões, para a Avenida Afonso Pena. (...) Então eu fui criada ali naquele ambiente, onde tinha muita criança... Negra era só eu mesmo, lá era filha de doutores, de coronéis, de vereadores, deputados, esse povo que morava ali. E eu fui criada no meio dessa turminha aí... (Vanda, entrevista, 2013).

Como informado anteriormente, Vanda, após deixar a casa dos pais adotivos, viveu parte de sua vida no Asilo Bom Pastor, um internato de freiras que se dedicava ao cuidado com crianças. Ao completar dezoito anos, teve que deixar o referido lar, contra sua vontade, com a consciência de que voltaria à casa dos pais adotivos. Ao refletir sobre essa fase de sua vida, comenta:

Hoje eu entendo porque que eu não queria [volta à casa dos pais adotivos]: eu não tinha carinho. Né? Eu não tinha carinho na casa. Eu não tinha direito de falar nada. Apanhava muito. E de vez em quando, qualquer coisa “essa negra”. Então aquilo, quando a gente é criança... (Vanda, entrevista, 2013).

Lembra-se também do desejo de participar da coroação de Nossa Senhora, uma prática bastante comum na igreja Católica, recordação que a faz refletir sobre os motivos da exclusão sofrida: ser pobre e negra:

Frequentava a igreja católica. Toda vida eu frequentei a igreja, desde pequena, né? Fiz primeira comunhão... A única coisa que eu tinha muita vontade, que eu nunca consegui, foi coroar. Tinha vontade de coroar. Primeiro, uma que eu era negra. Cê sabe que o preconceito era demais. Era negra. E outra que não tinha ninguém que interessasse assim a me por pra ir lá, pedir pra mim coroar. Então toda coroação eu ia assistir e ficava assim doída pra coroar. (...)Eu ia em toda coroação. (Vanda, entrevista, 2013).

Além dos espaços de socialização apresentados, algumas curiosidades sobre a capital também foram apontadas nos depoimentos. Por se tratar de uma cidade planejada, parece improvável que Belo Horizonte pudesse apresentar dificuldades no acesso a seu território, ou mesmo que não tivesse uma rodoviária com estrutura adequada para atender às crescentes demandas da população e do entorno, visto que a capital se consolidava a cada ano como polo político, industrial e econômico do estado. A propósito, por ser natural de outro estado, Rio de Janeiro, a

história da rodoviária de Belo Horizonte⁷⁷ constituiu-se como um marco na memória de Otávio, que descreve algumas cenas para ele marcantes, em meados da década de 1960, das quais selecionamos um trecho:

Nós não tínhamos nossa rodoviária. O ônibus desembarcava ali, tinha uma pequena rodoviária só para embarcar ali no prédio JK. Ali tinha alguma coisa, que alguns ônibus de luxo saíam dali. O resto saía das beiradas de esquina mesmo, de qualquer maneira. Não tinha rodoviária. Depois foi criada uma rodoviária do lado de cá do rio Arrudas, aonde hoje é o embarque dos ônibus. (...) entramos na construção da rodoviária em sessenta e seis, talvez sessenta e sete; aí fez aquela rodoviária. Eu quero só falar pra você da rodoviária. Porque quando fizeram a rodoviária, eu não me lembro bem o governador, não sei se foi Hélio Garcia ou Aureliano Chaves. Aureliano Chaves ou Hélio Garcia. Foram fazer a rodoviária, aí todo mundo vinha pra frente da rodoviária e perguntava: pra quê uma rodoviária desse tamanho? Pra quê? Pra quê uma rodoviária desse tamanho? Cê sabe? Não, não sei. Quê que ele vai fazer dentro dessa rodoviária? A rodoviária era enorme, era um monstro de cimento. Era um monstro. Meu Deus, quê que vai colocar ali dentro da rodoviária? Aí nossa rodoviária hoje é pequena, insignificante. Ela não resolve os problemas da cidade. (Otávio, entrevista, 2012).

Para Alberto, a construção da nova rodoviária implicou na perda de outros espaços de sociabilidade importantes para a capital. Lembra-se e comenta sobre a história da região da Lagoinha e de como parte de seu espaço foi cedido para construção do terminal rodoviário: “A Lagoinha era uma beleza de bairro, só vendo. Era um bairro muito rico, de gente muito instruída, e tinha a parte da Lagoinha ali, que tinha a Praça da Lagoinha, a famosa Praça da Lagoinha, que não existe mais, a Praça Vaz de Melo. Acabaram com ela pra fazer a rodoviária” (Alberto, entrevista, 2013). Conta ainda como o espaço era utilizado antes da construção da rodoviária, ação que rendeu o nome ao bairro da proximidade: “O Calafate também tem aquele nome porque lá se praticava o calafatismo nas canoas que traziam mercadoria de Contagem, embarcava numa jangada e trazia mercadoria ali pra rodoviária. Ali onde é a rodoviária.” (Alberto, entrevista, 2013).

Apesar de alguns pormenores negativos terem feito parte do cotidiano da capital, como anteriormente ressaltado, algumas informações são interessantes para pensarmos o funcionamento diário da cidade. Úrsula, por exemplo, conta que “Belo Horizonte era uma outra cidade. Não tem nada a ver com isso, por exemplo, as ruas de Belo Horizonte eram lavadas todo dia, né?”. Nas falas dessa entrevistada, é possível visualizar a cidade planejada de que se tratava Belo Horizonte, bem como seus serviços de limpeza, paisagismo, iluminação, entre outros. Mas

⁷⁷ O terminal rodoviário central, de Belo Horizonte, foi construído apenas no início da década de 1970.

notemos que aqui se encontra a fala e perspectiva de uma representante da elite belorizontina do período estudado. Tal pertencimento faz com que as considerações sobre a cidade sejam alteradas de um sujeito para outro.

Sob um ponto de vista igualmente elitista, chama a atenção de Rogério, médico por formação, a construção da Escola de Medicina, anexa à Universidade Federal de Minas Gerais, que foi implantada em Belo Horizonte ainda em 1912:

Olha aqui, pra você ter uma ideia, Belo Horizonte era tão atrevida, que quando Belo Horizonte resolveu fazer a Escola de Medicina em 1912, Belo Horizonte não tinha 30 anos de vida, e resolveu fazer a Escola de Medicina. Não tinha número de habitantes. (...) E foi preciso um trabalho infernal pra construir. E por que quiseram fazer uma escola? Tava cheio de médico aqui. Por que que tava cheio de médico? Eram médicos tuberculosos. Então eles vieram pra se curar nos climas de Belo Horizonte. Isso tudo que é nome de rua aí, Borges da Costa, né? Tudo é... E eles resolveram trazer a Escola de Medicina, e fizeram com a cara e a coragem. (Rogério, entrevista, 2012).

É necessário observar a grande variedade de elementos sobre a cidade que sobreviveram na memória dos entrevistados e que muito dizem de seu pertencimento sociocultural e econômico, bem como de seus processos íntimos de apropriação e exploração dos espaços da cidade. Marilene, seguindo a lógica de percepção dos dois últimos entrevistados, narra suas lembranças da chegada e utilização dos telefones residenciais⁷⁸. Segundo Marilene:

Na década de 40, já melhorando na de 50, conseguir um telefone residencial em BH era uma façanha. Pouquíssimas pessoas tinham um telefone em casa, principalmente nos bairros. Consequentemente esse felizardo tinha de dividir com a vizinhança um telefone servindo aos moradores de vários quarteirões. Parecia quase um telefone público, acrescido apenas do “posso dar um telefonema?” assim, só pra constar, já discando. A porta ficava aberta, as pessoas entravam e saíam numa vontade que só era maior quando o aparelho estava instalado numa casa comercial. (Marilene, entrevista, 2012).

Marilene recorda-se também de algumas figuras bastante conhecidas em Belo Horizonte, cujas cenas por elas protagonizadas integravam de maneira emblemática o cenário da cidade. A entrevistada fala dos vendedores ambulantes de bilhetes de loteria, do guarda noturno, dos engraxates e dos fotógrafos de rua. Os dois últimos são figuras que até os dias atuais sobrevivem na paisagem e na tradição da cidade:

Ah, as figuras que faziam parte do cenário. O fotógrafo de rua, que tirava aquelas fotos instantâneas. Tinha um em frente ao Hotel Financial e outro em frente à Igreja São José.

⁷⁸ Em visita ao Museu Histórico Abílio Barreto, tive acesso a catálogos telefônicos da década de 1940 em Belo Horizonte, que, curiosamente, possuíam apenas quatro dígitos para discagem.

As pessoas que passavam tiravam retrato, principalmente as pessoas do interior faziam questão de comprar o retrato pra poder levar depois e mostrar na cidade que tinham estado em Belo Horizonte. Entendeu? Era muito chique. Tinha os vendedores de loteria, os engraxates, o guarda noturno, que era uma figura fantástica do guarda noturno, porque ele ficava amigo da vizinhança toda, inclusive, a mulher saía de casa “ó fulano, de vez em quando dá uma olhada nos meus filhos pra mim, viu?”. (...) E outra coisa também, o pão e o leite eram entregues de manhã por um carroceiro, que punha assim naquela caixinha de carta a garrafa de leite e um embrulho com o pão. Ninguém tirava, ninguém mexia, sabe? (Marilene, entrevista, 2012).

Conta também que “Naquele tempo [de sua infância] obrigava a casar, né? (...) Nossa senhora. Era só cê ser de menor, se fosse de menor (risos), ia lá, fazia a denúncia, delegado obrigava a casar, uai.” (Marilene, entrevista, 2012). Para Vanda, por outro lado, dois dos acontecimentos mais marcantes da cidade era o carnaval e a comemoração da Independência do país, o Sete de Setembro. Em depoimento, fala de seu gosto em participar dos festejos:

Eu adorava carnaval. Era na rua o carnaval. Ali na Avenida Afonso Pena, perto do antigo Cine Brasil, que eu não sei se ainda é, mas ali tinha uma festa de carnaval de rua que era uma maravilha. E tinha os blocos que saíam. Eu mocinha vestia gatinho pra sair nos blocos... Sete de Setembro, a parada de Sete de Setembro, que era ali na Afonso Pena, eu ia muito ver a parada de Sete de Setembro desde pequenininha. (Vanda, entrevista, 2013).

Otávio comenta sobre gostos, preferências, códigos de conduta, bem como maneiras de ser e de se comportar do mineiro. Durante o depoimento relata: “Que o mineiro já gostava de um paletó e um chapéu e um guarda-chuva na mão. Mineiro sempre gostou disso. Apesar que eu não sou mineiro, mas sou filho de mineiro, eu acompanhei essa história bem de perto.” (Otávio, entrevista, 2012).

A propósito dos costumes e tradições de Belo Horizonte, Otávio, que nasceu e viveu muitos anos no estado do Rio de Janeiro, fez durante a entrevista uma série de observações sobre o modo mineiro de agir e se comportar, tomando por base sua vivência na capital de Minas. Chama a atenção em sua fala a recorrente menção a um certo “jeito mineiro” de ser; em alguns momentos, faz inclusive especulações acerca de possíveis origens para o comportamento arredio, conservador e até preconceituoso, percebido em Belo Horizonte quando de sua chegada à capital, conforme trecho que se segue:

Otávio: Eu acho que isso já veio do século dezoito, pra passar pro dezenove. O mineiro ele é muito conservador, ele se conservou demais. Os outros estados se abriram, deu uma abertura, o mineiro nunca deu essa abertura.

Flávia: Mas essa manutenção da tradição, o senhor acha que isso é, por exemplo, nas famílias, que os pais vão passando pros filhos, ou até a escola de repente estaria envolvida nesse processo, na rua... Quem que, na opinião do senhor, ajudou a manter esse...

Otávio: Esse preconceito?

[...]

Otávio: Vou falar. Eu acredito que isso aí começou nas escolas. Das escolas; de dentro da família passou pra escola, ou vice-versa, da escola passou pra dentro das famílias. Porque todo mundo usava essa maneira de ser. Era um preconceito muito grande, era uma maneira de ser que é diferente de hoje. (Otávio, entrevista, 2012).

Ao criar um capítulo que tratasse do cenário deste estudo, ou seja, a cidade de Belo Horizonte, nos pareceu profícuo analisar as falas desse sujeito que passa a viver na capital depois de adulto, trazendo para sua vivência um instigante olhar de percepção e estranhamento de condutas relativas à rotina da capital. Interessante observar como Otávio localiza a “maneira de ser” do mineiro como mantenedora de conservadorismos. A partir das diversas observações frisadas ao longo da conversa que tivemos, foi possível refletir sobre uma espécie de “mineiridade” responsável por padrões relativamente estáveis de comportamento de um determinado grupo de indivíduos, reunidos em um local histórico-geográfico determinado, sob a influência de uma cultura e organização social específicas.

Quanto ao termo “mineiridade”, Dias (1986) afirma ter sido cunhado por Gilberto Freyre em 1946 sob ocasião de uma conferência proferida na Faculdade de Direito da UFMG, na qual teria descrito características específicas do comportamento do povo mineiro, que tratou por mineiridade. Em sua obra *Problemas Brasileiros de Antropologia*, refere-se ao mineiro como “gente montanhosa” em cujo comportamento se observam precauções, reservas e sutilezas, além de humor (FREYRE, 1973). Dias (1986), por sua vez, tomando por base uma série de estudos sobre o regionalismo mineiro, conceitua mineiridade como aspectos diversos conferidos, individual ou coletivamente, aos habitantes de Minas Gerais.

De acordo com Dias (1986), a “construção da mineiridade” compõe uma discussão antiga, ganhando contornos desde sua formação. Cita, inicialmente, um verbete extraído de um dicionário de literatura⁷⁹, segundo o qual seria o mineiro:

Filho das Alterosas, dessa região montanhosa cheia de depósitos minerais e vicejantes pastagens de gado, é sempre descrito como um tipo caladão e desconfiado, introvertido e austero, mas hospitaleiro, inteligente e bom; ele foi e continua sendo figura de primeiro plano na vida política e cultural do país. (DIAS, 1986, p. 7 *apud* ALENCAR, 1960).

Nas palavras de Otávio, entretanto, “(...) era muito difícil o relacionamento com o mineiro. O mineiro é muito difícil de você entrar na casa dele. Entrar na amizade dele, aonde ele frequenta sempre existe um círculo fechado. (...) Não era fácil você entrar e conviver com o mineiro não. O mineiro era muito tradicionalista” (Otávio, entrevista, 2012).

Certo é que são traçadas as mais variadas observações responsáveis pelo surgimento de rótulos que acompanham o morador desse espaço compreendido como estado de Minas Gerais, bem como de outros municípios e regiões brasileiras. Dentre as possíveis adjetivações, relaciona Barros (1999, p. 17) que “O mineiro é um ser discreto, sóbrio, amante da liberdade, caladão, desconfiado, mas que sabe ser hospitaleiro”. Já para Barroca (1990), em documento comemorativo do “Dia de Minas”, que trabalha o conceito de mineiridade, há uma constante exaltação do caráter mineiro, bem como sua receptividade, em que “vencida a timidez, rompida a inibição, resulta marcante e surpreendente uma disponibilidade incomum não detectada em outros povos e lugares” (BARROCA, 1990, p. 8). A maneira de ser do mineiro é algo que marca a narrativa de Otávio, com lembranças nem sempre positivas como tratado pelos ufanistas de Minas, talvez por ter encontrado no estado e, mais particularmente, em Belo Horizonte adversidades com as quais não esperava se defrontar.

Tendo em vista que participaram deste estudo quatorze sujeitos, torna-se perceptível nessa sessão sobre memórias da cidade, a ausência de relatos de alguns entrevistados, sobretudo aqueles pertencentes ao primeiro segmento de análise do estudo (relativo à distribuição de habilidades e emprego de culturas do escrito). Tal efeito se deve aos depoimentos, nos quais os sujeitos afirmaram não ter lembranças significativas da cidade, sobretudo de suas áreas de entretenimento

⁷⁹ Trata-se do *Dicionário de Literatura Portuguesa, Brasileira e Galega*. Heron de Alencar. Porto: Figueirinhas, 1960.

e sociabilidade⁸⁰, já que moravam em áreas periféricas do município. Com uma rotina marcada pelo trabalho excessivo e pela não menos sacrificante rotina doméstica (o que inclui cuidados com casa, filhos e marido), tais indivíduos não conseguiram resgatar lembranças que ultrapassassem tal cotidiano. Alguns, como quebra do pêndulo casa-trabalho, frequentavam a igreja, como forma de manutenção da fé e religiosidade, em um primeiro plano, mas também como possibilidade de apropriação de outros espaços de convivência.

As perspectivas aqui delineadas puderam mostrar como a construção de uma representação de cidade pode ser transformada em função do olhar do espectador, tendo em vista sua experiência no cotidiano do local.

Foram muitas as “Belo Horizontes” aqui descritas, cada qual sob uma referência diferente e, em alguns momentos, até mesmo controversa. Cada ângulo da cidade visto pelos diferentes sujeitos oportuniza a criação de histórias peculiares, permite a ampliação do referencial vivo que conduz as informações dadas por cada sujeito. Assim, a oportunidade de trabalhar com a história oral nesse tipo de construção e análise permite evocar elementos para pensar sob variados aspectos uma mesma época e cidade, o que torna suas projeções ainda mais vivazes e concretas.

⁸⁰ Tais afirmações se mantiveram apesar da insistência dos questionamentos baseados no roteiro de entrevista. Sob esse aspecto deve-se levar em consideração a concentração dos espaços e atividades de entretenimento no centro da cidade e o custo financeiro para acessá-los.

CAPÍTULO 3

QUEM CONTAVA E QUEM OUVIA NARRATIVAS ORAIS

O narrador conta o que ele extrai da experiência – sua própria ou aquela contada por outros. E, de volta, ele a torna experiência daqueles que ouvem a sua história.

W. Benjamim

Enraizadas na oralidade, as narrativas que aqui propomos analisar têm como base de circulação a voz de um narrador e a percepção auditiva (também visual, em alguns casos) de um ou mais ouvintes, seus interlocutores diretos. Esse é o objetivo deste capítulo, compreender quem eram os contadores e ouvintes de narrativas orais, das décadas de 1930 a 1960, em Belo Horizonte, de acordo com as fontes orais.

Construir cenas e cenários bem elaborados que permanecem guardados desde a tenra infância na memória de um idoso nos leva a refletir sobre a relevância de se contar e ouvir narrativas orais. Todos os entrevistados deste estudo há anos participam de momentos dedicados a tais práticas, um hábito, segundo indicam, tão comum quanto à própria vivência cotidiana com a família e amigos.

Ao tratarmos de contadores de histórias e de causos orais, invariavelmente somos levados a pensar, também, na audição. Assim, é importante considerar: quem contava o quê para quem?; quem ficava em volta do contador?; quem se reunia para ouvir e contar histórias?; família?; vizinhos?; crianças?; mulheres?; homens?

Em levantamento realizado por meio das fontes orais, identificamos quatro incidências mais recorrentes de circulação de narrativas orais envolvendo contadores e ouvintes. Trata-se de audições ocorridas na família, proferidas por contadores tradicionais, pela professora e pelo rádio. Cada um deles foi dividido em subtópicos que serão tratados de forma mais detida. Ao longo deste capítulo, buscaremos explorar cada uma delas.

3.1 NARRATIVAS ORAIS: CONSIDERAÇÕES SOBRE CONTADORES E OUVINTES

Transpondo gerações através da oralidade, embora algumas narrativas tenham sofrido sucessivas alterações, por motivações diversas, os atos de contar e de ouvir têm se conservado como uma prática legítima de socialização e tradição humana (GOODY, 2012). Passadas de pais para filhos, de avós para netos, dentre outras possibilidades familiares e sociais de circulação, as histórias e causos diversos são narrados com requinte de detalhes para manter a atenção e aguçar a curiosidade de fiéis ouvintes. Em alguns casos, de tanto ouvir a história de outrem, ela passa a pertencer à vida íntima de quem a ouve, possibilitando a continuidade de um ciclo de práticas, constantemente restaurado por meio de novos interlocutores.

Contadas entre amigos, ouvidas de um “contador profissional”, circulantes na escola ou na família, as narrativas seguem levando informações ora travestidas de realidade, ora de pura fabulação. Como distinguir uma narrativa da outra? Como separar um fato vivido e transformado em narrativa, de ficções? Por outro lado, estabelecer uma dicotomia entre ‘verdades’ e ‘mentiras’, fatos e ficções seria necessário? O que está em voga no jogo de palavras dirigido pelo contador e que seduz o ouvinte? Essas perguntas, embora não sejam o foco de nosso estudo neste capítulo, ajudam a pensar no papel do contador e do ouvinte que, juntos, dão vida às narrativas orais e fazem com que as pessoas se reúnam para ouvir e contar causos que, muitas vezes, ficarão sempre guardados em suas memórias.

Sem a língua que as profere e os atentos ouvidos que as acolhem, as narrativas orais que não contam com o registro gráfico, não atravessariam o tempo e não permaneceriam na memória. Tais narrativas acontecem ao passo em que são pronunciadas, dependem da voz e da performance adotada pelo contador para marcar a memória do ouvinte, de forma que este, por sua vez, possa se tornar um futuro transmissor.

Mas enfim, quem é o contador que dá vida às narrativas e o ouvinte que alimenta sua ação de proferir causos e fazê-los circular entretempo? Mais especificamente, quem contava e quem ouvia narrativas orais na Belo Horizonte de 1930 a 1960, um período em que práticas referentes a culturas do escrito já se mostravam abrangentes na capital mineira?

Buscando, inicialmente, maiores considerações sobre a figura do contador de histórias, sobretudo do contador de narrativas orais⁸¹, recorreremos ao ensaio clássico de Walter Benjamin (2012), *O narrador*, que trata de características constituintes daquele que se propõe a passar adiante narrativas diversas, aquele que se consagra à arte de contar histórias. Em seu trabalho, embora trate de narradores tanto de histórias orais, quanto de romances escritos, por meio da análise de obras do escritor russo Nikolai Leskov, Benjamin nos fornece diversos pontos de reflexão sobre aquele que conduz a interlocução de eventos e histórias diversas, o narrador.

A importância da oralidade é algo claramente marcado em Benjamin, segundo o qual “a experiência que passa de boca em boca é a fonte a que recorrem todos os narradores. E, entre as narrativas escritas, as melhores são as que menos se distinguem das histórias orais contadas pelos inúmeros narradores anônimos” (*Ibid.*, p. 214). A ideia do narrador encontra-se, nesse ensaio, representada por tipos fundamentais figurados na imagem do marinheiro comerciante e do camponês sedentário, sendo o primeiro marcado por experiências trazidas de outras regiões e o segundo um conhecedor de contos e tradições da terra de origem. Ambos figurariam como mestres artesanais e arcaicos da arte de narrar, ou seja, do relatar histórias formuladas tanto de repertórios pessoais, quanto de experiências alheias, incorporadas pela interação com outros narradores e ouvintes.

Tal interação entre contadores e ouvintes pôde ser observada em alguns relatos de participantes desta pesquisa, segundo os quais, as narrativas orais não possuiriam uma única autoria, não são assumidas como uma experiência própria, uma vivência exclusivamente pessoal, mas como histórias das quais se ouviu contar de outros indivíduos, e que são repassadas a terceiros.

A origem ou mesmo a veracidade das narrativas não começam, em geral, como uma preocupação na fala dos entrevistados. É possível identificar em depoimentos como de Otávio, por exemplo, que a circulação das narrativas independe do conhecimento de suas origens: “Tem um caso que eu escutei lá na minha família. Vou contar esse caso pra você, mas da veracidade dele eu não sei nada, entendeu?” (Otávio, entrevista, 2012). O mesmo é também mencionado por Marilene: “Quanto à veracidade do caso que vou narrar, lavo minhas mãos. Vendo pelo preço que comprei, sem nenhum selo de garantia” (Relato de Marilene, em LEMOS, 2009, p. 64).

⁸¹ Trataremos mais adiante de características específicas do ouvinte de narrativas orais.

Sobre as narrativas que circulavam entre contadores e ouvintes diversos, o que parece importar é que foram ouvidas e, da mesma forma, passadas adiante, sem grande interesse pela procedência das informações. Vejamos um trecho da fala de Neide e Odair que exemplifica tal postura:

Neide: [...] lá tinha uma tal de uma luz, uma luz que saía, uma luz grande, né, Neném? Ela acompanhava as pessoas. [...] essa luz, é muita gente lá que viu [...].

Flávia: A senhora viu?

Neide: Eu não. Eu nunca vi.

Flávia: E quem contou pra senhora?

Neide: Quem contava? Esse meu primo contou isso, meu pai contava, que essa luz descia; perto da minha casa que tem um lajedo [...]

Odair: Então esses casos, eles que contavam pra gente [de assombração]. Hoje a gente conta isso pros filhos, igual ela tá te falando, eu não sei se eles acreditam ou não...

Neide: Meus filhos todos sabem disso, que tinha muito esse negócio de assombração, essas coisas, que muita gente acredita. Lá não é uma, nem duas, né Neném, que falava em assombração. Lá era muita gente que acreditava em assombração, né? (Neide e Odair, entrevista, 2012).

Alberto, ao referir-se às histórias do pai, faz o mesmo tipo de consideração: “Ele [o pai] falava: ‘eu nunca vi [referência à mula sem cabeça]. Eu nunca vi, mas fulano contou. Já vi contar, mas nunca vi não’” (Alberto, entrevista, 2013). O fato de não apresentar garantias da veracidade da narrativa em nada desqualificava a atuação do contador, pois seus ouvintes, nesse caso Alberto e os irmãos, ouviam atentos. Ouvir o pai contar histórias, independentemente de sua natureza, criava momentos de grande descontração e sociabilidade na família.

A procedência dos episódios contados não é o principal foco de atenção do narrador. Sob essa mesma perspectiva, Benjamin (2012, p. 219) reforça que a arte de narrar não se encontra na necessidade de fornecer explicações sobre o que se conta, mas na comunicação de uma determinada história. Caberia, por conseguinte, ao interlocutor a interpretação dos fatos, o que o tornaria responsável por preencher possíveis lacunas na informação.

Em se tratando de ausências explicativas no ato de narrar, relembramos algumas passagens de Chicó, uma marcante personagem-tipo da obra *Auto da compadecida*, de Ariano Suassuna. Contador nato de histórias, cujos enredos mostram-se sempre pouco coerentes, Chicó deixa a cargo da imaginação de seus interlocutores o preenchimento das lacunas presentes em suas narrativas. A obra de Suassuna consagrou nas falas de Chicó, de forma jocosa, essa espécie de desapego explicativo da narrativa. Em uma de suas passagens, relata ao amigo João Grilo que, no passado, já tivera um cavalo bento:

Chicó: (...) Eu mesmo já tive um cavalo bento.

João Grilo: Que é isso Chicó? (...) Já estou ficando por aqui com suas histórias. É sempre uma coisa toda esquisita. Quando se pede uma explicação, vem sempre com “não sei, só sei que foi assim”.

Chicó: Mas se eu tive mesmo o cavalo, meu filho, o que é que eu vou fazer? Vou mentir, dizer que não tive?

João Grilo: Você vem com uma história dessas e depois se queixa porque o povo diz que você é sem confiança. (SUASSUNA, 1976, p. 26).

O chavão “não sei, só sei que foi assim”, consagrou-se nas falas, por vezes alegóricas e irreverentes de Chicó. O mérito de suas narrativas não repousa na veracidade sócio-histórica dos acontecimentos, mas no artefato narrativo, em jogos intertextuais narrativos e interdiscursivos, verbais e não verbais. Não há qualquer compromisso com uma possível realidade heterônoma. Ariano Suassuna não parte de documentos comprometidos com a veracidade de acontecimentos históricos na criação de metaficções mágico-míticas, o que se pretende é, antes de tudo, seduzir e nutrir o imaginário de ouvintes e leitores. Seus debochados pícaros, Chicó e João Grilo, protagonizam ações que mantêm acessa a curiosidade do interlocutor, exploram o impensado, proferem diálogos repletos de astúcia e criatividade. Produzem uma presença de espírito que se sustenta pelas falas inusitadas, bem como pelos trejeitos exagerados, pelas sátiras, ironias e imitações malfazejas e, ao mesmo tempo, bem humoradas.

O caráter de baixa confiabilidade das narrativas contadas não é privilégio de obras ficcionais como a anteriormente mencionada. Ernesto, por exemplo, durante a entrevista para este estudo, referencia o pai como grande contador de histórias e afirma em seguida: “O papai gostava [de contar histórias]. Pra contar mentira era seu João!”. Rogério, durante a entrevista, também recorda passagens de Marco Polo, o veneziano que após viagem à China volta contando histórias das quais não sabe, ainda hoje, se eram verdadeiras ou não. Cita ainda uma frase de Mário Quintana sobre a questão: “a mentira é uma verdade esquecida por você. Né? Então a gente experimenta muito mais a mentira da imaginação, porque você imagina se não existisse um curupira, um saci pererê, que falta de graça?” (Rogério, entrevista, 2012).

A narração de histórias pouco dignas de crédito evocam, ainda, Baudolino, protagonista da obra homônima do medievalista Umberto Eco (2001). A arte de narrar seria uma dádiva dos que mentem? Baudolino, um mentiroso por vocação, criador de eventos fabulosos, traz à tona a problemática da veracidade das narrativas contadas. Para Benjamin (2012, p. 221), a narrativa “(...) não está interessada em transmitir o ‘puro em si’ da coisa narrada como uma informação ou

um relatório. Ela mergulha a coisa na vida do narrador para em seguida retirá-la dele.” Da mesma forma, em Eco (2001), sob a figura de Baudolino, não há clareza sobre a veracidade das narrativas apresentadas, não há formas de se definir se seu relator fala de situações realmente experimentadas, ou de meras e sedutoras invenções, e “por isso decidi que, se desejava tornar-se um mentiroso perfeito, devia ouvir as conversas dos outros, para ver quantas pessoas se convenciam mutuamente sobre esta ou aquela questão”. (ECO, 2001, p. 44).

As histórias contadas podem ser relatadas por diversas vezes e, ainda assim, manter a atenção do ouvinte. Independentemente de sua natureza linguística, será a percepção da mensagem o fator condicionante da ação do contador. Esse, por sua vez, sem recorrer a registros escritos, se valerá da memória e da performance para construir e fazer circular suas narrativas.

Ao contar uma história, o narrador precisa lançar mão de uma série de estratégias que impregnam as palavras de significado, nutrindo o ato de contar e ouvir de outros elementos inerentes à fala. É necessário haver ritmo, entonação vocal, expressões físicas e gestuais integrando o desenrolar do discurso oral proposto.

O contador/narrador de histórias orais, ao contrário do autor de textos escritos atualiza, a partir de um enredo, os textos no mesmo compasso em que estes são emitidos ao(s) interlocutor(es), pressupondo uma interação imediata com o ouvinte, o que torna a relação entre ambos fundamental para o desenvolvimento das narrativas. Essa prática muito depende do cenário e dos estímulos do narrador, conforme discutiremos adiante. As próprias entrevistas concedidas para análise neste estudo participam deste mesmo esforço de construção de enunciados específicos. Há o contato visual, o retorno imediato do ouvinte frente à história que foi contada, constrói-se um verdadeiro jogo de linguagem e reações simbólicas no ato de contar e ouvir narrativas orais. Segundo Ong,

A enunciação oral é dirigida por um indivíduo real, vivo, a outro indivíduo real, vivo, ou indivíduos reais, vivos, em um tempo específico e em um cenário real que inclui sempre muito mais que meras palavras. As palavras faladas constituem sempre modificações de uma situação que é mais do que verbal. Elas nunca ocorrem sozinhas em um contexto simplesmente de palavras (ONG, 1998, p. 117-118).

Assim, é importante salientar que o contador de histórias só existe na relação interdependente com o ouvinte. Segundo Marilene, uma das entrevistadas e contadora profissional de histórias, a ação do contador de narrativas orais se difere da atuação de outros artífices da linguagem, como, por exemplo, o ator. Em suas palavras:

O contador de história não é um ator, é ele mesmo. (...) O ator representa o personagem. Ele dá corpo a um personagem. Agora o contador de história não, o contador de história é ele mesmo contando uma história. Porque o ator que é a quarta parede, que é a boca do palco. Ali dentro ele desenvolve a história tenha ou não plateia. Agora o contador de história não, o contador de história é olho no olho. Quer dizer, há uma interação. O contador de história pra contar ele tem que ter um ouvido pra ouvir, entendeu? (Marilene, entrevista, 2012).

Ao contrário do ator, do autor de textos escritos, e mesmo do leitor, o contador de histórias orais nunca está só, para que haja o contador é necessária a presença de um ou mais ouvintes, concomitantemente. Não há espaço para o individual como ocorre com a leitura e a produção de textos escritos, que oferecem a oportunidade do encontro particular e subjetivo com a narrativa. O narrar através da oralidade, por sua vez, pressupõe uma ação que é necessariamente conjunta e tal relação é que conduzirá as nuances das narrativas orais, ou seja, de quem conta algo a alguém e como o faz. Na leitura, o narrador se dirige a um leitor modelo (ECO, 2004), um arquétipo do leitor empírico que se pressupõe interlocutor possível de determinada narrativa. As manifestações desse leitor frente ao texto escrito e lançado adiante pelo autor lhe fogem ao controle, não há como deter o discurso já impresso e entregue ao interlocutor, resta ao autor, no limite, presumir possíveis reações.

O mesmo não ocorre com as narrativas orais, sua criação estrutura-se no ato, no momento real em que é produzida e entregue ao ouvinte. Diante de reações avessas, as narrativas podem tomar novos contornos, novos encaminhamentos com vistas a assegurar o interesse e a atenção do interlocutor. As reações podem ser controladas se assim o desejar o contador, as narrativas orais, dada sua natureza de produção e circulação, contam ainda com a performance do narrador. O que no texto escrito se restringe a normas de pontuação e estratégias estéticas de linguagem, na oralidade se amplia, abrangendo variáveis como o olhar e a voz, o corpo todo integra o contexto no ato de narrar.

Zumthor (1993, p.86), ao tratar de performance e da linguagem oralizada, mais propriamente da voz envolvida nos efeitos de comunicação humana, afirma que a voz está situada entre o corpo e

a palavra, uma vez que “na voz a palavra se enuncia como a memória de alguma coisa que se apagou em nós [...]”. Em sua concepção, a voz seria uma espécie de arquétipo responsável pela sociabilidade humana, uma vez que ao entoar nossa voz ou ouvir o som da fala de outrem, teríamos a consciência de não estarmos sós no mundo. Sobre a questão da voz e da performance, Zumthor (1993) extrai seis teses, das quais destaca a integração da voz ao corpo como elemento ímpar da linguagem humana e de suas conseqüentes ações e intenções:

Primeira tese: a voz é o lugar simbólico por excelência; mas não pode ser definido de outra forma que por uma relação, uma distância, uma articulação entre o sujeito e o objeto, entre o objeto e o outro. A voz é, pois, inobjetablel.

Segunda tese: a voz, quando a percebemos, estabelece ou restabelece uma relação de alteridade, que funda a palavra do sujeito.

Terceira tese: todo objeto adquire uma dimensão simbólica quando é vocalizado. [...]

Quarta tese: [...] a voz é uma subversão ou uma ruptura da clausura do corpo. Mas ela atravessa o limite do corpo sem rompê-lo; ela significa o lugar de um sujeito que não se reduz à localização pessoal. Nesse sentido, a voz desaloja o homem do seu corpo. Enquanto falo, minha voz me faz habitar minha linguagem. Ao mesmo tempo me revela um limite e me libera dele.

Quinta tese: a voz não é especular; a voz não tem espelho. Narciso se vê na fonte. Se ele ouve sua voz, isto não é absolutamente um reflexo, mas a própria realidade.

Sexta tese: escutar um outro é ouvir, no silêncio de si mesmo, sua voz que vem de outra parte. Essa voz dirigindo-se a mim, exige de mim uma atenção que se torna meu lugar, pelo tempo dessa escuta. [...]. (ZUNTHOR, 1993, p. 83-84).

A voz seria, nos moldes de Zumthor, o elemento base para toda a essência comunicativa do homem. Sobretudo quando tratamos de narrativas orais, a voz torna-se um elemento-chave para se pensar as relações de troca entre interlocutores, os que contam e os que ouvem histórias das mais distintas ordens. Portanto, a ferramenta-chave do contador de narrativas orais é a voz. Aliados a ela haverá outros atributos próprios da performance, tais como gestos, entonação vocal, suspense, entre outros. O contador, mesmo que de forma intuitiva, precisa lidar com tais atributos a fim de manter uma constância na relação estabelecida com seu ouvinte. No caso dos relatos oriundos das entrevistas deste estudo, três tornaram-se contadores profissionais de histórias na maturidade, mas todos os sujeitos declararam ter desenvolvido o gosto e interesse de contar histórias por meio de contadores espontâneos, sem nenhum tipo de formação específica para tal fim.

A propósito de tipificar os indivíduos que contavam narrativas orais no período investigado (1930-1960) em Belo Horizonte, os sujeitos integrantes da pesquisa foram abordados sobre “de quem ouviam histórias”, sobretudo na infância. Os pais, avós e tios, ou seja, indivíduos com

relações familiares, aparecem nas fontes orais como os principais contadores de histórias e, por conseguinte, como importantes incentivadores do ato de narrar, concedendo aos ouvintes em questão, uma espécie de legado de contar, de passar adiante histórias de família, causos da tradição oral, entre outros⁸².

Fora do âmbito familiar, o rádio obteve o maior número de menções, seguido de outros narradores como tropeiros, velhos que trabalhavam nas fazendas e até o coveiro da cidade. Duas das entrevistadas relacionam, ainda, as empregadas como grandes contadoras de histórias da infância. Outros dois localizam a professora no processo de contar narrativas, mas de forma menos marcante em relação aos demais contadores. As histórias ouvidas em âmbito escolar aparecem como práticas curriculares e disciplinares, nas quais se destaca o caráter religioso e nacionalista⁸³.

3.2 FAMILIARES COMO CONTADORES/OUVINTES DE NARRATIVAS ORAIS

A prática de contar e ouvir narrativas orais entre familiares é bem relevante na fala dos entrevistados, somando 15 menções a contadores de histórias que marcaram suas experiências como ouvintes, sobretudo na infância. Além de referências a narrativas ficcionais, como contos da Carochinha, lendas, contos de assombração, clássicos literários, entre outros, muitos entrevistados se referem ao que poderíamos chamar de “transmissão intergeracional”, ao reforçarem a existência de práticas de contação de narrativas responsáveis pela difusão de experiências de âmbito privado, ou seja, cultivo de histórias da própria família ou a ela ligadas em alguma instância, que atravessam gerações, por meio do contar aos mais jovens.

Interessante observar que tais experiências passam, necessariamente, por meio da oralidade. Essas histórias pessoais, ao contrário das demais, são contadas e recontadas sem aportes escritos, criando um ciclo de circulação das narrativas, no qual avós narram aos pais, esses aos filhos e assim sucessivamente. Segundo Benjamin (2012, p. 221), “contar histórias sempre foi a arte de contá-las de novo, e ela se perde quando as histórias não são mais conservadas. (...) Quanto mais o ouvinte se esquece de si mesmo, mais profundamente se grava nele o que é ouvido.” Tal

⁸² Mais detalhes sobre “o que se contava” serão apresentados no capítulo seguinte.

⁸³ Trataremos mais especificamente dessa questão no capítulo 5.

circulação de narrativas fica evidenciada em diversas passagens registradas durante as entrevistas, conforme se pode observar nos relatos que se seguem:

Otávio: A Mônica [filha] gostava muito de escutar meus casos, mas na época das minhas rondas policiais, meus casos de quando eu era menino, minha primeira bola, jogávamos futebol com bola de meia, ia pra praia e quase morria afogado usando umas boias furadas pra entrar pra dentro do fundo do mar.... Aí eu conto muitas histórias pra Mônica. Todas histórias que eu contei pra ela foram reais, entendeu? (Otávio, entrevista, 2012).

Úrsula: Papai gostava de contar história, contava história muito bem. [...] Então papai contava a história, mamãe contava, mas ela contava muitas histórias da vida dela. [...] Então assim, o que mamãe contava eram histórias da família dela, tipo essa que eu te contei da minha avó. [...] Que eles faziam muita questão que a gente soubesse, e tá certo, os meninos hoje não sabem nem o nome de vó. (Úrsula, entrevista, 2012).

Neide: Eram os pais. Meu pai, minha avó contava muito... A mãe do meu pai contava muito isso pra nós. [...]

Flávia: O Hélio [filho do casal] falou que a senhora contava, que vocês contavam essas histórias pros filhos.

Neide: Contava.

Odair: Então esses casos, eles que contavam pra gente. Hoje a gente conta isso pros filhos [...]. (Neide e Odair, entrevista, 2012).

Rogério: E as histórias da família... Por que que nós fomos pra Portugal comemorar meus oitenta anos? Porque eu nunca conheci meu avô, que veio de Portugal com dez anos de idade, e sempre se falou tanto da cidade onde ele nasceu, que eu resolvi levar todos os meus filhos e todos os meus netos, todas as minhas noras e meus genros pra conhecer a cidadezinha onde meu avô nasceu. Que é uma tradição oral, que nem retrato de lá meu avô não tinha. (Rogério, entrevista, 2012).

De maneira geral, as entrevistas indicam que a audição entre familiares é algo comum, ou seja, constitui uma prática cotidiana corriqueira que acentuaria a proximidade entre parentes, sobretudo, de pais e avós com seus respectivos filhos e netos. Embora se verifique no ambiente familiar a maior incidência de práticas de contar e ouvir narrativas orais, esse tipo de interação entre familiares não está presente na totalidade dos relatos. Dos quatorze entrevistados, seis não relacionam parentes como contadores de histórias que marcaram suas memórias. O interessante desse dado é que as assertivas sobre a não participação da família em momentos de contar e ouvir histórias se davam, necessariamente, acompanhadas de justificativas. Via de regra, nesses casos, os entrevistados buscavam argumentos que explicassem a ausência dessas práticas entre seus familiares, sendo a falta de tempo dos pais e demais parentes apontada como principal fator condicionante. Esse tipo de justificativa pode ser observado, por exemplo, no relato de Otávio:

Otávio: Flávia, ouvir história é uma coisa que todo mundo gosta até hoje. Ouvir casos, ouvir história; porque a nossa vida é uma história. [...] mas eu não tinha esse tempo

porque meu pai era um homem que saía meio de casa e voltava, eu não sei que horas que ele chegava. Os pais não tinham esse relacionamento com os filhos, entendeu? Nós não tínhamos esse relacionamento. O pai sempre sabia daquilo, a obrigação dele era pôr os mantimentos dentro de casa. E a minha mãe fazer aqueles mantimentos e lavar a roupa dos filhos. Era a obrigação.

[...]

Não tinha máquina de lavar roupa, não tinha nada, era tanque... A mulher tinha uma vida de seis da manhã às oito da noite ativa. Ela não tinha esse tempo de contar uma história. Um filho contar um caso. Aí tinha que ir pra rua mesmo, pras esquinas, pras praças, pra ouvir alguma coisa. (Otávio, entrevista, 2012).

Como Otávio, outras entrevistadas chamaram a atenção para a ausência de um tempo específico para contar e ouvir narrativas em família. Teresa, Dorotéia e Maria José afirmaram não guardar lembranças de ouvir histórias durante a infância, uma vez que essa prática ocorreu-lhes bem mais tarde, depois de adultas, e fora no âmbito familiar. Ainda assim, alegaram gostar muito de ouvir histórias e até mesmo de contar:

Dorotéia: Eu acho bonito pessoa que conta história...

Teresa: É, quem conta história, a gente gosta de escutar. Ouvir e até contar depois.

Dorotéia: Eu gosto de escutar as pessoas contando história! (Dorotéia e Teresa, entrevista, 2013).

A rotina de trabalho que marcou de forma substancial a infância das duas entrevistadas não abriu precedentes para outras formas de relação entre os indivíduos além daquelas marcadas pela necessidade de subsistência. Essa reflexão foi tratada por Bourdieu (1983) ao abordar os “gostos de classe e estilos de vida”, mais especificamente, a questão do luxo e da necessidade, que orientaria o estilo de vida e a organização de toda a dinâmica cotidiana dos indivíduos. O tempo necessário para a sobrevivência preponderaria sobre as demais demandas da vida social, a divisão de atividades diárias passa a girar, dessa forma, em razão dos imperativos primeiros da vida, ou seja, do trabalho para o sustento da família. Nos relatos dos entrevistados que não apontam familiares como contadores de narrativas, a dinâmica do trabalho é bastante evidenciada, os afazeres duros e excessivos consumiam toda a rotina da casa, incluindo adultos e crianças.

A análise do contar e do ouvir narrativas orais em família apontou, ainda, dados significantes em relação aos três segmentos relativos ao nível participação dos entrevistados nas culturas do escrito. No caso do primeiro segmento – nível reduzido de proximidade com a escrita – das cinco entrevistadas que o compõem, apenas uma afirma ter tido, ainda na infância, experiência de ouvir narrativas orais por familiares. Joana relata que frequentemente ouvia histórias dos pais e destaca a atuação do pai como grande contador de narrativas, tanto mediadas pela escrita (leitura de obras

literárias), quanto de natureza eminentemente oral (memorizadas e inventadas). Apesar da preponderância de momentos destinados ao trabalho, como no caso das demais entrevistadas desse segmento, Joana afirma que sempre havia um tempo para reunir a família para contar e ouvir histórias. Em suas palavras:

No momento que a gente tinha largado o trabalho, já tava em casa, já tinha tomado banho, tava em casa sentado, jantava... Ali ele sentava no terreiro e chamava a gente. Vou contar histórias pra vocês. E aí começava a contar aquelas histórias tão bonita! Cada uma mais bonita do que a outra! As histórias linda, linda, e depois ele abria um livro e começava a ler. “Eu vou ler pra vocês agora!” Eu falava. “Vai papai?” Ele falava. “Vou!” Aí ele começava a ler, mas, ele lia baixinho eu falava. “Ô papai! Lê mais alto papai, pra mim ouvir!” Na intenção de guardar aquilo que aquelas palavras que ele tava lendo, pra mim ler também. Que era o meu sonho ler, entendeu! Mas, não tinha jeito! [...] E aquilo eu ficava pensando. “Nossa senhora”! Amanhã eu tenho isso pra mim fazer, eu tenho que levantar cinco horas, pra socar o arroz, pra fazer a comida... (Joana, entrevista, 2013).

Dentre as demais integrantes do primeiro segmento, apenas Norma tem recordações de ouvir histórias durante a infância, embora não sendo em família. Teresa, Dorotéia e Maria José não gozaram dessa prática quando crianças. Todas as integrantes desse segmento apontam as práticas extenuantes de trabalho, em todas as fases de suas vidas, como razão principal de não terem tido momentos destinados à contação de histórias por familiares, bem como de não terem progredido nos estudos, o que, segundo afirmam, lhes teria permitido uma aproximação mais autônoma com narrativas diversas.

Em relação ao segundo segmento, nível médio de proximidade com a escrita, há relatos de audições desde a infância por parte de quatro, dos cinco entrevistados. Contudo, dois deles, Otávio e Vanda, não tiveram experiências de ouvir narrativas orais tendo familiares como contadores, uma vez que essa não era uma prática entre pais, avós e outros parentes. Também nesses dois casos há marcas da questão do tempo para o trabalho que prepondera sobre as demais atividades cotidianas. No caso específico de Vanda, ela própria exercia uma série de funções domésticas na casa dos pais (que, segundo relata, a adotaram para ajudar nos serviços domésticos) e seu contato com audições de narrativas orais diversas ocorria fora de casa e em horários alternativos ao do trabalho. Ainda criança, Vanda recorda que contava histórias para seu irmão, mesmo não sendo incentivada dentro de casa. As audições em ambientes extrafamiliares, como as que aconteciam na casa de vizinhos, a motivaram a gostar e a aprender a contar; e

continuou a fazê-lo depois, adulta, contando histórias aos filhos e outros ouvintes que desejassem participar da contação:

E eu tinha um irmão de criação também, que ele até faleceu tem dois anos, era o Jorge. Ele era pequenininho, falava comigo assim “Vanda, conta histolia pa mim? Conta histolia do chapeuzinho?” aí eu ia pra lá e contava a história do Chapeuzinho, que ele gostava de cantar “pela estrada afora eu vou bem sozinha...” ele adorava! “canta de novo, Vanda!” e eu ia contando a história toda pra ele. E meus meninos também, eu contava história da Chapeuzinho Vermelho, essas histórias de assombração...

[...]

Contava as histórias que eu sabia mesmo. Que eu ouvia na minha infância. E Dona Neli também contava alguma história dela, e a gente ficava ali a turminha. Tanto as meninas dela como as minhas, e de Seu Zé, que era do outro lado, juntava aquela turminha, sentava tudo em volta da fogueirinha de tábua que a gente fazia, pra contar história. (Vanda, entrevista, 2013).

Otávio, da mesma forma que Vanda, começou a trabalhar muito cedo, tal qual seus irmãos, motivo que acredita ter impossibilitado maiores momentos de interação familiar. Contudo, mesmo não tendo participado, quando criança, de contações/audições de narrativas entre familiares, Otávio destacou, durante a entrevista, seu gosto em contar histórias, sobretudo as de sua infância, aos filhos.

Ernesto, Neide e Odair, por sua vez, relataram histórias diversas que costumavam ouvir de familiares, desde crianças. Nos três casos, os pais aparecem como importantes referências de contadores, explorando narrativas literárias e também histórias de família. Neide aponta ainda avós, tios e primos como sujeitos constantemente ligados à prática de contar narrativas orais.

Com exceção de Neide, não há nesse segmento relatos de práticas de contação de narrativas entre familiares que costumassem utilizar a escrita como mediadora. Neide recorda-se da experiência de ouvir histórias da Bíblia, uma tradição iniciada pelo avô, com o qual teve pouco contato, mas que foi seguida pelos pais, tios e primos mais velhos. Na entrevista, ela se lembra de ouvir histórias como a *Arca de Noé*, mais especificamente, sobre o dilúvio, contada por um primo, que afirmava ter ouvido essa e outras histórias do avô:

Eu não lembro do meu avô. Mas me lembro que um primo meu contava pra nós. Nós éramos uma turma de jovens, contava pra nós sobre o dilúvio. Aí eu ficava impressionada de ver aquelas coisas, eu falava “mas quem contou essas coisas pra você?” ele falava assim “seu avô. Seu avô lia a bíblia pra nós. Seu avô falava sobre o dilúvio pra nós”. (...) Então ele lia, lia pro povo, pro pessoal. Eu não alcancei porque igual eu tô te falando, quando ele morreu eu tava muito pequenininha, então eu não lembro bem dele. Mas meu avô, ainda recordo dos livros dele. (Neide, entrevista, 2012).

A exemplo do primo, Neide recontava essa e outras histórias, uma prática que tem passado por gerações, já que os filhos buscam repassar as narrativas ouvidas aos netos de Neide.

O terceiro segmento, por sua vez, que engloba sujeitos com nível elevado de proximidade com a escrita, apresenta totalidade de experiências marcadas por práticas de contar e ouvir narrativas orais desde a infância e por familiares. Todos os entrevistados desse segmento afirmaram que ouviam histórias desde criança, tanto mediadas pela escrita quanto eminentemente orais.

Nesse segmento aparecem relatos que buscam retratar a performance empregada pelos contadores nos momentos de audição do passado. Assim, procuraram descrever algumas das estratégias empregadas no momento da contação, explicitando estratégias vocais, visuais e corporais. Nos relatos que se seguem, podemos acompanhar alguns exemplos:

Ah é. Ele [o pai] tinha uma maneira muito interessante de contar, inventar, ele imitava a voz, ou imitava ou inventava. Criava voz dos animais, ele remedava as pessoas. Pra remedar as pessoas ele era uma beleza! Se você conversasse perto dele, ele chegava em casa e era capaz de repetir tudo!

[...]Papai contava muito caso. Ele escutava aquele caso lá na coisa e levava direto pra gente. E a gente ria, aquilo pra gente era uma festa. Ele era grande contador de caso. (Alberto, entrevista, 2013).

Era tradição, era uma tradição contar história, contar caso. [...] Meu pai, por exemplo, tinha um tio que ele lia os livros e depois; ele era um ator, entendeu? Ele contava com toda ênfase dramatizando as histórias. Esse tio dele chamava-se Alfredo. [...] Então tinha uma história que ele contava assim de uma maneira dramática, sabe? [...] e ele então, e tinha um pedaço que ele punha toda dramaticidade que ele era capaz, né? (Marilene, entrevista, 2012).

Os grandes contadores de histórias, meus tios, tinha um tio, irmão da minha mãe, que ele era ator. Tinha teatro em Prados, uma peça que eu sei de cor até hoje, apesar de nunca ter visto, [...] apresentaram isso, o livro foi escrito em 1904 por um médico português; que é a história de três cardeais discutindo sobre o amor. [...] É linda a peça. *A Ceia dos Cardeais*, que chama. Esse meu tio recitava tanto isso que eu aprendi criança, quase de cor toda essa história, do Júlio Dantas, grande médico e grande escritor também.

[...]

Meu pai era um bom contador de casos. Era poeta, e era industrial. E ele era um grande... Ele fazia tudo que você imaginar com miolo de pão, fazia figuras igual você faz com massinha de modelar hoje, como aquele ceramistas, como se faz com pedra sabão, ele fazia tudo, fazia bichos; e aqueles bichinhos faziam parte das histórias que ele ia contando.

[...]

Eu tinha uma tia [...] Ela era contadora de história pra nós. Ela era meio oligofrênica, então ela tinha as histórias da Carochinha todas na cabeça, que ela aprendeu quando era criança. Então ela transmitia as histórias pra gente. Sabe? As histórias da Carochinha. E era ótimo, porque ela contava isso numa simplicidade, numa delicadeza, e era muito afetiva com a gente, então era conjunção de elementos das histórias... (Rogério, entrevista, 2012).

Embora a performance empregada nesses atos de contação não seja passível de recuperação, é interessante observar o esforço de retomada empreendido pelos entrevistados, da complexidade do contar associado a outros meios performáticos. Fica claro que além do efeito provocado pela voz em si, os demais elementos envolvidos na entoação dessas narrativas conseguiram marcar a memória dos ouvintes, que não dissociam a voz da performance.

Também são característicos do terceiro segmento, além das audições propagadas exclusivamente pela oralidade, aquelas mediadas pela escrita, na família. Livros de literatura, jornais, revistas, cartilhas escolares, entre outros, também funcionavam como suporte para contação e consequente audição de narrativas orais.

Com exceção da casa de Alberto, as demais famílias desse segmento contavam com a presença de pelo menos um membro alfabetizado e que mantinha o hábito de ler em voz alta para compartilhar as narrativas. Tal prática, segundo os relatos, foi seguida pelos entrevistados, que desenvolveram o hábito de ler para os filhos e netos. Alberto, embora não tenha passado por essa experiência de leitura mediada pela escrita na infância, também desenvolveu o costume de ler para os filhos, prática que afirma ter sido bastante recorrente.

Marilene, Úrsula e Rogério, por exemplo, falam de livros trazidos de outras cidades pelos pais e dos momentos de escuta das histórias. Lidas no próprio impresso, ou memorizadas pelos contadores, tais narrativas eram transmitidas aos ouvintes, segundo relatos, com grande fascinação. Rogério relata, ainda, aspectos da biblioteca que tinha em casa quando criança, essa lembrança é acompanhada das narrativas contadas pelo pai, que eram mediadas por livros diversos de literatura.

3.3 CONTADORES TRADICIONAIS: O VELHO, O TROPEIRO, A EMPREGADA E O COVEIRO

Os contadores que aqui tratamos por “tradicionais” evocam representações próprias de um imaginário sobre sujeitos que se tornaram referências pelo fato de narrarem histórias. Narrativas que nascem de um acervo íntimo de experiências de vida, bem como de experiências relatadas por outros, constituem o repertório que esses contadores passam adiante. Embora em relatos específicos e pouco numerosos, as lembranças desses indivíduos que se destacam pelo talento em

contar foram marcantes nos depoimentos. Mesmo os entrevistados que tinham o hábito de ouvir narrativas orais por outras vias, como no rádio e na família, afirmaram que a experiência de audição propiciada por tais contadores era peculiar.

Assim, ao apresentarem figuras como a do tropeiro contador de aventuras, da empregada que conta assombros ao redor do fogão a lenha, ou mesmo do homem velho e sua grande bagagem de enredos a serem desfiados, as representações sugeridas são de indivíduos quase míticos.

Ao tratar de contadores tradicionais, Walter Benjamin (2012) apresenta duas figuras arcaicas singulares, representadas pelo “marinheiro viajante” e pelo “camponês sedentário”. O primeiro seria aquele que viaja, que descobre novidades e curiosidades de localidades distantes e as repassa, por meio de sua experiência, aos seus interlocutores. O segundo, embora possa jamais ter saído de sua região de origem, conhece bem tradições e histórias do entorno, e que seria perfeitamente capaz de repassar a outrem. Diante dessas representações, teremos a figura do “marinheiro viajante” refletida na imagem do tropeiro, e o “camponês sedentário” seria evocado ao tratarmos do velho, da empregada e do coveiro.

O tropeiro, conforme recordado por Rogério, é aquele indivíduo que traz de um lugar distante histórias inusitadas e excitantes para partilhar com os ávidos ouvintes que aguardam seu retorno. Em depoimento, Rogério apresenta com vivacidade a imagem de Zé Domingos, que junto à tropa saía rumo a Mato Grosso, passando por diversas experiências diferentes daquelas vividas no cotidiano da cidade de procedência: “O Zé Domingos saía até Mato Grosso com a tropa, e a gente sabia que ele ia chegar em junho. Nós ficávamos loucos, as crianças ficavam loucas pra ouvir as histórias dele, o homem que foi em Mato Grosso. Ir pro Mato Grosso era mais difícil que ir pra Lua” (Rogério, entrevista, 2012).

O ato de contar proporcionado por Zé Domingos envolvia elementos que iam além das narrativas em si, ele criava uma espécie de ritual que antecedia e acompanhava toda a contação:

E quando chegava o tropa, tropa era aquele que vinha pra avisar que a tropa tava chegando. [...] E no dia que eles chegavam eles se fechavam pra descansar, ficavam quatro dias em casa, depois de quatro dias [...] abriam as portas de casa, aquelas de chão batido, e a meninada entrava, sentava em volta, ele sentava numa cadeira de balanço, depois nós ouvíamos as histórias que ele ia contar da viagem que durou meses. [...] Isso eu tinha seis, sete anos. Em 37, 38. Nessa época. Então ela [mulher que tomava conta da casa de Zé Domingos] falava: não pode fazer pergunta, não pode interromper, não pode rir, não pode levantar nem pra fazer xixi. (Rogério, entrevista, 2012).

Mais uma vez a questão da performance (Zumthor, 2007) está posta. Embora seja impossível recuperar a performance em si, um esforço de retratá-la pela linguagem, buscando elementos da memória para tal construção pode ser claramente observado. Para Rogério, não basta informar que Zé Domingos contava histórias que agradavam a todo um grupo de ouvintes interessados nas curiosidades do Mato Grosso. O processo de contar e ouvir essas narrativas vai além dessa informação, é necessário explicitar que havia uma forma especial de contar, um procedimento, um ritual:

Ele [Zé Domingos] sentava na cadeira, acendia o cigarrinho de palha, arrumando a palha, picando o fumo, fazendo o cigarro, e começava, com aquele vozeirão (...). Então eu conto isso, quer dizer, que foi assim que nós aprendemos a contar história. Porque ele nos permitiu a coisa mais importante do mundo, que era enquanto ele falava, nós pensávamos, imaginávamos, nós inventávamos, nós víamos cobras, nós víamos animais selvagens, nós víamos raposas, né? E aí nós discutíamos tudo que ele tinha contado. Quer dizer, então quê que é a narração: é soltar a imaginação. (Rogério, entrevista, 2012).

O tropeiro contador de causos apresentado por Rogério não se restringe à contação propriamente dita; antes é necessário sentar-se diante dos ouvintes, fazer e fumar um cigarrinho de palha, iniciar a narrativa e, finalmente, perceber a reação da “plateia”, na busca de corresponder a expectativas. Rogério atenta também para a questão da imaginação, da produção criativa que é propiciada pela escuta de narrativas orais. Tal como ocorre com o rádio, sobre a possibilidade de ouvir e imaginar, aqui essa característica da audição é retomada. Outro elemento da fala de Rogério que convida a pensar é a questão da concomitância. O trecho em que afirma “Porque ele nos permitiu a coisa mais importante do mundo, que era enquanto ele falava, nós pensávamos, imaginávamos, nós inventávamos”, ajuda a refletir sobre a produção desse efeito criativo, ou seja, ao mesmo instante em que as narrativas são entoadas, a mente do ouvinte produz representações para as imagens e circunstâncias que são referidas nas narrativas. Novamente cabe considerar a questão da experiência, bastante tratada por Benjamin (2012) e que orienta a prática de contar e ouvir narrativas orais. Dessa forma, tanto se vale da experiência o narrador que produz as histórias quanto o ouvinte que as associa com elementos extraídos e consolidados por seus próprios conhecimentos de vida.

Seria difícil que Rogério e as demais crianças que ouviam as histórias de Zé Domingos criassem representações mentais de animais selvagens se destes não tivessem a mínima noção associativa. Podemos até considerar que desconhecêssem a especificidade dos animais narrados, mas alguma

noção da categoria animais é provável que possuíssem e, a partir disso, fossem capazes de elaborar e criar suas próprias representações vinculadas à narrativa no momento de interlocução. Assim, ao criarem imagens sobre os animais contados nas epopeias do tropeiro, provavelmente se valeram de suas experiências pessoais para elaborar representações associadas à narrativa.

Outra imagem de contador tradicional mencionada foi o velho, mais especificamente os velhos que trabalhavam nas fazendas nos arredores de Belo Horizonte. Neste ponto é importante salientar que separamos da classificação “velho” as pessoas idosas pertencentes ao âmbito familiar, como os avós, bastante citados pelos entrevistados, mas que tratamos na discussão sobre audições na família. A imagem de velhos aparece em muitas culturas associada ao narrador tradicional (Benjamin, 2012), àquele que detém saberes e experiências que deverão/poderão ser repassadas à posteridade.

Para citar um exemplo, Matos (2005) cita alguns estudos de Amadou Hampâté Bâ sobre os velhos sábios de comunidades africanas responsáveis pela construção e transmissão de conhecimentos. Entre esses há os tradicionalistas (*doma*) que dominam saberes sobre a ciência da terra, como a natureza, o cosmos e suas utilizações práticas; e há os trovadores (*griots*), guardadores e transmissores da tradição que, ao contrário dos *doma*, não se restringem ao ato narrativo da verdade, pois buscam atrair e divertir o público ouvinte. Note-se, entretanto, que para ambos, a oralidade tem um papel fundamental na preservação e transmissão do saber.

Norma e Dorotéia destacam a figura do velho como principais contadores de histórias de que se recordam na infância e princípio da juventude. Vale ressaltar que no caso dessas entrevistadas não há lembranças de pessoas ou momentos destinados à contação de narrativas orais na família. Dessa forma, quando indagadas sobre a prática de ouvir, a imagem do velho como contador aparece atrelada ao local onde aconteciam as audições e à motivação de contar:

Quem contava? Era os velhos mesmo que ficavam falando lá na cozinha na beirada do fogo. Acendia aquele fogo lá na cozinha, né, e ficava contando essas histórias pra fazer medo na gente, [...] vamos falar aqui agora e todo mundo vai pra cama dormir. Aí começava “ah, não quero escutar não.” Aí nós ia e deitava! (Norma, entrevista, 2013).

O relato de Norma indica uma relação diferente da apontada por Rogério, quando trata da audição de narrativas contadas pelo tropeiro, repleta de emoção, prazer e ansiedade para ouvir. No caso de Norma, era uma escuta, em certa medida, imposta, mais baseada na função disciplinar

contida no teor das narrativas do que, propriamente, em uma reunião de sociabilidade voltada à interação entre os velhos e demais ouvintes, sobretudo crianças. Ainda assim, a entrevistada afirma que, apesar do medo que sentia dos casos contados pelos velhos, sentia gosto em ouvir, uma sensação paradoxal dividida entre o desejo de negação da escuta e a vontade impulsiva de saber as histórias, por mais que fossem voltadas a atemorizar. Dorotéia alega que essa também era uma prática comum nas fazendas em que viveu e trabalhou durante a infância. Assim como Norma, relata que apesar do medo, o prazer de ouvir tais narrativas dos velhos, à noite, antes de dormir, fascinava as crianças.

Norma dá alguns exemplos de narrativas que eram contadas pelos velhos, no trecho que apresentamos, ela cita Zezé, uma senhora com idade avançada que gostava de contar histórias de fantasmas para as crianças. Também nessa passagem há reforço do momento de audição orientado pelos horários destinados ao trabalho: contar à noite, depois das tarefas do dia encerradas, e dormir em seguida para acordar cedo para trabalhar:

Eles achavam engraçado, né? Chegava lá de noite, e ficava “conta, Zezé, conta o que cê tava falando que passou lá, e viu as coisas gemendo, e o cavalo saiu correndo”. [...] É, diz que o cavalo saía correndo, que quando via aquela zoeira dentro da água, né, aquelas coisas gemendo, o cavalo saía correndo depressa. E aí eles pegava, falava “ah, eu não quero escutar isso mais não. Vou é dormir”. Aí nós ia dormir, porque tinha que levantar cedo. (Norma, entrevista, 2013).

As imagens associadas ao velho como contador de narrativas orais apareceram somente relacionadas ao espaço da fazenda, nos arredores de Belo Horizonte. Os momentos de escuta eram sempre contrapostos à rotina do trabalho e apresentavam intenção disciplinadora, perspectiva ausente nas histórias contadas pelos demais narradores tradicionais de que tratamos neste tópico. Como veremos adiante, tanto a empregada, quanto o coveiro, a exemplo do tropeiro, encontram na contação de histórias uma oportunidade de interação mais descontraída, sobretudo com as crianças, sem recorrer ao fim utilitário empregado pelos velhos das fazendas.

A empregada doméstica também foi lembrada como contadora de histórias que marcou a infância de algumas entrevistadas. Sua imagem vem, geralmente, acompanhada de lembranças do espaço físico⁸⁴ onde aconteciam as audições, sobretudo o quartinho⁸⁵ e a cozinha.

⁸⁴ Mais detalhes sobre os locais onde se praticava a contação de histórias serão tratados no capítulo 4.

Era na cozinha que Marilene ouvia narrativas diversas, tanto na casa dos pais, como na dos avós: “As empregadas contavam muito, muitas histórias. Na cozinha da casa do meu outro avô também tinha muita contação de história” (Marilene, entrevista, 2012). No caso de Vanda, destaca-se a lembrança do quartinho da empregada, lugar já marcado para ouvir histórias diversas, quando o trabalho do dia chegava ao fim: “Agora, perto da minha casa tinha uma empregada da vizinha que gostava de me contar história. Então quando ela acabava o serviço dela, que arrumava a cozinha, ela me chamava e eu ia pra lá pro quartinho dela, ela adorava ficar contando história” (Vanda, entrevista, 2013).

O quartinho tem uma representação especial na fala de Vanda, tal qual a cozinha o tem para Marilene. Não apenas os contadores surgem como lembranças marcantes, mas todo o cenário envolvido no ato de contar e ouvir narrativas. O aconchego da voz que transmite as histórias se confunde com a sensação de deleite que envolve o espaço em que geralmente são entoadas: “Pra ouvir era lá no quartinho dessa empregada mesmo. Que era só nós duas lá, podia estar fazendo o frio que tivesse, tava lá quentinho... Eu gostava muito” (Vanda, entrevista, 2013).

O repertório de histórias, segundo as depoentes, também era variado, alteravam entre histórias de assombro, contos de fadas e casos de família. Quanto às histórias de terror aqui contadas, não havia, segundo os relatos, uma intenção explícita de disciplinar, o que fica evidenciado nas falas era a descontração proporcionada pela audição das narrativas, que mesmo assustando, divertiam. Selecionamos uma das histórias que eram contadas pela empregada a fim de exemplificar:

Vanda: E ela [a empregada] contava muita história de assombração, de quem comia carne na sexta-feira da paixão [...]. Aí de noite pra mim ir pra casa “ai meu Deus, será que tem um frango por aqui?”

Flávia: E a senhora morria de medo dessa história!

Vanda: Mas eu gostava. Adorava ela contar história. Mas eu gostava, né? (Vanda, entrevista, 2013).

Além das empregadas, o coveiro foi lembrando em uma das entrevistas como bom contador de histórias. Embora o local das audições não tenha aqui a mesma questão do conforto encontrado na cozinha e no quartinho das empregadas, é inegável que o cenário do cemitério contribuía para tornar o ato de ouvir narrativas orais, no mínimo, inusitado e diferente de outros ambientes onde as audições aconteciam. No depoimento de Rogério, o coveiro é destacado como grande

⁸⁵ O quartinho é uma expressão normalmente utilizada para se referir ao quarto da empregada, localizado na casa dos patrões.

conhecedor e narrador das histórias e tradições da cidade. Uma figura emblemática daquilo que Benjamin (2012) considera como narrador tradicional, ou seja, o indivíduo que mesmo sem sair de sua região de origem, conhece profundamente especificidades daquele lugar.

Além de ser conhecido na cidade como grande contador de casos, o coveiro era filho de uma contadora também famosa pelo conhecimento de histórias do local. Ao tratar dos atributos de contador do coveiro, Rogério completa: “Coveiro cuja mãe era a maior contadora de história. Mas ela contava histórias... Pro cê ter uma ideia, a gente ia na casa dela pra ouvir as histórias” (Rogério, entrevista, 2012).

Rogério passa a ideia de que os conhecimentos do coveiro sobre a cidade e sobre narrativas de outras ordens foram aprendidos com a mãe, conhecedora primeira da arte de contar. De toda forma, independente da origem de seus conhecimentos e habilidades para narrar, o coveiro apresenta atributos interessantes para se pensar sobre o narrador tradicional. Ele, assim como o tropeiro, era conhecido em toda a cidade como referência na arte de contar histórias. Embora seja comum a imagem de velhos sábios que mantêm tradições e conhecimentos de uma dada comunidade, bem como de empregadas detentoras de rico arsenal de histórias prontas para serem compartilhadas – o que nos leva a considerá-los como narradores tradicionais –, nos casos relatados encontramos sujeitos que foram marcantes em âmbito individual, ou, no limite, marcantes para um pequeno número de ouvintes. Encontramos, dessa forma, duas referências distintas no que se refere à representação do contador: aquela que apresenta sua prática de narrar legitimada em âmbito público e aquela que mantém sua representatividade mesmo em escala diminuta.

Quando analisamos os relatos sob a perspectiva dos ouvintes, percebemos que não há grande diferenciação entre o contador publicamente legitimado e aquele cuja performance se restringiu a um ou poucos ouvintes. A fascinação envolvida na prática de contar e ouvir narrativas estava presente em ambos os casos. Mesmo no caso da escuta orientada pela disciplina, como nas histórias de assombração contadas pelos velhos, é possível extrair algum grau de contentamento em ouvir.

3.4 O PAPEL DA PROFESSORA COMO CONTADORA

Apenas dois dos quatorze entrevistados mencionaram o professor como contador de histórias. É interessante observar o papel pouco relevante atribuído ao professor quando se trata de contar e ouvir narrativas orais e, da mesma forma, a escola aparece poucas vezes como local de referência para essa prática.

Entretanto, é necessário considerar o cenário escolar do período, no qual considerável parcela da população não tinha acesso à educação formal. A tabela 5, apresentada anteriormente, que trata do analfabetismo no Brasil entre as décadas de 1920 a 1960 possibilita uma reflexão sobre o contexto escolar nesse intervalo de tempo. Segundo esses dados, embora o índice de analfabetismo tenha sofrido leve declínio ao longo dessas décadas, observa-se que mais da metade da população brasileira continuava analfabeta, sendo 65% em 1920; 56,1% em 1940; 50,6% em 1950 e 39,7 % em 1960⁸⁶.

Reflexo desse cenário pôde ser observado nos relatos dos entrevistados. Assim, as vezes em que houve referência a audições provenientes da professora, essas se davam por mediação da escrita, ou seja, pela leitura de alguma obra literária ou instrucional. Úrsula cita como exemplo a leitura da obra *Viagem Através do Brasil*, de Coelho Neto, livro de natureza didática, voltado para a implementação de uma conduta cívica de fortalecimento da identidade nacional: “[...] na sexta-feira, a professora tirava meia hora e lia aquele livro”.

Sobre as leituras que eram regularmente realizadas pela professora, Úrsula comenta que havia diferença entre história lida e história contada, localizando a ação da professora nessa distinção:

É o seguinte: qual a diferença de história contada e história lida? Quando é que cê usa uma e quando é que cê usa outra? [...] Ninguém sabe. Eu vou te ensinar. Ocê sabe que o vocabulário que a gente usa é muito aquém do vocabulário que a gente compreende. Isso cê sabe. [...] E aí acontece uma coisa muito interessante: quando você conversa com uma pessoa que tem um vocabulário, que domina bem a língua culta, e que fala uma palavra que cê não sabe o quê que é, dentro do contexto que tá dito cê apreende o sentido. Mas quando cê tem a curiosidade de ir no dicionário e verificar aquela palavra, você ainda não é capaz de usá-la. Mas você começa a vê-la com mais frequência, porque quando cê não conhece direito cê não vê de jeito nenhum cê não vê a palavra. Então o vocabulário que você usa é muito inferior ao que você entende. Então as duas histórias têm objetivos totalmente diferentes. A história lida, quando a professora pega o livro [...] História é pra

⁸⁶ A década de 1930 não foi incluída na tabela porque não houve censo no período, já a década de 1960 não apresenta dados de Belo Horizonte nos anuários e censo.

estimular a leitura. Estimula sim. Mas não é pelo que eles falam. Então a professora pega o livro, vai ler uma história. Para que o menino entenda a linguagem da história tem que estar aquém, o vocabulário tem que estar aquém do vocabulário que aquele menino usa. Porque senão ele não consegue prestar atenção na história, ele não entende quê que a história tá falando. Então pra quê que ela serve: para desenvolver o vocabulário e melhorar a lógica. E estimular a leitura também, porque era uma vez por semana tinha história lida, mas em geral era um livro. (Úrsula, entrevista, 2012).

Úrsula reforça ao longo de seu relato a característica predominantemente instrumental das audições realizadas pela professora, na escola. A própria escolha das obras a serem lidas em sala já funcionam como um indicativo de tal intenção didático-pedagógica. Ainda assim é possível perceber a questão do contentamento proporcionado pela escuta das narrativas. Além da referência a Coelho Neto, a entrevistada cita passagens de uma história contada durante a infância e que, embora não recorde título e autoria da obra, ainda se lembra da trama e da expectativa causada pela leitura da professora:

[...] era a história deles procurando o pai. Eles saem do Rio de Janeiro, seguem do Rio São Francisco todo, e vai contando. E a gente ficava louca pra chegar o dia pra saber como é que é que tava, que pé que tava a história, quê que ia acontecer. Né? Aí então aquilo estimulava... (Úrsula, entrevista, 2012).

Vale esclarecer que outros entrevistados fizeram menções a Monteiro Lobato e suas obras, bem como a autores e obras clássicas da literatura universal, contudo, como leituras autônomas ou audição realizada por algum membro da família, sem associações à professora ou mesmo ao ambiente escolar.

Não necessariamente emitidas pela professora, mas também por outros indivíduos integrantes do cenário escolar, um dos entrevistados destaca a prática de escuta orientada na escola. Remetendo-se ao final da década de 1930 e início de 1940, Rogério recorda dos “auditórios”, um ritual que reunia alunos e demais integrantes da escola para ouvir “elogios ao ditador”, na época, Getúlio Vargas: “Era um culto à personalidade. Então nós ficávamos famintos por ouvir histórias, né? Porque aquilo era insuportável” (Rogério, entrevista, 2012). Nesse trecho, Rogério faz uma nítida separação entre a audição de “histórias” e o impositivo “elogio ao ditador”, incapaz de proporcionar qualquer deleite aos ouvintes. As histórias deveriam trazer um enredo, com princípio, meio e fim, sendo capazes de aguçar o interesse e a curiosidade dos interlocutores, por mais que se encaixassem em um formato paradidático, com intenção pedagógica subliminar.

Outra variação das leituras feitas pela professora diz respeito à orientação religiosa. Segundo Alberto, a professora também contava histórias, “mas história da escola geralmente tinha tom religioso”. Essas audições aconteciam em horários intercalados com as aulas, momentos destinados à edificação moral das crianças. Alberto não esclarece, entretanto, se era seguido algum catecismo ou orientação religiosa determinada.

Em considerações sobre a escolarização da leitura literária, Soares (2006) aponta duas perspectivas de utilização da literatura em ambiente escolar, sendo a primeira a apropriação da literatura infantil pela escola segundo um processo de didatização, ou pedagogização. A segunda diz respeito à produção de uma literatura voltada aos objetivos e necessidades escolares, ambas seriam responsáveis pela construção de uma “literatura escolarizada”. Nesses dois casos, a autora coloca em questão a escolarização da literatura infantil que, seja pelo caminho da apropriação ou da produção, costuma apresentar caráter educativo e formador, características que a vincularia à escola.

Note-se que embora Soares trate de leitura literária, o caso da audição de narrativas orais na escola, apontadas pelos entrevistados, apresenta características semelhantes em relação à intencionalidade disciplinar e educativa que as orientava. Chama a atenção o caráter cívico, religioso e político inseridos nas práticas de audição oral ocorridas na escola. Portanto, narrativas de criação espontânea e contações livres de propósitos morais e pedagógicos não integraram o repertório de memórias dos entrevistados em relação à escola. Ao contrário, relatos como o de Rogério apontam o rigor e enfado que acompanhava algumas dessas práticas.

3.5 O RÁDIO E A ARTE DE TRANSMITIR NARRATIVAS ORAIS

O rádio foi apontado nas entrevistas como importante meio de ouvir narrativas orais de naturezas diversas. Segundo alguns entrevistados, ouvir rádio tornava possível construir cenas e sensações muito particulares, permitia elaborar imagens e percepções sobre a própria vida, por mais distintas que fossem as programações irradiadas.

A radiodifusão gerou uma forma peculiar de entretenimento e informação, em especial até a década de 1950, período marcado pelo lançamento da televisão no Brasil. Até então, o rádio configurava-se como veículo ímpar na transmissão de narrativas orais, tanto no âmbito público, como cafês e bares, quanto no privado, no interior das casas, em pequenas reuniões entre parentes e amigos.

Dados estatísticos do final da década de 1950 (IBGE, 1958) sugerem que o rádio já era um aparelho popularizado em Belo Horizonte. Ao tratar das pouco mais de dez favelas que integravam o espaço urbano da capital, a *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros* apresenta a seguinte informação: “Algumas habitações dessas favelas possuem aparelhos rádio-receptores e suas condições de higiene não são das mais precárias” (IBGE, 1958). É interessante observar que referências ao porte de rádio aparecem ao lado de informações sobre a higiene nos bolsões de maior pobreza da capital, como tentativa de atenuar a precária situação socioeconômica de moradia nesses espaços. Esse dado, associado às fontes orais, nos apresenta mais informações sobre o público ouvinte de rádio na década de 1950, que não estava restrito a camadas sociais mais elevadas, sobretudo se considerarmos audições coletivas de rádio.

Seguindo essa lógica, podemos considerar a audição de rádio⁸⁷ uma prática relativamente comum, por ser acessível a diferentes esferas socioculturais e econômicas, em Belo Horizonte, no período apontado. As entrevistas reforçam essa ideia, sobretudo se considerarmos que relatos sobre audições radiodifundidas estão presentes nos três segmentos aqui propostos para análise (relativos à participação dos sujeitos em culturas do escrito).

Em contrapartida à mera audição, há menções, em alguns relatos, ao alto custo dos aparelhos de rádio em Belo Horizonte, bem como à dificuldade em sua aquisição. Alberto, por exemplo, narra lembranças dos primórdios do rádio na capital e das limitações à sua obtenção:

⁸⁷ Referimo-nos, aqui, especificamente à audição de rádio e não ao seu efetivo porte. Embora dados do IBGE apontem a posse do aparelho como fator de gradação socioeconômica, dados do período indicam que os aparelhos possuíam preços elevados, impossibilitando maior acesso a camadas sociais menos privilegiadas. Consideramos, dessa forma, as audições, sobretudo as coletivas, domésticas ou públicas, como relevante estratégia de acessibilidade às programações radiodifundidas, o que permitiria acesso às audições, independentemente do porte do aparelho.

O rádio apareceu aqui já 36, 37, 38... 38 ou 39 que apareceu rádio aqui [em Belo Horizonte]. Mas só os muito abastados é que podiam comprar. [...] Era muito caro, e não tinha número suficiente pra vender. A casa recebia dois, três, vendia aqueles, depois ficava esperando um mês ou dois. [...] Primeiro tinha o rádio que vinha a transmissão do Rio, né? Chegava muito mal aqui. Depois que montaram as estações aqui que começou a melhorar. (Alberto, entrevista, 2013).

Conforme mencionado por Alberto, as primeiras transmissões de rádio recebidas em Belo Horizonte vinham de outros estados, sobretudo da Rádio Nacional, do Rio de Janeiro. A primeira rádio a funcionar na capital foi a Rádio Mineira, que surgiu em 1927 e permaneceu exclusiva até 1936, mantendo uma programação unicamente musical. Já em meados da década de 1950, a cidade passou a contar com sete emissoras de rádio, a saber: Rádio Guarani, Rádio Inconfidência, Rádio Itatiaia, Rádio Jornal de Minas, Rádio Pampulha, Rádio Minas e Rádio Mineira (IBGE, 1958) e no final da década de 1960, esse número aumentou para 15.

Quanto ao custo dos aparelhos, apesar do valor financeiro elevado, se comparado com outros bens de consumo, o incentivo à aquisição do receptor era intenso. Chamadas publicitárias evocando a necessidade de se ouvir e se obter um rádio eram constantemente veiculadas nesse período, divulgando tanto marcas de aparelhos quanto emissoras de rádio e suas respectivas programações. Apresentamos, a seguir, alguns desses informes publicitários de aparelhos de rádios: Pilot, 1937 (Figura 8); General Electric, 1941 (Figura 9); RCA Victor, 1942 (Figura 10) e Philips, 1945 (Figura 11):

Figura 8 – Publicidade Pilot, 1937

O radio **Pilot** conduz do ar,
Não quero outra vida

Só felicidade em qualquer lar.

O radio PILOT 1937, mod. 403
 é o tipo mais popular e de preço rigorosamente modico

Radio Laboratorio Universal Ltda.
AVENIDA AMAZONAS, 336 — (Edificio Cine Brasil)

Fonte: REVISTA *Bello Horizonte*, n. 72, 1937.

A propaganda do rádio Pilot busca convencer os possíveis compradores apelando para questões de ordem prática, como o preço: “é o tipo mais popular e de preço rigorosamente modico”; e também emocional, “O rádio Pilot conduz do ar, só felicidade em qualquer lar” e “Não quero outra vida”, vinculando a felicidade e regozijo no lar à posse do equipamento. A imagem, tal qual o discurso escrito, apresenta a família reunida em torno do rádio, com semblante de contentamento e prazer, evocando a oportunidade ímpar de se obter momentos de deleite por meio do rádio, mesmo com poucos recursos – note-se que o homem representado na imagem calça um sapato furado, que alude à pobreza. Toda a família sorri e desfruta do grande benefício

de ter um aparelho tão prodigioso em casa, os personagens ganham um status que não lhes pertence originalmente.

Apelo semelhante está presente na chamada principal da propaganda dos aparelhos General Electric, que justifica o gasto da compra com a alegria que viria em decorrência de sua aquisição: “Uma pequena despesa, uma fonte permanente de alegria! Encha o seu lar de alegria com as músicas que enchem o espaço”. Também aqui o fator emocional é utilizado como estratégia de convencimento dos possíveis consumidores (Figura 9):

Figura 9 – Publicidade General Electric, 1941

**UMA PEQUENA DESPESA,
uma fonte permanente
de alegria!**

RÁDIO G. E. MODELO *JL-503*

ENCHE o seu lar de alegria com as músicas que enchem o espaço. Basta adquirir um JL-503. É um rádio General Electric. E possui a mesma alta qualidade que distingue os rádios G. E. Seletividade e som admiráveis, 5 válvulas, ondas longas. O JL-503 foi construído, peça por peça, para o nosso clima.

Compre um rádio G. E. e concorra ao Sorteio Mensal

GENERAL ELECTRIC

Fonte: JORNAL O Estado de São Paulo, edição de 10 de agosto de 1941, página 12.

Além do apelo emocional, a General Electric utiliza como estratégia persuasiva a questão da qualidade do equipamento: “É um rádio General Electric. E possui a mesma alta qualidade que distingue os rádios G.E. Seletividade e som admiráveis, cinco válvulas, ondas longas. O JL-503 foi construído peça por peça para o nosso clima”.

Essa proposta de convencimento pautada na credibilidade da marca e em seu respectivo predicado de qualidade também é empregada no informe publicitário dos aparelhos RCA Victor (Figura 10). A questão do preço não é mencionada na propaganda (como o faz a marca Pilot), que se detém no reforço da confiabilidade da marca que já gozava de crédito no mercado:

Figura 10 – Publicidade RCA Victor, 1942

EM TODO LUGAR... Ouça o Rádio na sua Perfeição Máxima

Rádios de Baterias

"CAMPEÃO DO AR"
RCA Victor

Rádio RCA Victor Modelo Q80 de Baterias. 5 Válvulas RCA de baixa consumo. 5 Bandas. Escala seletiva e funcionamento de onda curta. Diapasão modulável e funcionamento de onda longa com programador. Sintonização por F.X.T.E.N.S.I.O. de longa. Uma sintonia apertada e precisa e durabilidade das baterias, inclusive a um volume máximo. Volume musical próximo ao produzido em estúdio.

TALVEZ haja uma distância de 150 quilômetros entre V.S. e a rede elétrica mais próxima, mas porém não é motivo para que aconteça uma recepção inferior dos programas de rádio.

Há muitos e novos Rádios RCA Victor de Baterias construídos para proporcionar-lhe a incomparável recepção que V.S. precisa e só seria possível obter por meio de rádios totalmente elétricos. Potentes, Sensíveis, Eficientes. São além disso muito econômicos. As baterias duram e duram, graças às Válvulas RCA de Baixo Consumo em circuitos especiais de consumo mínimo.

Veja, ouça e admire hoje mesmos todos os novos Rádios "Campeões do Ar" RCA Victor de Baterias. Entre eles encontrará o receptor do seu agrado... a um preço que o deixará agradavelmente surpreendido.

Modelo "Victor" registrado no Brevet. de Pat. dos E.E. U.U. pela RCA Mfg. Co. Inc. RCA Victor Brasileira Ltda. Postal 2726, Rio de Janeiro, Brasil

RCA Victor **DIVISÃO INTERNACIONAL**

RCA Manufacturing Co., Inc., Camden, N. J., E.E. U.U. de A. * Um Serviço da Radio Corporation of America

Fonte: Acervo digital Estadão – Jornal *Estado de São Paulo*, 1942.

A RCA Victor é o selo fonográfico mais antigo da América e era facilmente identificada pelo logotipo de um cachorro que olha atentamente para a concha acústica de um fonógrafo. Eram comuns propagandas do aparelho com chamadas do tipo: “Tenha certeza de que é uma Victor”, proposta semelhante à anterior: “É um rádio General Electric”.

Assim como a RCA Victor e a General Electric, a Philips apela para a questão da qualidade e durabilidade de seus produtos na tentativa de persuadir os consumidores (Figura 11):

Figura 11 – Publicidade Philips, 1945

Lembra-se ainda do dia em que comprou o seu radio?

 Para algumas pessoas o receptor vem funcionando há tanto tempo sem necessitar de reparos que já não se recordam mais de quando foi que o compraram.

É o que sucede aos possuidores de radios Philips. Este é um fato que convem ter em mente quando o sr. vir anunciados os novos receptores. Os radios Philips são construídos especialmente para o Brasil e a sua qualidade superior—demonstrada agora de modo eloquente pela ação do tempo—é o resultado de mais de um século de pesquisas e aperfeiçoamentos na indústria elétrica.

Os novos receptores Philips, que em breve serão entregues ao mercado, confirmarão essa tradicional qualidade e encantarão os olhos e os ouvidos, contando, além disso, com as descobertas feitas durante a luta. Visite o revendedor Philips. Ele terá em breve boas novas para lhe dar.

CHEGARÃO EM BREVE MELHORES DO QUE NUNCA



Rádios PHILIPS

PHILIPS PROVOU SER MELHOR E PRECISAR DE MENOS CUIDADOS



Fonte: Jornal *O Estado de São Paulo*, edição de 4 de dezembro de 1945, p. 2.

Lê-se no anúncio:

Para algumas pessoas o receptor vem funcionando há tanto tempo sem necessitar de reparos que já não se recordam mais de quando compraram. É o que sucede aos possuidores de rádios Philips. Este é um fato que convém ter em mente quando o sr. vir anunciados os novos receptores. Os rádios Philips são construídos especialmente para o Brasil e a sua qualidade superior – demonstrada agora de modo eloquente pela ação do tempo – é resultado de mais de um século de pesquisas e aperfeiçoamentos na industria elétrica.

É interessante observar que para além da recorrente menção à qualidade do produto, a propaganda chama a atenção para o fato de o rádio ser produzido “especialmente para o Brasil”, o que desprestigiaria outras marcas importadas, como a própria RCA. Além disso, ao reforçar a durabilidade do aparelho vende-se a ideia de um bom investimento, ou seja, apesar do gasto com a aquisição – muitas vezes elevado, conforme já mencionamos – o longo tempo de uso efetivo justificaria o investimento em um produto com tão aclamada qualidade.

A propagação do rádio e suas respectivas programações vão ganhando cada vez mais espaço em todo o país, fato que pode ser igualmente observado na capital mineira. Para citar um exemplo dessa ampliação, na edição do ano 1, n. 3, de 1933, a *Revista Bello Horizonte* anuncia, para além das propagandas de aparelhos e emissoras de rádio, um novo veículo dedicado exclusivamente à divulgação de programações radiodifundidas na capital, a *Radio-Revista* (Figura 12):

Figura 12 – Excerto da Revista *Bello Horizonte* sobre a *Rádio-Revista*




Fonte: REVISTA *Bello Horizonte*, ano 1, n. 3, p. 18, 1933.

Essa publicação apresenta algumas considerações relevantes para se pensar a escuta de rádio em Belo Horizonte, como a explicitação de que, no início da década de 1930, a escuta do rádio já se constituía em uma prática corriqueira na capital. Além disso, o informe sugere uma associação entre ouvir rádio e ser moderno: “Bello Horizonte já possui tudo de mais moderno que se possa imaginar. Uma das suas manias é o rádio”. A ideia de modernidade que vem associada à capital mineira desde os primórdios de sua criação, no final do século XIX, é constantemente retomada e vinculada ao advento do rádio e suas crescentes práticas de escuta.

Termos como “cidade radio-maniaca” e *broadcasting* são empregados para expor a progressiva adesão dos belorizontinos à audição radiofônica e justificar a criação de um impresso especialmente elaborado para prover informes sobre as programações transmitidas pelas rádios

no período. Além das propagandas comerciais de aparelhos de rádio, em dois outros exemplares da *Revista Bello Horizonte* é possível observar exemplos das diversas chamadas publicitárias da Rádio Inconfidência, cujos informes buscam destacar a qualidade de sua programação (Figura 13):

Figura 13 – Chamada da Rádio Inconfidência



Ivone Cordoba está fazendo parte do elenco da Rádio Inconfidência. Cantora de tangos e rancheiras. O malgrado Carlos Gardel tem nella uma das melhores interpretes de seus tangos...

AMIGO OUVINTE...

Radio Inconfidencia trouxe um aspecto novo e interessante ao broadcasting nacional. Novo e interessante porque ella é a unica estação neste typo. Offerece programmas de studio, seleccionados, bem organizados e ao mesmo tempo fornece informações de toda a especie, culturais e educativas, dando tambem aos seus milhares de ouvintes, conhecimento dos actos governamentais de Minas. Um serviço perfeito, de alto valor para os municipios mineiros.

Mas a nossa imprensa radiophonica, tem algumas vezes commentado, de maneira pouco intelligente, este novissimo rumo do radio entre nós, estampando criticas infelizes á PR 13. E' justo notar que estas criticas partem sempre de alguns periodicos ligados a interesses que não valem aqui estampar...

Pondo de parte a má intenção dos nossos encarregados de secções radiophonicas, nos jornaes, o que se verifica é a quasi completa ignorancia dos mesmos, no que se chama campo do radio. Porque em geral, os nossos pseudos chronistas, são elementos de jornal, entregues a outros mistéres e que, occasionalmente ou mesmo por obrigações impostas pelos redactores chefes, passam a occupar as columnas destinadas ao radio. Portanto, escrevem sem conhecimento de causa, bordando commentarios sobre cousas que não entendem de modo perfeito...

Apresenta-nos agora o radio, dois problemas basicos: educar o radio-ouvinte e educar os chronistas. Sem isso, as estações ficarão para sempre, sujeitas á critica descabida, do que ouve ou enxerga, pelo prisma estreito dos interesses proprios...

O radio-ouvinte deve reflectir que as estações attendem a um publico heterogenio e que precisam fazer os seus programmas com o fito de agradar a todos, mesmo desgostando alguns. Deve o radio-ouvinte conhecer os horarios das irradiações, bem como os moldes dos programmas, procurando ouvir aquillo que o interessar, segundo as suas preferencias. Deve tambem o possuidor de um radio, reflectir que a estação emissora, não trabalha exclusivamente para elle, mas para todos...

A Rádio Inconfidencia, estação que alcança todo o interior do Estado, tem portanto, uma alta finalidade educativa e informativa, levando aos mais distantes rincões de Minas, a voz da capital. E assim a PR 13 tem, como obrigação sua, a transmissão de conselhos educativos, agricolas e sanitarios, de actos officiaes e noticiario geral de todos os acontecimentos, não só mineiros, mas tambem brasileiros e internacionaes. Esta é a sua grande finalidade, louvavel e patriotica sob todos os pontos de vista.

Assim pensando, os ouvintes terão nesta diffusora a sua melhor fonte de conhecimentos praticos. E' uma estação que serve a todos os mineiros e é delles um justo motivo de orgulho, porque o Brasil não tem diffusora que lhe emparelhe.

Dados estes singelos conselhos ao "amigo ouvinte", resta pedir aos nossos "illustres" chronistas, que ouçam um pouco mais de radio. Ouçam um pouco mais e com melhor attenção...

E F I L E Ç A.

OS SONHOS

○ S sonhos são mais frequentes nas mulheres do que nos homens. Em cem homens apenas treze a vinte e sete sonham habitualmente. Entre as mulheres, a proporção é de trinta e tres a quarenta e cinco.

Esta noite eu tive um sonho:
— Que meu olho estava aberto...
Acordel muito espantado,
Puz o dedo, estava certo!

v

SER IRMÃO DA SANTA CASA NÃO É SO' AUXILIAR AOS POBRES, MAS TAMBEM PRECAVER-SE CONTRA AS INCERTEZAS DO DIA DE AMANHÃ. INSCREVA-SE HOJE MESMO, DISCANDO PARA 3335, TELEPHONE DAQUELLA CASA DE CARIDADE

Fonte: REVISTA *Bello Horizonte*, n. 72, 1937.

Essa chamada apresenta uma carta dirigida ao ouvinte, que busca salientar os aspectos que distinguem a Rádio Inconfidência de outras emissoras, tendo em vista a distinção pela qualidade de sua programação, projetada em âmbito nacional. Note-se que o apelo de comunicação é direcionado e contundente: “Amigo ouvinte... A Rádio Inconfidência trouxe um aspecto novo e interessante ao broadcasting nacional. Novo e interessante porque ella é a única estação neste typo.” Em seguida, o diferencial de sua programação é apresentado ao ouvinte: “Offerece programmas de studio, seleccionados, bem organizados e ao mesmo tempo fornece informações de toda a especie, culturaes e educativas, dando também aos seus milhares de ouvintes, conhecimento dos actos governamentais de Minas. Um serviço perfeito, de alto valor para os municípios mineiros”.

Além de enlevar sua programação, a Rádio Inconfidência utiliza-se, ainda, desse canal de comunicação direta com o ouvinte para atacar os críticos de sua atuação, destinando quatro parágrafos (segundo, terceiro, quarto e oitavo) a tal intento. Outro propósito apresentado é a justificativa, para o ouvinte, da seleção de estilos de sua programação, afirmando a necessidade de atender a um público heterogêneo “com o fito de agradar a todos, mesmo desgostando alguns”. Como solução à problemática, sugere ao ouvinte: “Deve o radio-ouvinte conhecer os horários das irradiações, bem como os moldes dos programmas, procurando ouvir aquillo que o interessar, segundo as suas preferências. Deve também o possuidor de um radio, reflectir que a estação emissora, não trabalha exclusivamente para elle, mas para todos...”

Com uma proposta predominantemente instrucional, a Rádio Inconfidência, inicialmente tratada por “PRI-3” deixa claro seu intuito de oferecer uma programação com “alta finalidade educativa e informativa, levando aos mais distantes rincões de Minas a voz da capital”. A potência de transmissão da rádio permitia seu acesso não apenas em Minas Gerais, mas também em outros estados e países, aos quais a emissora se dizia responsável por levar informação de alta qualidade. Tal aspecto também serviria para reforçar a seleção dos programas instrucionais que constituíam a programação da rádio: “E assim a PR 3 tem como obrigação a transmissão de conselhos educativos, agrícolas e sanitários, de actos officiaes e noticiário geral de todos os acontecimentos, não só mineiros, mas também brasileiros e internacionaes. Esta é sua grande finalidade, louvavel e patriótica sob todos os pontos de vista”. O aspecto educacional da rádio é também evidenciado em outros informes de divulgação publicitária, buscando destacar programas voltados aos

seguintes propósitos: ensinamentos agrícolas, arte, educação, música, canto, noticiário e conselhos de saúde pública (Figura 14):

Figura 14 – Publicidade da Rádio Inconfidência



Fonte: REVISTA *Bello Horizonte*, n. 67, 1937.

Quanto às programações mais aclamadas no rádio brasileiro, entre as décadas de 1920 a 1960, destacam-se, de acordo com Calabre (2002), as radionovelas, os programas de auditório, as canções das aclamadas “divas do rádio”, programas humorísticos e de variedade, bem como os noticiários.

Dentre as programações radiodifundidas em Belo Horizonte, dados censitários de 1958 apontam os seguintes estilos em circulação: música, representações teatrais, programas infanto-juvenis, programas humorísticos, programas de auditório, programas de ginástica, programas femininos, programas instrutivos ou de divulgação, comentários e transmissões esportivas, comentários e notícias jornalísticas, reportagens volantes, cursos, conferências e palestras, solenidades civis e religiosas, propaganda política, propaganda comercial, outros assuntos. Em relação ao tempo de irradiação em função das programações exibidas, apresentam-se os seguintes dados (Tabela 6):

Tabela 6 – Horas de irradiação segundo o tempo empregado nas principais programações em Belo Horizonte – 1958

Horas de irradiação – Parte 1					
Total	Música	Representações teatrais	Programas infanto-juvenis	Programas humorísticos	Programas de auditório
46.517	22.983	1.356	388	682	1.158
Horas de irradiação – Parte 2					
Programas de ginástica	Programas femininos	Programas instrutivos ou de divulgação	Comentários e transmissões esportivas	Comentários e notícias jornalísticas	Reportagens volantes
4	622	447	1.396	1.466	441
Horas de irradiação – Parte 3					
Cursos	Conferências e palestras	Solenidades civis e religiosas	Propaganda política	Propaganda comercial	Outros assuntos
96	92	342	385	8.234	6.425

Fonte: *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros* (IBGE, 1958).

Das programações elencadas pelo censo de 1958, as músicas, os programas de auditório, os comentários e transmissões esportivas, os comentários e notícias jornalísticas, as solenidades civis e religiosas, as propagandas políticas e as propagandas comerciais são mencionadas com maiores detalhes nas entrevistas. Com relação a “comentários e notícias jornalísticas”, não são feitas especificações se, dentre essas radiodifusões jornalísticas, encontravam-se “reportagens volantes”, ou jornalismo *in loco*, ocorrido em tempo real.

Além das programações destacadas nas partes 1, 2 e 3, da Tabela 6, algumas entrevistadas citam, e com bastantes detalhes, as radionovelas ou radioteatro. Podemos considerar que esse tipo de

programação estaria vinculado às categorias “programas femininos” ou “representações teatrais”, mas não encontramos dados que esclarecessem essa aparente ausência ou reclassificação.

Com relação às radionovelas, Marilene relata alguns episódios de audição em torno do rádio que se tornaram uma espécie de rotina em sua família. Em tais eventos, as mulheres, crianças e adultas, se reuniam para ouvir os capítulos das novelas, o que, segundo afirma, era uma prática tipicamente feminina e doméstica:

Marilene: [...] E as novelas de rádio? [...] todo mundo ficava ali doido com as novelas, e tocava uma música muito bonita chamada La Golondrina [...] (cantarola a música). E o Creme Dental Colgate, o criador dos mais belos sorrisos, apresenta: O Direito de Nascer (cantarola a música). Aí a gente ficava de orelha em pé, né, ouvindo o capítulo de “O Direito de Nascer”. Você já ouviu falar dessa novela? [...] É a mais famosa. E teve muitas novelas, a gente ouvia lá na casa do Tio Cesário.

Flávia: Quem ouvia?

Marilene: As mulheres. As mulheres. (Marilene, entrevista, 2012)

Nessa fala, a entrevistada destaca a participação das mulheres em audições de radionovelas, uma programação claramente dirigida ao público feminino e, mais especificamente, à dona de casa⁸⁸, citando inclusive detalhes da vinheta que antecedia sua entrada no ar. Assim, é possível perceber o direcionamento de algumas programações a públicos-alvo específicos. No caso feminino, eram apresentados programas e informes publicitários essencialmente voltados à mulher, dentre os quais se podem destacar: as pílulas do Dr. Ross, sabonete Lifeboy, creme Ponds, creme Rugol, Sydney Ross, Óleo de Peroba, Colgate-Palmolive, Perfumaria Myrta Eucalol, Gessy Toddy do Brasil, leite Glória e Marca Peixe, basicamente produtos de higiene, saúde, limpeza e alimentação. Além desses artigos, eram comuns anúncios de empresas de eletrodomésticos e de roupas íntimas, como Arno, Walita, DeMillus, Mourisco e Alteza. Martins (1999) apresenta algumas das vinhetas publicitárias dessas marcas, transmitidas, geralmente, entre os capítulos das radionovelas e noticiários:

Perfuma os dentes, creme dental Colgate.
Perfuma o hálito, enquanto limpa os dentes.
Perfuma a boca, enquanto limpa os dentes.

Pra prisão de ventre, que é coisa atroz,
Pílulas de vida do Dr. Ross.

⁸⁸ Em estudo sobre a radionovela no Brasil, Chaves (2002) cita a experiência da Rádio Nacional mencionando que em meados da década de 1950, a radionovela já representava cinquenta por cento da programação da rádio, exibindo comerciais e patrocinadores que eram essencialmente voltados para o público feminino.

Tanto faz no verão ou no inverno também,
 Nossa transpiração quase um litro contém.
 Eu lhe direi numa voz natural
 Como manter o asseio corporal.
 Use sempre o herói, sabonete Lifeboy.

Ela é linda, ela é noiva,
 Usa Ponds, Ponds, Ponds.

Rosas desabrocham com a luz do sol,
 E a beleza das mulheres com o creme Rugol.

Leite Glória, leite Glória,
 Eu só tomo leite Glória, leite Glória.
 Leite Glória tem o melhor sabor.
 Leite Glória faz muito melhor o café com leite.
 Servido sozinho, bem geladinho,
 É o melhor alimento familiar.
 (Martins, 1999, p. 47)

Sobre as radionovelas que marcaram suas memórias, Joana e Vanda destacam dois grandes sucessos do rádio na década de 1950, *O direito de nascer*, também mencionada por Marilene, e *Jerônimo*:

Vanda: E tinha as novelas que a gente assistia pelo rádio. Depois que a gente viu como que era as novelas... A que eu lembro que eu gostei muito, foi a *Direito de nascer*, e o *Jerônimo*, que era O Rei do Sertão. Que era bom, aqueles cavalos (imitando galopes). Era tudo como hoje na televisão, era no rádio.

[...]

Joana: Isto! É que eu gostava dessa novela! Eu não perdia ela! Só se eu não tivesse em casa! Mas, se eu tava em casa, eu ligava o rádio pra ouvir. [...] Ô Vanda, você lembra do *Jerônimo*?

Vanda: É esse que eu tô querendo lembrar! *Jerônimo*! [...] Ô novela boa!

Joana: Ô Novela boa! Eu não perdia.

Vanda: *O Direito de nascer* eu chorava! Não é. Por que nossa era muito bonita *O Direito de nascer*. E o *Jerônimo* ele era o herói do sertão!

Joana: Isso! Éta que eu gostava viu! Era boa. As novelas do rádio era boa boba. Era melhor do que certas novela hoje em dia na televisão não é, Vanda? Mais bonita.

Vanda: É. Muito!

Joana: Muito mais bonita. (Vanda e Joana, entrevista, 2013).

As primeiras versões de *O direito de nascer* entraram no ar em 1951, pela Rádio Nacional do Rio de Janeiro e pela Rádio Tupi de São Paulo. Como acontecia com outras radionovelas, livretos com os textos dos capítulos eram publicados e vendidos em bancas de jornal, com os capítulos da semana, e tinham em média 60 páginas. A Figura 15 mostra algumas imagens desses folhetins de divulgação:

Figura 15 – Livretos das radionovelas



Fonte: Site Mercado Livre⁸⁹

O direito de nascer foi a radionovela de maior sucesso de audiência da América Latina, um verdadeiro fenômeno de transmissão radiofônica, que no Brasil repetiu o sucesso já alcançado em Cuba, onde foi originalmente escrita e transmitida via rádio. A novela de Felix Caignet permaneceu no ar por quase três anos, com 314 capítulos e alto índice de audiência durante toda a temporada.

Citada também por Vanda e Joana, a radionovela *Jerônimo, o herói do sertão*, foi uma história produzida no Brasil e veiculada, além do rádio, pelo cinema, por impressos como gibi e revistas, e também televisionada pela Tupi (1972-73) e SBT (1984-85). A radionovela foi criada em 1953 por Moysés Weltman, com sucesso de audiência semelhante a *O direito de nascer*. Vanda recorda-se de algumas cenas da radionovela e comenta que os capítulos eram emocionantes: “O Jerônimo ele era o herói do sertão!” (Vanda, entrevista, 2013).

Outra característica das radionovelas era o poder de agregar pessoas durante os momentos de audição, ou seja, era comum a reunião de indivíduos, normalmente de mulheres, em torno do rádio para acompanhar os capítulos da novela e comentá-los. Essa consideração está presente em

⁸⁹ Imagem de revistas do radioteatro (ou radionovela) *O direito de nascer*, de 1952, anunciadas em site de compras *on-line*, com a seguinte especificação: “Coleção 8 revistas Rádio Teatro "O direito de nascer", 1952. Rádio - novela de Félix Caignet, com os atores Walter Foster, Guiomar Gonçalves, Isis de Oliveira”. Disponível em: <<http://produto.mercadolivre.com.br/MLB-543702259-8-revistas-radio-teatro-novela-o-direito-de-nascer-1952-JM>>. Acesso em: 27 mar. 2014.

relatos como o de Marilene e de Vanda, ao serem abordadas sobre seus hábitos no momento de ouvir as radionovelas:

Flávia: E a senhora costumava ouvir sozinha [as radionovelas] [...], como que era?

Vanda: Não, eu tinha duas amigas, que era a Cleuza... Como que chamava a outra, gente? Raquel. A gente ouvia junto. Ia lá pra casa... [...] A gente juntava pra poder... Não é porque na casa delas não tinha rádio não, é porque a gente gostava de ouvir juntas pra comentar ali, né? A gente ouvia sempre juntas as novelas. Era bom demais! (Vanda, entrevista, 2013).

As novelas eram assim, tinha um poder inclusive de unir também as pessoas. Na casa de uma tia, a moça da casa ela era noiva, estava fazendo enxoval [...]. Então à noite sentava todo mundo ao redor da mesa, ela bordando fazendo enxoval, a mãe dela fazendo crochê, então a minha avó ia pra lá também ficar fazendo crochê, outro ficava bordando, sabe? E eu menina ficava ali rodeando, sabe? [...] Mas então ficava ali, tinha um rádio que passavam as novelas, entendeu? (Marilene, entrevista, 2013).

Quanto aos homens entrevistados, alguns citaram programações como musicais e programas esportivos e policiais, incluindo-se como ouvintes assíduos de alguns deles; as radionovelas não foram incluídas nessa relação. Otávio, por exemplo, comenta sobre um programa policial transmitido pela Rádio Itatiaia, o *Patrulha da Cidade*, apresentado pela repórter Glória Lopes:

A Glória Lopes era famosa porque ela era uma repórter policial, mas ela tinha matado o marido dela, entendeu? [...] Ela foi famosa porque ela era polêmica, uns falam que ela matou ele, outros falam que ele traiu ela, entendeu? [...] E ela continuou sendo repórter policial. [...] Circulava na boca do povo, da Glória Lopes. A Glória Lopes te dava as notícias todinhas, a hora eu já não me lembro mais, mas era na hora do almoço, talvez de meio dia a uma, *Patrulha da Cidade* te informava de tudo que acontecia em Belo Horizonte. Não passava nada despercebido. Não passava. (Otávio, entrevista, 2012).

A propósito da Rádio Itatiaia, Otávio comenta sobre as características de sua programação eclética, que segundo relata, constitui-se na “primeira rádio que comunicava com o povão. Ela falava com o povão; foi muito boa essa rádio”. (Otávio, entrevista, 2012). A Rádio Itatiaia entrou no ar em 1951, com programas que iam desde coberturas esportivas, noticiários policiais, passando pelo radioteatro, programação religiosa e até cobertura de concursos de beleza.

Os relatos de Otávio sobre sua relação de proximidade com a audição de rádio traz um dado interessante a este estudo, uma vez que ele foi o único entrevistado a afirmar que ouvia narrativas orais apenas pelo rádio. Não se recorda de, durante a infância e parte da juventude, ouvir histórias, ou outras narrativas orais oriundas de outros veículos. Embora tenha se mostrado bastante falante e desenvolto durante a entrevista, Otávio se classifica como uma pessoa

reservada, em cuja rotina não cabia interações de ordem mais pessoal, como troca de experiências diversas que envolvessem o contar e ouvir narrativas orais.

Esse caso específico chama a atenção para a peculiaridade do rádio como “contador” de narrativas orais. Ao contrário do que ocorre com os demais contadores, a audição radiodifundida não exige interação imediata do ouvinte, a transmissão de narrativas pode ser, nesse caso, unilateral, no sentido de que não exige uma reação imediata do ouvinte. O radialista, tal qual o escritor, não tem controle da recepção das narrativas durante a elocução.

Também aqui se aplicaria o conceito de “leitor modelo” de ECO (2004) adaptado à lógica de um “ouvinte modelo”, ou seja, daquele de quem se espera que sintonize e ouça determinado programa de rádio. Desse modo, seria possível assentir que as programações radiodifundidas são pensadas em função de um público específico que lhes dará audiência, como o público feminino, no caso das radionovelas, o público infantil, ouvinte de programação específica, ou, ainda, o público masculino, ouvinte habitual de programas esportivos, para citar alguns exemplos.

Também por essa característica, mas sobretudo pela expansão de seu acesso, o rádio passou a alcançar populações inteiras de ouvintes, sendo responsável pela comunicação de narrativas orais das mais diversas ordens a um público eclético e ampliado. De acordo com Calabri,

O rádio chegava ao final dos anos 50 e início dos anos 60 consolidado em sua posição de meio de comunicação de massa, como um elemento fundamental na formação de hábitos na sociedade brasileira. Dos anos 30 aos 60, o rádio foi o meio através do qual as novidades tecnológicas, os modismos culturais, as mudanças políticas, as informações e o entretenimento chegavam ao mesmo tempo aos mais distantes lugares do país, permitindo uma intensa troca entre a modernidade e a tradição. O rádio ajudou a criar novas práticas culturais e de consumo por toda a sociedade brasileira (CALABRI, 2002, p. 5).

O rádio assume uma importância fundamental e progressiva no cotidiano dos indivíduos sintonizados, cada qual, com essa ferramenta capaz de influenciar hábitos, gostos e posicionamentos políticos e religiosos, entre outros.

Para se ter melhor ideia, na década de 1940, 56,1% da população brasileira era analfabeta; em 1950, 50,6%; e em 1960, 39,7% permanecem nessa condição (INEP, 2003). O rádio se destaca nesse cenário como um veículo de transmissão de informações acessível a toda variedade de indivíduos, leitores ou não. Dessa forma, a notícia e o entretenimento através da oralidade

alcançava parte significativa da população, até então excluída dos meios de comunicação escritos, como jornais e revistas. Não é sem motivo que o rádio é considerado meio de comunicação de massa.

Os noticiários radiodifundidos também foram bastante mencionados nas entrevistas, destacando-se aqueles que divulgavam informações sobre a guerra. O rádio era, no período, a principal fonte de comunicação sobre os acontecimentos mundiais, uma vez que a mídia escrita demandava mais tempo para veicular as informações. Marilene recorda episódios desse período, em que junto ao avô acompanhava informes sobre a guerra.

Um outro momento criado pelo rádio, que eu me lembro muito bem, foi a época da guerra, segunda guerra mundial. Meu avô era italiano nato, mas não era fascista, né? E ele preocupava com os rumos, né, que a Itália tava tomando e tal. Mas toda correspondência dele vinha aberta, e com aquele carimbo de aberta pela censura. Sabe? [...] De noite todo mundo assentado na porta. Então a gente ficava assentado na porta, ele morava num sobrado, e o rádio lá ficava ligado, porque a hora que viesse o noticiário da guerra todo mundo subia correndo e ficava ali ó, perto de rádio querendo saber das notícias, sabe? Porque jornal chegava lá com dois dias de atraso, quarenta e oito horas de atraso. (Marilene, entrevista, 2012).

Sobre a questão da censura que imperava na mídia brasileira nesse período, Úrsula conta que o monitoramento não acontecia apenas em relação ao que circulava pelo rádio (alvo de maior fiscalização pelo Estado), mas à própria aquisição do equipamento.

E o rádio era ditadura de Getúlio Vargas; agora eu tô te falando meu tempo de criança, né? Era ditadura de Getúlio Vargas e tinha um negócio que chamava DIP, Departamento de Imprensa e Propaganda. E esse DIP é que censurava tudo. Por exemplo, uma formatura. O orador da turma e o paraninfo tinham que mandar pro DIF a cópia do discurso, porque senão podia ser preso na formatura. Tinha uma festa, um festival de dança, por exemplo, Dona Natália Lessa, que foi a primeira professora de balé, né? Dona Natália tinha que mandar todo o programa da festa do quê que ia ter, tudo pra ser aprovado pelo DIP, porque senão não podia fazer. Então o rádio, isso você vai achar interessante. Você comprava o aparelho de rádio, aí já tinha eletricidade em Belo Horizonte, né? Lá na roça era só o rádio com aquela pilha grande. Você comprava um rádio, você tinha que ir no correio com a nota fiscal pra fazer o registro do rádio. Você não podia levar o rádio pra sua casa. [...] Por causa da guerra. Porque se você pegasse ondas curtas, você pegava rádio do... você pegava rádio da Alemanha, e você podia ser presa. Como lá na casa da minha tia tinha estudante de Direito, estudante de Medicina, eles tinham um negócio que chamava Rádio Galeno, que era uma placa de madeira, não sei como é que isso funciona, não sei. Eu sei que eles tinham um fone desses grandes, e tinha uma placa de metal e uma coisa feito aquele... Parecendo de telégrafo, aquela alavancazinha, e eles iam colocando e pegavam as rádios da Alemanha. Não falavam alemão, mas era um perigo, porque podiam ser presos. De vez em quando eram. Tá achando que Getúlio foi alguma coisa que prestou? Foi não. Então você pensa bem: era uma cidade, não tinha televisão. O rádio nem todo mundo tinha. [...] Uai, isso vai até a queda de Getúlio em 46, né? Que era a guerra de 45, né? (Úrsula, entrevista, 2012).

A era Vargas (período compreendido entre 1930-1945) marcou a memória de muitos indivíduos que viveram a ditadura no país. Alberto, assim como Úrsula, recorda-se de programas de rádio do período que transmitiam, entre sua programação oficial, informes do discurso ideológico e político, que ele chama de “propaganda”:

Era mais notícia, propaganda. Propaganda. Era uma amolação danada, viu? Propaganda mesmo. Notícia também tinha muito, mas isso foi no Regime Militar de Getúlio... Aliás, Regime Ditatorial do Getúlio Vargas. Então tinha muita repressão também. A imprensa era muito cerceada. Depois chegou o período militar, fez muito mais do que Getúlio Vargas. Cerceou muito mais do que Getúlio Vargas. [...] Ele assumiu mesmo o comando foi 36, né? Em 36 que ele fez a ditadura, foi 36. Acho que foi 36 mesmo. Aí que o Brasil começou crescer, foi graças a ele, né? Então os meios de comunicação, o jornal, fazia muito espalhafato, mas era a imprensa escrita. Imprensa falada não. Depois começou a liberar, né? [...] Aí que começou a imprensa dar muita propaganda. Propaganda muito cansativa, muito aborrecida, mas funcionava, né? Coisa interessante funcionava. (Alberto, entrevista, 2013).

Em meio à grande disseminação do rádio como meio de comunicação de massa, o governo Vargas explorou essa mídia como um mecanismo de divulgação de seu governo, para difundir seus interesses para o Brasil durante o período em que estava no poder. O DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda), mencionado por Úrsula, funcionava como meio de repressão e controle de informações pelo Estado que supervisionava toda a circulação de informações no país. O DIP antecedeu o DOP (Departamento Oficial de Publicidade) instituído por Vargas em 1931, que atuava basicamente no setor de radiodifusão e tinha como função elaborar e sistematizar informações oficiais à imprensa.

Outra veiculação dos ideários políticos no rádio foi a obrigatoriedade de transmissão do programa *Hora do Brasil*, em 1935, em todas as rádios nacionais, tendo em vista propagandear as realizações do governo. Durante o Estado Novo também é criada a Rádio Mauá, uma emissora oficial do governo que associava Vargas a uma espécie de benfeitor dos trabalhadores brasileiros, criando uma imagem carismática e paternal, influenciando os ouvintes. Na imagem que se segue (Figura 16), Vargas em novembro de 1937, após o golpe que implantou o Estado Novo:

Fotografia 6 – Getúlio Vargas anunciando a implantação do Estado Novo



Fonte: MARQUES, 2006.

No dia 10 de novembro de 1937, Getúlio Vargas faz um pronunciamento em cadeia nacional, pelo rádio, anunciando a nova fase política na qual o país estava entrando, o Estado Novo. Sob alegação de uma ameaça comunista no poder, Vargas fechou o Congresso Nacional e impôs uma nova Constituição, instaurando um golpe de Estado. Segue-se um trecho do pronunciamento de Vargas sobre a reforma de Estado⁹⁰:

Para reajustar o organismo político às necessidades econômicas do País e garantir as medidas apontadas, não se oferecia outra alternativa além da que foi tomada, instaurando-se um regime forte, de paz, de justiça e de trabalho. Quando os meios de governo não correspondem mais às condições de existência de um povo, não há outra solução senão mudá-los, estabelecendo outros moldes de ação. A Constituição hoje promulgada criou uma nova estrutura legal, sem alterar o que se considera substancial nos sistemas de opinião: manteve a forma democrática, o processo representativo e a autonomia dos Estados, dentro das linhas tradicionais da federação orgânica. [...]

⁹⁰ Texto retirado da Biblioteca da Presidência da República – *Proclamação ao Povo Brasileiro* (lida no Palácio da Guanabara e irradiada para todo o país, na noite de 10 de novembro de 1937).

Quando as competições políticas ameaçam degenerar em guerra civil, é sinal de que o regime constitucional perdeu o seu valor prático, subsistindo, apenas, como abstração. A tanto havia chegado o País. A complicada máquina de que dispunha para governar-se não funcionava. Não existiam órgãos apropriados através dos quais pudesse exprimir os pronunciamentos da sua inteligência e os decretos da sua vontade. (VARGAS, 1937).

Getúlio Vargas percebeu o grande potencial do rádio como disseminador de seus ideais populistas e seu governo passou a utilizá-lo constantemente, mantendo um padrão autoritário e altamente fiscalizador. Não é sem motivo que a audição de rádio aparece nas entrevistas associada ao governo Vargas e às suas propagandas políticas.

Outra programação de rádio apontada nas entrevistas é a musical. Em um contexto de análise de narrativas orais podemos considerar certas canções como narrativas musicalizadas e oralizadas, transmitidas pelo rádio e recordadas pelos entrevistados. De acordo com o IBGE (1958), na década de 1950, de um total de 46.517 horas de irradiação nas principais programações das rádios belorizontinas, 22.983 horas eram destinadas às transmissões musicais, dentre as quais 3.921 horas se dedicavam a músicas ditas “de classe”; 2.258 horas, a músicas consideradas “ligeiras”; e 16.804 horas, a músicas “populares e folclóricas”.

Quanto à seleção musical, Norma e Dorotéia especificam sua predileção por “músicas de caipira, de forró que passava e a gente ouvia”, provavelmente integrantes da categoria de músicas “populares e folclóricas”.

Atendendo ainda à proposta de uma programação musical, Chaves (2002) chama a atenção para o sucesso dos programas de auditório que agradavam aos ouvintes por lhes oferecer acesso ao entretenimento e aos seus ídolos. Esses programas incluíam em sua programação shows com artistas já consagrados pela mídia, apresentações de calouros, humorismo e variedades, além de atrações com perguntas e respostas. Artistas como Emilinha Borba, Marlene, Cauby Peixoto, Dalva de Oliveira, Nora Ney, Francisco Alves, Orlando Silva, Moreira da Silva, Nelson Gonçalves, Dolores Duran e Dóris Monteiro tiveram suas carreiras consagradas por meio desse tipo de programa de rádio. Uma das entrevistadas, por exemplo, relata sua experiência em programas de auditório radiodifundidos:

Eu já fui macaco de auditório! (risos) pra ver o Nelson Gonçalves, que eu era apaixonada com o Nelson Gonçalves... Quando ele vinha a Belo Horizonte eu ia... A Ângela Maria também eu cheguei a ver, Jamelão, tudo eu cheguei a ver lá na rádio. A gente ia pessoalmente ver os cantores. (Vanda, entrevista, 2013).

Ao analisar a potencialidade do rádio como “contador” de narrativas orais, percebe-se que mais do que transmitir notícias e informações, a radiodifusão propiciava o contato com elementos diversos da cultura, em períodos determinados. A avaliação das programações transmitidas reforça a ideia de que a audição radiofônica, conforme apregoado pela Rádio Inconfidência, buscava atender a todo tipo de público ouvinte, por mais ecléticas que fossem as demandas e, nesse sentido, o conceito de leitor modelo (ECO, 2004) pode ser novamente observado.

Além disso, a audição radiofônica permite tanto a escuta íntima e individualizada, quanto a grupal. No caso da escuta coletiva, podemos apontar a constituição de protocolos de socialização, que reúnem em torno da caixa de madeira falante parentes, amigos, vizinhos e até desconhecidos, em prol da escuta atenta de noticiários, radionovelas, programas musicais, de auditório, entre tantos outros.

Finalmente, o rádio era capaz de instigar os pensamentos do ouvinte. A caixinha de madeira oferecia a oportunidade de criar e imaginar cores e formas estimuladas unicamente pela voz. Como observado por Mário Lago, em *Bagaço de beira-estrada*, obra dedicada à sua experiência no rádio brasileiro:

O rádio permitia esses exercícios de imaginação. Chegava como uma voz envolta em mistério. As meninas davam aos galãs o tipo físico que elas gostariam de ouvir dizendo aquelas coisas melosas. O jardim de que estavam falando era o jardim que a gente gostaria de ter, a casa era a dos nossos sonhos, com as flores da nossa preferência. Tudo no rádio era nosso [...]. (LAGO *apud* MURCE, 1978, p. 163).

Além das referências aos contadores que fizeram parte de sua infância, os entrevistados destacaram aspectos interessantes envolvidos na prática de contar e ouvir narrativas orais. Um deles diz respeito à percepção da escuta pela criança, um exercício de recuperação, no presente, de memórias ouvidas e apreciadas há décadas atrás. Muitas das narrativas contadas durante o período da infância foram retomadas, em detalhes, ao longo das entrevistas. Marilene, por exemplo, recorda passagens de audições que marcaram essa fase e reconstrói, durante seu relato, a percepção do que era adequado, ou não, de ser ouvido por uma criança nesse período:

Na casa de uma tia, a moça da casa ela era noiva, estava fazendo enxoval, mas o noivo estava morando em Juiz de Fora. Então à noite sentava todo mundo ao redor da mesa, ela bordando fazendo enxoval, a mãe dela fazendo crochê, então a minha avó ia pra lá também ficar fazendo crochê, outro ficava bordando, sabe? E eu menina ficava ali rodeando, sabe? Porque eu não gostava muito de ficar correndo com as outras crianças não, eu gostava de ouvir conversa de gente grande. Então eu ficava ali de orelha em pé, né, ouvindo as conversas e tal. Muitas vezes me mandavam sair porque não era assunto de criança. Mas então ficava ali, tinha um rádio que passavam as novelas, entendeu? (Marilene, entrevista, 2012).

O comentário “ouvir conversas de gente grande” aponta para um aspecto nem sempre legítimo das audições. As conversas pertenciam a um campo específico de interlocução, sobretudo se pensada uma classificação ‘adulto-criança’. Momentos de contar histórias para as crianças eram bem determinados, o que incluía uma seleção de narrativas dirigidas a esse público. Apontamentos semelhantes são feitos, respectivamente, por Teresa e Maria José: “Também se chegasse uma pessoa, qualquer pessoa pra conversar com a minha mãe ou meu pai, a gente não podia passar. [...] A gente já sabia, ficava longe quando eles estavam conversando. Podia só olhar pra gente que a gente já sabia o quê que era que eles queriam. Não podia escutar. (Teresa e Maria José, entrevista, 2013). Norma também se recorda da distinção sobre o que seria, ou não, adequado à escuta infantil:

As conversas dos adultos que eles conversavam, a gente não podia ficar escutando não. Porque eles falavam “vai deitar, a conversa aqui é nossa, cê não tem nada que saber de nada que a gente tá falando não”. Aí eles que conversava lá e a gente não podia escutar não. Sabe? [...] Era mais assim, eles conversavam assunto deles mesmo de compras e vendas deles, a gente não podia nem escutar. Sabe? [...] E tinha que ficar calado, quietinho no lugar, e nem ficar perto pra escutar não. Que senão o couro trovejava! (Norma, entrevista, 2013).

Até o momento, temos discutido práticas intencionais de contar e ouvir narrativas orais, no entanto, depoimentos como os de Marilene, Teresa, Maria José e Norma permitem refletir sobre processos de escuta clandestina e buscar a compreensão das motivações para tais atos. Além da criança, que outros indivíduos estariam sujeitos a restrições de escuta?

A mulher é apontada por um dos entrevistados como ouvinte que, tal qual a criança, sofria de limitações à participação e escuta de determinadas narrativas. Otávio afirma que as mulheres não tinham acesso a determinadas conversas, sobretudo em ambientes públicos: “A mulher nessa época não podia sentar em praça pra ouvir caso não. [...] Era dentro de casa. [...]. Não, as mulheres não tinham direito de se expressar em via pública não. Nenhum marido ia querer isso

não”. (Otávio, entrevista, 2012). Em outro momento da entrevista, Otávio reforça a questão da privação feminina à prática de contar e ouvir narrativas: “A mulher tinha uma vida de seis da manhã às oito da noite ativa. Ela não tinha esse tempo de contar uma história”. (Otávio, entrevista, 2012).

Nas entrevistas não houve relatos de privação masculina em relação a narrativas contadas e ouvidas, bem como não fazem menções a censuras relativas à atuação masculina em ambientes envolvidos em práticas de oralidade. De maneira geral, regras referentes a ações e comportamentos são direcionadas a crianças e mulheres, da mesma forma que indicações de narrativas consideradas adequadas são sugeridas apenas a esses grupos.

Seguindo outra direção de análise, percebemos que as práticas de contar e de ouvir narrativas orais costumam ser expressas em duas modalidades distintas de ação. A primeira se refere a um ato espontâneo, marcado por práticas casuais de contar e ouvir, que não são dirigidas por instituições ou rituais e que se propaga circunstancialmente constituindo uma atividade cotidiana de comunicação. Integram essa modalidade ações orientadas por encontros informais, conversas casuais e outras interações entre contadores e ouvintes não pertencentes a rotinas preestabelecidas. Incluem-se nesse eixo práticas de contar e ouvir orientadas pela memória ou por suportes impressos, entre outros. Entre os contadores espontâneos estão, por exemplo, membros da família que narram suas memórias e as contações espontâneas das empregadas e dos velhos.

A segunda modalidade é caracterizada por práticas orientadas de oralidade, ou seja, ações norteadas por rituais e comandos reguladores das práticas de contar e ouvir narrativas. Percebe-se nestas práticas maior controle do que será exposto, bem como de acordos preestabelecidos entre ouvintes e contadores sobre as regras envolvidas na interlocução. Integram essa modalidade interações advindas do rádio, da professora e mesmo do tropeiro, cujo ato de contar requer um ritual específico que marca sua atuação narrativa.

Ambas as modalidades integram as práticas de oralidade cotidianas dos entrevistados, ou seja, não há uma dicotomia entre essas duas formas de interação oral. Nos relatos podem ser identificadas, tanto práticas espontâneas quanto orientadas de contar e ouvir narrativas.

Sobre a relação entre ouvir e contar narrativas orais, a maior parte dos entrevistados afirma que ouvir narrativas ao longo da vida foi determinante para constituí-los, não apenas como ouvintes, mas também como contadores. Tal consideração foi evidenciada em todos os segmentos de sujeitos deste estudo, mas, sobretudo, no terceiro segmento.

A presença de atividades envolvendo o contar e ouvir narrativas orais foi tão marcante nesse segmento que, dos quatro entrevistados, três – Úrsula, Marilene e Rogério – tornaram-se contadores profissionais de histórias depois de adultos. Embora esse não tenha sido um critério de seleção dos sujeitos que integrariam a pesquisa, acabamos por nos defrontar com históricos de vida intensamente marcados, em um primeiro momento, pelo hábito de ouvir narrativas orais diversas e, posteriormente, de contar, o que criou um quadro analítico bastante interessante. Nas falas de todos os sujeitos desse segmento, fica evidenciada a influência das práticas de ouvir sobre a posterior opção de contar e, mais especificamente no caso dos atuais contadores profissionais, tal influência é marcante.

Contudo, é relevante observar que todos os entrevistados se autodenominaram contadores de histórias na atualidade, independentemente da intensidade de suas experiências como ouvintes na infância. Daquilo que ouviram ou vivenciaram ao longo da vida, demonstram grande interesse em passar adiante, sobretudo aos filhos. Selecionamos alguns relatos que buscam mostrar a atuação dos entrevistados como contadores de narrativas orais, na atualidade, seja por meio da memória, da criação de histórias ou por mediação do escrito:

Flávia: Por que que a senhora conta história?

Úrsula: Porque eu gosto. É o meu lazer. Eu gosto. Cê sabe que a maior parte das minhas histórias eu que faço? [...] Eu conto histórias por puro prazer. É uma satisfação pessoal. (Úrsula, entrevista, 2012).

[...] Eu costumava ler histórias pra eles [para os filhos]. [...] A minha mulher gostava de contar umas histórias porque ela também tinha a mesma experiência. Mas eu costumava ler histórias pra eles, gibi, *Tico-Tico*, *X9*. (Alberto, entrevista, 2013).

Flávia: Mas, a senhora chegou a contar pros filhos da senhora [uma das histórias da infância]?

Joana: Conteí. Conteí. [...]

Flávia: E os netinhos sabem também dessa história[...]?

Joana: Sabem! Uhum! [...] E tem um coitadinho que ele tem medo demais. [...] É... Bisvovó Joana. É assim que ele me chama. “Bisvovó Joana, a senhora já viu o lobisomem?” [...] Falei. Vovó Joana já viu filho! E pega menino teimoso, menino chorão, menino pirracento. (Joana, entrevista, 2013).

A Monica gostava muito de escutar meus casos, [...] meus casos de quando eu era menino [...] Aí eu conto muitas histórias pra Monica. (Otávio, entrevista, 2012).

Agora, eu como contadora de história... [...] Ela [a filha] falou: cê gosta muito de falar, cê gosta muito de contar caso, e porque que cê não faz um curso de contadores de histórias? Eu disse: uai, existe curso pra isso? Tem, tem sim [...]. Então eu fui. Adorei e não saí mais do meio. (Marilene, entrevista, 2012).

Flávia: Essa história que a senhora ouviu do pai da senhora, a senhora chegou a contar pros filhos da senhora?

Neide: Também. Eles ficavam assim meio “será que é verdade? Será que é mentira?” [...]

Eu contava, eu sempre fui contador de histórias. [...] Eu chegava de noite, porque eu trabalhava o dia inteiro, e aí ia de cama em cama [dos filhos] contando história. (Rogério, entrevista, 2012).

Familiares, contadores tradicionais, e até mesmo a professora e o rádio aparecem, mesmo em escalas diversificadas, como os principais contadores de histórias nas memórias dos entrevistados. Alguns desses personagens se aproximam do imaginário tradicional do contador de histórias. Outros, por sua vez, como as vozes veiculadas por meio de um instrumento que, na época, anunciava a modernidade na comunicação, o rádio. Cada qual a seu modo, esses contadores deram novos contornos ao ato de contar e ouvir histórias no período, marcando a memória de seus ouvintes e neles criando a inspiração para, um dia, também contar.

CAPÍTULO 4

O QUE SE CONTAVA NA CAPITAL MINEIRA

(...) lembrar da história não oficial, da história não escrita, aquela que os jornais noticiavam por alto, e que as pessoas comentavam em suas conversas informais.

(Marilene, entrevista, 2012)

Que tipos de narrativas circulavam na Belo Horizonte de décadas passadas? O que era dito e ouvido na capital? Quais as modalidades e características das narrativas que circulavam entre os belorizontinos nas décadas de 1930 a 1960?

Neste quarto capítulo, narrativas contadas e ouvidas são reconstruídas por meio, principalmente, dos depoimentos dos entrevistados. Em alguns casos, utilizamos também outras fontes, como revistas, jornais e romances de época. É importante destacar, conforme indicado pelo roteiro de entrevistas, que os grupos de narrativas reunidas na tipologia aqui apresentada não foram expostos aos entrevistados, ou seja, foi-lhes pedido apenas que relacionassem as histórias que mais marcaram sua trajetória, tanto como ouvintes quanto como contadores. Tal opção investigativa contribuiu para que os entrevistados não se sentissem condicionados quanto à escolha do repertório, apresentando assim uma seleção determinada por suas memórias e não por sujeição ao investigador. Buscamos com isso apontar que tipos de narrativa eram mais frequentemente contados no período em questão, indicando estilos de histórias que circulavam com maior intensidade entre os grupos de sujeitos participantes do estudo, de acordo com os segmentos relativos aos diferentes níveis de participação nas culturas do escrito.

Histórias de amor e terror, de imaginação ou mistério, causos de família ou do cotidiano da cidade e memórias das mais diversas ordens, enfim, muitas eram as narrativas que circulavam oralmente. Algumas dessas narrativas continuam povoando o imaginário dos moradores da capital mineira, sendo ainda hoje comentadas e conhecidas por indivíduos de diferentes faixas etárias. Passíveis de serem encontradas em espaços diversificados, essas narrativas constituíram, com o passar do tempo, uma forma singular de olhar para a cidade. Belo Horizonte construiu, e constrói, sua história embasada em histórias diversas, em narrativas de distintas naturezas.

A fim de explorar as narrativas diversas que foram mencionadas durante as entrevistas, buscamos reuni-las por características semelhantes entre si. Dessa forma, a tipologia aqui proposta foi construída, principalmente, a partir de material empírico, por meio da sistematização dos conteúdos relatados pelos entrevistados. Assim, chegamos à seguinte classificação:

- narrativas de assombração;
- narrativas do folclore;
- narrativas sobre tipos populares;
- narrativas de *fait divers*;
- narrativas sobre episódios políticos;
- narrativas do maravilhoso;
- narrativas baseadas em clássicos da literatura escrita;
- narrativas baseadas em livros didáticos;
- outras narrativas.

A tentativa de classificar narrativas orais tem sido um esforço de vários autores, como Zumthor (1993, 2007 e 2010), Goody (2012) e, no Brasil, Cascudo (1984). Zumthor (2010, p. 82-110) apresenta uma proposta de análise da poesia oral tipificada em “formas e gêneros”, dos quais explora os *níveis de formalização*; as *formas em oralidade*: linguísticas e sociocorporais; *macro e microformas*; *princípios de classificação*; *valores sociais da voz* e a “*força*” e “*ordenação*”. Para a elaboração da tipologia de narrativas deste estudo, nos valem da distinção feita pelo autor entre três tipos de oralidade: a *primária e imediata*, que não apresenta nenhum contato com a escrita, ou seja, que está presente em sociedades desprovidas de sistemas de simbolização gráfica ou grupos isolados ou analfabetos; a *oralidade mista*, na qual há certa influência da cultura do escrito; e por fim, a *oralidade segunda*, típica de culturas grafocêntricas, em que toda a expressão é marcada pela presença e pelo valor da letra (Zumthor, 1993, p.18).

Os tipos de oralidade descritos por Zumthor (1993) contribuíram para a organização das narrativas orais relatadas nas entrevistas que se orientaram, em um primeiro momento, pelo

princípio de proximidade com o escrito. Assim, as narrativas baseadas em clássicos da literatura escrita ou em livros didáticos, integraram uma tipologia distinta das narrativas de assombração ou das narrativas sobre a própria vida e a vida alheia. No primeiro caso é possível identificar o que Zumthor (1993) classifica como *oralidade segunda*, em que a ligação com o escrito é determinante na construção e circulação das narrativas. Já as demais, poderiam ser consideradas de *oralidade mista*, tendo em vista sua circulação predominantemente oral e desvinculada de registros escritos, mas presentes em uma sociedade grafocêntrica. Exemplos de *oralidade primária e imediata* são mais difíceis de se identificar no contexto de produção deste estudo. Apesar de termos ouvido relatos de analfabetos, a impregnação de culturas do escrito em suas práticas cotidianas, não nos permitiria pensá-los isoladamente de práticas letradas.

No processo de construção das categorias de narrativas orais, também recorreremos às considerações de Goody (2012, p. 43) sobre a “literatura oral”, termo que utiliza para descrever gêneros transmitidos “boca a boca” ou que se restringem àqueles que não sabem ler. Embora ressalte que mesmo as narrativas de “tradição oral” são influenciadas pelo escol da sociedade e pela cultura escrita, apresenta características que distinguem “literatura oral” de “literatura escrita”. O autor destaca como elemento obvio de diferenciação entre elas, a autoria das narrativas e o público para o qual se destinam:

Nas culturas orais a memória da autoria, embora nunca totalmente ausente, é de pouca importância geral [...]. Cada recitador irá introduzir variações próprias, algumas das quais serão adotadas por oradores subsequentes para quem a versão anterior terá servido de modelo ou de um modelo. Dessa forma, mudanças vão sendo introduzidas constantemente por uma cadeia de indivíduos, mas de maneira autônoma, sem que olhem para trás para algum original estabelecido. [...]. (GOODY, 2012, p. 47).

Nas narrativas contadas pelos entrevistados fica clara a apropriação de elementos gerais de determinados contos associada a particularidades da vida de cada um dos sujeitos, movimento que costuma provocar adaptações de enredo na medida em que vão passando boca a boca por contadores individuais. Além das reflexões sobre os aspectos de narrativas de “tradição oral”, contribuíram para a elaboração de nossa tipologia analítica, as definições de cada uma das classes de “literatura oral” apresentadas por Goody (2012, p. 43), a saber: *epopeia; contos populares; mito e lendas e recitações históricas*; as quais constituiriam “formas orais padronizadas”.

Outro ponto fundamental na elaboração da estrutura tipológica aqui adotada, foram os estudos sobre narrativas orais do historiador e folclorista Luís da Câmara Cascudo⁹¹, dentre os quais destacamos os *Contos tradicionais do Brasil* (1986), a *Literatura oral no Brasil* (1984) e a *Geografia dos mitos brasileiros* (2002), em cujas classificações encontramos bases norteadoras das categorias analíticas aqui apresentadas.

Cascudo (1986) reúne em *Contos tradicionais do Brasil* (1986) cem contos da tradição popular compilados a partir de narrativas orais e os distribui em doze categorias: 1) *Contos de Encantamento*, 2) *Contos de exemplo*, 3) *Contos de Animais*, 4) *Facécias*, 5) *Contos Religiosos*, 6) *Contos Etiológicos*, 7) *Demônio Logrado*, 8) *Contos de Adivinhação*, 9) *Natureza Denunciante*, 10) *Contos acumulativos*, 11) *Ciclo da Morte* e 12) *Tradição*. Seis anos após sua publicação original, em 1946, Cascudo publica *Literatura oral no Brasil*, obra na qual reúne narrativas orais com os seguintes elementos e temas: *canto; dança; auto popular; dança dramática; mito; lenda; fábula; tradição; contos (de encantamento, de exemplo, de animais, facécias, religiosos, etiológicos, demônio logrado, de adivinhação, natureza denunciante, acumulativos e ciclo da morte); rondas infantis; parlendas; mnemonias; adivinhas; anedotas; e outras espécies na literatura oral (frases feitas, adágios, provérbios, rifões, exemplos, sentenças, ditados, anexins, aforismos, apotegmas, máximas)*. Nessa obra, além de narrativas compiladas, há análises de seus aspectos fundantes e estruturais, o que contribuiu para a classificação das narrativas coletadas neste estudo, bem como para a construção de uma tipologia capaz de explorar características semelhantes entre elas.

Em *Geografia dos Mitos Brasileiros* (2002), uma nova organização das narrativas é apresentada pelo folclorista que as divide em dois agrupamentos: a) Mitos primitivos e gerais; b) Mitos secundários e locais. No primeiro grupo estão reunidas narrativas pertencentes a dois ciclos: 1) Ciclo da angústia infantil e 2) Ciclo dos monstros. Nos mitos primitivos e gerais é feita também uma distinção entre narrativas com influências indígenas, europeias e africanas, intitulada

⁹¹ Da extensa lista de títulos sobre folclore e cultura brasileira produzida por Cascudo, utilizamos como referência as seguintes obras: *Antologia do Folclore Brasileiro* – Martins Editora, S. Paulo (1944), *Lendas brasileiras* – Global Editora (1945), *Contos tradicionais do Brasil* – Ediouro - Col. Joaquim Nabuco (1946), *Geografia dos mitos brasileiros* – Ed. José Olímpio (1947), *Dicionário do Folclore Brasileiro* – INL (1954), *Superstições e Costumes* – Ed. Antunes & Cia. (1958), *Folclore no Brasil* – Fundo de Cultura (1967), *Coisas que o povo diz* – Bloch (1968), *Locuções tradicionais no Brasil* – UFPE (1970) e *Superstição no Brasil* – Itatiaia (1985). (As datas indicadas são referentes aos anos de publicações originais e suas respectivas editoras).

“Diferenciações regionais”. O segundo agrupamento, por sua vez, traz mitos presentes em regiões específicas do Brasil, como a “mão pelada”, em Minas Gerais e a “anta esfolada”, no Rio Grande do Norte; além de mitos presentes em diversas regiões do território nacional, como “a mãe do ouro”, em Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Paraná, Minas Gerais e São Paulo – também contado por uma das entrevistadas neste estudo.

As classificações desenvolvidas pelos teóricos aqui citados nos ofereceram subsídios para a elaboração de uma tipologia que buscou agregar as diferentes narrativas, contadas e ouvidas pelos entrevistados, por similaridades entre si, levando em consideração o tema abordado nas narrativas orais e o gênero no qual se inscrevem.

Temos, primeiro, as *narrativas de assombração*, com abrangência local ou regional, que trazem casos de aparições de mortos que voltam ao mundo dos vivos, de criaturas sobrenaturais ou de encontros com abantesmas. O segundo grupo de histórias, *narrativas do folclore*, faz menção a criaturas vinculadas ao folclore nacional e que, de acordo com Cascudo (2002), costumam ser encontradas em todas as regiões do Brasil. As *narrativas sobre tipos populares* compõem o terceiro grupo de casos marcados por lembranças de indivíduos que viveram em Belo Horizonte e ficaram bastante conhecidos, em geral, por suas maneiras peculiares de se comportarem. O quarto agrupamento, *narrativas de fait divers*, reúne relatos de acontecimentos que ganharam repercussão na cidade dado o caráter pouco convencional dos fatos e que foram noticiados em veículos de comunicação midiática (escritos e/ou orais). Já as *narrativas sobre episódios políticos* abordaram, especificamente, eventos do cenário político, bem como indivíduos marcadamente afamados pela vida pública na política. O agrupamento seguinte, *narrativas do maravilhoso*, reuniu contos do universo mágico, geralmente ouvidos durante a infância. No sétimo grupo, *narrativas baseadas em clássicos da literatura escrita*, foram apresentadas histórias de natureza ficcional, amplamente conhecidas em diversas partes do mundo. No oitavo agrupamento, *narrativas baseadas em livros didáticos*, elencamos historietas com circulação predominante no meio escolar. O último grupo, *outras narrativas*, buscou agregar casos de natureza pessoal e cotidiana, em geral contadas e/ou ouvidas junto à família e aos amigos.

4.1 NARRATIVAS DE ASSOMBRAÇÃO

Eu acho que é possível, que uma pessoa não inventa um trem desses. Por que que a pessoa vai inventar um negócio desses? Ele informa a troco de quê?

(Úrsula, entrevista, 2012)

Em todos os relatos havia lembranças de algum tipo de história que envolve fantasmas, criaturas sobrenaturais ou manifestações metafísicas. A audição desse tipo de narrativa pareceu despertar nos entrevistados sentimentos paradoxais, tendo em vista que muitos afirmaram ter medo, sentirem-se mal dispostos com os enredos, mas, concomitantemente, extasiarem-se diante das contações, apresentando o desejo de ouvir novas histórias de mesma natureza. Essas narrativas costumavam ser ouvidas desde a infância até a vida adulta. Entre as histórias contadas durante as entrevistas, selecionamos como narrativas de assombração, as seguintes:

- A gameleira assobrada
- A garota enterrada debaixo da figueira
- A loira do banheiro escolar
- A mãe d'ouro
- A menina do lacinho cor de rosa
- A mulher do demônio
- A mulher do poço
- A parturiente da Santa Casa de Misericórdia
- Almas assombradas de escravos
- Aparição de Padre Eustáquio
- Assombração da padaria
- Dona Zabilinha
- Fantasma da Serra do Rola-Moça
- Fantasma de branco e chapéu

- Fantasma do Cemitério do Bonfim
- Fantasma do Colégio Arnaldo
- Fantasma do Colégio Santa Maria
- Fantasma do viaduto Santa Teresa
- Lenda do Palácio da Liberdade
- Loira do Bonfim
- Menina fantasma da Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais
- Noivo fantasma
- O capeta montado a cavalo
- O fantasma do pote de ouro
- O homem que virava porco
- Redemoinho do capeta

É característica desse tipo de narrativa a presença de um fantasma com características físicas e comportamentais definidas. Tais fantasmas são, em geral, pessoas – crianças ou adultos – que morreram e regressaram do “outro mundo”, normalmente motivadas por situações de diversas naturezas, mal resolvidas antes da morte, ou por perturbações decorrentes da própria causa do falecimento. As histórias de assombração envolvem, normalmente, encontros entre criaturas sobrenaturais e seres humanos vivos que são propagados em forma de narrativas. Marques (2011b) acredita que a crença em fantasmas seja universal, constatando ocorrências de narrativas dessa ordem em todos os continentes e em numerosos países, em diferentes períodos históricos, transmitidas de forma escrita ou, sobretudo, oral.

As assombrações possuem, em geral, locais e horários definidos para suas aparições e não se confundem com indivíduos de “carne e osso”, não restando dúvidas de que sejam fantasmas, criaturas do além. Laterza Filho (1998) caracteriza a assombração como um ser pertencente ao passado que é recuperado no presente e tem sua existência reforçada pelas narrativas que a

delineiam. Para o autor, “a assombração é, com isso, a persistência desesperada e penada de um passado que, pela narrativa, é idealizado e cristalizado em estereótipos e que, através dela, é sempre atualizado” (LATERZA FILHO, 1998, p. 156).

Excetuando a Lenda do Palácio da Liberdade que não apresenta uma configuração específica de assombração fantasmagórica, mas a crença em uma maldição lançada sobre os governantes do estado de Minas Gerais, as demais narrativas de assombração fornecem características detalhadas de criaturas sobrenaturais que, em determinado período e região, passaram a integrar crenças não apenas individuais, mas, em alguns casos, pode-se considerar que fizeram parte de todo um imaginário coletivo.

Algumas das narrativas de assombração aqui tratadas ficaram popularmente conhecidas como lendas, dadas sua repercussão e longevidade de circulação. No conjunto das lendas, há aquelas consideradas lendas urbanas, como o caso da unanimemente referida Loira do Bonfim.

As lendas são narrativas sobre algo ou alguém que se conheceu, de forma geral, por meio da oralidade e costumam ser veiculadas informalmente, sendo contadas de uma pessoa para outra, como fato verídico ou repassadas como experiência alheia, da qual de ouviu dizer. Note-se que essa é uma característica que se distingue do modo como costumam surgir versões de outros gêneros ficcionais, como o conto. Tal informalidade se constitui em uma das principais formas de sustentação da vida oral das lendas e, logo, de sua manutenção e longevidade. Essas características vão ao encontro do que Câmara Cascudo define como lenda:

Episódio heróico ou sentimental com elemento maravilhoso ou sobre-humano transmitido e conservado na tradição oral e popular, localizável no espaço e no tempo. De origem letrada, lenda, *legenda*, “*legere*” possui características de fixação geográfica e pequena deformação. Liga-se a um local, como processo etiológico de informação, ou à vida de um herói, sendo parte e não todo biográfico ou temático. Conserva as quatro características do conto popular: Antiguidade, Persistência, Anonimato e Oralidade. (CASCUDO, 1988, p. 434-35).

Tendo em vista tais considerações, podemos nos questionar: em que momento e com quais condições as lendas surgem e passam a integrar o imaginário popular?; teriam existido episódios reais responsáveis pela criação de lendas (e de histórias de assombração, de forma mais ampla)?; as aparições relatadas pelos entrevistados seriam, de fato, lendas? Disso, nada se sabe ao certo, da mesma forma que nenhuma informação se costuma ter da autoria dessas narrativas. O que se sabe

a respeito dos fantasmas e das assombrações são, geralmente, atributos físicos e locais que frequentam (frequentavam), informações que normalmente têm origem na oralidade, assim como sua transmissão, que é preponderantemente oral. De maneira geral, quem já ouviu dizer e conta histórias dessa natureza o faz por meio da voz, por meio de narrativas orais. Essa é uma característica bastante peculiar das lendas.

Paulo de Carvalho Neto (1977), na mesma direção de Cascudo, define lenda como “uma narrativa imaginária que possui raízes na realidade objetiva. É sempre localizável, isto é, ligada ao lugar geográfico determinado” (p. 132). O que também pode ser percebido por meio dos relatos é que a cada nova narrativa contada, o emissor transfere suas ideias e constrói sua história formatando-a de maneira peculiar. Isso faz com que a narrativa sofra constantes transformações de acordo com os conhecimentos e o imaginário de cada sujeito que a profere. Uma lenda, a exemplo de outras narrativas de assombração, é transmitida de pessoa para pessoa, e mesmo que não se acredite na história, o ouvinte a divulga a sua maneira, dando sequência a um ciclo de transmissões que define a sobrevivência e variação de versões das narrativas.

Uma característica marcante da lenda são os elementos empregados em sua narração, que deve ser encantadora, fascinante e inventiva. Por conseguinte, a lenda, na sua forma oral, por mais que mantenha alguns elementos inalterados, como localização geográfica e protagonista, circula pelo imaginário popular, transformando-se a cada nova enunciação.

Narrativas dessa natureza obedecem a condições específicas de interlocução e vão realimentando o repertório popular, de modo que não podem ser consideradas estáticas e imutáveis, visto que ganham novas formatações constantemente, na medida em que circulam, sobretudo, se liberadas da rigidez da escrita.

Em estudos sobre lendas portuguesas, Marques (2011a) considera que essas narrativas podem até mesmo circular por vias escritas, mas tendem a conservar uma base, ou origem, oral. Ao tratar de uma lenda sobre tráfico de órgãos em lojas chinesas de Portugal, Marques cita o correio eletrônico como um “sucedâneo de transmissão boca a boca (...) desempenhando, afinal, o mesmo papel e acabando sem dúvida por realimentar a vida oral da lenda” (MARQUES, 2011a, p. 48). Tal qual investigado por Marques no correio eletrônico, alguns entrevistados relataram que não eram incomuns matérias de jornais da época explorando as supostas aparições da tal loira

fantasma, a propósito, costumavam destacar os episódios como “as supostas aparições”. Embora a adjetivação buscasse eximir os veículos de comunicação do encargo da veracidade do presumido fato, é interessante observar que as aparições não eram desconsideradas e causavam rumor pela cidade.

Em relação à questão da veracidade, Marques (2011a) procura em seu estudo compreender que conjunções de fatores poderiam levar ao surgimento de uma lenda ou, ainda, o que incentivaria o aparecimento de narrativas de assombração que são dadas, por muitos, como episódios reais, muito embora, como ressalta Cascudo (1984), não haja documentos ou outras formas de comprovação da existência dos fenômenos sobrenaturais relatados.

A esse respeito, ao analisar a dicotomia entre sagrado/profano e sobrenatural/natural, Goody (2012) chama a atenção para o elemento “não racional” envolvido em sistemas de crenças que podem não fazer sentido ao olhar do pesquisador que os observa, de forma a não perceber uma coerência racional de causa e efeito diante de posturas e crenças diversas. Goody chama a atenção, ainda, para o fato de ser o observador quem fornece o referente àquilo que é observado e não os sujeitos que compartilham desse sistema de crenças. Para o autor,

[...] os atos simbólicos são definidos em oposição a atos racionais e constituem uma categoria residual à qual é atribuído um “significado” pelo observador a fim de fazer sentido de um comportamento que, se não fosse por isso, seria irracional, pseudoracional, ou não racional. E conseqüentemente a conclusão anterior obtida com o exame dos critérios positivos dos atos rituais é reforçada ao examinarmos o critério negativo, isto é, a alegação de que essas práticas estão fora do esquema intrínseco meio/fim (GOODY, 2012, p. 37).

As considerações de Goody (2012) permitem refletir sobre a questão da veracidade de narrativas como as de assombração, que são avaliadas de maneira diferente pelo *observador* e pelo *ator*. As formas de significar as ações presentes nessas narrativas diferenciam-se sistematicamente dependendo do olhar daquele que as percebe. Para os atores que afirmam ter vivido experiências sobrenaturais envolvendo rituais ou seres mágico-religiosos há verdade nos depoimentos, o que pode gerar certo estranhamento ao observador que participa como ouvinte dos relatos.

A lenda, segundo Cascudo, “é um elemento de fixação. Determina um valor local. (...) Iguais em várias partes do Mundo, semelhantes há dezenas de séculos, diferem em pormenores, e essa diferenciação caracteriza, sinalando o típico, imobilizando-a num ponto certo da terra”

(CASCUDO, 1984, p. 52). A propósito do que afirma o autor, durante o estágio sanduíche em Lisboa, Portugal⁹², foi possível tomar conhecimento de lendas desse país portadoras de elementos bastante próximos das encontradas nos relatos dos entrevistados, ou mesmo em coletâneas de contos populares brasileiros. A própria Loira do Bonfim, mencionada anteriormente, possui uma correlata versão em Lisboa, sendo tratada por alguns como Fantasma que pede Boleia e, ainda, Loira da Kadoc⁹³. Cascudo afirma, ainda, que as lendas surgem e se mantêm mesmo sem comprovação de veracidade, “o povo ressuscita o passado, indicando as passagens, mostrando, como referências indiscutíveis para verificação racionalista, os lugares onde o fato ocorreu” (CASCUDO, 1984, p. 52). Assim, é interessante notar que ambas as aparições são de mulheres loiras, geralmente vestidas de branco e que possuem local e horários específicos para se manifestarem, nesse caso, o Cemitério do Bonfim e uma curva próxima à discoteca Kadoc, no Algarve, respectivamente.

A observação de Cascudo também ajuda a compreender a noção de que essas narrativas, tão bem situadas e calcadas em regiões específicas, possam não apresentar, necessariamente, origem ligada ao local de circulação. Além da Loira da Kadoc, versões de outras narrativas contadas como próprias de Belo Horizonte foram encontradas em acervos portugueses e apresentavam pequenos elementos de enredo ou personagens alterados, mantendo preservada a trama central.

Em relação à Loira do Bonfim, ou Fantasma que pede boleia, Marques (2011b) informa tratar-se de uma lenda estudada por autores de vários países, sendo uma das primeiras lendas urbanas a ser alvo de estudos acadêmicos. O autor cita os trabalhos de Richard K. Beardsley e Rosalie Hankey (1942 e 1943) que analisaram 79 versões recolhidas somente nos Estados Unidos e comenta sobre a descoberta de uma versão sueca manuscrita, do início do século XV.

A crença em assombrações gerada e disseminada pela oralidade é responsável pela produção de atitudes e modos de convivência que interferem em padrões de vida cotidianos, de tal modo que alguns indivíduos admitem a participação dos mortos, dos fantasmas, na vida real. Essas crenças encerram mecanismos de valor simbólico que dão vida e sustentação a tais narrativas, alimentadas por relatos de experiências vividas, em que o próprio indivíduo que conta a história

⁹² Estágio financiado pela CAPES, no período de julho a dezembro de 2013, e realizado em parceria com a Universidade Nova de Lisboa. Em estudo exploratório sobre lendas e narrativas diversas de Portugal, foi possível obter maior proximidade com narrativas comumente encontradas em Lisboa e outras cidades portuguesas.

⁹³ Apresentaremos, mais adiante, algumas das versões encontradas.

se vê diante de uma ocorrência sobrenatural ou pela transmissão da dita experiência por outrem. Em ambos os casos, as narrativas são passadas e repassadas adiante, e continuam a gerar novos contadores e ouvintes.

Adiante, apresentaremos uma sucinta descrição das narrativas de assombração mencionadas durante as entrevistas.

A gameleira assombrada

Existia uma lenda de que a região da Gameleira era mal-assombrada. O local era considerado muito distante, fora da cidade, e recomendava-se não caminhar por lá à noite, em especial, aproximar-se de uma gameleira antiga e grande que ficava em uma de suas avenidas. Os mais precavidos advertiam: “‘não vai lá não que de noite lá aparece assombração’. ‘não vai lá não que lá tem assombração’. Todo mundo acreditava muito em assombração aqui em Belo Horizonte. Acreditava mesmo” (Alberto, entrevista, 2013). Segundo a lenda, o próprio demônio fazia aparições por lá e teria chegado a levar uma pessoa para o inferno.

A garota enterrada debaixo da figueira

Conta-se a história de uma madrasta que por ciúmes da enteada, matou-a e enterrou a menina em um recinto ermo, deixando seu cabelo de fora. Passado o tempo, veio um homem capinar o lugar e ouviu uma voz cantando assim “capineiros de meu pai, não me corte os cabelos, que a madrasta me enterrou debaixo dessa figueira”. (Marilene, entrevista, 2012).

Em outra versão, a criança não é morta pela madrasta, mas enterrada viva. Sua aparição é feita ao próprio pai:

Havia uma madrasta muito má, que não suportava a filha de seu marido. Aproveitando-se de uma viagem do pai da criança, a madrasta pegou a menina e a enterrou viva no quintal de sua casa. Ao chegar em casa, a madrasta informou ao pai o desaparecimento da filha. Muito tempo se passou quando o pai, ao capinar o denso gramado do quintal, ouviu a voz de sua filha a cantar: “*meu pai, não corte meus cabelos; não corte meus cabelos*”. (Vanda, entrevista, 2013).

A loira do banheiro escolar

Acreditava-se que nos banheiros das escolas aparecia uma mulher loira, vestida de branco que agarrava e machucava as crianças. Conta-se que ninguém era capaz de ver o rosto da mulher, apenas seus cabelos, e que ela somente aparecia quando as crianças estivessem sozinhas no banheiro. A mulher ficou conhecida como Loira do Banheiro e as histórias relatam que suas aparições ocorreram em banheiros de muitas escolas na capital⁹⁴. (Neide e Odair, entrevista, 2012).

A mãe d'ouro

Segundo Neide e Odair, de um rochedo saía um clarão que iluminava tudo ao seu redor e perseguia as pessoas que dele se aproximassem. Essa luz ficou conhecida como Mãe do Ouro e causava grande temor entre as pessoas que não conseguiam explicar a natureza de tal luz que perambulava pela cidade e encaçava quem dela ousasse se aproximar.

A menina do lacinho cor-de-rosa

Em um edifício localizado no centro de Belo Horizonte, o porteiro costumava receber uma menina que, na portaria, perguntava se podia subir até o oitavo andar. E ele sempre permitia. A menina devia ter uns dez anos. Ela calçava um sapato branco com lacinho cor-de-rosa, um vestido branco com um laço cor-de-rosa na cintura e no cabelo também um laço cor-de-rosa. Houve um dia, entretanto, que o porteiro viu a criança no prédio por diversas vezes. Passado algum tempo, intrigado, o porteiro procurou o casal de idosos que morava no apartamento do oitavo andar e perguntou: “Pois é, aquela menina que vem sempre aí visitar vocês, tem um tempinho que não aparece, né?” “Menina que vem nos visitar? Não sei quem é não.” “É uma menina assim, assim, assado.” Eles subiram, foram lá e voltaram com um retrato. “É essa aqui?”

⁹⁴ Interessante observar que esta narrativa de assombração, embora localizada em um período (1950) e local (Belo Horizonte) bastante específicos, segue linha de difusão similar à da Loira do Bonfim. Em minha própria experiência, ainda na infância, lembro-me do pavor causado pelas aparições da dita Loira do Banheiro na escola em que estudei, no município de Divinópolis, interior de Minas Gerais, na década de 1980. Na altura, a assombração também ficou conhecida como Mulher do Algodão. A loira, vestida de branco, aparecia no banheiro para crianças que o utilizassem sozinhas, fora dos horários convencionais de uso. Isso também indica que as aparições nunca eram coletivas, tal qual relatado por Neide e Odair.

“É, é essa sim.” “Mas essa é nossa filha, ela já morreu há muitos anos.” (Úrsula, entrevista, 2012).

A mulher do demônio

Acreditava-se que a palavra *desgraça* não podia ser dita, uma vez que era assim que se chamava a mulher do demônio, e a repetição do vocábulo era uma forma de invocar o demônio e sua mulher, que desde então passavam a acompanhar e assombrar a pessoa. (Neide e Odair, entrevista, 2012).

A mulher do poço

Conta-se que um guarda civil, que fazia sua ronda pela região da Cachoeirinha, sempre encontrava com uma moça, uma jovem mulher. E ela dizia para ele: “vem cá, vem cá”, e ele nunca ia, nunca tinha tempo. Mas houve um dia em que ela insistiu muito e ele foi. Ela o levou a um poço, uma cisterna desativada. E sumiu na frente dele. O guarda então, diante desse fenômeno, chamou os bombeiros para que eles o ajudassem a verificar o que haveria naquele poço. Quando chegaram ao fundo, havia um corpo de uma mulher. Era a mesma moça que insistentemente clamava pela ajuda do guarda. Mais tarde descobriram que ela tinha sido assassinada. (Úrsula, entrevista, 2012).

A parturiente da Santa Casa de Misericórdia

“Agora esse aqui, esse caso é verdadeiro. E ele é contado até hoje. Vou te contar. É uma parturiente na Santa Casa.” (Úrsula, entrevista, 2012). O caso aconteceu em 1956. Dizem que uma mulher chegou à maternidade da Santa Casa de Misericórdia para dar à luz, à noite. Naquela época, Belo Horizonte não tinha grande quantidade de ônibus, e o bonde parava de circular a partir de determinado horário. Então a mulher precisou caminhar por muito tempo até chegar à Santa Casa. Já na entrada, falou “eu estou com muita dor, eu não estou mais aguentando ficar em pé, e eu tenho que entrar que meu filho vai nascer”. O atendente da portaria lhe respondeu que não havia vagas e que ela deveria procurar outro hospital. Sem condições de procurar outro lugar, a mulher sentou-se na escada de entrada da Santa Casa, à noite. Sem que ninguém soubesse explicar, ao amanhecer do dia, a mulher estava na cama, com o bebê ao lado. A enfermagem foi

fazer o levantamento: “Que hora que a senhora entrou?” “Ah, foi por volta de meia-noite”. “Quem internou a senhora?” “Uai, eu fiquei lá, falaram comigo, eu não lembro se era homem ou mulher que tava na portaria. Falaram comigo que não tinha vaga, mas eu não aguentava andar, chegou o doutor. Ele falou: ‘vamos entrar’. Me levou pra sala de parto, fizeram meu parto, e a enfermeira me pôs aqui, deu banho no neném, pôs aí, mas ele deixou, [...] a receita aí.” Quando pegaram a receita, verificaram que estava assinada pelo Doutor Hugo Werneck, que já havia morrido. O médico foi o fundador da maternidade da Santa Casa. Quando viram aquilo, confrontaram a assinatura com documentos antigos e constataram ser, de fato, a assinatura dele (Úrsula, entrevista, 2012).

Almas assombradas de escravos

Por terem sido muito maltratados durante a escravidão, sendo até mesmo mortos por seus algozes, conta-se que muitas casas eram assombradas pelas almas dos escravos. Ouviam-se correntes sendo arrastadas e gemidos de dor. (Alberto, entrevista, 2013).

Aparição de Padre Eustáquio

“Essa eu cheguei a conhecer uma pessoa que confirmou pra mim que era verdade, conheceu o homem.” (Úrsula, entrevista, 2012).

Certa vez, um homem veio do interior para Belo Horizonte com uma família muito numerosa. Embora tenha trazido uma reserva de dinheiro, como não arranjava emprego, começou a ficar aflito. Em uma de suas peregrinações por trabalho, chegou à Rua Padre Eustáquio, onde se encontrou com um padre. O padre percebeu a aflição do homem e perguntou o que o atormentava, ao que ouviu como resposta: “eu mudei do interior pra cá com a família e não consigo arranjar um emprego. O último dinheiro que eu tinha gastei, e nós não vamos ter nada pra comer.” O padre lhe disse para não se afligir e pediu que entrasse na igreja à frente, onde ele conseguiria um emprego. Era a Igreja Padre Eustáquio. Chegando à Igreja, informou que um padre indicou-lhe um emprego no local. Ao ser questionado sobre “qual padre” ele levantou os olhos e viu o retrato do Padre Eustáquio e disse: “foi aquele padre ali” (Úrsula, entrevista, 2012).

Assombração da padaria

Esse caso não ficou muito conhecido na cidade. Segundo relata Úrsula, o fato se deu com seu esposo, Léo. Existia uma assombração na padaria da família do esposo de Úrsula. Os padeiros contavam que o fantasma ia até a fornalha, abria a pesada tampa de ferro, acendia seu cigarro e ia embora sem que ninguém o visse. Léo ficou cismado com a história e passou a prestar atenção. Certo dia, ele fazendo pão, escuta a fornalha sendo aberta e sai em disparada para ver se era algum tipo de brincadeira dos funcionários. Nesse momento, ele vê o fantasma de uma pessoa com uma capa preta saindo com um cigarro aceso. “Isso Léo viu. Ele correu lá e viu. Isso ele viu, uai.” (Úrsula, entrevista, 2012).

Dona Zabilinha

Diz a história que Dona Zabilinha, uma senhora um tanto ranzinza, costumava ser incomodada pelos latidos insistentes de sua cachorra, sempre que ia dormir. Enfurecida com o mal comportamento do animal, Dona Zabilinha mata a cadela. O sangue da cachorra fica marcado no chão por algum tempo e Zabilinha, finalmente, consegue dormir despreocupada. O que a velha não sabia é que a cachorra espantava um bicho que queria pegar sua dona e, mesmo morta, seu sangue que manchava o chão a protegia. Quando o sangue secou, não houve jeito; o bicho veio e comeu Dona Zabilinha. (Marilene, entrevista, 2012).

Fantasma da Serra do Rola-Moça

Dizem que o fantasma de uma moça vestida de branco é sempre visto rolando um dos montes da Serra do Rola-Moça. Reza a lenda que um casal fugiu para se casar, a montaria que os levava escorregou, os dois caíram em uma ribanceira e morreram. Então a moça, ainda vestida de noiva, em noites de lua cheia, costuma andar pela serra. A história do desafortunado casal teria inspirado o próprio nome da serra. (Marilene, entrevista, 2012).

Fantasma de branco e chapéu

Este caso aconteceu com Otávio, não chegando a ser difundido entre muitas pessoas. Assim, optamos por apresentar parte de seu relato:

Um dia, lá na Pracinha Getúlio Vargas, [...] deu meia-noite e [...] nós fomos subindo, isso eu vi, um homem de branco com o chapéu na cabeça descendo o morro. E nós tamo subindo. Eu não mirei, não mirei aquela figura. Quando chegamos mais perto dele, aí que nós vimos o quê que era. Era um rosto brilhoso, tipo um fluorescente azul, mas um azul forte, aquele brilho no rosto dele. Nós simplesmente não falamos nada, viramos as costas e corremos até a praça. Quando nós chegamos na Praça, chegou cada um com o coração saindo pela boca. “o quê que você viu, fulano?” “não vi nada” “e porque que você correu?” “eu corri porque você correu também” “fulano, mas você viu?” “não vi nada”. Não tem nenhum desses, eu inclusive, querendo afirmar o que nós vimos. Ou tinha medo de passar por mentiroso, ou não sei o que. [...] Esse fato eu participei dele, mas o que eu vi foi aquele rosto brilhando. Brilhando. Se era alguma coisa ou não era, o que eu vi foi isso. Foi o suficiente pras minhas pernas tremer [...]. Nunca mais eu quis saber da história. Aí mais medo eu peguei. Saía pra trabalhar e nem pra lá eu olhava, passava no canto de cá e ia embora. Essa aconteceu comigo. Essa aí foi comigo, entendeu? Essa eu tenho certeza que alguma coisa aconteceu. Alguma coisa tinha, mas eu não sei precisar bem quem era aquele homem todo de terno branco, aquele terno branco, aquele chapéu na cabeça. [...] Aí eu fico me perguntando: será que eu vi ou foi imaginação? Mas nunca consegui me responder. Mas fiquei com esse caso na minha cabeça.” (Otávio, entrevista, 2012).

Fantasma do Cemitério do Bonfim

Um rapaz, de uma família bastante conhecida em Belo Horizonte, morreu repentinamente, não se sabe se de doença ou de desastre. O caso é que o pai ficou profundamente entristecido. Ele ia quase todo dia ao Cemitério do Bonfim na sepultura do filho. Sempre que chegava ao Cemitério, o pai encontrava um homem, que olhava para ele e tentava se aproximar, sem sucesso. Contudo, um dia o homem conseguiu. Virou para o pai e disse: “não faz isso que o senhor tá fazendo não. Você tá prejudicando seu filho, você não deixa ele descansar, você vem aqui todo dia. Ele fica aí te esperando, não faz isso mais não”. Depois dessas palavras, o homem volatizou na frente do pai. (Úrsula, entrevista, 2012).

Fantasma do Colégio Arnaldo

Esse fantasma ficou conhecido desde a fundação da capital. Acredita-se que seja a alma de um homem que fica rondando as imediações do Colégio Arnaldo, no bairro Serra. As aparições aconteceriam sempre depois da meia-noite. (Neide e Odair, entrevista, 2012).

Ao se referir aos fantasmas de Belo Horizonte, Starling (2013) destaca a intrínseca relação entre suas manifestações e os espaços públicos da cidade. Assim como o Colégio Arnaldo, diversos são os espaços da cidade habitados por seres sobrenaturais, característica que confere distinção aos fantasmas da capital. Segundo a autora:

[...] os fantasmas de Belo Horizonte não revelam aos vivos a cartografia dos lugares privados: não assombram casas, não possuem nome de família, não revivificam lembranças particulares, não invadem sonhos individuais. Habitam a cidade e insistem apenas no esforço de demarcar um recorte do que foi vivido no tecido urbano, antes de desaparecerem, novamente, na escuridão [...]. (STARLING, 2013, s/p).

Locais como o bairro Gameleira, a Santa Casa de Misericórdia, o viaduto Santa Teresa, o Colégio Santa Maria, o Cemitério do Bonfim, o Palácio da Liberdade, entre outros, são marcados – com precisão de horários – nas aparições fantasmagóricas. Esses seres integram cenas urbanas e passam a habitar o imaginário dos moradores da cidade, ao ponto de podermos chegar a considerar que, em certa medida, associam-se à própria memória da cidade.

Fantasma do Colégio Santa Maria

Havia uma moça de uma família rica e prestigiada em Belo Horizonte que estudava no Colégio Santa Maria. Entre idas e vindas ao Colégio, começou a namorar um rapaz que trabalhava em uma construção próxima. Era um moço muito bonito, descendente de italiano. Mas a família logo fez oposição e proibiu o namoro. Desiludidos com a situação, o casal fez um pacto de morte. Ela fez um bolo e nele colocou veneno, então eles combinaram de se encontrar, comer o bolo e morrer. Só que ela comeu o bolo e morreu, e ele não. A moça desde então é vista na Rua Pouso Alegre, nas imediações do Colégio Santa Maria andando pra lá, pra cá, chorando. (Marilene, entrevista, 2012).

Fantasma do Viaduto Santa Teresa

Outra história que acompanha a própria fundação de Belo Horizonte é a do fantasma de um rapaz que costumava ser visto no Viaduto Santa Teresa, de madrugada. Dizem se tratar de um moço muito bonito e bem vestido, que não atacava ninguém, simplesmente aparecia. As pessoas costumavam vê-lo, principalmente depois da meia-noite, que é a hora que o Viaduto fica mais ermo. Contam que ele andava pelo Viaduto livremente, e que descia as escadas perto da Serraria Souza Pinto, local onde desaparecia. Normalmente quem o vê não são os transeuntes, porque não anda muita gente por ali, mas quem segue de carro. (Neide e Odair, entrevista, 2012).

Lenda do Palácio da Liberdade

Contam que quando começou a construção da capital, ali onde é o palácio havia a casa de uma senhora velha. Ela teve que sair de lá para que o palácio fosse construído e ficou muito insatisfeita. Ela, então, rogou uma praga, para que todo governador que morasse lá morresse antes de terminar o mandato. Acontece que, de fato, houve uma sucessão de governadores que realmente morreram, sendo um deles Olegário Maciel. Dizem, ainda, que Juscelino Kubitschek, quando governou Minas, fez o Palácio das Mangabeiras, antigo paiol da Polícia Militar onde se guardavam armamentos. Morar no Palácio da Liberdade, há quem diga, ele nunca morou. (Úrsula, entrevista, 2012).

Loira do Bonfim

A Loira do Bonfim possui uma série de versões diferentes, sobretudo em relação aos locais e condições de aparição do fantasma. Conservam-se nessa lenda urbana poucas características mais gerais da protagonista: uma mulher loira, geralmente vestida de branco. Apresentaremos a seguir algumas versões relatadas pelos entrevistados:

Versão 1

Um motoneiro observou que uma moça loira sempre subia no bonde próximo ao Parque Municipal, linha que ia até o Bonfim. Depois, ela descia e entrava no Cemitério, mas passava direto pelo portão fechado. (Marilene, entrevista, 2012).

Versão 2

A história da Loira do Bonfim começou com um taxista. O taxista pegou uma loira, vestida de branco, na Avenida Afonso Pena. Era o horário noturno. A loira pediu para ser levada à Rua Bonfim (uma das antigas zonas boêmias de Belo Horizonte). Quando chegaram perto do cemitério, a loira mandou o taxista parar. O taxista intrigado perguntou à mulher se ela não ia para sua casa, ao que a loira responde: “eu estou indo pra minha casa. Eu moro é aqui”. E atravessou as grades do cemitério sem abrir o portão. (Ernesto, entrevista, 2012).

Versão 3

Contam que a Loira do Bonfim era uma jovem muito bonita, que toda sexta-feira gostava de dançar, frequentar as rodas de samba de Belo Horizonte. Mas um dia, ela foi estupidamente assassinada em uma praça pública da cidade, pelo namorado, por ciúmes. Logo depois, começaram os relatos sobre as aparições da Loira do Bonfim pela cidade, nas proximidades do Cemitério do Bonfim. (Otávio, entrevista, 2012).

Versão 4

Certa vez, um chofer de praça foi chamado por uma moça na porta de um baile, evento bastante comum na capital, nas décadas iniciais do século XX. A bela jovem, que era loira, informou o destino de sua casa ao taxista, que ficava na Rua Bonfim. Quando chegaram, a moça disse ao motorista que estava sem dinheiro e pediu ao senhor que voltasse no dia seguinte a fim de receber. Ele concordou e foi embora. No outro dia, ele retornou à casa da jovem, tocou a campainha e foi atendido por um senhor, para o qual disse: “Ontem, eu trouxe uma moça aqui, uma moça loira, com um vestido de baile branco, eu a peguei no baile e trouxe aqui por volta da meia-noite, mas ela estava sem dinheiro, e me pediu que viesse hoje receber”. Pedindo licença ao motorista, o dono da casa entrou e buscou um retrato da moça. Olhando para o chofer que aguardava, disse: “É essa?” “É, ela mesma!” “Essa é minha filha, ela já morreu há muitos anos.” (Úrsula, entrevista, 2012).

Outras versões, com menos detalhes, foram mencionadas durante as entrevistas. Todos os sujeitos ouvidos relataram ter ouvido contar histórias envolvendo a Loira do Bonfim.

Menina fantasma da Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais

Durante uma reforma no prédio da Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais, para a construção do Centro de Referência do Professor, ao tomar o elevador para vistoriar as dependências do prédio, uma ascensorista viu uma mulher e uma criança. A criança corria entre os andaimes da reforma e a mulher a observava. A ascensorista se perguntava de que forma a mulher e a criança haviam entrado naquela parte interdita do prédio, ficando muito apreensiva com a criança correndo em meio aos andaimes. Para averiguar o que acontecia, entrou no elevador e desceu à portaria em busca do vigia: “Tem uma mulher no segundo andar com uma

criança.” O vigia não as tinha visto passar. Vasculharam todos os andares do prédio e não encontraram um vestígio sequer das duas.

Úrsula conta que passava pelo prédio no momento em que o fato aconteceu e ouviu do vigilante: “Dona Úrsula, tô apavorado. Eu tava aqui de manhã, aconteceu um trem terrível aqui.” “Que que foi que aconteceu?”; ele então narrou toda a história. (Úrsula, entrevista, 2012).

Noivo fantasma

Um rapaz que morava em uma cidade do interior de Minas estava para se casar em Belo Horizonte. No dia do casamento, ele tomou um trem em direção à capital. Havia estação no Carlos Prates, onde seria o casamento. Era chegada a hora do casamento e nem sinal do noivo. De repente, o noivo chega, sobe ao altar e, repentinamente, desaparece. Instantes depois chega a notícia: ao entrar no trem de ferro, caiu, foi atropelado e morreu. (Úrsula, entrevista, 2012).

O capeta montado a cavalo

Este é um caso que circula na família de Otávio. Antenor, tio de Otávio, tomava conta de uma fazenda e, vez por outra, saía a cavalo com os amigos para beber em um povoado vizinho. Porém, na volta do passeio começou uma forte chuva e ele foi aconselhado a não voltar à fazenda sob tais condições. Ainda assim, ele resolveu retornar. Um dos amigos insistiu: “Esse cavalo está cansado”, ele respondeu: “Esse cavalo tem que me levar em casa nem que seja montado pelo diabo”. Ao montar o cavalo, Antenor sentiu alguma coisa em suas costas; o cavalo arriou como se carregasse um peso extra, mas seguiram para a fazenda. Quando chegaram, Antenor gritou aos peões da fazenda: “me socorre porque tem um capeta me agarrando pelo pescoço.” Nesse instante, ele e o cavalo caíram ao chão. Chamaram um preto velho, que sabia rezas e simpatias, para tirar o capeta de cima dele. Mas o cavalo, onde caiu, morreu estourado, de tanto peso que carregou. (Otávio, entrevista, 2012).

O fantasma do pote de ouro

Uma voz misteriosa surgia no meio da noite, do alto da árvore, a dizer: “Eu caio”, em seguida caiu uma perna. As pessoas apavoradas de medo sempre fugiam. Acontece que, um dia, um

sujeito corajoso ao ouvir a voz entoar “eu caio”, respondeu-lhe: “Pode cair.” Caiu então a perna. “Eu caio!” “Pode cair!”, caiu um braço. Depois caiu a cabeça e as demais partes do corpo. Todas as partes se juntaram formando uma assombrosa figura humana que falou ao valente sobre a existência de um pote cheio de moedas de ouro escondido. A localização do pote foi dada a ele, então, o sujeito que teve coragem foi buscar sua fortuna. (Marilene, entrevista, 2012; Alberto, entrevista, 2013).

O homem que virava porco

Na época da quaresma, criaturas estranhas costumam ficar à solta pelas ruas, assombrando as pessoas. Existia um homem, o Faustino, que virava porco e perseguia pessoas, batendo queixo. Assim segue o relato de Odair:

O meu avô, este Faustino falou com ele numa sexta-feira de tarde. Falou assim: “Você tá me enchendo a paciência aí, Periquito, logo eu vou vir bater queixo aí na janela do seu quarto”. Ele falou: “Que bater queixo? Você tem algum poder pra isso?” Ele falou: “você vai ver”. E aí nós fomos dormir, e não é que o cara apareceu lá mesmo? Foi, aí o velho acordou, falou assim: “Aquele miserável, aquele maldito já veio me perturbar aqui, ele falou que vinha, agora fica aí batendo queixo”. Porque o porco tem uma mania de bater queixo. (Odair, entrevista, 2012).

Weitzel (1995) também apresenta uma versão do homem que virava porco, colhida em Coimbra, cidade do interior de Minas, no ano de 1967:

Uma noite de quaresma, noite de encanto, D. Carolina estava na cozinha fritando bolinhos de polvilho de mandioca, quando vê entrando por um buraco da parede um enorme porco, que vem comer o seu vestido. Sem poder gritar, toma da gordura quente e joga-a com frigideira e tudo na cara do suíno, que foge espavorido. Dois dias depois, tem notícia de que seu vizinho Zé Sabarense está de cama e muito mal. Qual não foi seu espanto, ao ver que o vizinho tinha um lado do rosto todo queimado e ninguém sabia explicar como foi que se queimara. D. Carolina o sabia. (WEITZEL, 1995, p. 38).

Em ambas as versões, uma pessoa conhecida, membro da comunidade, transforma-se em porco. Conserva-se também o período das aparições, sempre à noite, durante a quaresma.

Redemoinho do capeta

No Alto Vera Cruz, região leste de Belo Horizonte, acontecia um fenômeno que assustava todos os moradores que o presenciavam. Em uma região descampada do bairro, o vento assoprava fazendo um forte redemoinho. Tinha muita terra e muito lixo que eram revirados pelo redemoinho, ele aparecia e sumia repentinamente. Os moradores acreditavam que aquela ventania intensa era o próprio capeta e diziam: “nossa, é o capeta – onde tem criança – puxa a criança, senão o capeta leva no redemoinho.” Contam que uma criança quase foi levada pelo capeta do redemoinho. (Vanda, entrevista, 2013).

Como e quando surgem as assombrações que povoavam o imaginário dos belorizontinos? De acordo com Starling (2013), o aspecto mal-assombrado da cidade nasceu com sua própria fundação. Os escombros e ruínas do antigo Curral del Rey traziam em si elementos mais que suficientes para alimentar a produção de fantasmas e espectros sombrios. Para a autora, “Fantasmas são vazios contornados de significado, [...] surgem na cidade talvez para indicar o encontro do homem moderno com uma situação urbana que perdeu a escala humana, que não se pode mais apreender do ponto de vista do indivíduo” (STARLING, 2013, s/p).

As narrativas de assombração fazem parte de uma concepção particular de crenças que são consideradas, em muitos casos, histórias reais, retratam concepções que, no limite, provocam reflexões sobre a plausibilidade da existência dos fenômenos sobrenaturais guardados na memória. Questionamentos sobre a aceitação do sobre-humano como possibilidade concreta no plano real acompanham alguns relatos, indicando a existência da crença em fantasmas e assombrações:

Aí, eu corri pra pegar a menina que tava justamente com medo da poeira nela e tal. Aí, eu falei: “gente, será que isso é verdade?” (Redemoinho do capeta – Vanda, entrevista, 2013).

É porque ele estudava na mesma escola que eu trabalhava. E a gente ficava sem saber se aquilo era verdade ou não, né? Foi uma coisa séria. (Loira do banheiro – Neide, entrevista, 2012).

Cada um conta a história, eu tenho meus particulares aqui que eu acredito, se eu acredito um lado, eu respeito o outro, entendeu? E vou por aí. (Loira do Bonfim – Otávio, entrevista, 2012).

Essa aqui é meu sogro que contava: um rapaz ia casar-se aqui em Belo Horizonte. Meu sogro era um homem muito sério. Ele falava que isso aconteceu. Eu prefiro acreditar nele. (Noivo fantasma – Úrsula, entrevista, 2012).

[...] Diz que era uma luz muito grande e que fazia medo. Agora eu fico pensando tem horas, eu penso, né? Não sei. Gente, será que isso era verdade? Eu me pergunto... (Mãe d'ouro – Neide, entrevista, 2013).

Só essa vez e até hoje, eu me pergunto: será que eu vi ou foi imaginação minha? [...] Aí eu fico me perguntando: será que eu vi ou foi imaginação? Mas nunca consegui me responder. Mas fiquei com esse caso na minha cabeça. (Fantasma de branco e chapéu – Otávio, entrevista, 2012).

Partindo do conteúdo dos depoimentos apresentados, observamos a oscilação entre a crença e a dúvida na possibilidade real de ocorrência dos casos relatados. Por um lado, não parece plausível conceber a existência de seres e forças sobrenaturais, mas por outro, as evidências geradas por pessoas que alegam ter vivido ou ouvido de pessoas fiáveis levam os indivíduos a reafirmarem suas crenças, confrontando suas tentativas de negação.

Percebe-se, ainda, que as crenças em assombrações se reproduzem e admitem modificações no percurso da história, o que justifica a existência de diversas versões de algumas narrativas. Assim, podem ser encontradas variações de elementos constitutivos das narrativas, bem como observada sua circulação em locais e períodos diversos. São exemplos as narrativas: loira do banheiro; loira do Bonfim; e o fantasma da Serra do Rola-Moça, sendo possível encontrar diversas variações na estrutura de enredo dessas narrativas e nos locais e períodos de sua circulação.

Em outros casos, são apresentadas narrativas de circulação restrita, que acabam por produzir uma forma de identidade individual, familiar ou de um grupo específico. Em alguns depoimentos isso fica evidenciado, chamando a atenção para o fato de ser uma história conhecida por poucas pessoas, que não integram uma crença generalizante, apesar de apresentar como traço comum o morto que volta ao mundo dos vivos. Esse é o caso de narrativas como: a menina do lacinho cor-de-rosa; a assombração da padaria; o fantasma de branco e chapéu; a menina fantasma da Secretaria de Estado Educação de Minas Gerais; o noivo fantasma; e o capeta montado a cavalo. Nessas narrativas, é menos comum encontrarmos grandes variações de enredo ou de circulação, pois costumam ter sua origem aparentemente bem demarcada.

As narrativas de assombração surgem, em certa instância, como elaborações humanas que buscam explicações para fenômenos que, a princípio, são inexplicáveis. O sistema de crenças permitido nessas elaborações é cultural e historicamente construído, é reflexo de formas de expressão diante do universo sobrenatural. Essas construções imbricadas na história das pessoas comuns esboçam sentidos e significados do universo fantástico presente em suas memórias e que traduzem sentimentos de medo, de fascínio e, até mesmo, de respeito diante daquilo que as razões de seus atores são incapazes de compreender.

Podemos compreender a circulação de narrativas de assombração como uma resposta coletiva aos medos e ansiedades de determinados grupos sociais. Tais narrativas surgem e circulam como uma forma discursiva de compartilhamento de crenças e, provavelmente, é isso que faz com que sejam constantemente contadas e ouvidas, alimentando sua difusão.

As crenças representadas nesse tipo de narrativas podem circular não importando a via de transmissão ou o quão longe geograficamente estejam. Assim, foi possível localizar versões dessas narrativas que circulavam tanto oralmente quanto por suportes impressos, como jornais e coletâneas literárias. Pela associação dos relatos dos entrevistados a outras fontes, como narrativas do acervo do Arquivo Português de Lendas, percebe-se que sua circulação não é um fenômeno local e isolado, a transmissão e retransmissão de tais narrativas têm ocorrido em diversas regiões do mundo, em distintos períodos históricos.

4.2 NARRATIVAS DO FOLCLORE

Conhecidas de muitos, algumas narrativas atribuídas ao folclore nacional, e mencionadas durante as entrevistas neste estudo, foram narradas como situações vivenciadas pelos próprios entrevistados ou por pessoas deles próximas. Foram apontadas as seguintes narrativas de folclore:

- Lobisomem
- Mula sem cabeça
- Saci-pererê

Seguindo uma linha de crença no sobrenatural, tal como tratado nas *narrativas de assombração*, as narrativas próprias do folclore também evocam seres de natureza sobre-humana que integram a cultura e as crendices populares. Segundo a *Carta do Folclore Brasileiro*⁹⁵, considera-se folclore “o conjunto das criações culturais de uma comunidade, baseado nas suas tradições expressas individual ou coletivamente, representativo de sua identidade social. Constituem-se fatores de identificação da manifestação folclórica: aceitação coletiva, tradicionalidade, dinamicidade, funcionalidade” (Carta do Folclore Brasileiro, 1995, p. 1).

O sentido de categorizar as narrativas sobre o lobisomem, a mula sem cabeça e o saci-pererê como folclóricas, distinguindo-as das narrativas de assombração se deve ao alcance territorial observado na disseminação dessas histórias. Assim, poderíamos considerar, valendo-nos das definições de Cascudo (1995), a existência de um folclore brasileiro, presente em diferentes regiões do país e de um folclore belorizontino, cujo alcance se mostra mais restrito, com circulação preponderantemente local.

Como expressão individual ou coletiva de criações culturais, encontramos nas narrativas relatadas histórias que são de conhecimento coletivo, mas que vêm carregadas de uma considerável carga de subjetividade. Mais especificamente, os causos da mula sem cabeça e do lobisomem assumem uma conotação marcadamente individual, tendo a manifestação da primeira criatura ocorrido ao pai de uma entrevistada e, a segunda, à própria pessoa que deu a entrevista. O saci, por sua vez, é referenciado como experiência de outrem, dois dos entrevistados alegaram conhecer pessoas que afirmam ter visto o moleque de uma perna só.

O folclore brasileiro possui uma série de mitos, de origens diversas, que, segundo Weitzel (1995), integram narrativas de fatos que transcendem a natureza humana, “seus personagens são entes sobrenaturais, divinos ou divinizados: deuses, gênios, demônios, totens, duendes, em suas inúmeras figurações” (WEITZEL, 1995, p. 36).

⁹⁵ Documento produzido pela Comissão Nacional de Folclore em agosto de 1951 e reelaborada em dezembro de 1995. Define os seguintes tópicos relacionados ao folclore brasileiro: I) Conceito; II) Pesquisa; III) Ensino e Educação; IV) Documentação; V) Salvaguarda e promoção; VI) Direito do autor; VII) Evento; VIII) Turismo; IX) Grupos parafolclóricos; X) Comunicação de massa; XI) Publicações; XII) Intercâmbio; XIII) Subcomissões; XIV) Hierarquias; e XV) Recursos financeiros. Documento disponível em: <<http://www.fundaj.gov.br/geral/folclore/carta.pdf>>. Acessado em: 9 maio 2014.

Em seu *Dicionário do folclore brasileiro*, Cascudo (1988, p. 334) define folclore como “a cultura do popular, tornada normativa pela tradição. Compreende técnicas e processos utilitários que se valorizam numa ampliação emocional, além do ângulo do funcionamento racional.” Chamamos a atenção para a questão emocional apontada por Cascudo. Esse elemento se encontra presente de forma marcante nos relatos. Embora alguns trechos deem a entender que o relator possui compreensão do elemento fantástico presente em suas assertivas, há um reforço emocionado que se pauta na experiência (sua ou de outrem) diante das criaturas mencionadas.

Na definição de folclore, Cascudo continua: “A mentalidade, móbil e plástica, torna tradicionais os dados recentes, integrando-os na mecânica assimiladora do fato coletivo, como a imóvel enseada dá a ilusão da permanência estática, embora renovada na dinâmica das águas-vivas.” E ainda: “Não apenas conserva, depende e mantém os padrões imperturbáveis do entendimento e ação, mas remodela, refaz ou abandona elementos que se esvaziaram de motivos ou finalidades indispensáveis a determinadas sequências ou presença grupal” (CASCUDO, 1984, p. 334). Nos exemplos retirados das entrevistas, percebe-se a formação desses “padrões imperturbáveis do entendimento”, as afirmações de envolvimento com as criaturas folclóricas são taxativas, não deixam margens para dúvidas de sua veracidade. É perceptível como, sobretudo a mula sem cabeça e o lobisomem, saem do plano das ideias, do imaginário coletivo e folclórico para integrarem as experiências particulares (e reais) desses sujeitos.

O lobisomem

A crença em homens metamorfoseados em animais faz parte da mitologia humana desde tempos imemoriais. São vários os exemplos de mesclas de humanos e animais que se pode citar, como: harpias (ave de rapina), sátiros ou faunos (bode), górgonas (serpente), minotauros (touro), centauros (cavalo), esfinges (leão), sereias (peixe), entre outros. O lobisomem, criatura que surge da metamorfose entre o homem e o lobo, seria um caso a mais entre a vastidão de mesclas fantásticas. O lobisomem combinaria, dessa forma, o animismo com a zoologia religiosa, teria também traços de alma penada associada à ideia do pecado e da penitência (CASCUDO, 1984).

Cascudo (1984) localiza o lobisomem como um mito universal, que já fora estudado por pensadores como Plínio, Heródoto, Santo Agostinho, Ovídio e Isócrates, conforme aponta Laura de Melo e Souza:

Acreditava-se então – como ainda o fazem muitos habitantes do Brasil rural hoje – que determinadas pessoas tinham a virtude de se transformar em animais. Tal crença remontava à tradição folclórica europeia, perdida nos tempos – o tempo em que os animais falavam, em que belas desposavam feras, e às tradições indígenas e africanas, onde jabutis, cágados, macacos, bois agiam como se fossem homens. Ainda na antiguidade, construíram-se dois estereótipos: o da estriga e o do homem-asno. Este foi celebrado por Apuleio; as estrigas, por sua vez, aparecem em Ovídio, chupando o sangue de crianças e soltando gritos estridentes, espécie de mistura de coruja com vampiro. Santo Agostinho dizia que os homens sonhavam que o demo os metamorfoseava em animais. Na Europa, a demonologia da época Moderna emprestou elementos de metamorfose da tradição folclórica milenar. Em 1428, processos de feitiçaria em Sion, no Valais e em Toldi já aludiam à metamorfose, associando-a ao vôo noturno das bruxas. Bruxas, portanto, tinham a capacidade de se transformar em animais: as que foram queimadas em Lisboa no auto-de-fé de 1559 iam ao sabá transformadas em cães e gatos por arte do demo. Demonstrando que na esfera do divino o homem e animal se confundem arquetipicamente, também os tupinambá acreditavam que o feiticeiro era passível de sofrer metamorfose, assumindo feições zoomórficas. (MELO E SOUZA, 2009, p. 326).

Weitzel (1995) reitera a universalidade do lobisomem, que é detalhada em função das origens de sua circulação por Cascudo (1984). Segundo Cascudo (2002), a transformação em lobisomem é constituinte desse mito universal que chegou ao Brasil na memória do colonizador, decorrente da cultura ibérica, na qual virar lobo significava um fado por alguma ofensa moral grave. Afirma, ainda, que o lobisomem é a criatura com “a maior área geográfica de influência e crédito tradicional” (CASCUDO, 1984, p. 441). Porém, especificidades sobre o que levaria um homem a metamorfosear-se em lobisomem não foram mencionadas nas entrevistas. Apresentamos, a seguir, os relatos sobre o lobisomem coletados nas entrevistas.

O caso mais expressivo envolvendo aparições de lobisomem foi relatado por Joana, tendo ela própria se encontrado e tido uma rixa com a criatura. Durante a entrevista, perguntei à Joana sobre lembranças de audições de narrativas, se costumava ouvir histórias dos pais ou de outros adultos. O questionamento gerou uma mudança instantânea no semblante de Joana. Com as sobrancelhas arqueadas, olhos arregalados e boca entreaberta, ela deu início ao relato de sua abissal experiência: “Eu vou te falar com você, você não vai acreditar! Lobisomem eu vi!” Reforço a assertiva com uma pergunta: “A senhora viu o lobisomem?” Joana demonstra impaciência com o questionamento e sem reservas responde em tom de voz alterado: “Vi! Vi! Eu vi!” Em seguida peço a Joana que detalhe o encontro com a criatura:

Lá dentro de casa! Chegou... E eu ouvi. Ver, eu não vi não, mas, eu ouvi. E ele... Chegou um mendigo na minha porta, pediu... Chegou na porta e falou assim. “Cês me dão um abrigo até amanhã? Eu tô com fome! Me dá comida!” Aí eu falei: “Pera aí que eu vou chamar minha mãe.” Aí eu falei assim: “Ô mãe, coitadinho dele!” Que toda vida

eu tenho muita dó dos outros, eu gosto muito de ajudar. “Ô mãe, coitadinho! Dá ele, mãe, o lugar dele dormir aqui ó. E põe comida e dá ele, coitadinho, por que ele disse que tá com fome, andando...” Mas, aquele homem era esquisito mesmo sabe? Assim com uma trouxinha nas costas. Aí mamãe falou assim: “Eu posso dar ele a comida, mas a dormida eu não posso. Como é que eu vou por ele pra dormir aqui dentro de casa uma pessoa que eu não conheço?” Eu falei: “Faz isso não, mãe! Faz isso, não!” E a mãe arrumou cama pra ele junto com meu irmão, no quarto.

Aí quando foi meia-noite... Eu toda vida eu fui muito curiosa! Quando foi meia-noite eu tô escutando assim. “Ai meu Deus, tá na hora de cumprir a minha penitência.” Aí eu falava assim: “Ô mãe, que isso, mãe? Essa voz aí? Mãe.” “Não é nada não menina, vá dormir!” Eu falei: “É sim! Eu vou levantar agorinha mesmo pra mim ver o quê que isso! É sim!” Aí tornou a falar: “Ai meu deus, tá na hora de cumprir a minha penitência!” Ah, minha filha, o coração quase saiu pela boca de medo! Eu falei: “eu vou...” Aí o meu irmão deu um grito: “Socorro!” Eu falei: “Uai! Mãe, mãe, olha! José tá gritando socorro!” Quando cheguei lá minha filha, tava aquele... aquele homem mais esquisito, aquele... transformou! Ele entortou todo! Aquela coisa mais esquisita com aqueles olhão arregalado assim, da cor da sua blusa (vermelhos). Aí eu falei: “Nossa senhora, mãe! Isso é lobisomem!” Eu corri, abri a porta, abri o portão da rua, e peguei um tição de fogo. Quando eu levei o tição de fogo nele, ele saiu correndo pra rua afora, mas o meu irmão ficou todo rasgado!

Crê em Deus pai! Crê em Deus pai! Todo rasgado minha filha! Rasgou a camisa dele toda! E o corpo dele ficou todo arranhado assim. Aí eu falei: “Aí, mãe, aí tá vendo!” “Culpada é ocê, minha filha! Mandar dá apoio, dormida pra pessoas que a gente não conhece aí! Isso é o lobisomem!” Eu falei: “É mãe?” Ela falou assim: “É!” E aí eu falei: “Minha Nossa Senhora! Eu falei, não, mãe. Mas, ele vai voltar! E essa roupa dele que ficou aqui?” Ele tirou a roupa, as vestes e jogou! E saiu correndo pela rua afora! Crê em Deus pai e cruz! Eu tô falando com você por que eu vi! Nunca esqueci disso, minha filha! (Joana, entrevista, 2013).

Note-se que Joana reforça o fato de ter, ela própria, visto o lobisomem. Esse recurso é usado como forma de garantir ao interlocutor a veracidade da narrativa contada, o que, por sua vez, já demonstra que intimamente Joana tem noção do quão fantasioso pode soar seu depoimento. Mais adiante ela repete: “Eu vi! Eu vi! Eu vi!”

Em outro momento da entrevista, Joana afirma que já conhecia a história do lobisomem como uma lenda, algo em que não se pudesse acreditar como plausível de uma existência concreta:

Joana: Às vezes quando chegava na quaresma, ela falava... Minha mãe sempre falava: “Cês fica veiaço, fica quietinho dentro de casa, que hoje vai dar meia-noite, a mula sem cabeça e o lobisomem vai começar a rodar.”

Joana: [...] eu ouvia falar sobre lobisomem e mula sem cabeça, só que eu falei: “Isso é lenda! E eu não acredito.” [...] Falava: “Ah, mãe, isso é lenda e eu não acredito nisso não! Eu nunca vi! Eu tenho que vê pra crê! Sô igual a São Tomé. Eu tenho que vê pra crê.” Ela falou: “Menina, menina, se cê ver um lobisomem você não vai aguentar!” “Mas, eu quero ver!”

Flávia: E viu!

Joana: E vi! E vi! (Joana, entrevista, 2013).

Além disso, a história do lobisomem e de outras criaturas sobrenaturais era usada por sua mãe como ferramenta de controle dos filhos, era um meio de tirar proveito do medo como agente repressor de comportamentos inconvenientes. Tudo isso ajuda a clarificar o empenho de Joana em tornar seu encontro com o lobisomem o mais factível possível.

Em sua história, alguns elementos tratados por Cascudo (1984) são reforçados, como a transformação de homem em fera, à meia-noite, e o fato de ter uma sina a ser cumprida, um fardo a ser carregado. O enredo de enfrentamento à criatura também não é algo original. Cascudo (1983) informa a existência de inúmeros depoimentos alegando embates pessoais com a criatura.

A história de Joana com o lobisomem não se encerrou após o incidente em sua casa, quando ela o espantou com um tição de lenha. No dia seguinte, agora antes do anoitecer e ainda com traços da metamorfose, o homem retornou aos arredores de sua casa:

Aí, minha filha, quando foi de tardinha, ele apontou lá na esquina, eu tava no portão e falei: “Mãe, aquele homem ‘evém’!” Aí ela falou assim: “Põe essas roupas dele aí fora, que aqui ele não entra não!” Aí eu peguei, pus as roupas dele lá fora, ele chegou com aquele olho arregalado; com aquele olho vermelho, e com a boca toda cheia de pelo. Os dentes tudo agarrado, aqueles pelo vermelho. Aí, eu falei: “Crê em Deus pai e cruz! Misericórdia! Sangue de Jesus que tem poder!” Pus a roupa dele lá e falei: “Some daqui! Aqui ocê não fica mais não!” (Joana, entrevista, 2013).

Por meio desse trecho também é perceptível a marca da religião cristã, mais especificamente, católica, na fala de Joana. Ela entoa ladainhas rituais como forma de proteção às forças do mal que estariam presentes na criatura. Joana relata que seu encontro com o lobisomem foi contado aos filhos e também aos netos, ela faz questão que a família saiba dessa experiência.

Outras referências ao lobisomem também foram feitas durante as entrevistas. Vanda, por exemplo, contou a seguinte história:

Tinha um homem que virava lobisomem, e ele tinha um filho, era casado e tinha um filho. Um dia, a mulher dele chamou ele, era época de lua cheia, pra ir passear na casa da mãe dela. E que ele falou: “Vamos, mulher, eu vou com você”. E foi. Na hora de voltar já tava anoitecendo, e era época de lua cheia. Aí que ele falou com ela assim: “Olha, cê vai na frente que eu vou atrás”. Tava na hora dele virar lobisomem. E falou com ela: “Se cê ver um barulho, cê sobe numa árvore e fica bem no alto, que pode ter algum bicho aí pra te pegar. Mas eu te alcanço ainda.” Ela veio, né, diz que a lua clara, e ela com medo: “Gente, cadê meu marido que não aparece? Será que eu vou chegar em casa sozinha?” [...] Aí diz que quando ela escutou um barulho, um urro, ela subiu na árvore e ficou lá com o neném enroladinho, morrendo de medo. Aí que apareceu o lobisomem, ficou voando assim, querendo pegar ela com o neném, e ela segurando o neném lá em cima, e que a manta do neném era uma manta vermelha, ficou cá embaixo. Diz que ele voava na

manta pra poder pegar o menino. Chegou certa hora ele foi embora. Aí diz que ela olhou, sumiu, ele foi embora. Que ela falou: “Meu Deus do céu, onde que tá meu marido?” E que ela saiu correndo, foi embora pra casa correndo. Aí diz que quando ele chegou já tava amanhecendo o dia. Ela falou: “Onde que cê tava, criatura? Cê precisa de ver o bicho que apareceu lá querendo pegar meu menino, rasgou a manta do menino toda”. Diz que ele riu e falou: “Que isso, mulher?” Diz que quando ele riu, o coisa da manta tava agarrado no dente dele. “É você, seu lobisomem?” Aí que ela deu um grito, e o marido dela virava lobisomem. Por causa da manta do menino que tava nos dentes dele. (Vanda, entrevista, 2013).

Alguns elementos normalmente presentes em outras variantes do lobisomem podem ser destacados nessa versão contada por Vanda. Conserva-se o horário de aparição da criatura, à noite, e a imagem da lua cheia. Também são comuns narrativas que trazem ataques a mulheres e crianças, exatamente como referido aqui. Versão semelhante foi recolhida por Weitzel (1995), de uma moradora de Juiz de Fora, Minas Gerais, em 1985:

Uma moça estava namorando um rapaz, e ela não sabia que ele era lobisomem. Então namoraram, noivaram, casaram.

Quando chegou na Quaresma, um dia ele convidou ela pra sair à noite. Aí ela saiu com ele, passearam e tudo.

Então ele falou assim:

- A lua tá muito clara! Tá que nem um dia. Você fica me esperando aqui, que eu vou ali e volto já.

E nisso ela ficou lá esperando. Está esperando e nunca mais que ele voltava.

Quando uma certa hora apareceu aquele monstro, aquele porco, e investiu nela. E ela tá que grita daqui, debate dali. Ela teve que trepar numa árvore, para se ver livre dele, mas mesmo assim ele ainda rasgou a roupa dela. Aí ela naquele medo danado, e ele não aparecia. E ela ficou lá, com aquele pavor todo, sem poder voltar pra trás nem nada.

Nisso, depois que ele demorou demais, quando ele chegou, ela falou assim:

- Oh! Mas você teve a coragem de me largar aqui sozinha? Eu passei o maior sufoco aqui com um bicho me perseguindo!

[...]

- Cê boba. Vamos andar; vamos, esquece disso.

Ela ainda não tinha percebido que era ele. E assim ficou. [...]

Mas ele, toda noite, durante a Quaresma inteirinha, ele saía. Demorava para chegar, e ela sempre assim com aquele medo, aquele pavor. [...]

Aí, quando chegou no outro ano, ela estava esperando um filho. E nisso ele tinha virado lobisomem, e ela tava com nenenzinho novo. (O lobisomem persegue muito criança, não é?). Então ela estava com nenenzinho novo assim na porta, quando apareceu aquele bicho, investiu nela, ela mais que depressa bateu a porta e fechou a casa, e ele ficou lá no terreiro.

[...]

Então, passado bem tempo, ela deixou uma roupa no varal (e ele tinha virado lobisomem). Então, nessa roupa do varal, ele roeu a roupa dela tudo.

Quando foi no outro dia, ele estava dormindo, ela viu os fiapos de roupa dela tudo dentro dele.

Ela falou assim:

- Ah! Quer dizer que ele mesmo é que é lobisomem?!

Passou a mão nos trens dela, nas roupas dela, e foi embora, não quis mais saber. [...]. (WEITZEL, 1995, p. 39-40).

Note-se que também nesta versão, o lobisomem ataca a mulher e seu filho pequeno. Como narrado por Vanda, a esposa sobe em uma árvore para escapar da fera e também descobre a identidade do lobisomem por meio de restos de tecido encontrados na criatura. É interessante observar o destaque dado pela informante de Weitzel ao fato de lobisomens perseguirem crianças, relatos que também podem ser encontrados em Bezerra (2011), no Cariri – CE, que apresentam o interesse do lobisomem em atacar e comer crianças.

Outros entrevistados como Alberto e Otávio afirmam ter ouvido narrativas sobre o lobisomem na infância, mas não citam detalhes.

A mula sem cabeça

A mula sem cabeça é mais um exemplo de metamorfose sofrida por um humano em animal. A criatura é definida por Cascudo (1988, p. 510) como “a concubina do sacerdote”. A transformação em mula sem cabeça implica no fado a ser pago em função de um desvio moral, nesse caso, ter tido um relacionamento amoroso com um padre. Essa seria uma forma de advertência às mulheres para que não sucumbissem aos clérigos e, sobretudo, que não tentassem seduzi-los.

Embora a mula sem cabeça esteja presente em algumas entrevistas, os sujeitos se restringiram a contar experiências de suas aparições, não explorando os motivos que levariam à transformação humana na criatura. Cascudo (1988) apresenta as seguintes características da mula sem cabeça:

Na noite de quinta para sexta-feira, transformar-se-á num forte animal de identificação controvertida na tradição oral, e galopa assustando quem encontra. Lança chispas de fogo pelas narinas e pela boca. Suas patas são como calçadas de ferro. A violência do galope e a estridência do relinchado são ouvidas longamente. Vezes soluça como uma criatura humana. O encanto desaparecerá, quando alguém tiver a coragem de arrancar-lhe da cabeça o freio de ferro que leva. Dizem-na sem cabeça, mas os relinchos são inevitáveis. Quando o freio lhe for retirado, reaparecerá despida, chorando arrependida, e não retornará à forma encantada, enquanto o descobridor residir na mesma freguesia. (CASCUDO, 1988, p. 510).

Outra forma de acabar com o encantamento da mula sem cabeça seria fazer-lhe sangrar em qualquer quantidade, até mesmo uma gota seria suficiente para quebrar a maldição – tal qual se opera com o lobisomem. Além das características descritas por Cascudo, Weitzel (1995) acrescenta a informação de que a criatura, em algumas versões, seria cavalgada pelo demônio.

Em recolha realizada no ano de 1967, em um lugarejo próximo à Coimbra, interior de Minas, Weitzel apresenta a seguinte versão:

Éramos pequenos e já dormíamos, quando fomos despertados. Era papai que nos chamava, para ver uma mula-sem-cabeça. Não vi nada. Ouvi, porém, o barulho que fazia com os cascos e os sinos. Era como se fosse uma tropa inteira que corria desesperada morro abaixo. / No dia seguinte, papai nos explicou tudo. A mula-sem-cabeça é uma concubina de padre, que, para livrar-se do pecado da sedução, transforma-se em mula. A cabeça não aparece, porque ela não a tem (é desmiolada). Assim, ela deve percorrer sete córregos, antes do galo cantar, para livrar-se do pecado, o que dificilmente consegue, pois, não tendo cabeça, costuma passar as sete vezes pelo mesmo caminho. / Tem outro meio de salvação. Este é por intermédio de uma alma boa que, vendo-a passar, toma o terço e retira uma de suas contas e estende-o em seu caminho. Ao passar, a mula dá com ele e põe-se a contá-lo. Não encontrando as cinquenta e nove contas, pensa que se enganou na contagem e repete a manobra uma e muitas vezes, até que o galo cante. / Ao cantar do galo, ela perde o mal encanto e se encontra nua no caminho. (WEITZEL, 1995, p. 38-39).

Weitzel apresenta nessa versão outras formas de romper com o encantamento da mula sem cabeça, o que segundo lhe fora relatado no momento da recolha, é uma forma eficaz de solução, visto que uma das criaturas do lugarejo fora desencantada por meio desse processo. O contato com a mula sem cabeça não seria privilégio dos personagens da narrativa de Weitzel. Neide relata que seu pai não apenas esteve diante da besta, como também foi perseguido por ela, conforme depoimento que se segue:

Pois é, eu posso contar uma coisa com meu pai? Passou com meu pai. Bom, eu até hoje fico sem saber se aquilo foi verdade. Meu pai era um homem que gostava muito de sair à noite, ia pra... venda, né, quer dizer armazém, né? [...] E ele gostava muito de ficar ali, que ele gostava de beber e tal. Aí um dia, ele diz que foi pra casa e uma mula acompanhou ele, e essa mula foi acompanhando ele, foi, e ele com muito medo, aí chegou lá na casa da minha avó, a casa da minha avó era uma casa muito grande, e tinha uma escada muito grande; antigamente as escadas eram feitas pelos escravos, então eram cheias de pedras, né? Era assim. Aí ele diz que essa mula rodeou a casa inteira. Minha avó viu, todos ouviram, sabe, e isso ficou assim na memória de todo mundo. Quê que será aquilo que acompanhou meu pai? Bom, coisa boa, todo mundo achava que não. Achava que era uma coisa... [...]

Ele viu. Ele viu, viu a mula. A mula acompanhou ele. E essa mula o povo falava que era mula sem cabeça, né? E ele passou muito aperto, meu pai, por causa disso. Minha avó contava que ele passou muito tempo sem ir na rua. Na rua assim, nas vendas, né? Não ia na venda porque tinha medo. Ele tomou medo nessa época. E foi muita gente que teve medo desse caso. [...]

Diz que no outro dia, diz que quando a minha avó abriu a porta que ele entrou, minha avó fechou a porta, essa mula andou em volta da casa, e essa escada, no outro dia essa escada tava toda arrancada. Tirou as pedras do lugar, diz que foi uma coisa impressionante. Então o pessoal tinha muito medo. Tinha muito medo. Agora, meu pai foi um homem que viu de perto a mula sem cabeça. Então a gente ficava assim meio receosa naquela época, né? Assim, meu Deus, será que esse trem vai aparecer pra mim? (Neide, entrevista, 2012).

Mesmo demonstrando certa incredulidade no princípio do relato, Neide se cerca de artifícios argumentativos que buscam evocar a veracidade do caso. Não apenas o pai teria visto a mula sem cabeça, mas também sua avó, além de outras pessoas que, embora não a tivessem visto, ouviram-na.

Neide se questiona quanto aos motivos que teriam levado a mula a perseguir seu pai, antecipando a hipótese que algo de errado estaria por trás da aparição. Mais adiante, durante a entrevista, Neide busca uma solução possível para o fato: “Minha avó falava que ele [o pai] era muito abusado⁹⁶. Assim, não buscava muito a Deus, não tinha muita fé, e bebia muito, falava muito palavrão, e minha avó falava que ele gostava muito de falar aqueles nomes feios, né?” (Neide, entrevista, 2012).

Mais uma vez é possível perceber princípios religiosos orientando a lógica de compreensão de narrativas sobrenaturais. A postura cristã, bastante presente na vida de Neide, leva-a em busca de uma desconstrução da possibilidade concreta de uma mula sem cabeça – criatura associada ao mal e ao demônio – ter, de fato, aparecido e perseguido seu pai. Os elementos da narrativa fantástica, outrora reafirmados em seu discurso, sofrem um gradativo processo de desconstrução a fim de acomodarem as atuais crenças cristãs de Neide:

Assim, hoje não sei se eu penso que aquilo foi verdade, se foi uma lenda, pra mim, porque aquilo foi mais uma lenda.

[...]

Hoje, por exemplo, que hoje graças a Deus, eu conheço Deus, mais que antes, né? Porque hoje eu sou evangélica. Aí o que que acontece: eu conheço mais a Bíblia, né, na verdade. Então eu não creio. Eu creio que essas coisas... Porque o povo é muito, como é que fala? Eles acreditavam muito em superstição... (Neide, entrevista, 2012).

Embora não afirmem terem, eles próprios, contato com a mula sem cabeça, Otávio e Joana relatam casos de pessoas que alegam já terem visto a criatura:

Aqueles casinhos que juntam aqueles bolinhos antes da professora entrar na sala, ali eu sei tudo. Aí sai “outro dia eu vi a mula sem cabeça. Minha mãe assustou, minha mãe não sei o quê, meu pai correu atrás...” (Otávio, entrevista, 2012).

A minha vizinha que... a dona que mora lá perto lá de casa comenta até hoje, sobre lobisomem e mula sem cabeça. [...] Que existe lobisomem e mula sem cabeça na quaresma. (Joana, entrevista, 2013).

⁹⁶ Abusado é uma expressão empregada em algumas regiões do país com o significado de atrevido, enxerido, intrometido, sem limites.

Independente dos motivadores da aparição da mula sem cabeça, ou mesmo dos rituais que precisam ser cumpridos para que o mau encanto se quebre, fica evidenciada a característica censuradora e reguladora que se encontra por trás da circulação dessa narrativa. Seja para conter a quebra de celibato clérigo ou para ameaçar crianças malcriadas, tudo indica que a mula sem cabeça não costuma galopar noite adentro sem uma motivação moral, religiosa ou disciplinar.

O saci-pererê

Personagem largamente conhecido do folclore nacional, o saci, saci-pererê, está sempre disposto a aprontar alguma traquinagem. Cascudo (1988) o localiza com diferentes concepções no país, sendo considerado em algumas regiões uma entidade maléfica e, em outras, chistosa e zombeteira. Há certa uniformidade, entretanto, na descrição das características do saci, identificado como uma criança negra, com uma única perna, usando uma carapuça vermelha na cabeça, com um cachimbo na boca.

Em 1918, em plena Primeira Guerra Mundial, Monteiro Lobato escreve uma obra inteiramente dedicada ao saci⁹⁷, realizando levantamentos diversos sobre sua origem e características. Seguem-se algumas referências ao Saci reunidas na obra de Lobato:

[...] o saci era um diabinho muito peludo, muito vivo e travesso; andava sempre de camisa vermelha e tinha uma perna só. A sua profissão era carregar para uma mata muito distante as crianças desobedientes e manhosas. Daí o efeito mágico das duas palavras quando um de nós chorava ou fazia travessuras. Sobre mim a influência do Saci foi terrível até bem poucos anos. A mínima sombra em qualquer canto já eu via o saci. (Fragmento do depoimento 1, p. 40).

[...] o saci só andava em noites de sextas-feiras. / E era por isso que não se faziam rosca doce, biscoitos e furrundum, de sexta para sábado, que a rosca azedava, o biscoito não crescia e o furrundum não tomava ponto... intervenções do peste do saci. (Fragmento do depoimento 2, p. 46-47).

[...] anda sempre vestido de vermelho e tem uma perna só e um rabinho muito fino... À noite, quando os animais estão no campo dormitando, ele trepa no pescoço de um deles,

⁹⁷ Trata-se da obra *Sacy-Pererê*: resultado de um inquérito, na qual Lobato solicita aos leitores do *Jornal Estado de São Paulo*, no qual era colaborador, que enviassem carta com informações ou experiências com o mito, abrindo dessa forma um inquérito sobre o saci. A chamada da coluna “Estadinho” propunha um “depoimento honesto” de seus leitores, que buscasse atender à seguinte solicitação: 1º) Qual a sua concepção pessoal do saci; como o recebeu na sua infância; de quem recebeu; que papel representou tal credence na sua vida, etc. 2º) Qual a forma atual da credence na região do país em que o leitor vivia. 3º) Que histórias e casos interessantes conhecia a respeito do saci. (p. 39). O movimento de Lobato ganhou grande repercussão na época, sendo referenciado até mesmo por grandes estudiosos do folclore nacional, como Câmara Cascudo. Parte da obra pode ser acessada em: <<http://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=zdcfDhxGbT8C&oi=fnd&pg=PR2&dq=saci+perer%C3%A4A&ots=NzYvMjxWhE&sig=ssKSjkV6PsLJucKgeQn8PT-BrJM#v=onepage&q=saci%20perer%C3%AA&f=false>>.

faz uma trança na crina, para segurar-se, e suga-lhe o sangue, que é seu alimento preferido... (Fragmento do depoimento de Plínio Santos, p. 49).

[...]neste sufrante o tinhoso sartô pra riba de mim égua que tava pastando ao pé da estrada, inrolô as crina da sobre dita égua, feiz como um estrivo e feiz a égua saí nua espara que parecia o dianho; a égua garro a estrada pra banda de casa pra vê se escapava daquele lucifézinho, eu deparei de atrais inté perto quagi do pastinho de casa; ahi eu vi ôtra vez o tar 'rodamoinho' no caminho ao pé de mim [...]. dizem os antigo que esse tar saci é fio dos ventos, mais só qué brincá, nunca não feiz mar para ninguém; mais que exeste é verdade. (Fragmento do depoimento de Manuel da Borroca, p. 53-54).

[...] Minha concepção pessoal do saci era a de um sujeito cabuloso, arteiro, irrequieto, muito moleque, sendo todavia desprovido de maldade; gostava, sobretudo, de pregar peças aos... medrosos. (Fragmento do depoimento de Carlos Silveira, p. 67).

Há, além dos citados aqui, uma infinidade de depoimentos sobre as feições e atividades corriqueiras do saci. Nas entrevistas, não encontramos experiências pessoais envolvendo as aparições do saci, como no caso do lobisomem. Entretanto, são feitas menções ao saci por meio da experiência de outrem.

O depoimento de Manuel da Borroca traz um elemento que Vanda destaca em seu relato: o vento. No Alto Vera Cruz, segundo conta, ventava muito e, além disso, havia muitos bambuzais que faziam um barulhos perturbadores ao som da ventania. As pessoas se apavoravam achando que essas manifestações eram, na verdade, um indício da presença do saci: “[...] quando ventava, ‘xiii’, tinha aquele barulho. O pessoal: ‘Nossa, é o saci que tá assoviando ali no bambuzal!’ [...] Claro que eu acreditava que era o saci.” (Vanda, entrevista, 2013).

Otávio também menciona ter um amigo que chegou a ver o tal negrinho travesso, cujas aparições se davam em seu quintal. Ele ouvia do colega as peripécias e contratempos provocados pelo saci que, vez por outra, dava o ar da graça. Embora tenha se referido à experiência do amigo com o saci, Otávio fez questão de destacar sua incredulidade diante das aparições: “eu nunca fui muito crédulo nisso não.” (Otávio, entrevista, 2012).

Talvez por ser o saci um reconhecido membro do folclore nacional e, em decorrência, considerado um ser mítico existente apenas na imaginação popular, cause desconforto relatar em uma entrevista supervisionada por um gravador que histórias de aparição do negrinho pudessem figurar como algo crível. É importante perceber que esse tipo de preocupação não está presente no relato de Vanda – integrante do mesmo segmento que Otávio – no qual é demonstrada descontração ao lembrar-se da crença e do medo do saci.

4.3 NARRATIVAS SOBRE TIPOS POPULARES

As narrativas referentes a tipos populares surgiram, em geral, do relato de pessoas que conheceram, ou ouviram falar de moradores famosos de Belo Horizonte, os quais trataremos aqui por tipos populares. É muito comum encontrarmos em cidades e povoados, de maneira geral, figuras conhecidas por quase toda a população, e Belo Horizonte não é uma exceção. A história da cidade guarda consigo memórias de diversos tipos populares, sujeitos que marcaram o cotidiano da capital pela irreverência ou forma pitoresca de se comportar (MONTEIRO, 1994).

Trata-se de pessoas públicas que ficaram bastante conhecidas pela população durante o período de 1930 a 1960, sendo alguns conhecidos até os dias atuais. Encontrados em geral perambulando pelas ruas das cidades, alguns foram manchete de jornais de época, inclusive de páginas policiais, como Cintura Fina. Outros, como o banqueiro Luciano do *Banco Financial*, que povoava as páginas de folhetins sensacionalistas, como o *Binômio*⁹⁸, tendo alardeado seu gosto pelas mulheres e comportamento de eterno conquistador. Há ainda lembranças de tipos populares que ficaram marcados nas páginas de um romance, como Hilda Furacão, de cuja efetiva existência não se tem garantias. Aqui trataremos de alguns deles, figuras exóticas que ficaram marcadas na lembrança dos entrevistados⁹⁹:

- Bem-te-vi
- Bodão
- Cintura Fina
- Contrapilo
- Goiaba
- Hilda Furacão
- Jaburu
- Lambreta

⁹⁸O *Binômio* foi um jornal alternativo que circulou em Minas Gerais de 1952 a 1964. Considerado um dos precursores da imprensa de resistência no estado, destacava-se pela acidez de suas críticas à força política dominante, associadas ao humor, à irreverência e à ironia de suas matérias.

⁹⁹ Além dos relatos dos entrevistados, procuramos informações complementares em Amorim, 1958.

- Luciano do *Hotel Financial*
- Mané das Moças
- Maria Tomba Homem
- Monsenhor Messias
- O vendedor de pomada Balena
- Tote
- Turma da Savassi
- Zé dos lotes

Bem-te-vi

Figura conhecida nas imediações da Savassi, Bem-te-vi era morador de rua, um sujeito alto e magro, de meia idade. Não perturbava ou agredia as pessoas, mantinha o temperamento pacífico desde que não fosse perturbado.

Entretanto, Bem-te-vi era alvo constante de azucrinações das crianças, que dele se aproximavam a gritar sucessivas vezes: “Bem-te-vi! Bem-te-vi botou ovo!”, despertando-lhe a ira e fazendo-o perseguir os pequenos zombeteiros pelas ruas da região. A indignação com a brincadeira rendeu-lhe a malcontente alcunha, pela qual passou a ser conhecido por muitos moradores da cidade. Segundo Úrsula, Bem-te-vi apresentava algum tipo de perturbação mental, e quando provocado, perseguia à exaustão a criança que, para despistá-lo, precisava se dispersar seguindo por várias direções e agitando ainda mais a movimentada Savassi da década de 1940. (Úrsula, entrevista, 2012).

Bodão

Na confluência da Rua Curitiba com Avenida Bias Fortes, Bodão era presença constante. Ficou conhecido na cidade depois que alguns amigos, às vésperas de um processo eleitoral em meados da década de 1950, lançaram sua candidatura a prefeito de Belo Horizonte. Aquilo que começou como chiste e deboche tornou-se um popular evento, uma vez que os comícios de Bodão atraíam

multidões. Uma das entrevistadas chegou, inclusive, a participar de um dos discursos políticos de Bodão. Sobre a atuação da peculiar figura, afirma:

Era o maior programa participar dos comícios em frente ao bar. Juntava uma turma enorme de moças e rapazes para ouvir os discursos, tudo na base da gozação. Eu lembro assim, como é que é? Vamos acabar com as subidas e deixar só as descidas. Vamos colocar a zona fácil mais perto, pra ficar mais fácil de subir à zona. Surgiu o boato de que no último dia de campanha do Bodão iria anunciar sua renúncia em favor de um dos candidatos oficiais, mas em um comício, diante de uma multidão, ele renunciou mesmo, em favor da consciência de cada um. Sabe? (Marilene, entrevista, 2012).

A fama conferida a Bodão faz refletir sobre possíveis causas de comoção pública em torno de uma figura que desdenhava ironicamente de campanhas políticas da época. A prática de eleger pseudocandidatos a prefeito não parecia algo recorrente na capital. Dos relatos que ouvimos, apenas a experiência de Bodão fora mencionada. Podemos considerar que a experiência desse tipo popular fosse expressão da descrença popular nos políticos ou, quiçá, mero entretenimento gratuito de humor.

Cintura Fina

Personagem bastante conhecida em Belo Horizonte, Cintura Fina foi lembrado e citado por vários dos entrevistados, muitos deles chegando a afirmar que o conheceram pessoalmente. Drummond (1991), em sua obra *Hilda Furacão*, une ficção a episódios, locais e pessoas reais de Belo Horizonte, no final da década de 1950. Cintura Fina é uma das personagens do livro, que é descrita da seguinte forma:

Grandes, chorosos olhos castanhos, cicatrizes feitas por golpes de navalha no rosto, um sotaque cantado, lembrança de Recife, de onde veio, um outro baião de Luiz Gonzaga era o hino do travesti Cintura Fina:
"Vem cá cintura fina / cintura de pilão / cintura de menina / vem cá meu coração..."
(DRUMMOND, 1991, p. 36-37)

Os depoimentos sobre Cintura Fina foram unânimes quanto ao seu comportamento agressivo e uso da navalha, tal qual é relatado no romance de Drummond. Otávio afirma tê-lo conhecido e o descreve como atrevido, violento, brigão e agressor: “ele usava a navalha pra dar navalhada nos outros. Entendeu? Quando a polícia chegava, ele enfrentava dois, três carros da polícia. Nós tínhamos polícia civil de um lado, militar do outro. Tinha que ir dois, três carros pra poder segurar ele...” (Otávio, entrevista, 2012). A fala de Otávio é bastante parecida com uma passagem

de *Hilda Furacão*, em que Drummond descreve uma briga entre Cintura Fina e Maria Tomba Homem (da qual trataremos adiante):

Para evitar as brigas entre Maria Tomba Homem e Cintura Fina, uma radiopatrulha ficava parada nas imediações do Montanhês Dancing; uma noite presenciei uma cena inesquecível: vi os guardas-civis tentarem separar uma briga entre Maria Tomba Homem e o travesti Cintura Fina, fazendo explodir as bombas de gás lacrimogêneo usadas para dissolver as passeatas estudantis da época, que tanto agitavam a Praça Sete [...]. Foram inúteis as bombas de gás lacrimogêneo: Cintura Fina, com sua navalha voadora presa a um barbante, Maria Tomba Homem com as flechas de bambu que usava - ele e ela já sangrando, lágrimas nos olhos por causa do gás lacrimogêneo, os guardas-civis pedindo a ajuda de novas radiopatrulhas, os dois iam se matar aos poucos. (DRUMMOND, 1991, p. 37).

Muitos entrevistados afirmaram que Cintura Fina foi famoso em Belo Horizonte, sobretudo pela natureza agressiva que controlava suas ações: “Foi muito violento o Cintura Fina. Ele tinha mania de jogar a navalha, a navalha onde pegava cortava, voltava pra mão dele, coisa que ninguém usa isso mais. O Cintura Fina foi muito violento” (Otávio, entrevista, 2012).

Otávio informa que Cintura Fina frequentava a zona boêmia de Belo Horizonte: “Era Guaicurus, Oiapoque, São Paulo, entendeu?”, informação semelhante à descrita por Drummond. Segundo alguns entrevistados, Cintura Fina era constantemente alvo de noticiários sensacionalistas, tanto no rádio, quanto na mídia escrita. Era uma figura bastante conhecida dos belorizontinos, uma vez que mesmo aqueles que nunca o viram pessoalmente tinham notícias de suas ações pela cidade. A seguir, apresentamos alguns relatos sobre Cintura Fina:

Cintura Fina não passou de um travesti de Belo Horizonte, mas tem os casos que uns contam mais, outros contam menos dele, entendeu? Eu particularmente nunca gostei dele, porque ele não passava de uma pessoa covarde. Ele abusava dos mais fracos. (Otávio, entrevista, 2012).

Eu conheci o Cintura Fina! [...] Ele era Cintura Fina porque ele era homossexual, né? Então... [...] A roupa dele, naquela época não tinha igual hoje o pessoal homossexual, vestir, por exemplo, essa vestimenta assim.... Então vestia roupa normal de homem. [...] O ponto dele era mais cá no parque. [...] Teve uma vez, só que a gente ficava meio receiado, né? Ficava com medo, porque a fama dele era forte. (Odair, entrevista, 2012).

Alberto: Tinha o Cintura Fina. Cintura Fina era dançarino de cabaré. Toda mulher queria dançar com o Cintura Fina, ele era um tipo assim esguio, né? Dançava tango...

[...]

Flávia: O senhor chegou a conhecer o Cintura Fina também?

Alberto: Conheci de vista, né? [...] Todos eles eram agressivos. E faziam uma coisa que aqui não era costume. Eles davam era rasteira. O tal de rabo de arraia. [...] Rasteira mesmo com o pé. Rasteira, rabo de arraia, aquela coisa toda. Cambalhota, eles faziam isso tudo. Então eles surpreendiam por isso. (Alberto, entrevista, 2013).

Flávia: E a senhora ouviu falar também, por exemplo, do Cintura Fina?

Joana: Ah, demais da conta! [...] O comentário vivia na boca do povo. (Joana, entrevista, 2013).

A história de Cintura Fina, como sua família e origens, é pouco conhecida. Nem mesmo Drummond (1991) menciona detalhes além dos afamados comportamentos na zona boêmia. Otávio afirma ao final da entrevista que Cintura Fina chegou a ser preso e morreu há aproximadamente cinco anos na penitenciária de Ribeirão das Neves, atual região metropolitana de Belo Horizonte.

Maria Tomba Homem

Maria Tomba Homem também era uma figura conhecida dos belorizontinos, em especial por sua relação pouco amistosa com Cintura Fina. Ela também compõe o romance de Drummond (1991) como integrante da zona boêmia na qual teria vivido Hilda Furacão, sendo descrita como:

[...] enorme, quase um metro e noventa de altura, mulata, grossos e sensuais lábios, Maria Tomba Homem virava homem quando alguém cantava ou solfejava o refrão de um incômodo sucesso musical gravado por Emilinha Borba e por Luiz Gonzaga:

"Paraíba, masculina / muié macho, sim sinhô..."

Para prender Maria Tomba Homem nas noites de lua, quando dava nela uma tristeza de cão, eram necessárias de quatro a cinco radiopatrulhas; ela fazia ponto na Rua Guaicurus, nas vizinhanças do Montanhês Dancing, e durante o dia, coitada, quando a Zona Boêmia transformava-se em região comercial, descarregava sacos de café de caminhões, trabalho de estivador, para garantir o caol no Café Palhares porque, apesar de seus olhos sensuais, os homens a temiam e aí de Maria Tomba Homem se, ultimamente, não se sabe quem (diziam que Hilda Furacão) pagasse o aluguel do quarto de fundos, vizinho do Arrudas, onde vivia. Maria Tomba Homem e o travesti Cintura Fina disputavam o território da Rua Guaicurus, entre as divisas das Ruas São Paulo e Curitiba, ali, onde ficava o Montanhês Dancing e, ao lado dele, o célebre Maravilhoso Hotel. (DRUMMOND, 1991, p. 36-37).

Ao contrário de Cintura Fina, embora Maria Tomba Homem viesse à memória dos entrevistados, esses não foram capazes de fornecer informações muito específicas sobre ela. Otávio foi o sujeito que mais detalhes conseguiu reunir de Maria Tomba Homem:

A Maria Tomba Homem era uma mulher que morava pro lado do Vera Cruz, lá praqueles cantão do Santa Efigênia afora, ela é uma mulher que não admitia perder uma briga pra um homem. [...] Essa existiu. E realmente ela era Maria Tomba Homem. Tomba Homem porque o homem que brigava com ela, ela jogava pro chão. (Otávio, entrevista, 2012).

É interessante perceber que as informações de Otávio sobre onde vivia Maria Tomba Homem diferem do romance de Drummond, que afirma que ela vivia na zona boêmia da cidade. Entretanto a característica de enfrentar e bater em homens se repete tanto no romance quanto nas falas de Otávio. Úrsula reforça essa característica de Maria Tomba Homem descrevendo ações que eram a ela atribuídas: “Essa Maria Tomba Homem depois que eles falaram nela, quando eu era pequena, era uma mulher que sabia jogar capoeira. [...] Era mulher. Ela sabia jogar capoeira, ela batia nos soldados. Mas eu não conheci, vi falar. [...] jogava os soldados no chão, né? [...] Era brava. Era sim.” (Úrsula, entrevista, 2012). Úrsula informa, ainda, que Maria Tomba Homem era moradora da zona boêmia da cidade, mas note-se que deixa claro que não a conheceu pessoalmente, apenas ouvira comentários a seu respeito.

Odair também comenta ter ouvido comentários sobre Maria Tomba Homem, contudo afirma não ter tido oportunidade de conhecê-la pessoalmente, como no caso de Cintura Fina, com o qual afirma ter tido contato. Ainda assim, informa que não se tratava de uma mulher, mas de uma travesti: “Era um travesti, só que puseram esse, eles próprios arrumam um nome feminino pra eles, né? Então ficou como Maria Tomba Homem, porque ele tinha uma estatura, era agressivo também. Então apelidaram ele de Maria Tomba Homem.” (Odair, entrevista, 2012).

É interessante notar que, tanto no caso de Cintura Fina quanto de Maria Tomba Homem, a questão da identidade de gênero estava marcada em suas definições. Assim, cabe refletir sobre como manifestações não convencionais da sexualidade eram vistas no período. Por que essas figuras eram motivo de zombaria? Note-se que a questão da zona boêmia e da prostituição também está constantemente em voga quando esses tipos populares são mencionados. Logo adiante, trataremos de Hilda Furacão e, novamente, veremos a questão da sexualidade colocada.

Segundo Andrade e Teixeira (2004), Belo Horizonte que convivia com a prostituição feminina desde o período de sua fundação é marcada, entre as décadas de 1930 e 1960, pela figura de homossexuais ocupando novas áreas de prostituição na cidade (embora houvesse predominância da feminina). Esse homossexual costumava ser violento, uma vez que, por “faltar-lhe ainda um lugar reconhecido, até mesmo no mundo da vida boêmia e marginal, vale-se da valentia para se impor” (ANDRADE; TEIXEIRA, 2004, p. 139).

A violência é uma das características que mais se destaca nas definições de comportamento de Cintura Fina e Maria Tomba Homem, subsidiada pela informação de seu pertencimento à área de baixo meretrício da cidade. Outro aspecto apontado por Andrade e Teixeira (2004) é o incômodo da população diante da expansão das áreas de prostituição pela cidade, em especial, em direção a locais anteriormente residenciais, como Lagoinha e Bonfim. A intolerância à extensão de práticas consideradas pouco morais pode ser uma das explicações para o destaque alcançado por essas figuras-tipo na história da cidade. Além das implicações da homossexualidade, de difícil tratativa no período (Andrade; Teixeira, 2004), havia a questão da prostituição afrontando os bons costumes das tradicionais famílias mineiras.

*Hilda Furacão*¹⁰⁰

Fruto do romance homônimo de Roberto Drummond (1991), Hilda Furacão era uma jovem da alta sociedade belorizontina que abandonou os benefícios da confortável vida familiar para se refugiar entre as prostitutas na zona boêmia. Embora ainda se não se tenha garantias de sua real existência, alguns entrevistados afirmam lembrarem-se dela e, inclusive, de a terem conhecido pessoalmente.

Importa observar que o romance ganha bastante visibilidade quando em 1998 é adaptado para a televisão por Glória Perez e é transmitido em forma de minissérie em um canal de grande audiência da TV aberta. Esse dado é relevante se considerarmos que parte das informações fornecidas pelos entrevistados, sobre Hilda Furacão, pode ter sofrido influência de sua teletransmissão¹⁰¹. A estrutura do romance (mantida na minissérie) que associa as personagens a pessoas que realmente viveram em locais e períodos determinados gera lembranças nos entrevistados de situações que eles, provavelmente, não experimentaram. Vejamos, por exemplo, alguns relatos:

Cintura Fina foi um travesti famoso em Belo Horizonte da década da Hilda Furacão, que existiu, entendeu? Era famosa... (Otávio, entrevista, 2012).

Alberto: Ela é desse tempo. Tanto do Cintura Fina, como do Princesa.

Flávia: O senhor chegou a conhecê-la?

¹⁰⁰ Ver, em anexo, reportagem publicada em 29 de dezembro de 2014, pelo jornal *O Tempo*, sobre a morte de Hilda Maria Valentim, mulher que teria inspirado a personagem Hilda Furacão, do romance de Roberto Drummond (1991).

¹⁰¹ O mesmo deve ser considerado em relação aos relatos sobre Cintura Fina e Maria Tomba Homem, ambos personagens explorados pela minissérie.

Alberto: Não conheci não. Eu ouvia falar nela lá, ela entrou aqui, ela saiu aqui, mas eu não conheci ela não.

Flávia: Mas ela existiu mesmo na zona boêmia?

Alberto: Existiu sim. Existiu sim. [...] Ela era uma mulher que lidava só com os camaradas ricos. Andava só com os camaradas ricos. O povo dizia muita coisa dela aí. Parecia muito viciada sexual também, né? Quer dizer, prática... Deturpação de sexo. O negócio dela mais era esse. Por isso que ela ficou muito famosa.

Flávia: E nessa mesma época dos outros.

Alberto: É, do Contrapilo e do Princesa. (Alberto, entrevista, 2013).

Nunca vi falar nada dela. Eu acho que aquilo é uma história fantástica. (Úrsula, entrevista, 2012).

Olha, eu já ouvi falar alguma coisa, não sei falar agora, eu tô tentando lembrar aqui. Eu ouvi falar sim sobre essa Hilda Furacão. Eu não vou saber dar uma explicação pra você como que foi o período dela, né? (Odair, entrevista, 2012).

As opiniões se dividem em relação a Hilda Furacão. Alguns entrevistados, como Alberto, afirmam lembrar-se de detalhes sobre a vida da famosa prostituta na capital, outros, como Úrsula, explicitam sua total desconfiança sobre sua existência. O caso de Hilda Furacão é emblemático do ponto de vista da análise da construção da memória. Em que medida elementos diversos (até mesmo dispersos), quando associados são capazes de construir lembranças que a mente associa como experiências vividas? De que forma imagens, comentários e ficções passam a integrar a rede subjetiva de elaboração de memórias? Uma série de outros questionamentos poderia ser tecida se tomarmos o caso de Hilda Furacão como motivador. Contudo, deixaremos tais possibilidades analíticas para oportunidades futuras.

Contrapilo

Diz-se que Contrapilo foi um fuzileiro naval que migrou (não se sabe ao certo sua origem) para Belo Horizonte, onde ficou conhecido por aliciar mulheres, sendo por elas sustentado; e sua vocação para gigolô se espalhou pela cidade. Segundo um dos entrevistados:

Mas o gigolô aqui era o sujeito que vivia à custa de mulher. Então esse Contrapilo veio pra cá pra isso. Mas ele tinha muita agilidade pra passar rasteira, essas coisas todas, então ele era bagunceiro aqui da cidade. Ele bebia, quando não bebia era um sujeito muito bom. Mas metia a cara com mulher aí, quando alguém achava ruim ele fazia palhaçadas mesmo. Ele era um cisquinho de pessoa, não era grande não. Mas uma rapidez tremenda! Então esse Contrapilo era bagunceiro. Aí acabaram com ele na polícia, na delegacia. (Alberto, entrevista, 2013).

As peripécias de Contrapilo foram recordadas apenas por Alberto, que não soube informar se suas artimanhas foram notícias em jornais ou mesmo folhetins de cunho mais sensacionalista, informando apenas que muitas eram as pessoas que o conheciam, sobretudo pela relação peculiar que mantinha com as mulheres.

Goiaba

Morador do bairro do Carmo, Goiaba era conhecido por perambular pela região; estava sempre na Igreja do Carmo acompanhando cantorias, tocando a música em um pente envolto com papel de seda. Figura marcada pelo bom humor que deixava a mostra os dentes e a gengiva cor de goiaba, que lhe rendera o apelido, que não o agradava. É descrito por Marilene como “bem moreno, alto, forte, meio gordo. (...) era meio aparvalhado, mas inofensivo” (Marilene, entrevista, 2012). Da mesma forma que o Contrapilo, somente foi citado em uma das entrevistas, contudo, nesse caso específico, dá-se a entender que era conhecido mais especificamente pelos moradores da região do Carmo.

Jaburu

Conhecido pela maneira “desbocada” de se referir a situações e pessoas diversas, Sr. Horácio, mais conhecido como Jaburu, mantinha em constante uso seu arsenal de palavras de baixo calão. Vendedor ambulante de bilhetes de loteria, mantinha contato constante com o público. Uma vez disseminada a fama de seu temperamento explosivo e pouco recatado, era constantemente provocado na rua, o que estimulava ainda mais as incontências de seu humor explosivo. Piada para alguns, constrangimento para outros, não raro Jaburu desviava de seu caminho os ouvidos sensíveis das senhoras e senhoritas que dele estiveram próximas nos momentos de seus rompantes.

Também era caracterizado pela inseparável bengala, à qual conferia performance peculiar aliada aos xingamentos desferidos, sobretudo pelos grupos de rapazes que se formavam na Avenida Afonso Pena e que constantemente o insultavam, já à espera da reação exagerada que viria em seguida, composta por gesticulação hostil e insultos virulentos.

Há quem comente sobre outra faceta, gentil e até mesmo sensível, do pitoresco sujeito, que ao ser tratado com cortesia, pelo nome próprio, chegava mesmo a se emocionar, revelando uma polidez inesperada e enternecida. Tratá-lo por “seu” Horácio era uma forma de tornar o embrutecido Jaburu em um cordial e respeitoso senhor belorizontino (Marilene, entrevista, 2012).

Lambreta

Lambreta chamava a atenção pela forma peculiar e extravagante de se vestir. O apelido decorre de comparações entre a dita senhora e a motocicleta lambreta, bastante popular no período. Segundo Úrsula, tal associação se dava em função de sua aparência física: “Era baixa, gorda, bunduda e mulata.” (Úrsula, entrevista, 2012). Marilene, por outro lado, que também afirma ter conhecido Lambreta, descreve sua aparência da seguinte forma: “Essa Lambreta, ela era magrinha, loira, com o cabelo assim escorrido, e ela era uma desequilibrada mental, que muito espalhafatosa rodava sua saia, e girava pela Praça Sete.” (Marilene, entrevista, 2012).

Enfurecia-a ser tratada nas ruas pela alcunha, disparando contra os zombeteiros toda espécie de pachouchadas e xingamentos. Alberto chegou a encontrá-la por algumas vezes nas ruas de Belo Horizonte e, sobre o comportamento de Lambreta, comenta: “E ela olhava pra gente, se você olhava muito pra ela, ela achava que a gente ia mexer com ela e já começava a xingar: ‘vai olhar pra sua mãe. Vai olhar praquela que te criou, que te pariu!’” (Alberto, entrevista, 2013). Relata que Lambreta tinha o hábito de consumir bebidas alcóolicas, sendo vista embriagada a perambular pelas ruas da capital. Afirma ainda, tal qual referido por Marilene, que tinha algum tipo de deficiência mental, o que, segundo Alberto, justificaria, em parte, seu comportamento pouco convencional na tratativa com as pessoas. Sobre seu procedimento peculiar, Marilene lembra-se que os rapazes lhe pediam que levantasse a saia, o que era feito sem pestanejar, para algazarra geral dos gozadores.

Segundo Úrsula, um dos lugares preferidos de Lambreta era a Avenida Afonso Pena, onde se divertia com os alunos da Faculdade de Direito e da Escola de Engenharia, localizadas nas proximidades:

Ela era doida com os estudantes de Engenharia, e doida com os estudantes de Direito. Porque os estudantes de Engenharia faziam casa pra ela. E os estudantes de Direito não iam deixar ela ser presa. E tudo que eles mandavam ela fazer, ela fazia, ela ia nas greves, sabe? Era um tipo popular, eles mandavam ela mexer com as moças, ela dava uns tapas

na bunda da moça... Ficava muito ali na Afonso Pena. (...) Os meninos brincavam muito com ela, os estudantes. (...) E eles paparicavam ela muito, e tudo que eles mandavam ela fazer ela fazia. Ela comia no restaurante popular com eles, eles levavam ela pra comer lá [no restaurante universitário]. (Úrsula, entrevista, 2012).

Úrsula conta que depois de uma doença, Lambreta faleceu na capital, ocasião em que houve uma mobilização dos estudantes de Engenharia da UFMG que prepararam seu sepultamento, uma vez que não se sabia informações de sua família ou amigos mais próximos.

Luciano do Hotel Financial

Conhecido como amante inveterado e possuidor de uma das maiores fortunas do país, Antônio Luciano Pereira Filho, ou dr. Luciano do Financial, causava polêmica pela cidade. Alvo de jornais sensacionalistas, como o *Binômio*, muitas histórias foram contadas sobre a vida de Luciano, sobre as quais, ainda hoje, não se sabe a veracidade.

Conta-se que Antônio Luciano comprava a virgindade de moças simples e bonitas, sendo que muitas delas vinham do interior negociadas pela família. Luciano, entretanto, teria uma família oficial, constituída por mulher e três filhos, que moraria nas proximidades da praça Raul Soares. Segundo reportagem do *Estado de Minas* (2008), Luciano era proprietário de aproximadamente 40 mil imóveis em Belo Horizonte, englobando cinemas, postos de gasolina, estacionamentos, hotéis, imobiliárias, entre outros: “Praticamente todos os cinemas eram de Luciano, entre eles o Cine Brasil, campeão brasileiro de bilheteria, conforme publicação da época. No interior, eram fazendas, empresas agrícolas e uma produtiva usina de álcool e açúcar no Centro-Oeste de Minas. Ele viveu até os 77 anos e morreu vitimado por um tumor no cérebro.” (ESTADO DE MINAS, 2008).

Dos entrevistados, apenas três lembraram-se de Antônio Luciano como figura marcante do cenário da capital, sendo um deles pertencente ao segundo segmento (Otávio) e os outros dois ao terceiro (Marilene e Rogério). Isso pode ser consequência da forma de divulgação das ações de Luciano, geralmente, em mídia escrita. A seguir, apresentamos alguns depoimentos:

Os cinemas que eram importantíssimos, o Cine Brasil, principalmente, no Centro da cidade. Também foi a época que só tinha dois ou três edifícios, que era o edifício do Banco Financial, do famoso Luciano Pereira, que era médico, mas era biliarário mulherengo. É a única figura citada no livro das besteiras escrito pelos franceses, o único brasileiro citado é ele pelas maneiras dele. Diz que tem uma moeda na cidade de

Lagoa da Prata, uma moeda lá chamada Luciano. Não podiam dar dinheiro brasileiro. A cidade era toda dele e a moeda era toda dele. O Luciano era um homem interessantíssimo porque tinha o edifício do Banco Itaú [...] Ali na Praça Sete tinha o do Banco Financial, que era hotel, o Hotel Financial, e o Luciano era tão famoso que o *Binômio*, jornal importante na época [...] o jornal *Binômio*, que era uma crítica permanente ao Juscelino e a tudo que acontecia em Belo Horizonte. Os grandes jornalistas, os grandes escritores, todos foram colaboradores do Binômio. E tinha uma quadrinha que era assim: “há fatos que afinal redimem as proezas do fauno Luciano. Infelicitas as moças pelo hímen, e felicita os amigos pelos anos.” Porque ele tinha mania de dar presente pros amigos aniversariantes. Então ainda fizeram essa quadrinha. (Rogério, entrevista, 2012).

A devotada participação de Luciano no tabloide *Binômio* também é recordada por Marilene, que se lembra da constante alusão às mulheres e à prole do milionário: “Agora a implicância deles [dos jornalistas do *Binômio*] era com aquele Antônio Luciano [...]. Aquele que falam que era mulherengo, tinha muitos filhos... [...] Nossa Senhora! Eles não deixavam o Luciano em paz.” (Marilene, entrevista, 2012).

Na edição histórica do jornal *Binômio* é possível encontrar dezenas de referências satíricas a Antônio Luciano e seu comportamento pouco usual, como a chamada humorística: “O sr. Antônio Luciano está disposto a deixar todos os seus negócios. Vai fechar os cinemas, o hotel, o banco, para montar em cada cidade de Minas uma fábrica de cal virgem” (RABÊLO, 1997, p. 27); e a charge da Figura 16:

Figura 16: Charge sobre Luciano e alguns outros personagens da época



Fonte: *Binômio* – Edição Histórica, 1997, p. 110.

Em relatos como o de Otávio, Luciano é referenciado como um mito em Belo Horizonte, “o homem que tem mais filhos na cidade”. Otávio conta com detalhes algumas ações de Luciano, em especial, a forma como abordava as jovens com as quais tinha filhos:

Doutor Luciano. [...] É o homem que fez mais filho em Belo Horizonte. [...] Uns cento e tantos filhos. [...] Você nunca ouviu falar do Doutor Luciano, dono aqui do Finacial na Afonso Pena? Dono do jogo de bicho em Belo Horizonte? Dono de tudo? Ele era dono de tudo em Belo Horizonte. O bairro Cabana do Pai Tomás era dele. O dia que a polícia foi lá tirar os moradores de lá, ele falou “o quê que foi?” “tá tirando o pessoal daí por quê?” “eles invadiram aqui, porque aqui é terra do senhor” “deixa o povo fazer a casa deles aí”. Ele chegava a ser um homem bom, entendeu? Mas ele tinha um negócio: quando ele via uma moça, ele falava “aquela ali vai ter que ser minha”. [...] Aí ele fazia a proposta pra ela: eu quero ter um filho com você. “o quê que eu vou ganhar com isso?” “eu vou te dar uma casa e tanto em dinheiro”. Ela aceitava. Ele tinha o filho, uns ele registrava, outros não. Aí ele montava aquela casa, dava um dinheiro pra ela, ia embora e não voltava mais ali. Partia pra outra. Mas todo mundo conhece essa história em Belo Horizonte. [...] Aí o Luciano morreu tem alguns anos. Ele tem uma fortuna; ele tinha fazenda que ele nunca foi nela. “tem uma fazenda não sei aonde”, ele falava pro cara “compra” “vai lá ver?” “não vou lá ver não. Cê compra”. Ele tinha fazenda que ele não conhecia. As fazenda dele era fazenda que tinha pouco pro teco-teco dele. Aí foi indo, foi indo, quando ele morreu, ele deixou uma fortuna tão grande, que eu acho que ainda não conseguiram, a justiça não conseguiu relacionar os bens dele, e nem os herdeiros. Porque da última vez tinha cento e poucos herdeiros. Aí apareceu mais um advogado que tinha uma listagem de trinta e dois herdeiros dele. Aí foi pra justiça pra comprovar pelo DNA se realmente eles eram filhos do doutor Luciano. E nisso aí eu não fiquei sabendo. Mas eu tenho impressão que a fortuna dele ainda tá parada e que ninguém recebeu. (Otávio, entrevista, 2012).

Processos judiciais envolvendo a fortuna e a herança de Antônio Luciano, falecido em 1990, continuam tramitando nos dias hoje, bem como as histórias sensacionalistas de suas peripécias.

Mané das Moças

A alcunha que conferiu fama a Mané das Moças se deve, inicialmente, a uma acusação de seduzir duas sobrinhas que com ele moravam. Mesmo tendo sua inocência provada judicialmente, cabendo a culpa a dois estudantes da capital, o episódio fez com que ficasse famoso em toda a cidade.

Conta-se, ainda, que apesar das vestimentas rotas, Mané das Moças mantinha-se impecavelmente limpo, apresentando um comportamento humilde, porém polido. Outros afirmavam que era pedinte, aproximando-se de bares e cafés em busca de auxílio alheio, mas mantendo seu ar de cortês recato. Diz-se também que colecionava medalhas, sobre as quais afirmava terem sido

adquiridas como condecorações na Guerra do Paraguai (na qual nunca estivera). A propósito, não se envolvia em brigas e escarcéus, mantendo temperamento reconhecidamente pacífico.

Segundo um dos entrevistados, Mané das Moças possuía certo desequilíbrio mental, afirmando, ainda, que a fama a ele atribuída também se dava em função de galantear as moçoilas que desfilavam pelas ruas da cidade: “Ele encontrava moça na rua assim, ele parava “olha a beleza, olha o cabelo dela, olha os olhos dela, isso é uma beleza, isso é uma jovem, é uma linda, uma flor” então ele tomou o apelido de Mané das Moças!” (Alberto, entrevista, 2013). O entrevistado conta que Mané das Moças também recitava versos e desfiava gentilezas para as jovens, e reforça: “Não desrespeitava não, só elogiando.” Alberto relata ter conhecido pessoalmente o Mané das Moças, que morava próximo à sua casa, na Barroca.

Monsenhor Messias

Personalidade que deu nome a um bairro de Belo Horizonte, Monsenhor Messias era conhecido por muitos cidadãos da capital. Segundo Marilene, ele morava no Convento das Carmelitas, e toda mulher grávida ia à sua procura pedir a benção para o bebê. Monsenhor Messias entregava, então, um patuá para cada uma, aleatoriamente. Se desse o patuá azul ia ser menino, se desse o patuá rosa ia ser menina, “então todas as grávidas iam lá” (Marilene, entrevista, 2012). Segundo se conta, os patuás de Monsenhor não costumavam falhar em suas previsões, o que contribuiu para sua popularidade espalhar-se por toda a cidade e arredores.

Chama a atenção na descrição sobre o Monsenhor, a presença de um patuá. Embora pertencente ao clero católico, era alimentada a crença em um poder sobrenatural de adivinhação por meio do invólucro, normalmente utilizado por pessoas ligadas ao Candomblé, religião de origem africana. Além disso, práticas de adivinhação são igualmente contestadas pela igreja católica, que determina: “Todas as formas de adivinhação hão de ser rejeitadas: recurso a Satanás ou aos demônios, evocação dos mortos ou outras práticas que erroneamente se supõe “descobrir” o futuro¹⁰².” Observe-se que a prática de adivinhações ligada ao patuá de Monsenhor Messias era conhecida não apenas em Belo Horizonte, mas em outras cidades, o que indica que não se tratava

¹⁰² Catecismo da Igreja Católica. § 2115-2117: Adivinhação e magia - Ação contrária a Deus. Disponível em: <http://www.vatican.va/archive/catechism_po/index_new/p3s2cap1_2083-2195_po.html>. Acesso em: 22 jun. 2014.

de um segredo a entrega de patuás capazes de definir antecipadamente o sexo do bebê, que ainda recebia a benção do clérigo.

O vendedor de pomada Balena

Lembrado por uma das entrevistadas, outra famosa figura do cenário público de Belo Horizonte era o vendedor de pomada Balena. Sobre essa conhecida figura, Marilene comenta:

Ah, o vendedor de Pomada Balena... Esse ficava com uma latinha andando pra lá e pra cá, eu lembro demais, ele era um velho, sabe, com um terno assim muito desengonçado no corpo, andando assim com um sapato assim com um chapeuzinho de feltro, ia pra lá e falava assim: pomada Balena para cravo. Cura cravo e calo. Ninguém se lembrará mais nem dos cravos e calos. Pomada Balena pra calos. Mas ele próprio andava com os pés todos tortos, parecia que tava cheio de cravo e de calo, sabe? (Marilene, entrevista, 2012).

Todas as manhãs podia ser encontrado em seu conhecido posto junto ao Mercado Central e, depois, o velhote perambulava pelas ruas centrais da cidade, a vender a tal pomada. Chamava a freguesia cantarolando: “Pomada Balena para cravos e calos! / Cai tudo: - cai calos e cai cravos! / Nunca mais sofrerá de calos nem de cravos!”

Sobre o velho ambulante e sua pomada infalível no tratamento de cravos, espinhas e calos, ainda é possível encontrar informações em algumas publicações¹⁰³ sobre tradições e personagens da cidade de Belo Horizonte de décadas passadas.

Tote

Funcionário da Secretaria de Estado de Educação por volta da década de 1950, Tote era bastante conhecido, sobretudo na área de educação. Representava o secretário de educação em diversos eventos do município, tais como participação em festividades escolares ou proferindo discursos sobre as atividades do setor. Entretanto, uma das características que mais chamava a atenção em Tote era seu olhar estrábico, sobre o qual, Marilene menciona:

Então ele levava um discurso, e como ele era zarolho, ele olhava assim, todo mundo achava que ele tava falando de improviso, uma besteira assim. Então fizeram pra ele um versinho assim: “Tote poeta zarolho, nascido numa cidade qualquer. Seguiu outro dia um padre pensando que era mulher” (Marilene, entrevista, 2012).

¹⁰³ Ver, por exemplo, Oliveira (1970).

Turma da Savassi

Conhecida por provocar grandes anarquias e contratempos na região, a turma da Savassi era composta por um grande número de jovens, pertencentes a diversas classes sociais, que costumava se reunir em frente à Padaria Savassi. A ação do grupo durou entre as décadas de 1950 a 1960, sendo vista como desrespeitosa e ousada por alguns, mas como divertida e irreverente por outros cidadãos. Uma das entrevistadas conta algumas das peripécias praticadas pela turma que ela nomeia como “baderneiros da Savassi”:

Eles eram terríveis, sabe? A gente quando passava lá, passava do outro lado, porque eles checavam todo mundo, sabe, aquela coisa. E sabe o que eles faziam? Eles pegavam as letras dos filmes que estavam passando, roubavam as letras, e tal, e depois trocavam as letras e escreviam as maiores imoralidades! Entendeu? Uma vez também o Tancredo Neves, tinha uma casa ali na Praça da Savassi, tinha um pinheirinho, eles pegavam as letras e penduravam todas no pinheirinho. Eles pegavam as mobílias das varandas, porque as casas só tinham um murinho baixo, a varanda, e eu lembro que na minha casa, por exemplo, tinha aquela mobília de metal, né, laqueada, então a gente de noite levava pra dentro só as almofadas. Assim mesmo por causa de chuva, sabe? A mobília estava ali. Então o quê que eles faziam: eles pegavam a mobília de uma casa, levavam pra outra, tiravam da outra e levavam pra outra. Pegavam um vaso num lugar, trocavam. Entendeu? Eles pintavam naquele pedacinho. Cemitérios, tem os bancos também... (Marilene, entrevista, 2012).

Um dos ex-integrantes do grupo, o compositor Pacífico Mascarenhas, escreveu um hino sobre a turma, o *Hino da Turma da Savassi*, cantado em samba de breque, usando na letra gírias em voga na época:

A turma é mala, esculachada dá pernada, / é de tudo e não é de nada / bebe uísque e até cachaça / e pra dançar não ameaça. / Ninguém põe banca com a turma da Savassi / porque turma assim de cancha / não se mete com essa classe. / O povo sabe que essa turma é diferente, / que conquista todo mundo / e não dá bola pra essa gente. / Por isso mesmo aqui vai nosso lembrete: / quando deres um banquete e a nós não convidar, / não esquecendo que essa turma é do apetite, / com entrada ou sem convite no teu lar vai penetrar (MASCARENHAS; GUIMARÃES; BARROS, 1958).

Além de Pacífico Mascarenhas, integraram a Turma da Savassi jovens que vieram, mais tarde, a se constituírem como verdadeiros expoentes da vida intelectual mineira, dentre eles, o médico Ivo Pitanguy, o escritor Fernando Sabino e o psicanalista e escritor Hélio Pellegrino.

Zé dos Lotes

Zé dos Lotes passou a ficar conhecido em Belo Horizonte após os primeiros anos que se seguiram à inauguração da capital, mas sua fama estendeu-se pelas décadas seguintes.

Quando da mudança da capital mineira, como tática de suavização dos protestos e incentivo ao desenvolvimento da nova cidade, o governo decidiu doar terrenos aos funcionários integrantes de melhores postos de trabalho no processo de construção, para que ali construíssem suas vivendas. Foi esse o cenário em que surgiu o visionário Zé dos Lotes, homem de poucas letras, mas de afamada lábia e sapiência, que passou a comprar por preços irrisórios os tais lotes de terra pertencentes àqueles que não tinham pretensões de firmar morada na nova capital (Marilene, entrevista, 2012).

Zé dos Lotes comprou muitos terrenos, sobretudo em pontos que se tornariam importantes zonas comerciais anos mais tarde, na capital. Além dos lotes, a lendária figura era dona de muitos outros imóveis na cidade. Como se podia esperar, os terrenos sofreram crescente valorização passando a ser revendidos a altos preços, o que legou um vertiginoso enriquecimento a Zé dos Lotes. Sua visão empreendedora rendeu-lhe grande fortuna, vindo a torná-lo um dos cidadãos mais ricos e influentes do município no período. Em um poema sobre a capital mineira, Dom Ruy¹⁰⁴ faz a seguinte menção a Zé dos Lotes: “O Zé dos Lotes com voracidade, / Comprava os quarteirões desta cidade, / Comprava muitas léguas de deserto... / Ninguém diria que elle estava certo!... / E o tempo foi rodando, foi passando, / Bello Horizonte, foi se transformando...”

Em entrevista publicada no Almanaque, em 1949, Zé dos Lotes explica como se tornou um homem tão rico: “Como enriqueci? Muito facilmente, comprando lótes dos idiotas que pensavam que isto ia ser sempre Curral d’El Rey e vendendo-os depois para outros mais espertos, que pensavam que isto ia ser Nova York...” (TORELLY, 2003, p. 111).

¹⁰⁴ Trata-se de um fragmento do poema intitulado *Roda que nunca deixa de girar*, disponível na revista *Pensamento & Memória*, Câmara Municipal de Belo Horizonte, ano 1, número 1, dezembro de 2006, p. 51 (Não há indicações no periódico sobre a data em que o poema foi escrito).

Os tipos populares aqui apresentados foram indicados pelos sujeitos pertencentes aos segmentos dois e três, ou seja, aqueles que possuem maior aproximação das culturas do escrito. As entrevistadas do primeiro segmento, ou seja, com menos proximidade com a escrita, ao serem abordadas sobre tipos populares da cidade, não conseguiram relacionar indivíduos conhecidos por comportamentos ou aparências peculiares. Reforçaram a questão de que a rotina que cerceava suas atividades ao trabalho, dentro e fora de casa, as impedia de conhecer novas pessoas, de circular pela cidade e inteirar-se dos fatos que marcavam o cotidiano da capital. Além disso, moravam longe do centro, conforme discussões sobre a distribuição espacial de Belo Horizonte (capítulo 2).

Além dos tipos populares apresentados, sobre os quais foram fornecidas maiores informações pelos entrevistados, outros ainda foram citados como *flash* de memória, sem que mais características sobre seus comportamentos e aparências pitorescas fossem referidas. São eles: Maria Catão, Ceschiatti, Major Sim Sim (Major Sim Sim foi um juiz de paz conhecido por casar pessoas em demasia), Agenor Pacheco (aquele que fazia chover), Rômulo Paes, Guignard.

Diante de variadas narrativas sobre tipos populares que marcaram o cotidiano de Belo Horizonte, em dado período, vale refletir sobre o porquê de esses indivíduos terem uma circulação ampla e ainda ficarem na memória dos entrevistados.

Muitos deles, como foi possível perceber, chamavam a atenção por comportamentos que exaltavam a sexualidade, ou seja, por seduzir mulheres, por ter casos extraconjugais, por agir como gigolôs, por se prostituir ou mesmo por ser homossexuais. Tal incidência poderia indicar alguma necessidade universal de falar, por meio do outro, sobre a sexualidade, ou mesmo de apontar desvios de determinada norma-padrão de comportamentos, segundo a qual a monogamia e a heterossexualidade seriam normativas.

Por outro lado, os comportamentos pouco convencionais apontados como característicos de certos indivíduos poderiam indicar uma autorreelaboração de si por meio das ações de um outro que ousou quebrar regras. Formas peculiares de se vestir, agir ou atuar em público costumam chamar a atenção das pessoas. Em ensaio sobre a imaginação social, Baczkó (1984, p. 303) define o imaginário como “o lugar de expressão das expectativas a aspirações populares latentes, mas também como o lugar de lutas e conflitos entre o povo dominado e as forças que o

oprimem”. O imaginário por traz de boa parte dos tipos populares aqui apresentados sugere uma ruptura com imposições sociais ligadas ao comportamento e a valores que são impostos e devem ser seguidos. A quebra de posturas dadas como adequadas aguçam o interesse daqueles que observam do lado de fora, o que normalmente ocorre pela negação ao ator que infringe as expectativas, negação que pode derivar de um desejo latente de, igualmente, quebrar regras.

Ocorre que tipos populares se destacam dos demais habitantes de determinada região por apresentarem peculiaridades que os desviam de normas-padrão. É a diferença que os distingue dos cidadãos comuns e faz com que seus semblantes e formas de agir fiquem guardados nas memórias. Independentemente do que alimenta a atenção dada a esses indivíduos, o fato de se constituírem figuras famosas na cidade torna suas vidas modelos perfeitos para a produção e circulação de narrativas diversas, com protagonismo bem definido e com enredo capaz de alimentar a imaginação e curiosidade dos contadores e ouvintes que, dessa forma, mantêm vivas suas lembranças.

4.4 NARRATIVAS DE *FAIT DIVERS*

As narrativas aqui tratadas como *fait divers*, ou do francês, notícias diversas, integram relatos sobre episódios geralmente trágicos ou excêntricos que ficaram famosos, em Belo Horizonte, no período em estudo. Os *fait divers* costumam ter espaço garantido em mídias escritas ou orais por provocarem comoção pública e serem apresentados em totalidade ao público, sem duração e sem contexto, alimentando a curiosidade popular em relação a fatos reais e cotidianos que fogem de padrões normativos.

Boa parte dos entrevistados do segundo e terceiro segmentos (níveis médio e alto de proximidade com culturas do escrito) recordou-se de um caso pitoresco, de grande veiculação jornalística e interesse público geral. Chama a atenção o fato de nenhum dos integrantes do primeiro segmento terem apontado narrativas desse tipo. Embora os casos ganhassem relevância na mídia escrita, é inegável sua grande circulação por vias orais como o rádio, ou mesmo o boca a boca.

Barthes (1964), ao tratar da estrutura e caracterização dos *fait divers*, apresenta as seguintes observações:

(...) o *fait divers* (...) é uma informação total, ou mais exatamente, imanente; ele contém em si todo seu saber: não é preciso conhecer nada do mundo para consumir um *fait divers*; ele não remete formalmente a nada além dele próprio; evidentemente, seu conteúdo não é estranho ao mundo: desastres, assassinatos, raptos, agressões, acidentes, roubos, esquisitices, tudo isso remete ao homem, a sua história, a sua alienação, a seus fantasmas, a seus sonhos, a seus medos (...) *fait divers*, não por aquele que o consome; no nível da leitura, tudo é dado num *fait divers*; suas circunstâncias, suas causas, seu passado, seu desenlace; sem duração e sem contexto ele constitui um ser imediato, total, que não remete, pelo menos formalmente, a nada de implícito (...). É sua imanência que define o *fait divers*. (BARTHES, 1964, p.1).

Barthes procura, ainda, organizar os *fait divers* segundo suas relações de surgimento: *relação de causalidade e relação de coincidência*. No primeiro caso são consideradas as causas conhecidas e as inexplicáveis. Nas causas conhecidas, a atenção está geralmente sobre as personagens e não propriamente sobre a motivação do ato. Esse seria, por exemplo, o caso de racismo veiculado pelo *Binômio*, ocorrido no Colégio Sacre Coeur de Marie, em que o enfoque estaria nos protagonistas da notícia e não na alarmante situação de preconceito. As causas inexplicáveis dizem respeito a fatos dos quais, em geral, não se conhece suas motivações, como no caso de crimes. A falta de solução ou esclarecimentos de episódios dessa natureza alimenta a circulação do *fait divers*, que desaparece junto às soluções dos casos. As relações de coincidência são geralmente orientadas pela repetição de acontecimentos, pela aproximação de casos distantes e que se descobre um denominador comum, e ainda pela explicitação de um cúmulo, ou grande exagero.

Fait divers como as veiculadas pelo *Patrulha da Cidade*¹⁰⁵, programa policial apresentado pela radialista Glória Lopes, destacam-se por seu caráter sensacionalista que abriga um fato e apela para a identificação do interlocutor. É interessante observar, ainda, como esse tipo de programação atrai a atenção do público, talvez por seu caráter especulativo em que a notícia chega a se transformar em um espetáculo. A informação encontra-se integralmente disponibilizada ao seu interlocutor, o fato é, em si, oferecido ao público sem ressalvas, sem capítulos.

¹⁰⁵ De acordo com o depoimento de Otávio, o programa *Patrulha da Cidade*, transmitido pela rádio Itatiaia, noticiava acontecimentos gerais da cidade de Belo Horizonte, sobretudo polêmicas envolvendo roubos e assassinatos. Em relação à Glória Lopes, apresentadora do programa, Otávio faz as seguintes considerações: “Ela tinha uma maneira de comunicar sem defender a polícia, mas sem agradecer à polícia. Por isso que nós gostávamos dela. Ela não agradava, mas também não defendia. Quando tinha que falar ela falava. Aquele ditado que ela preservava: se você não quer aparecer, não deixe o fato acontecer. Isso aí nós sabíamos disso. Se você não quer virar notícia, não entra lá, entendeu?” (Entrevista, Otávio, 2012).

Durante as entrevistas foram mencionados os seguintes *fait divers* que marcaram o cotidiano de Belo Horizonte:

- Caso de racismo no Colégio Sacre Coeur de Marie
- Caso Punaro Bley
- Crime da Ressaca ou crime do Marcha a Ré
- Crime do Aziz Abras
- Crime do Parque ou Assassinato de Luiz Delgado

Caso de racismo no Colégio Sacre Coeur de Marie

O episódio relatado por Marilene e divulgado pelo *Binômio* causou rumor na capital – a propósito, o *Binômio* era um tabloide especialista em *fait divers* das mais distintas naturezas, com sua acidez peculiar e disposição em causar comoção popular – com denúncias comprovadas de discriminação racial. Segue-se um trecho da matéria:

Binômio, 20 de abril de 1959

BH repete África do Sul: ódio racial contra pretos e judeus – O repórter Ponce de Léon desvendou o assunto numa dramática matéria.

Acompanhada pelo repórter e os então deputados Hernani Maia e Frederico Pardini, que se passavam por seus parentes, Sônia percorreu os colégios Sion, Sacre Coeur de Marie, Sacre Coeur de Jesus e Santa Maria, encontrando sempre a mesma resposta: “Não há vagas”. / Pouco antes, sem saber que a menina era negra, as diretoras haviam confirmado que as vagas existiam. Mas quando Sônia se apresentava, a reação era imediata: / - Os senhores desculpem, mas houve um engano. Não temos mais vagas. / Em outras situações a resposta era direta, sem rodeios, como a de uma diretora do extinto Colégio Sion: / - Nunca recebemos menina de cor. Desculpe, mas é assim. (RABÊLO, 1997, p. 71).

Diversas outras reportagens com denúncias de discriminação racial contra negros e preconceito contra judeus foram veiculadas pelo *Binômio*, periódico que, segundo Marilene, era “o jornal da boca do povo”. O caso de Sônia, que ficou marcado na memória de Marilene, chama a atenção para a questão racial, cujo preconceito se evidencia na capital e chega a ser comentado por alguns entrevistados como Otávio e Vanda, que tratam de questões pessoais a esse respeito.

Caso Punaro Bley

Esse caso, lembrado por Marilene e Rogério, foi também motivo de notícia no jornal *Binômio*. Em 21 de dezembro de 1961, o editor do *Binômio*, José Maria Rabêlo foi agredido pelo então general de brigada, João Punaro Bley, no prédio do jornal, em função de uma matéria que envolvia o militar. Sobre a agressão, Rabêlo relatou: “ele pegou-me pelo pescoço com a mão esquerda e tentava atingir-me com um pequeno bastão metálico que trazia na mão direita, enquanto proferia novos palavrões [...]” (RABÊLO, 1997, p. 42). Segundo Rabêlo, duas horas depois do incidente, duzentos homens do exército e da aeronáutica cercaram as dependências do jornal e destruíram todas as suas instalações. Rogério descreve detalhes desse episódio que circulou em mídias impressas e orais pela cidade:

E aí tem o grande episódio do Binômio, que foi empastelado por um coronel do exército e seus soldados. O Binômio escreveu uma coisa, como é que era o nome dele? [...] Punaro Bley era o nome do coronel. Não sei se era coronel ou general. Ele não gostou do que o Binômio fez, foi lá falar com o dono do jornal, tá vivo aí, que é figura histórica importante, foi deputado, foi exilado com a família toda. O Punaro Bley foi lá e começou a gritar com o cara, o cara expulsou ele e deu um soco na cara dele. Algum tempo depois, algumas horas depois, ele chegou com o batalhão inteiro, empastelaram o jornal, não sobrou nada do jornal. Quebraram tudo. Punaro Bley é um homem que cê deve contar pro cê fazer a oralidade aí, que aí não podia mais, a censura não deixava. Então foi uma época de efervescência na cidade, talvez a maior que aconteceu em termos da violência, da estupidez. (Rogério, entrevista, 2012).

O episódio provocou comoção pública e o jornal, apesar do ocorrido, voltou a publicar reportagens envolvendo as ações de Bley na edição seguinte.

Crime da Ressaca ou crime do Marcha a Ré

Outras narrativas que circulavam com vivacidade na capital eram sobre crimes que chamavam a atenção da opinião pública. Um caso que ficou bastante conhecido foi o crime da Ressaca, cuja vítima era um taxista apelidado de Marcha a Ré. A motivação seria chantagens sofridas pelo médico Romualdo da Silva Neiva, que estaria envolvido em um romance escuso, de conhecimento do taxista. Marilene recorda-se de alguns detalhes do crime que foram divulgados no período:

Tinha um médico aí muito famoso que era casado em segundas núpcias com uma moça nova e bonita. E dizem que ela tava tendo um caso com um outro médico, aliás, um doutorando, estudante de Medicina. O nome dele era Romualdo da Silva Neiva. E esse Marcha a Ré era um motorista de taxi e ele é que fazia o intercâmbio entre os dois. E que ele começou a fazer chantagem entre os dois. E que esse Romualdo da Silva Neiva teria matado ou mandado... (Marilene, entrevista, 2012).

Alberto também conta detalhes do episódio envolvendo o crime contra Marcha a Ré, taxista contemporâneo de seu pai, e especula possíveis motivações do delito que culminou com seu sumiço:

O Marcha a Ré até tinha uma história muito complicada. Em Belo Horizonte, ele foi um dos muitos que sumiu, né? O Marcha a Ré diz que era o melhor chofer de Belo Horizonte. [...] A carteira dele [do pai] eu acho que era número dez, e o Marcha a Ré a dele era por aí, parece. Então esse Marcha a Ré contava muita lorota, né? [...] Era um dos motoristas de táxi mais antigos aqui. [...] não tinha muito táxi, tinha um só, um ou dois aí, tornava a pegar. Então o motorista ficava sabendo muita coisa. Muito passado, muita coisa. Como diz, muita gambiarra, né, de homem com mulher, eles ficavam sabendo. [...] Conheciam todo mundo. [...] Mas o Marcha a Ré ele foi combinar como contratado por um médico muito famoso, uma pessoa excelente, não vou falar o nome dele não. Pra todo dia fazer um itinerário com ele: pegar ele num hospital, levar pro outro, que ele era um médico muito famoso. E bonitão. Ele era um médico bonitão, moreno alto, muito simpático, muito conversado. E conhecido. Quase que eu falo sem querer o nome dele! [...] É porque pode ter parente dele por aí, então não é bom ficar falando muito não. [...] Os motoristas faziam chantagem muito com os clientes. Quando ia mulher na rua, falava assim “eu vi sicrano com fulano de tal de carro”, e queria a casquinha dele também, sabe? Era uma baixeza danada, mas fazia muito isso daí. Então eles ficavam mais famosos por causa disso. (Alberto, entrevista, 2013).

Além das lembranças do período em que Marcha a Ré viveu na capital e de características que o fizeram ficar conhecido na cidade, Alberto recorda-se dos rumores provocados pelo crime relatando, inclusive, a versão divulgada pela mídia sobre o Crime da Ressaca:

Uma vez, a história que o jornal contou foi essa: o Marcha a Ré quis chantagear o doutor com a fulana, que era mulher de um ricoço lá da Rua dos Caetés. Aquelas famílias de turcos que tinham lá na Rua dos Caetés. O doutor falou com ele, que na ocasião médico não tinha automóvel não porque não existia automóvel pra vender. Raramente um médico tinha automóvel. Eles andavam era a pé também ou então nas carruagens. Então acabou que eles começaram a desentender, o motorista ameaçando o médico, querendo extorquir dinheiro dele. Então consta que um dia o médico pegou um camarada, um malandro da Praça da Lagoinha [...] chamou esse camarada, eu esqueci o nome dele. Falou com ele pra dar um jeito, passar um aperto no Marcha a Ré pra ele largar de ficar perseguindo. Era um motorista perseguindo um médico. Tá entendendo, né? Tinha razão de ficar aborrecido. Então esse camarada pegou o Marcha a Ré, pegou o carro dele, e [...] tacou nele uma paulada. Ele trombou o carro, acho que ele queria bater só pra machucar, o certo é que o Marcha a Ré morreu. Aí o Marcha a Ré foi considerado assassinado. Aí começou a haver o disse que disse, chegaram à conclusão aí que o doutor é que tinha mandado matar o Marcha a Ré. Então esse doutor acabou sendo condenado mesmo. Condenado, não por causa da mulher, mas por causa da morte do motorista. (Alberto, entrevista, 2013).

Alberto comenta que esse crime ganhou grande repercussão na mídia, não apenas em Belo Horizonte, mas por todo o país, no final da década de 1940 e início de 1950: “A gente conversava disso era mais do que de futebol!” Segundo informa, Romualdo foi condenado a cumprir pena no Hospital Militar, mas foi logo absolvido, de forma que o Crime da Ressaca passou a integrar o histórico de delitos sem solução praticados na capital.

Crime do Aziz Abras

Segundo Marilene, o caso de Aziz Abras foi contado e ouvido pelos belorizontinos durante bastante tempo. Trata-se de mais um famoso crime que abalou o princípio da década de 1960 na capital e permaneceu sem solução. Aziz Abras era um homem muito rico que teria sido encontrado morto misteriosamente em sua casa, vítima de uma pancada na cabeça. Marilene conta algumas lembranças do caso:

Sabe onde é hoje o Diamond Mall? Uma casa linda que tem, um palacetezinho branco que tem à esquerda, cê passa lá que cê vai ver. O Aziz Abras era um homem riquíssimo que foi assassinado em casa, sabe? E parece que foi um sobrinho dele, libanês, que veio cá só pra matá-lo. Nunca ninguém soube por que e nem como. (Marilene, entrevista, 2012)

O sobrinho de Aziz ao qual Marilene se refere é Josef Basile Khoury, que teria fugido para o Líbano logo após o incidente. Assim como o Crime da Ressaca, a morte de Aziz Abras, também conhecida como Crime do Palacete, ganhou repercussão nacional.

Crime do Parque ou Assassinato de Luiz Delgado

Motivo de muito boca a boca e também da circulação impressa, o Crime do Parque foi bastante contado e ouvido na capital. Marilene relata que os crimes eram raros em Belo Horizonte, mas que quando aconteciam eram noticiados com estardalhaço. Um desses casos aconteceu na segunda metade da década de quarenta, quando o corpo do engenheiro Luiz Gonçalves Delgado foi encontrado no Parque Municipal. Na trama, estão Luiz Delgado, Décio Frota Escobar, seu suposto assassino, e uma possível motivação passional e homoafetiva.

O “Crime do Parque”, como ficou conhecido, chegou a ser considerado o maior crime de Belo Horizonte de todos os tempos. Otávio e Rogério relatam lembranças desse episódio que marcou a cidade:

O crime do parque, que era alguém que matou um rapaz, até era da sociedade. Matou debaixo de um pé daqueles de jaca. Encheram de tiro... [...] Mas parece que ele tinha uma briguinha um com o outro. Porque ninguém ficou sabendo quem foi que matou. [...] Um mistério... (Otávio, entrevista, 2012).

Você deve ter ouvido falar no Crime do Parque. Então o que foi preso, se ele era preso por suspeita, ele era preso até o julgamento. Ele era um poeta, um diplomata, Décio Escobar. Ele era genial, Décio Escobar. Eu era o presidente do núcleo, núcleo literário, nem me lembro como é que chamava, do Colégio Santo Antônio, e convidava muita gente pra ir lá fazer palestra pra gente. Membros da Academia Mineira de Letras... E o Décio Escobar eu chamei mais de uma vez, que ele era um grande poeta. No dia que ele saiu da cadeia, ele saiu recitando: e agora José? Quê que ele ia fazer da vida? O crime ficou, até hoje não se sabe quem matou, e foi um crime famoso. [...] Saiu um livro lindo sobre esse crime¹⁰⁶, recentemente. Em que se mostra, inclusive, que foi a mulher do suposto assassino que tava doida pra ficar livre dele, que diz que ele confessou pra ela que ele era o assassino. Ele tinha obsessão pra falar sobre o crime, sabe? Ele falava sem parar naquilo e todo mundo começou a desconfiar dele. E ela aproveitou a chance pra ficar livre dele. Então ela que foi a culpada, a responsável pela prisão dele. Pelo menos é o que consta neste livro. (Rogério, entrevista, 2012).

Marilene menciona que Luiz Delgado foi morto a facadas, e não a tiros como se lembra Otávio. Contudo, todos os entrevistados recordam-se que o caso circulou por muito tempo na mídia belorizontina e acabou por cair no esquecimento sem uma elucidação efetiva.

4.5 NARRATIVAS SOBRE EPISÓDIOS POLÍTICOS

- Revolução de 1930

Embora comentários sobre a vida política e, mais especificamente, sobre os políticos que marcaram as décadas de 1930 a 1960, na capital, como Juscelino e Amintas, tenham feito parte dos relatos colhidos durante as entrevistas, optamos por destacar neste item a Revolução de 1930, por ter integrado, no período estudado, o repertório de narrativas contadas e ouvidas, bem como pela riqueza de detalhes com que foi recordada e narrada. Ressaltamos os depoimentos de Alberto e Ernesto, que chegaram a participar de episódios do conflito.

Antes de iniciar a entrevista com Ernesto, havia sido advertida por sua neta, de sua capacidade imaginativa. Ao acionar o gravador, as histórias começaram a brotar de sua memória. De sua memória? Seriam lembranças ou criações o que ouvíamos de Ernesto?

¹⁰⁶ O livro a que se refere Rogério é *Paraíso das maravilhas: uma história do crime do parque*, de Luiz Morando, publicado em 2008 pela Editora Argvmentvm.

Em seus relatos, um episódio saltava aos demais: a revolução de 1930, conflito por ele presenciado durante a infância, aos quatro anos de idade. Um depoimento fantástico, no sentido exato da palavra, começou a ser por ele narrado:

A Revolução de 30. Eu ficava ouvindo os tiros de lá. Aqui, na Ressaca. A gente ouvia os tiros. E era uma coisa, era a polícia militar, que naquele tempo era força pública, contra o regimento de São Paulo. Que eles queriam tomar tudo de Minas Gerais, né? Tanto que eles fizeram uma parte estratégica de revolução, de atravessar a fronteira pelo túnel da estrada de ferro. E aí descobriram que eles estavam prontos pra atacar Minas Gerais, né? [...] Então tinha, o armamento era muito simples, né? Usava fuzil, o fuzil foi utilizado até na guerra de mil novecentos e quatorze, né? Então tinha que fazer assim pra poder atirar! Então os paulistas entraram, e os mineiros entraram com aquela espingarda, aquela grossona, como é que ela chama hoje em dia? Era um calibre muito grosso. Então dava tiro mais pra acertar no teto do túnel pra poder fazer a turma correr. E corriam, corriam... [...]

Nossa, um barulhão danado. [...] isso acontecia depois daqui da praça, como é que chama aquela praça ali? Tem um campo de aviação, é mais fácil pra dar referência. Então dali em diante eles tinham que voltar correndo, os paulistas já estavam naquela altura...

[...]

O Barro Preto ali ficou coalhado de casas furadas pelas balas. (Ernesto, entrevista, 2012).

Um bairro “coalhado de casas furadas pelas balas”. Ernesto dá continuidade ao relato contando sobre cavalos mortos, ensanguentados e caídos pelo chão. Lembrança ou imaginação de um menino marcado por um período turbulento da história do país?

O mesmo ocorreu com Alberto. As lembranças da Revolução de 30 foram muito marcantes em seu relato. Morador da zona central onde ocorreu o conflito, o Barro Preto, Alberto recorda-se minuciosamente dos detalhes do confronto, lembra-se da expressão de desespero da mãe, que procurava da forma como podia proteger os filhos do tiroteio. Em suas palavras:

A gente escondeu debaixo da mesa. Ela mandou a gente esconder debaixo da mesa. Caía tijolo em cima da... Pedaco de tijolo. E era um barracão fraquinho, não tinha resistência. Então a bala batia assim e “pá”! Ela vinha assoviando, quando ela assoviava a gente já sabia: vem bala por aí. Era “xiiiiuuuuuu e pá” batia no tijolo, jogava pedaco pra lá e pra cá. Um verdadeiro inferno. Mas eu como menino sem malícia, nessa ocasião eu tinha completado treze anos. E meu irmão Álvaro, mais velho, também gostava muito de brincadeira, todo mundo chorando lá, gritando, rezando, e eu mais ele não aguentava de tanto rir de ver aquela confusão. Aí não tava acreditando em revolução, não tava sabendo o quê que era revolução não. Aí tinha uma instalação, o nosso sanitário era lá embaixo no fundo do quintal, né? Fossa. Eu precisei ir lá na fossa, a hora que eu entrei, deu um tiro, não sei se alguém me viu, algum soldado deve ter me visto lá e resolveu atirar. Porque eles tavam atirando perto da gente. Eles atiravam de cá e de cá e a gente tava aqui no meio. Pegou um tiro lá no adobe, veio metade do adobe e bateu nas minhas costas. Eu falei “o quê? Esse negócio é sério mesmo.” Caiu um pedaco, a bala arrebentou um adobe e caiu um pedaco nas minhas costas. Me machucou até, ué. O

adobe é mais ou menos desse tamanho assim, ó. Então a metade dele era tudo isso. Aí eu falei “esse negócio é sério mesmo”. Aí eu corri pra casa, “acho melhor a gente embora mesmo”. Mamãe fez uma trouxa... Ah, eu contei pra você, a gente chegou até na casa do Benedito Gonçalves, né? Na fazenda. (Alberto, entrevista, 2013).

Em meio ao conflito, a mãe de Alberto se viu obrigada a deixar a casa onde vivia com os filhos e levá-los para um lugar mais seguro. Seguiram para uma fazenda de propriedade de Benedito Gonçalves, patrão do pai de Alberto. Lá permaneceram até circular a notícia de encerramento do combate. Ao voltar para casa, Alberto se lembra de encontrar apenas destroços. Até mesmo um caminhão arrendado ao pai fora destruído: “O caminhão não era dele não, era da casa onde ele trabalhava. [...] Então quando ele chegou lá, o caminhão tava quebrado, roubaram a gasolina dele, roubaram pneu.” (Alberto, entrevista, 2013).

Segundo relatos de Alberto e Ernesto, o período que se seguiu à revolução foi caótico para cidade. Uma grave crise econômica instaurou-se em Belo Horizonte, também como reflexo da perturbação no cenário político-econômico pelo qual passava o país¹⁰⁷. Alberto lembra-se das dificuldades enfrentadas nesse período e relata uma curiosidade, que não localizamos em bibliografia sobre o tema: a constituição de moedas de circulação local, uma fornecida pelo município de Belo Horizonte e outra pelo Estado de Minas. Essa seria uma estratégia paliativa para contornar os efeitos mais imediatos da crise econômica instaurada no pós-revolução. Nas palavras de Alberto:

Alberto: Aí quando acabou a revolução entrou numa crise danada aqui. Belo Horizonte não tinha dinheiro, não tinha nada, não tinha mantimento, a gente começou passar foi falta de comida. Porque a cidade parou durante cinco dias, né? Só com bala. Era bala de fuzil. [...] O Governo do Estado estabeleceu uma moeda, a gente chamava de Bororó. Por causa da nossa origem indígena, né, esse dinheiro chama Bororó, nessa ocasião a gente usava era mil réis. O cruzeiro de hoje chamava mil réis. E nós não tínhamos dinheiro nenhum. Quer dizer, nós não tínhamos não, a cidade não tinha, nem nós! Mas então o governo falou “pra estabelecer uma circulação, pra estar podendo negociar, o comerciante que tiver mantimento vender”, então ele mandou imprimir umas notas num papel vagabundo, a impressão também muito vagabunda, acho que ficou com pressa, né? Então aquilo começou a dar nota de dez, de um, de dois, e esse dinheiro a gente chamou de Bororó. Esse era o Bororó. “tem dinheiro?” “eu tenho Bororó.” “Bororó eu não quero. Quero receber com mil réis!” aí a prefeitura também estabeleceu um outro tipo de moeda, que a gente chamou de “Burrusquê”. Tinha origem no tupi-guarani também, mas eu até hoje não sei o quê que significa. Então era Bororó e “Burrusquê”, que era de circulação no âmbito da prefeitura. E o Bororó era geral, do estado. E a gente ficou com esse dinheiro aqui assim por muito tempo. Parece que uns três meses ou mais, a gente conheceu só por Bororó e Burrusquê.

¹⁰⁷ Maiores informações sobre a Revolução de 1930 e o Golpe de Estado podem ser consultadas em Cândido (1984), Meirelles (2005), Murakami (1980), Bragança (1994), Faria e Barros (1997).

Flávia: E como que era? A prefeitura distribuía esse dinheiro pra população?

Alberto: Fazia pagamento, por exemplo, o patrão pagava o empregado com aquilo. Ele recebia também no troco. O sistema que era estabelecido eu não sei, mas eu acho que foi assim. Isso eu não tenho certeza não. Acho que o comerciante abria um crédito com o governo, recebia tantos, a importância de tanto, se acabasse aquele movimento, cê tinha que devolver o dinheiro ou correspondente. Se tivesse Burrusquê, podia devolver com Burrusquê mesmo. Mas se não tivesse, com o dinheiro que estivesse em circulação. Foi mais ou menos isso. (Alberto, entrevista, 2013).

Após as entrevistas, em visita ao Museu Histórico Abílio Barreto, Fundação Municipal de Cultura, para o trabalho de identificação e recolha de fontes, algumas imagens chamaram a atenção, registros fotográficos da revolução de 1930 (Fotografias 7 a 10):

Fotografia 7 – Casa destruída por projéteis da revolução de 1930. Um grupo de pessoas observa os estragos provocados



Fonte: Acervo do Museu Histórico Abílio Barreto/Fundação Municipal de Cultura.

Fotografia 8 – Ataque ao 12º RI (Regimento de Infantaria). Casas destruídas durante a revolução de 1930



Fonte: Acervo do Museu Histórico Abílio Barreto/Fundação Municipal de Cultura.

Fotografia 9 – Foto de animais mortos durante a revolução de 1930. A foto apresenta o campo lateral do quartel do 12º RI (Regimento de Infantaria), no qual diversos animais mortos pelas balas de metralhadoras de força policial podem ser vistos



Fonte: Acervo do Museu Histórico Abílio Barreto/Fundação Municipal de Cultura.

Fotografia 10 – Detalhe de animais (equinos) mortos durante a revolução de 1930, nas proximidades do quartel do 12º RI (Regimento de Infantaria) do exército



Fonte: Acervo do Museu Histórico Abílio Barreto/Fundação Municipal de Cultura.

De forma comovente, foi possível perceber que as cenas que marcaram as memórias de Ernesto e Alberto constituíam o arquivo fotográfico do museu. Ao abrir cada um dos diversos documentos reunidos no Museu Abílio Barreto, as vozes de Ernesto e Alberto surgiam novamente, narrando e dando vida às imagens.

As fotografias de casas destruídas deixaram de ser apenas imagens de um episódio político do passado, elas ganharam voz e passaram a contar uma história. Foi possível “visualizar” Alberto e seus irmãos escondidos debaixo da mesa enquanto a casa era destruída por tiros; a expressão de sua mãe sem saber como proteger os filhos em meio às paredes que desabavam. As fotografias dos cavalos nos levaram a imaginar o semblante de Ernesto sem rugas, com um rosto infantil alarmado.

Além dessas cenas, Alberto e Ernesto relataram outros episódios da revolução que ficaram marcados em suas lembranças. Vieram à mente não apenas detalhes do conflito, mas também recordações de cenas que vieram depois:

Barro Preto. Minas Gerais fecharam tanto os paulistas, que vieram atacar ali. E naquele tempo era o Doze. O Doze [12º Batalhão de Infantaria]. Tanto que eles tinham um negócio que a turma cantava: “arreda, polícia, que o doze vem, catinga de bode que o doze tem”! Essas coisas. Eu só me lembro como cantavam isso, mexendo com o pessoal de São Paulo. Isso acaba implantando na gente da minha idade, uma antipatia dos paulistas.

[...]

Então eles vieram depois recuando, recuando; muitos foram presos, né? Muitos foram presos, e o quartel do exército era ali na rua... Subidinha da Rua Brito Melo; tanto que Brito Melo foi em razão de um oficial que morreu em combate ali. Onde hoje é o Hospital Felício Rocho, que era hospital de campanha [...]. E a coisa não foi brincadeira não. E eu doido pra ir lá. [...] Aí na hora quando acabou a revolução, os paulistas deram no pé, eles não aguentaram mesmo pegar os mineiros não. (Ernesto, entrevista, 2012).

[...] a gente tinha que, depois da Revolução a gente voltou a encontrar na escola, mas já tava tudo só de encerramento. Então saiu no jornal que quem tivesse algum material militar perdido, por acaso perdido, abandonado, que podia fazer entrega. Podia levar pra fazer entrega. Terá o nome publicado no jornal, etc. e tudo. [...] levar pra entregar na Imprensa Oficial. E eu fui lá onde a gente morava, ali nos arredores da nossa casa também, arranjei uma porção de munição. Munição perfeita, que foi perdida, né? Não levei mais porque não aguentei, porque aquilo era muito pesado, né, metal amarelo e chumbo. Peguei um punhadão de coisa, mas tava pesado demais, eu parei de catar. Foi suando até chegar lá na Imprensa pra fazer a entrega! No outro dia eu fiquei muito feliz, publicou no Estado de Minas Gerais: “o menor Alberto, num ato de heroísmo, recolheu munição perdida e devolveu”. Jornal Minas Gerais. O jornal oficial do estado. Minas Gerais, que tinha que entregar lá na Imprensa. [...] A data eu não lembro não, mas é fácil da gente calcular pelo seguinte: a Revolução foi 3 de outubro. De 3 a 8, mais ou menos, ou 10, era a Revolução mesmo. Aí acabou. A gente voltou pra escola no fim de outubro já, né? Era 3 de outubro, com mais 10 dias, depois esperou uns três ou quatro dias pra acalmar primeiro, antes da gente voltar. Aí que começou a dar a notícia que as escolas

iam continuar a funcionar pra encerrar o período letivo. Então a gente teve que voltar pra escola. E naturalmente esse problema da munção deve ter ocorrido mais ou menos no dia 10 de outubro até o dia 10 de novembro por aí assim. Eu posso avaliar o meu caso, né? Os outros não, mas muita gente levou. Uns acharam armas e ficou com elas. (Alberto, entrevista, 2013).

A Revolução de 1930 foi, sem dúvidas, um acontecimento trágico que marcou a história política do país. O que percebemos por meio desses relatos é que a intensidade das marcas pode variar, narrar uma história vivida é diferente de reproduzir conhecimentos de que se ouviu falar. Amostra disso está no requinte de detalhes presente nas lembranças de um período já remoto e na condição emocionada com que foram relatadas no momento das entrevistas.

Podemos assim considerar que o destaque dado à Revolução de 1930 foi devido à repercussão que teve no destino da cidade de Belo Horizonte e de Minas Gerais, bem como ao trauma que causou, originando uma forte ligação entre memória pessoal e memória coletiva em contexto urbano. Se não tivesse havido esse impacto tão forte na cidade (e região), os entrevistados provavelmente não destacariam a Revolução de 1930 entre os eventos políticos que marcaram a história e cujas narrativas circulavam massivamente entre a população.

Finalizamos com uma fala de Alberto: “Teve morte sim. Número eu não tenho ideia não, mas teve muita morte. Morte de sede, de fome, de bala. Essa coisa é dolorosa, viu?” (Alberto, entrevista, 2013).

4.6 NARRATIVAS DO MARAVILHOSO

Famosos por povoarem a imaginação infantil, e apesar da ampla popularidade desse tipo de narrativas, poucas foram as menções a tais histórias, contrariando uma expectativa inicial. Contudo, há representantes em todos os três segmentos de contato com culturas do escrito que, em intensidades variadas, lembraram-se de narrativas do maravilhoso como marcantes em sua trajetória, em especial durante a infância.

Trataremos aqui por narrativas do maravilhoso as histórias que compreendem os contos maravilhosos propriamente ditos e os contos de fadas. Foram mencionadas, nessa tipologia, as seguintes narrativas¹⁰⁸:

- A moura torta
- Branca de Neve
- Chapeuzinho Vermelho
- Cinderela
- João e Maria
- Os filhos de Eva: sobre como surgiram os negros e os elfos

O conto maravilhoso é definido pela referência a episódios e/ou personagens mágicos, fantásticos que extrapolam a natureza física. Coelho (2000, p. 173) classifica os contos maravilhosos como possuidores de um núcleo de ação de natureza “material/social/sensorial (a busca de riquezas; a satisfação do corpo; a conquista de poder; etc.)” Ao analisar a morfologia dos contos maravilhosos, Vladimir Propp apresenta a seguinte definição:

Podemos chamar conto maravilhoso, do ponto de vista morfológico, a qualquer desenrolar de ação que parte de uma malfeitoria ou de uma falta, e que passa por funções intermediárias para ir acabar em casamento ou em outras funções utilizadas como desfecho. A função limite pode ser a recompensa, alcançar o objeto desejado ou, de uma maneira geral, a reparação da malfeitoria, o socorro e a salvação durante a perseguição, etc. (PROPP, 1983, p. 144).

Tais definições podem ser exemplificadas em contos como *A moura torta*, cujo núcleo de ação prevê a conquista de poder e beleza, associada ao fim de alcançar o casamento dos sonhos, ou seja, casar-se com o príncipe.

¹⁰⁸ Ao contrário da sistemática que viemos seguindo dos tópicos anteriores, não apresentaremos as versões integrais de todas as narrativas mencionadas pelos entrevistados, uma vez que são de ordem menos específica e local, como o caso das figuras tipo, os *fait divers* específicos de Belo Horizonte e, até mesmo, os casos de assombração.

Quanto aos contos de fadas, Coelho (2000, p. 173) aponta sua natureza “espiritual/ética/existencial”, características evidenciadas em narrativas como *Cinderela* ou *João e Maria*. Coelho destaca que esse tipo de narrativa costuma voltar-se para a realização interior dos personagens, o que tende a refletir-se nos indivíduos reais. A figura da fada encarnaria uma possível “realização dos sonhos ou ideais inerentes à condição humana”, a fada seria responsável por uma ajuda mágica, sobre-humana que favoreceria realizações tidas como impossíveis. Os contos de fadas também costumam ser marcados pelo maniqueísmo, cujo desfecho tende pela vitória do bem sobre o mal.

Das entrevistadas do primeiro agrupamento, apenas Joana menciona histórias de natureza mágica, ou maravilhosa. Os contos de fadas aparecem como principal repertório de sua mãe: “mamãe contava a historinha da fada, da varinha de condão...” (Joana, entrevista, 2013). Outro apontamento da entrevistada alude a uma fábula, trata-se da história de uma vaquinha que mantinha relações de amizade com uma criança. Um dos principais movimentos da entrevistada é a tentativa de recordar-se dos detalhes de tais histórias:

Essa historinha que a mãe contou. Ela contou muito... Aí eu gostava da historinha viu da vaquinha... [...] A mãe contava muito essa historinha. Aí como eu gostava de ouvir as historinhas. Ah, aquela noite bonita, aquela... Aquele céu estrelado, aquela lua tão bonita. Ai que maravilha viu! Eu gostava demais! (Joana, entrevista, 2013).

No segundo segmento, Vanda recorda-se de que embora não tivesse oportunidade de ouvir tais narrativas em casa, com a família, acompanhava as histórias contadas por uma vizinha para seus filhos, dentre as quais destaca *Chapeuzinho Vermelho* e *Branca de Neve*: “Tinha uma vizinha do outro lado que contava pros filhos dela e eu escutava também. Mas era *Chapeuzinho Vermelho*, né, aquela história da *Chapeuzinho Vermelho*. *Branca de Neve*, essas historinhas tudo eu gostava.” (Vanda, entrevista, 2013). Vanda também costumava ouvir as peripécias de *João e Maria*, personagens que, embora passassem por grandes dificuldades ao longo da história, terminavam com um final feliz. A entrevistada relata que sentia grande prazer em ouvir essas historinhas, que a permitiam sonhar com outras realidades mais bonitas.

Já no terceiro segmento, Úrsula conta em detalhes a história da *moura torta*, narrativa que escutava enquanto criança e que hoje integra seu repertório de contadora profissional de histórias. Segue-se sua versão:

É uma versão muito bonita, porque a princesa tinha a empregada no palácio, a princesa filha única, e a empregada era uma moura, não é? E essa moura tinha um defeito físico, uma perna mais curta. Então ela era torta e mancava. [...] (Úrsula, entrevista, 2012).

Durante o estágio sanduíche em Lisboa, tive oportunidade de acessar acervos com diversas versões dessa narrativa, em que, geralmente, a moura aparece como protagonista (note-se que na versão de Úrsula, como se verá, ela é a antagonista da história). E ela continua:

Aí vai encontrar-se com o noivo [a princesa], porque tudo foi combinado através dos retratos pintados, então sai de um reino pra outro, e vai o enxoval, e vão os criados, os cavalos, e a moura também. Até que chega na beirada d'um rio, quando já avista o palácio do noivo, a princesa fica muito satisfeita e fala com a moura “eu to com sede”, e a moça vai pegar água para ela. Mas a princesa sobe na árvore pra poder ter uma visão mais ampla do palácio do noivo, e quando ela sobe, a moura vê o reflexo da princesa no rio, e acha que é ela. “Mas o que que eu to fazendo aqui tão linda, tão bonita?” e os mouros são bem morenos, né? “Eu tão clarinha, tão bonita, com esses cabelos maravilhosos, servindo água pra essa princesa?” E aí a princesa riu. E ela fica com muita raiva, joga a vasilha da água no chão, a princesa desce, mas ela era uma bruxa. A moura tinha poderes mágicos. E ela então põe um alfinete na cabeça da princesa e a princesa vira uma pombinha. Vira uma pombinha e uma pombinha muito linda, né? E a moura então se apossa das roupas, do jeito da princesa, mas continua manca, né? Vão pro palácio. [...] (Úrsula, entrevista, 2012).

Em muitas das versões encontradas durante a consulta aos acervos pesquisados¹⁰⁹, os povos mouros são muitas vezes associados a seres mágicos, o que, de certa forma, justificaria seus poderes. Em estudo sobre o conto da Moura Torta, D'Ávila e Barja (2008) identificam que, dependendo da região, a moura pode ser feiticeira ou cigana, povo que de acordo com o senso comum possui tradição em magia. E Úrsula continua sua narração:

O noivo fica muito decepcionado porque não era aquilo, que não correspondia ao retrato que tinha ido, mas palavra de rei não volta atrás, né? E marca-se o dia das bodas. Acontece que quando o noivo estava no quarto dele, chega uma pombinha e pisa assim na janela. E aí o moço se encanta, porque era uma pombinha muito linda, mas tinha um olhar muito triste. E ele tenta pegar, mas ela faz “prrrr” e vai embora. Ele pega e faz um lacinho de cordão de barbante e põe. Ela volta, aí ela vira e fala “eu, uma pombinha tão bonitinha, das penas tão branquinhas, dos pezinhos vermelhinhos, por meu pezinho nesse lacinho de barbante? Eu não.” E “prrrr” vai embora. Aí ele fica louco. Fica louco, percebe que há alguma coisa, e nisso estão os preparativos pro casamento, e a moura muito exigente, muito grosseira, muito bruta, e maltrata todo mundo, e todo mundo assustado, achando que o rapaz ia fazer um péssimo negócio.

¹⁰⁹ Destacamos aqui o Arquivo Português de Lendas (<http://www.lendarium.org/>) e os estudos de Alexandre Parafita, sobretudo sua obra *A Mitologia dos Mouros*, que realiza uma análise aprofundada desses povos, tão presentes na memória coletiva peninsular. Parafita (2006) investiga 263 lendas envolvendo os povos mouros e apresenta características que são recorrentes em suas definições. Os sarracenos, agarenos, muçulmanos, árabes, bérberes, islâmicos, mouriscos, entre outras definições, são normalmente vistos como inimigos de Deus, em especial por não professarem o cristianismo. Outra característica marcante seria sua capacidade mágica, com destaque para as mouras encantadas que, normalmente, guardam tesouros e encantos.

No dia seguinte, ele põe um lacinho de prata. Ela chega, olha e fala “eu, uma pombinha tão bonitinha, tão branquinha, com os pezinhos tão delicados, vermelhos, vou por meu pezinho num lacinho de prata? Eu não. Prrr” vai embora. E no dia seguinte ela volta e ele fez um lacinho de ouro. Ela olha e repete a mesma história. Ele então chama o joalheiro e faz um lacinho de brilhantes, com diamantes. Quando ela chega, que ela olha, ela fala “ah, mas esse lacinho de brilhantes”, e põe o pé. Quando ela põe o pezinho, ela vira princesa. Não. Quando ela põe o pezinho ele a segura. Segura e ela vai mexendo com a cabecinha, ele vai passar a mão na cabeça dela e vê o alfinete e tira. Quando tira, ela vira princesa. E então ela conta o que aconteceu. (Úrsula, entrevista, 2012).

Na grande maioria das versões pesquisadas, a situação do alfinete é recorrente. O mesmo já não acontece em se tratando dos laços. Em algumas, a pomba é “domada” pelo príncipe ou rei, ou seja, não há laços. Em outras, o regente começa com laços mais preciosos, como o de brilhantes, mas só consegue prender a pomba quando usa laços mais simples, o que evidenciaria o caráter humilde e nobre da princesa. E a narração prossegue:

Nisso é o dia do casamento, o dia seguinte é o dia do casamento, e tá lá aquela coisa, os convidados, aquela mesa imensa de jantar, e a moura toda pronta, né? Quanto mais ela se aprontava, mais ela ficava feia, até que o noivo combina com a princesa uma armadilha. E sentam-se todos à mesa, menos a princesa, que fica atrás – um minutinho só. Aí ela fica atrás de uma cortina, e o noivo então conta que teve um sonho, e que nesse sonho apareceu a princesa, que a princesa tinha se transformado em pomba, e a moura ia ficando muito incomodada com aquilo, aí ela fala “que sonho absurdo, isso não é verdade, não é verdade”, e aí ele fala “é verdade”.

Os guardas a seguram e a princesa sai de trás da cortina. E é aquele alvoroço, e todo mundo muito assustado, e que que faz? E mata, né? E eram coisas horríveis, porque punha, por exemplo, a pessoa dentro de uma barrica de pedra, aliás, de prego, e deixava rolar ladeira abaixo, e cada um sugere um castigo mais terrível, até que ele resolve ouvir a princesa. Então quê que faz com ela? Faz com ela o seguinte: ela realmente foi muito má, ela é uma pessoa má, então ela não deve ganhar nada, e nem ter castigo nenhum. Ela mesma vai se castigar. Então ela vai andar, ela vai ser expulsa e vai ter que andar pelo mundo em busca de abrigo, de alimento, para que ela aprenda a ser melhor do que ela foi até aqui. (Úrsula, entrevista, 2012).

Em algumas das versões pesquisadas, o castigo da moura é cruel. Existem, inclusive, versões nas quais o regente a amarra a dois burros, ou cavalos, e ela é partida ao meio. Isso pode ser devido ao fato da narrativa ter se tornado mais infantil com o passar dos tempos, o que justificaria um castigo mais brando, ou, ainda, como dito anteriormente, para ressaltar o caráter humilde e nobre da princesa. E Úrsula conclui a narrativa:

E assim foi que aconteceu, e dizem que ela tá andando até hoje, porque até hoje ainda não achou nem acolhida, nem amor, nem um lugar fixo para morar. (Úrsula, entrevista, 2012).

As histórias de mouras são bastante populares em Portugal, lugar em que Cascudo (1984) localiza sua origem, onde foram encontradas versões desde o século XV, com incontáveis variantes, sendo muitas as associações a princesas mouras, mouras encantadas, a Floripes, etc.

Além da Moura Torta, Úrsula conta que ouvia contos de fadas como *Cinderela e Branca de Neve* amiúde na infância, contudo, não desfila maiores detalhes sobre essas narrativas. Marilene, por sua vez, relata que ouvia “contos clássicos da literatura infantil”, não apresentando detalhes, como a indicação dos títulos e passagens narrativas.

Rogério recorda-se de narrativas sobre Adão e Eva que buscavam explicar a origem dos elfos e dos negros. As histórias eram contadas em versões similares, ambas evocando o divino, o sobrenatural como recursos para a compreensão de crenças mágicas, no caso dos elfos, e de fatos biológicos, no caso da diferença de cores dos seres humanos. Apresentamos as versões de Rogério, em seguida:

Deus foi visitar Eva depois que ela saiu do paraíso, e ela ficou sabendo e não deu tempo dela dar banho nos filhos todos, ela tinha dezesseis meninos, e pôs oito escondidos. E Deus chegou, olhou os meninos, estavam muito cheirosos, a orelhinha deles estava limpa, né? [...]. Elogiou muito e perguntou à Eva: “você só tem esses filhos?” “Só esses.” “Ah, mas são lindos, parabéns, você está de parabéns. Agora, Eu vou te dizer uma coisa, Dona Eva: aquilo que Deus não pode ver, os homens não poderão ver.” E foi assim que nasceram os elfos. Sabe? (Rogério, entrevista, 2012).

Deus foi visitar a Eva pra ver como é que estava com os filhinhos dela. Chegou lá, ela não ficou sabendo, não deu tempo de lavar, de dar banho nas crianças, então escondeu as crianças, as oito crianças que não deu tempo, ela escondeu no lugar onde guardava o carvão, no quarto que só tinha carvão. E Deus chegou, olhou os meninos, os dentinhos deles estavam bem escovados, viu se as orelhinhas estavam bem limpas, passou a mão na cabecinha deles, achou eles maravilhosos, elogiou muito a Eva, e falou: “você só tem esses meninos?” Ela falou: “só.” Ele foi embora. Quando Ele foi embora, ela foi abrir o quarto, como o quarto era de carvão, os meninos estavam todos pretinhos. Foi assim que nasceram os pretos. (Rogério, entrevista, 2012).

Rogério recorda-se, ainda, de ouvir outra versão sobre os negros que justificaria o contraste entre a pele negra e as palmas dos pés e mãos brancas:

São pretos, e por que que eles têm a palma da mão branca? Porque os meninos todos eram pretos no mundo. Mas aí um dia foram tomar banho e limparam, ficaram limpinhos. E os que não quiseram tomar banho, quando chegaram a água tinha acabado, só deu tempo de pôr a mão no chão. Então as mãos ficaram lavadinhas! Eu já vi essa história contada de diversas maneiras diferentes. (Rogério, entrevista, 2012).

O entrevistado comenta que encontrou, posteriormente, outra versão sobre a origem dos elfos em contos recolhidos pelos irmãos Grimm, que mantinha um final parecido. Quanto ao surgimento

dos negros, informa que veio a identificar a primeira versão apresentada como recorrente no estado da Paraíba¹¹⁰. Segundo informa, além dessas narrativas, tinha o costume de ouvir “contos infantis tradicionais”, sobretudo na família, mas não relata detalhes dessas narrativas.

4.7 NARRATIVAS BASEADAS EM CLÁSSICOS DA LITERATURA ESCRITA

A fim de melhor refletir sobre essa categoria de narrativas, buscamos em Calvino (1993) uma definição do que seriam obras clássicas, ou canônicas: são “livros que constituem uma riqueza para quem os tenha lido e amado; mas constituem uma riqueza não menos para quem se reserva a sorte de lê-los pela primeira vez nas melhores condições para apreciá-los”, e acrescenta que esses clássicos “exercem uma influência particular quando se impõem como inesquecíveis e também quando se ocultam nas dobras da memória, mimetizando-se como inconsciente coletivo ou individual” (CALVINO, 1993, p. 10-11).

Tomando por base Todorov e Genette, Paulino (2004) aborda os cânones literários como “textos modelares” que se destacam pela construção e pela significação. O primeiro elemento diz respeito ao trabalho de linguagem e ao modo de contar, ao passo que o segundo volta-se à questão existencialista presente nessas narrativas, que as torna capazes de ampliar as noções de mundo experimentadas na vida e na imaginação de seu interlocutor.

Um cânone literário, nessa perspectiva, além de expandir as possibilidades significativas da obra, destaca-se pela universalidade do tema, que lhe permitiria uma ação mais ampla e profunda de aspectos como identificação e representatividade cultural.

Embora nosso foco de investigação seja narrativas orais, é interessante observar que esses clássicos foram lembrados por meio do contar mediado por impressos, ou seja, pela leitura realizada a partir do suporte livro, ou pela memorização da narrativa lida em outro momento. Apenas uma das entrevistadas mencionou esse tipo de narrativa, Marilene, que compõe o segmento de indivíduos com maior contato com culturas do escrito. Segundo relata, era a avó quem gostava de contar, por capítulos, as seguintes histórias:

¹¹⁰ Ambas as versões dão margem a considerações sobre estigmas de gênero e raça, sobretudo se considerarmos que essas narrativas costumam ser conhecidas desde a infância. Note-se que em ambas as versões sobre a origem dos negros, há associação à falta ou negação de higiene. Outros contos de fadas, como a própria *Cinderela* ou *Branca de Neve* recorrem, igualmente, a tais considerações ao apresentar e reforçar papéis estereotipados da mulher. Contudo, a fim de não nos desviarmos da proposta mais geral do capítulo, essa discussão será protelada para trabalhos futuros.

- Os miseráveis
- Ben-Hur

*Ben-Hur*¹¹¹, obra escrita no final do século XIX por Lewis Wallace, narra uma história de cunho bíblico, uma vez que a trama narrativa se desenvolve nos tempos de Cristo. Interessante observar que essa leitura possui cunho edificante, trata-se claramente de narrativa cristã que une elementos fictícios a episódios bíblicos. *Ben-Hur* é uma história recordada com detalhes por Marilene, entrevistada pertencente ao terceiro segmento de contato com culturas do escrito e com trajetória profundamente marcada pela vida religiosa. A avó lia *Ben-Hur* para ela ainda na infância, momentos antes de seguir como interna em colégio religioso.

Já *Os miseráveis*, de Vitor Hugo¹¹², é uma obra francesa de meados do século XIX que trata da Batalha de Waterloo (1815) e os motins de junho de 1832, um drama social e histórico que aborda, sobretudo, a pobreza e miséria do período. Além desses aspectos, fica evidenciada na obra, mas em especial nas recordações de Marilene, as posturas bondosas e altruístas que guiam o comportamento das personagens centrais, embora haja maldade e mesquinha, está presente um maniqueísmo – ao menos na forma como a narrativa foi transmitida – em que o bem supera o mal e deixa lições morais e positivas a serem seguidas. Além disso, há uma aposta moral na trama baseada na crença da redenção coletiva a partir da ideia da honestidade e bondade.

Vale observar que tais leituras foram realizadas ainda na infância da entrevistada, profundamente marcada pelo contato com livros e outros impressos. Além disso, chama a atenção o fato de serem leituras realizadas por sua avó, que na década de 1930, período de alargado índice de analfabetismo no país, tinha conhecimentos de leitura que lhe permitiam a reprodução de obras dessa natureza. Outro fato é que a primeira tradução do francês para o português, de *Os miseráveis*, ocorreu apenas em 1957, pela extinta Editora das Américas, o que indica os conhecimentos de língua estrangeira pela avó de Marilene.

¹¹¹Obra cujo título original *Hur: A tale of the Christ* foi traduzido no Brasil como: *Ben-Hur: uma história dos tempos de Cristo*. A edição original foi publicada em 1880 nos Estados Unidos pela Harper and Brothers, sendo depois adaptada para teatro, cinema, *cartoon*, desenhos animados e musicais diversos.

¹¹²Obra de origem francesa, *Les Misérables*, foi escrita por Vitor Hugo e publicada em 1862. Possui diversas adaptações para cinema, televisão e teatro. Foi traduzida para diversas línguas, no Brasil, foi traduzida como *Os miseráveis*.

A entrevistada não deixa claro, entretanto, se as narrativas contadas pela avó eram realizadas diretamente do suporte escrito ou recontadas oralmente. Entretanto, pode-se supor que era realizada uma mediação mais direta da narrativa, tendo em vista que, como no caso da obra de Vitor Hugo, o impresso lido sequer era disponibilizado em língua portuguesa. Em seus relatos, Marilene aponta:

Então antes do advento do rádio e da televisão, as pessoas se reuniam pra ouvir e contar histórias, né? Então eu tive a sorte, eu nasci no interior numa cidade muito pequena, e eu tive a sorte de ter uma avó que ela tinha uma perna amputada, e por causa disso ela ficava muito sentada, e lia muito. Então eu ouvi pela primeira vez os clássicos da literatura infantil, e mesmo da literatura universal, por ela. Ela me contou essas histórias clássicas todas, e romances famosos. Ela me contou *Os Miseráveis*, de Victor Hugo, ela me contou *Ben-Hur*. Olha só. (Marilene, entrevista, 2012).

Quanto aos clássicos da literatura infantil e demais clássicos da literatura universal, conforme menciona, Marilene não chegou a apontar títulos ou detalhes das narrativas, detendo-se aos comentários sobre as referidas obras. Coincidentemente, ou não, ambas possuem caráter moralizante, edificante até; apresentam enredos atrativos para dissertar sobre valores e ética, sobre a preponderância do bem frente ao mal.

Outro fato que importa considerar é a restrita menção a obras de relevância universal como os clássicos citados por Marilene. Não é sem razão que os demais agrupamentos, um e dois, não apresentem indivíduos com lembranças marcadas por narrativas com esse perfil. No caso do primeiro segmento, é bastante provável que suas integrantes sequer tenham ouvido referências sobre esse tipo de literatura.

4.8 NARRATIVAS BASEADAS EM IMPRESSOS DE CIRCULAÇÃO ESCOLAR

Reunimos neste tópico, narrativas próprias da cultura escolar, conhecidas a partir de obras de natureza religiosa, cartilhas, manuais escolares e livros de literatura recorrentes no cenário escolar, mas disseminadas por meio da oralidade. Em geral, essas narrativas eram lembradas pelos entrevistados e imediatamente associadas à audição na escola. Dentre as narrativas comentadas durante as entrevistas foram relacionadas:

- Literatura
 - A bonequinha preta
 - O bonequinho doce

- Cartilhas e manuais escolares
 - Biografias
 - Contos da mitologia grega
 - João Jiló (As mais belas histórias)
 - Lala, Lili e o Lobo
 - O livro de Lili
 - Tesouro da Juventude

- Obras de natureza religiosa
 - Catecismo católico
 - Contos bíblicos
 - Histórias dos Apóstolos

4.8.1 LITERATURA

A bonequinha Preta e *O bonequinho doce* foram lembrados como narrativas constantemente ouvidas na escola. Vanda, integrante do segundo segmento de contato com culturas do escrito, relata que não apenas escutava essas histórias, mas também as lia sob a supervisão da professora: “Nessas três escolas, eu lembro da bonequinha que caiu no cesto do verdureiro, né? Eu lembro de alguns pedaços.” (Vanda, entrevista, 2013).

As duas obras são de autoria de Alaíde Lisboa, publicadas no ano de 1938, pela livraria Francisco Alves. Maciel (2004) informa que as obras eram divulgadas na Revista do Ensino de Minas Gerais, o que indicaria a importância dessas publicações tendo em vista que esse periódico era a principal fonte propagadora do ideário político e pedagógico do governo mineiro entre as décadas de 1920 a 1970, favorecendo a ampla utilização desses livros de leitura¹¹³ nas escolas mineiras. Além disso, Alaíde Lisboa era professora primária e, na época, fazia curso de aperfeiçoamento, o que leva Maciel a acreditar que as obras foram testadas e aprimoradas no curso.

4.8.2 CARTILHAS E MANUAIS ESCOLARES

Sem grandes especificações das narrativas, Rogério e Vanda mencionam a história de Lili, da cartilha *O Livro de Lili*, de Anita Fonseca, publicado em 1940 pela mesma editora de *A bonequinha preta* e *O bonequinho doce*, a Francisco Alves. Ambos recordam-se de uma famosa passagem da cartilha: “Eu me chamo Lili, eu gosto tanto de doces...”.

Além de *O Livro de Lili*, a enciclopédia *Tesouro da Juventude* foi apontada por Rogério como fonte de onde se ouvia muitas histórias. Além de ouvi-las, ele também chegou a ler toda a coleção: “tinha livros sensacionais. E tinha o mais importante de tudo que era *Tesouro da Juventude*, que eu li todo, depois o meu filho leu com nove anos de idade. Meu filho mais velho também leu todos com nove anos de idade. Uma coincidência.” (Rogério, entrevista, 2012). O *Tesouro da Juventude* foi publicado no Brasil, na década 1920, sendo uma adaptação do original inglês *The children's encyclopaedia*, organizada por Arthur Mee, em 1908.

Sem especificar o suporte, Vanda conta que uma narrativa marcou sua memória. Trata-se da história de um frango que ganha vida durante a Sexta-Feira da Paixão, na Quaresma, data em que os católicos costumam abster-se do consumo de carne:

O homem que matou um frango e a mulher dele falou “hoje não é dia de comer frango não”. [...] Ele falou “que nada, vou comer esse frango”. Aí diz que ele pegou o frango, cortou o pescoço do frango, o frango continuou correndo, e ele correndo atrás do frango, o frango sem pescoço, né? [...] e o homem falou “que danado esse frango, eu já matei esse frango e ele sai rodando sem pescoço”. E a mulher dele falou “eu te falei que é

¹¹³ Os livros de leitura eram suplementos didáticos empregados no ensino da língua escrita, amplamente utilizados nas escolas primárias. Costumavam apresentar assuntos de natureza moral ou feitos patrióticos, além de poesias e histórias retratando cotidianos de crianças com suas famílias e na escola. Dessa forma, além de auxiliar na aprendizagem da leitura e escrita, os livros de leitura visavam a contribuir com a formação moral e cívica das crianças.

Sexta-Feira da Paixão, não come carne”. “ah, que nada, mulher, conversa fiada.” Aí diz que pôs o frango na água fervendo, e que o frango saiu da água fervendo, e que saiu correndo, e que o homem teimou e que matou o frango de novo e picou o frango; na hora que o homem foi comer a carne do frango tava pulando assim, que era Sexta-Feira da Paixão.

Aí de noite pra mim ir pra casa “ai meu Deus, será que tem um frango por aqui?” [...] Eu morria de medo. Quando eu via um frango eu já ficava de olho arregalado. (Vanda, entrevista, 2013).

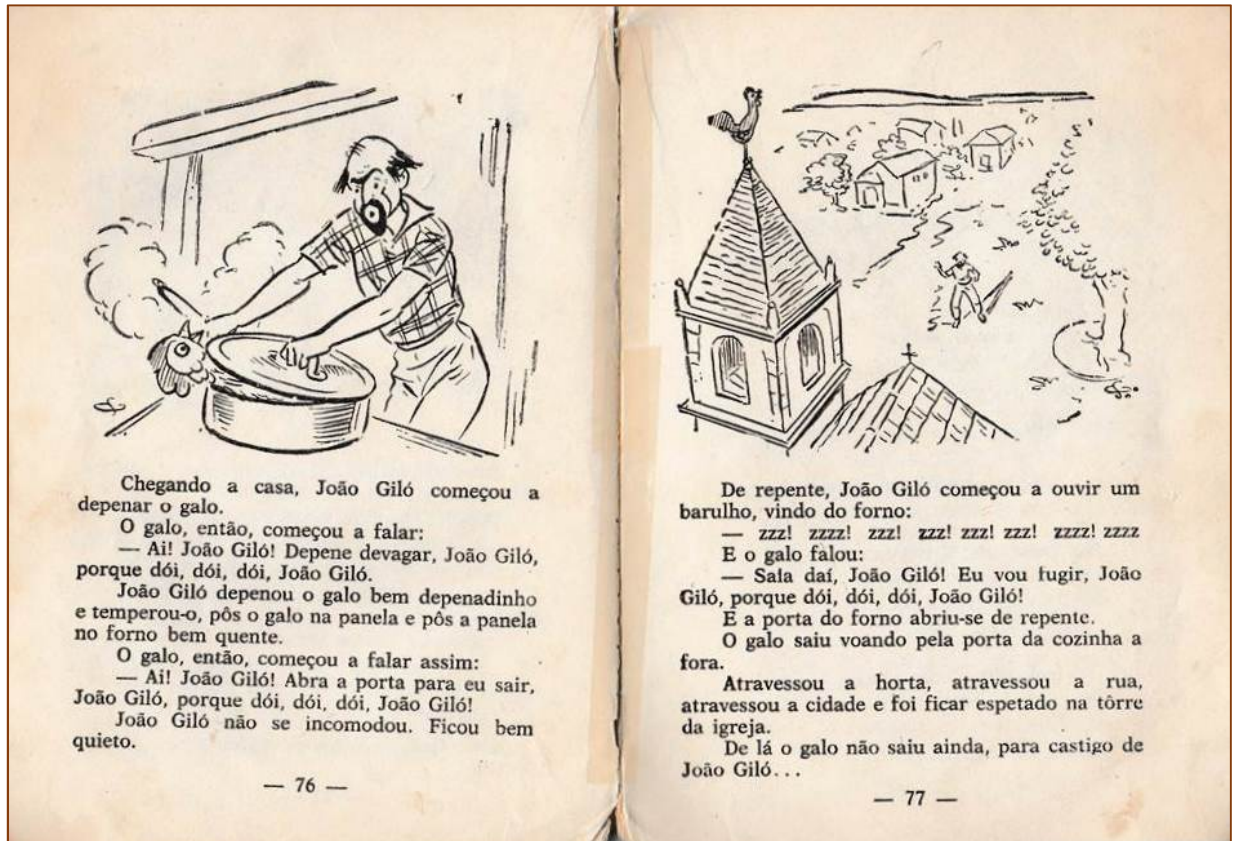
O que parecia uma narrativa de assombração era, na verdade, uma das historietas do livro de leitura *As mais belas histórias*, de Lúcia Casasanta, intitulada *João Giló*, na qual um galo ganha vida e ainda conversa com seu algoz, conforme ilustram as figuras 17 e 18:

Figura 17 – Conto *João Giló*, de Lúcia Casasanta – Parte I



Fonte: CASASANTA, Lúcia Monteiro. *As mais belas histórias*: comunicação e expressão. v.2 e 3. Belo Horizonte: Editora do Brasil, 1985. (p. 74-75).

Figura 18 – Conto *João Giló*, de Lúcia Casasanta – Parte II



Fonte: CASASANTA, Lúcia Monteiro. *As mais belas histórias: comunicação e expressão*. v.2 e 3. Belo Horizonte: Editora do Brasil, 1985. (p. 76-77).

Além dessas narrativas, foram bastante mencionados nos relatos, audições, leituras e recitais nacionalistas e ufanistas, geralmente encontrados em apoios didáticos, como livros de leitura. Contudo, os entrevistados não conseguiram se lembrar dos nomes das narrativas, nem de seu suporte, apenas contaram trechos das histórias. Em narrativas como essas, é possível perceber a presença de uma cultura escolar integrante de um processo de doutrinação político-ideológica, que encontra na escola um importante veículo de propagação. As marcas da pregnância desse mecanismo reaparecem quando, anos mais tarde, os indivíduos ainda são capazes de se lembrar de elementos das narrativas.

4.8.3 OBRAS DE NATUREZA RELIGIOSA

Em outros relatos são mencionados o catecismo, os contos bíblicos e as histórias dos Apóstolos como narrativas que costumavam ser contadas às crianças, na escola. Ainda que não explicitado nos depoimentos, quando pergunto sobre a religião o pressuposto se confirma: todos os ensinamentos tinham base católica.

Das histórias que ouviu na escola, sobretudo de professores, Alberto destaca as de fundo religioso como mais recorrentes:

Na escola também contava histórias. Mas história da escola geralmente tinha tom religioso. Pecado, essas coisas assim, falava em pecado. [...] Era história religiosa, né? Aquelas histórias que contavam, histórias dos apóstolos, né? [...] Tinha o catecismo sim [na própria escola]. [...] Era obrigado a praticar a igreja! Era obrigado a praticar a religião, né? (Alberto, entrevista, 2013).

No caso de Marilene, a audição de histórias religiosas e devocionais na escola é ainda mais evidente, uma vez que estudara em colégio interno católico, o Sacre Coeur de Marie. Uma de suas falas retrata bem parte das narrativas que eram ouvidas na escola, nesse caso, por um professor que era padre:

Ele falava assim: morte, o dia do juízo final, o inferno e o paraíso. Cê saía de lá tão horrorizada, cê tinha vontade de passar o resto da vida ajoelhada num grão de milho rezando pro cê não ir pro inferno. Era aquela religião de medo, né. Por que foi antes do Concílio Vaticano, e a gente estudava religião assim profundamente. Profundamente! Os dogmas, o sacramento... (Marilene, entrevista, 2012).

Segundo a entrevistada, obras de outra natureza eram escassas, ou até mesmo proibidas. Quanto às proibições, Úrsula comenta que as leituras feitas e narrativas ouvidas na escola deveriam seguir o índice católico:

Índex Livrorium Proibitorium [Index Librorum Prohibitorium], que era o famoso índice. Que era as obras que eram proibidas. Mas não eram proibidas as obras inteiras. Às vezes de um escritor, era um livro. [...] O Eça de Queiroz, com *O Crime do Padre Amaro* era anticlerical, *As Pupilas do Senhor Reitor*, do Júlio Diniz, eles todos eram anticlericais. Isso tudo tava no índice. Então cê não podia ler, era pecado mortal, cê ia pro inferno. (Úrsula, entrevista, 2012).

Úrsula relata, ainda, sua paixão por Monteiro Lobato e suas estratégias para ler as histórias às escondidas, uma vez que o autor era proibido na escola por ter uma obra integrada ao índice. A

escola deveria cumprir rigorosamente as exigências da Igreja Católica, que regulava as narrativas adequadas, ou não, para circulação nesse ambiente.

Como haveria de se supor, não há relatos sobre narrativas baseadas em impressos de circulação escolar por parte do primeiro segmento, marcado por pouca ou nenhuma frequência à escola. Mesmo as entrevistadas que retornaram à escola na maturidade não conseguiram identificar na escola algum tipo de audição de narrativas mais significantes.

4.9 OUTRAS NARRATIVAS

Além das narrativas específicas de que tratamos ao longo deste capítulo, foram bastante recorrentes nos depoimentos, narrativas de ordem mais cotidiana ou de circulação mais restrita à família e aos amigos, que aqui chamaremos de *outras narrativas*. A saber:

- Narrativas da história da família
- Narrativas sobre a própria vida
- Narrativas sobre a vida alheia
- Narrativas sobre política e políticos

Narrativas da história da família

Entrevistados do segundo e terceiro segmentos relataram a prática da família em contar as experiências vividas pelos mais antigos. Assim, costumavam os pais e avós contar às crianças feitos de sua infância e juventude, além de narrar as peripécias vividas por outros membros da família, como tios e primos.

O interessante é que tal costume parece perpetuar-se, considerando que eles próprios tornaram-se, na maturidade, transmissores dessas mesmas histórias, contando aos filhos e, em alguns casos, aos netos, histórias de seus pais, avós e até mesmo do próprio passado. Úrsula exemplifica bem essa prática ao justificar a necessidade das novas gerações conhecerem a história da própria família:

Então papai contava a história, mamãe contava, mas ela contava muitas histórias da vida dela. Da infância, da família, porque a gente tinha que aprender tudo, né? E aquilo era de uma maneira repetida. [...] Então assim, o que mamãe contava eram histórias da família dela, tipo essa que eu te contei da minha avó. E era uma forma também da gente aprender o nome dos filhos, né? Que eles faziam muita questão que a gente soubesse, e tá certo, os meninos hoje não sabem nem o nome de vó. (Úrsula, entrevista, 2012).

Após mencionarem essa ‘tradição’ de família, alguns entrevistados davam início às narrativas propriamente ditas, contando casos e peripécias envolvendo avós, pais e outros parentes.

Narrativas sobre a própria vida

Durante o encontro com os sujeitos participantes da pesquisa, mesmo antes de ter o gravador acionado, muito se contava sobre a própria vida. A infância, a vida na família, dificuldades e conquistas que guardam na memória. As entrevistadas do primeiro segmento têm como marca comum relatos sobre a vida dura e a entrada precoce no universo do trabalho. Todas mencionaram o desejo de ter estudado na escola e contaram diversos episódios da vida que as afastaram desse e de outros anseios infantis. Falaram sobre a juventude, os casamentos e a vida com os filhos.

Nos outros segmentos, segundo e terceiro, o mesmo comportamento pôde ser observado. Alguns narraram dificuldades enfrentadas no passado, sobretudo na infância, outros compartilharam experiências de uma infância feliz e cercada de atenção da família.

O que há de comum entre os três segmentos de aproximação com culturas do escrito é a relativa facilidade em falar de si, em narrar experiências da própria vida. Durante a categorização das entrevistas, dentro da categoria *sujeitos*, duas grandes subcategorias foram criadas para abrigar essas narrativas: *dados pessoais* e *relatos pessoais*.

Na subcategoria *dados pessoais*, selecionamos informações como nome, idade, naturalidade, data de imigração para Belo Horizonte (com exceção de Alberto, nascido na capital), local(is) na capital em que residiu, composição da família, profissão e escolarização dos pais e deles próprios, possíveis contatos com materiais escritos em casa, possíveis hábitos de leitura deles próprios e dos outros membros da família, entre outras que surgiram de forma independente das orientações do roteiro de entrevistas.

Já a subcategoria *relatos pessoais* abrigou as narrativas em si. Eram contados casos baseados nas experiências que tiveram ao longo da vida. Essa foi a maior subcategoria formada neste trabalho.

Ao falar de si, os entrevistados pareciam reviver as experiências que foram marcantes em suas vidas. Em geral, esses constituíram os momentos mais delicados das entrevistas, marcados por comoção e emotividade.

Narrativas sobre a vida alheia

Se falar de si próprio foi algo relativamente fácil para os entrevistados, narrar episódios da vida alheia constituiu-se em tarefa ainda mais simples. Foram relatados casos que aconteceram na vida de pessoas conhecidas, com diferentes níveis de proximidade dos sujeitos. O boca a boca, jornal falado, ou mesmo a fofoca, que circulava pela capital, foram comentados por integrantes dos três segmentos, entretanto, destacamos algumas falas de Otávio sobre esse hábito:

De todos os casos, de particular da vida dos outros, [...] era casos de todos os lados você ouvia. Ali corria manchetes de todo lado era ali [na rua]. Num banco da praça você ficava sabendo de tudo. Daquela moça loira bonita que se suicidou porque ela queria casar com um preto e o pai não deixou... Você ficava sabendo de tudo. De tudo você ficava sabendo na praça. O jornal falado não faltava mesmo, toda noite. [...] Mais na rua, mais na rua. Ali você ficava sabendo da namorada, ficava sabendo da vida particular dos outros. Não tinha como não saber, toda cidade pequena tem esse murmúrio. Acontece alguma coisa, a Candinha tá falando lá, entendeu? Aquela música do Roberto Carlos da Candinha, aquilo não foi feito à toa não, certo? Todo lugar tem uma Candinha pra dar as notícias, as boas e as ruins.

[...]

Os fofoqueiros do Cine Brasil não faltavam. Os fofoqueiros do Café Nice não faltavam não. [...] Aonde tiver três homens conversando, não é da vida dele não, sempre é da vida de alguém. Entendeu? (Otávio, entrevista, 2012).

As conversas sobre a vida alheia não escolhiam alvos, todos poderiam ser alvo de algum elogio ou maledicência. Contudo, um grupo de indivíduos costuma ser foco privilegiado do disse-me-disse que circulava pela capital: os políticos, dos quais trataremos a seguir.

Narrativas sobre política e políticos

Alvos não apenas de tabloides sensacionalistas, os políticos e seus atos públicos – políticos ou não – faziam parte da curiosidade de boa parte da população. Informações pouco confiáveis, sobretudo as de caráter polêmico e difamador, costumavam agitar o interesse público.

Selecionamos falas de Marilene e de Otávio sobre o rumor na cidade provocado pela vida política e, em especial, dos próprios políticos:

O mineiro gostava de falar de política. O mineiro adora uma política, entendeu? Ele almoça e janta uma política tranquilo e sereno. Aonde tiver uma conversa de política, o mineiro tá dentro, entendeu? Ali você escutava muitas histórias, apesar de que eu nunca gostei de política e nem de político, entendeu? Mas ouvia muita história, histórias do Juscelino, histórias do Tancredo, ouvia muito caso deles... (Otávio, entrevista, 2012).

Otávio relata que histórias sobre a vida privada de Juscelino circulavam indiscriminadamente pela cidade. Rumores sobre uma possível vida extraconjugal povoavam mentes e línguas belorizontinas. Segundo o entrevistado, na época em que foi prefeito de Belo Horizonte, Juscelino tinha uma amante que morava no bairro Mangabeiras, área nobre da cidade. Otávio termina seu relato reforçando: “mas é essa história que eu ouvi contar. [...] Agora, se é verdade, como vai saber, né? Tem muitas histórias, tem muita história boa.” (Otávio, entrevista, 2012).

Amintas de Barros, outro prefeito da capital, também era alvo constante dos falatórios que circulavam pela cidade. Segundo Marilene, inúmeras piadas eram contadas sobre o político; em uma delas, diziam que um dia ele foi a um baile a rigor no Automóvel Clube, quando se deparou com um recado no elevador: “*no smoking*”. Conta-se que ele foi em casa, tirou o *smoking*, pôs um terno comum e ficou sem entender porque que os outros convidados não obedeceram à ordem. Segundo a entrevistada, comentava-se também pela cidade que o prefeito “era bom de copo”, entre diversas outras especulações. Outro alvo de rumores era o político José Maria de Alckmin:

Zé Maria de Alckmin era um político da época também, que ele falava: como vai seu pai? Morreu faz tempo, Doutor Zé Maria. Morreu pra você, seu ingrato, pra mim está vivo em meu coração. Ele deu um cheque também pra dar um donativo, mas esqueceu de assinar. “quando eu faço uma doação gosto de manter meu anonimato”. O dono do jornal: como vai o combate? Não, Doutor Zé Maria, não é o combate, é debate. Eu sei, mas eu me refiro ao combate que você enfrenta pra manter o jornal em tão alto nível, que eu leio todos os dias. Mas meu jornal é semanal. Eu sei, mas eu compro no dia e guardo na cabeceira e leio todos os dias. Ele era aquele tipo assim, sabe? (Marilene, entrevista, 2012).

Esse tipo de narrativa foi mencionado apenas por sujeitos dos segundo e terceiro segmentos de contato com culturas do escrito, o que não causa estranheza ao analisarmos os relatos das integrantes do primeiro segmento, quase sempre alienadas da vida social em função das

condições de acesso a informações e das constantes demandas de trabalho a que eram submetidas.

Conhecer e analisar algumas das histórias disseminadas na capital ajuda a perceber que a circulação de narrativas orais não estava restrita a determinados grupos socioeconômicos, ou mesmo definida pelo nível de aproximação dos sujeitos com culturas do escrito. Em sua vasta diversidade tipológica, as narrativas aqui apresentadas integraram práticas de contar e ouvir de todos os sujeitos participantes deste estudo. Além disso, vale ressaltar que essas narrativas orais não estavam limitadas a essa forma de circulação, visto que também eram encontradas em outros veículos escritos de disseminação.

Pelas entrevistas é possível ter uma noção daquilo que era comumente contado e ouvido em Belo Horizonte, nas décadas de 1930 a 1960, compreendendo que o repertório de narrativas que circulava oralmente na capital era vasto, complexo e abarcava experiências particulares e coletivas.

Uma vez apresentada e discutida uma tipologia de narrativas que circulavam em Belo Horizonte nessas décadas por meio de memórias transformadas em relatos, daremos sequência ao estudo abordando papéis, tempos, espaços e motivações de ouvir e contar casos.

CAPÍTULO 5

CONTEXTOS DE ENUNCIÇÃO E PAPÉIS ATRIBUÍDOS ÀS NARRATIVAS ORAIS

Algumas imagens puderam se formar durante os depoimentos dos entrevistados para esta pesquisa, permitindo a criação de um cenário quase fabuloso da capital mineira de anos atrás: um fim de tarde colorido pelo crepúsculo, com cadeiras levadas à porta da rua, ou alpendres, pessoas reunidas para contar e ouvir narrativas diversas, com destaque para as últimas novidades (nem sempre auspiciosas) de vizinhos, amigos ou conhecidos distantes. Nessa pequena cena, temos informações sobre tempos, espaços e motivações para se contar e ouvir causos, o que compreende a proposta mais geral deste capítulo.

Nas entrevistas são apresentadas estratégias específicas que acompanham o ato de interação oral, como locais peculiares e situações de interlocução. Alguns entrevistados apresentam a família como espaço privilegiado de se contar e ouvir histórias, sobretudo, histórias da infância dos pais e familiares mais próximos. A rua também aparece como espaço importante de interação, onde se contam e se ouvem histórias de natureza distinta.

Buscaremos neste capítulo apreender os contextos de enunciação e papéis atribuídos às narrativas orais em situações de circulação. Ao analisarmos quais narrativas eram contadas e ouvidas em Belo Horizonte, bem como os sujeitos envolvidos nessas práticas de oralidade, os locais, momentos e razões implicados no ato de contar e ouvir costumavam ser mencionados sem estímulo do roteiro de entrevista. Tal fato nos indica que quase tão relevantes quanto as próprias narrativas orais, estão seus contextos de enunciação e funções a elas atribuídas.

5.1 CONTEXTOS DE ENUNCIÇÃO: TEMPOS E ESPAÇOS DE CIRCULAÇÃO DAS NARRATIVAS ORAIS

Onde e em que momentos as narrativas orais eram contadas e ouvidas? Haveria um momento específico do dia, ou mesmo uma fase especial da vida mais propícia ou marcada pela circulação de narrativas orais? Os causos eram, preferencialmente, contados em âmbito público ou privado?

Durante as entrevistas foi possível perceber certa regularidade envolvendo os contextos de enunciação das narrativas orais. Informações sobre o tempo e os locais de contar/ouvir histórias, trazidas pelos sujeitos envolvidos em práticas de oralidade, têm ajudado a desmistificar o imaginário de um ritual específico para tais práticas, como a velha contadora que, à noite, reúne uma plateia ávida ao redor do fogão de lenha para contar. Dessa forma, a fim de adensar tais reflexões, dividimos essa discussão em dois subtópicos: *tempo de contar e espaços de circulação*.

5.1.1 TEMPO DE CONTAR

O cair da tarde, quando o céu começa a deixar marcas do escurecer, forma o cenário ideal para se contar e ouvir histórias. Em todos os depoimentos em que aparecem menções a um horário específico do dia para práticas de oralidade, aparecem o fim de tarde e a noite como marcações temporais privilegiadas.

A preferência pelo fim do dia para se contar e ouvir histórias não é recente. Obras como *As mil e uma noites* ou *Noite na taverna*¹¹⁴ já apontavam a predileção pelo horário noturno para audições de narrativas. Segundo Cascudo (1984, p. 228), “noventa por cento das estórias, adivinhações, são narradas durante as primeiras horas da noite”. A explicação para a escolha desse horário se daria em função do final dos afazeres diários, bem como por “ser indispensável a atmosfera de tranquilidade e de sossego espiritual para a evocação e atenção do auditório” (CASCUDO, 1984, p. 228).

A marcação do horário de contar/ouvir narrativas se destaca, sobretudo, nos depoimentos dos entrevistados do primeiro segmento de apropriação de culturas do escrito. Nele, a rotina diária de trabalho predomina nas memórias sobre a infância, tarefas que apenas findavam ao anoitecer, cedendo espaço a outras ocupações. Embora práticas de contar histórias não ocorressem com regularidade entre os sujeitos desse segmento, as menções a momentos de contar e ouvir apontavam a noite como momento do dia em que tais atividades eram possíveis.

¹¹⁴ A primeira menção ao livro *As mil e uma noites* data do século IX, sofrendo posteriores acréscimos na segunda metade do XIII. A obra apresenta a saga de Sherazade, que para evitar a morte das mulheres do reino, vítimas de um rei amargurado e traído, narra, noite após noite, histórias maravilhosas que se interrompem em absoluto suspense ao raiar do dia, mantendo a atenção do rei e a vida da narradora. *As Mil e uma noites* não possui autoria definida, sabe-se apenas de sua procedência oriental. *Noite na taverna*, por sua vez, foi publicada em 1855. A obra póstuma de Álvares de Azevedo apresenta histórias macabras narradas por cinco personagens: Solfieri, Bertram, Gennaro, Claudius e Johann. Todas as narrativas acontecem à noite, em uma taberna.

Joana, integrante do primeiro segmento que participava com mais frequência de audições de narrativas orais, descreve como se davam os momentos de ouvir histórias, sobretudo do pai:

Às vezes quando chegava à noite assim, aquela lua clara muito bonita, meu pai falava. Senta aqui eu vou contar histórias pra vocês. E ele sabia cada história. Cada uma mais bonita do que a outra. [...] Depois que chegava do trabalho. Ele sentava assim... Gostava muito de sentar no terreiro pra descansar. Aí ele começava a contar as historinhas pra gente. [...] Era só na parte da... É. Tardezinha assim, na boquinha da noite. (Joana, entrevista, 2013).

A entrevistada esclarece que as práticas de contar histórias somente eram oportunizadas pelo encerramento de afazeres do dia. Assim, pais e filhos deixavam o trabalho, iam para casa, tomavam banho, jantavam e, depois desse pequeno ritual, se reuniam para contar e ouvir narrativas orais.

Norma também menciona o horário noturno quando relata audições realizadas durante a infância: “Chegava lá [em casa] de noite, e ficava: ‘conta, Zezé, conta o que cê tava falando que passou lá, e viu as coisas gemendo, e o cavalo saiu correndo’” (Norma, entrevista, 2013). Assim como outras entrevistadas desse segmento, Norma faz questão de marcar a rotina do trabalho como prioritária na rotina diária. Momentos destinados a ouvir narrativas orais aconteciam após o encerramento dessas atividades e eram, em geral, pouco frequentes.

O período da noite é igualmente referenciado por sujeitos dos outros dois segmentos de participação em culturas do escrito. Nesses, entretanto, observou-se maior regularidade de ocasiões dedicadas à prática de contar histórias. O trabalho como integrante da rotina diária continua presente nesses segmentos, mas de forma menos marcante como ocorre no primeiro agrupamento. Com algumas exceções, o trabalho ocupa a rotina dos adultos, que geralmente eram os responsáveis pelas contações, deixando as crianças mais livres para realização de outras atividades, como por exemplo, frequentar a escola.

Destacamos no terceiro segmento depoimentos de práticas de contar histórias orientadas pela escrita, sobretudo pela leitura de livros de literatura. O rádio, instrumento de oralidade secundária (oralidade mais controlada) também aparece como artifício produtor de outras narrativas orais, muitas vezes estimuladas por radionovelas ou noticiários locais, como explicitado em trechos da entrevista com Marilene:

E papai toda noite lia um pouco do livro pra nós. E as novelas de rádio? [...] Então à noite sentava todo mundo ao redor da mesa, ela [a prima] bordando, fazendo enxoval, a mãe dela fazendo crochê, então a minha avó ia pra lá também ficar fazendo crochê, outro ficava bordando, sabe?

[...]

De noite todo mundo assentado na porta [...] e o rádio lá ficava ligado, porque a hora que viesse o noticiário da guerra todo mundo subia correndo e ficava ali ó, perto de rádio querendo saber das notícias, sabe? [...] E à noite todos iam pra lá para ouvir rádio. (Marilene, entrevista, 2012).

Cabe observar, ainda, que alguns sujeitos pertencentes ao terceiro segmento, além de apontarem a noite como período mais propício para contar/ouvir narrativas, buscaram explicações para compreender esse fato:

As histórias só podem ser contadas depois das seis horas da tarde. Não pode contar história de dia. [...] A história tinha que ser à noite, porque de dia é hora de trabalhar. De noite reúne todo mundo, que é o que aconteceu em toda a história do mundo, né? Se você for ver as histórias da Chapeuzinho Vermelho, da Branca de Neve, são histórias que falam de fome sem parar, né? O lobo vai comer não sei quem... Porque era o povo passando fome naquela época, reunia depois do trabalho em volta do fogo, porque não tinha nada pra criança. Eram histórias pra eles se alimentarem através da imaginação. Se alimentarem no sentido de comer mesmo. Se eu to comendo alguma coisa, se o outro tá comendo, eu me satisfaço. (Rogério, entrevista, 2012.)

Nesse trecho, além das informações sobre o horário do dia em que as histórias podiam ser contadas, Rogério menciona o elemento alimentação. O período noturno também é marcado pelo ritual de se alimentar, é ao fim da tarde que jantares e ceias costumam ser servidos. Aqui, no entanto, a fome é tratada em duplo sentido, conotativo e denotativo, marcando o apetite físico e também o da imaginação. Devemos considerar que Rogério é, na atualidade, escritor e contador profissional de histórias, perfil que ajuda a entender a referência às narrativas como alimento também para a mente. A contraposição com o turno de trabalho também é considerada como fator que permitiria a reunião de pessoas em torno de práticas de oralidade.

Úrsula, a exemplo de Rogério, também busca explicações para o fato de a noite ser o momento privilegiado do dia para se contar e ouvir narrativas orais:

Isso não era contado escondido. Ocê conhece um ditado, um costume, lá na roça isso era muito falado. Conta história, vamos contar história? Não pode. Não pode contar história de dia porque se contar história de dia menino faz xixi na cama. Cê conhece isso? [...] Quer dizer, era um mito de proteção do dia pra trabalhar. Só podia contar história de noite. Cê já pensou as empregadas se ia contar história pro cê de dia, e o serviço? [...] Era de noite quando acabava o serviço. (Úrsula, entrevista, 2012).

Inicialmente, Úrsula busca refletir sobre possíveis motivações de se contar/ouvir à noite. Uma primeira hipótese, que logo é descartada, é que algumas narrativas poderiam ser proibidas, o que motivaria sua circulação na calada da noite, escondidas de ouvidos curiosos e, sobretudo, denunciantes. Em seguida, a entrevistada recorda-se de um ditado motivado pelo costume de contar histórias à noite, de que contar histórias de dia faria com que as crianças fizessem xixi na cama. Isso faz com que ela compreenda o hábito de contar/ouvir à noite como consequência de preservação do horário usual de trabalho, o diurno.

Sobre a incidência da noite como período mais propício para se contar/ouvir narrativas, Cascudo (1984) apresenta os estudos de Paul Sébillot acerca dos costumes de alguns povos em relação aos horários destinados a práticas de contar histórias. São referidas, por exemplo, crenças de velhos irlandeses sobre contar histórias de dia, o que traria infelicidade. Os Bassutos, na África, acreditam que desrespeitar o horário adequado de contar poderá transformar a mãe do narrador em zebra, ou que uma cabaça poderá cair em seus narizes. Também na Nova Guiné, entre os Sulcas, preserva-se a crença de que tais atos poderiam ser condenados com a descarga de um raio. Para os Tenas, no Alasca, haveria concessões em se contar histórias de dia desde que o local fosse preparado em absoluta penumbra.

Além da marcação imposta pelo trabalho, o hábito noturno de contar histórias poderia derivar de crenças antigas, possivelmente herdadas de Portugal e Espanha, que, segundo Cascudo (1984), migraram para o continente americano. Segundo essas crenças, contar histórias antes de anoitecer faria surgir um rabo no narrador: “No Brasil diz identicamente: ‘... estou eu a contar aqui, essas histórias, sem me lembrar do castigo que sofre o contador de histórias de dia... cria rabo de cotia!’” (CASCUDO, 1984, p. 228-229).

Embora não tenha sido mencionada nos depoimentos, a força da tradição não deve ser desconsiderada. O tempo cotidiano do pós-trabalho, que normalmente é noturno, surge como explicação mais evidente para esse fato, contudo, não há porque descartar a hipótese de motivações calcadas em crenças antigas orientando essas ações. Ao lembrar que contar histórias durante o dia poderia fazer com que a criança fizesse xixi na cama, Úrsula lança luz sobre a questão. Além disso, havia interlocutores sem ocupações demarcadas no período diurno e, ainda assim, as narrativas eram preferencialmente contadas ao anoitecer.

Outro ponto que precisa ser considerado é a incidência das memórias sobre a rotina diária, fazendo referências à distribuição de tempo no cotidiano. Devemos ponderar que finais de semana, dias de festas ou feriados também compunham a vivência das pessoas, sem as limitações provocadas pelo trabalho. Nesses dias, as práticas de contar histórias também aconteciam, preferencialmente, à noite? Por meio das entrevistas, sem uma pergunta direta que fizesse menção a essa possibilidade, não há como responder a questão. Ocorre que esses dias específicos não foram marcantes na vivência dos entrevistados a ponto de serem lembrados durante a exposição dos períodos do dia em que costumavam ouvir histórias.

Até o momento, nos detivemos em reflexões sobre o tempo de contar/ouvir relacionado ao dia. Entretanto, cabe considerar, ainda, se haveria um tempo na trajetória de vida dos sujeitos em que as práticas de oralidade fossem mais recorrentes. Analisando as entrevistas, foi possível perceber que a infância era o período da vida no qual mais se ouvia histórias. O contar aparece como um atributo adulto. Até mesmo os entrevistados que hoje se compreendem como contadores de histórias (narradores de forma geral, não apenas os profissionais) o perceberam depois de adultos. Não foram mencionadas práticas de contar narrativas ainda na infância, apenas audições.

Uma possibilidade de análise é considerar a questão da narração enquanto instrumento de ligação intergeracional, de passagem de testemunho. As narrativas orais apresentadas pelos entrevistados são, no limite, expressões de conhecimento sobre o mundo, seja do universo privado ou público. Experiências e saberes podem ser transmitidos às crianças através das narrativas orais, seguindo um formato para elas mais apelativo e de mais fácil apreensão, ou seja, transformados em histórias.

Além disso, Goody (2012) ajuda a pensar a problemática ao apontar os contos populares como narrativas normalmente orientadas ao público infantil, nas sociedades tradicionais africanas por ele estudadas. A mesma indicação está presente em estudos de Adolfo Coelho (2009), o qual afirma: “Todos esses contos provêm directa ou indirectamente da boca popular; quase todos foram aprendidos na infância pelas pessoas que no-los escreveram ou no-los narraram em geral, como essas pessoas no-lo afirmaram, de pessoas de idade.” (COELHO, 2009, p. 20). Notemos que as audições ocorridas durante a infância incidem, precisamente, sobre algumas narrativas de assombração, narrativas do folclore e narrativas do maravilhoso, que se aproximam de uma definição mais geral de contos populares trabalhada por Goody, ou seja, narrativas que

extrapolam o nível do real, compreendendo o metafísico (fantasmas e monstros), bem como o maravilhoso (fadas, animais falantes, deuses etc.). Nesse sentido, o autor faz a seguinte consideração:

Märchen (contos populares com um elemento de magia ou do sobrenatural) e histórias de fantasmas têm um apelo muito amplo e são característicos tanto da literatura oral quanto da literatura escrita transmitida oralmente [...]. Fadas e ogros são encontrados com mais frequência como personagens em contos populares e cosmologias, funcionando como intermediários entre a humanidade e as divindades superiores [...]. [...] Ouvimos esses contos quando crianças e para crianças, muitas vezes viajando de um lado para outro, enquanto mitos e lendas estão claramente conectados com culturas ou religiões específicas. (GOODY, 2012, p. 56-57).

Para Goody (2012), os contos populares, nas comunidades tradicionais da África, não são normalmente dirigidos ao público adulto, mas ao infantil. Em seus estudos sobre o conto popular, o autor chama a atenção para o caráter admoestatório que algumas dessas narrativas tendem a apresentar, o que, em função do teor, reforçaria a hipótese de seu direcionamento a crianças. Características semelhantes podem ser percebidas no enredo de algumas narrativas apresentadas pelos entrevistados. Normalmente, elas possuem intuito disciplinar e moralizante¹¹⁵ claramente dirigido à modelagem do comportamento infantil.

Observe-se que narrativas sobre tipos populares, *fait divers*, ou mesmo sobre episódios políticos integraram um repertório de histórias adquiridas pelos entrevistados por meio de experiências da infância (ou da juventude, em alguns casos). Devemos, assim, ressaltar dois tipos distintos de narrativas: a) oriundas de memórias de episódios vividos durante a infância; b) oriundas de memórias de narrativas ouvidas durante a infância. Para citar um exemplo, vejamos que as lembranças sobre o confronto militar decorrente da Revolução de 1930 derivam da vivência de Alberto, diferentemente das lembranças que ele possui da assombração da gameleira, sobre qual ouvia histórias desde pequeno, embora nunca tenha visto a assombração.

É nesse sentido que procuramos compreender as observações de Goody (2012) sobre o conto popular em relação à seguinte problemática: criança-ouvinte, adulto-contador. Há enredos de narrativas – tanto nos exemplos apresentados por Goody quanto nos depoimentos dos entrevistados – que parecem ser especificamente dirigidos ao público infantil, o que nos ajuda a ter um pouco mais de clareza nessa análise. Não parece razoável, por exemplo, que um grupo de

¹¹⁵ Trataremos das funções imputadas às narrativas orais, de maneira mais detida, no tópico seguinte.

adultos de reúnam em situação de lazer para contar e ouvir narrativas como *Chapeuzinho Vermelho* ou *A cigarra e a formiga*, nem tampouco que estendam sua atenção para as lições de moral decorrentes. A mesma cena já seria perfeitamente imaginável no caso de uma audição infantil. Aliás, esse tipo de reflexão acaba sendo reforçada pelos dados orais, em que narrativas dessa natureza eram ouvidas pelos entrevistados durante a infância e contadas por adultos.

Sobre a questão, algumas considerações de Goody ajudam a esclarecer melhor esse direcionamento de enredos a públicos específicos:

[...] em nossa civilização são primordialmente as crianças pequenas que continuam a ter interesse pelo conto popular. Apesar dos esforços de certos educadores, esses contos continuam a ser narrados nos jardins de infância e mais tarde serem lidos em novas versões fáceis. Na verdade, essa situação é tão bem reconhecida que editoras e bibliotecas normalmente classificam todos os contos populares como literatura juvenil. Como uma medida prática essa atitude é justificada, pois adultos em um mundo de livros abandonaram essas velhas histórias considerando-as coisas de criança. (GOODY, 2012, p. 77).

Algumas narrativas entendidas por Goody como contos populares e que costumariam ser contadas em escolas infantis não integraram nossa tipologia de “narrativas baseadas em impressos de circulação escolar”, por outro lado, narrativas do maravilhoso, como *A moura torta*, *Branca de Neve* e *Cinderela*, foram lembradas como histórias ouvidas durante a infância e são claramente destinadas a crianças. Narrativas dessa ordem, a exemplo do que afirma Goody, são encontradas em obras classificadas para o público infantil e, a menos que haja uma releitura que modifique consideravelmente seu enredo, não são direcionadas à leitura adulta.

A propósito, associações entre os contos populares e contos para infância são levantadas em outros estudos, como os de Escarpit (1981) e Bortolussi (1985), cujas bases buscam identificar similaridades entre essas duas linhas de narrativas: “Decir ‘popular’ equivale a decir ‘bueno para los niños’” (ESCARPIT, 1981, p. 54). Bakhtin (1981) ao apontar características do conto popular, por exemplo, ressalta a recorrência aos elementos cômico e fantasioso empregados na ficção constituintes dessas narrativas, aspectos que, segundo Azevedo (1999), são recorrentes em contos voltados para a criança.

Variadas são as possibilidades de perceber e analisar os tempos destinados a práticas de contar e ouvir narrativas orais, sejam esses tempos balizados pelo horário do dia ou mesmo por uma fase determinada da vida. Importa não perder de vista que toda narrativa enunciada prevê um tempo e

um espaço necessários para sua circulação. Dessa forma, após essa breve reflexão sobre o tempo de contar, buscaremos explorar os espaços de circulação das narrativas, com enfoque nas dimensões pública e privada de enunciação.

5.1.2 ESPAÇOS DE CIRCULAÇÃO DAS NARRATIVAS ORAIS

Antes mesmo de sua inauguração, Belo Horizonte parecia ser um cenário privilegiado de audições de narrativas orais. Abílio Barreto, em descrição da cidade, comenta:

Quando a noite vinha caindo e um crepúsculo maravilhoso estampava nos confins das serranias da Contagem os quadros mais fantásticos, mais belo e embevecedores que é possível imaginar-se, vinham chegando os infalíveis comparsas da boa *roda*, que se formava tôdas as tardes, como disse, à porta da Farmácia Abreu, onde o Abreu, o Soares e o João Passos (...) recebiam amavelmente os amigos, oferecendo-lhes cadeiras e perguntando pelas novidades. Vinham todos cevados pela boa prosa e pelo saboroso café que o Abreu oferecia aos amigos, às Ave-Marias, quando o *cavaco* ia mais animado. Enfim, formado o grupo seleta, compôsto de engenheiros, médicos, altos funcionários, empreiteiros, industriais e comerciantes, comentam-se os fatos do dia, discutia-se o andamento das obras da nova Capital, falava-se das novidades vindas pelos últimos jornais, (...); enfim, passava-se em revista o que havia de mais interessante pelo mundo e pela localidade (...). (Anuário de Belo Horizonte, ano 1, n. 1, p. 118).

Além das portas das casas e comércios, das varandas e das tradicionais cadeiras colocadas à porta das casas para esperar a chegada da noite e trocar palavras com vizinhos e transeuntes, Belo Horizonte guarda registros de locais que ganharam fama como pontos de encontro para contar e ouvir causos e histórias. Desses, alguns permanecem, na atualidade, mantendo tradições de décadas passadas, continuam a receber pessoas para trocas de informações sobre a vida – pessoal e alheia – e sobre a cidade.

Famosos pontos de encontro da cidade como os cafés, praças e parques reuniam muitas pessoas para contar e ouvir informações sobre a capital e seus moradores (em especial, sobre as figuras públicas). Além desses espaços públicos, a circulação das narrativas prevê, ainda, os ambientes privados de audições. Nesse caso, destacamos as próprias residências como locais propícios para tal prática, ambientes muitas vezes idealizados que, no caso de uma cidade mineira como Belo Horizonte, alude ao fogão a lenha, comida farta e velhos contadores. Buscaremos, a seguir, explorar tais questões.

5.1.2.1 Espaços públicos

Diversos foram os espaços públicos da capital apontados como cenários propícios para se contar e ouvir narrativas orais. Locais bastante conhecidos como o Parque Municipal, o Mercado Central ou, ainda, a Praça Sete foram mencionados ao lado de lugares menos famosos, como barbearias e botequins.

Ao ser indagado sobre os locais em que mais se contava e se ouvia histórias em Belo Horizonte, Otávio aponta a escola e a Praça Sete como ambientes privilegiados de circulação de narrativas orais. Ambos, espaços públicos que forneciam possibilidades de socialização em diferentes etapas da vida do entrevistado. Sobre a escola, ele relata:

(...) Nos bancos da escola começam as histórias. Aqueles casinhos que juntam aqueles bolinhos antes da professora entrar na sala, ali eu sei tudo. Aí sai “outro dia eu vi a mula sem cabeça. Minha mãe assustou, minha mãe não sei o quê, meu pai correu atrás...” e já começa dali. Já começa dali. Entendeu? (Otávio, entrevista, 2012).

Em relação à Praça Sete, espaço que se confunde nos depoimentos com outros locais da Avenida Afonso Pena, escritores como Pedro Nava e Carlos Drummond de Andrade descrevem o lugar como espaço de encontros e trocas das mais diversas naturezas, destacando a praça e suas imediações como recintos propícios para se contar e ouvir histórias, sobretudo do cotidiano da cidade. Em trechos selecionados sobre a vida na capital, os jovens Nava e Drummond relatam:

O bonde conduz os frequentadores de cinema, que aproveitam a viagem para discutir as vantagens e desvantagens dos filmes sonoros [...] Gente nos cafés da Avenida Afonso Pena. Pedacos de maxixe saltam das vitrolas [...] música da xícara sobre o mármore abafando o chiar dos discos. [...] As vitrines expõem o último modelo de suéter. (ANDRADE, 1930, p. 8).

Ah! Noites... as calçadas ficavam cheias e como o tráfego de Bahia era escasso, seus declives e a subida até a linha de bondes eram ocupados pelos rapazes esperando a entrada das namoradas para seguirem-nas. As idas e vindas da conversa iam nos levando de um a outro dos viajantes modernistas paulistas. Não deixávamos um deles sem nosso dedo de prosa. Era um grupo só, ora ele subdividia em vários na Praça Sete, em Afonso Pena, Bahia. (NAVA, 1985, p. 113).

Outros aspectos que apontam a praça e arredores como locais privilegiados para a circulação de narrativas orais também estão presentes em relatos de Marilene e Otávio. Segundo Marilene, “a Praça Sete e aquele quarteirão da Praça Sete até a Rua da Bahia, se você quisesse encontrar alguém, era só ir pra ali. Todo mundo. E Belo Horizonte naquela época a gente conhecia todo

mundo, pelo menos de vista. [...]Todas as novidades sabia-se ali naquele lugar. Sabe?” (Marilene, entrevista, 2012).

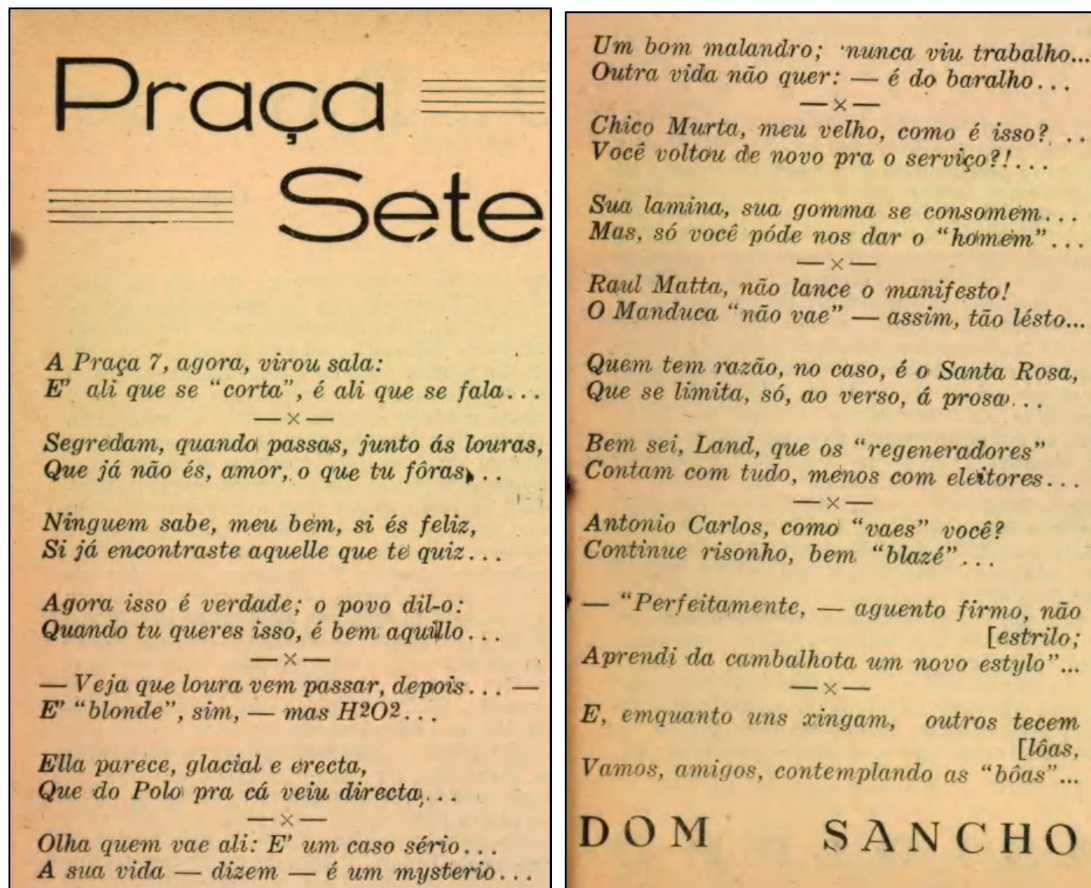
Otávio, por sua vez, recorda-se de uma Praça Sete repleta de todo tipo de rumores que circulavam oralmente em Belo Horizonte. Era ponto de encontro para contar e ouvir as novidades da vida alheia, o que ganha ainda mais sentido ao considerarmos a informação dada por Marilene, de que todos se conheciam, em alguma medida, na cidade. De acordo com alguns entrevistados, novos assuntos sempre surgiam nesses espaços e eram repercutidos pela cidade. Segundo Otávio,

A Praça Sete era a dona da fofoca. (...). Porque a Praça Sete você tinha cine, Café Nice, Cine Brasil, Café Brasil, tinha Restaurante Palhares... (...) Ali você queria saber alguma coisa, você ia ali e ficava sabendo. Você não voltava pra casa desinformado não. Não, Praça Sete era a dona da reportagem.

[...]

(...) Num banco da praça você ficava sabendo de tudo. Daquela moça loira bonita que se suicidou porque ela queria casar com um preto e o pai não deixou... Você ficava sabendo de tudo. De tudo você ficava sabendo na praça. O jornal falado não faltava mesmo, toda noite. [...] Ali você ficava sabendo da namorada, ficava sabendo da vida particular dos outros. Não tinha como não saber, toda cidade pequena tem esse murmúrio. Acontece alguma coisa, a Candinha tá falando lá, entendeu? Aquela música do Roberto Carlos da Candinha, aquilo não foi feito a toa não, certo? Todo lugar tem uma Candinha pra dar as notícias, as boas e as ruins. (Otávio, entrevista, 2012).

A fama de “dona da fofoca” dada a esse espaço parece ter sido de conhecimento geral em Belo Horizonte. Em pequena crônica apresentada à *Revista Bello Horizonte*, de 1937, são descritos buchichos que faziam parte do boca a boca na praça. De acordo com alguns entrevistados e com a própria revista, quem quisesse tomar parte das novidades da capital, sobretudo da vida alheia, poderia encontrar na Praça Sete vasto repertório (Figura 19):

Figura 19 – Recorte da *Revista Bello Horizonte* sobre a Praça Sete

Fonte: REVISTA *Bello Horizonte*, n. 82, 1937.

Rogério também aponta a praça como conhecido ponto de encontro e fonte privilegiada de todo tipo de informação. Destaca, além das fofocas, as notícias políticas que circulavam na Praça Sete e imediações, locais que também eram frequentados por grandes políticos. O mesmo é mencionado por Otávio, que destaca o Café Nice, localizado nos arredores da Praça Sete, como local propício para ouvir narrativas dos próprios políticos:

Agora no Café Nice você se encontrava ali, ia tomar um cafezinho, que era um dos melhores de Belo Horizonte, sempre tinha um cafezinho quente e fresco. Ali você encontrava na época de Juscelino, você encontrava Tancredo Neves, você encontrava vários políticos importantes; [...] eles tomavam um cafezinho e a gente ficava ouvindo as conversas deles, as promessas deles. (Otávio, entrevista, 2012).

O Café Nice também é recordado por Marilene, juntamente ao Café Pérola, por oferecer oportunidades de encontro para contar e ouvir histórias sobre a cidade e seus moradores, em especial, os famosos. Úrsula, entretanto, ao se referir ao Café Nice como local de socialização, destaca que seus frequentadores eram, de forma geral, homens. Tais ambientes não costumavam ser frequentados por mulheres, que eram vistas com maus olhos por esses espaços serem, tacitamente, destinados a discussões e encontros masculinos.

Não podemos deixar de recordar, ainda, os depoimentos sobre práticas de *footing* na Avenida Afonso Pena e, mais especificamente, na Praça Sete. O *footing* reunia a juventude do período para contar e ouvir as últimas novidades da cidade que aproveitava também para paquerar.

Além da Praça Sete, Neide e Odair mencionam o Parque Municipal como ambiente conhecido na cidade para se contar e ouvir histórias. O casal relata que o parque era ponto de encontro de amigos e conhecidos que se reuniam, sobretudo aos domingos, para conversar. Uma das razões seria a tranquilidade encontrada no local que permitia a longa permanência em suas dependências. Sobre esse aspecto, Guimarães (2012, p. 82), em obra memorialística sobre o local, afirma que o Parque Municipal era “era o espaço de lazer mais democrático da cidade”. Contudo, vale ressaltar os aspectos de segregação, nomeadamente de classe, presentes no parque, conforme apontado em discussões anteriores. Ainda assim, o Parque Municipal é apontado como espaço público que permitia e incentivava as boas conversas.

Outro famoso cenário da capital apontado como ambiente propício à circulação de narrativas orais é o Mercado Central. Embora mantivesse o expediente todos os dias da semana, esse ambiente de práticas econômicas e sociais reservava, segundo Otávio, o domingo como dia mais propício para a circulação de causos e histórias diversas. Durante os dias úteis, o lugar era mais voltado para as práticas comerciais, sem muito tempo para outras ações. Em estudo sobre o processo de implantação e estruturação do Mercado Central em Belo Horizonte, Filgueiras (2006) afirma que o período de maior atividade no Mercado era pela manhã, sendo normalmente frequentado por trabalhadores, comerciantes e pelas empregadas domésticas que iam em busca de guarnições frescas e variadas para os patrões. Por outro lado, a autora destaca o aspecto de entretenimento também presente no Mercado que, já na década de 1930, se constituiu em espaço boêmio e de divertimento para as classes populares, especialmente, para os homens.

Otávio relata experiências vividas no Mercado, na década de 1960, que o fizeram destacar esse espaço como ponto privilegiado para a circulação de narrativas orais. Local propício para encontrar conhecidos e também desconhecidos que ajudam a colocar em dia todo tipo de informações que corriam pela cidade: “Aí você queria passar, não cê tinha que parar ali e tomar aquela cervejinha. Aí te servia mais um torresmo, mais uma coisinha, aí começavam os papos.” (Otávio, entrevista, 2012).

Indo de encontro às informações de Filgueiras (2006) sobre a marcada estratificação do ambiente, Otávio comenta que o Mercado era frequentado por grande variedade de pessoas:

Ali tinha coronel da polícia, tinha delegado, tinha médico, entendeu? O Mercado Central era muito bem frequentado. Você encontrava de tudo: jornalista, advogado, delegado, coronel, que eram na época as maiores autoridades de Belo Horizonte, você achava tudo no Mercado Central. (Otávio, entrevista, 2012).

É possível considerar que com o passar dos anos a marcação hierárquica que segregava os frequentadores desse espaço público tenha se atenuado, considerando que Filgueiras (2006) faz menção, mais especificamente à década de 1930, ao passo que Otávio relata episódios vividos três décadas mais tarde.

A Praça da Liberdade também foi apontada como espaço de sociabilidade que permitia a circulação de narrativas orais. Com amplo espaço para circulação de pessoas, cuidadosos jardins e lagos artificiais, a praça oferecia boas condições para paradas despreocupadas que propiciavam contar e ouvir histórias, lembranças que são relatadas por Rogério. Além dele, Úrsula e Marilene também fazem menção à praça como espaço oportuno para tais práticas. Note-se, entretanto, que a Praça da Liberdade é mencionada apenas por sujeitos pertencentes ao terceiro segmento, ou seja, com maior proximidade das culturas do escrito. Não há informações nas entrevistas de que o espaço fosse frequentado por variados públicos, mas indícios de que era tacitamente aceito como segregador, reservado à circulação de integrantes da elite belorizontina, sobretudo dos jovens.

Outra praça referenciada foi a Hugo Werneck, localizada no bairro Santa Efigênia, próxima à Avenida Afonso Pena e Rua da Bahia. Úrsula recorda-se que, quando criança, costumava frequentar a praça para brincar e contar histórias: “A gente contava muita história lá na Praça Hugo Werneck, que ela não era esse horror que ela é não, ela era uma praça bonita. E contava, a gente brincava de roda.” (Úrsula, entrevista, 2012). Também foi na Praça Hugo Werneck que

Úrsula e o marido, Manuel¹¹⁶, começaram a namorar. Segundo relataram, eles se encontravam para contar e ouvir casos, uma boa desculpa para continuarem a se ver:

Manuel: Cheguei lá sete horas, eu falei “eu vim trazer os livros pro cê.” Ela falou: onde é que cê vai chique assim de paletó e gravata? “vou no cinema”. Nós pegamos um papo muito agradável e ficamos conversando no portão da casa dela, quando assustou era dez horas da noite, eu perdi o cinema, e ficamos conversando. Aí ela falou “eu não contei tudo não, mas se você quiser [...] domingo que vem eu tô folgada, cê vem que eu acabo de te contar o caso”. Eu fui lá, ela contou o caso, e em vez da gente ficar parado no portão três, quatro horas, nós ficamos dando volta na praça.

Úrsula: Aquela praça da Santa Casa. [...]

Manuel: Quando os casos acabaram, ela falou: “os casos acabaram, e agora?” “Agora nós vamos continuar namorando, uai!” (Úrsula e Manuel, entrevista, 2012)

A Praça Hugo Werneck compunha um dos antigos vértices do Parque Municipal, passando a integrar, posteriormente, o entorno da área hospitalar, em especial da Santa Casa, e outras instituições ligadas à área da saúde. Úrsula relata que era bastante movimentada, ponto de encontro para contar e ouvir casos.

Ainda sobre os espaços públicos de circulação das narrativas orais, alguns relatos apontam restrições à participação feminina. Considerando-se que o período de análise encerra as décadas de 1930 a 1960, não causa muito estranhamento que testemunhos sobre a reclusão feminina ao espaço público tenham sido lembrados, especialmente, em se tratando de bares, praças e demais locais de frequência noturna na cidade. Em geral, os pontos de encontro das moças da capital mineira eram as casas de família (em seu interior ou nas varandas e calçadas), sempre acompanhadas por um parente ou amigo que fosse mais velho, ou do sexo masculino.

Cabe ressaltar que todos os locais públicos anteriormente destacados – Praça Sete (e arredores), Parque Municipal, Mercado Central, Praça da Liberdade e Praça Hugo Werneck – integram a área central da cidade, o que no período inicial do estudo (décadas de 1930/1940), refere-se à parte nobre da cidade. Segundo Filgueiras (2006, p. 81), “a cidade tinha seus olhos voltados para [...] o que acontecia entre a Praça Sete e a Praça da Liberdade, [...] que, segundo o pensamento dominante da época, constituiria melhor exemplo da sociedade que se pretendia construir na cidade-modelo.” Observa-se também nesses espaços uma hierarquização de áreas da cidade, visto

¹¹⁶ Manuel participou de um pequeno momento da entrevista com Úrsula, relatando como se conheceram e começaram a namorar. Mesmo sem informações sobre a pesquisa, destacou que os casos, contados e ouvidos durante a juventude, foram os responsáveis pela união de mais de cinquenta anos do casal.

que, embora fossem frequentadas por pessoas de diversas condições socioeconômicas, havia separação de horários de participação nas atividades desses locais.

Contudo, relatos como o de Otávio ajudam a entender que a demarcada segregação de espaços urbanos de Belo Horizonte perde força com o passar do tempo. Embora o entrevistado se refira, especificamente, ao Mercado Central, seria possível estender a informação para outros espaços, que gradativamente vão permitindo uma participação menos hierarquizada de seus frequentadores.

Outros ambientes públicos apontados por Alberto como propícios para contar e ouvir histórias em Belo Horizonte foram as barbearias e os botequins. Por permitirem uma pausa nas atividades cotidianas, esses espaços eram aproveitados para a circulação de narrativas orais de diversas ordens, desde fofocas sobre acontecimentos da cidade até piadas. Em outros estudos¹¹⁷ sobre espaços urbanos de socialização, as barbearias e os bares aparecem como ponto de encontro e também de contação de histórias. Mia Couto (2006, p.183), por exemplo, afirma em um de seus romances: “[...] Só depois se soube: a barbearia é um lugar em que se reduz o cabelo e crescem as línguas. É um bazar de conversas, um mercado de mexericos.” Quanto aos bares e botequins, Barral (2012, p. 19) observa: “O cotidiano do lazer nos bares, por exemplo, reserva espaço para a crítica dos costumes, da política, para a conversa sobre temas do noticiário, da mídia, do cotidiano.” Para Alberto, esses locais públicos eram os principais propiciadores de momentos destinados a uma boa conversa, períodos para contar e ouvir narrativas:

Agora, o lugar aonde a gente escutava história e piada, aqui [em Belo Horizonte] o povo é muito fazedor de piada, né? Mas era nas barbearias e nos botequins. Nos botequins, aqueles botequins de cachaça, tudo botequim ralé mesmo. Sempre tinha um contador de piada, contador de anedota ali. [...] Meu pai gostava muito de jogar escopa num bar. E lá era sempre contar piada mesmo. Então sempre escutava piada ali e levava pra contar em casa também. Mas era salão de barbeiro. [...] Salão de barbeiro a gente sentava lá só pra escutar piada. (Alberto, entrevista, 2013).

Alberto também menciona casas de concerto de sapato como espaços para circulação de narrativas orais, que em seu tempo de criança eram conhecidas como “remendão”. O entrevistado diz que havia contadores de piada famosos em Belo Horizonte e destaca o seu Joaquim, que era

¹¹⁷ Sobre barbearias e botequins como espaços de sociabilidade e circulação de narrativas orais ver Teles (2012), Barral (2012), Gama (1998), Rocha e Silveira (2013).

sapateiro, morador do bairro Lagoinha: “Danado pra contar história pra gente. E contava história que a gente ria!” (Alberto, entrevista, 2013).

De forma menos específica, Norma e Dorotéia afirmam que a rua era o melhor lugar para se contar e ouvir histórias diversas, tanto fofocas da vida alheia quanto causos de assombro, como as aparições noturnas de uma bela loira de branco e dos redemoinhos de vento provocados pelas passagens do saci nas ruas. Depois das conversas, que geralmente aconteciam em ruas próximas às suas residências, cada um se recolhia ao lar e pensava sobre as coisas todas que foram ditas e ouvidas.

Apontamento semelhante é feito por Vanda que junto a uma vizinha costumava reunir pessoas em torno de uma fogueira em um campinho de futebol, próximo às suas casas, para contar histórias:

[...] Então era a filha dela e ela [a vizinha] contava as histórias que eu sabia mesmo. Que eu ouvia na minha infância. E Dona Neli também contava alguma história dela, e a gente ficava ali, a turminha. Tanto as meninas dela como as minhas, e de Seu Zé, que era do outro lado, juntava aquela turminha, sentava tudo em volta da fogueirinha de tábuas que a gente fazia, pra contar história. (Vanda, entrevista, 2013).

Marilene também relata lembranças de momentos destinados à circulação de narrativas orais na rua, mais especificamente, na porta de sua casa:

E eles [os avós] à noite, debaixo da escada, eles colocavam ali muitas cadeiras, então quando eles iam sentar na porta, eles punham as cadeiras pros dois e mais umas quatro ou cinco pra quem chegasse. Então passava um, assentava, conversava um pouquinho, ia embora, sabe? Depois vinham outros e tal. Então ali sabia-se de tudo que passava na cidade. Tá entendendo? (Marilene, entrevista, 2012).

A rua já aparece anteriormente referenciada como espaço propício para a circulação de narrativas orais, como se percebe, por exemplo, em menções à Avenida Afonso Pena. Mas no caso dos três últimos relatos, há ênfase na reunião para contar e ouvir histórias nas ruas próximas às residências. Tais localidades representam uma linha tênue que divide o espaço doméstico do público. É um local onde amigos e conhecidos podem interagir por meio da oralidade, contar e ouvir histórias mais próximas do cotidiano comum, ou mesmo interagir por meio de histórias de fantasia e imaginação.

Em estudo sobre a rua como espaço de socialização na sociedade paulista, entre as décadas de 1920 e 1945, Tanno (2009) destaca que a rua permite a apropriação de diversos segmentos sociais, mas que ainda assim sua forma de ocupação reforça a hierarquização dos espaços em função das diferenças sociais. No caso de Belo Horizonte, é possível perceber situação semelhante. Ao passo que alguns espaços públicos da cidade apresentavam marcas de apropriação bem definidas pela situação socioeconômica de seus frequentadores, a rua se abria a múltiplas participações. Contudo, cabem ressalvas a essa consideração. O espaço da rua foi, de fato, mencionado por sujeitos integrantes dos três segmentos de aproximação com as culturas do escrito, logo, de classes sociais diversificadas. Mas cabe ponderar: que ruas são essas? Os moradores de ruas localizadas em regiões periféricas da cidade dificilmente frequentavam ruas das áreas nobres, e vice versa. Note-se que relatos sobre frequência de áreas como a Avenida Afonso Pena e outras ruas e avenidas da região central de Belo Horizonte, ainda consideradas elitizadas durante o período de estudo, foram feitos por integrantes do terceiro segmento e, em menor escala, do segundo segmento. As integrantes do primeiro segmento referem-se, notadamente, às ruas onde se localizam suas casas, ou regiões próximas.

Dessa forma, é possível perceber que a rua, embora se constituísse em espaço público e aberto a todo tipo de frequentadores, apresenta diferentes formas de ocupação e apropriação, que tendem a dividir e demarcar o espaço em função de diferenças sociais, econômicas e de gênero.

Ainda pertinente às reflexões sobre o espaço da rua, Rogério destaca o táxi como espaço público privilegiado para se contar e ouvir narrativas orais. O entrevistado destaca a figura do taxista, antigo chofer de praça, como contador nato de histórias diversas. Em suas palavras:

A literatura oral, ela era rica por causa da imigração. Como ninguém era de Belo Horizonte, todo mundo veio trazendo as suas histórias. Você pega um chofer de táxi aqui e pergunta: de onde vocês são? “meu pai é não sei de onde” e sua mãe? “minha mãe é não sei de onde”. E eles aí sabem casos [...] Eu ando muito de taxi, e eu converso muito com os taxistas por isso, porque eu quero saber o quê que eles têm pra contar. [...] Sempre têm coisas incríveis por causa disso, o pai é de um lugar, a mãe é de outro, os avós, né? O avô era pedreiro... De repente veio pra ajudar a construir a cidade. E veio trazendo uma porção de histórias importantes. Eu acho que a fonte hoje da oralidade são os taxistas. (Rogério, entrevista, 2012).

Rogério destaca um elemento importante da história da cidade, a imigração. De forma geral, percebe-se que as histórias contadas em Belo Horizonte são também narrativas de moradores de locais diversos que migraram para a região junto à construção da nova capital. Estudos sobre a

história da cidade¹¹⁸ indicam que poucos foram os antigos moradores do Arraial del Rey que continuaram a habitá-la após as obras de edificação da capital. O taxista, tal qual é apontado por Rogério, faz lembrar a figura de um dos contadores tradicionais de Walter Benjamin (2012), do grande conhecedor das histórias e costumes da localidade em que vive, cujo passado o habita. Além de conhecer o dia a dia da cidade, conheceria também histórias que dizem de suas origens e de sua estruturação, conhecimentos que oferecem vasto repertório para a circulação de narrativas orais.

5.1.2.2 Espaços privados

Como espaço privado propiciador da circulação de narrativas orais, a casa surge como principal referência. Tal dado vai ao encontro das informações tratadas no capítulo 3, sobre quem contava e ouvia narrativas orais, que apresenta a família como principal veículo de transmissão de narrativas. Assim, o ambiente que marca a circulação de histórias em família é o doméstico, mais especificamente, o da casa. Menções a igrejas ou outras localidades privadas não são feitas durante as entrevistas, com exceção da escola, que aparece timidamente em dois relatos. Dessa forma, apesar da referência a essa instituição como local onde se era possível, sobretudo, ouvir histórias, enfocaremos a casa como ambiente privado privilegiado para a realização de tais práticas.

Para alguns entrevistados, como Norma, a casa era o único ambiente que permitia momentos destinados a contar e ouvir histórias:

Flávia: Tinha outro lugar, sem ser dentro de casa, pra contar história?
Norma: Não. Era dentro de casa. (Norma, entrevista, 2013).

Sujeitos dos três segmentos de aproximação com as culturas do escrito referenciam a casa como local propício a audições, em especial durante a infância. Cenas envolvendo rituais específicos para contar e ouvir foram descritas e, em alguns momentos, era possível perceber imagens até mesmo idealizadas dessas práticas, como alusão a cenários bucólicos envolvendo céu e estrelas, como explicitado no relato de Joana:

¹¹⁸ Ver apontamentos no capítulo 2.

Ali, ele [o pai] sentava no terreiro e chamava a gente. Vou contar histórias pra vocês. E aí começava a contar aquelas histórias tão bonita! [...] Ele sentava assim... Gostava muito de sentar no terreiro pra descansar. Aí ele começava a contar as historinhas pra gente. [...] No terreiro quando a lua tava bonita, clara... [...] O céu estrelado. É. É o cenário do céu. Da lua e as estrelas. (Joana, entrevista, 2013).

Outros depoimentos, como o de Marilene, fazem referências a audições orientadas pelo rádio, bem como por leituras de livros. A entrevistada destaca o papel dos avós como propiciadores dessas práticas, o avô por criar rotinas de escuta de noticiários no rádio e a avó pela leitura de narrativas literárias, todas realizadas no interior da casa.

A exemplo de Marilene, a audição dirigida por suportes escritos pôde ser observada como frequente entre sujeitos integrantes do terceiro segmento. Alguns do segundo, como Neide e Otávio, e Joana, do primeiro, também fazem menção a essas práticas, notadamente, em ambiente doméstico.

Quando a casa era recordada como espaço de escuta de narrativas, os sujeitos costumavam indicar cômodos específicos em que as sessões eram realizadas, com ênfase nas cozinhas, sobretudo, aos causos contados ao pé do fogão a lenha. Ao tratar das relações entre a cozinha e a construção da figura do mineiro, Abdala (2007) indica evidências de uma associação entre esse recinto e a imagem regional de Minas, percebida em vasta literatura¹¹⁹ que abrange o século XIX até finais do XX. Segundo indica, o costume de servir alimentos integrava a vida social do mineiro, fazendo parte da tradição oferecer algo para comer e beber a todo visitante do lar, o que, no caso deste estudo, presumisse também a abertura de precedentes para contar e ouvir histórias. Servir alimentos significava acolher, era um ato de civilidade que tornava a comida um pretexto para o encontro, para o convívio social.

Assim, Abdala (2007) apresenta a cozinha como ambiente que extrapola os hábitos alimentares, sendo também entendida como espaço privilegiado de convívio e socialização, constituindo o centro do movimento cotidiano dos lares mineiros até meados do século passado. A cozinha, dessa forma, mais que um cômodo da casa, seria um pilar na construção da própria imagem regional mineira.

¹¹⁹ Abdala (2007) menciona relatos de viajantes, cartas, crônicas e memórias dos séculos XIX e XX.

O fogo e, mais especificamente, o fogão a lenha parecem representar um elemento a mais no imaginário da mineiridade¹²⁰, que está igualmente presente nas construções de lembranças de alguns entrevistados. Além disso, como já indicamos, a noite era o momento preferencial do dia para contar e ouvir histórias, fator que pode estar associado a cenários idealizados do serão noturno em um ambiente de penumbra iluminado por chamas. Seleccionamos algumas passagens com falas de Marilene e Vanda, nas quais se pode perceber o reforço dessas imagens:

À noite, ao fogo do fogão, uma lamparina acesa, o pessoal todo sentado ali fritando biscoito, né? Fritando linguiça, fritando biscoito, e ele [o tio] contava então as histórias.

[...]

Ela lia [a avó] muita coisa fantástica. Então eu era menina muito pequena na cozinha, perto do fogão de lenha. (Marilene, entrevista, 2012).

Era muito comum, os antigos contavam muita história, porque eu acho que essa época não tinha televisão, não tinha essas coisas, né? Então era mania mesmo dos idosos sentar com a turma de menino e contar história. Principalmente quem tinha, por exemplo, fogão de lenha, essa época de frio, sentava todo mundo em volta do fogão de lenha pra contar história.

[...]

[...] a gente não tinha fogão de lenha não, mas a gente fazia uma fogueira, [...] a gente fazia uma fogueirinha, e a turminha de menino ficava em volta lá escutando a gente...

[...], juntava aquela turminha, sentava tudo em volta da fogueirinha de tábuas que a gente fazia, pra contar história. (Vanda, entrevista, 2013).

A presença dessas representações idealizadas de serões iluminados pelo fogo, seja do fogão ou da fogueira, integra o cenário do contar e ouvir histórias de forma quase idealizada. Em estudos sobre a prática de contar narrativas orais, Bedran (2010) apresenta algo que poderíamos considerar como origem dessa associação do fogo ao ato de contar/ouvir histórias: “Desde que o mundo é mundo, o homem sempre esteve ao lado de suas narrativas, ao redor do fogo, por meio da escrita rupestre entremeada de sons guturais até a elaboração da linguagem.” (BEDRAN, 2010, p. 15). Obviamente, a autora menciona um período desprovido de outras formas de iluminação, visto que a noite ainda é apontada como período do dia propício para tais práticas. O que interessa observar é que, milhares de anos mais tarde, em meados do século XX, na capital

¹²⁰ Arruda (1999, p. 198), ao tratar do imaginário mineiro e da mineiridade, faz a seguinte consideração: “A *mineiridade* exprime [...] uma visão que se construiu a partir da realidade de Minas e das práticas sociais. Por fundar a figura abstrata dos mineiros, a mineiridade tem as características do mito; [...] o mito quando politicamente instrumentalizado adquire dimensão ideológica.” Segundo a autora, pensamentos pautados em práticas sociais atribuídas ao comportamento mineiro criam um imaginário sobre seus costumes e comportamentos, que tendem a ser reproduzidos e reforçados em obras de memorialistas e escritores voltados à produção sobre o estado e seus habitantes. O mito seria parte integrante dessas produções, responsável pela formação de imagens idealizadas de Minas Gerais e dos mineiros. Outras considerações sobre o conceito de mineiridade ver capítulo 2.

mineira, associações entre o ato de contar e a iluminação crepuscular do fogo ainda vigoram no imaginário de alguns indivíduos.

Assim, variadas são as imagens de reuniões em torno do fogo para contar e ouvir histórias. Goody (2012, p. 56) busca desmistificar essa associação ao afirmar que “A noção comum de que adultos regularmente se sentam ao redor de uma fogueira e ouvem contos desse tipo [contos populares e fábulas] parece subestimar os níveis de sofisticação desses indivíduos”.

Em seu primeiro relato, Vanda busca explicações para justificar a circulação de narrativas orais no passado, que ocorreria por falta de outras formas de entretenimento, como a televisão. Além disso, ela destaca o fogão a lenha como artefato que acompanharia o contar/ouvir histórias, mencionando o frio como elemento estimulador das reuniões em torno do fogo. Contudo, em seu segundo relato, bem como nas falas de Marilene, o fogão a lenha ocorre sem menções à temperatura do dia.

Outros entrevistados como Norma e Alberto também recorrem à imagem do fogo que acompanha os serões. Norma menciona as narrativas contadas pelos velhos, enfatizando o local da casa onde costumeiramente ocorriam: “ficavam falando lá na cozinha na beirada do fogo. Acendia aquele fogo lá na cozinha, né, e ficava contando essas histórias” (Norma, entrevista, 2013). Alberto, por sua vez, detalha o ambiente de penumbra que marcava a reunião noturna da família para contar e ouvir narrativas:

Então juntava, que a gente não tinha mesmo outra coisa pra fazer, que a gente não tinha luz em casa, era luz de querosene, né? Luz de querosene, ou então azeite na água, com um paviozinho. Um flutuantezinho de papel, um fiozinho de cera, barbante encerado, punha ali e um copo d’água, cheio d’água, porém com uma dose de azeite na superfície. Enchia d’água pra poder manter o azeite cá na superfície. O pavio, né? Então acendia aquilo, a luz era essa. Depois que apareceu o querosene, já era um progresso. Mas então eles contavam muito caso pra gente, né? (Alberto, entrevista, 2013).

Cabe observar que, assim como Vanda, Alberto apresenta explicações para os serões, apontando o fato de não haver outras atividades a serem feitas nesse período do dia como incentivador da prática de contar e ouvir histórias.

Ainda no ambiente doméstico, Rogério faz referência a audições realizadas na casa da mãe do coveiro da cidade, conhecida como grande contadora de histórias. De forma semelhante, Vanda aponta o quarto da empregada de uma vizinha como espaço propício à audição de narrativas. Tais

observações são relevantes por retirarem da família a exclusividade da prática de contar e ouvir narrativas em espaço privado.

Conforme já referido, as contações/escutas de histórias costumavam ser acompanhadas de atividades ligadas à alimentação, fator que leva as cozinhas a serem apontadas como principais cômodos de reunião de pessoas para contar e ouvir. Além disso, como o período de maior incidência dessas práticas era o do fim do dia, ele também era marcado pelo horário do jantar e do descanso, o que justificaria a oportunidade de se reunir na cozinha com tempo relativamente livre para contar e ouvir causos. Assim, desmistificando a presença mítica do fogo orientando a penumbra – igualmente mítica – dos serões, observa-se um elemento que integrava o cotidiano de maneira prática, usado para acender lampiões e lamparinas, ou para aquecer o fogão que prepararia o alimento. O fogo e suas derivações não pareceram ser pré-requisitos para as audições em espaços privados, muito embora incida sobre um imaginário de base primitiva do contar e ouvir (Bedran, 2010).

Evidenciada em todos os relatos, a casa surge, então, como espaço privado ideal para contar e ouvir narrativas orais, ao contrário do que fora observado nos espaços públicos, que contavam com maior variedade de locais que possibilitavam tais ações. Assim, observa-se que a circulação dessas narrativas ocorria sobretudo entre familiares, mas não se restringiam às residências de parentes.

As reflexões apresentadas sobre os contextos de enunciação das narrativas orais evidenciam que os tempos e os espaços de contar e ouvir eram interligados. Embora os serões idealizados pela presença da fogueira ou do fogão a lenha, como uma tradição, não sejam presença marcante nas experiências dos entrevistados, o período noturno destaca-se nos relatos.

Apesar de existirem espaços marcados pela segregação de classe econômica, gênero e raça, todos os entrevistados foram capazes de apontar ambientes propícios para práticas de contar e ouvir narrativas. Contudo, vale ressaltar que os espaços privados foram referidos com maior intensidade por integrantes do primeiro segmento de participação nas culturas do escrito, ao passo que espaços públicos foram, notadamente, apontados por integrantes do terceiro segmento,

seguidos por membros do segundo. Assim, seja na área central da capital ou em bairros dela distantes, práticas de contar e ouvir histórias estavam presentes no cotidiano de seus moradores, com ou sem fogão, à luz de lamparina ou da rede elétrica, quer fossem ouvidas em âmbito familiar ou entre desconhecidos, e tais práticas faziam parte da própria composição da cidade. Constituíam-se em recurso privilegiado de intercessão das pessoas com a cidade, com si próprias e com suas histórias de vida¹²¹.

Optamos por encerrar este tópico citando um trecho da fala de Úrsula que, diante de seu fascínio pelo ato de contar e ouvir histórias, apresenta uma simpática forma de perceber o tempo e o espaço de circulação de narrativas:

História bem contada em qualquer lugar é bom. [...] Não precisa de pretexto, não precisa de roupa, não precisa de luz, não precisa de nada! Nada. Qualquer hora, qualquer lugar. Conversar é bom em qualquer lugar, uai. (Úrsula, entrevista, 2012)

5.2 POR QUE CONTAR E OUVIR CAUSOS: PAPÉIS ATRIBUÍDOS ÀS NARRATIVAS

Sherazade foi a primeira terapeuta da história, porque ela transformou em três anos (As mil e uma noites) um homem rude, mau, num homem sensível, através das histórias.

(Marilene, entrevista, 2012).

Quais seriam os fatores motivacionais de se contar e ouvir narrativas orais? Na epígrafe acima, contar histórias significava, para Sherazade, a manutenção da própria vida, motivo mais do que suficiente para criar e transmitir um elaborado repertório de narrativas. Em nossas entrevistas, o contar e ouvir histórias aparece como uma prática relevante na vida dos sujeitos, mas eram outras as motivações (menos extremistas, obviamente) que os incentivava a ouvir e, posteriormente, a contar narrativas.

Analisando os depoimentos foi possível perceber maior recorrência de três motivações específicas para se contar e ouvir histórias: a) as narrativas eram proferidas com intuito moralizante, disciplinar e educativo; b) as práticas de contar e ouvir histórias propiciavam

¹²¹ O termo “histórias de vida” aqui empregado não diz respeito à metodologia específica de mesma terminologia, mas faz referência a narrativas sobre a vida do sujeito entrevistado.

entretenimento e socialização entre os participantes; c) contar e ouvir histórias permitiria a preservação de histórias e memórias íntimas.

Tendo em vista essas observações, trataremos, a seguir, desses três aspectos motivadores da circulação de narrativas orais em Belo Horizonte.

5.2.1 UMA ESTRATÉGIA DISCIPLINAR E EDUCATIVA: CONTOS DE TEMOR, MISTÉRIO E MORALIDADE

Manter a criança em casa, ensinar regras de convivência e bons costumes, evitar travessuras, preservar a hora de dormir. Essas, entre outras justificativas voltadas para a disciplina, constituíram a maior parte dos relatos sobre as motivações de se contar e ouvir narrativas orais.

O caráter moralizante e educativo impresso em tais práticas parecia conduzir de forma explícita as audições dirigidas às crianças. É importante destacar o aspecto relacionado à infância, uma vez que esse foi o período da vida mais referenciado durante as entrevistas. Memórias sobre audição/contação de histórias na fase adulta também integraram os relatos, contudo, as experiências da infância foram mais marcantes. Tal incidência parece ter determinado a maior referência à disciplina e educação como motivação principal das práticas de contar e ouvir narrativas.

Esse dado associa-se às informações expostas no quarto capítulo desta tese, em que as narrativas de assombração – em toda sua diversidade – são apontadas como o principal tipo contado/ouvido pelos entrevistados. Isso também evidencia o fator emocional medo¹²², que está envolvido na ação disciplinar e educativa impressa nas audições. Muitos entrevistados fazem referência, em seus relatos, ao temor presente nas audições, conforme explicitado nas seguintes passagens:

Eu pensava assim. Eu acho que a mãe tá contando essas histórias dessas coisas ruim, feia, pra fazer medo na gente. Eu pensava que era pra nos fazer medo pra gente não ficar na rua. [...] Por que eu não parava em casa não. Eu que dei mais trabalho. [...] Tá explicado. Ela contava era pra me fazer medo!

[...]

É... Falando pros menino. Principalmente esses meninos malcriado. “Cuidado hein, que o lobisomem vai aparecer procês!” (Joana, entrevista, 2013).

Era pra gente não sair de casa à noite, né? Era pra não sair de casa à noite. Pra quando escurecer, correr pra dentro de casa.

[...]

¹²² A palavra “medo” aparece 159 vezes durante as entrevistas.

Depois que eu cresci, eu achava que aquilo era errado, né? Depois que eu fiquei sabendo que era errado mesmo! Contava história e metia um medo na gente, acho que toda criança era medrosa. Por causa dos casos que contava. Mula-sem-cabeça, lobisomem, o monstro, e uma porção de coisa [...] Era até divertido, mas contando história pra fazer medo na gente. [...] Era pra colocar medo. [...] A gente chegava a arrepiar todo. (Alberto, entrevista, 2013).

Marilene: De certa maneira era questão de educação [as histórias de assombração]. É...
Flávia: Para não fazer coisa errada...
Marilene: Exatamente. [...] Então tinha assim, a gente morria de medo. (Marilene, entrevista, 2012).

A intenção de impor disciplina por meio do medo evocado pelas narrativas fica explicitada na fala dos entrevistados. As narrativas que imprimem medo em seu repertório podem ser consideradas intimidações, avisando dos perigos amorfos e iminentes do mundo, transmitindo a mensagem de que os mais velhos e experientes devem ser obedecidos.

Ao refletirem sobre as motivações do contar – sobretudo durante a infância – o temor, associado a normas de conduta, se conectava em suas memórias. Contudo, apesar de as lembranças sobre audições de histórias de temor serem mais intensas na infância, alguns entrevistados relataram passagens de narrativas de assombração e mistério já na fase adulta. Esse é o caso de Norma e Dorotéia. Norma inicia sua fala com lembranças da infância, relatando que as histórias contadas eram principalmente para imprimir medo nas crianças: “Era mais pra colocar medo” (Norma, entrevista, 2013). Em seguida, faz menção à fase adulta, quando as narrativas sobre ocorrências sobrenaturais continuavam a integrar seu cotidiano. Dorotéia, que também participava da entrevista, reforça as colocações de Norma destacando que a intenção das contações era fazer medo:

Norma: O pessoal passava [na porta de sua casa] e falava “nossa, ontem eu vi uma loira linda. Quando nós foi ver pra poder chegar perto, ela sumiu”.
Dorotéia: Era assim. [...] Aí ia fazer medo nos outros e ia embora, né?
Norma: Ficava por isso mesmo.
Dorotéia: Fazia medo e ia embora. (Norma e Dorotéia, entrevista, 2013)

O hábito de ouvir narrativas desse tipo, fosse na vida adulta ou durante a infância, deixou marcas não apenas nas memórias, mas também nos comportamentos de alguns entrevistados. Seleccionamos dois casos que evidenciam essa consequência. O primeiro, de Joana, evidencia a transferência da experiência da infância de ouvir narrativas que intimidavam pelo medo. A entrevistada relata que os filhos cresceram ouvindo esse tipo de histórias, tradição que se

estendeu aos netos, chegando ao bisneto, que já sabe do encontro da avó com o lobisomem e das consequências negativas da desobediência:

“Ó, vovó, bisavó já viu lobisomem! Cuidado!” É. E tem um coitadinho que ele tem medo demais. Vovó... É... Bisa... É... Bisvovó Joana. É assim que ele me chama. “Bisvovó Joana, a senhora já viu o lobisomem?” Ele tá desse tamanho, ele é uma gracinha! Falei: “Vovó Joana já viu filho! E pega menino, teimoso, menino chorão, menino pirracento.” “Não vou fazer não, vovó! Eu não vou chorar, não vou fazer pirraça...” É assim. É. Ele tem medo! (Joana, entrevista, 2013).

O segundo caso, de Úrsula, mostra como a audição de narrativas de medo e mistério marcou o repertório da atual contadora profissional de histórias. Ao contrário do ocorrido com Joana, Úrsula se nega a contar e ouvir narrativas desse tipo. Durante a entrevista, ao ser perguntada pelas histórias que costumava ouvir e contar entre as décadas de 1930 a 1960, ela menciona que escutava muitas histórias de temor, sobre as quais não desejava falar. Diante da insistência em conhecer o referido repertório, a entrevistada pegou uma folha de papel e anotou os títulos das narrativas que lhe ocorreram. Relutante, ela olhou para o papel, selecionou algumas das histórias assinaladas e contou alguns detalhes, depois, porém, de esclarecer: “Eu até selecionei uns aqui, que eu detesto. Cê sabe que eu sou contadora de história, mas caso de assombração eu não sei contar, né? Eu não gosto...” (Úrsula, entrevista, 2012).

Em sua *História do medo no ocidente*, Delumeau (2009, p. 23) apresenta o medo como “um componente maior da experiência humana”, que não deixa ninguém a ele escapar. O mesmo é afirmado por Sartre, ao alegar que “todos os homens têm medo. Todos. Aquele que não tem medo não é normal, isso nada tem a ver com a coragem.” (Sartre *apud* Delumeau, p. 23). Narrativas de temor apelam para sentimentos de insegurança e impotência tendendo a mobilizar tanto ouvintes quanto contadores. Reside nesse aspecto sua propriedade disciplinar e educativa, pois o medo impele para a obediência, a observância de regras, que, se descumpridas, podem acarretar consequências pouco amigáveis. Mulas sem cabeça, lobisomens, sacis, fantasmas de toda ordem costumam ser convocados a aparições diante daqueles que não obedecem, intimidação que aprecem em diversos relatos nas entrevistas.

Obviamente, fatores como diversão e entretenimento podem acompanhar práticas de contar e ouvir esse tipo de narrativas, contudo, o poder admoestatório propiciado pelo medo nelas contido

é inegável. Em alguns depoimentos, essa duplicidade de sensações é explicitada quando os entrevistados afirmam temer e se divertir, ao mesmo tempo, com essas histórias.

Histórias contadas para fazer dormir também são referenciadas por alguns sujeitos e, novamente, é perceptível o caráter disciplinar implícito nessa ação, já que o cumprimento do horário destinado ao sono deveria ser seguido:

Os meninos, os meus filhos, às vezes na hora de dormir contava história, peijando pra dormir, que não queria dormir de jeito nenhum, contava história... Então esse momento de contar história é um momento íntimo entre pais e filhos, avós e netos, né? É interessante. Então esse contar histórias é muito interessante. (Marilene, entrevista, 2012).

Nesse trecho relatado por Marilene, é exposta sua experiência como contadora de histórias, já na fase adulta, e não como ouvinte infantil, como em boa parte dos relatos. Ainda assim, a questão educativa presente no contar histórias para dormir, permanece em sua fala, nesse caso, dirigida aos filhos. Já no excerto que se segue, Alberto fala de sua experiência como ouvinte de narrativas, durante a infância. Lembra-se da mãe como contadora e das travessuras noturnas que motivavam as sessões de escuta das histórias:

Uma coisa que ainda fazia contar história é pra fazer criança dormir. Fazer criança dormir, começava a contar história, né? [...] Quase todo mundo fazia isso. Contava história é pro menino dormir!
[...]
Isso é bem interessante. Lá em casa a gente sempre escutava. As mães contavam história pra gente, pra fazer dormir. E às vezes elas precisavam fazer alguma coisa, a gente tava fazendo muita algazarra em casa, ela sentava uma porção na cama e começava a falar “eu vou contar esse caso da Tia Benta. Eu vou contar a história do macaco”! (Alberto, entrevista, 2013).

Essa última parte do relato de Alberto evidencia o caráter educativo subliminar das narrativas contadas para a criança dormir. Note-se que a questão da estratégia disciplinar é referenciada, contar histórias também é uma forma de manter a ordem e de seguir regras.

Norma recorda-se que eram contadas histórias de temor antes da hora de dormir. O que seria uma estratégia para intimidar comportamentos desviantes por meio do medo que impelia para a cama, em horários determinados: “vamos [os velhos que contavam histórias] falar aqui agora e todo mundo vai pra cama dormir. Aí começava: “ah, não quero escutar não.” Aí nós ia e deitava! (Norma, entrevista, 2013). O caso de Norma associa a disciplina do medo à condução ao sono, as

crianças eram atemorizadas para que se deitassem no horário indicado impossibilitadas de se levantarem da cama ou de realizarem outras atividades. Norma, como alguns outros entrevistados, sobretudo do primeiro segmento de aproximação das culturas do escrito, precisava levantar muito cedo para ajudar nas tarefas da casa e na lida do trabalho braçal. Assim, dormir cedo era essencial, e as narrativas de medo cumpriam bem a função de aquietar as crianças na hora de dormir.

Casos como o de Norma chamam a atenção para a variedade de enredos empregados em narrativas contadas com intenção de fazer a criança dormir. De forma geral, quando se pensa em histórias para dormir é feita uma associação a narrativas tranquilas, que acalmem e preparem a criança para o sono. Molina (2007), por exemplo, ao apresentar uma coletânea de “contos para dormir”, destaca que a seleção contempla histórias de amor e final feliz propiciadoras de um estado de relaxamento ideal para o repouso agradável. Entretanto, a intenção educativa também está presente no discurso da autora, que afirma: “normas que se tentam explicar durante meses e que não se conseguem impor, podem ser aceitas por um relato para ir dormir, numa só noite, se se despersonaliza a mensagem devidamente ou se se inverte a situação ativa-passiva das personagens em relação à norma exposta e às suas implicações” (MOLINA, 2007, p. 16-17). No caso dos relatos aqui apresentados, entretanto, nos parece que a intenção explícita de incorporação de normas não estava presente nas sessões noturnas de circulação das narrativas. O teor disciplinar, por outro lado, aparece entremeado ao ato de contar histórias para a criança, de maneira que o tempo destinado ao sono fosse cumprido.

Seguindo o mesmo princípio disciplinador e educativo, narrativas de advertência também compuseram o repertório de lembranças de alguns entrevistados. Nesse caso, há abertura para lições de moral sem recorrer, necessariamente, ao medo do sobrenatural. Vale destacar a questão do amorfo e apavorante uma vez que o medo não deriva apenas de narrativas de assombração. O temor pode estar presente nas advertências por maus comportamentos que conduzem a falhas de trajetórias, a equívocos com desfechos sem final feliz. Esse tipo de narrativa é bastante comum em gêneros literários como fábulas, cuja moral costuma ser explícita, ou ainda em contos de fadas, em que protagonistas vivem finais felizes por terem praticado o bem e seguido bons conselhos dos mais experientes.

Úrsula, por exemplo, fala sobre o papel do rádio e da escola como transmissores de histórias de advertência. Cita as horas cívicas da escola e o programa de rádio *A hora do Brasil* como exemplos de narrativas conduzidas pelo teor político, com clara intenção regulatória. As marcas desse tipo de enredo estiveram presentes de forma acentuada na infância de Úrsula, acompanhando-a até a fase adulta, marcadamente durante o período de vigor da ditadura militar.

Também como narrativa de advertência, Alberto conta uma fábula sobre um fazendeiro que confiou a feitura de um queijo a um animal – o entrevistado não recordava se era um macaco ou um gato, ambos os animais relacionados à astúcia – e passava os dias a perguntar como estava o produto: “princiado, meado ou acabado”, pontos relativos ao processo de cura do queijo. No fim da história, o animal engana o fazendeiro e come todo o queijo, deixando claro que não se deve confiar aos outros um trabalho que a você pertence. A lição de moral contada na infância ficou gravada na memória de Alberto: “[...] A história o nome dela era esse: principiado, meado e acabado! Então ele levou um castigo muito grande. [...] Que sirva de lição! E assim desse jeito tinha muito caso, né?” (Alberto, entrevista, 2013). O final da fala de Alberto indica que histórias desse tipo eram comuns em audições dirigidas a crianças, sugerindo a presença de um fecho moral embutido nessas narrativas.

A moralidade expressa em narrativas estava presente tanto em versões orais quanto escritas. Em apanhado sobre narrativas orais impressas no Brasil no final do século XIX e início do XX, Queiroz (2004) menciona anúncios da Livraria Quaresma sobre obras que circularam no país a partir da década de 1920, que davam destaque, além da materialidade do suporte, ao seu teor moral e educativo:

[...] o público alvo é definido logo no alto da página dos anúncios, onde figura sempre, abaixo do título do volume, a identificação “livro para crianças”; os propósitos educativos da leitura aparecem logo a seguir – “contos infantis (...) todos eles moralíssimos”, “historias populares, moraes e proveitosas de varios paizes”, “lindas historias, moraes e piedosas”, ou “contos (...) adaptados a factos da historia patria, instruindo e deleitando ao mesmo tempo”. (QUEIROZ, 2004, p. 34).

A tendência em retirar um fundo pragmático das leituras podia se ver refletida também em contações orais de narrativas, como evidenciado no relato de Alberto. Além de contos de fadas, contos maravilhosos e fábulas, o teor moral apontado por alguns entrevistados, em certas histórias, era extensivo a enredos de ordem religiosa.

Narrativas com pregnância religiosa, além da finalidade de inculcar ensinamentos cristãos, também se voltavam para a difusão da disciplina e moralidade nas crianças e jovens. Marcas desse tipo de enredo podem ser percebidas de modo acentuado na vida de alguns entrevistados, como Marilene, que viveu boa parte de sua infância em um colégio interno católico. Além da audição de histórias da vida de santos e do catecismo católico, Marilene recorda-se das recitações orais de dogmas e crenças da religião. Em sua fala, é exposto o teor ameaçador por trás dos ensinamentos, caso fossem descumpridos:

Morte, juízo, inferno, paraíso. Ele [o padre] falava assim: morte, o dia do juízo final, o inferno e o paraíso. Cê saía de lá tão horrorizada, cê tinha vontade de passar o resto da vida ajoelhada num grão de milho rezando pro cê não ir pro inferno. Era aquela religião de medo, né. Por que foi antes do Concílio Vaticano, e a gente estudava religião assim profundamente. Profundamente! Os dogmas, o sacramento... (Marilene, entrevista, 2012).

A visão temerosa do inferno, também tratada por Delumeau (2009), fica evidenciada no relato. A religião seria a forma mais eficiente de aproximação de Deus e livramento do demônio, nesse ínterim, as narrativas orais transpostas em ladainhas e recitações tornavam-se aliadas na memorização e introjeção das crenças e dogmas católicos.

O rádio também funcionava como veículo propagador de narrativas de fundo religioso. Além das programações católicas, o rádio orientava momentos de escuta de preces, notadamente, do terço. Marilene fala de reuniões familiares em torno do aparelho com intenção de ouvir orações. À noite, as mulheres se reuniam para rezar o terço, encontro que juntava diferentes gerações e mantinha viva a crença católica praticada pela família.

A experiência da entrevistada com narrativas de ordem religiosa levou-a a estudar e buscar maiores conhecimentos sobre a difusão de crenças cristãs entre histórias de diferentes naturezas. Marilene comenta que encontrou variadas versões de narrativas em que o conteúdo religioso era infiltrado na trama. Assim, observa que

[...] as histórias [...] foram cristianizadas, entendeu? Então em vez da velhinha, fada madrinha, era Nossa Senhora. O velho sábio era São Pedro. Nosso Senhor Jesus Cristo que apareceu e falou com a moça assim: “segue por esse caminho”, etc. Cê entendeu? Elas foram cristianizadas. Pra você ver que interessante, né? (Marilene, entrevista, 2012).

O teor religioso de algumas narrativas podia ser encontrado até mesmo em lendas, ou histórias de assombração, não ficando restritas a lares ou escolas católicas. Alberto, por exemplo, ao citar a Lenda da Gameleira, apresenta conteúdos que ele próprio reconhece como catequizantes. Embora não se refira especificamente à religião católica, evidencia a figura de Jesus, reforçando a difusão de crenças cristãs. Em suas palavras:

A história era justamente pra reforçar a crença religiosa, né? “Não, não vou falar que não existe Jesus, que não existe Deus, só existe o capeta. O poder é todo do capeta.” Então diz que ele não quis falar, diz que o capeta deu um estouro, foi uma catinga de ovo choco! (Alberto, entrevista, 2013).

Mesmo com temáticas variadas é possível identificar em algumas narrativas uma intenção marcadamente educativa e disciplinar. A apropriação dos atos de contar e ouvir com fins pragmáticos foi identificada com clareza por alguns entrevistados como Alberto, ao passo que outros, como Dorotéia, não demonstraram muita consciência dessa característica durante a exposição de suas lembranças.

De toda forma, sinais dessa estratégia presente na transmissão de narrativas orais, seja por influência do medo, da advertência moral ou da inculcação religiosa, parecem ter deixado marcas na vida dos entrevistados. Comportamentos de reprodução de ações coercitivas (como observado no caso de Joana), de negação de determinada tipologia de narrativas (como apontado por Úrsula), ou ainda de impressão de marcas comportamentais (caso de Marilene com a religião) são alguns exemplos de como a transmissão de narrativas, em especial durante a infância, pode marcar a memória e integrar trajetórias de vida.

5.2.2 CONTAR E OUVIR NARRATIVAS COMO FORMA DE ENTRETENIMENTO E SOCIALIZAÇÃO

Contar e ouvir histórias eram uma estratégia de socialização entre as pessoas? Se refletirmos sobre a própria noção de espaços de circulação de narrativas será possível verificar elementos de socialização e entretenimento por trás de práticas de contar e ouvir histórias. A busca por bares, parques, mercados, ou mesmo reuniões domiciliares com a família, em que a contação de histórias funcionava como agente agregador, evidencia o caráter de socialização motivador dessa prática.

Há um propósito de descontração e entretenimento que motiva o agrupamento dos indivíduos. Apontamos que uma das motivações para se contar e ouvir era a necessidade de disciplinar e educar, utilizando as histórias como veículos condutores dos princípios que se desejava transmitir. Ainda assim, audições obrigatórias, como os “elogios ao ditador”, constituíram minoria nesse apanhado. O que mais se destacou nos relatos dos entrevistados foi o prazer que orientava as audições de histórias. Mesmo com intenção pragmática, os ouvintes deixavam transparecer sua satisfação em ouvir causos e histórias diversas.

A associação desses dados nos faz considerar que a socialização e o desejo de aproximação do outro – em suas diversas variações, como família, amigos, vizinhos, desconhecidos, etc. – constituía grande motivação de práticas de contar e ouvir narrativas. Pensando sob essa perspectiva, as considerações de Simmel (1983) ajudam a refletir sobre os fatores que motivariam a vida em sociedade e, logo, a socialização entre as pessoas. Um dos apontamentos apresentados pelo autor seria o compartilhamento de atividades afins entre os sujeitos. No caso específico deste estudo, poderíamos considerar as práticas de contar e ouvir histórias coletivamente como um processo agregador, ou, para empregar a terminologia de Simmel (1983), como um motivador da “sociação¹²³”.

Nessa lógica, o autor apresenta exemplos de fenômenos sociais que atuariam na manutenção da vivência coletiva dos indivíduos e que “[...] todos esses fenômenos revelam-se como os produtos e as funções de um ser impessoal do qual os indivíduos, indubitavelmente, compartilham, como de um bem público [...]” (SIMMEL, 1983, p. 49). Para Simmel, a sociação existe a partir de interações conscientes de uns para com e contra os outros. Tais interações seriam responsáveis por um processo de associação que aproximaria as pessoas em torno de interesses comuns.

Essas interações sociais podem ser identificadas em diversos relatos envolvendo contações/audições de narrativas, o que aponta a oportunidade de socialização como grande motivadora dessas práticas. Os interesses com essa interação podem ser diversos, como a busca por aproximação de terceiros, de mero entretenimento, ou ainda a busca de atenção alheia, como apontado por Otávio:

¹²³ O termo “sociação” foi traduzido do original “Vergesellschaftung”, que em tradução literal significa socialificação, extrapolando o termo sociedade, por denotar seu dinamismo. De toda forma, “sociação” não deve ser confundida com “socialização” ou “sociabilidade”, uma vez que em Simmel (1983), a sociabilidade seria uma das formas específicas do processo geral da sociação.

São contadores de casos e causos. Tem pessoas que adoram contar um caso. [...] Eu acho que ele tem uma vaidade de contar um caso, entendeu? Ele se sente a personagem principal, ele sente que tá tendo oportunidade pra falar alguma coisa que ele nunca teve antes, entendeu? Aí ele floreia um pouquinho pra tornar aquele caso da Loira do Bonfim mais cômico, mais real, entendeu? Ele tem o caso desse Cintura Fina que não passou de um travesti de Belo Horizonte, mas tem os casos que uns contam mais, outros contam menos dele, entendeu? [...] E o que faz a pessoa contar os casos é que, às vezes, ele não tem o que fazer em casa, não tinha uma televisão, ele não tinha um rádio, ele vinha pros bancos de praça ouvir e contar alguma coisa. Aí, eles escutam uma história hoje, amanhã ele já põe uma pontinha da dele, e as coisas vão rolando aí no que nós escutamos de mula sem cabeça, de saci-pererê, entendeu? E por aí fora... (Otávio, entrevista, 2012).

Para Marilene, a socialização era uma motivação evidente, e ela destaca o passatempo como fundamental nesse processo de interação entre as pessoas: “Era entretenimento. Era entretenimento.” (Marilene, entrevista, 2012). Em ambos os apontamentos, a busca pela atenção e troca com um terceiro se coloca, o que é fator fundamental para qualquer processo de interação.

Analisando os dados apresentados até o momento, podemos considerar que essa interação ocorria em âmbitos diversificados, variando também seus agentes. A busca por socialização não estava restrita ao espaço público, como pode sugerir uma primeira impressão, mas como vimos as interações entre família, em espaço privado, também eram intensas entre todos os segmentos. Podemos citar Úrsula como exemplo, ao apontar a figura do pai como propiciador de momentos de socialização entre família: “Papai contava histórias da tradição oral, né? [...] ele gostava muito de contar anedotas. Ele viajava muito, ele ia em Teófilo Otoni. Ele ia chegando, mamãe falava: e aí, quê que aconteceu lá? E ele contava tudo que tinha acontecido.” (Úrsula, entrevista, 2012).

Quando nos referimos a agentes de socialização, buscamos desmistificar a ocorrência de interações de maneira exclusiva entre pessoas presentes no mesmo tempo e espaço. Nesse sentido, apontamos o rádio como agente propiciador de uma forma específica de interação. Em certa medida, essa interação se afasta da noção de socialização que prevê a interação concomitante entre as pessoas, contudo, é inegável a oportunidade de interagir com narrativas diversas por meio desse aparelho. Outra questão a ser considerada é a condição agregadora propiciada pelas audições de rádio, que costumavam ser coletivas. Marilene, por exemplo, aponta as ocasiões de escutar rádio como “um momento social”. O rádio, além de reunir pessoas, transmitia diversos gêneros de narrativas propiciando sua circulação.

A socialização como princípio agregado à contação/audição de narrativas foi apontada por Úrsula como base de humanização. A esse respeito, a entrevistada faz as seguintes considerações:

Então é feito meu amigo falou: mel é ótimo na colherinha, no prato feito ninguém aguenta. Agora, a pessoa deixar de conviver com o outro [...], a médio prazo ou a longo talvez, não to profetizando não, não sou profeta, não tenho essa pretensão; nós podemos passar por um processo de desumanização. Porque nós nos humanizamos na companhia do outro, não é? [...] Já que nós somos o único animal que fala e que se comunica através da fala. [...] Nós vamos ter prejuízo se continuar isso, um que eu acho é a desumanização. Não é desumanidade não, nós vamos perder um pouco da nossa humanidade, no meu entendimento. (Úrsula, entrevista, 2012).

Para Simmel (1985), a interação é um processo social básico, sendo a sociedade constituída por diversas maneiras de interação. No caso que apresentamos, a interação oral feita por meio do contar e ouvir narrativas surge como forma privilegiada de socialização. Mesmo que a socialização não tenha sido apontada de forma explícita como motivador dessas práticas, a observação dos relatos dos entrevistados indica que esse fator possui absoluta relevância na orientação dos momentos reservados para contar e ouvir.

5.2.3 PRESERVAÇÃO DE HISTÓRIAS E MEMÓRIAS ÍNTIMAS

O ato de contar e ouvir narrativas orais pode integrar o cotidiano dos sujeitos contribuindo, até mesmo, na formação de sua própria história de vida. Ouvir narrativas que dizem das origens e trajetórias dos sujeitos é uma forma de construção identitária, bem como a elaboração de discursos sobre si próprios.

Narrativas autobiográficas, por exemplo, oportunizam releituras íntimas e (re)construções da autoimagem. Essa é uma discussão relevante quando se trata de estudos que possuem como fonte relatos coletados sob a perspectiva da história oral. Por mais que se elabore um roteiro de entrevistas, o produto resultante dessa intervenção passa, necessariamente, por um processo de autodefinição de imagens e valores. Assim, embora as questões suscitadas pelo roteiro de entrevistas fossem as mesmas, a forma de abordar os fatos variavam bastante entre os sujeitos, dadas as experiências de vida diversas, mas também em função da forma como cada um se percebe e de como gostaria de ser percebido por seu interlocutor (OLIVEIRA; REGO; AQUINO, 2006).

Ao revisitar experiências de vida, conforme afirma Lechner (2006), é possível criar narrativas sobre si próprio que, mesmo se idealizadas, permitem uma reorganização de desejos e expectativas criados na experiência de falar da própria vida.

Sobre a questão, podemos citar o caso de Vanda. A entrevistada demonstrou bastante desenvoltura ao falar de si, de sua vida desde a infância até os dias atuais. Seguindo uma lógica cronológica de apresentação dos fatos marcantes de sua vida, Vanda forneceu uma autoimagem de si, destacando elementos que ela julgou, no momento da entrevista, interessantes para serem registrados pelo gravador e, logo, integrarem este estudo. Ocorre que por ser uma pessoa pública, por já ter fornecido entrevistas a outros pesquisadores e até mesmo jornalistas, em situações e períodos variados, tivemos acesso a outros documentos¹²⁴ em que Vanda falava de si. Diante desses instrumentos comparativos foi possível perceber uma regularidade e repetição das informações que Vanda oferecia. A história de sua vida lembrava um registro escrito, dada a estabilidade da reprodução.

Bruner e Weisser (1995) afirmam que falar de si próprio costuma ser algo aparentemente simples, contudo, uma autobiografia revela não apenas conteúdos ou acontecimentos relatados por um indivíduo, mas também o *estilo* do relato. Isso significa que a forma de contar tende a se alterar em função das expectativas do interlocutor, ou seja, o “como contar” variaria em função do “para quem se conta”. Dessa forma:

[...] a forma de uma vida é função tanto das convenções de gênero e estilos a que se submete a narração dessa vida, quanto, por assim dizer, daquilo que aconteceu' no seu decorrer. E os pontos decisivos de uma vida não são provocados por fatos, mas por revisões na história que se usa para falar da própria vida e de si mesmo: as mais drásticas revisões são as mudanças de gênero provindas de dentro do ser. Assim, isso me leva a propor que, num certo sentido importante, as “vidas” são textos: textos sujeitos a revisão, exegese, reinterpretação e assim por diante. [...] as vidas *narradas* são vistas pelos que a narram como textos passíveis de interpretação alternativa. (BRUNER; WEISSER, 1995, p. 142. Destaque dos autores).

O processo de tessitura de uma imagem que se deseja como representante de sua história de vida dá ao sujeito que narra sua trajetória a condição de autor e intérprete das narrativas de si mesmo. Essa disjunção de ordem subjetiva cria uma tarefa de interpretação e autocompreensão que transforma o narrador em uma espécie de autor-intérprete de si próprio. Tais considerações mostraram-se evidentes na comparação de autodescrições relativas a Vanda, nos quais é possível perceber atos de criação estruturalmente análogos entre si. Nesse sentido, poderíamos até considerar que o relato autobiográfico não representa o sujeito propriamente dito, mas o produz.

¹²⁴ Destacamos uma obra memorialística sobre a vida de Vanda e de integrantes de seu grupo cultural, além de diversos vídeos disponibilizados no *Youtube*, em que Vanda narra a história de sua vida. (Não relacionaremos a referência da obra e endereço virtual dos vídeos a fim de manter o anonimato da entrevistada).

Conforme tratado no quarto capítulo, narrativas sobre a própria vida foram comuns nos três segmentos de aproximação das culturas do escrito, entretanto, a linearidade e cronologia estruturantes dos discursos são características mais marcantes no terceiro segmento. Foi possível perceber que, sobretudo em sujeitos integrantes do primeiro segmento, ao recordarem suas histórias de vida, costumavam transitar entre presente e passado, narrando episódios ora da infância ora da vida adulta, sem se deterem, necessariamente, à ordem cronológica na descrição de episódios.

Em estudo sobre memória e história oral, Pollak (1992) apresentou resultados instigantes sobre a tessitura de narrativas de história de vida, por meio da análise de relatos de mulheres deportadas para campos de concentração. O autor chegou à identificação de três estilos de narrativas: estilo cronológico, estilo temático e estilo factual. Em relação ao estilo cronológico, foram associadas mulheres com certo grau de escolarização, capazes de pensar suas vidas em termos de duração e continuidade. O estilo temático foi mais incidente em indivíduos com grau elevadíssimo de escolarização, que davam destaque a sua formação acadêmico-profissional e a informações específicas de suas áreas de atuação. Já as associações ao estilo factual se deram com mulheres de baixíssimo nível educacional, em que se construíam relatos absolutamente desordenados – no tempo e no espaço – de sua vida.

Embora apresente essa tipificação de estilos, Pollak esclarece que há uma mistura de estilos em relatos longos, mas que tendem a apresentar predomínio de características determinadas e identificadas na variação exposta.

Outra motivação para contar e ouvir narrativas orais, além das histórias de si, foi a busca pela preservação de histórias de família. Tais narrativas foram também citadas na tipologia apresentada no quarto capítulo desta tese, em especial, por serem relevantes na fala de alguns entrevistados. Nesse aspecto, destacam-se depoimentos de integrantes do terceiro segmento, que indicam intencionalidade em contar e ouvir narrativas orais como forma de transmissão intergeracional de memórias. Note-se que esse tipo de motivação era restrito a membros da família, os entrevistados não indicaram interesse em formas públicas de divulgação de episódios familiares, mas evidenciaram certa necessidade em passar adiante, entre parentes, histórias e experiências relevantes que pudessem propiciar a construção de uma identidade (ou pertencimento) familiar.

O termo “tradição” foi recorrente ao tratar da preservação de memórias familiares: “Era tradição, era uma tradição contar história, contar caso.” (Marilene, entrevista, 2012). Essa é a expressão utilizada por Marilene ao referir-se a práticas familiares de contar histórias íntimas entre si. Nesse e em outros relatos, fica evidenciada a intenção em manter hábitos e lembranças familiares por meio da transmissão de narrativas às novas gerações.

Outro exemplo pode ser verificado na fala de Rogério, que reuniu parte da família em uma viagem a Portugal, país de origem de seus avós, a fim de conhecer detalhes de sua história de vida e resgatar informações ligadas à ascendência da família:

E as histórias da família... Por que que nós fomos pra Portugal comemorar meus oitenta anos? Porque eu nunca conheci meu avô, que veio de Portugal com dez anos de idade e sempre se falou tanto da cidade onde ele nasceu, que eu resolvi levar todos os meus filhos e todos os meus netos, todas as minhas noras e meus genros pra conhecer a cidadezinha onde meu avô nasceu. Que é uma tradição oral, que nem retrato de lá meu avô não tinha. (Rogério, entrevista, 2012).

Rogério relata que, acompanhado dos familiares, se dirigiu à pequena cidade em que os avós e outros antepassados viveram. No local, foram em busca de documentos ligados à família e de um historiador local que pudesse ajudar na recolha de informações mais precisas sobre sua história.

A exemplo de Rogério, Úrsula conta que era (e continua sendo) tradição contar e ouvir narrativas sobre a história da família e ressalta a figura da mãe como principal mantenedora desse costume. A entrevistada esclarece que tais práticas integram o cotidiano de sua casa e destaca que, além dela, o marido Manoel também desenvolveu o hábito de narrar histórias da família: “O Manoel conta também. [...] Conta. Uai, tem que contar, nós temos que saber como que aconteceu, como é que é. Quando começaram as pastelarias em Belo Horizonte todo dia Manoel chegava e contava um caso [...]. A gente era família pequena, né?” (Úrsula, entrevista, 2012).

A intenção de preservar histórias íntimas e de família também pode ser verificada em relatos e obras de Marilene. Além do costume de contar e ouvir narrativas sobre a história da família, desenvolvido ao longo da infância e mantido na vida adulta, Marilene decidiu dedicar-se ao registro dessas memórias. Até o momento, a entrevistada possui publicadas duas obras memorialísticas¹²⁵ que dizem de sua vida em Belo Horizonte e também das lembranças e

¹²⁵ *Colégio Sacré Couer de Marie* e *A cidade que ficou na memória*: São Pedro dos Ferros, década de 40 – Crônicas sobre o muito que ouvi, presenciei e vivi, ambas de Marilene Guzella Martins Lemos. Além dessas, Marilene possui

reminiscências de família em São Pedro dos Ferros, sua cidade natal. Sobre essa obra, indicando páginas específicas, a entrevistada comenta: “Então esse aqui é meio autobiográfico, sabe como é que é? Têm meio casos assim, fotos da cidade... [...] São acervos pessoais da cidade.” (Marilene, entrevista, 2012). Por meio desse depoimento, é possível observar que a família de Marilene já mantinha certo interesse na preservação de memórias, uma vez que possuía uma série de fotos tanto de parentes como de pontos conhecidos da cidade, festividades e cenas do cotidiano.

Além das obras memorialísticas, a entrevistada publicou um livro de contos de fadas¹²⁶ que, segundo informa, apresenta algumas narrativas inspiradas em suas memórias e história de vida que foram convertidas em cenas e personagens do universo maravilhoso. Marilene afirma que ainda possui muitas memórias a serem registradas, que dariam “pra mais uns três ou quatro livros” (Marilene, entrevista, 2012).

De acordo com Bruner e Weisser (1995, p. 153), haveria um gênero familiar orientando narrativas criadas em torno desse círculo, que orientaria “as temáticas, os recursos estilísticos, o léxico, os procedimentos austinianos para se oferecerem justificativas e escusas, e assim por diante”. Os autores acreditam que o discurso de autodescrição da família “relaciona-se não tanto com determinados relatos totais da vida, mas com o relato [...] com critérios implícitos referentes a como tornar os eventos mais compreensíveis em termos de *crônicas* mais amplas” (BRUNER; WEISSER, 1995, p. 153-154. Destaque dos autores).

Tal perspectiva estaria associada a estratégias de transmissão das narrativas sobre a família entre seus membros, evidenciando uma busca de preservação de histórias íntimas. Essa intenção, em certa medida, diz do compartilhamento de experiências de si mesmo e de suas origens. Assim, tornar as narrativas mais compreensíveis a quem as ouve também propiciaria melhores condições de memorização e, logo, de continuidade da transferência dessas informações, permitindo sua sequencialização intergeracional.

Bruner e Weisser (1995, p. 154) afirmam ainda que “logo cedo aprendemos a como inventar nossas vidas para atender a premente necessidade de nos relacionarmos com a família”. Nesse

duas obras, também memorialísticas, sobre a história de Belo Horizonte, ainda no prelo, a saber: *Belo Horizonte nos anos dourados* e *Relembrando os velhos carnavais*.

¹²⁶ *Baús de trocas: novos contos de fadas para ler e contar*. Belo Horizonte: Aletria, 2011.

sentido, falar de si estaria, em certa instância, relacionado à própria necessidade de conhecer e falar da família.

Contudo, o que pudemos observar neste estudo é que essa “necessidade” indicada por Bruner e Weisser possui gradações quando pensada em função dos segmentos de aproximação com as culturas do escrito. Dessa maneira, a formulação de autobiografias (conscientemente estruturadas de acordo com a interlocução) e a elaboração e transmissão de narrativas sobre memórias de família são evidenciadas no segundo e, mais especificamente, no terceiro segmento.

Ao defrontarmos os sujeitos participantes desta pesquisa com um roteiro semidiretivo de entrevistas, voltado à exploração de experiências íntimas, obviamente colhemos de cada um deles, em todos os segmentos, relatos sobre a própria vida e sobre histórias de suas famílias. O ponto que gostaríamos de destacar, no entanto, é que o preparo na apresentação de histórias íntimas, mostrou-se intensificado nos segmentos em que a aproximação com a escrita se fazia mais veemente. A interferência provocada pelo roteiro foi maior nos sujeitos pertencentes ao primeiro segmento, que apresentaram menos desenvoltura na exposição das experiências íntimas. Tal dificuldade foi progressivamente diluída ao longo dos demais segmentos, cujos sujeitos aparentavam possuir um discurso já pré-concebido sobre suas vidas. Além disso, a linearidade e cronologia presente nesses relatos novamente foram evidenciadas, de forma a chegar ao fim da entrevista com a alegação de que nada mais restava a perguntar em relação às indicações do roteiro de entrevistas.

Finalmente, é possível compreender que relatos sobre a vida privada permitem reflexões acerca da formação e transformação de si, de suas origens e das memórias da família, como um todo. Narrativas contadas e ouvidas como forma de preservação de lembranças e histórias íntimas oportunizam uma (re)elaboração identitária de sujeitos autopercepcionados.

Independentemente da intensidade de circulação de narrativas sobre si e sobre a família, observa-se que todos possuem um repertório de narrativas de cunho pessoal. Com ou sem intencionalidade em transmiti-lo às futuras gerações, esse tipo de narrativa esteve presente na fala de todos os entrevistados e ajudaram a compreender que são variadas as relações que os sujeitos apresentam com a própria história.

Alguns gostam de lembrar e contar, outros procuram negar o passado e cenas a ele pertencentes. Ao contrário do que se possa imaginar, falar da própria vida não é tarefa trivial, as formas de lidar com as narrativas de foro íntimo se diferenciam entre os sujeitos com distintas experiências de vida. Mesmo que apresente dificuldade ou necessidade de falar de si e dos seus, o certo é que a formulação e transmissão de narrativas pessoais integram a própria constituição identitária de cada sujeito.

Diante dos apontamentos apresentados é possível perceber que entre espaços públicos e privados, fossem para disciplinar, divertir ou preservar memórias, as narrativas orais pareciam circular de maneira intensa em uma Belo Horizonte já profundamente marcada pela presença do escrito em seu cotidiano.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma cidade marcada pela crescente abrangência e legitimação de culturas do escrito nos serviu de cenário para percebermos que práticas orais de contar e ouvir narrativas continuavam presentes de forma intensa em seu cotidiano. Essa primeira constatação mostra a interdependência entre essas duas dimensões da linguagem, reforçando a tese de que oralidade e cultura escrita somente podem ser abordadas sob uma concepção complementar e não dicotômica.

A divisão dos entrevistados em três segmentos relativos à aproximação das culturas do escrito ajudou a compreender os possíveis sentidos atribuídos às narrativas que eram contadas e ouvidas oralmente. Assim, identificou-se que há variações nas práticas de contar e ouvir narrativas orais em função das relações que estabeleciam com a escrita.

Inicialmente é possível afirmar que, ao contrário da expectativa inicial, percebeu-se que quanto mais elevado o nível de proximidade com a escrita, mais intensas eram as práticas de contar e ouvir narrativas vividas ao longo da vida dos sujeitos, ou seja, mais se ouviam e se contavam narrativas orais. O caso contrário também foi notadamente percebido, sobretudo em integrantes do primeiro segmento, com nível reduzido de apropriação de culturas do escrito. Exemplo disso pode ser verificado em sucessivas afirmações de integrantes desse segmento de não haver tempo para contar e ouvir. Embora com o desenrolar das entrevistas eles tenham conseguido narrar alguns episódios de audições de histórias, evidenciou-se que esse tipo de prática não integrava seus cotidianos de forma semelhante àquela identificada nos segundo e terceiro segmentos.

Alinhavando teoria e empiria, percebe-se mais uma vez que a concepção não dicotômica entre oralidade e escrita se coloca. Goody (2012), por exemplo, afirma que a narrativa e a narratividade estão mais presentes em culturas escritas, sobretudo no caso de histórias longas. No caso deste estudo, observamos que, normalmente, os sujeitos com maior nível de proximidade com a escrita ouviam narrativas frequentemente quando crianças (por via oral, com ou sem suporte escrito) e mantiveram esse hábito de ouvir e, sobretudo de contar, na fase adulta. Diante disso e da consideração de Goody, seria possível admitirmos que a aproximação com culturas do escrito

propicia maior desenvoltura também em práticas orais de circulação de narrativas, pelo menos em um contexto já profundamente marcado pela presença da escrita, como era o caso de Belo Horizonte no período estudado.

Do ponto de vista da estruturação das narrativas orais, sobretudo dos depoimentos orientados pela história oral, e embasados pelos estudos de Pollak (1992), podemos afirmar que sujeitos com níveis reduzidos de habilidades e emprego das culturas do escrito não costumam seguir ordem cronológica precisa e pensamento mais calculado na organização de ideias, dado inversamente observado em níveis mais elevados de proximidade com o escrito.

Utilizando-nos da identificação dos estilos de narrativas de Pollak (1992) foi possível chegar à constatação de que há variações na forma estrutural dos discursos dos entrevistados em função de suas habilidades relativas às culturas do escrito.

Assim, no estilo factual, em que o autor observou a inserção de sujeitos com baixíssimo nível de instrução, foi possível identificar características bastante recorrentes nas entrevistadas de nosso primeiro segmento, com reduzido nível de proximidade com a escrita. São marcas desse estilo o desordenamento cronológico dos relatos, bem como a mistura de temas abordados que, aparentemente, não estavam em sequência linear de acontecimento. Dessa forma, evidenciou-se nos relatos dessas entrevistadas menções à infância entrecortadas por relatos do presente, da vida dos filhos e netos, que novamente davam lugar a relatos da vida sofrida de criança. A motivação das lembranças parecia estimulada por fatos marcantes de suas trajetórias, sem grandes preocupações em atender ao roteiro de entrevistas que, por sua vez, guardava uma sistemática linear e cronológica.

Com relação ao estilo cronológico, relativo a um grau um pouco mais elevado de instrução, pudemos fazer associações com nosso segundo segmento, ou seja, médio nível de proximidade com a escrita. Nos sujeitos pertencentes a esse segmento foi identificada maior noção de tempo e espaço, de forma que conseguiam pensar em suas histórias de vida em termos de duração, evidenciando noção de início e fim. Exemplo dessa forma de se posicionar foi apresentado por Vanda, ao expor um discurso bem estruturado e linear de toda sua trajetória.

Quanto ao estilo temático, encontramos discursos orientados pela atuação acadêmico-profissional. Esse estilo foi identificado, nos estudos de Pollak (1992), em sujeitos com elevadíssimo grau de instrução e, no caso de nosso estudo, estabelecemos um paralelo com integrantes do terceiro segmento, com elevado nível de proximidade com a escrita. O que se destaca nesse estilo é, sobretudo, o discurso pautado em dados específicos de suas áreas de atuação, que pôde ser observado marcadamente na fala de três dos quatro integrantes do terceiro segmento. Embora não tenha sido mencionado por Pollak em seu estudo já citado, identificamos forte apelo cronológico nos membros desse segmento, que dispunham de discursos bem articulados no tempo e no espaço em relação ao encadeamento dos fatos narrados.

Verificamos, assim, que existem variações entre a relação dos sujeitos de diferentes níveis de apropriação das culturas do escrito e suas práticas de contar e ouvir narrativas orais, aspecto que merece maior aprofundamento e não foi devidamente explorado na tese.

Com relação às narrativas orais que costumavam circular em Belo Horizonte, entre as décadas de 1930 e 1960, foi identificada considerável variação de enredos. A tipologia que aqui apresentamos busca evidenciar que a contação/audição de narrativas orais nem sempre é ficcional, como se pode imaginar em um primeiro momento. Somam-se ao repertório empírico, além dessas, narrativas pessoais, narrativas do cotidiano, narrativas políticas, entre outras. Tal variação tipológica reforça o argumento de que práticas de contar e ouvir histórias envolvidas na circulação de narrativas eram intensas no período em questão.

Quanto aos contadores e ouvintes, o estudo ajudou a compreender que a circulação de narrativas orais assumiu configurações específicas que se afastam da imagem do narrador tradicional, dos contos de fadas, do fogão a lenha ou do serão noturno, ao conjugar esses elementos a veículos da época, como a escola e o rádio. Embora narradores tradicionais, conforme identificação de Benjamin (2012), como os tropeiros e os velhos, tenham integrado os relatos dos entrevistados, foram apontadas figuras como a da professora e, notadamente, da família e do rádio, como propagadores do costume de contar e ouvir causos e histórias.

As razões que motivavam as sessões de histórias também eram diversificadas. As narrativas contadas eram vistas, sobretudo, como um modo de educar as crianças. Assim, o aspecto disciplinar se impunha a vários episódios de contação de histórias. Nesse ponto, destaca-se o

elemento emocional medo como aliado na intenção pragmática por trás dos serões. A socialização e entretenimento entre os adultos também compôs de forma marcante os depoimentos, evidenciando o caráter de interação social presente nas práticas de contar e ouvir histórias. Finalmente, o interesse em preservar memórias e histórias pessoais, tanto de si, quanto da família, integraram as principais motivações para práticas de circulação de narrativas.

Com relação aos tempos e espaços, nota-se maior incidência de contações/audições no período noturno, que se intercala à rotina diurna de trabalho. Sobre os espaços destinados a contar e ouvir, fica evidenciada a predileção pela casa como lugar privado de circulação de narrativas. O espaço público, por sua vez, mostrou-se mais variado, abarcando além das ruas, alguns pontos famosos da capital no período, como a Praça Sete, o Mercado Central e o Parque Municipal. Chama a atenção, nos espaços públicos, a questão segregatória que fazia parte do cotidiano da cidade. De forma geral, os espaços frequentados por pessoas de classes sociais distintas costumavam ser segregados por horários. Em outros casos, ocorria uma nítida separação do próprio local, como o Minas Tênis Clube, que apenas era frequentado pela elite belorizontina.

Cabe, ainda, refletir sobre a dimensão educativa presente na circulação de narrativas orais em Belo Horizonte. Ao propormos analisar as práticas de contar e ouvir histórias como instâncias educativas, buscamos destacar uma faceta da área da Educação ainda pouco explorada, a educação informal. Essa noção fundamenta-se em uma concepção ampliada de ensino, que se localiza fora de instituições formais ou não formais¹²⁷ de instrução, ou seja, extrapolam o âmbito da escola e da família.

Ao apresentar variada tipologia de narrativas que circulavam em Belo Horizonte entre as décadas de 1930 e 1960, bem como uma diversidade de agentes disseminadores e locais de circulação, nos abrimos para a compreensão de que práticas educativas podem ocorrer em diversos contextos e âmbitos da existência individual e coletiva dos sujeitos. Ao contar uma história, mesmo que sem intencionalidade de disciplinar ou moralizar, conhecimentos e saberes são transmitidos. Há uma apropriação dessas informações e suas cadeias de significados que passam do contador para o ouvinte.

¹²⁷ Para mais esclarecimentos sobre instituições formais e não formais de ensino, ver Libâneo (2010).

Trabalhamos aqui com a História Oral que se ampara na memória dos sujeitos para que as informações desejadas sejam trazidas à tona. As narrativas que apresentamos, bem como os juízos de valor a elas agregados, marcaram necessariamente a memória dos entrevistados, que as ouviram de um terceiro e, em muitos casos, continuaram a repassá-las. Essa é uma forma de educar, em contexto informal, que nos leva a considerar as práticas de contar e ouvir narrativas orais como instâncias educativas valorosas.

Entendemos que tais práticas possam ocorrer de forma difusa e dispersa, mas que, ainda assim, sua dimensão educativa continue posta. Isso por se considerar que ocorrem processos de aquisição de saberes e modos de ação, mesmo que não haja intencionalidade ou institucionalização.

Sobre a questão da circulação das narrativas orais, o estudo apontou que o movimento de transmissão era propiciado por veículos orais, como o boca a boca e os serões, em que as pessoas se reuniam para contar e ouvir histórias e causos, além de audições orientadas pelo rádio. Havia, ainda, veículos escritos que influenciavam a circulação das narrativas, como jornais, livros e revistas.

Contudo, gostaríamos de chamar a atenção para outra perspectiva identificada durante o levantamento de fontes deste estudo. Por se tratar de causos e histórias que integravam o cotidiano da cidade, seria possível atribuir-lhes a adjetivação “locais”, por se estimar que fossem originárias ou pertencentes àquela localidade específica. Ao abordarmos, por exemplo, lendas urbanas de Belo Horizonte, poderíamos imaginar que figuras como a Loira do Bonfim, moça fantasma referenciada em todos os depoimentos, seria uma exclusividade da capital mineira. Ocorre que diversas são as versões de mulheres vestidas de branco que costumam pedir carona a homens desprevenidos, não apenas em Belo Horizonte, mas em diversas outras cidades e países. Podemos aqui exemplificar com as variadas versões sobre a *Loira da Kadoc* ou *Fantasma que pede boleia*, bastante populares em muitas regiões de Portugal.

O que desejamos é abrir uma discussão que, evidentemente, não se esgotará nessas poucas palavras, sobre o aparente caráter regional dessas histórias e a potencialidade de circulação das narrativas orais. Enredos que parecem pertencentes ao repertório regional de Belo Horizonte podem integrar uma complexa rede de circulação de narrativas, que não apresentam grandes

modificações, tanto do ponto de vista temático, como do ponto de vista estrutural, e ainda assim são contadas e integram o repertório de outras culturas. No caso das narrativas do maravilhoso e das narrativas baseadas em clássicos da literatura escrita, essa constatação torna-se ainda mais evidente. Contudo, gostaríamos de salientar que mesmo aquelas narrativas que aparentemente possuem elementos locais, poderiam ser facilmente identificadas em versões variadas de localidades diversas. Embora reflexões sobre sentidos e formas de produção e circulação de narrativas orais tenham sido despertadas por este estudo, temos clareza de que se trata de um tema amplo, impossível de ser esgotado nessas breves considerações. Assim, o intento de mencioná-lo é também deixar em aberto novas possibilidades de pesquisa.

Além dessa proposta, este trabalho suscitou a necessidade de se explorar de forma mais detida a questão da memória, individual e coletiva, que inevitavelmente se coloca quando a História Oral é chamada a integrar a metodologia de uma pesquisa. Alguns trechos das entrevistas recolhidas, bem como leituras correlacionadas ao tema, atuaram como um sedutor convite de exploração dessas questões que, entretanto, encontrou no tempo de execução final do trabalho uma barreira. Dessa forma, a exemplo das possibilidades de investigação promovidas pela circulação das narrativas orais, apontamos os estudos sobre a memória e as possíveis transições entre tempo presente e tempo passado como proposta para futuras investigações.

REFERÊNCIAS

1 FONTES

1.1 MEMÓRIAS

As memórias utilizadas neste estudo procedem de entrevistas gravadas e transcritas segundo roteiro direcionador (APÊNDICE A). Empregaram-se também dados memorialísticos retirados da obra LEMOS, Marilene Guzella Martins. *Colégio Sacré Couer de Marie*. Coleção BH. A cidade de cada um. V. 15. Belo Horizonte: Conceito, 2009. Utilizaram-se, ainda, informações extraídas de anotações em caderno de campo produzido durante as entrevistas mencionadas.

1.2 JORNAIS E REVISTAS

AMORIM, Oswaldo. Os tipos populares desapareceram quando os arranha-céus começaram. *Diário de Minas*. Belo Horizonte, 14 fev. 1958.

MELO, Bianca. Dono de lendas e muito dinheiro. *Estado de Minas*. Belo Horizonte, 18 nov. 2008.

REVISTA Bello Horizonte, n. 3, set./1933.

REVISTA Bello Horizonte, n. 4, set./1933.

REVISTA Bello Horizonte, n. 5, set./1933.

REVISTA Bello Horizonte, n. 6, set./1933.

REVISTA Bello Horizonte, n. 7, out./1933.

REVISTA Bello Horizonte, n. 8, out./1933.

REVISTA Bello Horizonte, n. 9, out./1933.

REVISTA Bello Horizonte, n. 10, out./1933.

REVISTA Bello Horizonte, n. 11, nov./1933.

REVISTA Bello Horizonte, n. 12, nov./1933.
REVISTA Bello Horizonte, n. 13, nov./1933.
REVISTA Bello Horizonte, n. 14, nov./1933.
REVISTA Bello Horizonte, n. 15, dez./1933.
REVISTA Bello Horizonte, n. 16, dez./1933.
REVISTA Bello Horizonte, n. 17, dez./1933.
REVISTA Bello Horizonte, n. 18, jan./1934.
REVISTA Bello Horizonte, n. 19, fev./1934.
REVISTA Bello Horizonte, n. 20, fev./1934.
REVISTA Bello Horizonte, n. 67, s/d.
REVISTA Bello Horizonte, n. 72, out./1936.
REVISTA Bello Horizonte, n. 73, out./1936.
REVISTA Bello Horizonte, n. 77, jan./1937.
REVISTA Bello Horizonte, n. 81, maio/1937.
REVISTA Bello Horizonte, n. 82, jun./1937.
REVISTA Bello Horizonte, n. 85, ago./1937.
REVISTA Bello Horizonte, n. 87, nov./1937.
REVISTA Bello Horizonte, n. 100, jan./1939.
REVISTA Bello Horizonte, n. 101, fev./1939.
REVISTA Bello Horizonte, n. 102, mar./1939.
REVISTA Bello Horizonte, n. 103, abr./1939.
REVISTA Bello Horizonte, n. 104, maio/1939.
REVISTA Bello Horizonte, n. 107, set./1939.
REVISTA Bello Horizonte, n. 111, jan./1940.
REVISTA Bello Horizonte, n. 114, abr./1940.

REVISTA Bello Horizonte, n. 115, maio/1940.

REVISTA Bello Horizonte, n. 116, maio/1940.

REVISTA Bello Horizonte, n. 117, jun./1940.

REVISTA Bello Horizonte, n. 118, jul./1940.

REVISTA Bello Horizonte, n. 119, ago./1940.

REVISTA Bello Horizonte, n. 120, set./1940.

REVISTA Bello Horizonte, n. 122, nov./1940.

REVISTA Bello Horizonte, n. 148, jan./1943.

REVISTA Bello Horizonte, n. 160, jan./1944.

REVISTA Bello Horizonte, n. 166, jul./1944.

REVISTA Bello Horizonte, n. 167, set./1944.

REVISTA Bello Horizonte, n. 179, jan./1945.

REVISTA Bello Horizonte, n. 188, dez./1947.

1.3 SINOPSES E ANUÁRIOS ESTATÍSTICOS

BARRETO, Abílio *et al.* *Anuário de Belo Horizonte*. (Impresso danificado – não apresenta informações sobre local e ano de publicação e sobre editoração). Belo Horizonte, 1952.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *Anuário Estatístico de Minas Gerais*. 1950. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 27 jun. 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *Anuário Estatístico de Minas Gerais*. 1952. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 27 jun. 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *Anuário Estatístico do Brasil*. 1939-40. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 27 jun. 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *Anuário Estatístico do Brasil*. 1950. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 27 jun. 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *Anuário Estatístico do Brasil*. 1960. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 27 jun. 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *Anuário Estatístico do Brasil*. 1970. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 27 jun. 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *Aspectos Estatísticos de Minas Gerais*. Belo Horizonte, 1943. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 27 jun. 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros: Separata*. Volume XXIV. Planejamento e orientação de Jurandyr Pires Ferreira. Rio de Janeiro, 1958.

MINAS GERAIS. *Anuário de Belo Horizonte*. Ano 1, Número 1. (Impresso danificado – não apresenta informações sobre autoria e editoração). Belo Horizonte, 1952.

MINAS GERAIS. *Anuário de Belo Horizonte*. Ano 2, Número 2. Colaboração de Abílio Barreto et al. Belo Horizonte, 1953.

MINAS GERAIS. Instituto Nacional de Estatística. *Anuário Estatístico de Belo Horizonte: 1928-1934*. Belo Horizonte, 1935.

MINAS GERAIS. Instituto Nacional de Estatística: Serviço de Estatística Geral – Secretaria da Agricultura, Indústria, Comércio e Trabalho. *Anuário Estatístico de Belo Horizonte: --- 1937*. Belo Horizonte, 1937.

MINAS GERAIS. Secretaria da Agricultura: Serviço de Estatística Geral. *Synópse Estatística do Município de Bello Horizonte: 1928-1934*. Organização geral de Hildebrando Clark. Belo Horizonte, 1935.

1.4 CENSOS DEMOGRÁFICOS

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *Censo demográfico: Estado de Minas Gerais. Recenseamento Geral*. 1950. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 27 jun. 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *Censo demográfico: Estado de Minas Gerais. Recenseamento Geral*. 1960. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 27 jun. 2012.

1.5 DECRETOS

MINAS GERAIS. *Decreto n. 165*. Capítulo XXXI – Da divisão da cidade em zonas. Art. 449. Belo Horizonte, 1º set. 1933.

MINAS GERAIS. *Decreto n. 803*. Ouro Preto, 11 jan. 1895.

1.6. FOTOGRAFIAS E IMAGENS

- Revolução de 1930:

GAMA, Lélia Vidal Gomes. *Elvira Komel: uma estrela riscou o céu*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1987.

Fotografias disponibilizadas pelo Museu Histórico Abílio Barreto.

- Belo Horizonte – Décadas de 1930 a 1960

Fotografias disponibilizadas pelo Arquivo Público de Belo Horizonte.

Fotografias disponibilizadas pelo Arquivo Público Mineiro.

Fotografias disponibilizadas pelo Museu Histórico Abílio Barreto.

MINAS GERAIS. Instituto Nacional de Estatística. *Anuário Estatístico de Belo Horizonte: 1928-1934*. Belo Horizonte, 1935.

MINAS GERAIS. Instituto Nacional de Estatística: Serviço de Estatística Geral – Secretaria da Agricultura, Indústria, Comércio e Trabalho. *Anuário Estatístico de Belo Horizonte: --- 1937*. Belo Horizonte, 1937.

MINAS GERAIS. Secretaria da Agricultura: Serviço de Estatística Geral. *Synópse Estatística do Município de Belo Horizonte: 1928-1934*. Organização geral de Hildebrando Clark. Belo Horizonte, 1935.

1.7 OBRAS LITERÁRIAS

ANJOS, Ciro. *O Amanuense Belmiro*. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 1949.

COUTO, Mia. *O Outro Pé da Sereia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

DRUMMOND, Roberto. *Hilda Furacão*. 4. ed. São Paulo: Siciliano, 1991.

ECO, Umberto. *Baudolino*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SABINO, Fernando. *O grande mentecapto*: Relato de aventuras e desventuras de Viramundo e de suas inenarráveis peregrinações. 59. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SUASSUNA, Ariano. *Auto da compadecida*. 12. ed. Rio de Janeiro: Agir, 1976.

1.8 OUTRAS FONTES

ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO, Planta geral da Cidade de Minas. Título original: Estado de Minas Geraes. Planta Geral da Cidade de Minas organizada sobre a planta geodésica, topographica e cadastral do Bello Horisonte, pela Comissão Constructora da Nova Capital sob a direcção do Engenheiro Civil Aarão Reis, e aprovada pelo Decreto nº 817 de 15 de abril de 1895. Coleção de Documentos Cartográficos do Arquivo Público Mineiro – APM.

BARRETO, Abílio. Notas cronológicas – fichas manuscritas contendo registros da Revolução de 1930, em Belo Horizonte. Belo Horizonte, 1930. Disponibilizadas pelo Museu Histórico Abílio Barreto.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Enciclopédia dos Municípios Brasileiros: Belo Horizonte. Separata do XXIV volume. Rio de Janeiro, 1957.

INSTITUTO CULTURAL AMILCAR MARTINS. Catálogo: Coleção Mineiriana do Instituto Cultural Amilcar Martins. Disponível em: <<http://www.icam.org.br>>. Acesso em 23 dez. 2011.

2 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABDALA, Mônica Chaves. *Receita de mineiridade*: a cozinha e a construção da imagem do mineiro. Uberlândia: EDUFU, 2007.

ALBERTI, Verena. Histórias dentro da História. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2008.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval M. de. *A invenção do nordeste e outras artes*. 3. ed. Recife: Massangana; São Paulo: Cortez, 2006.

ALCÂNTARA, Flávia; MARTINS, Aracy Alves; BELMIRO, Célia Abicalil. *Um clássico in versões*: representações de infância em textos verbais e imagens de Chapeuzinho Vermelho. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação, 2009.

- ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith; GEWANDSZNAJDER, Fernando. *O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004.
- ANDRADE, Carlos Drummond. Kodack. *Minas Gerais*, p. 8, 23 abr. 1930.
- ANDRADE, Luciana Teixeira de; TEIXEIRA, Alexandre Eustáquio. A territorialidade da prostituição em Belo Horizonte. *Cadernos MetrÓpole*, n. 11, p. 137-157, 2004.
- ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. *Mitologia da mineiridade: o imaginário mineiro na vida política e cultural do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1999.
- AZEVEDO, Ricardo. *Literatura infantil: origens, visões da infância e certos traços populares*. Revista Presença Pedagógica, Belo Horizonte: Dimensão. Nº 27 - mai/ jun, 1999.
- BACZKO, Bronislaw. Imaginação social. In: *Enciclopédia Einaudi. Vol.5. Anthropos - Homem*. Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 1984. p. 296-332.
- BAHIA, Cláudio Lister Marques. *Metamorfoses da metrópole*. Revista do Arquivo Público Mineiro. Ano XLIII, n. 2, jul-dez, 2007.
- BAKHTIN, Mikhail. *Problemas da poética de Dostoiévski*. Trad. Paulo Bezerra. Rio de Janeiro: Forense, 1981.
- BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1995.
- BAKHTIN, Mikhail. Os gêneros do discurso. In: _____. *Estética da Criação Verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 2003. p. 261-306.
- BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. 4. ed. Lisboa: Edições 70, 2009.
- BARRAL, Gilberto Luiz Lima. *Nos bares da cidade: lazer e sociabilidade em Brasília*. Tese (Doutorado em Sociologia), Brasília: Universidade de Brasília, 2012.
- BARRETO, Abílio. *Belo Horizonte: memória histórica e descritiva: história antiga e história média*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1995.
- BARRETO, Abílio. *Resumo histórico de Belo Horizonte (1701-1947)*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1950.
- BARROCA, Alberto. *O dia de Minas: conceito de mineiridade*. Belo Horizonte: [s.n.], 1990.
- BARROS, José Luiz de Vasconcelos. *O enigma da mineiridade: Característica antropológica ou mera suposição?* Porto Alegre: Editora dos autores médicos, 1999.
- BARTHES, Roland. *A estrutura dos fait divers*. Essais critiques. Paris: Seuil, 1964, disponível em: <<http://www.eca.usp.br/jorlingrad/estrutura%20barthes.doc>>. Acesso em: 20 maio 2013.

- BARTHES, Roland. *Análise estrutural da narrativa: pesquisas semiológicas*. Petrópolis: Vozes, 1971.
- BEDRAN, Beatriz Martini. *Ancestralidade e contemporaneidade das narrativas orais: a arte de cantar e contar histórias*. Dissertação (Mestrado em Ciência da Arte), Universidade Federal Fluminense, 2010.
- BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. 8. ed. *Obras escolhidas* – vol. 1. São Paulo: Brasiliense, 2012.
- BEZERRA, Sandra Nancy Ramos Freire. *Oralidade, memória e tradição nas narrativas de assombrações na região do Cariri*. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2011. (Dissertação de Mestrado em História Social).
- BORTOLUSSI, Marisa. *Análisis teórico del cuento infantil*. Madrid, Alhambra, 1985.
- BOSI, Ecléa. *Lembranças de Velhos*. 2a. ed. São Paulo: Queroz Editor Ltda: Editora da Universidade de São Paulo, 1987.
- BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- BOSI, Ecléa. *O tempo vivo da memória: ensaios de Psicologia Social*. São Paulo: Ateliê, 2003.
- BOURDIEU, P. *A miséria do mundo*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- BOURDIEU, P. Os três estados do capital cultural. In: BOURDIEU, P. *Escritos de Educação*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- BRAGANÇA, Jose Lopes. *Crônicas das revoluções de 30 e 32: José Lopes Bragança (General)*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1994.
- BRITO, Fausto; SOUZA, Joseane. Expansão urbana nas grandes metrópoles: o significado das migrações intrametropolitanas e da mobilidade pendular na reprodução da pobreza. *São Paulo em Perspectiva*, v. 19, n. 4, p. 48-63, out./dez. 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/spp/v19n4/v19n4a03.pdf>>. Acesso em: 20 mar. 2013.
- BRUNER, Jerome; WEISSER, Susan. A invenção do ser: a autobiografia e suas formas. In: OLSON, David R.; TORRANCE, Nancy. *Cultura escrita e oralidade*. São Paulo: Ática, 1995.
- CALABRI, Lia. *A era do rádio*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.
- CALVINO, Ítalo; MOULIN, Nilson. *Por que ler os clássicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- CÂNDIDO, Antônio. *A Revolução de 1930 e a cultura*. São Paulo: Cebrap, 1984.
- CASCUDO, Luís da Câmara. *Antologia do Folclore Brasileiro*.

CASCUDO, Luís da Câmara. *Dicionário do folclore brasileiro*. 6. ed. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Universidade de São Paulo, 1988.

CASCUDO, Luís da Câmara. *Literatura oral no Brasil*. 6. ed. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Universidade de São Paulo, 1984.

CASCUDO, Luís da Câmara. *Geografia dos mitos brasileiros*. 2. ed. São Paulo: Global, 2002.

CASASANTA, Lúcia Monteiro. *As mais belas histórias: comunicação e expressão*. v.2 e 3. Belo Horizonte: Editora do Brasil, 1985.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CHARTIER, Roger. *Os desafios da escrita*. São Paulo: UNESP, 2002.

CHAVES, Glenda Rose Gonçalves. *A radionovela no Brasil: um estudo de Odette Machado Alamy (1913-1999)*. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2002. (Dissertação de mestrado em Estudos Literários).

COELHO, Nelly Novaes. *Literatura infantil: Teoria, análise, didática*. São Paulo: Moderna, 2000.

DARNTON, Robert. *O grande massacre de gatos e outros episódios da histórica cultura francesa*. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

D'ÁVILA, Flávia Ruchdeschel; BARJA, Paulo Roxo. O universo numa casca de laranja: a história da Moura Torta. In: XII Encontro Latino Americano de Iniciação Científica e VIII Encontro Latino Americano de Pós-Graduação, 2008, São José dos Campos. *Anais...* São Paulo: Universidade do Vale do Paraíba, 2008. Disponível em: <http://www.inicepg.univap.br/cd/INIC_2008/anais/arquivosEPG/EPG01342_01_A.pdf>. Acesso em: 26 jun. 2014.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *História oral: memória, tempo, identidades*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

DELUMEAU, Jean. *História do medo no ocidente 1300 – 1800: uma cidade sitiada*. São Paulo, Companhia das Letras, 2009.

DEVOS, Rafael Victorino. *Uma “ilha assombrada” na cidade: estudo etnográfico sobre cotidiano e memória coletiva a partir das narrativas de antigos moradores da Ilha Grande dos Marinheiros, Porto Alegre*. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social e Institucional). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.

DIAS, Fernando Correia. *Mineiridade*. Belo Horizonte: Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa, 1986.

- DUARTE, Regina Horta. *À sombra dos ficus: cidade e natureza em Belo Horizonte*. Revista Ambiente & Sociedade. Campinas v. X, n. 2, p. 25-44, jul.-dez. 2007.
- DUTRA, Eliana Regina de Freitas; SILVEIRA, Anny Jackeline Torres. *BH: horizontes históricos*. Belo Horizonte: C/Arte, 1996.
- ESCARPIT, Denise. *La literatura infantil y juvenil en Europa*. Trad. Diana Flores, México, Fondo de Cultura Económica, 1981.
- ESTADO de Minas. *7 Décadas: a história e a vida de Minas em retrato*. Belo Horizonte: Estado de Minas, (19-).
- FAIRCLOUGH, Norman. *Discurso e mudança social*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.
- FANTINI, Marli. *Guimarães Rosa: fronteiras, margens, passagens*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.
- FARIA, Antônio Augusto; BARROS, Edgard Luiz de. *Getúlio Vargas e sua época*. 8. ed. São Paulo: Global, 1997.
- FILGUEIRAS, Beatriz Silveira Castro. *Do mercado popular ao espaço de vitalidade: o Mercado Central de Belo Horizonte*. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.
- FIX, M. *Parceiros da exclusão*. São Paulo: Boitempo, 2001.
- FLICK, Uwe. *Introdução à pesquisa qualitativa*. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 1996.
- FRANCHI, Eglê Pontes. *Pedagogia da alfabetização: da oralidade à escrita*. São Paulo: Cortez, 1995.
- FREITAS, Cláudia Avellar. *Imagens faladas: estudo da dinâmica discursiva, uso e interpretação de imagens em aulas de biologia*. Faculdade de Educação/UFMG, 2002. (Dissertação de Mestrado em Educação).
- FREYRE, Gilberto. *Problemas brasileiros de antropologia*. 4. ed. Rio de Janeiro: José Olympio Editora; Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1973.
- FREYRE, Gilberto. *Sobrados e mucambos: introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil*. Rio de Janeiro: Record, 1996.
- GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. *Ler/ouvri folhetos de cordel em Pernambuco (1930-1950)*. Tese (Doutorado em Educação). Belo Horizonte: Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, 2000.

GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. *Oralidade, memória e mediação do outro: práticas de letramento entre sujeitos com baixos níveis de escolarização – o caso do cordel (1930-1950)*. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 23, n.81, p.115-142, dez. 2002.

GALVÃO, Ana Maria de Oliveira; BATISTA, Antônio Augusto Gomes. *Oralidade e escrita: uma revisão*. *Cadernos de Pesquisa*, v, 36, n.128, p.403-432, maio/ago. 2006.

GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. *Oralidade, memória e narrativa: elementos para a construção de uma história da cultura escrita*. In: GALVÃO, Ana Maria de Oliveira; SOUZA, Maria José Francisco; MELO, Juliana Ferreira de; RESENDE, Patrícia Cappuccio de (orgs.). *História da cultura escrita: séculos XIX e XX*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007, p.9-46.

GALVÃO, Ana Maria de Oliveira, BATISTA, Antônio Augusto Gomes. *Oralidade e escrita: uma revisão*. *Cad. Pesqui.* [online]. 2006, vol.36, n.128, p. 403-432. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/v36n128/v36n128a07.pdf>>. Acesso em: 13 abr. 2009.

GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. *A construção de modos de participação nas culturas do escrito por novos letrados: instâncias, objetos e sujeitos*. 2010. 37 f. Projeto de pesquisa submetido ao CNPq. (Bolsa de Produtividade em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010a.

GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. *História das culturas do escrito: tendências e possibilidades de pesquisa*. In: MARINHO, Marildes, CARVALHO, Gilcinei (orgs.). *Cultura escrita e letramento*. Belo Horizonte: Autêntica, 2010b.

GALVÃO, Ana Maria de Oliveira *et al.*. *Histórias de meninas: meninas de sinhá*. 1. ed. Belo Horizonte, MG: Duo Editorial, 2010c.

GAMA, Lúcia Helena. *Nos bares da vida: produção cultural e sociabilidade em São Paulo-1940-1950*. São Paulo: SENAC, 1998.

GARRIDO, Joan del Alcàzar I. *As fontes orais na pesquisa histórica: uma contribuição ao debate*. In: *Revista brasileira de história*, São Paulo, ANPUH/Marco Zero, v. 13, n. 25/26, set. 92/ago. 93.

GERALDI, João Wanderley. *Culturas orais em sociedades letradas*. *Educação e Sociedade* [online]. 2000, vol.21, n.73, p. 100-108. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v21n73/4209.pdf>>. Acesso em: 13 abr. 2009.

GLÓRIA, Dília Maria Andrade. *A "escola dos que passam sem saber": a prática da não-retenção escolar na narrativa de alunos e familiares*. *Rev. Bras. Educ.*, n. 22, p.61-76, abr. 2003.

GOODY, Jack; WATT, Ian. *As consequências do letramento*. Tradução Waldemar Ferreira Netto. São Paulo: Paulistana, 2006.

GOODY, Jacky. *Da oralidade à escrita – Reflexões antropológicas sobre o ato de narrar*. In: *Romance, 1: A cultura do romance*. MORETTI, Franco (org.). São Paulo: Cosac Naify, 2009.

GOODY, Jack. *O Mito, o Ritual e o Oral*. Petrópolis: Vozes, 2012.

GOULART, Cecília. Letramento e modos de ser letrado: discutindo a base teórico-metodológica de um estudo. *Rev. Bras. Educ.*, v. 11, n. 33, p. 450-460, 2006.

GRAFF, Harvey J. *Os labirintos da alfabetização: reflexões sobre o passado e o presente da alfabetização*. Tradução Tirza Myga Garcia. Porto Alegre: Artes Medicas, 1995.

GUIMARÃES, Berenice Martins; VALLADARES, Lícia do Prado. *Cafuas, barracos e barracões: Belo Horizonte, cidade planejada*. Tese (doutorado) - Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 1991.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006.

HANKE, Michael. *Narrativas orais: formas e funções*. Revista Contracampo, Vol. 9, n. 0, 2003.

HARTMANN, Luciana. Performance e experiência nas narrativas orais da fronteira entre Argentina, Brasil e Uruguai. *Rev. Horiz. antropol.* 2005, v. 11, n. 24, p. 125-153.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira*. Brasília: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, 2010.

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *Mapa do analfabetismo no Brasil*. Brasília: MEC/INEP, 2003.

JULIÃO, Leticia. *Belo Horizonte: itinerários da cidade moderna (1891-1920)*. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 1992.

JÚNIOR, Gonçalo. *A guerra dos gibis: a formação do mercado editorial brasileiro e a censura aos quadrinhos, 1933-1964*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004

KLÖCKNER, Luciano; PRATA, Prata (orgs.). *História da mídia sonora: experiências, memórias e afetos de norte a sul do Brasil*. – Porto Alegre : EDIPUCRS, 2009. [recurso eletrônico]. Disponível em: <<http://www.pucrs.br/edipucrs/midiasonora.pdf#page=52>>. Acessado em: 29 ago. 2011.

KNAUSS, Paulo. A cidade como sentimento: história e memória de um acontecimento na sociedade contemporânea: o incêndio do Gran Circus Norte-Americano em Niterói, 1961. *Revista Brasileira de História*, n. 27, v. 53, p. 25-54, 2007.

LAGO, Mário. *Bagaço de Beira-estrada*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

LATERZA FILHO, Moacyr. A plausibilidade dos fantasmas. *Revista Em tese*. Belo Horizonte, v. 2, dez. de 1998.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2003.

LECHNER, Elsa. Narrativas autobiográficas e transformação de si: devir identitário em ação. In: SOUZA, Elizeu Clementino de; ABRAHÃO, Maria Helena Menna Barreto. *Tempos, narrativas e ficções: a invenção de si*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2006.

LEMOS, Marilene Guzella Martins Lemos. *Colégio Sacré Couer de Marie*. Coleção BH. A cidade de cada um. vol. 15. Belo Horizonte: Conceito, 2009.

LEMOS, Marilene Guzella Martins. *A cidade que ficou na memória: São Pedro dos Ferros, década de 40: Crônicas sobre o muito que ouvi, presenciei e vivi*. Belo Horizonte: Aletria, 2011.

LIBÂNEO, José Carlos. *Democratização da escola pública: a pedagogia crítico-social dos conteúdos*. 14. ed. São Paulo: Loyola, 1996.

LIBÂNEO, José Carlos. *Pedagogia e pedagogos, para quê?* 3. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

LOPES, Eliane Marta Teixeira; BICALHO, Marly Gonçalves. *Colégios religiosos femininos e masculinos em Minas Gerais: Um mapeamento ainda provisório*. Educação em Revista, Belo Horizonte (17): 47-55, jun. 1993.

LUCA, Tania Regina. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes históricas*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2010.

LUCENA, Martha; GOUTHIER, Juliana. *Belo Horizonte: de Curral Del Rey a capital centenária*. São Paulo: FTD, 1996.

MACIEL, Francisca Izabel Pereira. *Livraria Francisco Alves em Minas Gerais*. I Seminário Brasileiro sobre Livro e História Editorial. Rio de Janeiro, 2004. Disponível em: <<http://ww.livroehistoriaeditorial.pro.br/pdf/franciscamaciel.pdf>>. Acesso em: 14 maio 2014.

MAINGUENEAU, Dominique. Discurso, Enunciado e Texto. In: _____. *Análise de textos de Comunicação*. São Paulo: Cortez, 2001. p.51-57.

MAINGUENEAU, Dominique; POSSENTI, Sírio *Gênese dos discursos*. Curitiba: Criar Edições, 2005 [1984].

MARCUSCHI, Luiz Antônio. Oralidade e escrita. *Signótica: Revista do Programa de pós-graduação em Letras e Linguística da Faculdade de Letras da UFG*, v. 9, n. 1, p. 119-145, jan./dez, 1997.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. A oralidade e o ensino de língua: uma questão pouco falada. In: DIONÍSIO, Ângela Paiva e BEZERRA, Maria Auxiliadora. *O livro didático de português: múltiplos olhares*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2001.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Da fala para a escrita*. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Fenômenos da linguagem: reflexões semânticas e discursivas*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007.

MARQUES, Adhemar. *Pelos caminhos da História*. São Paulo: Positivo, 2006.

MARQUES, José Joaquim Dias. *A criação e a difusão da lenda do roubo de órgão numa loja chinesa*. Actas das IX Jornadas de Literatura de Tradición Oral: Lendas Urbanas. Mitos e Ritos dos tempos modernos. Corunã: Asociación de Escritos em Língua Galega, 2011 a.

MARQUES, José Joaquim Dias. A lenda de “O fantasma que pede que pede boleia” (“The vanishing hitchhiker”) em dois folhetos de cordel brasileiros. In: MORUJÃO, Isabel; SANTOS, Zulmira C. (Coord.). *Literatura culta e popular em Portugal e no Brasil: Homenagem a Arnaldo Saraiva*. Porto: Edições Afrontamento, 2011 b.

MARQUES, E.; BICHIR, R. Estado e espaço urbano - Revisitando criticamente as explicações correntes sobre as políticas estatais urbanas: Padrões espaciais de ação estatal na infra-estrutura urbana em São Paulo 1978/1998. *Revista de Sociologia e Política*, n. 15, p. 9-30, 2001.

MARTINS FILHO, João Roberto *et al.* *O golpe de 1964 e o regime militar: novas perspectivas*. São Carlos: EUFSCAR; São Paulo: FAPESP, 2006.

MARTINS, Fábio. *Senhores ouvintes, no ar... A Cidade e o Rádio*. Belo Horizonte: Editora C/Arte, 1999.

MARTINS, Leda Maria. A oralitura da memória: narrativas orais fundadoras. In: SCHMIDT, Rita Terezinha (org.). *Nações/narrações – nossas histórias e estórias*. Porto Alegre, ABEA, 1997. p. 41-53.

MARTINS, Saul Alves. *Folclore brasileiro: Minas Gerais*. Rio de Janeiro: FUNARTE, Instituto Nacional do Folclore, 1982.

MASCARENHAS, Pacífico; GUIMARÃES, José S.; BARROS, Luiz Mario. Turma da Savassi. In: *Um passeio musical*, 1958, faixa 7, LP.

MATOS, Gislayne Avelar; SORSY, Inno. *A palavra do contador de histórias: sua dimensão educativa na contemporaneidade*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

MATOS, Gislayne Avelar; SORSY, Inno. *O ofício do contador de histórias: perguntas e respostas, exercícios práticos e um repertório para encantar*. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

McLAREN, Peter. *Rituais na escola: em direção a uma economia política de símbolos e gestos na educação*. Petrópolis: Vozes, 1992.

MEIRELLES, Domingos. *1930: Os Órfãos da Revolução*. Rio de Janeiro: Record, 2005.

MELO, Daniel. *A leitura pública na I República*. Lisboa: Cadernos de Cultura Myriard, 2010.

MELO, Daniel. A Leitura Pública no Portugal contemporâneo (1926-1987). In: NUNES, Henrique Barreto; CAPELA, José Viriato (Orgs). *O mundo continuará a girar*. Edição: Conselho Cultural da Universidade do Minho, Centro de Investigação Transdisciplinar “Cultura, Espaço e Memória”. 2011. Disponível em: <<http://www.lasics.uminho.pt/ojs./index.php/citcem/article/view/667/901>>. Acesso em: 30 maio 2013.

- MELO, Juliana Ferreira de; GALVÃO, Ana Maria de Oliveira UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. *Modos e condições de participação nas culturas do escrito: Pedro Nava e a formação na família (1903-1913)*. Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação, 2008. (Dissertação de mestrado em Educação).
- MELO E SOUZA, Laura. *O diabo e a terra de Santa Cruz: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- MEYER, Marlyse. *Caminhos do imaginário no Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1993.
- MEYER, Marlyse. *De Carlos Magno e outras histórias: Cristãos & mouros no Brasil*. Natal: Ed. da UFRN, 1995.
- MIRANDA, Wander Melo (Org.). *Belo Horizonte: a cidade escrita*. Belo Horizonte: Editora UFMG: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, 1996.
- MOLINA, María José T. *Contos Infantis e Histórias de Ninar*. São Paulo: Molwick, 2007.
- MONTEIRO, E. Tipos populares. *Revista Itaytera*. Crato (CE), v. 38, p. 150-2, 1994.
- MONTE-MÓR, Roberto Luís de Melo; ANANIAS, Patrus. *Belo Horizonte: espaços e tempos em construção*. Belo Horizonte: PBH / CEDEPLAR, 1994.
- MURAKAMI, Ana Maria Brandão. *A Revolução de 1930 e seus antecedentes*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.
- NASCIMENTO, Maria Eliza Freitas. *Sentido, memória e identidade no discurso poético de Patativa do Assaré*. Recife: Bagaço, 2010.
- NAVA, Pedro. *Beira-Mar: Memórias IV*. 3 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- NEVES, Ivânia. *A Invenção do Índio e as Narrativas Oraís Tupi*. Campinas: Unicamp, 2009. (Tese de Doutorado).
- NOVATO, Ana Cristina; COSTA, Eduardo. *Os primeiros 100 anos*. Belo Horizonte: Studio 101, 1997.
- OLIVEIRA, Marta Kohl; REGO, Teresa Cristina; AQUINO, Julio Groppa. Desenvolvimento psicológico e constituição de subjetividades: ciclos de vida, narrativas autobiográficas e tensões da contemporaneidade. *Pro-Posições*, v. 17, n. 2 (50) - maio/ago. 2006.
- ONG, Walter. *Oralidade e cultura escrita: a tecnologização da palavra*. Campinas: Papirus, 1998.
- PREFEITURA DE BELO HORIZONTE (MG) – PBH. *Cenas de um Belo Horizonte*. 2. ed. Belo Horizonte, PBH, 1996.

PREFEITURA DE BELO HORIZONTE (MG) – PBH; Centro de Aperfeiçoamento dos Profissionais da Educação; Escola Plural. *BH verso e reverso*. Belo Horizonte: PBH, 1997.

PAIVA, Eduardo França. *Belo Horizonte: historias de uma cidade centenária*. Belo Horizonte: Faculdades Integradas Newton Paiva, 1997.

PARAFITA, Alexandre. *A mitologia dos mouros: lendas, mitos, serpentes, tesouros*. Lisboa: Gailivro, 2006.

PASSOS, Luiz Mauro do Carmo. *A metrópole cinquentenária: fundamentos do saber arquitetônico e imaginário social da cidade de Belo Horizonte (1897-1947)*. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 1996.

PÊCHEUX, Michel. Análise automática do discurso (1969). In: GADET, F. e HAK, T. (Org.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. 3. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1997. p. 61 – 162.

PENNA, Octavio. *Notas cronológicas de Belo Horizonte: 1711-1930*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1997.

PIMENTEL, Thais Velloso Cougo. Depoimento. 1993. In: BELO HORIZONTE (MG). *Cenas de um Belo Horizonte*. Belo Horizonte: PBH, 1996.

PISCITELLI, Adriana G. *Tradição oral, memória e gênero: Um comentário metodológico*. Cadernos Pagu, a.8, n. 21, p. 149 a 171, 2003.

PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente. In: *Projeto História*, n. 14, Educ – Editora da PUC-SP, São Paulo, fev. 1997.

PROPP, Vladimir. *Morfologia do conto maravilhoso*. Tradução SARHAN, Jasna Paravich; SCHNAIDERMAN, Boris.; MELETINSKII, E. M. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1984.

QUEIROZ, Sônia; FERREIRA, Jerusa Pires. *Transcrição e escritura: metamorfose do conto oral no Brasil*. Tese (Doutorado). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em Comunicação Semiótica. 2000.

QUEIROZ, Sônia; ALMEIDA, Maria Inês. *Na captura da voz: as edições da narrativa oral no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

QUEIROZ, Sônia (Org.). *A tradição oral*. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2006.

RABELO, José Maria. *Binômio: Edição Histórica – O jornal que virou Minas de cabeça para baixo*. Belo Horizonte: Armazém de Ideias / Barlavento Editorial, 1997.

REIS, Maria Ester Saturnino; LE VEN, Michel Marie. *A cidade 'paradigma' e a República: o nascimento do espaço Belo Horizonte em fins do século XIX*. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 1994.

- ROCHA, Manoel Cláudio Mendes Gonçalves da; SILVEIRA, Flávio Leonel Abreu. “Como vai ser o corte?”: as memórias do barbeiro Henrique no bairro do Comércio, Belém-PA. *Illuminuras*, Porto Alegre, v. 14, n. 34, p. 231-252, ago./dez. 2013.
- ROLLAND, Denis. *Brésil: une culture de masse tardive, liée à l’oralité et au changement de referent extérieurs*”. In: MOLLIER, Jean-Yves; SIRINELLI, Jean-François e VALLOTTON, François. Paris: Presses Universitaires de France, 2006.
- ROLNIK, R. *A cidade e a lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo*. São Paulo: Nobel/Fapesp, 1997.
- RUIZ, Maria Clara; OLIVEIRA, Bernardo Jefferson de. *Adaptações locais de um tesouro universal: análise comparativa de duas versões de uma enciclopédia infanto-juvenil de inícios de século XX*. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação, 2012.
- SABINO, Fernando. *Na década de 1940*. Estado de Minas, 1986. In: BELO HORIZONTE (MG). *Cenas de um Belo Horizonte*. Belo Horizonte: PBH, 1996.
- SEITENFUS, Ricardo. *A entrada do Brasil na segunda guerra mundial*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000.
- SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, 16 (2): 5-22, jul/dez, 1990.
- SEREZA, Luiz Carlos. *Suportar o crime: o imaginário do controle social nos romances policiais da revista X-9 na década de 1950*. Associação Nacional de História – ANPUH. 2007. Disponível em: <<http://snh2007.anpuh.org/resources/content/anais/Luiz%20Carlos%20Sereza.pdf>>. Acesso em: 23 nov. 2013.
- SILVA, Luiz Roberto. *Doce dossiê de BH*. 2. ed. Belo Horizonte: BDMG Cultural, 1998.
- SIMMEL, George. *George Simmel: sociologia*. MORAES FILHO, Evaristo (Org.). São Paulo: Ática, 1983.
- SIQUEIRA, Márcia; FARIA, Maria Auxiliadora de. *Belo Horizonte: o fértil solo humano*. Rio de Janeiro: Salamandra, 1997.
- SMOLKA, M. Para uma reflexão sobre o processo de estruturação interna das cidades brasileiras: o caso do Rio de Janeiro. *Espaço e Debates*, n. 21, 1987.
- SOARES, Magda Becker. *Língua escrita, sociedade e cultura: Relações, dimensões e perspectivas*. Faculdade de Educação, UFMG. Trabalho apresentado na XVII Reunião Anual da ANPED, Caxambu, outubro de 1995. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/RBDE0.pdf#page=5>>. Acesso em: 13 abr. 2009.
- SOUSA, Sérgio Dâmaso de; SPINELLI, Mirella. *Belo Horizonte: de arraial a capital*. São Paulo: Cortez, 2008.

SOUZA, Janine Fontes; MOTA, Kátia Maria Santos. O silêncio é de ouro e a palavra é de prata? Considerações acerca do espaço da oralidade em educação de jovens e adultos. *Revista Brasileira de Educação*, v.12, n. 36, p. 505-514, dez. 2007.

SOUZA, Joseane. *A expansão urbana de Belo Horizonte e da Região Metropolitana de Belo Horizonte: O caso específico do município de Ribeirão das Neves*. 2008. 229 f. Tese (Doutorado em Demografia). Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

STARLING, Heloisa. Fantasmas. In: *Guia do morador de Belo Horizonte*. Belo Horizonte: Piseagrama, 2013. Disponível em: <<http://www.guiamorador.org>>. Acesso em: 20 jun. 2014.

STREET, Brian V. Os novos estudos sobre o letramento: histórico e perspectivas. In: MARINHO, Marildes; CARVALHO, Gilcinei Teodoro (Org.). *Cultura escrita e letramento*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

TANNO, Janete Leiko. A rua como espaço de socialização e lazer. São Paulo (1920-1945). *Patrimônio e Memória*, v.5, n.1, p. 64-80, 2009.

TEIXEIRA, Carlos M. *Em obras: história do vazio em Belo Horizonte*. Belo Horizonte: Cosac Naify, 1999.

TELES, Eduardo Lopes. *O ofício do barbeiro: memória, tradições e modernidades*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social), Aracaju, Universidade Federal de Sergipe, 2012.

TFOUNI, Leda Verdiani; RODRIGUES, Karina. O herói em narrativas orais de adolescentes em situação de rua. *Rev. Linguagem em (Dis)curso*, Tubarão, v. 6, n. 2, p. 157-177, mai./ago. 2006.

THOMPSON, Paul. *A voz do passado*. Tradução de Lólio Lourenço de Oliveira. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

TOMASELLO, Michael. *Origens culturais da aquisição do conhecimento humano*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

TORELLY, Aparício. *Almanaque para 1949, Primeiro Semestre, ou Almanaque d'A Manhã: Aparício Torelly, o Barão de Itararé*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Imprensa Oficial do Estado, 2003.

TORRANCE, N. (org.) *Cultura escrita e oralidade*. São Paulo: Ática, 1995. p.17-34.

VALLADARES, L. e COELHO, M. Pobreza urbana e mercado de trabalho: uma análise bibliográfica. In: *O que se deve ler em Ciências Sociais no Brasil*, n. 2. São Paulo: Anpocs/Córtex, 1987.

VARGAS, Getúlio. *Proclamação ao Povo Brasileiro: Lida no Palácio da Guanabara e irradiada para todo o país, na noite de 10 de novembro de 1937*. Biblioteca da Presidência da República. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/getulio-vargas/discursos-1/1937/04.pdf/download>>. Acesso em: 31 mar. 2014.

VEIGA, Cynthia Greive; BRESCIANI, Maria Stella Martins. *Cidadania e educação na trama da cidade a construção de Belo Horizonte em fins do século XIX*. Universidade de Campinas: Coleção Belo Horizonte, 1994.

VETTER, D.; PINTO, D.; FRIEDRICH, O.; MASSENA, R. A apropriação dos benefícios das ações do Estado em áreas urbanas: seus determinantes e análise através da ecologia fatorial. *Espaço e Debates*, v. 1, n. 4, p. 5-37, 1981.

VEYNE, Paul. *Como se escreve a história*. Brasília: UNB, 1998.

VILLAS, Alberto. *Carmo*. Coleção BH. A cidade de cada um. vol. 13. Belo Horizonte: Conceito, 2008.

WANDERER, Fernanda; KNIJNIK, Gelsa. Discursos produzidos por colonos do sul do país sobre a matemática e a escola de seu tempo. *Revista Brasileira de Educação* [on-line], v. 13, n. 39, p. 555-564, 2008.

WEITZEL, Antônio Henrique. *Folclore literário e linguístico*. Juiz de Fora, MG: EDUFJF, 1995.

ZUMTHOR, Paul. *A letra e a voz: a "literatura" medieval*. Tradução de Amalio Pinheiro e Jerusa Pires Ferreira. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

ZUMTHOR, Paul. *Introdução à poesia oral*. Tradução de Jerusa Pires Ferreira, Maria Lúcia Diniz Pochat e Maria Inês de Almeida. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

ZUMTHOR, Paul. *Performance, recepção, leitura*. Tradução de Jerusa Pires Ferreira e Suely Fenerich. São Paulo: Cosac Naify, 2007.

3 SITES CONSULTADOS

Biblioteca dos Municípios Brasileiros. <<http://biblioteca.ibge.gov.br/index.htm>> Acessos entre set. 2010 a dez. 2013.

Cinemateca Brasileira. <<http://www.cinemateca.gov.br>>. Acesso em: 5 mar. 2012.

Diários Associados. <<http://www.diariosassociados.com.br/>>. Acesso: 5 mar. 2012.

Museu do Patrimônio Imaterial de Portugal (Memoriamedia). <<http://www.memoriamedia.net/>>. Acesso: mar. a dez. 2013.

Revista Brasileira de Educação. <<http://www.anped.org.br/rbe/rbe/rbe.htm>>. Acesso em: 24 maio 11.

Revista Brasileira de História. <<http://www.scielo.br/cgi-bin/wxis.exe/iah/>>. Acesso em: 24 maio 11.

Scielo Brasil (Scientific Electronic Library Online). < <http://www.scielo.br/>>. Acesso em: 24 maio 11.

Biblioteca da Presidência da República <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/>>. Acesso em: 31 mar. 2014.

Biblioteca da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. <<http://fcsb.unl.pt/faculdade/bibliotecas/>>. Acesso em: ago. a dez. de 2013.

Arquivo Português de Lendas. < <http://www.lendarium.org/>>. Acesso: set. a nov. de 2013.

APÊNDICE

ROTEIRO DE ENTREVISTAS

Narrativas orais e culturas do escrito nas décadas de 1930 a 1960 em Belo Horizonte.

Contar e ouvir narrativas orais, guardar lembranças, crenças e tradições são atividades humanas imemoráveis, que antecederam e posteriormente passaram a acompanhar atos de produções de narrativas escritas. Considerando a relevância de se contar e ouvir histórias, interessa investigar quais as narrativas mais recorrentes em Belo Horizonte durante um período de efervescência e legitimação de culturas do escrito.

- 1- Qual seu nome e idade?
- 1- Onde você nasceu?
- 2- Com quantos anos vieram para a capital?
- 3- Por que vieram para BH?
- 4- Onde você morava?
- 5- Família composta por quantos irmãos?
- 6- Qual era a profissão de seu pai? E de sua mãe?
- 7- Eles sabiam ler? Estudaram até que ano?
- 8- Você estudou até que ano?
- 9- Qual era sua profissão?
- 10- Teve filhos? Quantos?
- 11- Na sua casa havia livros, cadernos, revistas, jornais ou outro tipo de materiais escritos?
- 12- Seus pais costumavam ler? Você via seus pais lendo? Que tipo de materiais?
- 13- Você lia? Que tipo de materiais?
- 14- Você se lembra de ouvir histórias, “causos”, lendas ou superstições sobre pessoas, criaturas ou fatos acontecidos em BH?
- 15- Em que época da sua vida?
- 16- Em que momento do dia?

- 17- Você ouvia mais quando era criança?
- 18- Quem contava?
- 19- Por que você acha que isso acontecia?
- 20- Eram histórias conhecidas por outras pessoas? / Como você acha que essas histórias ficavam conhecidas?
- 21- Qual(is) lugar(es) preferido(s) para ouvir histórias?
- 22- Você também contava histórias?
- 23- Para quem você costuma(va) contar histórias?
- 24- Por que você contava?
- 25- Por que você acha que isso era tão comum?
- 26- Você já ouviu essas histórias em outro lugar?
- 27- Você se lembra de ter lido essas histórias em algum lugar? Livros? Revistas? Jornais?
- 28- Você se lembra de ouvir essas histórias na escola? Quem contava? Por quê?
- 29- E a igreja, tratava desses assuntos? Como?
- 30- Você acha que contar ou ouvir histórias pode ensinar algo a alguém? O que? Como?

ANEXO

REPORTAGEM SOBRE A MORTE DE HILDA MAIA VALENTIM, A HILDA FURACÃO DO ROMANCE HOMÔNIMO DE ROBERTO DRUMMOND¹

O TEMPO

PERSONALIDADE DE BH

Hilda Furacão morre aos 83 anos em asilo para pobres em Buenos Aires

Prostituta que inspirou livro de Roberto Drummond e minissérie da Globo foi casada com jogador que passou pelo Atlético, São Paulo e clubes do exterior



Hilda Furacão viveu os últimos anos internada em asilo para pobres em Buenos Aires

PUBLICADO EM 29/12/14 - 12h13

RAÍSSA MACIEL

Hilda Maia Valentim, a Hilda Furacão, personagem que fez história em Belo Horizonte na década de 1950, morreu nesta segunda-feira (29), no asilo público em que vivia, em Buenos Aires, na Argentina. Fonte de inspiração para o personagem de Roberto Drummond e a minissérie produzida pela Rede Globo em 1998, ela tinha 83 anos.

O Lar de Idosos Guillermo Rawson confirmou à reportagem de **O TEMPO** que Hilda morreu nesta segunda-feira. "Ela já vinha tendo algumas complicações de saúde. Agora, estamos analisando como vamos fazer para providenciar o enterro", disse uma assistente social do asilo, que é público e destinado a pessoas pobres.

De acordo com a assistente social responsável, a brasileira Marisa Barcellos, Hilda não estava comendo há mais de uma semana e estava sendo hidratada com sondas. "A Hilda morreu de morte natural, não morreu na rua nem sem assistência", afirma Barcellos. Na terça (30), ela completaria 84 anos.

Não vai haver velório para Hilda. Ela não recebia visitas de familiares. O corpo dela deve ser levado ao cemitério de Chacarita, em Buenos Aires.

Nascida em Recife (PE), Hilda foi com a família para Belo Horizonte ainda criança. Na juventude, tornou-se famosa e era conhecida como a prostituta Hilda Furacão. Foi na zona boêmia da capital mineira, especialmente no Hotel Maravilhoso, na rua Gaicurus, no centro da cidade, que conheceu o jogador de futebol Paulo Valentim, então no Atlético, e que também jogou no Boca Juniors, no São Paulo e no Atlante, no México. Eles se casaram no fim da década de 1950, quando Hilda Maia acrescentou o sobrenome Valentim.



Hilda e o marido, o jogador de futebol Paulo Valentim



Hilda e Paulo Valentim se conheceram em Belo Horizonte, quando ele jogava no Atlético

A decadência do atleta teria vindo por causa do vício em álcool e jogo. No México, Hilda e Paulo Valentim já estariam pobres no início da década de 1970. Ela trabalharia como faxineira, costureira e babá para sustentar a família. Paulo Valentim morreu em 1984, quando Hilda passou a viver com o filho. Mas ela perdeu também o filho, em 2013. Sem família, foi para o asilo depois de seis meses internada em um hospital por causa de uma queda. Em entrevista ao "Fantástico" em agosto deste ano, ela contou do amor pelo marido, das histórias da boemia, dos fazendeiros que a pediram em casamento e deu uma justificativa para o apelido Furacão: "Eu era brava".

Hilda Maia Valentim só foi associada à personagem mítica recentemente, mas desde a década de 1990 já se sabia que ela era real. Na época, o escritor mineiro Roberto Drummond revelou que a personagem de seu livro tinha uma inspiração de carne e osso. "Hilda existiu. Mas ela foi de tal forma mitificada e mistificada que se transformou num boato. Um boato festivo, colorido, maravilhoso. O livro é contato através desse boato", disse à época.

ⁱ Reportagem disponível em <http://www.otempo.com.br/divers%C3%A3o/hilda-furac%C3%A3o-morre-aos-83-anos-em-asilo-para-pobres-em-buenos-aires-1.966797>. Acessado em: 06/01/2015.